

JORNADA ACADÊMICA DE GESTÃO

da Católica do RN

III ENCCONT Encontro de Ciências Contábeis

II ENCAD Encontro de Administração

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Wendy Karla M. de Souza Bezerra

Organizadores



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

JORNADA ACADÊMICA DE GESTÃO

da Católica do RN

III ENCCONT Encontro de Ciências Contábeis

II ENCAD Encontro de Administração



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



Editor Chefe: Ítalo Carlos Soares do Nascimento
Projeto Gráfico/ Designer: Antônio Laurindo de Holanda Paiva Filho e Edvaldo Rodrigues Júnior
Diagramação: Ítalo Carlos Soares do Nascimento
Publicação: Faculdade Católica do Rio Grande do Norte.

FCRN, Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
Praça Dom João Costa, 511 - Bairro Santo Antônio.
Mossoró/RN | CEP 59.611-120
(84) 3318-7648
E-mail: jornadaacademicadegestao@catolicadorn.com.br
Site: www.catolicadorn.com.br

Editoração:
Ítalo Carlos Soares do Nascimento
Geison Calyo Varela de Melo
Natália Queiroz da Silva Oliveira
Sabrina Paulino de Oliveira
Wendy Karla Medeiros de Souza Bezerra

Catálogo da Publicação na Fonte
Associação Santa Teresinha de Mossoró
Biblioteca Dom Mariano Manzana

F143

Faculdade Católica do Rio Grande do Norte.

II Jornada Acadêmica de Gestão da Católica do RN ; III ENCCONT : Encontro de Ciências Contábeis ; II ENCAD : Encontro de Administração [recurso eletrônico] / Organização de Ítalo Carlo Soares do Nascimento, Wendy Karla M. de Souza Bezerra. - Mossoró, RN: FCRN, 2023.

Dados eletrônicos (1 arquivo PDF : ca 5000 Mb)

E-book com artigos completos, referente aos trabalhos apresentados II Jornada Acadêmica de Gestão da Católica do RN, III ENCCONT e II ENCAD realizados no período de 16 a 18 de novembro de 2022, na cidade de Mossoró, RN.

ISBN: 978-65-992159-9-5

1. Gestão de Negócios. 2. Empreendedorismo. 3. Inovação. I. Nascimento, Ítalo Carlo Soares do (Org.). II. Bezerra, Wendy Karla M. de Souza (Org.). III. Título.

CDD: 658

Bibliotecária: Adriana de L. Teixeira CRB 15/0550



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



FACULDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO NORTE (FCRN), 2022
JORNADA ACADÊMICA DE GESTÃO DA FCRN
III ENCONTRO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FCRN
II ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO DA FCRN
Praça Dom João Costa, 511 – Bairro Santo Antônio. FCRN,
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte | CEP 59.611-120 (84) 3318-7648

ORGANIZAÇÃO GERAL DO EVENTO

Prof. Me. Ítalo Carlos Soares do Nascimento
Profa. Ma. Wendy Karla Medeiros de Souza Bezerra

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof. Me. Geison Calyo Varela de Melo
Profa. Ma. Lia Rodrigues Lessa de Lima
Profa. Esp. Sabrina Paulino de Oliveira
Profa. Ma. Natália Queiroz da Silva Oliveira

COMISSÃO TÉCNICA

Profa. Ma. Jane Elly Nunes da Costa Lima
Profa. Ma. Monikely de Oliveira Silva Paiva

AVALIADORES

Profa. Dra. Adriana Martins de Oliveira
Prof. Me. Antonio Gustavo Nicácio
Prof. Me. Francisco Valdeque de Oliveira Júnior
Prof. Me. Ítalo Carlos Soares do Nascimento
Profa. Dra. Iriane Teresa de Araújo
Profa. Esp. Keliane de Melo Ramalho
Prof. Me. Gabriel Leite de Freitas Junior
Prof. Me. Geison Calyo Varela de Melo
Profa. Ma. Jane Elly Nunes da Costa Lima
Profa. Ma. Monikely de Oliveira Silva Paiva
Profa. Ma. Natália Queiroz da Silva Oliveira
Profa. Esp. Sabrina Paulino de Oliveira
Profa. Ma. Wendy Karla Medeiros de Souza Bezerra



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



APRESENTAÇÃO

A II Jornada Acadêmica de Gestão é o evento científico dos cursos de Gestão da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. Paralelamente, na edição de 2022, dentro da II Jornada Acadêmica de Gestão, ocorreram o II Encontro de Administração (ENCAD), o III Encontro de Ciências Contábeis (ENCAD) e a III Feira de Negócios e Custos. O evento foi realizado entre os dias 16 e 18 de novembro de 2022, sendo coordenado pelos cursos de Administração e Ciências Contábeis da FCRN.

Nesta edição, o evento contou com temáticas transversais dentro da perspectiva do Empreendedorismo e da Inovação, discutindo-se, dentre outros aspectos, sobre: *Marketing Digital*, *Networking*, Comunicação e Oratória, Governança ambiental, social e governança (ESG), Planejamento Estratégico e Contabilidade Eleitoral.

O evento teve como público-alvo os discentes dos cursos da área de gestão, como Administração, Ciências Contábeis, Economia e áreas afins, bem como os profissionais da área, com o objetivo de estimular a discussão e o aprofundamento do tema e permitir a interação entre academia e mercado. Além disso, buscou-se o incentivo à produção acadêmica, tendo em vista o estímulo dado à iniciação científica.

Assim, considerando-se a busca pelo conhecimento e o estímulo à novas pesquisas no âmbito acadêmico e profissional, realizou-se este evento, culminando neste produto final que reúne as pesquisas apresentadas durante a programação científica. Desejamos a todos uma boa leitura, na expectativa de que boas reflexões e aprendizados surgirão.

Os organizadores



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



ADMINISTRAÇÃO



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

JORNADA
ACADÊMICA DE
GESTÃO
da Católica do RN

O DESCARTE DO LIXO ELETRÔNICO NA CIDADE DE MOSSORÓ E REGIÃO

Jessica Karoline Fernandes de Medeiros

Discente do curso de Administração/FCRN,
E-mail: jessicakmediros1996@gmail.com

Natália Queiroz da Silva Oliveira

Mestra em Administração/UECE
E-mail: natyqs.queiroz@gmail.com

Monikely de Oliveira Silva Paiva

Mestra em Administração/UFRN
E-mail: monikelysilvap@gmail.com

Wendy Karla Medeiros de Souza Bezerra

Mestra em Engenharia da Produção/UFRN
E-mail: wendy.bezerra@gmail.com

Gabriel Leite de Freitas Júnior

Mestre em Ciências Jurídicas/Universidade de Coimbra
E-mail: gabriel.jr.freitas@gmail.com

RESUMO

Atualmente, a atualização frenética da tecnologia traz consigo pontos positivos e negativos. Dentro dos pontos positivos podemos considerar a facilidade na realização de tarefas do dia a dia, o contato com pessoas distantes e entre outros pontos que consideramos benefícios. Por outro lado, as tecnologias trazem também o consumo excessivo e essa troca de objetos traz pontos negativos para a natureza, seja ele em termos de extração de matéria prima ou pelo descarte muitas vezes feito de forma incorreta. Esses produtos eletrônicos quando passam a ser descartados, fazem parte do que se chama Lixo Eletrônico. Por tanto o presente artigo busca captar respostas e descobrir como está a percepção da população de Mossoró/RN e região referente ao lixo eletrônico. A pesquisa está em sua classificação sendo ela exploratória e descritiva, a mesma é uma pesquisa de campo onde foi utilizada a plataforma do Google Forms onde havia 18 perguntas referente ao conhecimento sobre sustentabilidade, lixo eletrônico e o descarte desse tipo de lixo. No geral, conseguiu-se perceber a maioria das pessoas possuem conhecimento sobre o tema sustentabilidade e uma parte delas sobre o lixo eletrônico, contudo com pouca ação efetiva, sendo assim um tema que precisa ser mais trabalhado e pesquisado.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Lixo Eletrônico. Descarte. Tecnologia.



1 INTRODUÇÃO

O descaso do ser humano com o meio ambiente vem trazendo muitos resultados negativos e pondo-o em risco e tudo que habita nele. Voltando a atenção para esse mesmo ambiente, a humanidade percebe que, os recursos naturais são finitos, havendo a necessidade de uma extração de matérias primas de forma sustentável. Entende-se que se o ser humano é envolvido pelo todo e pertencente a ele, ele é responsável por esse todo também, assim como, se ele é o causador desse problema ele também é capaz de ser a solução (SILVA *et al.*, 2012).

O meio ambiente está em crise de recursos naturais e não é de hoje, por tanto os indivíduos e as organizações devem agora rever e repensar todas as estratégias para enfrentar essa realidade (SILVA *et al.*, 2012). O desenvolvimento e o conceito de sustentabilidade vêm de um longo processo. É uma avaliação contínua da percepção da sociedade com o meio em que habita. Identificar e demonstrar um progresso de tendência à sustentabilidade é uma escolha do indivíduo, das comunidades, da sociedade e das organizações onde deve haver um conjunto e envolvimento de todos os segmentos citados para que apresente resultados significativos (SILVA; QUELHAS, 2006).

Ainda nessa linha de importância, é necessária a concordância com os resultados sejam eles econômicos, sociais e ambientais afins não só de garantir a igualdade entre as gerações atuais, mas também os interesses das gerações futuras (AMARAL; STEFANO; CHIUSOLI, 2018). A matéria prima é extraída constantemente pelo ser humano para a produção de novas tecnologias. Quanto mais o tempo passa, mais o meio ambiente sofre com essa evolução. Estamos vivendo uma geração de constantes atualizações, mas também de constantes descartes, principalmente de formas incorretas.

O descarte desenfreado de computadores, celulares, tablets, e entre outros equipamentos eletrônicos é provocado principalmente pelo aceleração do avanço tecnológico causando assim o encurtamento da vida útil dos objetos. É por esse motivo, que o lixo eletrônico é um problema visível em nossa atual sociedade (CELINSKI *et al.*, 2011).

Nesse sentido, o presente trabalho tem como problema norteador: **É realizado o descarte de lixo eletrônico na cidade de Mossoró/RN?** Tendo como objetivo principal identificar a percepção da população sobre o consumo e o descarte do lixo eletrônico de Mossoró/RN e região.

Com isso, o presente trabalho foi dividido em cinco partes além desta introdução sendo, referencial teórico, procedimentos metodológicos, análise e discussão dos resultados, bem como as considerações finais e referências.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SUSTENTABILIDADE

Com o crescimento acelerado da sociedade, o ser humano passou a ser o maior causador dos impactos no meio ambiente. O ecossistema foi visto por muito tempo como uma fonte inesgotável de matéria prima e que pudesse ser utilizado para as necessidades dos humanos. Com o passar dos anos é observado que o que era uma fonte inesgotável de matéria prima na verdade é sim esgotável, e que precisamos rever sobre a extração exagerada. Podemos notar que não somente a extração desordenada é um problema, mas todo o processo que a envolve, extrair, transformar, utilizar e principalmente o descarte de forma não pensada (VERRI, 2016).

A definição de sustentabilidade mais disseminada é a do Relatório Brundtland, essa considera que todo e qualquer progresso sustentável deve ser feito com base não só nas necessidades e interesses das gerações atuais, mas que esse seja também pensando nos interesses e no que pode causar as gerações futuras. Esse é o principal ponto da sustentabilidade, a visão do que pode ocorrer a longo prazo, visto que deve ser analisado os interesses das gerações que ainda estão por vir e principalmente, garantir a sua qualidade de vida (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008).

Em 1992, no Brasil, mais precisamente, na cidade do Rio de Janeiro/RJ aconteceu uma conferência que ficou conhecida como RIO-92 ou ECO-92, tendo como objetivo principal averiguar as mudanças que ocorreram após a Conferência de Estocolmo. Com o fim da RIO-92 foram determinados alguns documentos em benefício do meio ambiente e das necessidades tanto do governo como da sociedade (PATRIARCA-GRACIOLLI, 2015).

Os documentos acordados na RIO-92 foram muito importantes para o meio ambiente de forma global. Esses documentos são: a Agenda 21, a Declaração do Rio para Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração da Diversidade Biológica, a Convenção-Quadro sobre as Mudança, e a Declaração de Princípios sobre as Florestas (CORDANI; MARCOVITCH; SALATI, 1997). Dentre esses documentos que foram aprovados na RIO-92, está a Agenda 21, com objetivo de contribuir para o gerenciamento global necessário, considerando os métodos de proteção ambiental, eficiência econômica e justiça social (PATRIARCA-GRACIOLLI, 2015).

Outros documentos são:

- **Declaração do Rio para Meio Ambiente e Desenvolvimento**, tem como objetivo estabelecer alianças com os demais países onde existe um foco em uma mútua cooperação entre Estado, Sociedade e Indivíduo permitindo a troca de conhecimento. O mesmo tem em vista acordo internacionais, mas que acima de tudo respeite o meio ambiente, a conservação e o desenvolvimento, assim tendo foco no direito do ser humano a uma vida digna, saudável e produtiva dentro das



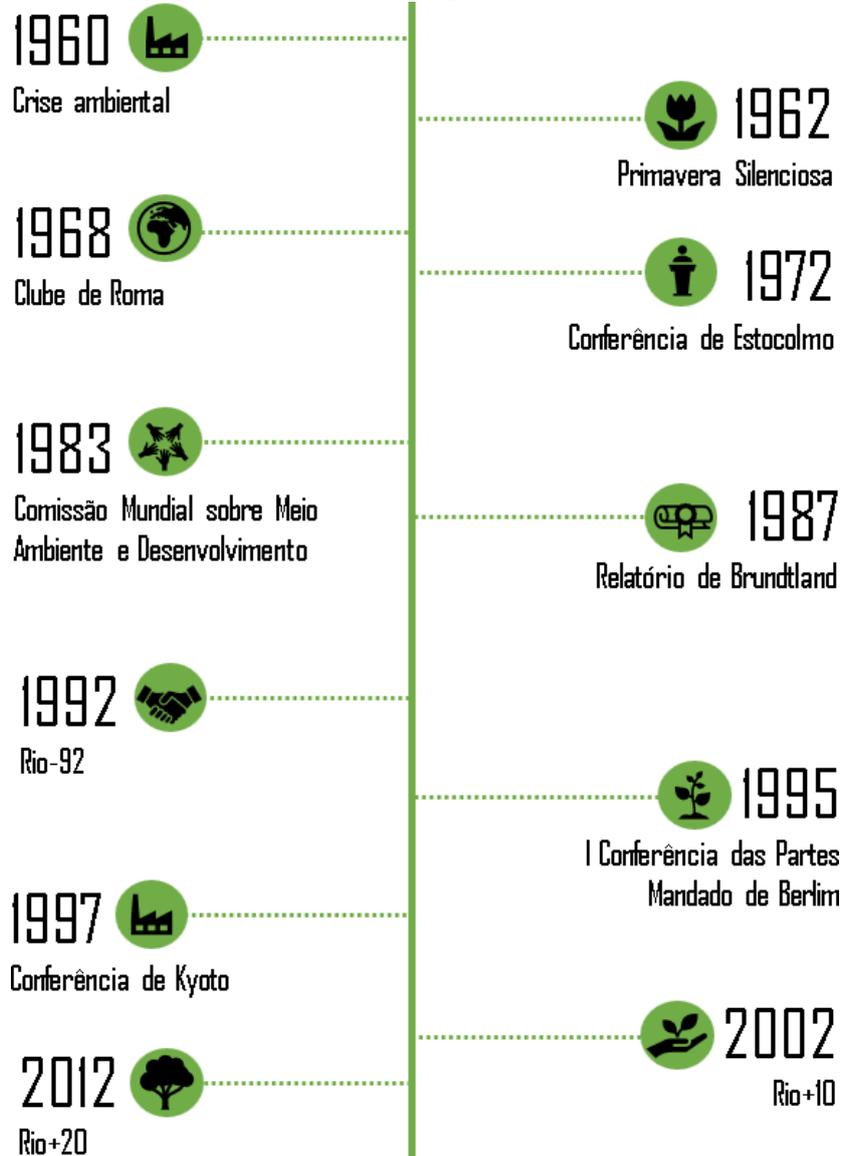
expectativas do desenvolvimento sustentável (PATRIARCHA-GRACIOLLI, 2015).

- **Declaração da Diversidade Biológica** foi criada para a proteção de toda a biodiversidade que é um componente muito importante e indispensável para o monitoramento e manutenção, principalmente da humanidade e do planeta como um todo (GODINHO; MOTA, 2013)
- **Declaração de Princípios sobre as Florestas** tem como objetivo a exploração, proteção e o desenvolvimento sustentável. Em geral visa a utilização de maneira sustentável, mas principalmente o reflorestamento, especialmente em países desenvolvidos (COSTA, 2011).
- **Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima** foi criada por conta do aquecimento global, onde houve uma grande preocupação na elevada concentração de gases responsáveis pelo "efeito estufa" e conseqüentemente desencadeando nas alterações climáticas. Foi criada para oferecer o suporte necessário para que em conjunto, todos os países pudessem estabelecer uma meta para a diminuição desses gases (BIATO, 2004).

Para uma melhor compreensão pode-se observar a linha do tempo da sustentabilidade na Figura 01.

Em um primeiro momento é possível observar que, há uma renovação no meio ambiente mesmo com todas as agressões feitas pelos seres humanos e por catástrofes naturais. Mesmo sendo observada essa renovação, ainda sim o meio ambiente não consegue acompanhar tais extrações agressivas e por fim acaba por entrar em crise. Os seres humanos, ao observar todas essas atividades chega à conclusão de que deve haver uma colaboração de todos para que possam viver de forma equilibrada, é nesse momento que sociedade, economia e meio ambiente devem estar em equilíbrio para que todos possam ter direito uma vida digna.

Figura 01 – Linha do tempo da Sustentabilidade



Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

2.1.1 Tripé da sustentabilidade

É certo que ao decorrer dos tempos irão existir muitas definições do que é sustentabilidade, contudo, existirá sempre um ponto que todas terão em comum, que a sustentabilidade é composta por três dimensões que se associam (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008).

O conceito do Tripé da Sustentabilidade foi criado por Elkington em 1987, onde é relacionado os três pilares que são divididos entre a dimensão econômica, a dimensão social e a dimensão ambiental (VERRI, 2016).

Figura 02 – Triple Bottom Line



Fonte: sbsustainablebusiness.com (2022).

Portanto, o Tripé da Sustentabilidade precisa estar em harmonia e envolver completamente essas três dimensões para que possa ser validado e venha a proporcionar o desenvolvimento de um local ou o que chamamos de Desenvolvimento Sustentável (FONTENELE, 2019).

A atual a sociedade carece de intervenções coletivas com a finalidade de redirecionamento das relações produtivas, culturais e sociais que resultam em uma vivência mais sustentável e sem tantas agressões ao meio ambiente. Dessa forma podem ser propostas atitudes que incentivem a prática sustentáveis e de preservação (SOUZA, 2020). Para isso, a educação ambiental usa a metodologia de que cada indivíduo possa adquirir e assumir o papel de membro principal tanto no processo de aprendizagem quanto no processo de ensino. Por mais que muitos estudem e aprendam sobre o assunto, ainda existe um grande problema que a humanidade enfrenta. O seu modo de vida danoso que foi adotado já há um tempo, no qual a sobrevivência do indivíduo desenvolve uma utilização de recursos naturais de forma exorbitante em que teve consequências uma situação de crise ambiental (ROOS; BECKER, 2012).

O Tripé da Sustentabilidade é muito importante, a colaboração entre sociedade, meio ambiente e economia ambos respeitando sua importância e criando um ciclo no qual é a vida sustentável é algo de fato muito importante, mas que exige a real dedicação mútua.

2.2 LIXO ELETRÔNICO

A Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que se refere a política nacional de resíduos sólidos onde inclui em seu art. 33 a categoria dos equipamentos eletrônicos determina que, é de responsabilidade dos importadores e dos fabricantes a oferecer um



destino que seja adequado ambientalmente de preferência que haja uma reciclagem e que sejam cem por cento dos produtos eletrônicos recebidos pelo sistema (BRASIL, 2010).

A produção dos resíduos sólidos está diretamente vinculada à cultura dos seres humanos, seja ao se alimentar, higienizar, trabalhar, ou seja, a um todo. O desenvolvimento das tecnologias e a produção desenfreada desses produtos artificiais trazem a preocupação de como haverá a reintegração desses materiais na natureza, mas essa preocupação não tem sido um ponto tão relevante ou levantado pelas indústrias que os produzem, não como espera que de fato seja debatido. Na realidade acaba-se por consumir mais do que de fato se precisa e nesse consumo exagerado acaba-se por contribuir para o aumento dos resíduos sólidos sem nem ao menos pensar nas consequências que estes podem trazer (HEMPE; NOGUERA, 2012).

Com tantas atualizações constantes na tecnologia muitos consumidores são motivados a troca de seus aparelhos ainda em funcionamento, isso se dá por conta do capitalismo. São criados aparelhos com cores, modelos, e sempre visando facilitar ainda mais a vida do consumidor e com isso ficando ainda mais atrativo, aumentando o desejo de compra e contribuindo de forma negativa para o aumento do lixo eletrônico (MOI *et al.*, 2012)

Em consequência desse consumismo exagerado, as pessoas vivem na era dos descartáveis, onde seus objetos atuais são constantemente trocados por outros novos. Porém, o destino desses que foram substituídos nem sempre é o correto, muitos são lançados em aterros sanitários ou lixões a céu aberto (REIS, 2021).

Na natureza é comum encontrar metais pesados e são necessários até mesmo para a manutenção da vida quando em quantidade mínima, mas em grandes quantidades de forma exagerada podem causar efeito contrário e trazer consequências prejudiciais à saúde do meio ambiente e dos seres que nele habitam. Quando os lixos eletrônicos são descartados em lixos comuns e esses lixos são despejados em lixões ou mesmo em aterros sanitários, estes estão sujeitos à exposição da chuva e quando isso acontece, esse lixo entra em contato com essa água e é gerado um líquido chamado chorume. O chorume é um líquido considerado poluente, de cor escura e odor forte, contaminando o solo. Os efeitos podem ser tão grandes que chegam a pôr em risco tanto a fauna quanto a flora que existem nesse ambiente, ou seja tudo ao seu redor. É por este motivo que o descarte inadequado do lixo eletrônico é considerado um dos maiores problemas ambientais do mundo (TANAUE *et al.*, 2015).

Considera-se que todos os equipamentos de celulares, computadores, brinquedos eletrônicos, lâmpadas fluorescentes e demais eletrodomésticos sejam eles portáteis ou não e que facilitam a vida do ser humano, são considerados lixo eletrônico. É de grande preocupação a ausência de leis que de fato regularizem os locais que devem ser descartados de forma apropriada, esses trazem perigos não somente para o solo, mas para a água, os animais que usufruem dela, para a irrigação, para colaboradores da coleta, mas principalmente se estes resíduos forem queimados podem contaminar o ar e ajudar no aumento do “efeito estufa”. É por este motivo que o descarte inadequado do lixo



eletrônico é considerado um dos maiores problemas ambientais do mundo (LINHARES; MOSCARDI, 2012).

O lixo eletrônico aumenta anualmente, e a falta de clareza em expor a situação real ao público de uma forma geral, faz com que esse número continue aumentando. Levando em consideração todos os pontos negativos e danos que o lixo eletrônico pode causar, a agressão ao meio ambiente é um dos mais preocupantes, pois ele contém elementos químicos que podem fazer muito mal ao meio ambiente. Contudo existem algumas organizações que reciclam esse tipo de resíduo, e que trazem essa alternativa de amenizar danos e ainda contribui com fins sociais (FRANCA; BARROS, 2017)

É de grande preocupação o quanto os seres humanos consomem sem haver a necessidade, e é por esse consumismo exagerado que acontece o aumento nos resíduos sólidos. Só que a preocupação não é somente com os resíduos sólidos, mas o questionamento de como esses serão reintegradas a natureza novamente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

A pesquisa realizada pode ser classificada de acordo com os fins, sendo assim, uma pesquisa exploratória e descritiva (VERGARA, 2010). Trata-se de uma pesquisa exploratória pois é uma pesquisa na qual existem algumas outras sobre o mesmo tema de lixo eletrônico. Trata-se de uma pesquisa descritiva, pois a pesquisa pretende descrever os resultados alcançados referente ao conhecimento que os consumidores têm sobre o consumo e o descarte do lixo eletrônico na cidade de Mossoró/RN e região. Sendo assim, a pesquisa pode-se classificar como quanti-qualitativa.

Os participantes da pesquisa foram moradores da cidade de Mossoró/RN e regiões circunvizinhas. Com relação aos meios de coleta, a pesquisa foi realizada por meio de formulário eletrônico, elaborado no *Google Forms*, obedecendo uma escala Likert de cinco pontos, composto por perguntas relacionadas ao conhecimento sobre o descarte do lixo eletrônico, no total de 18 perguntas. O formulário foi disponibilizado por meio de link nas mídias sociais e enviado para pessoas chaves, sendo assim, uma amostra não probabilística.

A coleta foi realizada no período de 10 dias, onde começou no dia 22 e terminou no dia 31 de maio de 2022, tendo alcançado um total de 88 respondentes em a grande maioria reside em Mossoró/RN. As respostas foram analisadas utilizando o Microsoft Excel.

4 ANÁLISE E RESULTADOS

A presente pesquisa foi realizada na cidade de Mossoró/RN e região, onde o intuito era saber como estava o conhecimento da população sobre lixo eletrônico, sobre o consumo e o descarte. Para isso aplicou-se um questionário com 18 perguntas. O questionário continha 18 perguntas sendo elas sobre o conhecimento de sustentabilidade,



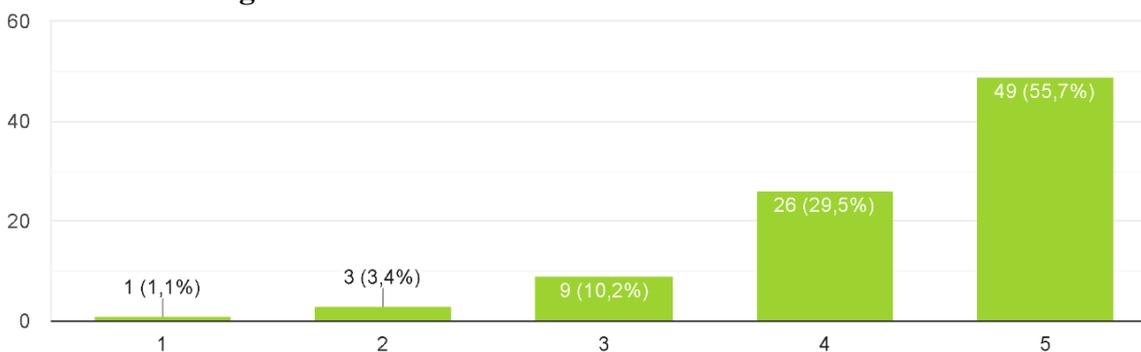
lixo eletrônico e o conhecimento sobre projetos nas cidades onde residem. A pesquisa foi realizada por meio de formulário eletrônico e alcançou 88 respostas onde a maioria dos participantes eram compostos por 61,4% por mulheres, 37,5% composto por homens e 1,1% composto por outro.

A faixa etária dos participantes é bem variada, fazem parte pouco mais da maioria aqueles entre 18 e 25 anos, na faixa etária de 26 a 35 anos estão 27,6% dos participantes, dos respondentes entre 36 a 45 anos fazem parte 10,3% do total de participantes, referente a faixa etária de 46 a 55 anos fazem parte 5,7% dos respondentes e os respondentes de 55 anos em diante, fazem também parte 5,7%.

Os participantes da pesquisa responderam acerca do grau de escolaridade. Identificou-se que uma pequena porcentagem de 2,3%, possuem o Ensino Médio Incompleto, aos participantes que são 21,6% fazem parte do grupo que tem o Ensino Médio Completo, mais da metade dos participantes que são eles composto por 50% afirmam possuir Ensino Superior Incompleto, referente ao Ensino Superior Completo 13,6% afirmam ter concluído, e 15,9% afirmam possuírem Pós-graduação. O público participante da pesquisa reside em sua maioria na cidade de Mossoró/RN que nesse caso é composto por 94,3%, o público restante faz parte das cidades vizinha.

As perguntas foram respondidas obedecendo a escala de Likert de 5 pontos, sendo (1) Discordo totalmente, (2) Discordo, (3) Não discordo nem concordo, (4) Concordo parcialmente e (5) Concordo totalmente. Analisando as respostas pode-se observar que a grande maioria dos participantes afirmam possuir conhecimento sobre o tema Sustentabilidade, representando 55,7% dos respondentes, conforme pode ser observado no gráfico da Figura 3.

Figura 03 – Tenho conhecimento sobre Sustentabilidade

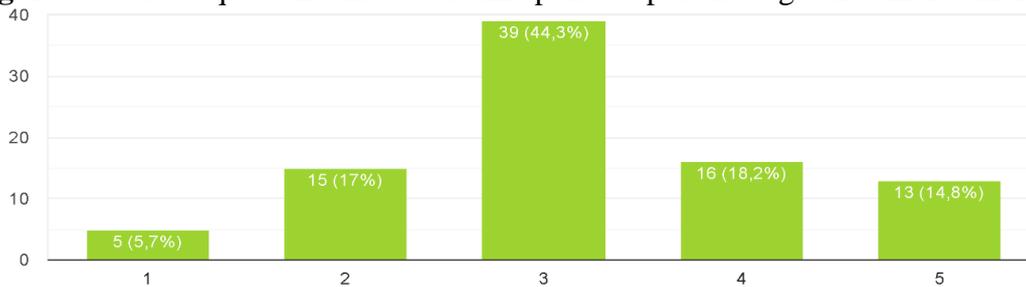


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A sustentabilidade é definida pelo progresso pensando não somente em interesses e necessidades das gerações atuais, mas também das gerações futuras. Esse é considerado o principal ponto de partida para a sustentabilidade, é a ótica do que pode ocorrer a longo prazo e que deve ser pensado no holístico (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008).

Quando levantada a afirmativa de que fazem um consumo de forma pensada para não agredir o meio ambiente os 44,3% dos participantes afirmam não concordar e nem discordar, dessa forma, é possível concluir que agem de forma indiferente.

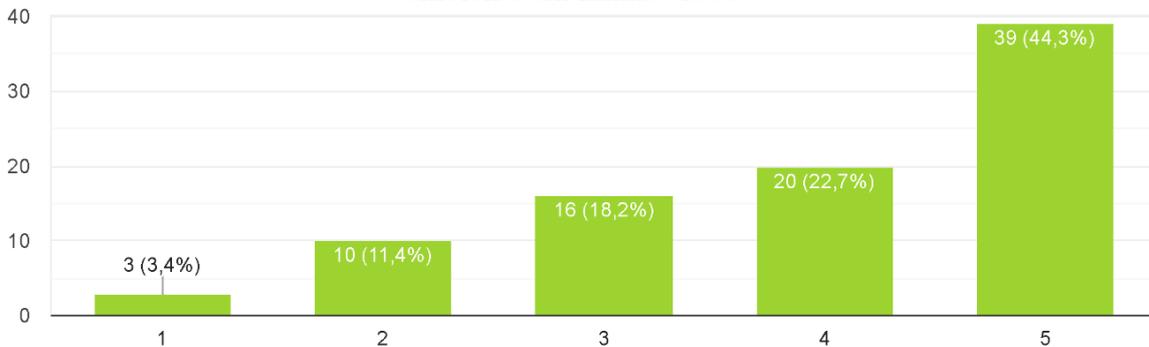
Figura 04 – Tudo que consumo é de forma pensada para não agredir o meio ambiente



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Com relação ao conhecimento da população sobre projetos relacionados ao meio ambiente na cidade em que residem, é possível observar que 44,3% dos respondentes concordam sobre terem conhecimento da importância dos projetos relacionados ao meio ambiente na cidade em que residem.

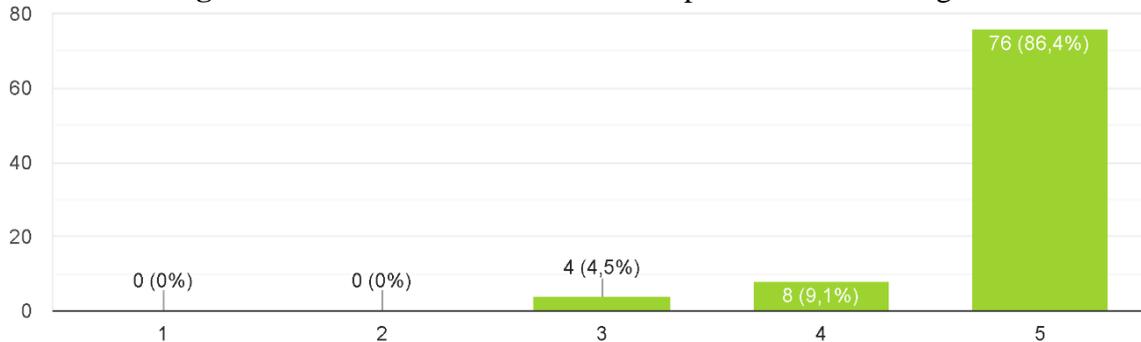
Figura 05 – Tenho conhecimento da importância de projetos relacionados ao meio ambiente em minha cidade



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Grande parte dos participantes que é composta por 86,4% afirmam que têm conhecimento sobre o tema e a importância da reciclagem. Contudo, apesar da grande maioria dos participantes demonstrarem em suas respostas saber essa importância uma pequena parte dos respondentes que é composta de 4,5% demonstram indiferença sobre o assunto.

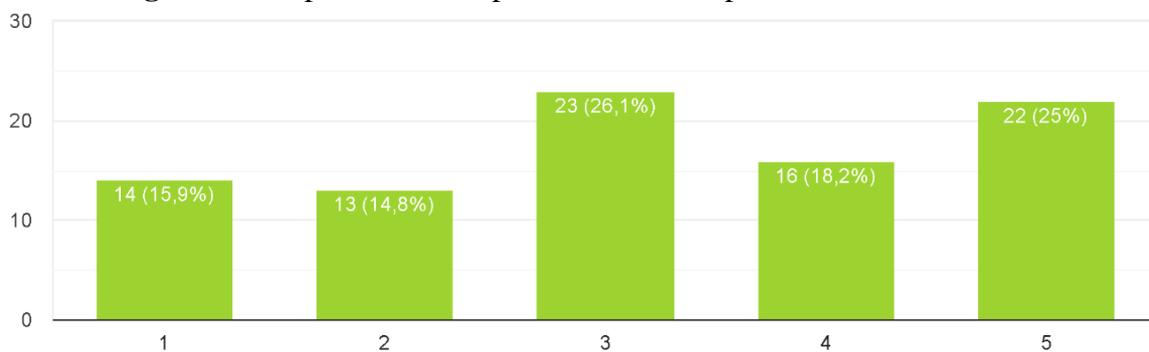
Figura 06 – Tenho conhecimento da importância da reciclagem



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Embora a maioria saiba a importância da reciclagem, as opiniões ficam divididas quando existe a afirmativa sobre separar o lixo para a reciclagem onde 26,1% não concordam nem discordam se fazem a contribuição de separar o lixo de forma correta para a reciclagem e 25% que afirmam fazer a separação do lixo para a reciclagem.

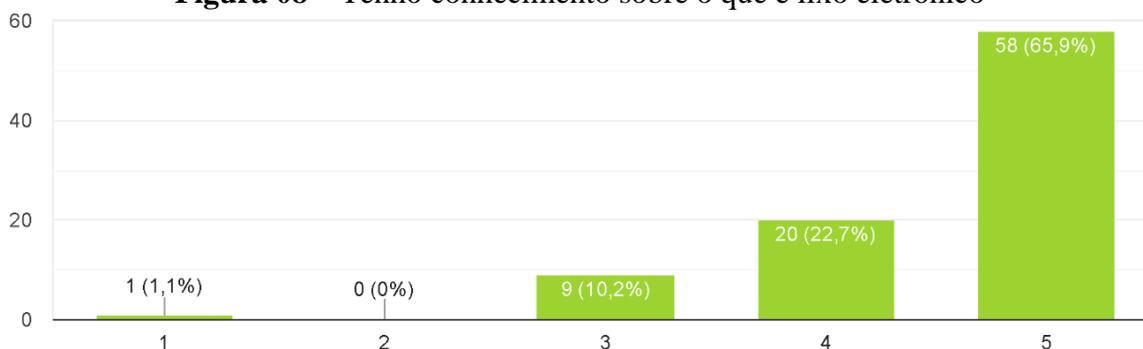
Figura 07 –Separo meu lixo para reduzir os impactos ao meio ambiente



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O questionamento seguinte está no parâmetro de principal importância para a pesquisa, pois se concentra em descobrir o grau de conhecimento da população. A grande maioria dos participantes concorda com a afirmativa de que tem conhecimento sobre o que é o lixo eletrônico.

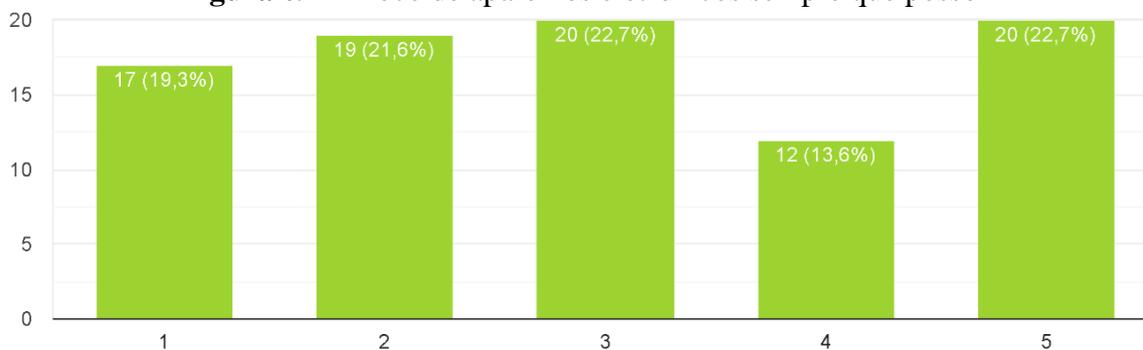
Figura 08 – Tenho conhecimento sobre o que é lixo eletrônico



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quando feita a afirmativa sobre o consumo de aparelhos sempre que podem, é possível observar um equilíbrio nas respostas, onde 19,3% dos participantes discordam totalmente e não consomem de forma exagerada produtos eletrônicos, dentre os participantes 22,7% são indiferentes a esse consumo e 22,7% confirmam a troca sempre que podem dos aparelhos eletrônicos.

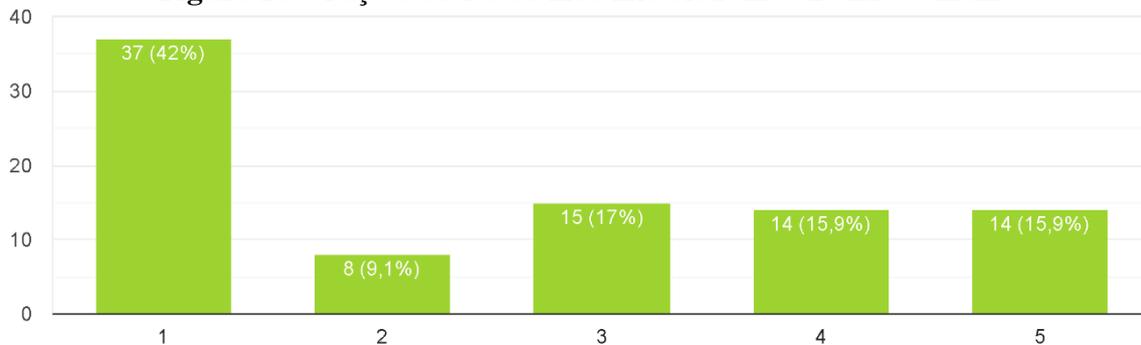
Figura 09 – Troco de aparelhos eletrônicos sempre que posso



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quando levantada a afirmativa sobre o descarte do lixo eletrônico em lixo comum, dos participantes sendo 42% afirmam que não fazem esse descarte em lixo comum, embora, 15,9% concordam com a afirmativa e fazem o descarte do seu lixo eletrônico em lixo comum. Isso corrobora com Hempe e Nogueira (2012) quando falam que o ser humano de fato consome mais do que necessita e é exatamente esse consumo exagerado que faz com que resíduos sólidos aumentem e nesse caso é o lixo eletrônico.

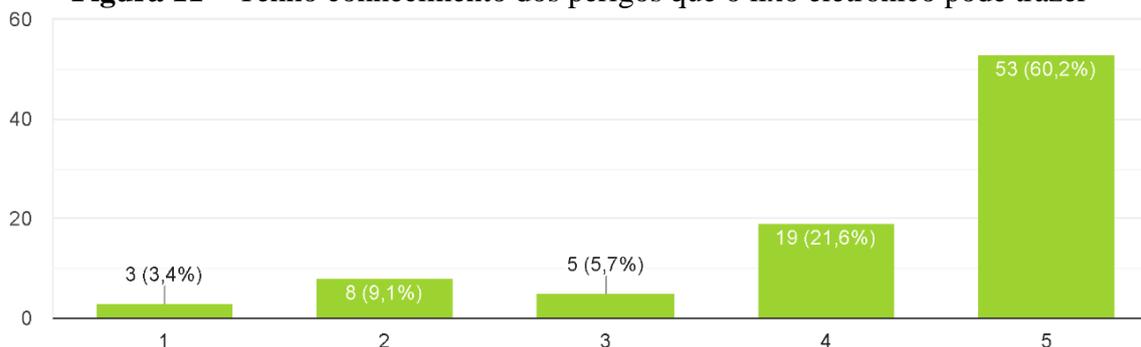
Figura 10 – Faço descarte do meu lixo eletrônico no lixo comum



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Através do questionário foi possível identificar que uma grande parte da população que participou da pesquisa sabe do que se trata o lixo eletrônico (gráfico 8) e que em outro questionamento podemos observar que 60,2% dos participantes também têm conhecimento e consciência dos perigos que o lixo eletrônico pode trazer ao meio ambiente (gráfico 11). Em outro momento da pesquisa é citado a importância dos metais pesados para o meio ambiente e a manutenção da vida, mas quando encontrados em grandes quantidades podem trazer malefícios a saúde de todos os seres vivos seja referente a fauna e flora. Isso demonstra a importância do tema relacionando que o descarte de forma incorreta do lixo eletrônico pode trazer perigos e contaminação do solo, da água, e da vida que habita no local onde o mesmo foi descartado inadequadamente (TANAUE *et al.*, 2015).

Figura 11 – Tenho conhecimento dos perigos que o lixo eletrônico pode trazer

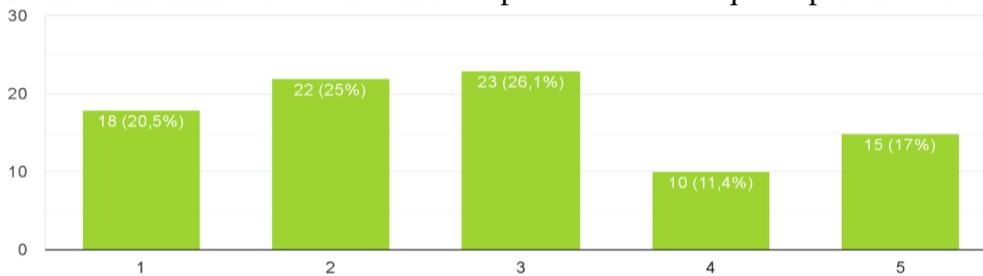


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Na afirmativa se na cidade dos participantes tinha um local de descarte apropriado para lixo eletrônico, baseado nos conhecimentos dos participantes 20,5% afirmaram que não há um local para esse descarte apropriado; de todos os participantes 26,1% são indiferentes a esta informação e 17% afirmam que em sua cidade há um local apropriado para o descarte desse lixo. Nesse resultado a partir da coleta de dados é reforçada a citação onde Franco e Barros (2017) falam que a falta de clareza em expor a situação real sobre

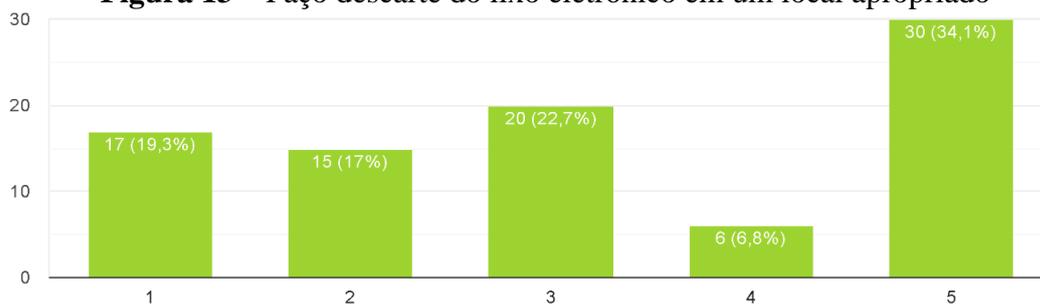
os perigos do lixo eletrônico a sociedade de uma forma generalizada faz com que esse número continue a aumentar. Há dessa forma um equilíbrio nas respostas o que acaba sendo confirmado com o gráfico 13, onde fala sobre fazer o descarte de maneira correta.

Figura 12 – Em minha cidade há um local para descarte adequado para lixo eletrônico



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Figura 13 – Faço descarte do lixo eletrônico em um local apropriado



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Ainda corroborando com a fala de Franco e Barros (2017) é possível que se existe de fato a clareza nas informações sobre os perigos que esse lixo pode trazer, a maioria das pessoas fariam o descarte do lixo de forma correta evitando a contaminação do solo, e ajudando as organizações que reciclam esse tipo de resíduo e que apresentam esse tipo de alternativa, onde o foco é amenizar os danos e que ainda contribuem para fins sociais.

Ao serem indagados acerca da reciclagem de lixo eletrônico 47,7% dos respondentes que compõem quase metade dos participantes afirmaram ter conhecimento.

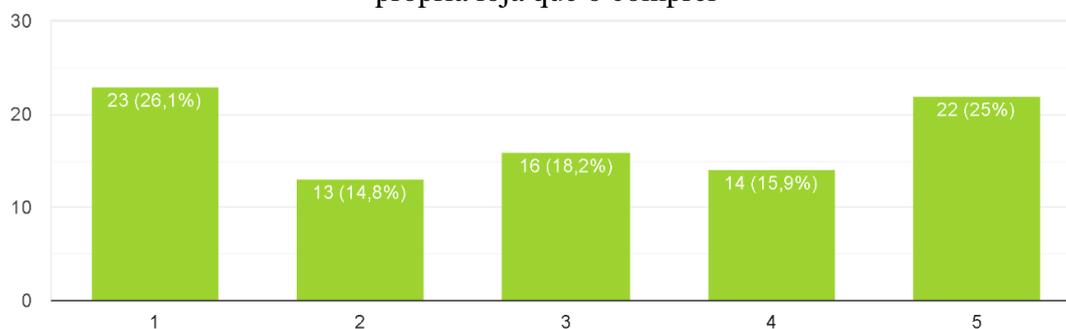
Figura 14 – Tenho conhecimento de que produtos eletrônicos podem ser reciclados



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Dentre os participantes, as respostas ficam divididas entre 26,1% que não têm conhecimento que podem fazer o descarte desse lixo eletrônico nas próprias lojas que os compram, e 25% afirma ter conhecimento desse descarte, também conhecido como logística reversa e que por lei como citado anteriormente a Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (BRASIL, 2010) onde reforça que os resíduos sólidos que nesse caso é o lixo eletrônico devem ser coletados pelos importadores e fabricantes, onde os mesmos devem destinar a um local adequado e que de preferência seja feita uma reciclagem desses resíduos.

Figura 15 – Tenho conhecimento que posso fazer o descarte do meu lixo eletrônico na própria loja que o comprei



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Fazendo uma análise dos gráficos 12, 13, 14 e 15 de maneira conjunta podemos constatar que existe conhecimento sobre o tema, mas a maioria das pessoas não realizam o descarte de forma correta, há conhecimento, mas não ação efetiva. Nesse modo só deixa mais evidente o que Roos e Becker (2012) falam, que por mais que haja o conhecimento e a capacidade de aprender e propagar o mesmo o ser humano tem um problema muito maior, que é o seu estilo de vida danoso no qual a sobrevivência do indivíduo desenvolve uma utilização de recursos naturais de forma exorbitante em que teve consequências uma situação de crise ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho identificou que o descarte de lixo eletrônico na cidade de Mossoró/RN é feito, em parte, de maneira correta. Percebe-se que os respondentes têm conhecimento sobre o assunto, porém ainda falta ação efetiva. Com isso, responde-se o problema de pesquisa, é realizado o descarte de lixo eletrônico na cidade de Mossoró e região? Com os dados da pesquisa percebe-se que o descarte é feito, mas de forma insipiente.

O objetivo a ser alcançado com a pesquisa foi identificar a percepção que a população tem sobre o tema lixo eletrônico, o consumo e o descarte do mesmo. O primeiro ponto que foi identificado é que os consumidores possuíam conhecimento acerca



do lixo eletrônico, com base na análise feita através do questionário, é perceptível que grande parte da população tem conhecimento sobre o tema sustentabilidade, sobre o lixo eletrônico, os perigos que esse tipo de lixo pode trazer, a importância da reciclagem e outros pontos. É observado também que a maior parte dos participantes tem conhecimento da importância de projetos sustentáveis na cidade em que residem, mas nem todos tem conhecimento sobre projetos de descarte apropriado do lixo eletrônico na cidade.

Ainda nos resultados é possível identificar que não é a maioria dos participantes que fazem o descarte do lixo eletrônico de forma adequada, isso porque existe um equilíbrio nas respostas. É possível observar que não há uma preocupação tão grande com esse tipo de lixo, apesar de terem o conhecimento sobre a importância e o perigo que o lixo eletrônico pode trazer, pois como podemos ver na coleta de dados existe um consumo grande de produtos eletrônicos, apesar de saberem e terem conhecimento sobre o assunto como mostra na análise feita. Com isso, é observado que o objetivo da pesquisa foi alcançado.

O lixo eletrônico é um ponto muito importante a ser estudado e pesquisado, tem sua relevância para que possa ser aprofundado e estendido para outros estados do Brasil, com o intuito de saber como está o conhecimento e descarte do lixo eletrônico em outras localidades.

A pesquisa tem como contribuição a ampliação do conhecimento sobre o assunto, pois apesar de ser um questionário para a coleta de dados, de certa forma, ele também foi informativo para quem participou, além do fato do resultado da pesquisa contribuir para o entendimento da situação atual, possibilitando com que ideias possam surgir para a inovação de produtos e que esses não sejam tão agressivos ao meio ambiente, buscando minimizar os danos causados pelo lixo eletrônico nas cidades, pois o ponto principal é resguardar aquela que consideramos casa, ou seja, o planeta Terra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mislene Aparecida de *et al.* Destinação do lixo eletrônico: impactos ambientais causados pelos resíduos tecnológicos. **Revista Científica e-Locução**, v. 1, n. 07, p. 17-17, 2015.

AMARAL, Luiz André; STEFANO, Silvio Roberto; CHIUSOLI, Cláudio Luiz. Sustentabilidade organizacional na perspectiva do Triple Bottom Line: O caso Itaipu binacional. **Revista Eletrônica Científica do CRA-PR-RECC**, v. 5, n. 1, p. 64-80, 2018.

BIATO, Márcia Fortuna. Convenção-quadro das nações unidas sobre mudança do clima. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a, v. 42, p. 233-252, 2004.



CELINSKI, Tatiana Montes *et al.* Perspectivas para reuso e reciclagem do lixo eletrônico. In: II Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. 2011. p. 1- 4. **Anais [...]**. CBGA, 2011. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2011/III-020.pdf>

CLARO, Priscila Borin de Oliveira; CLARO, Danny Pimentel; AMÂNCIO, Robson. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração- RAUSP**, v. 43, n. 4, p. 289-300, 2008.

CORDANI, Umberto G.; MARCOVITCH, Jacques; SALATI, Eneas. Avaliação das ações brasileiras após a Rio-92. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 29, p. 399-408, 1997.

COSTA, Lucas Germano Feitosa. **Convenções mundiais sobre o Direito Internacional Ambiental e os princípios mais relevantes**. Disponível em: <https://www.uni7.edu.br/ic2011/194.pdf>

FONTENELE, Helga Gisele de Sousa. **Ordenamento do comércio informal de rua por meio de ppp: uma análise à luz do Triple Bottom Line**. 73 f, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/50157>

FRANCA, Gustavo Luiz de Paulo; BARROS, Luciano de Jesus Rodrigues. SITUAÇÃO ATUAL DE RESÍDUOS ELETRÔNICOS NO BRASIL. **Revista Interface Tecnológica**, v. 14, n. 1, p. 96-104, 2017.

GODINHO, Rosemary de Sampaio; MOTA, Mauricio Jorge Pereira da. Desafios da Convenção sobre a diversidade biológica. **Revista de Direito da Cidade**, v. 5, n. 2, p. 106-136, 2013.

GURSKI, Bruno; GONZAGA, Roberto; TENDOLINI, Patrícia. Conferência de Estocolmo: um marco na questão ambiental. **Administração de Empresas em Revista**, v. 1, n. 7, p. 65-79, 2012.

HEMPE, Cléa; NOGUERA, Jorge Orlando Cuellar. A educação ambiental e os resíduos sólidos urbanos. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 5, n. 5, p. 682- 695, 2012.

LINHARES, Samara do Nascimento; NOBRE, Mayra Fernandes; MOSCARDI, Jean Prost. OS RESÍDUOS ELETROELETRÔNICOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ACERCA DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS CONSUMIDORES DA CIDADE DE MOSSORÓ-RN. **Anais [...]**. Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, Goiânia/GO. 2012.



MOI, Paula Cristina Pedroso *et al.* Lixo eletrônico: Consequências e possíveis soluções. Connection Line, **Revista Eletrônica do UNIVAG**, n. 7, 2014.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, v. 26, p. 51-64, 2012.

PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon de. A conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 6, 2009.

PATRIARCHA-GRACIOLLI, Suelen Regina. Acordos mundiais estabelecidos na Rio-92: uma reflexão do panorama atual. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 10, n. 3, p. 69-81, 2015.

REIS, Erika Karoline da Silva. O USO DA LOGÍSTICA REVERSA PARA MINIMIZAR OS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELO LIXO ELETRÔNICO. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 8, p. 843-859, 2021.

ROOS, Alana; BECKER, Elisabeth Leia Spod. Educação ambiental e sustentabilidade. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 5, n. 5, p. 857-866, 2012.

SILVA, Lílian Simone Aguiar da; QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves. Sustentabilidade empresarial e o impacto no custo de capital próprio das empresas de capital aberto. **Gestão & Produção**, v. 13, p. 385-395, 2006.

SOUZA, Fernanda Rodrigues da Silva. Educação Ambiental e sustentabilidade: uma intervenção emergente na escola. Revista **Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 15, n. 3, p. 115-121, 2020.

TANAUE, Ana Claudia Borlina *et al.* Lixo eletrônico: agravos a saúde e ao meio ambiente. **Ensaio e Ciência C Biológicas Agrárias e da Saúde**, v. 19, n. 3, 2015.

VERRI, Reginaldo Aparecido. **Setor sucroenergético: uma análise sob o tripé da sustentabilidade**. 2016. Disponível em:
<https://rdu.unicesumar.edu.br/handle/123456789/590>



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

JORNADA
ACADÊMICA DE
GESTÃO
da Católica do RN

EFEITO BATOM, SUSTENTABILIDADE E OS IMPACTOS DA PANDEMIA COVID 19 NO CONSUMO NO BRASIL

Francisca Noeme Moreira de Araújo

Mestre em Administração – UNP
Docente da Universidade Potiguar – UNP
E-mail: noeme_moreira@hotmail.com

Marcelo Victor Alves Bila Queiroz

Doutor em Administração – UFRN
Docente da Universidade Potiguar – UNP
E-mail: marcelo.queiroz@unp.br

Walid Abbas El-Aouar

Doutor em Administração – UFRN
Docente da Universidade Potiguar – UNP
E-mail: walidabbas@unp.br

César Ricardo Maia de Vasconcelos

Doutor em Administração – UFRN
Docente da Universidade Potiguar – UNP
E-mail: cesar.vasconcelos@unp.br

RESUMO

A pandemia provocada pelo Covid-19 já é considerada uma das maiores da história e afetou diretamente a vida das pessoas, inclusive o consumo, exigindo das organizações rápidas adaptações. A partir desse contexto, este estudo tem como objetivo geral identificar se as pessoas modificaram seus hábitos de consumo no que se refere a produtos de higiene e cuidados pessoal, cosméticos e perfumaria desde o início da pandemia. O processo de coleta de dados aconteceu de maneira online e obteve a participação de 137 pessoas. A pesquisa é de caráter descritiva e quantitativa. Os resultados apontam que as pessoas modificaram o estilo de consumo dos produtos estudados e que o batom deixou de ser o item mais consumido, dando lugar a outros produtos cosméticos e de cuidados com a pele, contrariando os resultados do efeito batom. Além disso, identificou que as questões relacionadas a qualidade, preço e *cruelty free*, são critérios a serem analisados na escolha desses produtos, embora continuem consumindo produtos de marcas que não são *cruelty free*.

Palavras-chave: Comportamento do Comprador. Pandemia. Efeito Batom. *Cruelty free*.



1 INTRODUÇÃO

Em 1941, a edição britânica da revista Vogue publicou: *beauty is your duty*, traduzindo para o português: beleza é seu dever. Essa frase repercutiu durante a Segunda Guerra mundial e foi amplamente defendida pelo então Primeiro Ministro do Reino Unido Winston Churchill, que incentivou o uso do batom pelas mulheres, como um fator contribuinte para elevação da autoestima e dar a sensação de normalidade.

A busca pelo bem-estar associado à beleza é um comportamento que vem se repetindo a várias gerações e isso comprova o quanto a indústria de cosméticos é essencial em tempos de crise. Em 2001, Leonard Lauder, o CEO da marca de cosméticos Estée Lauder, apontou que as vendas de batom aumentaram aproximadamente 40% após o atentado de 11 de setembro. E intitulou esse movimento de “efeito batom”, por identificar que as vendas de cosméticos, especialmente de batom, seguiram na contramão de crises vivenciadas até então (BICIUNAITE, 2013).

Historicamente o setor tem se comportado estável ou até mesmo na contramão de crises vivenciadas ao longo dos anos. Durante a grande Depressão, ocorrida na década de 30, a crise mundial de 2008, entre outras crises, o setor se mostrou resiliente (ELLIOT, 2008). Atualmente, o mundo vivencia uma crise diferente as anteriores já ocorridas na atualidade.

A crise atual é decorrente da pandemia do coronavírus (SARS-CoV-2), causador da Covid-19. Este fenômeno modificou a rotina das pessoas em todo o mundo, levando empresas a mudar a forma de produzir, vender, atender e fornecer bens e serviços (GERDEMAN, 2020), e compradores mudar hábitos de compras (JESUS *et al.*, 2020).

No que se refere ao mercado de Consumo de Higiene e Cuidados Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, a ABIHPEC (2021) destacou que as vendas do permaneceram estáveis no 1º trimestre de 2021 de modo geral. Ao dividir o segmento em nichos, destacou que os produtos de Higiene e cuidados Pessoal seguem com alta de 6%, enquanto os cosméticos tiveram desempenho negativo, contrariando o comportamento até então identificado em crises anteriores. A associação também destaca que as pessoas têm se mostrado mais preocupadas com os processos produtos e com a matéria-prima utilizada na fabricação dos produtos.

Compreender esse novo cenário e conhecer os hábitos de consumo dos clientes é de grande valia para as organizações, tendo em vista que os valores sociais vêm passando por transformações significativas, motivadas especialmente pela mudança nos hábitos de consumo das pessoas. Para Solomon (2016), a preocupação do comprador com os processos produtivos e matéria-prima utilizada na fabricação dos produtos, é reflexo da mudança de valores. Furlan (2021) destaca que as mudanças sociais, econômicas e ambientais têm despertado o interesse das pessoas e afetado o comportamento de compra, enquanto a ABIHPEC (2021) destaca que há uma controvérsia entre o discurso dos compradores com a ação de compra.

De modo geral, a venda de cosméticos no Brasil e no mundo têm grande impacto na economia. De acordo com ABIHPEC (Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos), atualmente o Brasil ocupa a quarta posição no ranking



mundial de Consumo de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (HPPC), o que evidencia a relevância do segmento na economia do país (ABIHPEC, 2021).

Diante deste contexto emerge o questionamento que orientou esse estudo: **Houve mudanças no perfil de consumo durante a pandemia global da Covid-19?** Para responder essa problemática, este artigo tem como objetivo geral identificar se as pessoas modificaram seus hábitos de consumo no que se refere a produtos de higiene e cuidados pessoal, cosméticos e perfumaria desde o início da pandemia, e como objetivos específicos investigar se houve mudança no comportamento dos clientes, especialmente no que se refere a substituição de produtos e frequência de compra e conhecer se os fatores que tratam de questões sustentáveis são importantes da decisão de compra.

O artigo está dividido em seções. A primeira corresponde a introdução, na segunda há o referencial teórico, que traz as considerações dos autores que serviram de base para elaboração do estudo, a terceira seção aborda o percurso metodológico, a quarta expõe os resultados da pesquisa e na última seção, as considerações finais, que traz especialmente contribuições e reflexões para novas pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 COMPORTAMENTO DO COMPRADOR

Diante de um mercado cada vez mais competitivo, atrair a atenção dos clientes têm se tornado um requisito essencial na busca da continuidade dos negócios. Para traçar estratégias de atração e retenção de clientes, conhecê-lo é o primeiro passo (KOTLER, 2012).

A partir do estudo e da análise do comportamento do comprador, é possível identificar fatores que influenciam na sua decisão de compra, bem como identificação de tendências, oportunidades de negócio e conseqüentemente o processo de decisão de compra dos compradores. Brown e Reingen (1987), afirmam que esse processo envolve a busca de referenciais do comprador sobre produtos e serviços a partir da consideração de outros compradores. Para Kotler & Keller (2012), a decisão de compra é influenciada pelo nível de conhecimento que o cliente possui do produto ou serviço que pretende adquirir, desta forma os autores reforçam a importância das organizações acompanharem como as informações chegam até os clientes, bem como conhecer quais são os fatores que impactam na decisão de compra do seu público-alvo.

Para Solomon (2016), o estudo do comportamento do comprador está em constante evolução, caracterizando-se como um processo contínuo que vai além da identificação da necessidade de aquisição de um produto ou serviço, corroborando, Ferreira (2020), afirma que o comprador tem adotado uma postura mais participativa na decisão de compra e tem se tornado um agente ativo, passando a se interessar não apenas na posse do que se está adquirindo, mas como é produzido, matéria-prima utilizada e os impactos gerados na sociedade. Ou seja, o comportamento de compra é moldado a partir de referenciais adquiridos pelos compradores durante a sua jornada de compra.



O comportamento do comprador é afetado por diferentes fatores, que vão desde a influência dos grupos de referência para o indivíduo a questões econômicas (Engel *et al.*, 2000; Casco, 2020). No que se refere ao consumo de produtos de cosméticos, higiene e cuidados pessoal e perfumaria, Hill *et al.* (2012) destacam essencialmente a busca pelo bem-estar como um fator predeterminante na decisão de compra desses produtos, superando inclusive mudanças culturais e instabilidade política e econômica. O segmento mostrou estável ou em crescimento durante marcos importantes ocorridos ao longo da história, como por exemplo a Grande Depressão, a Segunda Guerra Mundial, atendado as Torres Gêmeas, Crise Mundial de 2008, sendo utilizado inclusive, como termômetro de medição da economia durante situações de crise (BICIUNAITE, 2013; ELLIOT, 2008). Para Huttel *et al.* (2018), esse comportamento pode ser explicado pelo fato dos compradores buscarem converter acontecimentos negativos em instantes de alegria e bem-estar.

Embora o mundo venha enfrentando diferentes dificuldades ao longo dos anos, há mais de um século não se vivencia um fenômeno como a pandemia provocada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da Covid-19. Para Mehta *et al.* (2020), essa é uma crise diferente, e que deverá afetar o comportamento de compra das pessoas a longo prazo, despertando para compra responsável, reutilização e sustentabilidade.

Ribeiro *et al.* (2016) destaca de modo geral, que os compradores têm exigido um comportamento mais sustentável, por parte das organizações. No que se refere a questões ambientais e do consumo consciente. Guillen-Royo (2019), destaca que há uma tendência dos compradores em adquirir produtos sustentáveis, mesmo que tenham o valor mais elevado.

A definição de desenvolvimento sustentável, consiste em atender as necessidades contemporâneas, sem comprometer as próximas gerações. Ou seja, o comprador passa a ter preferências por produtos que são ecológicos, naturais e recicláveis, bem como desperta para o consumo consciente.

3 MÉTODO

Considerando-se o objetivo deste estudo, a pesquisa é de cunho descritivo, tendo em vista que descreve a situação identificada e de abordagem quantitativa, por mensurar as variáveis preestabelecidas para esta pesquisa (CHIZZOTTI, 2017).

A coleta de dados se deu por meio de um questionário online, onde os indivíduos responderam de forma independente, sem nenhuma interferência nas suas respostas. A coleta aconteceu no mês de maio de 2022, especificadamente, entre os dias 15/05 e 25/05. A amostra dessa pesquisa foi de 137, e alcançou respondentes de diferentes estados brasileiros, com maior ênfase para a região Nordeste. O instrumento de pesquisa é composto por três seções e composto por 22 questões objetivas, nas quais seis correspondem ao perfil.

A primeira seção é composta por questões que abordaram o grau de concordância quanto ao que se estava sendo questionado. A pesquisa adotou a escala tipo Likert, de cinco pontos. Os respondentes indicavam “discordo totalmente” a “concordo totalmente”. A segunda seção trata de questões relacionadas à frequência de compras e motivo de



escolha. A seção ainda traz uma lista de marcas de produtos das três categorias, a qual o respondente poderia assinalar aquelas que consome em maior frequência. A lista foi elaborada baseada no ranking divulgado pela Brand Finance (2021). A terceira seção é composta por questões relacionadas ao perfil dos respondentes. E para testar a confiabilidade do instrumento de pesquisa, foi aplicado o teste de Cronbach e identificou-se o grau de confiabilidade é de 0,714, que significa que o instrumento é confiável.

A pesquisa em questão é classificada como pesquisa de campo e não se limitou a um perfil específico de respondentes. Para tabulação dos dados foi utilizada a ferramenta de elaboração de relatório interativo para o cruzamento dos dados, identificação das médias, desvios padrão, testes de confiabilidade de escala através do programa SPSS/IBM (Statistical Package for Social Sciences).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados desta pesquisa. Para melhorar a apresentação dos dados, os resultados foram divididos em dois grupos: caracterização da amostra e comportamento do comprador. Este último traz os resultados da análise do grau de fidelidade e felicidade dos compradores em adquirir produtos cosméticos, higiene e cuidados pessoal e perfumaria, grau de concordância dos respondentes, possível mudança de hábitos, e apresentação dos fatores que influenciam as decisões de compra dos compradores.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A seguir são apresentados os resultados referentes ao perfil dos respondentes da pesquisa. O maior percentual dos participantes é de pessoas do sexo feminino (72%). A Tabela 1 A, B, C mostra os resultados quanto à faixa etária, escolaridade e estado civil.

Tabela 1: Faixa Etária, Escolaridade e Estado Civil

A - Faixa Etária	Percentual	Frequência
Menor de 18 anos	1%	1
De 18 a 29 anos	53%	73
De 30 a 40 anos	23%	32
De 40 a 50 anos	17%	23
A partir de 51 anos	6%	8
B – Escolaridade	Percentual	Frequência
Ensino Fundamental	0%	0
Ensino Médio	28%	39
Graduação	32%	44
Pós-graduação	18%	24
Mestrado	16%	22
Doutorado	1%	2



Outros	4%	6
B – Estado Civil	Percentual	Frequência
Solteiro	53%	72
Casado ou União Estável	43%	59
Divorciado	4%	6
Viúvo	0%	0

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

A faixa etária predominante da população pesquisada está entre 18 e 29 anos. Quanto a escolaridade, a maior concentração é de pessoas com graduação e quanto ao estado civil, a maior parte é de pessoas solteiras.

Também foi questionado a faixa de renda dos respondentes, conforme pode-se ver na Tabela 2.

Tabela 2: Faixa de Renda

Faixa de renda	Percentual	Frequência
Nenhuma renda	7%	9
Até um salário mínimo	19%	26
Entre R\$1.101,00 a R\$2.090,00	31%	42
Entre R\$ 2.090,00 a R\$ 4.180,00	16%	22
Entre R\$ 4.181,00 a R\$10.450,00	18%	25
Entre R\$10.451,00 a R\$20.900,00	7%	10
Acima de R\$20.901,00	2%	3

Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

Como a pesquisa foi divulgada ao público em geral, foi questionado Estado em que os respondentes residem. A pesquisa alcançou o maior número de respondentes no estado do Rio Grande do Norte (72%), seguindo do estado do Maranhão (10%), Ceará (7%), Paraíba e São Paulo (4%), e Tocantins e Bahia (1%).

4.2 COMPORTAMENTO DE COMPRAS

Considerando que o objetivo dessa pesquisa que é identificar os hábitos de consumo no que se refere a aquisição de produtos de higiene e cuidados pessoal, cosméticos e perfumaria, iniciou-se questionando a respeito do grau de fidelidade dos compradores com as marcas dos produtos que adquirem. Constatou-se que 52% declararam ser fieis às marcas que consomem, 36% revelaram ser indiferentes e 12% afirmam não ter fidelidade. Em seguida foi questionado se a aquisição desses produtos os deixam mais felizes. De acordo com os respondentes, constatou-se que 66% informaram que se sentem mais felizes ao adquirir produtos de HPPC, contra 11% que afirmam discordar do sentimento de felicidade e 24% declararam ser indiferentes.

HILL *et al.* (2012) declaram que historicamente, os produtos de higiene e cuidados pessoais, perfumaria e cosméticos seguem fora da curva no que se refere ao volume de vendas durante períodos de crises. Como o período de realização dessa



pesquisa, coincide com a existência da maior pandemia da era moderna, questionou-se aos respondentes a frequência da aquisição desses produtos antes e durante a pandemia. Os resultados estão na Tabela 3.

Tabela 3: Frequência de compras

QUESTÃO	Nunca	Raramente	Às vezes	Muitas Vezes	Sempre
Frequência de compra antes da pandemia	5%	10%	33%	25%	27%
Frequência de compra durante a pandemia	11%	16%	31%	25%	17%

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

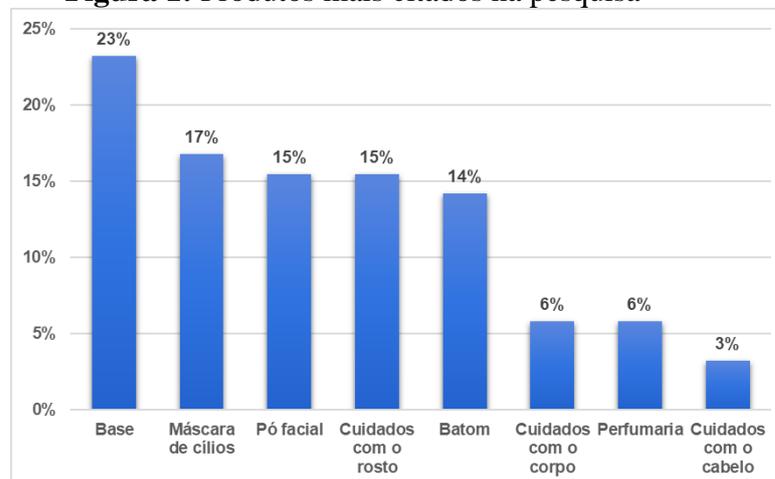
De acordo com os resultados apresentados na Tabela 3, é possível identificar mudança na frequência de compras dos respondentes, especialmente no que se refere aos que sinalizaram que antes da pandemia sempre adquiriam esses tipos de produtos, tendo reduzido em 10%. Pode-se entender que esses compradores passaram a comprar raramente ou nunca, tendo em vista que essa periodicidade teve crescimento de acordo com as respostas. Embora o segmento estudado esteja em estabilidade (ABIHPEC, 2021), não vem se comportando como no passado, onde seguiu na contramão das crises, especialmente a indústria de cosméticos. O impacto das vendas desses produtos é essencialmente significativo, dando origem ao efeito batom, um índice de medição da crise (SANTI, 2021).

Sheth (2020) destaca que é bem provável que as pessoas ressignifiquem seus modos de vidas e, conseqüentemente, o consumo. Considerando essa colocação, foi questionado aos respondentes se houve mudança nos hábitos de consumo no que se refere a aquisições de produtos de cosméticos, higiene e cuidado pessoal e perfumaria desde o início da pandemia. O resultado da pesquisa evidenciou que 31% afirmaram ter mudado completamente e 23% parcialmente, o que significa que 54% dos participantes realizaram algum tipo de mudança no que se refere ao consumo, 17% afirmaram que mudou pouco, 15% quase nada e 14% não mudou absolutamente nada. Em seguida, foi questionado o motivo da compra, 94% informaram que a aquisição foi para uso pessoal e 6% para presente.

Considerando a importância no efeito batom na crise, foi indagado quais os produtos mais consumidos no último ano. Os dados podem ser observados na Figura 1.

Como pode-se observar na Figura 1, os produtos mais citados de modo geral, compõem a categoria de cosméticos, no entanto é importante destacar que o batom, ocupa a 5ª colocação, ficando atrás de produtos de cuidados com o rosto. Esse resultado reflete os dados da pesquisa realizada por ABIHPEC (2021), que revelou o crescimento dos produtos dessa natureza. Existe a possibilidade do consumo de batom tenha sido afetado pela exigência de utilização da máscara facial na atual pandemia, o que sugere a sua substituição por outros tipos de produtos, como a máscara de cílios, por exemplo.

Figura 1: Produtos mais citados na pesquisa



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Jamett *et al.* (2021), acredita que a atual conjuntura do Brasil e do mundo, influenciará não apenas o que comprar, mas também de quem estaremos comprando. Para o autor, as pessoas deverão estar mais preocupadas com questões voltadas a sustentabilidade e isso afetará diretamente na decisão de compra. Sobre essa temática, foi perguntado se as questões que envolvem meio ambiente, causa animal e responsabilidade social interferem na decisão de compra de produtos de higiene e cuidados pessoal, perfumaria e cosméticos. A Tabela 4, mostra os resultados.

Tabela 4: Preferências na aquisição dos produtos

QUESTÃO	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Indiferente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
Prefiro produtos que não prejudiquem o meio ambiente.	3%	3%	10%	20%	64%
Tenho preferência por empresas do segmento que possuam política de sustentabilidade e/ou de responsabilidade social.	1%	5%	15%	16%	64%
Tenho preferência por produtos, independentemente de seu preço de venda, que não são testados em animais.	6%	10%	25%	18%	42%

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Conforme pode-se observar, as questões tratam sobre a preferência dos compradores quanto a aquisição dos produtos de HPPC com foco na sustentabilidade, onde 64% informaram que concordam totalmente em preferir produtos que não prejudiquem o meio ambiente. O mesmo percentual repete-se na questão que trata sobre a preferência por produtos de empresas de HPPC que possuam política de sustentabilidade e/ou de responsabilidade social. No que se refere a discordância quanto



a preferência dos produtos/empresas com essas características, o percentual de respondentes que afirmaram discordar, é bem inferior.

Ainda nesse grupo de questões, perguntou-se sobre a preferência dos respondentes por produtos que não são testados em animais, independente do seu preço de venda. Para essa questão, o percentual de respondentes que afirmam concordar, teve uma queda em relação as questões anteriores, alcançando 42% que concordam totalmente e 18% que concordam, conseqüentemente o percentual dos que afirma ser indiferentes ou não concordam é mais elevado, contradizendo Dalmoro (2008), que afirma que os clientes estão dispostos a pagar mais caro por produtos ou serviços de empresas que possuem práticas de responsabilidade socioambiental. O resultado evidencia que os clientes não estão dispostos a investir mais para apoiá-las, o que pode ser entendido que os compradores considerem que essa é uma responsabilidade da empresa.

Em seguida, foi indagado aos respondentes o grau de conhecimento que possuem quanto as marcas que não realizam testes em animais, bem como mudança de postura de compra mediante o motivo apresentado. Inicialmente questionou-se sobre o conhecimento das marcas que não realizam testes em animais, 20% dos respondentes afirmam desconhecer totalmente as marcas que não realizam testes em animais e 18% afirmaram desconhecer parcialmente, esses percentuais estão equiparados ao total de respondentes que afirmam conhecer, considerando o conhecimento parcial e total. Esse resultado reforça o que diz Pérez *et al.* (2017), que defendem a importância das organizações tornarem públicas as boas práticas adotadas.

Também foi questionado quanto à mudança de postura na aquisição de produtos HPPC e perguntado se os respondentes já deixaram de adquirir produtos que cujas empresas realizam testes em animais, 30% afirmaram que deixaram totalmente de comprar produtos em empresas que adotam a prática e 15% afirmaram que deixaram parcialmente. Em contrapartida, 34% informaram que deixaram pouco ou não deixaram nada, de adquirir produtos de empresas que realizam esses testes. Esse percentual é bem representativo, especialmente quando questionado o motivo de decisão de escolha desses produtos, conforme pode ser visto na Tabela 5.

Tabela 5: Critério de decisão de compra

Critério	Total	%
Qualidade	88	29%
Preço	77	25%
<i>Cruelty Free</i>	62	20%
Marca	43	14%
Produtos Naturais	22	7%
Reputação da marca	11	4%
Status	2	1%

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Para essa questão, cada respondente poderia assinalar até três motivos que impactam a escolha. Como pode-se perceber, o critério qualidade foi o mais citado, seguido de preço e *Cruelty Free*, esse termo significa livre de crueldade e se reporta a produtos e empresas que não realizam testes em animais, indo ao encontro do que foi



apresentado na questão anterior. Diante desse fato, pode-se entender que deixar de adquirir produtos que não são *Cruelty Free*, seja na verdade a intenção de compras e que o desconhecimento dessas marcas pode ser um empecilho nessa decisão. Araújo (2016) destaca a importância das organizações defenderem uma causa e também de disseminar com vistas a alcançar o público alvo.

Foi solicitado que os respondentes que informassem quais marcas de produtos habitualmente utilizam. A lista das marcas foi criada baseada na relação da Brand Finance (2021), que é consultoria líder mundial em avaliação de marcas. De posse das respostas, foi realizado o teste de correlação de Person, cruzando marcas com as questões que tratam do conhecimento a respeito de marcas que não testam em animais e o item que trata do motivo que impacta na decisão de compra. Os dados podem ser observados na Tabela 6.

Tabela 6: Situação das empresas relacionado a Cruelty free

Marcas	Total de Citações	% Frequência	Cruelty free
Boticário	94	11,7%	Sim
Natura	73	9,1%	Sim
Colgate	71	8,8%	Não
Avon	63	7,8%	Sim
Johnson & Johnson	42	5,2%	Não
Dove	41	5,1%	Sim
Oral B	36	4,5%	Não
Pantene	36	4,5%	Não
Granado	34	4,2%	Sim
L'Oreal	32	4,0%	Sim
Eudora	26	3,2%	Sim
Nivia	24	3,0%	Não
Close Up	22	2,7%	Não
Quem disse, Berenice	20	2,5%	Sim
Seda	18	2,2%	Sim
Mahogany	16	2,0%	Sim
Lux	15	1,9%	Sim
Bio Extratus	14	1,7%	Sim
Mary kay	14	1,7%	Não
Calvin Klein	13	1,6%	Não
Palmolive	13	1,6%	Não
Rexona	11	1,4%	Não
Colorama	9	1,1%	Não Localizado
Impala	8	1,0%	Não Localizado
Sorriso	8	1,0%	Não Localizado
Dior	6	0,7%	Não
Garnier	5	0,6%	Sim
Carolina Herrera	4	0,5%	Não Localizado
Condor	4	0,5%	Sim
Lancôme	4	0,5%	Não
Chanel	1	0,1%	Não

Fonte: Elaboração própria (2022).



Foi possível identificar que 47% das pessoas que afirmam conhecer as marcas que realizam testes em animais e que afirmam ter deixado de adquirir seus produtos, informaram consumir produtos de marcas que ainda praticam tal ação. A verificação se a empresa é *cruetly free* foi consultada no aplicativo *Bunny Free* e nas páginas oficiais das organizações. Esse resultado evidencia mais uma vez a possibilidade dos compradores não conhecerem de fato a situação da empresa diante deste assunto.

Para esse estudo, também foi realizado a aplicação do teste t de comparação de médias. Esse teste é utilizado para realizar uma comparação de médias de uma variável em função de dois grupos diferentes, sendo possível identificar se há relação de diferença ou semelhança entre eles. Para este caso, cada questão, que pode ser entendida como variável, foi correlacionada com o sexo dos respondentes, e foi possível identificar o comportamento dos dois grupos, conforme pode se ver na Tabela 7.

Tabela 7: T Teste - Questões x sexo

Questão	Sexo	N	Média	Desvio Padrão	Erro de média padrão
Fidelidade às marcas de cosméticos, higiene pessoal e perfumaria.	Feminino	97	3,60	1,057	0,107
	Masculino	40	3,48	1,132	0,179
Me sinto mais feliz quando compro produtos de cosméticos, higiene pessoal e perfumaria	Feminino	97	4,03	1,035	0,105
	Masculino	40	3,58	1,196	0,189
Tenho preferência por produtos, independentemente de seu preço de venda, que não são testados em animais.	Feminino	97	3,94	1,206	0,122
	Masculino	40	3,43	1,299	0,205
Prefiro produtos que não prejudiquem o meio ambiente.	Feminino	97	4,45	0,913	0,093
	Masculino	40	4,25	1,149	0,182
Tenho preferência por empresas do segmento que possuam política de sustentabilidade e/ou de responsabilidade social.	Feminino	97	4,44	0,946	0,096
	Masculino	40	4,18	0,984	0,156
Conheço as marcas que não realizam testes em animais.	Feminino	97	3,22	1,452	0,147
	Masculino	40	2,55	1,280	0,202
Já deixei de adquirir produtos que cujas empresas realizam testes em animais.	Feminino	97	3,39	1,545	0,157
	Masculino	40	2,60	1,429	0,226
Considera que mudou hábitos de consumo no que se refere a aquisições de produtos de higiene e cuidados pessoal, perfumaria e cosméticos, desde o início da pandemia?	Feminino	97	3,38	1,475	0,150
	Masculino	40	3,53	1,301	0,206
Com que frequência você costumava comprar produtos de higiene e cuidados pessoal, perfumaria e cosméticos, desde o início da pandemia antes da pandemia?	Feminino	97	3,80	1,047	0,106
	Masculino	40	3,05	1,197	0,189
Durante a pandemia, com qual frequência, você adquiriu produtos de higiene e cuidados pessoal, perfumaria e cosméticos?	Feminino	97	3,37	1,236	0,125
	Masculino	40	2,75	1,127	0,178

Fonte: Elaboração própria (2022).



De acordo com os dados apresentados, quanto à fidelidade à marca, a média ficou bem aproximada em ambos os sexos. Nas questões que tratam da felicidade ao adquirir produtos de higiene e cuidados pessoal, perfumaria e cosméticos, preferência quanto a produtos que não realizam testes em animais, não prejudiquem o meio ambiente e empresas que possuam política de sustentabilidade e/ou de responsabilidade social, a média ficou mais elevada no grupo das pessoas do sexo feminino. Nas questões que tratam do conhecimento das marcas que não realizam testes em animais ou já ter deixado de adquirir produtos que cujas empresas realizam testes em animais e frequência de compra antes e durante a pandemia, a média também ficou mais elevada no grupo das pessoas do sexo feminino.

Na questão que trata da mudança de hábitos, o grupo que compõem as pessoas do sexo masculino ficou mais elevado, evidenciando que as pessoas do grupo feminino em média concordam que não fez mudanças significativas. Embora a média evidencie que os hábitos em média continuam os mesmos, pode-se destacar que nas questões que trata do comportamento de compra antes e durante a pandemia, sofreu alterações, obtendo a média mais baixa na questão que trata do consumo durante a pandemia. Esse resultado pode ser reflexo do consumo de cosméticos, propriamente dito, já que culturalmente as pessoas do sexo feminino adquirem mais esse tipo de produto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do comportamento do comprador é um tema que há décadas vem fazendo parte do cotidiano no meio acadêmico e empresarial. Trata-se de uma área em constante dinâmica e em evolução, motivado especialmente pelos referencias que mudam ao longo do tempo.

Esta pesquisa teve como objetivo identificar se as pessoas modificaram seus hábitos de consumo no que se refere a produtos de higiene e cuidados pessoais, cosméticos e perfumaria desde o início da pandemia. Pode-se afirmar que o objetivo proposto foi alcançado, tendo em vista que foi possível identificar como os compradores vêm se comportando diante da aquisição desses produtos, além disso foi possível investigar se houve mudança no comportamento, especialmente no que se refere a substituição de produtos, frequência de compra e também possibilitou conhecer se os fatores que tratam de questões sustentáveis são importantes da decisão de compra.

O estudo deixou evidente que de modo geral, os compradores afirmaram ser fiéis às marcas que consomem e que a aquisição desses produtos proporciona sentimento de felicidade. No que se refere a frequência, foi revelado que houve alteração quando comparado ao período antes e durante a pandemia provocado pelo covid-19, além de que foi constado mudança no hábito de consumo, especialmente na aquisição de produtos como o batom, considerado líder de vendas no grupo dos cosméticos, por bases faciais e máscara de cílios, até mesmo por produtos de higiene e cuidados pessoal. Diferentemente de outras crises vivenciadas no passado, a atual impactou o que se conhece como efeito batom.

Acredita-se que a pandemia também tem despertado o interesse das pessoas para causas ambientais e sociais. A pesquisa evidenciou que as pessoas têm demonstrado mais



interesse nessas causas, mas também mostrou que o nível de informações quanto ao assunto ainda é incipiente, especialmente quando detectado que as pessoas afirmam ter deixado de consumir produtos de empresas que realizam testes em animais e logo em seguida, informam consumir produtos de determinadas marcas que ainda adotam essa prática, o que pode ser explicado pela dificuldade de identificar a verdadeira posição da empresa diante deste assunto. Por isso, recomenda-se que as empresas que adotam práticas que podem ser diferenciais estratégicos possam divulgar amplamente a fim de atingir o público pretendido.

Espera-se que esta pesquisa contribua para o meio acadêmico, oferecendo subsídio para novas pesquisas, e para o meio empresarial, recomendações que podem contribuir para tomada de decisão no que cerne o comportamento de compra.

Embora este campo de estudo seja um tema amplamente discutido, os resultados desta pesquisa direcionam para possibilidades da realização de novos estudos a serem explorados dentro desse campo, especialmente na busca da identificação de fatores que contradizem a postura dos compradores. Desta forma, recomenda-se que esse estudo seja continuado e que possa acompanhar inclusive a possível mudanças de hábitos de compra dos compradores pós-pandemia.

REFERÊNCIAS

ABIHPEC (Brasil). **Vendas do setor de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos permanecem estáveis no 1º trimestre de 2021**. 2021. Disponível em: <https://abihpec.org.br/comunicado/vendas-do-setor-de-higiene-pessoal-perfumaria-e-cosmeticos-permanecem-estaveis-no-1o-trimestre-de-2021/>. Acesso em: 15 maio 2021.

ABIHPEC. **Vendas de HPPC crescem 4,7% em 2020 e totalizam R\$ 122,4 bilhões**. Disponível em: <https://abihpec.org.br/vendas-de-hppc-crescem-47-em-2020-e-totalizam-r-1224-bilhoes/>. Acesso em: 23 maio 2021.

ARAÚJO, Francisca Noeme Moreira de. **Interfaces Entre Missão, Propósito E Comportamento Servidor Em Empresas De Serviços**. 2016. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Potiguar, Natal, 2016.

BICIUNAITE, Audre. **Redefining the “Lipstick Effect”**: Examples of Recession-Proof Categories. 2013. Disponível em: <http://blog.euromonitor.com/2013/11/redefining-the-lipstick-effect-examples-of-recessionproof-categories>. Acesso em: 20 maio 2021.

BRAND FINANCE (Inglaterra). **Cosmetics 50 2021 Ranking**. 2021. Disponível em: <https://brandirectory.com/rankings/cosmetics/table>. Acesso em: 18 maio 2021.

BROWN, Jacqueline Johnson; REINGEN, Peter H.. Social Ties and Word-of-Mouth Referral Behavior. **Journal Of Consumer Research**, [S.L.], v. 14, n. 3, p. 350, dez. 1987. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1086/209118>.



CASCO, Alex Rigoberto. Efectos de la pandemia de COVID-19 en el comportamiento del comprador. **Innovare**: Revista de ciencia y tecnología, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 98-105, 10 set. 2020. Latin America Journals Online.
<http://dx.doi.org/10.5377/innovare.v9i2.10208>.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 12ed. – São Paulo: Cortez, 2017.

ELLIOT, Larry. **Into the red**: “lipstick effect” reveals the true face of the recession. The Guardian, Londres, 2008. Disponível em:
<https://www.theguardian.com/business/2008/dec/22/recession-cosmetics-lipstick>.
Acesso em: 23 maio 2021.

ENGEL, James F.; MINIARD Pall W.; BLACKWELL, Roger D. **Comportamento do comprador**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

FERREIRA, Daniela Assis Alves; COSTA, Renato Ramalho; ZIVIANI, Fabricio. O comportamento do comprador on-line: análise bibliométrica de artigos publicados na base de dados scielo. **Qualitas Revista Eletrônica**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 72, 15 maio 2020. Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).
<http://dx.doi.org/10.18391/req.v19i2.4177>

FURLAN, Vivian Dinorá. O efeito mediador da inovatividade na relação entre sustentabilidade e intenção de compra: um estudo com compradores de cosméticos ecologicamente corretos. 2021. 82f. **Dissertação** (Mestrado em Administração) - Universidade Ibirapuera, São Paulo, 2021.

GERDEMAN, Dina. **How the Coronavirus Is Already Rewriting the Future of Business**. 2020. Disponível em: <https://hbswk.hbs.edu/item/how-the-coronavirus-is-already-rewriting-the-future-of-business>. Acesso em: 28 maio 2021.

GUILLEN-ROYO, Mònica. Sustainable consumption and wellbeing: does on-line shopping matter? **Journal Of Cleaner Production**, [S.L.], v. 229, p. 1112-1124, ago. 2019. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.05.061>.

HÜTTEL, Alexandra; ZIESEMER, Florence; PEYER, Mathias; BALDERJAHN, Ingo. To purchase or not? Why consumers make economically (non-)sustainable consumption choices. **Journal Of Cleaner Production**, [S.L.], v. 174, p. 827-836, fev. 2018. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.11.019>.

JAMETT, Andrea Carolina Droguett; SCHWEIZER, Luciano Teixeira. Mudanças no Comportamento do Comprador nos Cenários pós COVID-19: o comprador brasileiro



em 2025. **Revista Psicologia: Organizações & Trabalho**, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 1318-13626, 2021. GN1 Genesis Network. <http://dx.doi.org/10.5935/rpot/2021.1.20553>.

JESUS, Diego Santos Vieira de; KAMLOT, Daniel; DUBEUX, Veranise Jacobowski Correia. Innovation in the ‘New Normal’ Interactions, the Urban Space, and the Low Touch Economy: the case of rio de janeiro in the context of the covid-19 pandemic. **International Journal Of Social Science Studies**, [S.L.], v. 8, n. 5, p. 12-27, 22 jul. 2020. Redfame Publishing. <http://dx.doi.org/10.11114/ijsss.v8i5.4900>.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing**. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

PÉREZ, Andrea; LÓPEZ, Carlos; SALMONES, María del Mar García-De Los. An empirical exploration of the link between reporting to stakeholders and corporate social responsibility reputation in the Spanish context. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, [S.L.], v. 30, n. 3, p. 668-698, 20 mar. 2017. Emerald. <http://dx.doi.org/10.1108/aaaj-11-2013-1526>.

RIBEIRO, Juliane de Almeida; VEIGA, Ricardo Teixeira; HIGUCHI, Agnaldo Keiti. Personality Traits and Sustainable Consumption. **Revista Brasileira de Marketing**, [S.L.], v. 15, n. 3, p. 297-313, 29 set. 2016. University Nove de Julho. <http://dx.doi.org/10.5585/remark.v15i3.3218>.

SANTI, Caio de. **Artigo: O efeito batom em uma crise que vai além do bolso**. 2021. Disponível em: <https://topview.com.br/fashion/artigo-o-efeito-batom-em-uma-crise-que-vai-alem-do-bolso/>. Acesso em: 18 maio 2021.

SHETH, Jagdish. Impact of Covid-19 on consumer behavior: will the old habits return or die? **Journal Of Business Research**, [S.L.], v. 117, p. 280-283, set. 2020. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jbusres.2020.05.059>.

SOLOMON, Michael R. **Comportamento do comprador: comprando, possuindo e sendo** [recurso eletrônico]. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.



ANÁLISE DO IMPACTO DAS AÇÕES EMPRESARIAIS DIANTE DA COVID-19 SOB A PERSPECTIVA DO CONSUMIDOR

Francisca Noeme Moreira de Araújo

Mestre em Administração – UNP
Docente da Universidade Potiguar – UNP
E-mail: noeme_moreira@hotmail.com

Hilderline Câmara de Oliveira

Doutora em Ciências Sociais – UFRN
Docente da Universidade Potiguar – UNP
E-mail: hilderline.oliveira@unp.br

Lais Karla da Silva Barreto

Doutora em Estudos da Linguagem – UFRN
Docente da Universidade Potiguar – UNP
E-mail: laisbarreto@unp.br

RESUMO

O presente artigo trata da perspectiva do consumidor diante das ações realizadas pelas empresas durante a pandemia da Covid-19 e tem como escopo geral identificar a percepção do consumidor em relação às ações empresariais no combate à Covid-19 e perceber como tais ações afetam o seu comportamento. A pesquisa é de caráter descritivo e quantitativo. O processo de coleta de dados se deu entre os meses de dezembro/2021 e janeiro/2022, via link online. Pode-se afirmar que o objetivo proposto foi alcançado, pois foi possível identificar como o consumidor vem percebendo as ações empresariais e como isso afeta o seu comportamento diante das empresas que estão desenvolvendo ações de combate à Covid-19, as quais podem ser entendidas como ações de responsabilidade social. Os achados da pesquisa mostram que o empenho da empresa em ações de enfrentamento à pandemia não funciona como fator, pelo menos não como o principal, de disposição do cliente a pagar mais caro pelo produto.

Palavras-chave: Comportamento do Consumidor. Covid-19. Pandemia. Responsabilidade Social.

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 foi marcado pelo surto de coronavírus (SARS-CoV-2), causador da Covid-19 que modificou a rotina das pessoas em todo o mundo. As organizações que realizaram seus planejamentos estratégicos para este ano, provavelmente não consideraram essa grande ameaça que viria afetar a vida de modo geral – tudo é novo! Por se tratar de um fenômeno totalmente atípico, as empresas em geral precisaram mudar a forma de produzir, vender, atender e fornecer bens e serviços (GERDEMAN, 2020).



Por se tratar de um fenômeno totalmente atípico, muitas organizações foram forçadas a se adequar a novos métodos de trabalho, e a relação com o cliente tornou-se algo ainda mais fundamental. Por isso, organizações e profissionais na era do “novo normal” terão que adaptar seus modelos de negócios e a maneira de lidar com os clientes. Jesus *et al.* (2020) apontou que os hábitos das pessoas tendem a sofrer modificações e isso afeta diretamente às organizações.

Compreender esse novo cenário e estar preparado para ele, bem como conseguir proporcionar experiências positivas para os clientes são de grande valia por parte das organizações. A maneira como as empresas operam, afeta diretamente a experiência do cliente, especialmente ao considerar a natureza do serviço, que consiste em uma relação continuada durante todo o ciclo da sua realização.

Nesse sentido, Radons (2013) destaca que o cliente está cada vez mais preocupado com as ações das empresas, incluindo como estas vêm se comportando no que tange aos aspectos ambientais. Corroborando com isto, Arancibia (2012) aborda que as transformações sociais, econômicas e ambientais têm despertado interesse nas pessoas e influenciado o comportamento na hora da compra.

A sociedade em geral está mais consciente e informada das ações das empresas e tem acompanhado como estas organizações estão se comportando diante de um cenário de transformação. Neste contexto, as organizações se sentem mais pressionadas a adotar uma postura que vise atender às expectativas do público, bem como comunicar essas ações (DALMORO, 2008)

Diante da pandemia do novo coronavírus, empresas da iniciativa privada têm desenvolvido ações que visam contribuir com a redução do avanço da Covid-19. Entre as iniciativas pode-se citar doações ao Sistema Único de Saúde/SUS de recursos financeiros, materiais de trabalho como EPIS, álcool em gel e testes rápidos. Empresas também doaram matéria-prima para a construção de hospitais de campanha e expansão dos leitos para atendimentos dos casos (FORBES, 2020; EXAME, 2020). Veículos de comunicação no Brasil divulgaram as ações empreendidas por essas organizações, facilitando o acesso da população a essas informações.

É nesse contexto que emerge o questionamento que orientou o presente estudo: **qual o impacto das ações empresariais frente à Covid-19 no comportamento do consumidor?** Para responder a esta problemática, o artigo tem como objetivo geral identificar a percepção do consumidor frente às ações empresariais no combate à Covid-19 e como isso afeta o seu comportamento.

O artigo está estruturado em seções que estão interligadas, na primeira seção, encontra-se esta introdução; em seguida, na segunda seção, apresentamos o referencial teórico, que teve como base teórica autores que deram sustentação às categorias de análise do estudo; na terceira seção, expomos o percurso metodológico que guiou o caminho do processo investigativo; na quarta, serão exibidos os achados da pesquisa; e, por fim, na última seção, constam as considerações finais, cuja pretensão não foi esgotar o tema, mas sim conduzir novas reflexões e debates sobre o objeto de estudo.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

A globalização trouxe mudanças significativas para o mundo dos negócios, a popularização da internet, sobretudo, impulsionou a abertura de mercados e consequentemente o surgimento de novas modalidades de ofertar bens e serviços, proporcionando aumento da concorrência e disputa pela atenção do cliente. No entanto, esses não são os únicos aspectos que influenciam o comportamento de compra do consumidor.

Os hábitos de consumo também vêm sofrendo alterações com o passar dos anos. Damázio *et al.* (2020) afirmam que as empresas estão buscando se adequar a essa nova tendência por meio do desenvolvimento de processos melhorados, redução de risco, eliminação de desperdícios e utilização de matéria-prima mais ecológica. Os autores ainda reforçam que empresas que adotam essa postura conseguem fortalecer sua imagem diante da sociedade e, por conseguinte, a formação de parcerias influentes. Ferreira (2020) atribui essas questões à informação disponível ao consumidor, e defende que isso impulsiona a necessidade de as organizações estarem o tempo todo se reinventando, especialmente no que se refere aos impactos ambientais e sociais, tendo em vista que o comportamento de compra das pessoas é moldado e influenciado ao longo do tempo.

Historicamente, os consumidores foram vistos como indivíduos que compram bens e serviços para o uso próprio ou para outras pessoas (CHURCHILL E PETER, 2008). Contudo, no cenário contemporâneo, o conceito é mais abrangente, envolve aspectos comportamentais e a importância de acompanhar todo o processo de como o cliente se comporta na definição da compra.

O Quadro 1 a seguir mostra a evolução do comportamento do consumidor ao longo dos anos:

Quadro 1: Conceitual comportamento do consumidor

Autor	Comportamento do consumidor
Engel; Kollat; Blackwell (1968)	Defendem que os consumidores reconhecem a necessidade de adquirir um bem, e que passam a considerar aspectos comportamentais durante o processo de aquisição de um produto.
Brown e Reingen (1987)	Defendem que os consumidores buscam referências sobre produtos e serviços e consequentemente exercem influência sobre o comportamento dos outros consumidores.
Mowen e Minor (2003)	Defendem que cada indivíduo reage de forma diferente no que se refere às escolhas de um produto ou serviço.
Kotler & Keller (2012)	Defendem que os consumidores são influenciados a partir do nível de conhecimento que possuem sobre o produto ou serviço e que as informações divulgadas pelas empresas ou outras fontes contribuem na decisão de escolha.
Sinek (2018)	Defende que as organizações conseguem influenciar o comportamento do consumidor através de duas maneiras: manipulação ou inspiração.

Fonte: Elaboração própria (2021).



Como pode-se observar, o perfil do comportamento de compra do consumidor vem passando por mudanças ao longo do tempo. O consumidor assume uma postura mais ativa, saindo da perspectiva de “comprador”, e adota uma postura participativa, em que passa a cobrar ações positivas por parte das organizações (FERREIRA, 2020).

Ademais, as razões as quais impactam o comportamento do consumidor permeiam fatores vinculados ao estilo de vida, bem como aos padrões estabelecidos pela sociedade. Paixão (2012) apresenta a cultura como manifestação dos valores, da linguagem, das crenças e dos costumes do indivíduo, fatores que os ajudam a entender a sociedade em que estão inseridos.

Kotler (2017) complementa tal pensamento ao definir que o mercado está se tornando mais inclusivo, pois a mídia social elimina barreiras geográficas e demográficas, permitindo que as pessoas se conectem e se comuniquem, e que as empresas tenham oportunidade de inovar por meio da colaboração. Sendo assim, o comportamento do consumidor pode ser influenciado através de características peculiares existentes na sociedade e no momento que se vive, dessa maneira, torna-se imprescindível que as organizações compreendam os fenômenos que afetam diretamente o comportamento do consumidor, especialmente em momentos de crise.

O mundo não se deparava com uma pandemia dessa magnitude há mais de um século, no entanto, de acordo com a história, pandemias anteriores como a peste negra ocorrida na idade média e a gripe espanhola, contribuíram para grandes mudanças sociais; por extensão, estima-se que a pandemia do Covid-19 fará o mesmo (KIRK *et al.*, 2020). Nesse contexto, percebe-se que a reação das pessoas no início da pandemia de covid-19 foi semelhante a reações ocorridas em outros momentos de crise já enfrentados, as pessoas acabaram manifestando comportamento de acumulação pelo medo da falta (CHUN *et al.*, 2017).

O comportamento do consumidor já vem sofrendo influência do “novo normal”. Uma pesquisa realizada pelo *Edelman Trust Barometer*, com 12.000 consumidores em todo o mundo, ratificou que dois terços dos respondentes afirmaram que suas decisões de compras futuras serão influenciadas por como as marcas respondem à pandemia. Também constatou que os respondentes afirmaram que passaram a analisar como as empresas são vulneráveis se forem percebidas agindo de maneira egoísta ou não dispostas a sacrifícios enquanto esperam que os outros o façam (ROGERS, 2020).

De acordo com Montgomery *et al.* (2017), os clientes firmam um contrato psicológico com as marcas e se sentem traídos quando estas vão contra suas expectativas. Essa percepção envolve a maneira como as empresas comunicam suas ações de marketing em momentos de crise. A pesquisa da *Edelman Trust Barometer* identificou que 57% dos respondentes indicaram que comunicações alegres ou despreocupadas seriam inadequadas, ao contrário de mensagens de gratidão e apoio aos que sofrem diretamente os efeitos da pandemia. O resultado da pesquisa evidencia que os clientes atuais estão cada vez mais preocupados com a experiência e menos com a posse propriamente dita (CHUN *et al.* 2017).

Sendo assim, o comportamento do consumidor pode ser influenciado através de características peculiares existentes na sociedade e, no momento em que todos nós



vivemos, é indispensável que as organizações compreendam os fatores que afetam diretamente o comportamento do consumidor.

3 MÉTODO

Considerando que o objetivo deste estudo é identificar a percepção do consumidor frente às ações empresariais no combate à covid-19 e como isso afeta o seu comportamento, a pesquisa ora apresentada classifica-se como de cunho descritivo, já que visa descrever o fenômeno estudado. Quanto à abordagem, nos alerta Chizzotti (2017, p. 64) “as pesquisas quantitativas preveem a mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, [...]. O pesquisador descreve, explica e prediz”.

Cabe ressaltar que o processo de coleta de dados se deu por meio de um questionário online aplicado através das redes sociais, tendo em vista o cenário de pandemia, momento em que os pesquisadores estão se reinventando e buscando diferentes meios e recursos para que a ciência não pare. O questionário ficou disponível entre os meses de dezembro/2021 e janeiro/2022. O link da pesquisa foi encaminhado através de redes sociais, visando atingir o maior número de respondentes. Com isso, a amostra dessa pesquisa foi de 1.317 pessoas, alcançando pessoas de diferentes estados brasileiros e residentes no exterior.

O instrumento de pesquisa é dividido em duas partes. A primeira seção é composta por 10 questões fechadas relacionadas ao seguinte constructo: os impactos das ações das empresas durante a pandemia da Covid-19 a partir da percepção do consumidor. A escala da pesquisa é do tipo Likert, de cinco pontos. Os respondentes indicavam um grau de “discordo totalmente” a “concordo totalmente”. A seção ainda contempla uma questão aberta, que tem como finalidade conhecer como os respondentes enxergam quais ações as empresas poderiam realizar no combate à Covid-19. A segunda seção é composta por questões referente ao perfil dos respondentes: faixa etária, faixa de renda, escolaridade, empregabilidade e estado ao qual reside.

Dessa forma, a pesquisa se enquadra como pesquisa de campo e não se limitou a um grupo específico. Para tabulação dos dados, foi utilizada a ferramenta de elaboração de relatório interativo para cruzamento dos dados, disponível no *Excel*.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, são apresentados e discutidos os resultados obtidos na pesquisa. Para melhor apresentação dos resultados, os dados foram divididos em três partes: apresentação dos resultados referentes às questões fechadas, que visa identificar o impacto das ações empresariais frente à covid-19 na perspectiva do consumidor (divididas em três grupos: concordância, aquisição e recomendação); em seguida, é apresentado o resultado da questão aberta, nesse ponto, são expostas as considerações feitas pelos consumidores acerca de como as empresas poderiam apoiar o combate à pandemia; e, por fim, é apresentado o perfil dos respondentes, fazendo um comparativo de cada grupo com as respostas da primeira seção da pesquisa.



4.1 PERCEPÇÃO DO CONSUMIDOR X AÇÕES EMPRESARIAIS

Em relação ao objetivo dessa pesquisa, que é identificar o impacto das ações empresariais frente à Covid-19 na perspectiva do consumidor, no geral, constatou-se que 90% dos respondentes avaliaram que as ações das empresas no combate à doença impactam no comportamento do consumidor.

Em seguida, foi questionado aos respondentes o grau de concordância no que se refere às ações das empresas no combate à Covid-19. A Tabela 1 mostra os resultados.

Tabela 1: Concordância quanto às ações desenvolvidas

QUESTÃO	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Indiferente	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
Concordo que as empresas devem oferecer ajuda no combate à covid-19	68%	28%	1%	3%	2%
Concordo que as empresas que desenvolveram ações para o combate da covid-19 devam divulgar suas ações	69%	22%	4%	3%	3%

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Como pode ser visto, sobre a questão “concordo que as empresas devam oferecer ajuda no combate à Covid-19”, 68% dos respondentes afirmaram que concordam totalmente e 28% afirmaram que concordam parcialmente, enquanto apenas 1% declarou ser indiferente; 3% e 2% afirmaram discordar parcialmente ou discordar totalmente, respectivamente.

Assim, os resultados indicam que os respondentes concordam que as empresas devem oferecer ajuda no combate à pandemia, o que remete ao que aduz Dalmoro (2008), o autor afirma que os clientes estão mais exigentes e conscientes do papel social que deve ser desempenhado pelas organizações.

Também foi questionado se os respondentes concordam “que as empresas que desenvolveram ações para o combate da covid-19 devam divulgar suas ações”. Conforme mostram os resultados dispostos na tabela 1, 69% afirmam que concordam totalmente que as empresas divulguem as ações realizadas em apoio ao combate da covid-19; 22% concordam parcialmente, ao passo que 4% se mostraram indiferente; 3% discordam parcialmente e 3% discordam totalmente.

Percebe-se assim que, de modo geral, os respondentes concordam positivamente que as empresas devem divulgar as ações realizadas. Nesse contexto, vale lembrar o pensamento de Andreasen (2006), ele afirma que é fundamental que a população tenha conhecimento das ações sociais que as empresas realizam, no entanto, tais ações devem ser realizadas de maneira cautelosa a fim de que não sejam confundidas como mera ação de *marketing*.

Na Tabela 2 abaixo, podem ser vistos os resultados referentes às questões que tratam da postura do cliente diante das ações das empresas no combate à covid-19.



Tabela 2: Aquisição de produtos e/ou serviços

QUESTÃO	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Indiferente	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
Eu deixaria de adquirir produtos ou serviços de empresas que não ofereceram segurança aos seus funcionários em relação à covid-19	74%	20%	2%	2%	3%
Eu deixaria de adquirir produtos ou serviços de empresas que não promovem dignidade e respeito ao funcionário.	81%	14%	2%	2%	2%
Eu deixaria de adquirir produtos ou serviços de empresas que descumpriram orientações quanto à prevenção da covid-19	53%	30%	7%	7%	4%
Eu deixaria de adquirir produtos ou serviços de empresas que não têm uma comunicação aberta e honesta no que se refere ao enfrentamento à covid-19	69%	22%	7%	2%	2%
Eu compraria de uma empresa que adota todas as medidas de segurança contra a covid-19 em detrimento de outra que desrespeitou as normas, mesmo que aquela tenha preços mais elevados	45%	41%	5%	5%	6%

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Os dados mostram, de modo geral, que os clientes afirmam adotar uma postura positiva no que se refere à aquisição de produtos ou serviços de empresas que apoiam as ações de combate à covid-19. Das cinco questões tratadas nesse grupo, pode-se observar que o maior percentual está indicando “concordo totalmente” com o que foi questionado, seguido de “concordo parcialmente”. Os percentuais referentes à situação “indiferente”, “discordo parcialmente” e “discordo totalmente” ficaram sempre abaixo de uma casa decimal.

Quando questionado se “eu deixaria de adquirir produtos ou serviços de empresas que não ofereceram segurança aos seus funcionários em relação à covid-19”, percebe-se que 74% das respostas concordam totalmente com o que foi questionado. Isso evidencia que os participantes da pesquisa se preocupam com a maneira a qual as organizações vêm tratando seus funcionários durante o período de pandemia, tendo em vista que muitos, especialmente os que trabalham em empresas de atividades consideradas essenciais, estão lidando na linha de frente, sendo expostos diretamente aos riscos.

Nesse mesmo grupo, destaca-se a questão que trata se o respondente “deixaria de adquirir produtos ou serviços de empresas que não promovem a dignidade e o respeito ao funcionário”, aqui, observa-se que 81% das respostas indicam “concordar totalmente”. O maior percentual desse grupo. Esse resultado reforça o que foi discutido na questão anterior: que a maioria das pessoas estão preocupadas com a maneira como as empresas vêm tratando seus funcionários.



A questão seguinte busca saber se o cliente adquiriria produtos ou serviços de empresas que descumpriram orientações quanto à prevenção da covid-19. Embora o resultado seja, no geral, positivo, o percentual de pessoas que indicaram “concordo totalmente” corresponde a 53%, menor que as questões anteriores para a mesma resposta. Isso indica que as pessoas estão preocupadas com a maneira como as empresas vêm tratando seus funcionários, mas não estão totalmente preocupados quanto a outras questões importantes relativas à prevenção do vírus.

Os respondentes também foram questionados sobre a comunicação, se os mesmos deixariam de “adquirir produtos ou serviços de empresas que não têm uma comunicação aberta e honesta no que se refere ao enfrentamento à covid-19”, nesse caso, vê-se que 69% sugerem “concordar totalmente”, o que evidencia a necessidade de as empresas manterem uma comunicação transparente para com a sociedade. Esse resultado corrobora com o que foi questionado no grupo anterior, o qual contém uma questão que aborda sobre a concordância a respeito das empresas divulgarem as ações que estão desenvolvendo para o combate da covid-19.

A última questão desse grupo indagou aos respondentes se eles comprariam de uma empresa que adota todas as medidas de segurança contra a covid-19 em detrimento de outra que desrespeitou as normas, mesmo que a primeira tenha preços mais elevados. De modo geral, quando consideradas as respostas “concordo totalmente” e “concordo parcialmente”, o resultado é positivo e soma 86% das respostas. No entanto, é importante destacar que, no que se refere ao “concordo totalmente”, essa questão foi a que obteve menor percentual de respostas – 45%. Esse resultado aponta que, embora os respondentes concordem que as organizações devam se preocupar e apoiar ações de combate à covid-19, eles não dariam prioridade às organizações que adotam medidas de segurança e que esse não é um requisito primordial na decisão da compra.

Ademais, também foram feitas questões relacionadas à recomendação das empresas que estão contribuindo no combate à pandemia da covid-19. Os resultados podem ser vistos na Tabela 3 a seguir:

Tabela 3: Recomendação para outros consumidores

QUESTÃO	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Indiferente	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
Eu recomendaria uma empresa que adota todas as medidas de segurança contra a covid-19 em detrimento de outra que desrespeitou as normas, mesmo que aquela tenha preços mais elevados	52%	31%	8%	4%	6%
Acredito que uma empresa que respeita todas as recomendações contra a covid-19 proporciona melhor experiência aos seus clientes.	82%	14%	2%	1%	2%

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

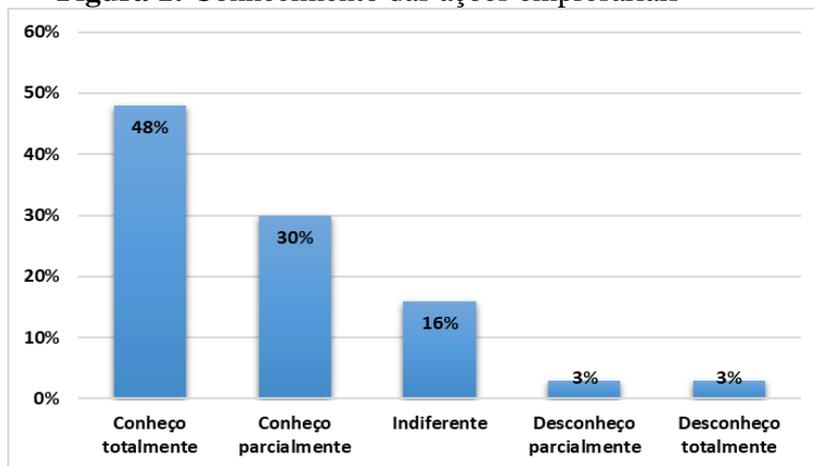
Como pode-se observar, 52% dos respondentes ‘concordam totalmente’ e 31% ‘concordam parcialmente’ que escolheria uma empresa que adota todas as medidas de

segurança contra a covid-19 em detrimento de outra que desrespeitou as normas, mesmo que a primeira tenha preços mais elevados. Esse resultado vai ao encontro do que foi discutido na questão da seção anterior, que trata sobre a realização de uma compra em uma empresa que adota todas as medidas de segurança contra a covid-19 em detrimento de outra que desrespeitou as normas, ainda que aquela tenha preços mais elevados. Isso indica que mesmo com o resultado positivo, esse não seria o fator da decisão da indicação da empresa em questão para outras pessoas, contradizendo Dalmoro (2008), que afirma que os clientes estão dispostos até mesmo a pagar mais caro por produtos ou serviços de empresas que possuem práticas de responsabilidade socioambiental.

No que se refere à experiência do cliente, foi questionado aos respondentes se os mesmos acreditam que uma empresa que respeita todas as recomendações contra a covid-19 proporciona melhor experiência aos seus clientes, 82% dos respondentes “concordam totalmente” que essas organizações podem proporcionar experiências mais positivas aos seus clientes, o que confirma o que diz Oliveira (2019) sobre a importância da organização proporcionar experiências mais positivas, através da criação de momentos memoráveis, o que contribui com maior satisfação do cliente e consequentemente indicação para outros consumidores, apresentando-se, dessa forma, novas oportunidades para as organizações.

Com isso, foi questionado aos respondentes se os mesmos têm conhecimento de ações de empresas locais ou nacionais que realizaram ações contra a covid-19. Os resultados podem ser vistos na Figura 1:

Figura 1: Conhecimento das ações empresariais



Fonte: pesquisa de campo (2022)

Conforme os dados, o percentual de respondentes que afirmam conhecer totalmente ou parcialmente as ações desenvolvidas por empresas locais ou nacionais no combate à covid-19 é bastante significativo. No entanto, embora as pessoas afirmem conhecer parcialmente, é importante que as organizações desenvolvam ações de comunicação mais efetivas, permitindo que a comunidade em geral tenha conhecimento total das ações empreendidas nesse momento.



relacionados à prevenção, ao cuidado e ao respeito para com o próximo, mas também reconhecem a necessidade de as empresas continuarem suas atividades, tendo em vista que precisam ser sustentáveis, inclusive para apoiar as ações de combate à Covid-19. Algumas respostas também destacam que, embora as empresas estejam dispostas a ajudar no combate ao vírus, essa é uma responsabilidade primária do governo. Alguns poucos destacam que a ajuda proveniente das empresas acarretaria em custos para as empresas, o que poderia ser repassado para o cliente final.

4.2 PERFIL DOS RESPONDENTES

A seguir, são apresentados os resultados referentes ao perfil dos respondentes da pesquisa. A Tabela 4 A, B mostra os resultados quanto à faixa etária e à escolaridade.

Tabela 4: Faixa Etária e Escolaridade

A - Faixa Etária	Percentual	Frequência
Menor de 18 anos	1%	10
De 18 a 29 anos	47%	470
De 30 a 40 anos	41%	405
De 40 a 50 anos	8%	80
A partir de 51 anos	4%	35
B - Escolaridade	Percentual	Frequência
Ensino Fundamental	0%	0
Ensino Médio	20%	200
Graduação	32%	320
Pós-graduação	28%	280
Mestrado	14%	135
Doutorado	2%	20
Outros	5%	45

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

A faixa etária predominante da população pesquisada está entre 18 e 40 anos, revelando, assim, um grupo relativamente jovem, 88%. Os resultados também apontam que 1% dos respondentes apresentam idade entre menor de 18 anos; que 8% têm idade de 40 a 50 anos, e que 4% têm a partir de 51 anos. No que se refere à escolaridade, a maior concentração dos respondentes possui graduação (32%), seguido de pós-graduação (28%), ensino médio (20%), mestrado (14%), outros, que inclui formação técnica (5%), apenas 2% dos respondentes possuem doutorado e ninguém afirmou possuir apenas ensino fundamental.

Foi perguntado se o respondente estava trabalhando atualmente, 77% deles afirmaram que sim e 23% afirmaram que não. Em seguida foi questionado-se acerca da faixa de renda, conforme mostra a Tabela 5.



Tabela 5: Faixa de Renda

Faixa de renda	Percentual	Frequência
Nenhuma renda	9%	90
Até um salário-mínimo	16%	160
De 1 a 3 salários-mínimos	43%	425
De 3 a 6 salários-mínimos	21%	205
De 6 a 9 salários-mínimos	9%	90
Acima de 12 salários-mínimos	2%	15

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Como a pesquisa foi divulgada ao público em geral, buscou-se saber a respeito da localidade em que residiam os participantes. A pesquisa alcançou o maior número de respondentes no estado do Rio Grande do Norte (89%), seguido do estado do Ceará (5%), São Paulo (4%), Paraíba (2%), bem como dos estados de Maranhão e Pernambuco, assim como residentes no exterior, que obtiveram 1% de retorno, cada um.

A partir do perfil dos respondentes, foi realizado um cruzamento entre as questões que tratam especificadamente sobre o resultado das respostas do questionário no que se refere à situação “concordo totalmente”, com a finalidade de identificar quais as características dos respondentes que defendem mais fortemente a participação das empresas no combate à atual pandemia. Para elaboração dessa tabela, foi considerado o percentual de respondentes por questão (ver tabelas 1, 2 e 3), de acordo com a representatividade da participação geral.

Tabela 6: Perfil predominante por questão

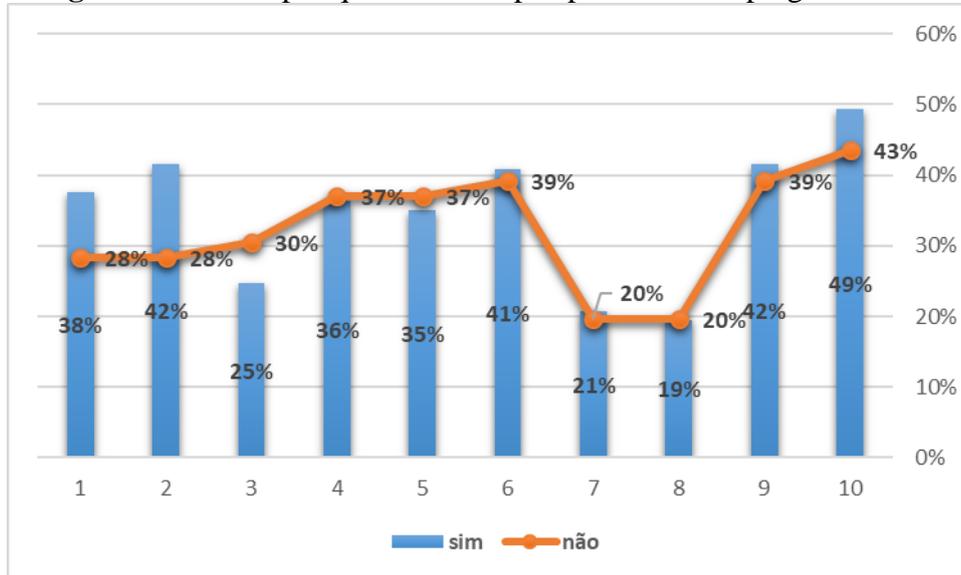
Questões	Faixa Etária	Escolaridade	Faixa Salarial
1	De 40 a 50 anos	Outros	Até um salário mínimo
2	A partir de 51 anos	Graduação	Até um salário mínimo
3	De 40 a 50 anos	Doutorado	De 9 a 12 salários-mínimos
4	De 40 a 50 anos	Graduação	Até um salário mínimo
5	De 18 a 29 anos	Mestrado	De 3 a 6 salários-mínimos
6	De 40 a 50 anos	Mestrado	Nenhuma renda
7	De 30 a 40 anos	Mestrado	De 3 a 6 salários-mínimos
8	De 30 a 40 anos	Mestrado	De 3 a 6 salários-mínimos
9	De 40 a 50 anos	Ensino Médio	Até um salário-mínimo
10	De 40 a 50 anos	Outros	Acima de 12 salários-mínimos

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Pode-se perceber que a maior representatividade, no que se refere à situação intitulada “concordo totalmente”, é composta por pessoas que estão na faixa etária de 40 a 50 anos, que têm mestrado como maior nível de escolaridade; e, no que se refere à faixa salarial, o resultado foi bastante heterogêneo, evidenciando que pessoas de diferentes classes sociais têm preocupações em comum em relação às ações desenvolvidas pelas empresas no enfrentamento à pandemia.

Ainda sob a perspectiva da situação “concordo totalmente”, foi analisado o perfil dos respondentes quanto à empregabilidade. Os dados podem ser observados na figura 3.

Figura 3: Análise por questão sob a perspectiva da empregabilidade



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Com base nas informações acima, podemos observar que os resultados estão bem aproximados, eles sugerem que o número de pessoas que estão trabalhando atualmente e que concordam totalmente que as empresas devem ter ações de combate à covid-19 está equiparado com o número de pessoas que estão desempregadas, mas que também concordam totalmente que as organizações devem empreender ações cujo objetivo seja conter a pandemia.

Nesse contexto, destaca-se a questão 3, que difere das demais com maior distanciamento do percentual negativo. A questão trata da relação da empresa para com seus funcionários, nota-se que os respondentes que não estão trabalhando afirmam em maior número que deixariam de adquirir produtos ou serviços de empresas que não ofereceram segurança aos seus funcionários em relação à covid-19.

Também pode-se destacar as questões 7 e 8, que obtiveram os menores percentuais, atribuídos pelos dois grupos de respondentes (sim/não). As questões tratam da compra e recomendação de empresas que adotaram todas as medidas de segurança contra a covid-19 em detrimento de outra que desrespeitou as normas, mesmo que aquelas tenham preços mais elevados. Por esse resultado pode ser entendido que os respondentes de modo geral concordam totalmente que as organizações devem apoiar as ações de combate a covid-19, mas que individualmente não se sentem dispostos a apoiar as empresas através da aquisição de produtos ou serviços dessas empresas que por ventura tenham produtos ou serviços mais caros do que a concorrência; também é possível associá-lo ao fato de que uma boa quantidade dos respondentes dessa categoria está sem trabalhar.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do comportamento do consumidor emergiu a partir da década de 1960, quando pesquisadores buscaram entender suas atitudes durante o processo de aquisição de um produto. Desde então, novos estudos foram surgindo e ainda é amplamente discutido no meio acadêmico e empresarial, tendo em vista que esse comportamento é dinâmico e sofre mutações ao longo do tempo.

Esta pesquisa teve como objetivo identificar a percepção do consumidor frente às ações empresariais no combate à covid-19 e como isso afeta o seu comportamento. A partir do estudo que foi realizado, pode-se afirmar que o objetivo ao que se propôs foi alcançado, pois foi possível identificar como o consumidor vem percebendo as ações empresariais e como isso afeta o seu comportamento diante das empresas que estão desenvolvendo ações de combate à covid-19, as quais podem ser entendidas como ações de responsabilidade social.

Pode-se concluir também que, de modo geral, os consumidores estão preocupados com o modo como as empresas vêm tratando os funcionários durante a pandemia, porém nem todos estão dispostos a comprar de empresas que atuam no combate à covid-19, caso tenham preços de produtos ou serviços mais elevados. Ou seja, para os respondentes, o fato de a empresa estar empenhada em ações de enfrentamento à pandemia não seria o fator principal para que o cliente estivesse disposto a pagar mais caro.

Os resultados desta pesquisa evidenciam que o tema é bastante relevante e apresenta-se como um campo de estudo com potencial a ser explorado por novas pesquisas. Por todos esses aspectos, espera-se que esta pesquisa contribua para o meio acadêmico como subsídio para novas pesquisas, e para o meio empresarial, os subsídios podem contribuir para tomada de decisão no que concerne à implementação de ações sociais. Apesar de o índice de retorno não ser considerado elevado, os resultados obtidos permitem a análise específica do que foi estudado, embora as evidências encontradas não possam ser generalizadas para o universo de pesquisa considerado, especialmente ao considerar que a maior parte dos respondentes pertence à apenas uma localidade – o estado do Rio Grande do Norte.

Dada as limitações apresentadas, recomenda-se que esse estudo seja continuado a fim de abranger maior número de respondentes e expandir a análise com vistas a investigar quais as mudanças de hábitos de compra dos consumidores pós-pandemia. Sugere-se ainda que seja feito um estudo pós-pandemia objetivando identificar como as empresas estão se sobressaindo diante da nova economia e investigar se houve mudanças nas relações de trabalho, especialmente no que se refere à digitalização dos processos e como isso tem afetado o comportamento do consumidor.

REFERÊNCIAS

ANDREASEN, A. R. **Social marketing in the 21st Century**. Thousand Oaks: Sage, 2006.



ARANCIBIA, Felipe Eduardo Rodriguez. Consumo Sustentável: padrões de consumo da nova classe média brasileira. 2012. 144p. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

BROWN, Jacqueline J.; REINGEN, Peter H. Social ties and word-of-mouth referral behavior. **Journal of Consumer Research**, v. 14, p. 350-362, dec, 1987.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 12ed. – São Paulo: Cortez, 2017.

CHUN, Haeun Helen; DIEHL, Kristin; MACINNIS, Deborah J.. Savoring an Upcoming Experience Affects Ongoing and Remembered Consumption Enjoyment. **Journal Of Marketing**, [S.L.], v. 81, n. 3, p. 96-110, maio 2017. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1509/jm.15.0267>

CHURCHILL, G. A. J.; PETER, J. P. **Marketing: criando valor para os clientes**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008

DALMORO, Marlon *et al.* Marketing Verde: responsabilidade social e ambiental integradas na envolvente de marketing. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**. 28 de out. 2008, p. 42.

DAMÁZIO, Luciana Faluba; COUTINHO, Leonardo Antunes Nogueira; SHIGAKI, Helena Belintani. Comportamento do consumidor em relação a produtos sustentáveis: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, [S.L.], v. 19, n. 3, p. 374-392, 1 set. 2020. IBEPES (Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais). <http://dx.doi.org/10.21529/recadm.2020016>.

ENGEL, J. F.; KOLLAT, D. T.; BLACKWELL, R. D. **Consumer behavior**. New York: Holt Reinert & Winston, 1968.

FERREIRA, Daniela Assis Alves; COSTA, Renato Ramalho; ZIVIANI, Fabricio. O comportamento do consumidor on-line: análise bibliométrica de artigos publicados na base de dados scielo. **Qualitas Revista Eletrônica**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 72-90, 15 maio 2020. Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). <http://dx.doi.org/10.18391/req.v19i2.4177>.

GERDEMAN, Dina. **How the Coronavirus Is Already Rewriting the Future of Business**. 2020. Disponível em: <https://hbswk.hbs.edu/item/how-the-coronavirus-is-already-rewriting-the-future-of-business>.

JESUS, Diego Santos Vieira de; KAMLOT, Daniel; DUBEUX, Veranise Jacobowski Correia. Innovation in the 'New Normal' Interactions, the Urban Space, and the Low Touch Economy: the case of rio de janeiro in the context of the covid-19



pandemic. **International Journal Of Social Science Studies**, [S.L.], v. 8, n. 5, p. 12-27, 22 jul. 2020. Redfame Publishing. <http://dx.doi.org/10.11114/ijsss.v8i5.4900>.

KIRK, Colleen P.; RIFKIN, Laura S.. I'll trade you diamonds for toilet paper: consumer reacting, coping and adapting behaviors in the covid-19 pandemic. **Journal Of Business Research**, [S.L.], v. 117, p. 124-131, set. 2020. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jbusres.2020.05.028>

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing**. (2012), 14. ed. Tradução de Mônica Rosemberg, Claudia Freire e Brasil Ramos Fernandes. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

KOTLER, Philip. **Marketing 4.0. Do tradicional ao digital**. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

MOWEN, John C; MINOR, Michael S. **Comportamento do Consumidor**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

MONTGOMERY, Nicole Votolato; RAJU, Sekar; DESAI, Kalpesh Kaushik; UNNAVA, H. Rao. When Good Consumers Turn Bad: psychological contract breach in committed brand relationships. **Journal Of Consumer Psychology**, [S.L.], v. 28, n. 3, p. 437-449, 8 dez. 2017. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1002/jcpy.1015>.

OLIVEIRA, M C. Aplicação de Customer Experience: Um estudo com foco no setor automotivo do Brasil. 2019. 162 f. **Tese de doutorado** – Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-31052019-153238/publico/CorrigidoMarcelo.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

PAIXÃO, Marcia Valéria. **A influência do consumidor nas decisões de marketing** [Livro eletrônico] Curitiba: Ibplex, 2012.

RADONS, Daiane Lindner. Comportamento de compra pró-ambiental: estudo com jovens consumidores. 2013. 194p. **Dissertação** (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

REVISTA EXAME. **O que os brasileiros esperam das marcas durante a pandemia de coronavírus**. 2020. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/geral/o-que-os-brasileiros-esperam-das-marcas-durante-a-pandemia-de-coronavirus/>>. Acesso em: 02 out. 2020.

REVISTA EXAME. **Veja quanto cada empresa doou para o combate ao coronavírus**. 2020. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/veja-quanto-cada-empresa-dou-para-o-combate-ao-coronavirus/>>. Acesso em: 20 out. 2020.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



REVISTA FORBES. **Doações de empresas para ajudar no combate ao coronavírus somam R\$ 2,7 bilhões.** 2020. Disponível em:
<<https://forbes.com.br/last/2020/04/doacoes-de-empresas-para-ajudar-no-combate-ao-coronavirus-somam-r-27-bilhoes/>>. Acesso em: 31 out. 2020.

ROGERS, Danny **Consumers are putting brands on notice over coronavirus behaviour, study finds.** Disponível em:
<https://www.campaignlive.co.uk/article/consumers-putting-brands-notice-coronavirus-behaviour-study-finds/1678821>. Acesso em: 04 nov. 2020.

SINEK, Simon. **Comece pelo porquê.** São Paulo: GMT Editores, 2018.



ANÁLISE DA CORRELAÇÃO ENTRE O CAPITAL INTELECTUAL E O RETORNO OPERACIONAL SOBRE OS INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DE CAPITAL ABERTO

Carlos Victor Saraiva Lacerda

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA)
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
E-mail: carlos.saraiva@ufersa.edu.br

Míriam Karla Rocha

Docente do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA)
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
E-mail: miriam.rocha@ufersa.edu.br

Ana Maria Magalhães Correia

Docente do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
E-mail: aninhamagalhaes25@gmail.com

Fábio Chaves Nobre

Docente do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA)
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
E-mail: fabio.nobre@ufersa.edu.br

Franklyn Lopo da Silva

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA)
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
E-mail: franklyn.silva@alunos.ufersa.edu.br

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo geral verificar a existência de uma relação entre os itens de Capital Intelectual (CI) evidenciados nos Relatórios de Administração e/ou nas Demonstrações Contábeis das empresas do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e o Retorno Operacional sobre o Investimento (ROI). Para isso, foram verificadas quais empresas de TI estavam listadas na B3, foi calculado o índice de evidenciação de Capital Intelectual para cada uma delas e foi aplicado o teste de correlação através software *IBM SPSS Statistics*® (versão 28.0). Ao final do estudo foi possível observar que existe uma correlação positivamente fraca entre as variáveis CI e ROI. Logo, não há como afirmar que os itens de CI evidenciados pelas empresas objeto desta pesquisa influenciam diretamente no seu ROI.

Palavras-chave: Capital Intelectual. Evidenciação. Correlação.



1 INTRODUÇÃO

Assim como qualquer outro evento na vida, as organizações também sofrem mudanças e acabam passando por mudanças ao longo de suas vidas. Para superar os obstáculos de um mundo cada vez mais, elas têm utilizado cada vez mais o conhecimento que, atrelado à informação, é fonte essencial para o crescimento de qualquer organização. Nessa perspectiva, Tchamyou (2017) afirma que a criação de novos conhecimentos, o surgimento de inovações e a adaptação às mudanças tecnológicas é um fator de suma importância que impulsiona a prosperidade de muitos países. Nesse mesmo contexto, a autora resalta o surgimento da Economia Baseada em Conhecimento que tem como componente a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e é caracterizada como sendo é a análise do comportamento e dos fatos relacionados à aplicação econômica do conhecimento (CANTU-MARTINEZ, 2017).

O conhecimento, por sua vez, e todos os demais elementos envolvidos na criação desse novo cenário, faz parte dos recursos intangíveis das organizações (ALMEIDA *et al.*, 2017). Estes são recursos que podem oferecer um diferencial competitivo quando bem utilizados. Para Joia (2001) o ativo intangível de uma empresa é um componente da Economia Baseada em Conhecimento e tem potencial para contribuir de forma direta com a sociedade.

Esse tipo de ativo é amplamente discutido na literatura acadêmica (CARVALHO; SOUZA, 1999; GUERRERO; MONROY, 2015, MARCUZZO; SANTOS; SILUK, 2017; CUNHA, 2018). Logo, diante de tamanha importância sobre a temática, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), órgão responsável por emitir os pronunciamentos contábeis no Brasil, reconheceu a importância dada aos ativos intangíveis e emitiu o Pronunciamento Técnico N° 04. Este, por sua vez, define ativo intangível como sendo um ativo não monetário, identificável e sem substância física (BRASIL, 2010).

Em meio ao conceito de ativo intangível um outro tema vem sendo discutido: o Capital Intelectual (CI). Para alguns autores (STEFANO *et al.*, 2014) esses conceitos se esbarram na mesma essência e são tratados de forma indiferenciada. A evidenciação desses ativos tem sido um grande desafio conforme a literatura acadêmica. O CI tem como característica a subjetividade do seu conceito que assim como outros ativos intangíveis possuem um valor de difícil definição e mensuração (GOIS, 2000). No entanto, alguns estudos (MACEDO *et al.*, 2015; RÊGO *et al.*, 2018; SILVA; SOUZA; KLAN, 2017) vêm sendo realizados com o intuito de verificar a importância da evidenciação do CI, assim como também, formas de mensuração deste.

Para Silva, Souza e Klann (2017) o reconhecimento dos ativos intangíveis auxilia as empresas a criar valor no mercado, o que pode influenciar a opinião de agentes econômicos e a tomada de decisão quanto a investimentos futuros despendidos pela empresa. Macedo *et al.* (2015) concluíram que o índice de evidenciação do capital intelectual das empresas presentes em seu estudo variou de 5,45% a 100%, com média de 54,55% e desvio-padrão de 29,09%, ou seja, algumas organizações evidenciam de forma clara seu CI e outras ainda não atribuem uma importância tão grande ao tema. Rêgo *et al.* (2018) por sua vez, perceberam que há uma relação significativa entre a evidenciação de



itens de capital intelectual e a Rentabilidade dos Ativos (ROA) das empresas de capital aberto, listadas no Guia 2012 da revista Você S/A, entre as “Melhores empresas para você trabalhar”. Conforme os autores, quanto maior o número de itens divulgados sobre CI, maior tende a ser o indicador do ROA.

Dito isso e percebendo que ainda existem lacunas na evidenciação de capital intelectual das empresas, assim como também, pode existir diversidade de itens evidenciados pelas empresas que divulgam tais ativos, esta pesquisa procurou responder o seguinte questionamento: **Qual a relação entre o Capital Intelectual (CI) e o Retorno Operacional sobre o Investimento (ROI) das empresas do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) listadas na bolsa de valores Brasil, Bolsa e Balcão [B]³?**

O objetivo geral deste estudo é verificar se existe uma relação entre os itens de CI evidenciados nos Relatórios de Administração e/ou nas Demonstrações Contábeis das empresas do setor de TIC e o seu ROI. Para atender este objetivo, o estudo pretende, especificamente: verificar quais itens de CI foram evidenciados pelas empresas do setor de TI; aplicar um modelo de medição de CI sobre esses itens e verificar se há uma relação estatística entre os itens evidenciados no CI e o ROI.

Para isso, este estudo foi realizado com as empresas do referido segmento que negociaram ações na [B]³ e que tiveram seus índices de rentabilidade divulgados nos anos de 2019 e 2020. Foi selecionado o referido segmento pelo fato das empresas de TIC formarem um nicho de negócio onde o CI pode ser visto como uma ferramenta de suma importância para a competitividade entre as mesmas. Com isso, o presente estudo justifica-se pela importância de verificar se há relação entre o que é evidenciado de CI nestas empresas e o seu ROI.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CAPITAL INTELECTUAL (CI)

O Capital Intelectual (CI) pode ser visto como sendo um recurso organizacional que reúne vários outros elementos intangíveis que, na sua grande maioria, não são registrados em demonstrações financeiras (MARTÍNEZ-TORRES, 2006). O mesmo tem sido visto como mecanismo que potencializa o conhecimento e o transforma em diferencial de mercado. Sharabati, Jawad e Bontis (2010) afirmam que o futuro de uma organização passa pelo seu CI uma vez que este representa o potencial de inovação de uma empresa.

Para Rezende (2002), o CI é o conhecimento existente em uma organização e que pode ser usado para criar uma vantagem diferenciada. Nesse mesmo contexto, Veloso (2017) considera que o CI é uma ferramenta utilizada para transformar e valorizar o modo operante da organização a partir dos bens que a empresa já possui, reduzindo, por consequência, gastos desnecessários. Conforme Lugoboni *et al.* (2020), o CI é formado pelo conjunto de conhecimentos, informações, experiências, propriedade intelectual e vários outros ativos intangíveis.



O investimento em CI tem crescido e se tornado um papel fundamental nas empresas que buscam obter vantagem competitiva sustentável (XU; LIU, 2020). Conforme Antunes e Martins (2002), o conceito de Capital Intelectual é uma tentativa de identificar e mensurar tais ativos intangíveis. Logo, a sua divisão e evidenciação é de suma importância. Nesse contexto, vários estudos (EDVINSSON; MALONE, 1998; LI; PIKE; HANIFFA; 2008; MARTÍNEZ-TORRES, 2006; SUBRAMANIAM; YOUNDT, 2005) subdividiram o CI em alguns tipos.

Um dos estudos precursores nessa temática foi o estudo de Edvinsson e Malone (1998). Os autores subdividiram o CI em três tipos: Capital Humano (CH); Capital Estrutural (CE); e Capital de Clientes (CC). Conforme os autores, o CH é aquele formado pelo conhecimento que forma as organizações. O CE, por sua vez, é formado por fatores como a qualidade, disposição de sistemas informatizados, bancos de dados exatos, conceitos organizacionais, etc. E, por fim, o CC é visto como sendo a capacidade de relação que as organizações adquirem ao fidelizar clientes e de se manterem sólidas e reais durante sua existência (EDVINSSON; MALONE, 1998).

Essas características, assim como dos demais ativos intangíveis, são de difícil identificação, distribuição e avaliação. Isso faz com que as organizações tenham dificuldade em reconhecer e mensurar seu CI (BRATIANU, 2018; CARVALHO; SOUSA, 1999). Porém, uma vez identificado e feita sua gestão, o CI pode contribuir e representar um grande diferencial organizacional. Inclusive, é importante que as empresas verifiquem se seu investimento também contribui de forma direta no Retorno Operacional sobre o Investimento (ROI).

2.2 RETORNO OPERACIONAL SOBRE O INVESTIMENTO (ROI)

Para Lima (2017), é por meio dos indicadores de rentabilidade que a empresa pode medir o seu grau de remuneração com relação ao que ela investiu (capital próprio e de terceiros) e fazer estimativas futuras. A autora destaca três tipos de indicadores de rentabilidade: o Retorno sobre o Ativo (ROA), o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) e o Retorno Operacional sobre o Investimento (ROI).

O ROA é a razão entre o lucro disponível para distribuição e o ativo total. O ROE, por sua vez, mede o quanto os acionistas tiveram de retorno com relação ao que investiram na empresa. Isso se dá pela razão do lucro disponível e o que eles investiram. Por último, o ROI mostra o retorno que a empresa obteve com relação aos investimentos que foram realizados na mesma (LIMA, 2017).

Antunes e Martins (2007) afirma que o Retorno Operacional Sobre o Investimento (ROI) mensura quanto os ativos estão produzindo de retorno, excluindo as despesas financeiras e encargos tributários incidentes sobre o lucro. Os autores afirmam ainda que a análise através da medida de rentabilidade apurada pelo ROI propicia o conhecimento de quanto os ativos totais estão produzindo de retorno e também pode ser desdobrado em margem e giro.

Conforme Kassai (1996), o ROI é calculado a partir da razão entre o lucro operacional da empresa e seu ativo. Sendo este considerado como sendo o conjunto de



investimentos feito pela empresa. Logo, o ROI pode ser encontrado utilizando-se a seguinte fórmula matemática:

$$ROI = \frac{LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO}{INVESTIMENTO}$$

Para Dallabona e Beuren (2012), o ROI é utilizado como medida de rentabilidade, pois relaciona todos os lucros obtidos em um determinado período de tempo com os investimentos realizados pela empresa. Nessa mesma perspectiva, Assaf Neto (2022), destaca que o referido indicador de rentabilidade mede o quanto a empresa foi eficiente com relação ao que investiu, ou seja, quanto ela teve de capital aplicado. Logo, quanto menor for o valor do ROI, menor foi o lucro em relação ao que foi investido.

3 MÉTODO

Partindo da descrição relatada por Dalfovo, Lana e Silveira (2008), a presente pesquisa será descritiva uma vez que houve o levantamento de dados e o tratamento destes. Ainda se utilizando do mesmo estudo, a coleta de dados será do tipo documental, onde os dados serão obtidos de forma secundária através dos Relatórios de Administração (RA), das Demonstrações Contábeis (DC) e dos índices de rentabilidade extraídos com o auxílio do *software Economática®*.

Para verificar se há relação entre a evidenciação dos itens de CI e o ROI das empresas objeto deste estudo, foi realizado um levantamento de quais são os elementos de CI evidenciados em cada empresa objeto deste estudo. Para isso, foi atribuída a métrica proposta por Maçambanni *et al.* (2012). Encontrado o índice de CI de cada empresa da amostra, procedeu-se com a análise estatística sobre os itens encontrados.

Quanto à abordagem do problema, o presente estudo é caracterizado como uma pesquisa quantitativa. A coleta de dados enfatizou números e os dados foram analisados com apoio da estatística e outras técnicas matemáticas (DALFOVO, LANA e SILVEIRA, 2008). A população investigada no presente estudo foi o conjunto de empresas do setor de TIC que negociam ações na [B]³ e encontravam-se na listagem da referida bolsa no período da pesquisa. Dito isso, a pesquisa foi composta pelos seguintes procedimentos:

Quadro 1 - Etapas para a Coleta de Dados

Etapa	Objetivo
Etapa 1- Levantamento das empresas do setor de TI listadas na B3	Neste momento foram verificadas quais as empresas do setor de TI negociam suas ações na [B] ³ e quais tiveram seus índices de rentabilidade divulgados no período de 2016 a 2020.
Etapa 2- Identificação dos itens de CI	Nesta foram identificados quais os itens de CI são evidenciados nos Relatórios de Administração-RA e nas Demonstrações Contábeis-DC das 11 empresas do setor de TI que compõem a amostra desta pesquisa.
Etapa 3- Organização dos dados e definição das hipóteses do estudo.	Esta etapa teve como finalidade a organização dos dados encontrados, o cálculo do índice de evidenciação do CI e a definição das hipóteses da pesquisa.



Etapa 4- Tratamento e análise dos resultados.	A última etapa consistiu em compilar os dados, calcular as principais variáveis para obtenção de índices estatísticos e na análise dos resultados.
---	--

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para atender a primeira etapa desta pesquisa foram verificadas quais as empresas do setor de TIC negociam suas ações na [B]³ e quais tiveram seus índices de rentabilidade divulgados no período de 2016 a 2020. Esse procedimento foi realizado através de consulta no portal eletrônico da [B]³ e com o apoio do *software Econômica*®.

Ao fazer a referida consulta ao portal da [B]³ é possível conferir as empresas listadas pelas seguintes opções de filtro: nome; setor de atuação; segmento; e ano de listagem. Foi escolhida a opção setor de atuação tendo em vista ser o caminho mais prático para conseguir agrupar empresas do mesmo setor. As empresas listadas estão divididas em 11 setores de atuação. Dentre eles, o setor de TIC. O referido setor, por sua vez, está dividido em 02 subsectores: Computadores e Equipamentos; e Programas e Serviços. O Quadro 2 traz a lista de empresas do setor de TIC e seus respectivos subsectores:

Quadro 2 - Empresas do setor de TIC listadas na [B]³

Empresa	Subsetor
INTELBRAS S. A IND. DE TELEC. ELET. BRASILEIRA	COMP. E EQUIPAMENTOS
POSITIVO TECNOLOGIA S. A.	COMP. E EQUIPAMENTOS
BEMOBI MOBILE TECH S.A.	PROGRAMAS E SERVIÇOS
BRQ SOLUCOES EM INFORMATICA S. A.	PROGRAMAS E SERVIÇOS
ENJOEI S. A.	PROGRAMAS E SERVIÇOS
GETNINJAS S. A.	PROGRAMAS E SERVIÇOS
INFRACOMMERCE CXAAS S. A.	PROGRAMAS E SERVIÇOS
LINX S.A.	PROGRAMAS E SERVIÇOS
LOCAWEB SERVIÇOS DE INTERNET S.A.	PROGRAMAS E SERVIÇOS
MÉLIUZ S.A.	PROGRAMAS E SERVIÇOS
MOBLY S.A.	PROGRAMAS E SERVIÇOS
MOSAICO TECNOLOGIA AO CONSUMIDOR S.A.	PROGRAMAS E SERVIÇOS
NEOGRID PARTICIPACOES S.A.	PROGRAMAS E SERVIÇOS
QUALITY SOFTWARE S.A.	PROGRAMAS E SERVIÇOS
SINQIA S.A.	PROGRAMAS E SERVIÇOS
TIVIT TERC. DE PROC. SERV. E TEC. S.A.	PROGRAMAS E SERVIÇOS
TOTVS S.A.	PROGRAMAS E SERVIÇOS
UNIVERSO ONLINE S.A.	PROGRAMAS E SERVIÇOS
WESTWING COMERCIO VAREJISTA S.A.	PROGRAMAS E SERVIÇOS

Fonte: Adaptado do Portal da [B]³.

Ao todo, são 19 empresas de TIC listadas na [B]³, especificamente, no setor de TIC. Para aplicar o referido estudo, foram excluídas as 02 empresas do subsector “Computadores e Equipamentos”. Com isso, resultou-se um total de 17 empresas do



subsetor de “Programas e Serviços”. Após este procedimento, foi verificado, junto ao *software Economática*®, qual o período de tempo que cada empresa possuía de divulgação dos índices de rentabilidade e obteve-se o seguinte resultado conforme o Quadro 3:

Quadro 3 - Tempo de divulgação dos índices de rentabilidade no período de 2016-2020

Empresa	Tempo (em anos)
BEMOBI MOBILE TECH S.A.	01 ANO
BRQ SOLUCOES EM INFORMATICA S. A.	05 ANOS
ENJOEI S. A.	02 ANOS
GETNINJAS S. A.	01 ANO
INFRACOMMERCE CXAAS S. A.	01 ANO
LINX S.A.	05 ANOS
LOCAWEB SERVIÇOS DE INTERNET S.A.	03 ANOS
MÉLIUZ S.A.	01 ANO
MOBLY S.A.	02 ANOS
MOSAICO TECNOLOGIA AO CONSUMIDOR S.A.	02 ANOS
NEOGRID PARTICIPACOES S.A.	02 ANOS
QUALITY SOFTWARE S.A.	05 ANOS
SINQIA S.A.	05 ANOS
TIVIT TERC. DE PROC. SERV. E TEC. S.A.	*
TOTVS S.A.	05 ANOS
UNIVERSO ONLINE S.A.	*
WESTWING COMERCIO VAREJISTA S.A.	02 ANOS

* As empresas TIVIT TERC. DE PROC. SERV. E TEC. S.A. e UNIVERSO ONLINE S.A. aparecem na listagem. No entanto, não possuíam dados para o período 2016 a 2020.

Fonte: Adaptado do *software Economática*®.

Das 17 empresas do subsetor “Programas e Serviços”, 02 não possuíam dados no período de 2016 a 2020, 04 possuem dados apenas do ano de 2020, 05 possuíam dados para os anos de 2019 e 2020, 01 possuía dados para o período de 2018 a 2020, e por último, 05 empresas possuíam dados para o período de 2016 a 2020. Com isso, para aplicar os testes estatísticos necessários para a verificação do objetivo deste estudo, foram consideradas as empresas com 02 ou mais anos na base de dados do *software Economática*®. Sendo assim, a amostra deste estudo se limitou a 11 empresas (empresas com 02, 03 e 05 anos conforme a Tabela 2).

Em cumprimento a segunda etapa desta pesquisa. Nesta etapa, foi utilizada a proposta de métrica elaborada por Maçambanni *et al.* (2012) que contém 03 categorias e 55 subcategorias de CI: sendo 18 de Capital Humano, 17 de Capital Estrutural e 20 de Capital de Clientes. O referido modelo pode ser observado conforme o quadro abaixo:



Quadro 3 - Métrica utilizada para calcular o Capital Intelectual

Capital Intelectual		
1. Capital humano	2. Capital estrutural	3. Capital de clientes
1.1 Ativo/Recurso	2.1 Propriedade Intelectual	3.1 Carteira de Clientes
1.2 Incentivo a Novas Ideias	2.2 Patentes	3.2 Lealdade/Fidelidade dos Clientes
1.3 Investimentos em Educação Funcionários	2.3 Direitos Autorais	3.3 Captação de Clientes
1.4 Treinamento/Desenvolvimento/Capacitação	2.4 Marcas	3.4 Retenção de Clientes
1.5 Retenção/Captação de Talentos	2.5 Inovação / P&D	3.5 Satisfação do Cliente
1.6 Qualificação Profissional	2.6 Tipos/Qualidade dos Produtos e Serviços	3.6 Investimentos em TI/Cliente
1.7 Nível de Escolaridade	2.7 Cultura Corporativa/Organizacional	3.7 Suporte ao Cliente
1.8 <i>Turnover</i> (Rotatividade)	2.8 Práticas Ambientais	3.8 Parcerias Clientes/Fornecedores
1.9 Benefícios/Satisfação	2.9 Responsabilidade Social	3.9 Relacionamento com o Cliente/Fornecedores
1.10 Clima Organizacional	2.10 Governança Corporativa	3.10 Participação no Mercado
1.11 Know-how/Experiência	2.11 Filosofia/Processos Gerenciais	3.11 Treinamento do Cliente
1.12 Conhecimento/Competências relacionadas ao trabalho	2.12 Sistemas de Relacionamentos	3.12 Inovação Focada no Cliente
1.13 Espírito Empreendedor	2.13 Relações Financeiras	3.1 Customização
1.14 Liderança/Criatividade/Iniciativa/Habilidade	2.14 Lançamento de Novos Produtos	3.14 Franquias
1.15 Eficiência e Eficácia	2.15 Qualidade/Investimento TI	3.15 Licenças
1.16 Participação/Inovação/Motivação	2.16 Sistema de Informação	3.16 Repetitividade dos Negócios
1.17 Trabalho em equipe	2.17 Comunicação	3.17 Imagem da Empresa
1.18 Comprometimento/Confiança		3.18 Nome/Reputação da Companhia
		3.19 Canal de Distribuição
		3.20 Prêmios/Certificações

Fonte: Adaptado de Maçambanni *et al.* (2012).

Seguindo a proposta de Maçambanni *et al.* (2012), foi atribuído 1 ponto a cada item evidenciado no RA, ou nas DC de cada empresa da amostra, e 0 para cada item não evidenciado. Para o referido procedimento, foram considerados os RA e as DC do ano calendário de 2020. Estes foram verificados através de consulta aos portais eletrônicos de cada empresa. Após a referida consulta, foi realizada uma análise de discurso para verificar quais os itens de CI estavam implícitos e explícitos no RA e nas DC de cada uma das empresas.

A análise de discurso é uma técnica que pode ser utilizada tanto para abordagens quantitativas, como também, para abordagens qualitativas. Para Cappelle, Melo e Gonçalves (2003), a análise de discurso é uma técnica cujos procedimentos têm como



objetivo a inferência acerca de uma estrutura profunda. A mesma busca conhecer a gramática que preside a construção do texto (CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003).

Foi verificada também a composição das DC de cada uma das empresas para verificar quais itens de CI poderiam estar incluídos no ativo intangível das mesmas. Após o referido procedimento, foi realizada a terceira etapa. Inicialmente os dados foram organizados e o Índice de evidenciação do CI foi calculado utilizando a métrica proposta por Maçambanni *et al.* (2012) e com apoio do software *Excel® (versão Microsoft Professional Plus 2013)*. Após a aplicação da métrica foram obtidos os seguintes índices conforme descrito na Tabela 1:

Tabela 1 - Índices de evidenciação do CI conforme Maçambanni *et al.* (2012)

Empresa	Índice de evidenciação do CI (em %)
BRQ SOLUCOES EM INFORMATICA S. A.	61,82
ENJOEI S. A.	34,55
LINX S.A.	47,27
LOCAWEB SERVIÇOS DE INTERNET S.A.	43,64
MOBLY S.A.	36,36
MOSAICO TECNOLOGIA AO CONSUMIDOR S.A.	38,18
NEOGRID PARTICIPACOES S.A.	43,64
QUALITY SOFTWARE S.A.	27,27
SINQIA S.A.	29,09
TOTVS S.A.	72,73
WESTWING COMERCIO VAREJISTA S.A.	20,00

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Após a aplicação do modelo proposto por Maçambanni *et al.* (2012), cabe destacar que a maioria dos itens evidenciados foram encontrados no RA. Em geral, percebe-se que apenas 02 (duas) empresas evidenciaram pouco mais de 50% dos possíveis itens propostos no modelo de Maçambanni *et al.* (2012). Sendo elas: BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S. A.; e TOTVS S.A. A empresa com menor índice de evidenciação do CI, conforme análise desta pesquisa foi a empresa WESTWING COMERCIO VAREJISTA S.A. com apenas 20% de itens evidenciados conforme aplicabilidade do modelo de métrica proposto por Maçambanni *et al.* (2012).

Ainda em atendimento a terceira etapa desta pesquisa, os itens classificados, ou que tinham as características de CI nos RA e/ou nas DC das empresas de TIC participantes da [B]³ conforme consulta referente à primeira etapa, foram organizados de modo que pudessem ser analisados através do software *IBM SPSS Statistics® (versão 28.0)*.

Conforme o objetivo do presente estudo, foram definidas as seguintes hipóteses:

Hipótese Nula (H0): não há relação entre o Capital Intelectual evidenciado e o Retorno Operacional sobre o Investimento nas empresas de TIC que negociam ações na [B]³; e Hipótese alternativa (H1): há relação entre o Capital Intelectual evidenciado e o Retorno Operacional sobre Investimentos nas empresas de TIC que negociam ações na [B]³.



Com base na consulta de dados feita com o apoio do *software Economática®* foram encontrados os seguintes percentuais para o ROI de cada empresa:

Tabela 2 - ROI das empresas de TIC listadas na [B]³

Empresa	ROI (em %)
BRQ SOLUCOES EM INFORMATICA S. A.	83,10
ENJOEI S. A.	0,00
LINX S.A.	-2,00
LOCAWEB SERVIÇOS DE INTERNET S.A.	4,60
MOBLY S.A.	-16,90
MOSAICO TECNOLOGIA AO CONSUMIDOR S.A.	34,10
NEOGRID PARTICIPACOES S.A.	9,00
QUALITY SOFTWARE S.A.	23,10
SINQIA S.A.	1,70
TOTVS S.A.	12,70
WESTWING COMERCIO VAREJISTA S.A.	0,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Após a referida consulta, foram considerados o CI e o ROI como sendo as variáveis do estudo. Feito isso, foi calculada a correlação junto ao software *IBM SPSS Statistics® (versão 28.0)*. O coeficiente de correlação adotado foi o de Pearson.

Para Larson e Farber (2015), uma correlação é uma relação entre duas variáveis. Os dados podem ser representados por pares ordenados (x, y), sendo x a variável independente (ou explanatória) e y a variável dependente (ou resposta).

Conforme Tabela 03, as variáveis, CI e ROI, apresentaram as seguintes médias: 41,32 e 13,58 respectivamente. Com relação ao desvio padrão, as variáveis, CI e ROI, apresentaram os seguintes desvios: 15,28 e 26,70 respectivamente. Com relação à variância, o CI teve uma variância de 233,48 e o ROI, de 712,88.

Tabela 3 - Estatística descritiva das variáveis

Variável	Média	Desvio Padrão	Variância
CI	41,32	15,28	233,48
ROI	13,58	26,70	712,88

Fonte: Dados da pesquisa.

É importante ressaltar que, algumas empresas evidenciaram poucos itens de CI, enquanto outras evidenciaram uma relação maior destes itens. Com relação ao desvio-padrão tão alto para a variável ROI, é importante ressaltar que 02 empresas tiveram ROI igual a 0, 1 teve ROI negativo e 01 outra teve ROI superior a 83%.

Após as estatísticas descritivas elencadas acima, foi feito o cálculo do Coeficiente da Correlação de Pearson, conforme Tabela 04:



Tabela 4 - Coeficiente da Correlação de Pearson

	CI	ROI
CI	Correlação de Pearson	0,430
	Sig. (2 extremidades)	0,187
	N	11
ROI	Correlação de Pearson	0,430
	Sig. (2 extremidades)	0,187
	N	11

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao aplicar o referido método, é possível identificar que houve um índice de correlação de 0,430 conforme tabela 04. O Coeficiente de adotado, conforme pode ser visto na mesma tabela, foi o Coeficiente de Correlação de Pearson. Para Larson e Farber (2015), a variação do Coeficiente de Correlação de Pearson é de “-1 a 1”.

Segundo o Larson e Farber (2015), quando x e y têm uma correlação linear positiva forte, r (Coeficiente de Correlação de Pearson) está próximo de 1. Quando x e y têm uma correlação linear negativa forte, r está próximo de -1. Quando x e y têm correlação linear positiva perfeita ou correlação linear negativa perfeita, r é igual a 1 ou -1, respectivamente. Quando não há correlação linear, r está próximo a 0. Larson e Farber (2015) também afirmam que quando r está próximo de 0 não significa que não há relação entre x e y , significa apenas que não há relação linear.

Tendo como base o conceito supracitado, percebe-se que a correlação existente entre as variáveis CI e ROI da presente pesquisa não é uma correlação linear e a possível correlação existente entre as duas variáveis é positivamente fraca, uma vez que 0,430 está mais próximo de 0 do que de 1. Sendo assim, há fortes indícios que a hipótese nula não deve ser rejeitada.

5 CONCLUSÃO

Após os resultados e discussões do presente estudo é possível fazer algumas inferências entre os objetivos específicos da pesquisa e os resultados encontrados. A pesquisa teve como objetivo geral verificar se existe uma relação entre os itens de CI evidenciados nos Relatórios de Administração e/ou nas Demonstrações Contábeis das empresas do setor de TIC e o seu ROI. Em específico, buscou-se verificar quais itens de CI são evidenciados pelas empresas do setor de TIC, aplicar um modelo de medição de CI sobre esses itens e verificar se há uma correlação estatística entre os itens evidenciados no CI e o ROI.

Com relação aos itens de CI evidenciados pelas empresas do setor de TIC, percebe-se que a maioria das empresas não busca evidenciar de maneira tão efetiva as referidas informações. Utilizando-se do modelo proposto por Maçambanni *et al.* (2012), verificou-se que 82% (oitenta e dois por cento) das empresas analisadas divulgaram menos de 50% (cinquenta por cento) dos itens elencados do referido modelo. Outro ponto a ser destacado é que, a maioria dos itens evidenciados é encontrada nos Relatórios de



Administração das empresas. São raros os itens evidenciados junto às Demonstrações Contábeis das Empresas.

Ao aplicar o modelo proposto por Maçambanni *et al.* (2012) foi possível verificar o índice de evidenciação do CI de cada empresa conforme a tabela 01 desta pesquisa. O destaque positivo foi para a empresa TOTVS S. A. que obteve um índice de 72,73% de índice de evidenciação do CI. Por outro lado, a empresa WESTWING COMERCIO VAREJISTA S.A. obteve apenas 20% de índice de evidenciação do CI.

Por último, ao se utilizar do conceito de correlação descrito por Larson e Farber (2015), foi possível verificar se há ou não uma correlação estatística entre os itens evidenciados no CI e o ROI das empresas de TIC listadas na [B]³. A verificação foi feita utilizando-se o software *IBM SPSS Statistics® (versão 28.0)*. Foi observado que não há correlação linear entre as duas variáveis utilizadas. A correlação existente é não linear e é positivamente fraca.

Com isso, respondendo à problemática desta pesquisa que questionou “*Qual a relação entre o Capital Intelectual-CI e o retorno sobre o investimento das empresas do setor de tecnologia da informação listadas na bolsa de valores Brasil, Bolsa e Balcão [B]³?*”, podemos concluir que não há uma correlação significativa entre o CI e o ROI das empresas do setor de TIC listadas na [B]³.

No entanto, este resultado pode ter sofrido impacto devido algumas limitações do presente estudo. Dentre elas, cabe destacar: o tamanho da população e, conseqüentemente, da amostra utilizada na pesquisa; período de tempo utilizado na pesquisa; e número de variáveis utilizadas. As empresas que compõem a população da pesquisa totalizaram apenas 19 empresas. Sendo que destas, 08 foram excluídas conforme procedimentos descritos na seção de resultados e discussões.

Além disso, foi verificada uma grande discrepância com relação ao tempo em que cada empresa era listada na [B]³, o que não permitiu utilizar uma regressão linear ou outro método que conseguisse analisar outras variáveis, assim como também considerar um período de tempo maior. Algumas empresas possuíam 05 ou mais anos de operação na referida bolsa de valores. Outras, por exemplo, haviam aderido ao mercado de ações no ano de 2020 (último ano considerado na pesquisa). Por último, foram adotadas apenas duas variáveis: o índice de CI proposto por Maçambanni *et al.* (2012) e o ROI encontrado conforme auxílio do *software Economática®*.

Com isso, sugere-se que pesquisas futuras sejam realizadas utilizando-se de um número maior de empresas, assim como também, considerando um período maior de análises. É oportuno também que se busque considerar outras variáveis e estas sejam testadas em outros modelos estatísticos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. L. C. **Gestão Integrada de Ativos Intangíveis: Cultura, Liderança, Confiança, Marca e Reputação**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

ANTUNES, M. T. P.; MARTINS, E. Capital intelectual: seu entendimento e seus impactos no desempenho de grandes empresas brasileiras. **Revista Base**



(**Administração e Contabilidade**) da UNISINOS, v. 4, n. 1, p. 5-21, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3372/337228631002.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL, Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) Ativo Intangível**. Disponível em: www.cpc.org.br. Acesso em: 15 mar. 2022.

CANTO-MARTÍNEZ, P. C. Economía del conocimiento para la sostenibilidad. **Economía y Sociedad**, [S.L.], v. 22, n. 51, p. 1, 21 jun. 2017. Universidad Nacional de Costa Rica. <http://dx.doi.org/10.15359/ays.22-51>.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. L.; GONÇALVES, C. A. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 5, n. 1, 2003. Disponível em: <http://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/251>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL. Dispõe sobre a estrutura conceitual para relatório financeiro**. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTGEC.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2021.

DALLABONA, L. F.; BEUREN, I. M.. Relação da folga organizacional com medidas de desempenho de empresas brasileiras. *In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*. 2012. Disponível em: <https://anaiscbc.abcustos.org.br/anais/article/view/274/274>. Acesso em: 03 nov. 2022.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista interdisciplinar científica aplicada**, v. 2, n. 3, p. 1-13, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/12268971/M%C3%89TODOS_QUANTITATIVOS_E_QUALITATIVOS_UM_RESGATE_TE%3%93RICO?bulkDownload=thisPaper-topRelated-sameAuthor-citingThis-citedByThis-secondOrderCitations&from=cover_page. Acesso em: 20 jul. 2021.

GÓIS, C. G. Capital Intelectual: o intangível do século XXI. *In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*. 2000. Disponível em: <https://anaiscbc.abcustos.org.br/anais/article/view/2993>. Acesso em: 30 jul. 2021.

JOIA, L. A. Medindo o capital intelectual. **Revista de Administração de empresas**, v. 41, n. 2, p. 54-63, 2001. FapUNIFESP (SciELO). <https://www.scielo.br/j/rae/a/wpV5NvZn4RNFKCVtxVX3khc/?lang=pt>



KASSAI, J. R. Conciliação entre a TIR e ROI: uma abordagem matemática e contábil do retorno do investimento. **Caderno de Estudos**, p. 1-29, 1996.

<https://doi.org/10.1590/S1413-92511996000200003>

LARSON, R.; FABER, B. **Estatística Aplicada**. 6º ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

LIMA, V. S. S. Determinantes dos índices de rentabilidade: ROA, ROE, ROI. 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19969/1/Determinantes%c3%84ndicesRentabilidade.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2022.

MACEDO, A. F. P. *et al.* Governança corporativa e evidenciação de capital intelectual em empresas brasileiras. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 3, n. 1, p. 18-33, 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin>. Acesso em: 22 jul. 2021.

MAÇAMBANNI, M. V. *et al.* Relação entre o nível de disclosure do capital intelectual e características das companhias listadas no índice BM&FBOVESPA. **Revista Alcance**, v. 19, n. 3, p. 345-361, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.univali.br/index.php/ra/article/view/2967>. Acesso em: 20 jul. 2021.

RÊGO, T. F. *et al.* O. Capital intelectual e rentabilidade das “melhores empresas para trabalhar”. **Reunir Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 1-18, 28 maio 2018. Reunir Revista de Administracao, Contabilidade e Sustentabilidade. <http://dx.doi.org/10.18696/reunir.v8i1.448>.

ROSHANI, K.; OWLIA, M. S.; ABOOIE, M. H. The Appropriate Criteria for Selecting Indicators of Intellectual Capitals Measurement. **2019 15Th Iran International Industrial Engineering Conference (Iiiec)**, [S.L.], p. 112-120, 23 maio 2019. IEEE. <http://dx.doi.org/10.1109/iiiec.2019.8720732>.

SILVA, A; SOUZA, T. R.; KLANN, R. C. A influência dos ativos intangíveis na relevância da informação contábil. **Revista contemporânea de contabilidade**, v. 14, n. 31, p. 26-45, 2017. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2017v14n31p26>.

STEFANO, N. M. *et al.* Gestão de ativos intangíveis: implicações e relações da gestão do conhecimento e capital intelectual. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 4, n. 1, p. 22-37, 2014. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4801006>. Acesso em: 22 jul. 2022.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



TCHAMYOU, V. S. The Role of Knowledge Economy in African Business. **Journal Of The Knowledge Economy**, [S.L.], v. 8, n. 4, p. 1189-1228, 10 nov. 2016. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s13132-016-0417-1>.

VELOSO, C. C. Capital intelectual. **Revista Vianna Sapiens**, v. 8, n. 2, p. 26-26, 2017. Instituto Vianna Junior Ltda. <https://doi.org/10.31994/rvs.v8i2.236>



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



HOME OFFICE: A percepção dos colaboradores de Mossoró

Ana Letícia de Sousa Emiliano
Graduanda em Administração
E-mail: analeticia121@outlook.com

Natália Queiroz da Silva Oliveira
Mestre em Administração
E-mail: natyqs.queiroz@gmail.com

Monikely de Oliveira Silva Paiva
Mestre em Administração
E-mail: monikely.paiva@professor.catolicadorn.com.br

Gabriel Leite de Freitas Junior
Mestre em Ciências Jurídicas
E-mail: gabriel.jr.freitas@gmail.com

Wendy Karla Medeiros de Souza Bezerra
Mestre em Engenharia de Produção
E-mail: wendy.bezerra@gmail.com

RESUMO

Durante o período da pandemia da Covid-19 foi necessário a adoção de decretos de isolamento social impossibilitando a locomoção para o espaço físico, com isso muitas empresas tiveram que buscar novas alternativas para dar continuidade a suas atividades, uma dessas alternativas utilizadas por muitas organizações durante esse período foi o modelo *home office*. Tendo a seguinte problemática: qual a percepção dos colaboradores sobre *home office* durante esse modelo de trabalho? Desse modo, o presente trabalho possui como objetivo identificar se os trabalhadores que estiveram em *home office* perceberam benefícios e desafios durante esse período. Trata-se de uma pesquisa com abordagem quali-quantitativo, com análise descritiva, sendo os dados coletados através de formulário feito pelo *Google Forms*, contendo um total de 21 perguntas, obtendo um total de 160 respondente. A pesquisa constatou que para os colaboradores a adesão ao *home office* trouxe alguns benefícios, porém de acordo com os resultados seus desafios foram superiores comparados aos benefícios.

Palavras-chave: *Home office*. Benefícios. Desafios.



1 INTRODUÇÃO

O vírus da Covid-19 (Sars-Cov-2) acometeu a âmbito mundial e, de forma repentina, a população. Trouxe consigo grandes e intensas mudanças. Como uma das principais, o isolamento social. Com a adoção dessa medida, surgiu uma necessidade de readaptação da rotina presencial, pois a adoção dessa medida era necessária, mas o mundo também não podia parar, as rotinas precisavam existir até para o próprio funcionamento de serviços básicos.

De acordo com Jordão (2020) a adoção do trabalho remoto durante o período pandêmico fez com que muitos empresários identificassem que a utilização desse modelo de trabalho não fosse apenas uma visão futurista, mas sim uma necessidade imediata e eficiente para o momento não permitindo que todos os seus funcionários trabalhassem de forma física em suas empresas.

Esse modelo ganhou ênfase durante a pandemia, pois com o distanciamento social e medidas governamentais regendo o período, foi necessário utilizar desse modelo como válvula de escape para algumas organizações, que buscaram se adaptar ao momento, executando do trabalho remoto funcionários, viabilizando e dando continuidade na prestação de exercida pelos mesmos (LINERO; ROCHA, 2020).

Cada vez mais as empresas buscaram se adaptar as constantes mudanças e buscando inovações, usando sempre da criatividade, pois caso não o faça, podem ser apenas mais uma nas estatísticas, assim como foram tantas com o crescimento da pandemia, pois não sabiam como se manter funcionando sem o fluxo de pessoas. Para aquelas que conseguiram replicar o seu ambiente físico no virtual, enfrentam uma mudança na relação de trabalho, inserindo o colaborador em uma nova cultura organizacional, a partir das suas próprias casas e vivências sociais. Contudo, existe receio por parte dos gestores em relação à mudança radical do ambiente de trabalho (FILARDI; CASTRO, 2017; KUGELMASS, 1996).

Esse modelo de trabalho passou por muito tempo desprezado pelas empresas sendo somente uma visão futurista e não se classificando como uma forma viável exercível. Conduto com a chegada do vírus foram necessárias novas adaptações nas entidades trazendo um modelo ao qual não era usado de maneira efetiva (NASCIMENTO; TORRES; NERY, 2020).

Percebe-se que com o passar do tempo, esse modelo de trabalho, resultado do avanço da tecnologia passou a ser uma realidade em todo o mundo, e isso requer novos questionamentos, nesse caso, para o presente trabalho têm-se a seguinte pergunta: **qual a percepção dos colaboradores sobre *home office* durante esse modelo de trabalho?**

Instaurada qualquer mudança, até mesmo as planejadas, há margem para resultados não esperados. E não seria diferente atualmente com o caos instalado devido ao novo Covid-19 (NASCIMENTO; TORRES; NERY, 2020) dessa forma as empresas vem enfrentando benefícios e desafios com essa adoção, tendo que reavaliar ou criar novos modelos de gestão que contemplem essa realidade.

A organização tem o desafio de garantir uma comunicação fluída a fim de manter alinhados os objetivos da organização e funcionários, além de traçar estratégias para que a falta do contato físico não influencie na vantagem competitiva da empresa. Desse modo,



o presente trabalho possui como objetivo identificar se os trabalhadores que estiveram em *home office* perceberam benefícios e desafios durante esse período.

O trabalho segue estruturado da seguinte forma: divide-se em cinco partes sendo a primeira, introdução contextualizando o tema a ser estudado durante a pesquisa; na segunda parte o referencial teórico abordando discussões de autores que estudaram o tema na atualidade; no terceiro tópico foi apresentada a metodologia de pesquisa adotada no presente trabalho, a quarta parte trata-se da análise de dados, quinta e última parte são apresentadas as considerações finais do presente trabalho, abordando o objetivo alcançado da pesquisa e quais as dificuldades encontradas.

2 A PANDEMIA E ISOLAMENTO SOCIAL

No dia 31 de dezembro de 2019, vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, na China, chamaram atenção e foram notificados a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019). O motivo era a identificação de uma nova cepa de coronavírus que nunca havia sido identificada em humanos (OPAS, 2021). Sete dias após a notificação, cientistas chineses anunciaram o sequenciamento desse vírus (WHO). Um mês após, a OMS declarou a infecção como emergência global, sendo o mais alto nível de alerta, nomeando de COVID-19 (STRABELLI; UIP, 2020) e desde então o mundo tem enfrentado grandes desafios para conter o seu avanço (FERREIRA NETTO; CORRÊA, 2020).

O vírus do tipo zoonótico, da família Coronavirida e causa infecções respiratórias e teve sua primeira aparição em 1937, onde foi isolado (LIMA, 2020). Ele foi responsável por uma crise em 2002 e 2003, conhecida por síndrome respiratória aguda grave no ser humano, causando infecção grave no sistema inferior, classificada como SARS e trazendo sintomas como febre e dificuldade para respirar. O vírus esteve presente em países como China, Canadá e EUA e devido a condução intensa dos pesquisadores e profissionais responsáveis, foi contido (BRITO *et al.*, 2020).

No dia 11/03/2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou a situação mundial do novo Coronavírus como Pandemia, que de acordo com o Instituto Butantan (2021), esse termo se dá quando uma enfermidade se prolifera a níveis mundiais, afetando um grande número de pessoas, essa decisão foi tomada pelo órgão pois a doença estava se disseminando rapidamente com as características pandêmicas e ainda era desconhecida, não existindo um plano específico e estratégico para controlar a situação (FREITAS; NAPIMOGA; DONALISIO, 2020)

Por orientação da própria OMS, do *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC, Estados Unidos) e entre outras organizações, os países foram direcionados a seguir o plano de contingência da influenza, chamado de O Plano de Influenza Pandêmica (PIP) advindo da expertise de situações similares já vivenciadas pelo mundo anteriormente (FREITAS; NAPIMOGA; DONALISIO, 2020).

Uma rápida difusão do Corona vírus exigiu dos países medidas no curto prazo, como diminuição no fluxo de pessoas e suspensão de voos comerciais (SENHORAS, 2020.) Bem como: isolamento social, suspensão das atividades escolares e quarentena (MACEDO *et al.*, 2020) que potencializaram um intenso impacto na economia, causando uma recessão global nunca vivida anteriormente.



O isolamento social traz impactos para a vida das pessoas (ORNEL; SCHUCH; SORDI, 2020) e surte um efeito negativo no mercado de trabalho (BATISTA *et al.*, 2021). Em meio a necessidade de seguir as medidas orientadas pelo governo e manter o comércio, as empresas precisaram se adaptar e implementar uma forma alternativa para continuar o trabalho: o *home office*.

A vivência em uma pandemia, como por exemplo, a atual, gera mudanças e transforma o dia a dia das pessoas, ocasionando impactos em diferentes âmbitos e intensidade (CARVALHO *et al.*, 2020). De acordo com a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS, 2020) a pandemia agravou o aumento da fome devido recessões, dificultando o acesso aos alimentos, e estima-se que cerca de 30 milhões de pessoas podem sofrer os efeitos da pandemia nessa circunstância, conforme dados do relatório do Estado de Segurança Alimentar e Nutrição no mundo (ONU, 2020).

Além da saúde física, outra bastante impactada é a saúde mental das pessoas e o bem-estar, pois as medidas de segurança também despertaram para a população um aumento de estresse, ansiedade e depressão (FOGAÇA; AROSSI; HIRDES, 2021).

3 LEGISLAÇÃO

No âmbito brasileiro, durante a reforma trabalhista foi implementado no ano de 2017, a regulamentação do *home office*, de acordo com os artigos 75-B a 75-E da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), porém com a pandemia foi implementado e modificado os artigos da CLT, de acordo com a medida provisória nº 1.108 de 2022, que fala sobre os seguintes artigos:

Art. 75-B. Considera-se teletrabalho ou trabalho remoto a prestação de serviços fora das dependências do empregador, de maneira preponderante ou não, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação, que, por sua natureza, não se configure como trabalho externo.

Art. 75-C. A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho ou trabalho remoto deverá constar expressamente do contrato individual de trabalho.

Art. 75-D. As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito.

Art. 75-E. O empregador deverá instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho (BRASIL, 2022).

De acordo com Calcini e Andrade (2020), não há um regramento para a atribuição exclusiva do empregador no fornecimento de equipamentos ou arcar com os custos de prestação de serviços remotos, visto que na lei é livre a negociação entre o patrão e funcionário. De acordo com o Art. 2 da CLT, sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.



Apesar de ser algo recente, essa reforma, não deve desconsiderar que esse tipo de trabalho não é algo tão inovador assim, visto que a primeira experiência ocorreu na década de 1970. Ainda segundo o autor, existe uma diferença entre trabalho a distância e o trabalho remoto, considerando que ele usa de ferramentas de telecomunicações, enquanto no trabalho a distância pode ser utilizado outros meios (OLIVEIRA; PANTOJA, 2018).

Durante esse período outras leis foram implementadas em função da calamidade vivida, para auxiliar as menores empresas e que seriam mais afetadas, a lei nº 14.275/2021, Art. 1º Esta Lei dispõe sobre medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, com o objetivo de mitigar os impactos socioeconômicos da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Covid-19, a serem adotadas até 31 de dezembro de 2022. Art. 2º Fica instituído o Fomento Emergencial de Inclusão Produtiva Rural, destinado a apoiar a atividade produtiva de agricultores familiares durante o período referido no art. 1º desta Lei.

A adoção de medidas provisórias para conter o avanço do vírus no país, e para conter o desastre econômico que poderia acontecer naquele momento com tantas empresas fechando no momento tão delicado vivenciado foram as seguintes: Medida provisória 925, de 18 março de 2020, diz que dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da covid-19 (BRASIL, 2020).

Nesse momento o mundo estava fechando para conter o avanço da Covid-19, as empresas precisaram tomar decisões difíceis e o governo tentar solucionar os problemas relacionados aos impactos que seriam causados pela doença, a medida provisória 936/2020, diz que Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, com aplicação durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, com objetivos de: preservar o emprego e a renda; garantir a continuidade das atividades laborais e empresariais; e reduzir o impacto social decorrente das consequências do estado de calamidade pública e de emergência de saúde pública.

Define como medidas do programa: o pagamento de Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda; a redução proporcional de jornada de trabalho e de salários; e a suspensão temporária do contrato de trabalho. Reconhece a garantia provisória no emprego ao empregado que receber o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, em decorrência da redução da jornada de trabalho e de salário ou da suspensão temporária do contrato de trabalho. Prevê que as medidas de redução de jornada de trabalho e de salário ou de suspensão temporária de contrato de trabalho poderão ser celebradas por meio de negociação coletiva. Estabelece as hipóteses em que as medidas do programa serão implementadas por meio de acordo individual ou de negociação coletiva (BRASIL, 2020).

Outra medida adotada durante o período da pandemia para empresas e colaboradores foi a 927/2020 que diz: Dispõe sobre as medidas trabalhistas que poderão ser adotadas pelos empregadores para preservação do emprego e da renda e para enfrentamento do estado de calamidade pública. Prevê que empregado e empregador poderão celebrar acordo individual escrito, a fim de garantir a permanência do vínculo empregatício, que terá preponderância sobre os demais instrumentos normativos, legais e negociais, respeitados os limites estabelecidos na Constituição Federal. Permite, para



enfrentamento dos efeitos econômicos decorrentes do estado de calamidade pública, a adoção pelos empregadores, entre outras, as seguintes medidas: o *home office*; a antecipação de férias individuais; a concessão de férias coletivas; o aproveitamento e a antecipação de feriados; o banco de horas; a suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho; o direcionamento do trabalhador para qualificação (com suspensão do contrato de trabalho pelo prazo de até quatro meses); e o diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Dispõe sobre a jornada de trabalho para os estabelecimentos de saúde. Estabelece que os casos de contaminação pelo coronavírus (covid-19) não serão considerados ocupacionais, exceto mediante comprovação do nexo causal. Permite a prorrogação de acordos e convenções coletivos vencidos ou vincendos, no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de entrada em vigor da Medida Provisória. Estabelece que Auditores Fiscais do Trabalho do Ministério da Economia atuarão de maneira orientadora (BRASIL, 2020).

4 HOME OFFICE

O avanço da tecnologia trouxe benefícios para diversos âmbitos no cotidiano tanto pessoal como profissional, trazendo novas informações seja ela com o avanço da internet ou com novas estratégias e metodologias dinâmicas de trabalho, dando ao colaborador novos aspectos significativos e fazendo com que novas maneiras do ofício sejam ajustadas em determinados momentos. Segundo Haubrich e Froehlich (2020) não é uma decisão fácil para a organização decidir implementar esse modelo em seu âmbito organizacional, vendo que é necessário um planejamento por meio de levantamento do que há no ambiente organizacional, e em uma vez que não são todos os colaboradores que têm um perfil para esse tipo de ofício.

O *Home Office*, é um regime em que o colaborador exerce sua função de forma remota, na sua casa, de acordo com Graelm (2003) o mercado está em constante mudanças e que é necessário um plano de adaptação. Temos também o teletrabalho, que de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) pode ser conceituado como a realização do trabalho em qualquer lugar fora do escritório, e que implique no uso de uma nova tecnologia. Sinônimos também são: trabalho remoto, teletrabalho ou trabalho a distância (IGBARIA; TAN, 1998; MELLO, 1999; JARDIM, 2003).

Existem tipologias diferentes sobre esse tipo de trabalho como *Mobile Working*, *Virtual Working*, *Telecommuting*, entre outros, sendo uma realidade multidimensional, tornando-se um conjunto de modalidades e tipologias inseridas nesse fenômeno chamado teletrabalho, sendo possível identificar modalidades diferentes para ele, sendo o trabalhador em seu domicílio, alternativo ou móvel (DAUD, 2021).

Segundo Lima, Fusco e Rica (2003) o *Home Office* muda a empresa não somente no aspecto tecnológico, mas provoca a necessidade da mudança nas relações de trabalho. Bellini e Donaire (2013) mencionam que o *Home Office* é a forma mais simples e ágil de reduzir volume de pessoas nos escritórios. Corroborando com isso estudos da Indeed (2018) apontam que as empresas que adotam o modelo, diminuem em 50% seus custos operacionais. Ainda sobre a mesma fonte, é destacado que o trabalho remoto tem políticas



flexíveis e que permitem o funcionário escolher onde se sentirá mais produtivo. Para Ribeiro, Robazzi e Dalri (2021) para a realização e manutenção desse esquema de trabalho o gestor precisa estar atento aos aspectos que levam o lado emocional do trabalhador.

De acordo com Mello (2011) a seleção dos trabalhadores que irão migrar para esse modelo de trabalho deve ser muito cautelosa e considerar se há um ambiente estruturado, bem como definir as metas e as avaliações de desempenho. A comunicação com a equipe que está no escritório é parte fundamental para esse processo. Outros autores destacam que existem vantagens no *home office* no desempenho do indivíduo. Para Maciel (2020), é considerado que esse modelo de trabalho utilizado traz flexibilidade garantindo uma maior evolução pessoal, o ajudando em adquirir novas responsabilidades, comprometimento, principalmente para o público jovem, o autor ainda destaca que o aumento há aumento de produtividade. De acordo com o autor a motivação intrínseca é onde o indivíduo fica interessado por uma determinada tarefa, acabando se envolvendo para realização dela em si, essa motivação é um fator importante.

Quadro 1: Benefícios do modelo *Home Office*

Autor	Benefícios
Almeida, Brasil, Nogueira (2017)	Esse tipo de trabalho proporciona uma maior flexibilidade e comodidade, permitindo o funcionário trabalhar do ambiente que desejar, além da possibilidade de participar mais da vida ativa da família
Barros e Silva (2010)	Melhor locomoção; menores custos para empresa; ambiente de trabalho mais agradável; sem distrações.
Rocha e Amador (2017)	As principais vantagens para o empregado são: flexibilização da jornada de trabalho; a organização do tempo; o tempo de locomoção evitado e a autonomia em escolher como irá trabalhar, na perspectiva de tempo e espaço. Já para a empresa: melhoria na produtividade, planejamento de atividades e mais tempo para planos de ações.

Fonte: Almeida, Brasil e Nogueira (2017) e Barros e Silva (2010).

Quadro 2: Desafios do modelo *Home Office*

Autor	Desafios
Almeida, Brasil e Nogueira (2017)	Já como desvantagem é elencado à perda de interação entre os colegas de trabalho e em alguns casos há dificuldade de desempenhar as tarefas em casa, devido ao envolvimento com o ambiente familiar.
Barros, Silva (2010)	Jornadas extensas de trabalho; auxílio reduzido da empresa para com o colaborador; impossibilidade de alavancar na carreira.

Fonte: Almeida, Brasil, Nogueira (2017) e Barros e Silva (2010).



De acordo com Filardi, Castro e Zanini (2020), em relação a vantagens e desvantagens do modelo a distância, existem desafios na implantação, sendo uma dificuldade para as empresas que suas avaliações de desempenho de metas e resultados, além de que é necessário ser traçado o perfil ideal de um trabalhador para o *Home Office*, uma vez que nem todos tem perfil para esse tipo de trabalho.

Segundo Bellini *et al.* (2011), pode-se classificar os benefícios do home office em duas vertentes: empregados e empresa. Rocha e Amador (2017) corroboram com o pensamento e apresentam que as principais vantagens para o empregado são: flexibilização da jornada de trabalho; a organização do tempo; o tempo de locomoção evitado e a autonomia em escolher como irá trabalhar, na perspectiva de tempo e espaço. Já para a empresa: melhoria na produtividade, planejamento de atividades e mais tempo para planos de ações, bem como a diminuição do índice de absenteísmo e turnover (KUGELMASS, 1996).

De acordo com Haubrich e Froehlich (2020) a prática de *home office* mostra resultados positivos, mas também negativos, mostrando quão complexo o assunto é. No contexto pessoal, as autoras criticam o aumento das horas trabalhadas e a solidão, sendo agravada pela apropriação do ambiente familiar pelo trabalho. Já para os aspectos empresariais, as principais desvantagens, de acordo com Rocha e Amador (2017) são a dificuldade de controle sobre o funcionário e a perda da sua integração a organização, estando esses dois motivos interligados e trazendo sérias preocupações quanto a relação empregado e empregador e até mesmo sobre os efeitos subjetivos do trabalho.

Em estudo feito com 551 respondentes, 48,45% das pessoas consideraram que o trabalho ficou mais acelerado no remoto e 87,2% que a qualidade do presencial se torna melhor ou igual ao remoto, e 25,05% disseram que aumentaram sua produtividade durante o uso desse modelo, segundo ele os resultados obtidos na pesquisa podem estar relacionados a dificuldade de se trabalhar em remotamente (BRIDI *et al.*, 2020).

Do ponto de vista de Mendes, Hastenreiter e Tellechea (2020) a concentração para muitos é uma vantagem quando se trata de *Home Office*, porém discussões levam o tema a debates entre autores que questionam que existem inúmeras distrações em um ambiente doméstico, atrapalhando assim na adaptação do indivíduo. Sendo, indispensável que a organização se atente as necessidades do indivíduo quanto ao seu ambiente de trabalho remoto, dando suporte tecnológico, técnico e psicológico.

Um desafio para o colaborador é exercer seu ofício no seu lar, uma vez sabendo que muitos não possuem um espaço amplo em seus lares para separar trabalho e afazeres familiares. Durante o período de pandemia não se tinha opção em relação a esse fato sabendo-se que era uma ação imediata e necessária para o período. Para Gondim e Borges (2020) é preciso que aprendamos a distinguir quais são as tarefas que podemos realizar remotamente e quais os recursos necessários para isso, também entender que para aquele período se exigirá uma maior flexibilização.

Na visão de Lima e Freitas (2020) um dos grandes desafios para as empresas foi ingressar no meio digital, sabendo-se que muitas não estavam preparadas financeiramente para um momento assim, sendo que para o autor o país havia acabado de sair de uma recessão econômica. No estudo feito por (2021) os respondentes relataram que o ambiente físico se torna mais acolhedor se tratando de assuntos mais sensíveis, sendo eles,



demissão, problemas pessoais, assuntos sobre salário, entre outros. Na opinião de Paiva, Rosa e Freitas (2021), a necessidade de ter um canal de comunicação seguro é fundamental, onde ocorram as videoconferências para que haja uma melhor interação entre empregado e empregador, tendo assim uma melhor comunicação entre a equipe para análise dos resultados.

Em seu trabalho, Pontes, Hirata e Neves (2021) dizem que em relação a situação financeira, 76,4% dos entrevistados declaram que seus salários mantiveram inalterados, 11,8% relataram aumento de salário, e 11,8% seus salários diminuíram.

Quando se fala em um assunto como esse deve ser mencionado sobre a saúde mental do indivíduo no ambiente ao qual está inserido, sabendo-se que durante o período que foi adotado por diversas empresas esse modelo foi uma inovação, mas também uma primeira experiência para muitos em um momento conturbado. Na opinião de Ferreira (2021) o empregador deve manter um ambiente adequado para seu funcionário, trabalhar de forma saudável e segura, cabe ao mesmo passar instruções e disponibilizar treinamentos.

De acordo com Cruz *et al.* (2020) com o aumento casos de transtornos de humor como ansiedade e depressão, tem afetado a população não apenas numa visão micro, porém em uma visão macro da situação, pesquisas feitas apontam que deve existir um monitoramento do impacto desses transtornos que um dos fatores principais causadores foi a pandemia, sendo assim para minimizar esses impactos as organizações precisam fazer a adoção de métodos que auxiliem na jornada de trabalho.

Diante da situação que foi vivenciada, o stress do trabalho e problemas psicológicos se tornaram um dos fatores causadores de afastamento dos servidores dos seus cargos, uma dessas síndromes que pode ser citada em relação ao stress no trabalho, é a síndrome de Burnout, que nada mais é que o esgotamento profissional, causado por tensão emocional crônica (ZUCCHETTO; RIBEIRO; DUTRA, 2020).

5 PROCEDIMENTOS METOLOGICOS

A presente pesquisa foi realizada utilizando o método quali-quantitativo com análise descritiva do assunto abordado. Para Paschoarelli, Medola e Bonfim (2015) a adoção dos dois métodos juntos consiste na análise do assunto estudado, tendo como objetivo a comparação dos dados colhidos por meio das duas abordagens. A pesquisa consiste na análise dos dados coletados através de formulário com questões sobre quais pontos o resultou de forma negativa ou positiva para os profissionais questionados. Assim permitindo a observação dos fatos, sem controlar variáveis, mas estudando suas relações (RODRIGUES, 2007).

De acordo com Kipni (2005) a classificação de uma pesquisa divide-se em três: descritivas, exploratórias ou explicativas. Nesse modo, para Vergara (2010, p. 42) a pesquisa descritiva expõe características da população ou do determinado fenômeno estudado.

O estudo aqui realizado teve como principal objetivo entender quais benefícios e desafios foram enfrentados pelas pessoas, nesse modelo de trabalho, durante o período da pandemia. Para isso, optou-se pela pesquisa de campo, tendo como o público-alvo



funcionários que trabalharam ou trabalham com o método *home office*. A coleta foi realizada por meio de formulário eletrônico, elaborado no *google forms*, contendo 21 perguntas fechadas, de múltipla escolha seguindo uma escala *likert* de cinco pontos.

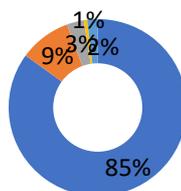
O formulário foi disponibilizado por *link*, sendo realizado o envio para um público alvo de funcionários que tiveram ou ainda tem essa experiência, ou seja, por conveniência, a coleta ficou disponível por um período de 10 dias, do dia 22 a 31 de maio, tendo alcançado um total de 160 respondentes. Realizou-se uma análise descritiva dos resultados com auxílio do programa Microsoft Excel.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta pesquisa foi aplicada utilizando a ferramenta *Google Forms*, uma ferramenta de questionário utilizada de maneira prática e eficiente para coleta de dados, com o público-alvo em profissionais que atuam ou atuaram no modelo *Home Office*. O formulário atingiu o número de 160 respondentes, com idades variadas, sendo 68,8% do sexo feminino e 31,3% do sexo masculino, sendo a maioria com Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto, tendo 92,4% dos que responderam trabalhando em empresa privada, dos respondentes maior número são de residentes na cidade de Mossoró/RN.

Com relação ao estilo de trabalho durante a pandemia obteve-se as seguintes respostas.

Figura 1: A empresa onde trabalho adotou o *home office* durante o período da pandemia



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

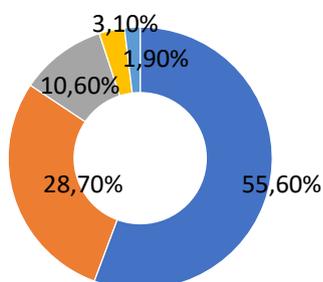
Na Figura 1, ao serem questionados sobre se as empresas onde trabalham ou trabalharam adotaram o modelo mencionado durante o período da pandemia, o resultado se dá por: 85% concordam totalmente, 9% concordam parcialmente, 2% discordam totalmente, 1% discorda parcialmente, e 3% nem discordam e nem concordam. Para Haubrich e Froehlich (2020) não é uma decisão fácil para a organização decidir implementar esse modelo em seu âmbito organizacional, vendo que é necessário um planejamento por meio de levantamento do que há no ambiente organizacional, e em uma vez que não são todos os colaboradores que têm um perfil para esse tipo de ofício.

Quando questionados se perceberam benefícios no *home office* identificou-se que 55,60% das pessoas responderam que concordavam totalmente que o trabalho em *home*

office lhe trouxe benefícios, 28,70% dos respondentes concordam parcialmente, dentre os demais 3,10%, discordam parcialmente, 10,60% não concordam e nem discordam e 1,90% discordam totalmente, conforme apresentado na Figura 2. Com isso, constatar que durante o uso desse método muitas das pessoas que trabalharam sentiram impactos positivos, sendo assim percebendo benefícios.

Figura 2: Trabalhar em *home office* me trouxe benefícios

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

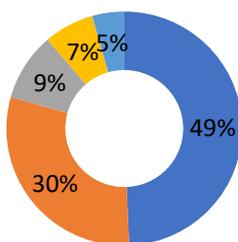


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Na Figura 3, questionados se o *home office* trouxe flexibilidade no desempenho das funções, o resultado se dá por: 49% concordam totalmente, 30% concordam parcialmente, 9% nem concordam e nem discordam, 7% discordam parcialmente, 5% discordam totalmente. Para Maciel (2020) é considerado que esse modelo de trabalho utilizado traz flexibilidade garantindo uma maior evolução pessoal, o ajudando em adquirir novas responsabilidades, comprometimento, principalmente para o público jovem, o autor ainda destaca que o aumento há aumento de produtividade.

Figura 3: O *home office* me trouxe flexibilidade no desempenho das minhas funções

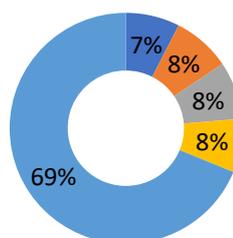
- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Nem discordo e nem concordo
- Discordo parcialmente



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Na Figura 4, pode-se identificar quando questionados sobre a redução de carga horária durante o uso do método *home office*, o resultado se dá por: 69% discordam totalmente, 7% concordam totalmente, 8% nem discordam e nem concordam, 8% concordam parcialmente e 8% discordam parcialmente, demonstrando que não houve redução de carga horária.

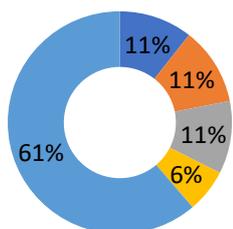
Figura 4: Durante o *home office* teve redução de carga horária



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Na Figura 5, pode-se identificar quando questionados sobre aumento de salário, o resultado se dá por: 61% discordam totalmente, 6% discordam parcialmente, 11% concordam parcialmente, 11% nem concordam e nem discordam e 11% concordam totalmente. No estudo feito por Pontes, Hirata e Neves (2021), com uma pergunta feita pelo entrevistador 76,4% declaram que seus salários mantiveram inalterados, 11,8% relataram aumento de salário, e 11,8% seus salários diminuiram. Demonstrando que não houve aumento de salário.

Figura 5: Durante o *home Office* tive aumento de salário



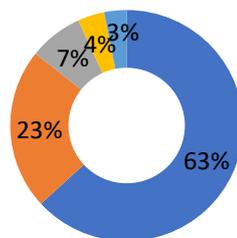
Fonte: Dados da pesquisa (2022).



Na Figura 6, quando questionados sobre os desafios do *home office*, o resultado se dá por: 63% que concordam totalmente, 23% que concordam parcialmente, 7% nem concordam e nem discordam, 4% discordam parcialmente e 3% discordam totalmente.

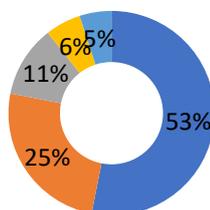
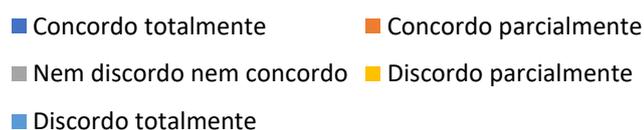
Isso demonstra que o *home office* trouxe alguns desafios aos colaboradores, mesmo afirmando que ficaram satisfeitos com o modelo de trabalho, conforme observado na Figura 7.

Figura 6: Trabalhar em *home office* me trouxe desafios



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Figura 7: Gosto de trabalhar em *home office*

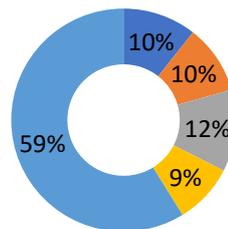


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Na Figura 8, encontrou-se que quando questionados sobre o aumento da carga horária durante o uso do *homeoffice*, o resultado se dá por: 59% discordam totalmente, 10% concordam totalmente, 9% discordam parcialmente, 12% nem concordam e nem discordam, 10% concordam parcialmente.

Figura 8: Durante o *home office* teve aumento de carga horária

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

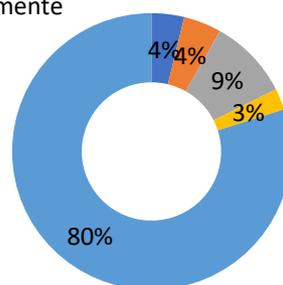


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Na Figura 9, encontra-se que quando questionados sobre a redução de salário, o resultado se dá por: 80% discordam totalmente, 4% concordam totalmente, 9% nem discordam nem concordam, 4% discordam parcialmente e 4% concordam parcialmente, trazendo a correlação com a análise feita no estudo de Pontes, Hirata e Neves (2021) dizem que em relação a situação financeira, 76,4% dos entrevistados declaram que seus salários mantiveram inalterados, 11,8% relataram aumento de salário, e 11,8% seus salários diminuiram.

Figura 9: Durante o *home office* teve redução de salário

- Concordam totalmente
- Concordam parcialmente
- Nem concordo nem discordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente



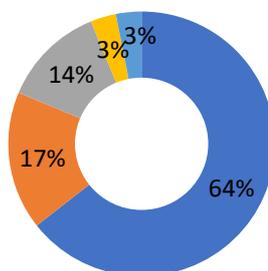
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Na Figura 10, ao serem questionados se o *home office* poderia ser utilizado de forma permanente nas empresas, o resultado se dá por: 64% concordam totalmente, 13% nem discordam e nem concordam, 17% concordam parcialmente, 3% discordam totalmente e 3% discordam parcialmente. Para Lima, Fusco e Rico (2003) o *home office* muda a empresa não somente no aspecto tecnológico, mas provoca a necessidade da mudança nas relações de trabalho. Bellini e Donaire (2013) mencionam que o *home office* é a forma mais simples e ágil de reduzir volume de pessoas nos escritórios. Estudos

da Indeed (2018) apontam que as empresas que adotam o modelo, diminuem em 50% seus custos operacionais.

Figura 10: Considero o *home office* como um modelo a ser usado de forma permanente nas empresas

■ Concordo totalmente ■ Concordo parcialmente
■ Nem concordo nem discordo ■ Discordo parcialmente
■ Discordo totalmente

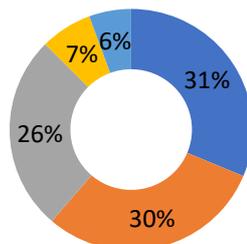


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Na Figura 11, sendo questionados se o desempenho profissional cresceu durante o *home office*, o resultado se dá por: 31% concordam totalmente, 30% concordam parcialmente, 26% nem concordam e nem discordam, 6% discordam totalmente e 7% discordam parcialmente. Correlacionando com a análise do autor no seu estudo feito com 551 respondentes, 48,45% das pessoas consideram que o trabalho ficou mais acelerado no remoto e 87,2% que a qualidade do presencial se torna melhor ou igual ao remoto, e 25,05% disseram que aumentaram sua produtividade durante o uso desse modelo, segundo o mesmo os resultados obtidos na pesquisa podem estar relacionados a dificuldade de se trabalhar em remotamente (BRIDI *et al*, 2020).

Figura 11: Meu desempenho profissional cresceu durante o *home office*

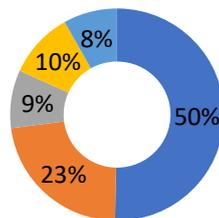
■ Concordo totalmente ■ Concordo parcialmente
■ Nem concordo nem discordo ■ Discordo parcialmente
■ Discordo totalmente



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

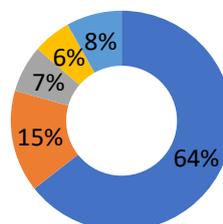
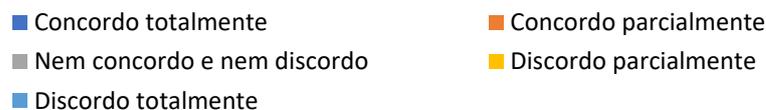
Na Figura 12, identifica-se que quando questionados se possuíam um ambiente adequado para o *home office*, o resultado se dá por: 50% concordam totalmente, 23% concordam parcialmente, 9% nem concordam e nem discordam, 10% discordam parcialmente, 8% discordam totalmente. Para Goldim e Borges (2020) é um desafio para o colaborador exercer seu ofício no seu lar, uma vez sabendo que muitos não possuem um espaço amplo em seus lares para separar trabalho e afazeres familiares, durante o período de pandemia não se tinha opção em relação a esse fato sabendo-se que era uma ação imediata e necessária para o período. Para o autor é preciso que aprendamos a distinguir quais são as tarefas que podemos realizar remotamente e quais os recursos necessários para isso, também entender que para aquele período se exigirá uma maior flexibilização.

Figura 12: Em minha casa possuo um ambiente adequado para o *home office*



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Figura 13: A empresa que trabalho me forneceu os equipamentos necessários



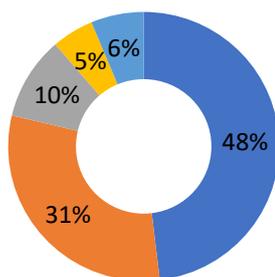
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Na Figura 13, pode-se observar que quando questionados se a empresa que trabalham forneceu os equipamentos necessários, o resultado se dá por: 64% concordam totalmente, 15% concordam parcialmente, 7% nem concordam e nem discordam, 6% discordam parcialmente, 8% discordam totalmente.

discordam parcialmente, 8% discordam totalmente. De acordo com o Art. 75-D da CLT. As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito.

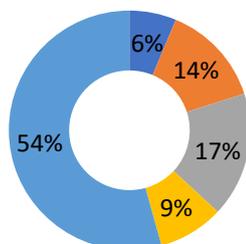
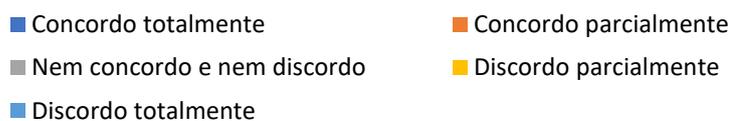
Na figura 14, ao verificar que quando questionados se a empresa que trabalham ou trabalharam ofereceu suporte técnico, o resultado se dá por: 48% concordam totalmente, 31% concordam parcialmente, 10% nem concordam nem discordam, 5% discordam parcialmente e 6% discordam totalmente.

Figura 14: A empresa que trabalho me forneceu suporte técnico



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Figura 15: A empresa que trabalho me forneceu suporte psicológico



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Na Figura 15, identifica-se que quando questionados se a empresa forneceu suporte psicológico, o resultado se dá por: 54% discordam totalmente, 14% concordam



parcialmente, 17% nem concordam e nem discordam, 9% discordam parcialmente e 6% concordam totalmente. Na opinião de Ferreira (2021) o empregador deve manter um ambiente adequado para seu funcionário, trabalhar de forma saudável e segura, cabe ao mesmo passar instruções e disponibilizar treinamentos para o mesmo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou identificar se os colaboradores de estiveram em *home office* perceberam benefícios e desafios, como sabemos esse modelo foi usado de forma mais efetiva durante a pandemia pois tornou-se uma válvula de escape para as empresas para amenizar impactos nas suas organizações, dentro do estudo feito e analisado buscamos coletar dados de 160 respondentes que trabalharam durante esse período ou trabalham após a adoção dele.

Com o resultado da pesquisa pode-se responder ao seguinte questionamento, qual a percepção dos funcionários que estiveram em *home office* durante a pandemia? Na pesquisa constatou-se que 68,8% mulheres, maioria residente na cidade de Mossoró/RN, que trabalham em empresa privada, com escolaridade superior incompleta e média completo.

Na busca de identificar quais benefícios e desafios foram percebidos por trabalhadores durante esse período de *home office*, constatou-se que constatou que 55,6% responderam que concordam totalmente quanto aos benefícios trago por esse método e 63,1% relataram que trouxe desafios para eles.

Sendo assim possível identificar que ao serem introduzidos ao método *home office*, os funcionários sentiram que os desafios vividos durante esse processo foram de maneira desafiadora mais impactante em suas vidas, os achados no presente estudo também relatam que durante o uso do método diante dos resultados coletados 50% puderam afirmar que possuem um ambiente adequado para o tipo de trabalho ao qual foram inseridos.

O presente estudo também identificou que não houve aumento de carga horária dos colaboradores, a empresa forneceu equipamentos necessários, dando suporte técnico, mas não psicológico.

O mesmo estudo mostrou que quando questionados se acreditam que esse método poderia ser adotado pelas empresas, 64% acreditam que sim, tendo assim uma visão de que esse novo modelo pode ser utilizado de maneira que traga benefícios para as organizações e colaboradores.

Com relação as limitações do trabalho, apesar de ser disponibilizado via *link* o formulário esteve disponível por pouco tempo, o que impossibilitou um maior número de respondentes.

Sugere-se a ampliação dos estudos, como ampliação da pesquisa para outros estados, com organizações diversas podendo alcançar mais grupos de pessoas que trabalham com o método assim gerando uma melhor avaliação do impacto do teletrabalho nas organizações brasileiras.



REFERÊNCIAS

BARROS, Alexandre de Moço; SILVA, José Roberto Gomes da Silva. Percepções Dos Indivíduos Sobre As Consequências Do Teletrabalho Na Configuração Home-Office: Estudo De Caso Na Shell Brasil. **Cadernos Ebape. Br**, v. 8, nº 1, artigo 5, Rio de Janeiro, Mar. 2010.

BATISTA, Andreza Cristina Santos; GUEDES, Gilmar Junior de Macedo; CRUZ, Isabela Ferreira Ventura.; TANURI, João Pedro Barbatto. Os impactos da pandemia do novo coronavírus no mercado de trabalho brasileiro. **Anais [...]**. Congresso Nacional Universidade, EAD e Software Livre, [S. l.], v. 2, n. 12, 2021.

BRIDI, Maria Aparecida *et al.* **O trabalho remoto/home-office no contexto da pandemia COVID-19**. [S. l.], p. ., 28 abr. 2020. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/remir/images/Artigos_2020/ARTIGO_REMIR.pdf. Acesso em: 9 dez. 2021.

BRITO, Sávio Breno Pires; BRAGA, Isaque Oliveira; CUNHA, Carolina Coelho; PALÁCIO, Maria Augusta Vasconcelos; TAKENAMI, Iukary. Pandemia da COVID-19: o maior desafio do século XXI. **Vigilância Sanitária Em Debate**, v. 8, n. 2, p. 54-63, 2020. Doi: <https://doi.org/10.22239/2317-269X.01531>.

CALCINI, Ricardo; ANDRADE, Dino Araújo. **Home office e os riscos trabalhistas**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/212853/ConJur%20-%20Home%20office%20e%20os%20riscos%20trabalhistas.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 maio. 2022.

CONGRESSO NACIONAL. **Congresso nacional, medidas provisórias**, 2020. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias>. Acesso em 02 de Julho.

CRUZ, Roberto *et al.* **Retorno ao trabalho?** Indicadores de saúde mental em professores durante a pandemia da COVID-19. [S. l.], p. 326, 30 jun, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sv/article/view/66964>. Acesso: 24, Fevereiro. 2022.

Decreto-lei nº 13.467, de 13 de Julho de 2017. **Do teletrabalho**. Lex: coletânea de legislação: edição federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm#art1. Acesso em 27 de Junho.

DURÃES, Bruno; BRIDI, Maria Aparecida da Cruz; DUTRA, Renata Queiroz. O teletrabalho na pandemia da covid-19: uma nova armadilha do capital?. **Sociedade e**



Estado, FapUNIFESP (SciELO) [S.L.], v. 36, n. 3, p. 945-966, dez. 2021. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-6992-202136030005>.

ESPÍNDOLA, Gabriel dos Santos, *et al.* **Home Office Em Tempos De Pandemia: Um Estudo Em Empresas Prestadoras De Serviços Contábeis.** Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/21UspInternational/ArtigosDownload/3309.pdf>. Acesso em: 13. Maio, 2022.

ESSE, Luis Gustavo. Aspectos Gerais Sobre As Relações Trabalhistas E O Microempreendedor Individual Como Prestador De Serviços A Outra Pessoa Jurídica. **Colloquium Socialis**, v. 5, n. 3, p. 1-6, 2022.

FERREIRA, Elisabete. **Desafios Do Home Office Na Pandemia: Construindo Estratégias Para A Efetivação.** Desafios Do Home Office Na Pandemia: Construindo Estratégias Para A Efetivação, [S. l.], p. 110, 1 jul. 2021. Disponível em: https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/2308/TCC_-_ELISABETE_B._FERREIRA_assinado_assinado_assinado_assinado.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=A%20Pesquisa%20Gest%C3%A3o%20de%20Pessoas,qualidad e%20no%20domic%C3%ADlio%20do%20colaborador. Acesso: 24. Fev, 2022.

FILARDI, Fernando; CASTRO, Rachel Mercedes P. de; ZANINI, Marco Tulio Fundão. Vantagens e desvantagens do teletrabalho na administração pública: análise das experiências do serpro e da receita federal. **Cadernos Ebape.Br**, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 28-46, jan. 2020. FapUNIFESP (SciELO). Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395174605>.

FOGAÇA, Priscila Carvalho; AROSSI, Guilherme Anzilero; HIRDES, Alice. **Impacto do isolamento social ocasionado pela pandemia COVID-19 sobre a saúde mental da população em geral: Uma revisão integrativa.** [S. l.], p. 1 a 14. 21 abril. 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/14411/12956/189040>. Acesso em: 26. Maio, 2022.

FREITAS, André Ricardo Ribas; NAPIMOGA, Marcelo; DONALISIO, Maria Rita. **Análise De Gravidade Da Pandemia De Covid-19.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/TzjkrLwNj78YhV4Bkxg69zx/?lang=pt>. Acesso 31. Maio, 2022.

FOGAÇA, Priscila Carvalho; AROSSI, Guilherme Anzilero; HIRDES, Alice. **Impacto do isolamento social ocasionado pela pandemia COVID-19 sobre a saúde mental da população em geral: Uma revisão integrativa.** Mpacto do isolamento social ocasionado pela pandemia COVID-19 sobre a saúde mental da população em geral: Uma revisão integrativa, [S. l.], p. 1 a 14, 21 abr. 2021.



GATTI, Daniele *et al.* Home Office: Vantagens, Desvantagens E Desafios Para Empresas E Funcionários, disponível em:
<http://unifatea.com.br/seer3/index.php/RAF/article/view/877/877>, **Revista de Administração do Unifatea**, v. 16, n. 16, p. 7-273, jan./jun., 2018.

FILARDI, Fernando; CASTRO, Rachel Mercedes P. de; ZANINI, Marco Tulio Fundão. Vantagens e desvantagens do teletrabalho na administração pública: análise das experiências do serpro e da receita federal. **Cadernos Ebape.Br**, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 28-46, jan. 2020. FapUNIFESP (SciELO). Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395174605>.

GONDIM, Sonia. **Significados e sentidos do trabalho do home-office: desafios para a regulação emocional**. [S. l.], 2020. Disponível em:
https://www.sbpot.org.br/central-de-conteudo-covid19/wp-content/uploads/2020/04/SBPOT_TEMATICA_5_Gondim_Borges.pdf. Acesso em: 26 maio, 2022.

HAUBRICH, D. B.; FROEHLICH, C. Benefícios e Desafios do 'Home Office' em Empresas de Tecnologia da Informação. **Gestão & Conexões**, v. 9, n. 1, p. 167-184, 2020.

HISTÓRICO da pandemia de COVID-19. In: Histórico da pandemia de COVID-19.5 [S. l.], 28 nov. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 8 dez. 2021.

JORDÃO, Rafaela Garcia de Santana Rodrigues. Os Impactos Da Crise E O Crescente Protagonismo Do Trabalho Remoto No Mundo Pós-Coronavírus. **Rev. do Trib. Reg. Trab. 10ª Região**, Brasília, v. 24, n. 1, 2020.

LINERO, Cibelle; ROCHA, Larissa Medeiros. **Os Desafios Na Manutenção Do Regime De Teletrabalho No Brasil Após A Pandemia Covid-19**. Disponível em:
<https://rejtrt4.emnuvens.com.br/revistaejud4/article/view/93/68>. Acesso em: 25. Maio, 2022.

MACEDO, Yuri Miguel.; ORNELLAS, Joaquim Lemos.; BOMFIM, Helder Freitas. COVID – 19 NO BRASIL: o que se espera para população subalternizada?. **Revista Encantar**, v. 2, p. 01-10, 1 jan. 2020.

MACIEL, Neto Mendes, Diego Costa; HASTENREITER FILHO, Horacio Nelson; TELLECHEA, Justina. A Realidade Do Trabalho Home Office Na Atipicidade Pandêmica. **Revista Valore**, [S.l.], v. 5, p. 160-191, set. 2020.

NASCIMENTO, Ana Paula Pereira Maiato; TORRES, Luiz Gustavo Ramos; NERY, Suzana Maia. **Home Office: Prática De Trabalho Promovida Pela Pandemia Do Covid-19**. <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos20/6930120.pdf>, p. -, 15 jul.



2020. Disponível em: www.aedb.br/seget/arquivos/artigos20. Acesso em: 7 dez. 2021.

TEMÍSTOCLES, Neto. **Home Office: Uma Análise Do Desempenhocrativo Dos Profissionais Adeptos..** In: Homeoffice:: Uma Análise Do Desempenho Criativo Dos Profissionais Adeptos.. [S. l.], 24 fev. 2021. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/18425/3/TEMISTOCLES%20>

NOHARA, Jouliana Jordan, *et al.* O Teletrabalho Na Percepção Dos Teletrabalhadores. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v.7, n.2, p.150-170, abr./jun.2010.

OLIVEIRA, José Arnaldo. **O Teletrabalho E As Novas Tecnologias Na Relação Laboral.** Lisboa, Maio 2019. Disponível em: https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/4568/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20O%20Teletrabalho%20e%20as%20Novas%20Tecnologias%20na%20Rela%C3%A7%C3%A3o%20Laboral%20_%28consolidado_%29%20-%20julho-2019%20_%281.pdf. Acesso em: 24. Maio, 2022.

OLIVEIRA, Miriam Aparecida Mesquita.; PANTOJA, Maria Júlia. Desafios e Perspectivas do Teletrabalho nas Organizações: Cenário da Produção Nacional e Agenda de Pesquisa. **Revista Ciências Administrativas**, [S. l.], v. 26, n. 3, 2021. Doi: 10.5020/2318-0722.2020.26.3.9538.

OPAS destaca crise de saúde mental pouco reconhecida causada pela COVID-19 nas Américas. [S. l.], 24 nov. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/24-11-2021-opas-destaca-crise-saude-mental-pouco-reconhecida-causada-pela-covid-19-nas>. Acesso em: 9 dez. 2021.

ORNELL, Felipe; SCHUCH, Jaqueline; SORDI, Anne. **Pandemia de medo e COVID-19: impacto na saúde mental e possíveis estratégias.** Pandemia de medo e <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32267343/>, p. -, 3 abr. 2020. DOI 10.1590/1516-4446-2020-0008.

PAIVA, Ryan Araújo; ROSA, Wallysson Tavares. **Estratégias para se adaptar ao home office.** Disponível em: <http://raam.alcidesmaya.com.br/index.php/SGTE/article/view/334/326>. Acesso em: 26. Maio, 2022.

PASCHOARELLI, Luis Carlos; Medola, FAUSTO Orsi; BONFIM, Gabriel Henrique Cruz. Características Qualitativas, Quantitativas De Abordagens Científicas: Estudos De Caso Na Subárea Do Design ERGONOÏMICO. **Revista De Design, Tecnologia E Sociedade**, v. 2, n. 1, p. 65-78, 2018.



PONTES, Alexandre Lopes; HIDRATA, Larissa Cerqueira; NEVES, Denise Çemes Fernandes. **O Home Office Na Pandemia Covid-19: Uma Perspectiva Da Deficiência Dos Profissionais Da Tecnologia Da Informação.** Disponível em: <http://revistarefas.com.br/index.php/RevFATECZS/article/view/429/317>. Acesso em: 30. Maio, 2022.

RIBEIRO, Beatriz Maria dos Santos; ROBAZZI, Maria Lucia do Carmo Cruz; DALRI, Rita de Cassia de Marchi Barcellos. **Saúde Mental E Teletrabalhadores: Revisão Integrativa.** Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/sameamb/article/view/12890>. Acesso em: 25. Maio, 2022.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica**, Faetec/Ist, 2007. Disponível em: http://pesquisaeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/64878127/William%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica. Acesso em: 22. Maio, 2022.

SCHMIDT, Beatriz *et al.* Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estudos de Psicologia** (Campinas) [online]. v. 37, e200063, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200063>

SENHORAS, Elói Martins. Coronavírus E Educação: Análise Dos Impactos Assimétricos. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 128-136, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3828085.

STRABELLI, Tânia Mara Varejão; UIP, David Everson. COVID-19 e o Coração. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 114, n. 4, p. 598-600, 2020. Doi: <https://doi.org/10.36660/abc.20200209>



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



INDICADORES DE CLIMA ORGANIZACIONAL: ensaio teórico sobre a importância dos indicadores do clima para a cultura organizacional

Marcos de Souza Costa

Graduando em Administração

Faculdade Católica do RN

E-mail: marcos.scostab30@gmail.com

Monikely de Oliveira Silva Paiva

Mestra em Administração

Faculdade Católica do RN

E-mail: monikelysilvap@gmail.com

Natalia Queiroz da Silva Oliveira

Mestra em Administração

Faculdade Católica do RN

E-mail: natyqs.queiroz@gmail.com

RESUMO

Depois das mudanças consequentes do processo de globalização, a eficiência passou a ser essencial no compromisso dos funcionários em relação à empresa que prestam seus serviços. A preocupação com a dimensão humana e a valorização das pessoas tem sido cada vez maior. Considerando o quanto esses fatores são gerados pela cultura organizacional e podem interferir positiva ou negativamente no desenvolvimento operacional, este artigo se apresenta como um ensaio teórico que tem por objetivo apresentar um conjunto de indicadores de clima organizacional. Caracterizando-se pela sua natureza como qualitativo e descritivo pelo viés do seu objeto. O tema é abordado de diversas maneiras, com várias conceituações e modelos que tentam explicar a cultura das organizações e para isso dependem da definição de alguns indicadores. Este trabalho reuniu vários estudos de modo a apresentar as convergências e divergências teóricas entre os diversos autores da temática, para assim compreender sua natureza. A busca resultou na consonância de onze indicadores: rotatividade, motivação, liderança, ambiente físico, endomarketing, comunicação, relacionamento interno, absenteísmo, cultura organizacional, remuneração e imagem organizacional. Diante do que foi apresentado, percebeu-se a importância da mensuração do nível de satisfação dos colaboradores sobre o seu ambiente de trabalho e da sua relação com a empresa, bem como, observa-se a importância do desenvolvimento de uma liderança alinhada com a estratégia da organização e com a percepção das necessidades basilares do processo motivacional de seus colaboradores.

Palavras-chave: Clima organizacional; Indicadores; Ensaio teórico.



1 INTRODUÇÃO

As pessoas são elementos básicos para a eficácia organizacional e ampliam as forças e fraquezas da organização, dependendo da maneira de como são motivadas, da qualidade de vida no trabalho, ou do clima organizacional. As organizações, inicialmente, estavam voltadas, prioritariamente, no que se refere ao seu ambiente interno, com o aprimoramento de seus métodos/processos e com o aumento da sua produtividade.

Devido às constantes mudanças nos padrões de consumo, acesso à informação, qualificação e busca por oportunidade que ocorreram no mercado de trabalho, as empresas precisam estar em constante evolução, tanto de suas estratégias e processos, quanto principalmente das pessoas da organização e, com isso, se faz necessário analisar constantemente o seu ambiente de trabalho e os níveis de satisfação dos colaboradores.

O que a literatura chama de clima organizacional pode ser resumida por um retrato momentâneo da relação entre a organização e seus colaboradores (MARTINS, 2008). O clima organizacional acaba, por tanto, trazendo à tona a observação de alguns conceitos que se repetem ou que têm maior destaque no desempenho organizacional, a eles chamamos de indicadores do clima, a exemplo: liderança, comunicação, equipes de trabalho, etc.

Os indicadores de clima servem como um indicativo para que os gestores tenham uma base fundamentada sobre os relacionamentos e suas implicações no desempenho da empresa, através de alguns indicadores é possível a tomada de uma ação a fim de minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos.

Desse modo o objetivo dessa pesquisa é apresentar um conjunto de indicadores de clima organizacional, reunidos a partir de pesquisa bibliográfica em periódicos nacionais nos últimos cinco anos, de modo a construir uma análise desses fatores e de proporcionar uma discussão acerca da temática e de seus impactos sobre a gestão perpassando, brevemente, as lideranças e como estas, impactam de forma positiva ou negativa na construção desse clima.

Este artigo estrutura-se em cinco capítulos: introdução, procedimentos metodológicos, dois capítulos apresentando a temática e as considerações finais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O campo dessa pesquisa possui natureza descritiva a respeito do clima organizacional. O estudo é um ensaio teórico que tem caráter qualitativo e bibliográfico onde se utiliza vários dados do assunto em questão com o foco é analisar e comparar os mesmos. Conforme Duarte (2016), o método quantitativo é definido aquele que visa traduzir em números as opiniões e informações, para então obter a análise dos dados.

A pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. (Silva & Menezes, 2000). A pesquisa bibliográfica busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema a entrar em contato com o que já foi publicado a respeito do assunto. A principal vantagem da



pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Este estudo está estruturado em duas partes, uma citando e analisando os vários tipos de indicadores e outra uma análise referencial teórica.

O procedimento utilizado para coleta de dados foi a pesquisa bibliográfica em periódicos nacionais do portal CAPES, dos bancos de dados *Scielo*, *Google Acadêmico* e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Pensou-se em restringir a pesquisa a um recorte temporal específico, mas concluiu-se que a temática, no que tange aos indicadores, pouco foi alterada ao longo dos anos, desse modo, os textos abordam desde conceitos mais clássicos até os mais contemporâneos.

A codificação utilizada para a análise dos dados foi uma codificação temática que busca agrupar todas as declarações que se referiam a uma mesma área. Esse procedimento trata de conteúdos já realizados, seja analisando o material para análise disponível em livros, artigos, fotos, documentos ou relatórios arquivados. A partir daí é possível fazer a comparação entre dados de diferentes épocas ou a comparação de informações ao decorrer do tempo, visando sempre o tratamento do maior número de dados possível. O importante da análise dos dados está não em si mesma, mas em proporcionarem respostas às investigações.

3 CLIMA ORGANIZACIONAL: uma breve revisão da literatura.

Depois da Segunda Guerra Mundial, devido à preocupação dos governos com o espírito que reinava no exército e na população, se encontra o clima associado com conceitos como "moral" no trabalho. Surgem os primeiros estudos que tentam captar esse espírito ou estado mental, entendido geralmente como conceito de grupo. Segundo Rizzatti (2002), os estudos iniciais sobre clima organizacional, no início dos anos de 1960, com os trabalhos de Forehand e Gilmer (1964) sobre comportamento organizacional, dentro de um grande movimento da Administração chamado de Comportamentalismo.

Depois das mudanças consequentes do processo de globalização, especialmente os processos de internacionalização das organizações, têm atraído a atenção de pesquisadores para o fenômeno do clima organizacional, incentivando o estudo. Com a globalização e o advento das inovações tecnológicas, o cenário do mundo do trabalho cada vez mais vem se apresentando em crescente competitividade, sendo o funcionário cobrado pela eficiência e rapidez no desenvolvimento de suas atividades. E com isso são encontradas várias definições sobre o que é clima organizacional.

Desde o surgimento da primeira escola de administração, desenvolvida pelo norte-americano Frederick Taylor, denominada escola científica, percebeu-se, que o fator humano não era uma preocupação à época (CHIAVENATO, 2015). Taylor acreditava que poderia tornar as fábricas mais produtivas por meio da simplificação de tarefas e de movimentos executados, sem se preocupar com a satisfação dos funcionários (MASCARENHAS, 2008).

O clima organizacional é um conceito relevante para o entendimento e compreensão da atmosfera no ambiente organizacional, afetando diretamente no



comportamento, no desenvolvimento das atividades dos funcionários dentro da organização. Segundo Chiavenato (2014), a Gestão de Pessoas é sensível à mentalidade predominante na organização, ela é situacional ou contingencial, já que depende de vários aspectos como a cultura da organização, a estrutura organizacional, características no ambiente do trabalho, o negócio da organização e outros aspectos importantes.

O clima organizacional pode sofrer influências de várias vertentes relacionadas ao ambiente de trabalho, que, de acordo com Araújo e Tagliocolo (2007), são quatro grandes dimensões para compreender: a) resistência à mudança, quando a rotina de trabalho é alterada por outra mais eficiente; b) estresse, originário de fatores pessoais, bem como organizacionais; c) liderança, já que bons líderes impactam positivamente os trabalhadores, ao passo que maus líderes impactam negativamente e; d) motivação, pois, cada funcionário tem uma noção do que o motiva ou não.

Luz (2003) afirma que é imprescindível para a empresa ter conhecimento sobre o que os colaboradores pensam da empresa, e assim, existe a possibilidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas, do ambiente de trabalho e dos serviços prestados. Desta forma, a construção do clima organizacional que atenda às necessidades dos envolvidos deve ser uma das estratégias da gestão.

De acordo com Vázquez (1996), as primeiras pesquisas consideradas científicas sobre o estudo do clima organizacional remontam à década de 1930, com as obras de Kurt Lewin, e que com o passar dos anos serviram de estímulo crescente para o interesse pelo contexto social.

Coda (1993) afirma que o clima é o indicador do grau de satisfação dos membros de uma empresa, em relação a diferentes aspectos da cultura ou realidade aparente da organização, tais como políticas de recursos humanos, modelo de gestão, missão, processo de comunicação, valorização profissional e identificação com a empresa.

De acordo com Maximiano (2000): O produto dos sentimentos individuais e grupais em relação à realidade percebida chama-se clima organizacional. O clima é formado pelos sentimentos que as pessoas partilham a respeito da organização e que afetam de maneira positiva ou negativa sua satisfação e motivação para o trabalho.

Os conceitos de clima organizacional encontrados na literatura publicada por autores nacionais são muitos e contêm variáveis distintas associadas ao clima, e que recebem ênfases que seguem as mesmas tendências dos conceitos postulados pelos autores internacionais, sendo uma das pioneiras que foi SOUZA (1980) que, para ela, para compor um clima organizacional é um fenômeno resultante de elementos da cultura organizacional e que possui três elementos: tecnologia, pressão das normas e aceitação dos afetos.

É válido ressaltar que o clima organizacional reflete um estado momentâneo da organização, que pode alterar-se diante alguma mudança no ambiente ou no contexto e, portanto, pode-se dizer que as pesquisas de clima organizacional conseguem apurar as percepções que as pessoas têm sobre uma realidade num determinado momento (MENEZES, GOMES, 2010, RUEDA, SANTOS, 2011, SHMIDT, FRAZIER, 2016, WALLACE *et al.*, 2016).

Contudo, para que a empresa realize a pesquisa de clima organizacional da maneira correta, Bedani (2016) afirma que deve haver seis etapas: investigação, que



consiste em escolher qual instrumento será utilizado para coletar os dados da empresa; diagnóstico, onde os dados coletados são examinados e identificados; intervenção, etapa em que se avaliam quais são as opções para melhorar eventuais problemas; comunicação, onde são apresentados, para toda a equipe, os resultados da pesquisa e as ações que serão tomadas para melhorar os resultados; implementação e, por fim, monitoramento, que consiste em observar e reavaliar continuamente as ações que foram colocadas em prática.

4 INDICADORES DE CLIMA ORGANIZACIONAL

Para medir o clima organizacional é preciso o uso de indicadores para uma avaliação abrangente e coerente. Luz (2005) afirma que, embora o clima seja de fato abstrato, ele se materializa nas empresas sinalizando sobre a sua real qualidade por meio de alguns indicadores

Um dos mais antigos e populares indicadores de clima organizacional é o modelo de Litwin e Stringer (1968), onde analisa nove fatores/indicadores organizacionais: estrutura, responsabilidade, cooperação, conflito, desafio, recompensa, relacionamento, identidade e padrões.

Outro modelo importante é o de Kolb, que buscou aperfeiçoar o modelo de Litwin e Stringer, contendo menor incidência de fatores/indicadores. O modelo trabalha com apenas sete indicadores, sendo três deles comuns ao modelo de Litwin e Stringer: responsabilidade, recompensa e padrões e o restante clareza organizacional, calor/apoio e liderança.

Entre muitos outros modelos, o modelo que foi estruturado por Coda (1993), onde se baseia em diversos indicadores e entre eles está a liderança, cujo fator principal dentro do modelo é perceber o encorajamento pelo chefe ao desenvolvimento profissional (SOUZA, 2014).

4.1 Rotatividade (*Turnover*)

A rotatividade é um fator causado pela constante entrada e saída de funcionários em um curto período de tempo, acarretando em processos contínuos de contratação e rescisão de colaboradores. É comum encontrar empresas que possuem um clima organizacional ruim, apresentando alto índice de rotatividade de pessoal. Pode-se destacar também que uma das causas relacionadas à rotatividade é o clima organizacional e a qualidade de vida no trabalho.

Acredita-se que a alta taxa de rotatividade influencia a informalização das relações de trabalho causando pouco grau de compromisso entre o trabalhador e a organização. Isso ocorre uma vez que os trabalhadores mudam de emprego para emprego e as empresas preferem informalizar para poupar nos custos de demissão que são de menor grau quando os mesmos não mantêm carteira assinada (GONZAGA, 1998).

Segundo Chiavenato (2015) a rotatividade não é uma causa, mas o efeito de algumas variáveis externas e internas. As variáveis externas evidenciam as ofertas e procura no mercado de trabalho por melhores oportunidades, a situação econômica etc.



As internas incluem os benefícios que a empresa oferece, as políticas salariais, as oportunidades de crescimento e as condições de trabalho.

Ter um índice de rotatividade é saudável até certo ponto, pois passa a ser problemático quando muito elevado ou quando é ausente. O *people analytics* é uma prática utilizada na organização que auxilia para um bom planejamento estratégico, pois ele contém uma mineração de dados e informações que podem ser utilizadas para melhorar os índices de rotatividade e de clima organizacional.

Diversos são os custos aliados no momento de uma contratação, e Chiavenato (2015) divide os custos relativos à rotatividade em primários, secundários e terciários:

1. Custos primários: o custo de recrutamento e de seleção, envolve documentação, registro, integração, além dos custos legais referentes ao desligamento do colaborador.
2. Custos secundários: os reflexos na produção, nas atitudes e no extra operacional. Envolvem aspectos intangíveis, ou seja, aquilo que não pode ser tocado.
3. Custos terciários: custos relacionados ao extra investimento, e perdas de negócios. Aqueles que interferem nos reflexos da imagem e dos negócios da empresa.

A fórmula (**Figura 1**) mais utilizada para calcular os índices de rotatividade é o número de colaboradores que se desligaram da empresa em relação ao número médio de colaboradores existentes.

Figura 1: Cálculo do índice de rotatividade

$$\text{Índice de rotatividade} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de colaboradores desligados}}{\text{Efetivo médio eia organização}}$$

Fonte: Autores da pesquisa (2022).

Diante desses fatores, algumas empresas estão cada vez mais preocupadas com os índices de rotatividade as mesmas estão buscando tais mudanças para diminuir seus custos com contratação e rescisão de pessoal, aumentar a qualidade de vida no trabalho e proporcionar um clima organizacional agradável para seus colaboradores, para desta forma, obter uma melhora sucessiva na performance e resultados da organização.

4.2 Motivação

O clima organizacional influencia bastante na motivação uma vez que um funcionário satisfeito no trabalho acaba obtendo uma produtividade maior em suas atividades, consistindo em um bom investimento para organização. Kotler (2010) afirma que não faz o menor sentido prometer um excelente serviço antes que o quadro da empresa esteja preparado para fornecê-lo. Assim, nasce a necessidade de ter um ambiente de trabalho favorável para que sejam desempenhadas as tarefas de forma eficiente e eficaz, e funcionários motivados a desempenhar as funções com excelência.

Para Nunes (2008), cada indivíduo tem a necessidade de se sentir valorizado, havendo, assim, reconhecimento onde, conseqüentemente, o indivíduo se sentirá motivado. Já os autores Adriolo, Leonardo (2008) discorrem que a motivação na maioria



das vezes não está ligada à remuneração, até porque existem outros fatores que estão relacionados à satisfação do colaborador dentro da organização.

Sorio (2006) conceitua que motivar é tudo aquilo que impulsiona uma pessoa a agir de uma determinada forma. As pessoas desejam dinheiro porque o mesmo lhe permite não só satisfação de necessidades, mas também plenas condições para satisfazer suas necessidades. Ainda citando Sorio (2015), ele comenta que colaboradores com baixos índices de motivação, utilizam somente 8% de sua capacidade de produção. Já para colaboradores motivados e satisfeitos este mesmo índice pode chegar a 60%. Esses números confirmam que o desenvolvimento de um bom clima organizacional é indispensável para as empresas que querem se sobressair no mercado e serem mais produtivas.

4.2.1 Teoria de Maslow

A teoria de Maslow é um estudo do psicólogo norte americano Abraham Maslow, que traz uma teoria para a base das necessidades humanas, organizadas de forma hierárquica e a forma para satisfazê-las motiva as pessoas a tomada de uma direção. Estas necessidades são classificadas em: primárias e secundárias, começando por aquilo que é mais básico para sua sobrevivência. As primárias estão relacionadas à sobrevivência das pessoas, já as de segurança estão ligadas à proteção. As necessidades secundárias são as de afetividade e social, as de estima e de realização pessoal.

- **Fisiológicas** – necessidades do corpo de sobrevivência, como ar, água, comida, sono, sexo e etc.
- **Segurança** – são aquelas que dizem respeito à proteção contra qualquer perigo real ou imaginário, físico ou abstrato. Como recursos para cobrir as despesas básicas, estabilidade no emprego, casa própria, seguro-saúde, aposentadoria.
- **Social** – dizem respeito à vida social, afeição, aceitação, grupos de pessoas, gestores e clientes, desfrutar de um ambiente agradável, sentir-se acolhido.
- **Estima** – estão relacionadas a fatores internos da estima, respeito próprio, realização, autonomia e externos como: status, reconhecimento e atenção.
- **Realização pessoal** - intenção de tornarem-se tudo aquilo que é capaz de ser, crescimento, alcance de seu próprio potencial e auto desenvolvimento.

Knapik (2012) complementa que nessa hierarquia há uma tendência ao crescimento e progresso do indivíduo, ela é como subir uma escada, onde primeiro é necessário subir o degrau inferior. Assim, quando uma necessidade inferior é satisfeita o indivíduo passa a experimentar tensões ligadas a próxima necessidade da hierarquia.

4.2.2 Teoria de Herzberg

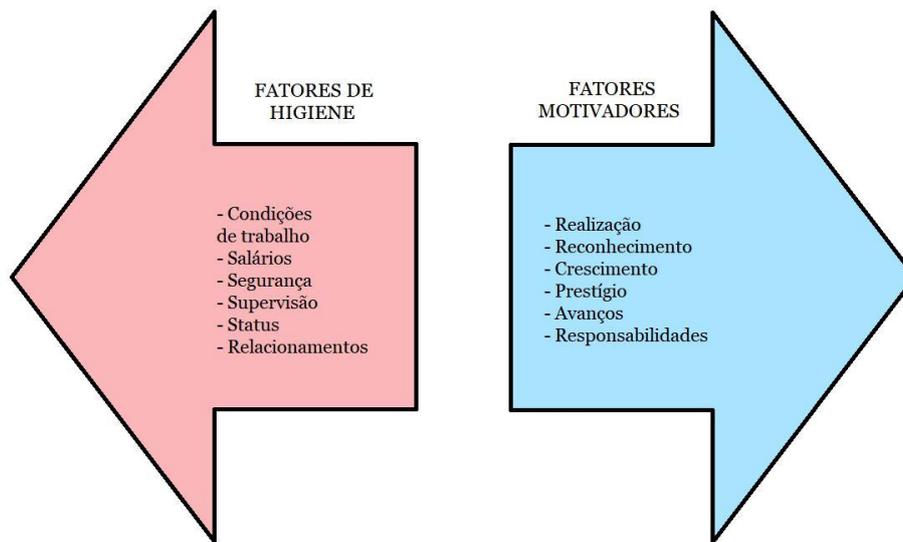
A Teoria de Herzberg do pesquisador Frederick Herzberg tem como base o ambiente externo e o trabalho do indivíduo (**Figura 2**). Segundo Vergara (2003),

Frederick Herzberg desenvolveu a questão da satisfação, criando a teoria dos dois fatores: higiênicos e os motivacionais.

Os fatores higiênicos atuam no sentido de evitar situações negativas e os fatores motivadores atuam no sentido positivo, aumentando a produtividade e os resultados.

- **Fatores higiênicos ou extrínsecos (insatisfacientes)** - dizem respeito às condições em que os indivíduos realizam o seu trabalho que são extrínsecas às pessoas, destacam-se: salário, benefícios sociais, condições físicas de trabalho, modelo de gestão, relacionamento com os colegas.
- **Fatores Motivacionais ou intrínsecos (satisfacientes)** - refere-se às condições ambientais não suficientes para induzir o estado de motivação para o trabalho, mas sim aos sentimentos de auto realização, reconhecimento e o próprio crescimento do indivíduo.

Figura 2: Teoria dos dois fatores de Herzberg



Fonte: Autores da pesquisa (2022).

Segundo Mathias, Lara (2011) quando os dois fatores são presentes na vida dos colaboradores, tem um grande poder de influenciar positivamente tanto no clima da organização quanto na produção, se tornando um efeito quando presente na organização permanente.

4.2.3 Teoria de McClelland

Segundo Silva e Rodrigues (2007), o psicólogo David McClelland elaborou uma teoria fundamentada sobre motivação, ele também enfoca as necessidades, assim como a de Maslow, no entanto está se refere especificamente a três necessidades básicas. Enquanto a de Maslow comenta que as necessidades humanas são organizadas de forma



hierárquica, a de McClelland é individual, a intensidade delas varia de pessoa para pessoa. Segundo Robbins (2005), a necessidade de realização diz respeito à busca da realização; a de associação e a de poder.

- **Necessidade de realização:** é a vontade de fazer algo melhor e com mais eficiência, solucionar problemas e ter domínio de tarefas complexas. A luta pelo sucesso.
- **Necessidade de associação:** desejo de criar e sustentar relações de amizade com outras pessoas. Desejo de relacionamentos interpessoais próximos e agradáveis.
- **Necessidade de poder:** a vontade de controlar os outros, de influenciar o comportamento e ser responsável por eles, mudando as atitudes e as condutas. Necessidade de fazer com que os outros se comportem de um modo que não fariam naturalmente.

Estes fatores se relacionam em níveis diferentes de intensidade das pessoas, de acordo com seus perfis psicológicos e os processos de socialização que estão submetidos no decorrer de sua vida (SILVA; RODRIGUES 2007).

4.2.4 Teoria de McGregor

A teoria do psicólogo social Douglas McGregor na década de 50, publicada no seu livro “*The Human side of Enterprise*” sugere duas teorias para a motivação: as teorias X e Y. Segundo Chiavenato (2014) tanto a Teoria X como a Teoria Y se referem à visão dos executivos baseada em certos agrupamentos de premissas onde eles moldam seu próprio comportamento em relação aos funcionários, sendo eles:

- **Teoria X** - define que o trabalho é uma coisa desagradável para a maioria das pessoas. Os funcionários não gostam de trabalhar, é sua natureza, tentam evitar o trabalho; como não gostam de trabalhar, precisam ser coagidos, controlados, ameaçados com punições para que atinjam as metas; evitam responsabilidades, buscam orientação formal sempre que possível; a maioria coloca a segurança acima de todos os fatores associados ao trabalho, há pouca ambição.
- **Teoria Z** - os funcionários acham o trabalho algo tão natural, quanto descansar e se divertir; eles são comprometidos com os objetivos, demonstram auto orientação e autocontrole; uma pessoa mediana é capaz de aprender e aceitar e até buscar a responsabilidade; são capazes de tomar decisões inovadoras, que não são privilégio dos superiores

4.3 Liderança

A liderança é o determinante decisivo da atmosfera do grupo. É um fator de avaliação do comportamento típico e predominante de ação de gerente, ou chefe imediato. Diversos estudiosos têm desenvolvido sistemas de medição do clima por meio de estudos do estilo de liderança e que cada um deles, com seus sistemas que correspondem a um



estilo de gerenciamento, tem suas características próprias que os diferenciam bastante. “O sucesso de uma organização complexa é substancialmente influenciado pelo desempenho de diversos grupos que interagem entre si por toda a hierarquia da empresa” (BERGAMINI, 2005, p. 84). Um bom líder tem a grande responsabilidade de construir um clima organizacional satisfatório e equilibrado para que haja boas relações de trabalho e resultados positivos.

Soto (2002) afirma que sem liderança uma organização seria somente uma confusão de pessoas e máquinas, assim como uma orquestra sem maestro seria apenas um conjunto de músicos e instrumentos. Por suas palavras fica clara a importância desse conceito dentro de uma organização.

Segundo Robbins, Judge e Sobral (2010), a relação entre os líderes e subordinados é de imensa importância, assim como a forma que o líder se comunica. Líderes eficazes confiam nos apelos emocionais para ajudar a transmitir suas mensagens.

Quando surgem necessidades de liderança, os membros sentem-se livres para assumi-la e são recompensados por uma liderança bem-sucedida. A liderança é baseada na perícia. A organização não é dominada por uma ou duas pessoas ou depende delas.

4.4 Ambiente físico de trabalho

A organização deve ser vista como um local onde as pessoas possam desenvolver o seu trabalho de forma eficaz, produtiva e satisfatória. De acordo com Luz (2007), é dever de garantir boas condições de trabalho de modo a suprir uma das necessidades básicas de seus colaboradores, visando um quadro funcional motivado, integrado e produtivo, estimulado para contribuir para o alcance dos objetivos organizacionais. parte da vida das pessoas se resumem em trabalhar, trabalham para as organizações nas organizações, e é por este motivo que é necessário disponibilizar de um ambiente de trabalho positivo tanto para as pessoas quanto para as organizações (Idem, 2001).

Martins (2008) define a dimensão conforto físico como o espaço físico, o conforto e segurança proporcionados pelo mesmo aos empregados e utiliza como indicadores fatores sobre a estética e conforto do ambiente, tais como a acessibilidade e iluminação do mesmo e também sobre os equipamentos utilizados para realização de suas tarefas.

As mudanças ocorrem com o passar dos tempos, entrando novas eras, com isso novas pessoas, as organizações independentemente de quais sejam seu segmento de atuação, é praticamente inevitável que as mesmas não passem por mudanças, sejam elas internas ou externas.

É fundamental que os responsáveis de transmitir tais mudanças tenham preparação e conhecimento de como funciona o andamento da organização, para que os mesmos transmitam os acontecimentos de modo que fique claro e diminua o desconforto, a ansiedade e as impressões geradas entre seu pessoal. E para isso se faz necessário um monitoramento constante do clima organizacional, tal monitoramento se chama ergonomia. Sampaio (2008) descreve a ergonomia como um conjunto de ciências e tecnologia que busca a adaptação confortável e produtiva das condições de trabalho às características do ser humano.



4.5 Endomarketing

O Marketing pode ser entendido como um conjunto de atividades que exploram, criam e entregam valor para satisfazer as necessidades do mercado por meio de produtos ou serviços que possam interessar aos consumidores. Tem como objetivo central buscar ter a percepção das necessidades do cliente e com isso ser capaz de atendê-las. Para permanecer no mercado e ter bons resultados e proventos, é necessário que se faça um bom uso da ferramenta marketing e aplicar em uma empresa requer que a mesma tenha a capacidade de influenciar funcionários e consumidores para que as expectativas das partes interessadas sejam alcançadas sem deixar de cumprir com obrigações no campo de eficiência.

De acordo com Bekin (2004), o endomarketing nada mais é do que as ações de marketing direcionadas ao público interno das organizações. Ele comenta que sua finalidade é promover entre os funcionários e os departamentos, os valores destinados a servir o cliente. Ainda citando Bekin, ele menciona também que o Endomarketing se conceitua da seguinte maneira: “processo cujo foco é alinhar, sintonizar e sincronizar, para implementar e operacionalizar a estrutura organizacional de Marketing da empresa ou organização, que visa e depende da ação para o mercado e a sociedade” (Idem, 2004, p. 3).

4.6 Comunicação Organizacional

A comunicação organizacional é um procedimento de interação e troca de informações, voltada às pessoas que exercem as funções administrativas de uma empresa. Bowditch e Buono (2002) comentam que um dos processos fundamentais, que constitui a base para quase todas as atividades nas organizações, é a comunicação.

A comunicação tem quatro funções dentro de um grupo: controle, onde hierarquias e direções estar a serem adotadas; motivação, gerado ao esclarecer para os funcionários o que deve ser realizado; expressão emocional, quando os indivíduos expressam suas frustrações ou sentimentos de satisfação e informação para a tomada de decisões (ROBBINS, 2002).

Quanto à questão da clareza sobre a comunicação, Robbins (2007) destaca a comunicação como fator que permite transmitir as informações às pessoas e aos grupos para que se possam avaliar e tomar decisões. Por isso, as ideias devem ser transmitidas de forma clara, ouvidas, compreendidas, aceitas e executadas.

Chiavenato (2014), afirma que a comunicação é a força que impulsiona o processo dinâmico na organização, se bem definida, facilita no processo de decisões e reflete o clima no ambiente organizacional.

Mendes (2014) diz que criar canais e ações de comunicação e de integração dentro da empresa é fundamental para a disseminação de informações e para fazer com que os funcionários se sintam parte da organização e caminhem juntos na direção dos objetivos estratégicos.



4.6.1 Comunicação Interna

A necessidade de tornar os funcionários integrados, influentes e informados do que se passa na empresa, fazendo-os sentir parte dela, fez desencadear a comunicação interna, considerada hoje como algo essencial para as organizações, merecendo, cada vez mais, maior atenção.

A existência de uma boa comunicação interna é considerada como sendo fundamental para potencializar o bom funcionamento das organizações e parece evidenciar uma relação com o sucesso ou insucesso da organização. Entender a importância da Comunicação Interna em todos os meios hierárquicos, como um instrumento da administração estratégica é uma exigência para se atingir a eficácia organizacional. Com o passar dos anos tornou-se ferramenta estratégica. Uma ferramenta das atividades organizacionais, servindo como meio pelo qual os atores transmitem suas intencionalidades discursivas (COIMBRA, SILVA, 2012).

Passerini (2013) afirma que as organizações estão expandindo e melhorando a comunicação interna, com atenção especial ao seu público interno com o objetivo de garantir colaboração para se manterem no mercado.

Segundo Gustavo Matos (2005), a falta de cultura do diálogo, de abertura a conversação e a troca de ideias, opiniões, impressões e sentimentos, é, sem dúvida alguma, o grande problema que prejudica o funcionamento de organizações e países.

4.7 Relacionamento Interpessoal

É importante para toda empresa um relacionamento interpessoal saudável entre os colaboradores, pois engloba uma série de fatores, já que o trabalho requer a convivência com colegas e superiores, dentre eles o vínculo, a ligação e conexão entre os colegas no ambiente de trabalho. As organizações na atualidade estão percebendo que a forma como seus funcionários vêm à empresa e interagem dentro dela afeta a sua produtividade. Quanto melhor for o relacionamento entre os colaboradores, mais produtivo será seu dia e sua convivência.

Para Vergara (2009), o trabalho em equipe é importante, pois é por meio do esforço coletivo para resolver um problema, realizar uma tarefa ou um determinado trabalho que é possível troca de conhecimento e agilidade no cumprimento de metas e objetivos compartilhados. Contudo, segundo Moscovici (2002), quando um indivíduo entra num grupo, tem-se uma base interna de diferenças que abrangem conhecimentos, informações, opiniões, valores e estilo comportamental.

Embora todo relacionamento humano de alguma forma, surgem conflitos, isso não é necessariamente uma coisa negativa, já que as equipes isentas de conflitos tendem a se tornar apáticas e estagnadas, você não precisa necessariamente ter que se dar bem com todo mundo, por exemplo, alguém que trabalha em uma plataforma de petróleo terá que conviver entre 100 e 200 pessoas a bordo dependendo do tamanho da mesma, o importante é fazer o seu trampo e não causar problema com o pessoal.

Por isso, de acordo com Carvalhal e Ferreira (2000), a importância de saber lidar com a personalidade e pensamentos diferentes na equipe alicerçada da confiança e



respeito buscando uma comunicação franca e aberta, visando à dissolução de conflitos e alcances dos objetivos propostos.

4.8 Absenteísmo

Existem diversos fatores que levam ao absenteísmo, como problemas de gestão, como falta de segurança no trabalho, sobrecarga de tarefas, relacionamento com superiores e colegas, insatisfação com o trabalho ou a função desempenhada, meio de transportes e problemas familiares, entre outros.

De acordo com Quick e Lapertosa (1982) o absenteísmo é classificado por:

- Absenteísmo voluntário** - ausência no trabalho por razões particulares, não justificada por doença e sem amparo legal.
- Absenteísmo por doença** - inclui todas as ausências por doença ou por procedimento médico, excetuam-se os infortúnios profissionais.
- Absenteísmo por patologia profissional** - ausências por acidentes de trabalho ou doença profissional.
- Absenteísmo legal** - faltas no serviço amparadas por leis, tais como: gestação, nojo, gala, doação de sangue e serviço militar.
- Absenteísmo compulsório** - impedimento ao trabalho devido à suspensão imposta pelo patrão, por prisão ou outro impedimento que não permita ao trabalhador chegar ao local de trabalho.

Além disso, Malta, Reis Neto e Leite (2017) acrescentam mais duas divisões:

- **Por corpo presente** - quando o corpo está presente, mas a mente não; o funcionário está na organização, mas não produz o que é esperado.
- **Docente** - falta ou atraso do professor ao ambiente escolar.

Chiavenato (2015) discorre o absenteísmo como a frequência e/ou duração do tempo de trabalho perdido quando os colaboradores não comparecem ao trabalho, sendo a soma dos períodos em que os colaboradores se encontram ausentes do trabalho, seja por falta, por atraso ou algum motivo interveniente.

Como medidas de controle do absenteísmo Vijayalatha e Brindha (2014) citam: a) Adoção de processo de recrutamento bem definido; b) relação cordial entre supervisores e trabalhadores; c) provisão de salários e subsídios razoáveis e estabilidade de emprego para trabalhadores; d) desenvolvimento de educação para os trabalhadores; e) provisão de condições de trabalho salubre e higiênica; f) segurança e prevenção de acidentes; e g) motivação dos trabalhadores e medidas sociais.

Figura 3 - Cálculo do absenteísmo

$$\text{Índice de absenteísmo} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de pessoa}}{\text{Dias de trabalho perdidos pela ausência dos funcionários}}$$

Fonte: Baseado em Chiavenato (2015).



Para diminuir esses motivos reais frequentes tem-se procurado alternativas que tentem diminuir os níveis de absenteísmo, como entrevistas de aconselhamento, para ver como o funcionário mantém seu comportamento referente a empresa, compensações, horários flexíveis, melhores condições para desenvolvimento do trabalho, e programas de aperfeiçoamentos.

4.9 Cultura Organizacional

A cultura organizacional é um tema que vem sendo tratado de forma estratégica nas organizações, porque se tornou corrente o entendimento de que a boa gestão da cultura pode impactar positivamente nos resultados da empresa (REIS NETO, 2018). O clima organizacional influencia bastante na motivação uma vez que um funcionário satisfeito no trabalho acaba obtendo uma produtividade maior em suas atividades. Porém, a cultura e clima organizacional não podem se confundir, pois o clima refere-se ao momento atual ou de um intervalo de tempo e já a cultura está relacionada a história da organização, remetendo a um espaço de tempo maior.

O clima organizacional impacta diretamente no desempenho dos funcionários e, conseqüentemente, nos resultados da empresa. Chiavenato (2015) comenta que toda organização possui clima organizacional, já que ele é constituído pelo meio interno, ou seja, uma atmosfera psicológica própria de cada uma delas. Toda organização possui sua cultura, é através dela que se visualizam os costumes, crenças e os valores das instituições, e o termômetro que possibilita entender e conhecer o clima organizacional é a pesquisa de clima organizacional. A cultura é composta por quatro componentes: valores, tudo o que pauta os direcionamentos e o que se espera em termos comportamentais de quem atuará na organização; mitos, parte do imaginário que compõe a própria história da empresa; ritos, atividades e aos processos estabelecidos pela empresa e tabus, onde aponta quais os comportamentos e atitudes que não são aceitas pela instituição.

Para Luz (2003), clima e cultura são similares, uma decorre da outra, podendo afirmar que o clima é a consequência da cultura da organização, visto que a forma como ela age (cultura) interfere na forma como é vista/sentida (clima). Porém, são diferentes entre si, já que o clima é referente a percepção dos funcionários em um determinado momento e cultura é decorrente de práticas determinadas e praticadas no decorrer dos anos.

4.10 Remuneração

É fundamental um planejamento de cargos e salários para a sustentabilidade de uma empresa, Para Pontes (2013) o plano de cargos e salários deve seguir os passos importantes que levam em consideração a análise de cargos, a definição do método de avaliação, a realização de pesquisa salarial, a definição de um comitê, a forma como as serão envoltas para em seguida a elaboração da estrutura e política salarial.

Existem dois tipos de remunerações, são eles remuneração por habilidades e por competências, desta forma os colaboradores serão remunerados de acordo com o



desempenho de suas atividades e competências, promovendo a redução de rotatividade de pessoal (LOPES, 2003).

É notório a dificuldade das empresas em realizar políticas salariais, uma vez que os salários representam parcela significativa dos custos (PONTES, 2013). Talvez o grande desafio para as empresas é cuidar do equilíbrio salarial e oferecer oportunidade de crescimento profissional, além de repensar sua forma de remuneração.

As pessoas trabalham em função de certas expectativas e resultados transformados em salários e benefícios, esse é um dos fatores que afeta profundamente em sua satisfação, tanto como o reconhecimento, segurança, autoestima, relacionamentos, valorizações, etc. (CHIAVENATO, 2014).

Sabe-se também, que é necessário manter padrões salariais a todos colaboradores, compatíveis com as atribuições do cargo e as condições de mercado. Quando não existem políticas claras, alguns questionamentos são inevitáveis, como por exemplo: por que uns ganham mais que outros.

As empresas têm um complexo sistema de recompensas e punições para manterem seus colaboradores dentro de comportamentos que esperam deles. Independentemente da equidade, que se refere à comparação com os outros, as pessoas esperam que sua remuneração e os benefícios cumpram adequadamente sua contribuição para os objetivos e o desempenho da empresa, suas qualificações e seus esforços de desenvolvimento.

4.11 Imagem Organizacional

A imagem da empresa é muito importante para a sobrevivência da mesma. Ela avalia a opinião dos funcionários sobre como a empresa é percebida no mercado, por seus clientes, fornecedores e comunidade, sendo resultado de um conjunto de impressões, convicções, indícios de memória, sensações de amor e ódio com diferentes intensidades, caracterizando-se como elementos de grande conteúdo subjetivo.

Para Luz (2003), a imagem da empresa é o retrato da opinião dos seus funcionários de como a empresa é vista no mercado, pela comunidade, por seus usuários, fornecedores e todos envolvidos. Portanto, verifica-se que a imagem institucional se dá pela avaliação dada pelo capital humano ou por recursos humanos e pela sociedade à organização.

Para Valerio e Pizzinatto (2003) a imagem relaciona-se intimamente com a noção de identidade entre a instituição e seu público alvo, interno ou externo. Para ter uma imagem consolidada é necessário transformar seus funcionários em verdadeiros embaixadores da boa vontade de sua empresa.

Já Regis Filho (2015) menciona que a imagem se refere à interpretação de dados, por intermédio de meios sistemáticos e formais e de informações relevantes que sirvam de base para o julgamento racional em situações de decisão. Muitas vezes o “medo” do participante responder o seu real sentimento, pode também estar relacionado com o impacto dessa resposta para a organização. Assim, a imagem e a reputação organizacionais tornam-se elementos extremamente importantes para a criação de valor nas organizações.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi o de apresentar um conjunto de indicadores de clima organizacional, reunidos a partir de pesquisa bibliográfica em periódicos nacionais nos últimos anos, de modo a construir uma análise desses fatores. E com isso, foi possível constatar a importância do bom relacionamento entre os colaboradores para um clima organizacional agradável.

Diante do que foi apresentado, percebeu-se a importância da mensuração do nível de satisfação dos colaboradores sobre o seu ambiente de trabalho e da sua relação com a empresa, bem como, observa-se a importância do desenvolvimento de uma liderança alinhada com a estratégia da organização e com a percepção das necessidades basilares do processo motivacional de seus colaboradores.

As empresas estão vivendo em constante processo de mudança, pois o clima organizacional não deve ser visto como permanente, podendo se referir a um momento específico e, podem em virtude disso, sofrer alterações no decorrer do tempo em função de vários fatores, como os onze aqui explicitados.

Uma das limitações encontradas durante a tarefa foi o pouco tempo estabelecido para a construção do artigo, uma vez que o campo de pesquisa é muito vasto. Recomenda-se em análises futuras um ampliação de estudos ainda maior sobre o tema, não só limitando aos artigos e estudos nacionais, como também as internacionais. E também, sugere-se que a influências desses fatores seja explorada em um estudo de caso (único ou múltiplo) e se valendo da pesquisa quantitativa.

REFERÊNCIAS

AHRENS, Rudy de Barros. **Análise do ambiente de trabalho com foco em qualidade de vida, qualidade de vida no trabalho e clima organizacional**: uma proposta de instrumento. 2020. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2020.

ARANTES, Vinicius de Moraes. **Programa de mitigação dos impactos da atividade disciplinar no clima organizacional de uma instituição federal de ensino**. 2020. 146 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2020.

BATISTA, Sara Costa de Almeida. **Como se relaciona clima organizacional e rotatividade dentro das organizações?** um estudo qualitativo junto à gestão de pessoas de organizações da serra gaúcha. 2019. 68 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/6003>. Acesso em: 29 mar. 2022.

CAMPANHÃ, Ana Lúcia Marcelino. **Pesquisa de clima organizacional**: um estudo no grupo FRUT CENTER. 2020. 22 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2020. Disponível em:



<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/1237>. Acesso em: 27 mar. 2022.

CAMPANHARO, Amanda dos Santos; PINHEIRO, Alysson da Silva; SANTOS, Ana Giulia dos; STANKEVECZ, Ana Maria; DEZIDERO, Gabriela Alves; PORCIDES, Ketlin Massaneiro; SANTOS, Maria Luisa dos; VELOSO, Nykaell Reis; COUTINHO, Rafael Duarte. Rotatividade: o que é e como diminuir esse indicador? Estudo de caso em uma indústria do ramo de iluminação. **Revista Eletrônica Conhecimento Interativo**, [s. l], v. 2, n. 1, p. 618-636, fev. 2021. Disponível em: <http://app.fiepr.org.br/revistacientifica/index.php/inovamais/article/view/543>. Acesso em: 29 mar. 2022.

CARDOSO, Hugo Ferrari; FORLINI, Julia Basile; DIAS, Jhenifer Prescilla. Clima e suporte organizacional: avaliação e relação entre as temáticas. **CES Psicologia**, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 65-82, ago. 2019. Universidad CES. <http://dx.doi.org/10.21615/cesp.12.2.6>. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2011-30802019000200065. Acesso em: 27 mar. 2022.

CHELINSCKI, Teresinha Monsani. **Reflexos do clima organizacional na eficiência da prestação de serviços de uma prefeitura da região da AMREC**. 2018. 95 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/6710>. Acesso em: 27 mar. 2022.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 9. ed. Barueri/SP: Manole, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos: o capital humano das organizações**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

CUNHA, Geovane Soares da; MELO, Jose Airton Mendonça de. A influência da liderança no clima organizacional: um estudo de caso em uma secretaria do governo do distrito federal. **Negócios em Projeção**, Brasília, v. 2, n. 11, p. 0-0, 2020. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao1/article/view/1658>. Acesso em: 27 mar. 2022.

DALLABRIDA, Fernanda; BERTOLINI, Adriana Locatelli; CASAGRANDE, Delci Fatima Meneghetti. Clima organizacional como fator determinante na estrutura emocional dos colaboradores: um ensaio sobre a importância da qualidade de vida no trabalho. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, Garibaldi, v. 8, n. 2, p. 2176-5766, dez. 2019. Disponível em: <https://revista.fisul.edu.br/index.php/revista/article/view/120#:~:text=RESUMO%3A%2>



[OSabe%2Dse%20que%20o,e%20estrutura%20emocional%20dos%20colaboradores.](#)
Acesso em 4 abr. 2022.

DAPPER, Paloma Veridiane; GRENZEL, Rafael; ZANATTA, Jocias Maier. Estrutura organizacional da manutenção, escolha do método de trabalho e os indicadores de gestão de pessoas: uma abordagem conceitual. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Bragança Paulista, out. 2018. Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR). <http://dx.doi.org/10.5892/ruvrd.v16i1.4314>. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/4314>. Acesso em: 27 mar. 2022.

DUARTE, Vânia Maria do Nascimento. **Pesquisa quantitativa e qualitativa**. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/regras-abnt/pesquisa-quantitativa-qualitativa.htm> Acesso em: 27 de Mar. 2022.

FERREIRA, Carmo dos Santos; OLIVEIRA, Victor Miranda de. **A importância do clima organizacional para as empresas**: o caso na empresa Minas Imagem em Juiz de Fora-MG. 2019. 16 f. TCC (Doutorado) - Curso de Administração, Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/gestao/article/view/2401/0> Acesso em: 27 mar. 2022

FORMENTINI, Ana Clara. **People Analytics**: uma análise de indicadores de clima organizacional e rotatividade no Magazine Luiza de Não Me Toque/RS. 2019. 66 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis, Carazinho, 2019. Disponível em: <http://repositorio.upf.br/handle/riupf/1972>. Acesso em: 27 mar. 2022.

GAUSMANN, Roberta Adriana. **Análise do clima organizacional em um centro de diagnóstico médico por imagem localizado no município de Criciúma/SC**. 2017. 59 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/8708> Acesso em: 27 mar. 2022.

GOMES NETO, Manoel Bastos; TEXEIRA, Fernanda Bastos; SILVA, Francisca Grazielle Alves da; PEREIRA, Vanessa da Silva; GRANGEIRO, Rebeca da Rocha. Um estudo de clima organizacional e suas aplicações. **Revista Visão: Gestão Organizacional**, Caçador (SC), Brasil, v. 8, n. 1, p. 73-98, 2019. DOI: 10.33362/visao.v8i1.1740. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/visao/article/view/1740> Acesso em: 29 mar. 2022.



GUIMARAES, Andre Rehbein Sathler; GOMES, Alexandre Mesquita. CLIMA ORGANIZACIONAL DA UBER: uma pesquisa com motoristas do aplicativo em Brasília. **Revista de Administração Unimep**, Brasília, v. 4, n. 18, p. 242-265, dez. 2020. Disponível em: <http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/rau/article/view/1507> Acesso em: 29 mar. 2022.

GUSMÃO, Alexandre Oliveira de Meira; ARAÚJO, Luciana Alves dos Santos; ROCHA, Kátia dos Santos. Clima organizacional na biblioteca universitária da Universidade Federal de Rondonópolis. **Associação Catarinense de Bibliotecários**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 176-197, mar. 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7389563> Acesso em: 27 mar. 2022.

KELLER, Edelvais; AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de. Análise crítica teórica da evolução do conceito de clima organizacional. **Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa**, [S.l.], v. 20, n. 39, p. 91-113, abr. 2020. ISSN 2596-2809. Disponível em: <http://periodicos.unifil.br/index.php/Revistateste/article/view/1314> Acesso em: 27 mar. 2022.

LEAL, Gabriela Maria Gonçalves. **A influência do clima organizacional nos profissionais de Enfermagem à luz da ergonomia, no serviço prestado à população: um estudo de caso no Hospital das Clínicas**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ergonomia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/41419> Acesso em: 4 abr. 2022.

LIMA, Danielle Félix Delmondes Figueiredo; SILVA, Raphael Alves Vieira da; SILVA, Gilberto Soares da. Clima organizacional no setor público: uma análise na secretaria da fazenda do estado do Tocantins em 2017. **Revista Sítio Novo**, [S.L.], v. 2, n. 2, p. 5-25, 20 dez. 2018. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins. <http://dx.doi.org/10.47236/2594-7036.2018.v2.i2.5-25p>. Disponível em: <https://sitionovo.ifto.edu.br/index.php/sitionovo/article/view/119> Acesso em: 25 mar. 2022.

LOPES, Ângelo Alves. **Um ensaio com as percepções dos funcionários sobre a influência do atual plano de cargos e salários no clima organizacional da PRODEMGE**. 2020. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <http://monografias.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/2817> Acesso em: 27 mar. 2022.

LOUREIRO, Lucimara Fernandes; VAZ, Thainá Fraga. **Remuneração e carreira como fatores motivacionais no processo de gestão de pessoas**. 2019. 25 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Faculdades Doctum de Serra, Serra, 2019. Disponível em: <https://dspace.doctum.edu.br/bitstream/123456789/3138/1/REMUNERA%C3%87%C3>



[%830%20E%20CARREIRA%20COMO%20FATORES%20MOTIVACIONAIS.pdf](#)

Acesso em 27 fev. 2022.

MARTINS, Elaine Ramos do Nascimento. **Avaliação do clima organizacional entre os servidores técnicos administrativos de uma instituição federal de ensino superior do estado do Rio de Janeiro**. 2018. 121 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13598> Acesso em: 26 fev. 2022.

MARTINS, M. C. F. Clima Organizacional. In: SIQUEIRA, M. M. (org). **Medidas de Comportamento Organizacional**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MEDEIROS, Simone Dantas Rosendo de. **Análise do clima organizacional a luz da escala ECO (Escala de Clima Organizacional)**: um estudo de caso na cerâmica São José. 2020. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais Novos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/43542> Acesso em 27 mar. 2022

MELLO, Rita de Cassia Corrêa; REIS, Luciana Bicalho; RAMOS, Fabiana Pinheiro. Estresse em Profissionais de Enfermagem: importância da variável clima organizacional. **Gerais - Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 193-207, dez. 2018. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais2019110202>. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202018000200002 Acesso em: 27 mar. 2022.

MENDANHA, Mariana Gomes de. **Gestão de Pessoas: impactos do clima organizacional e da motivação para as organizações no contexto da pandemia de COVID-19**: um estudo de caso na empresa Ateliê Cosart. 2021. 16 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/3103> Acesso em: 29 mar. 2022.

NASCIMENTO, Kállita Yasmim Cordeiro do; MARQUES, Anna Beatriz Jandoti; SAMPAIO, Luis Fernando; ROBERTO, Tiago Moreno Lopes. Diagnóstico de clima organizacional em empresa de fornecimento de internet do noroeste paulista. **Revista Científica Intellecto**, Venda Nova do Imigrante, v. 1, n. 5, p. 63-72, 2020. Disponível em: <https://faveni.edu.br/wp-content/uploads/sites/10/2020/08/6.-DIAGNOSTICO-DE-CLIMA-ORGANIZACIONAL-EM-EMPRESA-DE-FORNECIMENTO-DE-INTERNET-DO-NOROESTE-PAULISTA..pdf> Acesso em 28 mar. 2022.

Oliveira, K. M. de O., Silva, E. A. S., & Vicente, V. M. B. V. (2021). Clima organizacional e suas implicações no comportamento do colaborador na empresa



ferragens casa forte. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas**, 6(02), 77–103. Recuperado de:
<https://www.revistas.editoraenterprising.net/index.php/regmpe/article/view/331> Acesso em: 5 abr. 2022.

RIBEIRO, Dalila Paula Costa. **Absenteísmo e clima organizacional**: um estudo de caso em uma maternidade de Minas Gerais. 2019. 44 f. TCC (Graduação) - Curso de Especialização em Gestão Pública, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em:
https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/32261/1/TCC_FINAL%2007%2007%2019%20cd.pdf Acesso em: 5 abr. 2022.

RODRIGUEZ, Indira Arias. **O impacto do clima organizacional no compartilhamento do conhecimento**: um estudo no ambiente operário do consórcio modular. 2020. 159 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Guaratinguetá, 2020. Disponível em:
<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/193173> Acesso em: 29 mar. 2022.

ROMANELLI, Joyce. **Clima organizacional como ponto de partida para a melhoria de processos corporativos**. 2020. 88 f. TCC (Doutorado) - Curso de Administração, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em:
<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/29633> Acesso em: 27 mar. 2022.

SANTOS, Thâmara Dayane Cardoso; RODRIGUES, Mariana dos Santos; FRANÇA, Leilane Pereira de; CERATTI, Bruno Kaipper; MENESES, Pedro Paulo Murce. Construção de uma Escala de Clima Organizacional para uma Organização Pública. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho**, [S.L.], v. 19, n. 3, p. 713-719, 2019. GN1 Genesis Network. <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2019.3.16709>. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572019000300010 Acesso em: 27 mar. 2022.

SARTOR, Elizeti Cardoso. **Avaliação do clima organizacional do setor de produção da Imprepel Gráfica & Editora Ltda**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Contábil e Financeira) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2019. Disponível em:
<https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/26256> Acesso em: 29 mar. 2022

SEBBA NETO, Gilberto Antonio. **Análise do clima organizacional da indústria SICMOL S.A.** 2020. 19 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2020. Disponível em:
<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/1024> Acesso em: 27 mar. 2022.



SILVA JÚNIOR, Antônio Bernardes da; JUSTI, Edrilene Barbosa Lima; JUSTI, Jamson; JUSTI, Jadson. Comportamento e clima organizacional de uma instituição pública educacional de Mato Grosso do Sul, Brasil/Behavior and organizational environment of a public educational institution in Mato Grosso do Sul, Brazil. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 10, p. 74821-74836, 2020. Brazilian Journal of Development. <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv6n10-056>. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/17732> Acesso em: 29 mar. 2022.

SILVA, Bianca Samara de Lemos. **Gestão de pessoas, clima organizacional e a satisfação no trabalho: análise na empresa “Alfa” no município de Iguatama**. 2020. 56f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração) Fundação Educacional Vale do São Francisco – FEVASF-MG. Iguatama, 2020. Disponível em: <http://repositorio.fevasf.edu.br/handle/FEVASF/42> Acesso em: 3 abr. 2022.

SILVA, Estéfani Costa da. **Alinhamento de aspectos do clima organizacional: um estudo de caso em uma empresa do setor varejista**. 2019. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Faculdade Antonio Meneghetti, Recanto Maestro, 2019. Disponível em: <http://repositorio.faculdadeam.edu.br/xmlui/handle/123456789/607> Acesso em: 27 mar. 2022.

SILVA, Rogério Lira. **Clima organizacional: análise multivariada da percepção dos funcionários técnico administrativos da Universidade Federal de Alagoas**. 2019. 140 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Programa de Pós Graduação em Administração Pública, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019. Acesso em: 29 mar. 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/145837> Acesso em 3 abr. 2022.

TIBOLA, Caroline. A influência do clima organizacional no relacionamento interpessoal. **Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta**, Alta Floresta, v. 9, n. 2, p. 44-53, set. 2020. Disponível em: <http://refaf.com.br/index.php/refaf/article/view/328> Acesso em: 3 abr. 2022.

VIANA, Marco Antônio de Oliveira; SILVA, Suelen Aparecida Duarte; OLIVEIRA, Wesley Mendes; OLIVEIRA, Eliezer Carneiro de. Motivação e clima organizacional em uma rede de farmácias. **Brazilian Journal Of Business**, [S.L.], v. 2, n. 3, p. 1913-1925, jun. 2020. Brazilian Journal of Business. <http://dx.doi.org/10.34140/bjbv2n3-005>. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJB/article/view/12738> Acesso em: 27 mar. 2022.

VIEIRA, Fernando Kauê Novais; MATOS, Jéssica Sebastiana de Sá; GONÇALVES, Natália da Silva; SANTANA, Peri da Silva. Qualidade de vida no trabalho e clima organizacional em uma empresa ferroviária, um estudo de caso. **Brazilian Applied**



Science Review, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 488-507, 23 mar. 2018. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BASR/article/view/408> Acesso em: 27 mar. 2022.

WERNER, Juliana Tomaz. **PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL**: um estudo de caso em uma empresa prestadora de serviços contábeis localizada na cidade de Manhuaçu. 2018. 50 f. TCC (Doutorado) - Curso de Administração, Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu, Manhuaçu, 2013. Disponível em: <http://pensaracademico.facig.edu.br/index.php/repositorioctcc/article/view/897> Acesso em: 27 mar. 2022.

XAVIER, Denise Siqueira. **Pesquisa de clima organizacional como ferramenta para a melhoria da comunicação interna em uma empresa de Engenharia**. 2019. 32 f. Monografia (Doutorado) - Curso de Especialização em Gestão das Instituições Federais de Educação Superior., Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/39082> Acesso em: 29 mar. 2022.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

JORNADA
ACADÊMICA DE
GESTÃO
da Católica do RN

GESTÃO INSTITUCIONAL NO ENSINO PRIVADO NA CIDADE DE MOSSORÓ E SUAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA PANDEMIA

Camila Trindade dos Santos

Graduanda em Administração
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
E-mail: kmillytrindade@hotmail.com

Gabriel Leite de Freitas Junior

Mestre em Ciências Jurídicas
Universidade de Coimbra
E-mail: gabriel.jr.freitas@gmail.com

Natália Queiroz da Silva Oliveira

Mestre em Administração
Universidade Estadual do Ceará
E-mail: natyqs.queiroz@gmail.com,

Monikely de Oliveira Silva Paiva

Mestre em Administração
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
E-mail: monikely.paiva@professor.catolicadorn.com.br

RESUMO

O presente trabalho tem o intuito de confrontar as relações trabalhistas entre empregados e empregadores, nas Instituições de Ensino Privado na cidade de Mossoró/RN, que, diante do contexto atípico vivenciado no período de Pandemia, tiveram que se adequar à medidas trabalhistas estabelecidas pelo governo para a sustentabilidade econômica das empresas e preservação dos empregos. Tendo em vista a problemática “Quais os principais impactos que foram causados nas relações de trabalho no período de Pandemia do COVID-19 nas instituições de ensino privado na Cidade de Mossoró/RN?”, esta pesquisa, para responder a essa indagação central, baseou-se nos Medidas Provisórias e suas respectivas mudanças, como a redução de jornada de trabalho e salarial, a suspensão do contrato de trabalho por acordo individual, as adaptações ao *Home Office* dos profissionais, Saúde e Segurança no Trabalho. Assim, o estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, utilizando da coleta de dados com o auxílio do Google Formulários, que foram aplicados no Colégio e em uma Faculdade. A pesquisa foi elaborada de maneira descritiva exploratória com abordagem de dados quantitativos e qualitativos, na qual se busca entender se houve e quais foram os principais impactos nas relações laborais entre empregado e empregador.

Palavras-chave: Gestão escolar, Cenário Pandêmico.



1 INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19, doença caracterizada como síndrome gripal de alta transmissibilidade, provocada pelo vírus Sars-CoV-2, representa uma situação de crise sanitária de amplas dimensões que envolvem desafios para a saúde mundial, dos quais não há precedentes na história moderna. A pandemia tem afetado drasticamente o cotidiano da sociedade em modo generalizado, exigindo, em curto espaço de tempo, diferentes arranjos em diversas dimensões da vida humana, a área trabalhista tem sido severamente atingida e, entre os setores mais fortemente afetados, está o sistema educacional (BERNARDO; MAIA; BRIDI, 2020).

Em função da rápida disseminação da doença, da sua gravidade e da inexistência de formas eficazes para um tratamento e prevenção, a época de seu surgimento, as medidas de enfrentamento necessárias consistiram no distanciamento social, que, conseqüentemente, incluíram o fechamento de instituições de ensino. Para dar continuidade aos processos educativos, uma das medidas adotadas foi a implantação do trabalho remoto (TR) ou *home office*. Nesse tipo de trabalho, as atividades são desenvolvidas com uso de ferramentas de comunicação virtual, em ambiente doméstico (AVELINO; MENDES, 2020).

No Brasil, o Ministério da Educação (MEC) incorporou o ensino remoto emergencial como parte da carga horária diária de ensino. Apesar da implantação recente desses processos, com pouco conhecimento sobre suas características ou impactos, algumas consequências imediatas têm sido apontadas: ampliação da jornada de trabalho; precariedade das condições laborais adaptadas nos próprios domicílios; aumento das despesas financeiras com o custeio dos instrumentos de trabalho e insegurança generalizada (BERNARDO; MAIA; BRIDI, 2020).

No Brasil, com a finalidade de regulamentar as relações trabalhistas durante o período de pandemia da COVID-19, foram editadas as Medidas Provisórias (MPs) n. 927/2020, n. 936/2020, trazendo para os empregadores alternativas a serem adotadas para o enfrentamento dos efeitos econômicos decorrentes do estado de calamidade pública, reconhecidas pelo Decreto Legislativo n. 6, de 20 de março de 2020. Sobre a situação de emergência da saúde pública de importância internacional, as medidas decretadas pelo Ministério da Saúde foram publicadas em 03 de fevereiro de 2020.

Por força das referidas MPs e com vistas à manutenção da atividade econômica, à preservação dos contratos de trabalho e, ao mesmo tempo, o cumprimento das medidas de isolamento social, em 28 abril de 2021 foi publicado no Diário Oficial da União o novo programa emergencial, com a manutenção da MP 936/20, que trata da suspensão do contrato de trabalho da empresa com empregado por 120 dias, no qual mais uma vez, seria possível reajustar a jornada de trabalho.

Ainda em abril de 2021, surge MP 1.046/2021, decretando aos empregadores a adoção de novas providências em relação aos seus empregados, como o teletrabalho, a antecipação de férias individuais, a concessão de férias coletivas, o aproveitamento e a antecipação de feriados, o banco de horas, a suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho, o diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS -, a redução proporcional de jornada de trabalho e salário e a



suspensão temporária dos contratos de trabalho. Essas medidas possuíam caráter excepcional, sendo aplicáveis, portanto, exclusivamente no contexto da pandemia do novo coronavírus, isto é, apenas enquanto durasse o já mencionado estado de calamidade pública e de emergência de saúde pública (BRASIL, 2020).

O presente trabalho tem como objetivo desenvolver uma pesquisa sobre impactos que identificam quais foram os problemas nas relações de trabalho entre o empregador e o empregado nas instituições de ensino privado na cidade de Mossoró/RN, causados pela pandemia dada pelo novo CORONAVÍRUS no ano de 2020. As instituições adotaram o formato remoto para realizar atividades como aulas e reuniões, estendendo-se para o ano de 2021, dessa vez, com o retorno das atividades no formato híbrido, no qual os funcionários que se sentissem seguros, puderam retomar para cumprir em horário integral as suas funções. Nesse sentido, o problema de pesquisa é: **Quais os principais impactos que foram causados nas relações de trabalho no período de Pandemia do COVID-19 nas instituições de ensino privado na Cidade de Mossoró/RN?**

Caso haja evidências se houveram impactos e desgastes no ambiente profissional de forma que pudesse comprometer a saúde e segurança do empregado ao desenvolver suas atividades. A vista disso, a presente pesquisa busca ajudar as empresas da área educacional privada a entender se as práticas adotadas durante o enfrentamento do período de isolamento social, foram coerentes e eficazes para desenvolver as atividades laborais com seus colaboradores, a ponto de semear o bem-estar entre empregado e empregador.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Pandemia resultante do novo Coronavírus trouxe para realidade populacional uma nova estrutura e meios de trabalho. Diante desse contexto pandêmico, se fez necessário desenvolver meios de trabalho seguros para o colaborador não precisar se deslocar para o ambiente convencional, uma vez que foi estabelecido o isolamento e distanciamento social para sanar a propagação do vírus. Para isso, foram necessárias adequações nas leis trabalhistas e criadas Medidas Provisórias para que as empresas, juntamente ao governo, evitassem o aumento do desemprego em virtude do cenário vivenciado.

“Nos próximos dois anos, para acelerar a adoção de recursos tecnológicos, universidades e demais instituições de ensino superior devem redesenhar espaços de aprendizagem e manter o foco em medir o desempenho dos estudantes. Ao mesmo tempo, elas ainda devem buscar soluções para promover a equidade digital e adaptar seus projetos ao futuro do trabalho” (OLIVEIRA; LOPES, 2018).

A adoção de tecnologias digitais já vinha sendo operacionalizado nas instituições, com a busca constante dos profissionais por cursos de formação, sobretudo no uso das ferramentas de metodologias ativas, apesar da nova realidade essa formação já vinha sendo exigida o uso dessa ferramenta aos professores conforme aponta pesquisas realizada em 2018, pela Educa use, organização americana sem fins lucrativos que atua



no ensino superior.

2.1 REDUÇÃO DE JORNADA E SALÁRIO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO POR ACORDO INDIVIDUAL

Com a pretensão de amenizar os impactos econômicos causados pela pandemia da COVID-19, a MP n. 936, publicada em 1º de abril de 2020, autorizou a redução proporcional de jornada de trabalho e de salários e a suspensão temporária do contrato de trabalho. Essas medidas constituem parte de um Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, instituído com o objetivo de preservar o emprego e a renda, garantir a continuidade das atividades laborais e empresariais e ainda reduzir o impacto social decorrente das consequências do estado de calamidade pública e de emergência de saúde pública conforme art. 2º da MP n. 936/2020 (BRASIL, 2020).

Tanto para o caso de redução proporcional de jornada e salário quanto para o caso de suspensão temporária do contrato de trabalho, o Programa propôs o pagamento de um Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, de prestação mensal, a ser custeado com recursos da União e calculado com base no valor do seguro-desemprego a que o empregado teria direito, mensalmente, caso fosse dispensado sem justa causa inciso, I do art. 3º e arte. 5º e 6º, todos da MP n. 936/2020.

Nesse contexto, de acordo com o disposto no art. 7º da MP n. 936/2020, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto-Lei n. 6/2020, “[...] o empregador poderá acordar a redução proporcional da jornada de trabalho e de salário de seus empregados, por até noventa dias”, ressaltando os seguintes requisitos: preservação do valor do salário-hora de trabalho; pactuação por acordo individual escrito entre empregador e empregado, que será encaminhado ao empregado com antecedência de, no mínimo, dois dias corridos.

A redução da jornada de trabalho e de salário, exclusivamente, poderiam seguir nos percentuais de vinte e cinco por cento, cinquenta por cento ou setenta e cinco por cento. Tendo alternativas, por força do disposto no *caput* do art. 8º da mesma MP, está o empregador autorizado ainda a “acordar a suspensão temporária do contrato de trabalho de seus empregados, pelo prazo máximo de sessenta dias, que poderá ser fracionado em até dois períodos de trinta dias” (BRASIL, 2020).

Para desfecho, consta no parágrafo 4º do artigo 11 da MP que: Art. 11. [...] parágrafo 4º. Os acordos individuais de redução de jornada de trabalho e de salário ou de suspensão temporária do contrato de trabalho, pactuados nos termos dessa Medida Provisória, deverão ser comunicados pelos empregadores ao respectivo sindicato laboral, no prazo de até dez dias corridos, contado da data de sua celebração.

Como se destaca da leitura dos dispositivos mencionados, para os empregados com salário igual ou inferior a três mil, cento e trinta e cinco reais, e para aqueles portadores de diploma de nível superior que recebam salário mensal igual ou superior a duas vezes o teto dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a MP n. 936/2020 afastou a negociação coletiva como requisito necessário para a adoção das medidas de redução de jornada e salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho, autorizando a sua implementação por meio de mero acordo individual escrito



entre empregado e empregador.

Afastou-se a exigência da negociação coletiva, ainda em relação a todo e qualquer empregado, independentemente do salário percebido ou do grau de instrução, quando se tratar da aplicação da medida de redução de jornada e salário de 25%, prevista na alínea “a” do inciso III do *caput* do art. 7º. Não há dúvida de que os impactos econômicos causados pela atual pandemia demandam a adoção de medidas excepcionais e emergenciais, de maneira a assegurar a manutenção da atividade econômica das empresas e a preservação dos empregos e de renda mínima aos trabalhadores (LIMA, 2020).

Nesse sentido, a própria Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) prevê como lícita a redução geral dos salários dos empregados da empresa, proporcionalmente aos salários de cada um, em casos de força maior ou prejuízos devidamente comprovados, respeitado o limite de 25% por cento e o salário-mínimo, conforme art. 503 (BRASIL, 2020).

Desse modo, revela-se inconstitucional a autorização, trazida pela MP n. 936/2020, para que as medidas de redução de jornada e salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho sejam implementadas por meio de mero acordo individual escrito, a ser firmado entre empregado e empregador, com a participação do sindicato da categoria. Evitando assim, demissões em massa.

Sobre o fato, embora a redução e até a supressão, na hipótese de suspensão do contrato - de salários, em si, sejam medidas razoáveis neste momento, há vedação constitucional expressa à sua implementação pela via individual, sendo oportuno recordar que os direitos e garantias fundamentais, previstos no artigo 7º da CR/88, constituem cláusulas pétreas (BRASIL, 1988), razão pela qual nem mesmo por Emenda Constitucional (EC) é admitida a sua alteração, tendente à restrição, como se tem no caso da MP n. 936/2020.

Ressalta-se também, que a previsão de redução ou supressão salarial sem a prévia negociação coletiva está na contramão das disposições constantes das Convenções n. 98 e 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelecem, respectivamente, o seguinte: Arte 4º Deverão ser tomadas, se necessário for, medidas apropriadas às condições nacionais, para fomentar e promover o pleno desenvolvimento e utilização dos meios de negociação voluntária entre empregadores ou organizações de empregadores e organizações de trabalhadores com o objetivo de regular, por meio de convenções, os termos e condições de emprego.

Ao permitir a redução de jornada de trabalho e salário, assim como a suspensão do contrato de trabalho, por meio de simples acordo individual, a MP n. 936/2020 enfraquece o instituto da negociação coletiva, justamente em um cenário de crise, quando a vulnerabilidade e a hipossuficiência do trabalhador se apresentam ainda maiores e mais evidentes. Nos dias que se seguiram à publicação da MP n. 936/2020, diversas instituições ligadas à defesa dos direitos trabalhistas manifestaram-se contrariamente à possibilidade de adoção das referidas medidas sem prévia negociação coletiva.

Em nota pública, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) manifestou preocupação em relação à MP n. 936/2020, destacando ser inconstitucional

“[...] afastamento da negociação coletiva na implementação das aludidas medidas emergenciais, relativamente a considerável parcela dos vínculos de trabalho,



sobretudo quando referentes à redução de salários e suspensão de contratos de trabalho, pois a Constituição da República garante como direito do trabalhador brasileiro a irredutibilidade salarial, só sendo possível a diminuição dos salários a partir de negociação coletiva (BRASIL, 2020)”.

No mesmo sentido, manifestou-se a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (ANAMATRA), salientando que:

“A Constituição de 1988 prevê, como garantia inerente à dignidade humana, a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo. Por isso, a previsão de acordos individuais viola a autonomia negocial coletiva, agredindo, primeiro, o sistema normativo que deve vincular todos os Poderes Constituídos e, segundo a Convenção n. 98 da OIT, que equivale a norma de patamar superior ao das medidas provisórias (BRASIL, 2020)”.

Em 02 de abril de 2020, o partido Rede Sustentabilidade ajuizou, perante o Supremo Tribunal Federal (STF), a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 63639, insurgindo-se contra os já mencionados dispositivos da MP n. 936/2020, que autorizam a redução de jornada e salário e a suspensão do contrato de trabalho por acordo individual. No dia 06 de abril de 2020, o Relator da ADI, Ministro Ricardo Lewandowski, deferiu em parte a liminar requerida, ad referendum do Plenário do STF para dar interpretação conforme ao parágrafo 4º do art. 11 da Medida Provisória 936/2020, de maneira a assentar que “[os] acordos individuais de redução de jornada de trabalho e de salário ou de suspensão temporária do contrato de trabalho [...] deverão ser comunicados pelos empregadores ao respectivo sindicato laboral, no prazo de até dez dias corridos, contado da data de sua celebração”, para que este, querendo, deflagre a negociação coletiva, importando sua inércia em anuência com o acordado pelas partes.

Diante do contexto, o entendimento do Relator foi no sentido de que as medidas de redução de jornada e salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho poderiam ser adotadas por mero acordo individual escrito entre empregado e empregador, nos moldes trazidos pela MP n. 936/2020, não tendo havido, pois, declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos que afasta o requisito da negociação coletiva. Entretanto, de acordo com a referida decisão, cumprida a obrigação, imposta aos empregadores, relativa à comunicação dos contratos individuais firmados ao respectivo sindicato laboral, o que deveria acontecer no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados de sua celebração, na forma do parágrafo 4º do artigo 11 da MP n. 936/2020, ficando a critério do sindicato, deflagrar a negociação coletiva,

Oportunizou-se ao sindicato laboral, portanto, a possibilidade de realização da negociação coletiva, seja para ratificar o conteúdo do contrato individual firmado, seja para opor-se a ele e, eventualmente, propor a alteração de seus termos. Nesse sentido, a ausência de manifestação do sindicato convalidaria o acordo individual celebrado, não tendo o Relator fixado, contudo, um prazo limite, dentro do qual o sindicato poderia se manifestar e após o qual se daria a referida preclusão (BARBOSA, 2020).



2.2 ADEQUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE INSTITUIÇÃO PRIVADA AO *HOME OFFICE*

Com a necessidade estabelecida do distanciamento social, muitos países determinaram o fechamento de setores da economia, incluindo o meio privado educacional, a fim de permitir que os indivíduos ficassem em suas casas. Sobre tanto, Góes, Martins e Nascimento (2020), em nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), demonstram que, no Brasil, apenas 22,7% dos trabalhadores têm condições de realizar sua atividade em casa, sobretudo parcelas dos seguintes grupos: 65% dos cientistas e intelectuais; 61% dos administradores e gerentes; 41% dos técnicos de apoio administrativo; e 30% dos técnicos e profissionais de nível médio.

O Setor de ensino foi um dos quais adotou a estratégia do teletrabalho, sobretudo para continuar a exercer suas respectivas funções em casa, o que comumente tem sido chamado de *home office*. Porém, diversas dificuldades se mostraram em relação à organização dessa modalidade de trabalho, em meio a um contexto que causou abalo emocional atípico, de enorme receio pela propagação do vírus e, sobretudo, sem que os trabalhadores em geral tivessem a estrutura adequada para trabalhar em casa (QUEIROGA, 2020).

As recomendações do MPT para o caso de professores revelam a existência das repercussões negativas desse contexto, tanto é que propõem intervenções paliativas. Algumas medidas instadas como:

“18. OFERECER apoio tecnológico e orientação técnica permanente e/ ou capacitar o corpo docente e discente para realização dos trabalhos de forma remota e em plataformas virtuais; A orientação e capacitação das (os) alunas (os) somente poderá ficar a cargo da (o) docente quando não redundem em aumento de sua carga horária de trabalho; [...] 21. ADOPTAR modelos de etiqueta digital em que se oriente alunas (os), responsáveis, supervisoras (es) e diretoras (es), com especificação de horários para atendimento virtual da demanda, assegurando os repousos legais, o direito à desconexão do corpo docente e a compatibilidade entre a vida familiar e profissional” (Brasil, 2020).

A medida 18, ao ser instada, pressupõe a dificuldade tecnológica que docentes e discentes possuem na realização do processo ensino-aprendizagem de forma remota, bem como os riscos que isso acarreta o que diz respeito ao prolongamento da jornada de trabalho dos docentes.

Por sua vez, a medida 21 acentua a preocupação com a jornada e a conciliação dela com o descanso e a rotina familiar. Por consequência, o *home office* tem se situado no contexto da precarização do trabalho, modulada pela pandemia e com consequências negativas visíveis.

Segundo, Assis (2020) uma das consequências negativas dessa modalidade é a falta do convívio entre os colegas onde é proporcionado a troca de ideias, de experiências e que acaba contribuindo no trabalho agregando no todo as ideias de cada um.

Um dos aspectos mais complexos do auto isolamento, ou do trabalho remoto é administrar a solidão, que já é um problema cada vez maior entre os trabalhadores. A solidão é ruim para a mente e para o corpo, aumentando o risco de pressão alta, obesidade



e alterações emocionais, como ansiedade ou depressão.

[...] há, ainda, a deficiência nos equipamentos e na capacidade da internet, que dificilmente é igual à estrutura oferecida nas empresas [...] outra desvantagem é a sobrecarga nos ombros das mulheres. Com os filhos em casa, sem aulas, e sem a possibilidade de pedir ajuda aos avós – crianças [podem ser] assintomáticas e podem transmitir o vírus para adultos e os mais velhos –, sobra para as mães a maior parte das tarefas (ASSIS, 2020, p. 212-213).

Em meados de 2021, as Instituições de Ensino estudaram formas de saírem da forma totalmente remota, de trazer para sala de aula aqueles que se achavam capazes de retornar de modo presencial, mas continuar de forma remota para aqueles que não estavam confiantes com o retorno. Dentre isso, veio a forma Híbrida de Ensino, fundada pelos Estados Unidos, essa modalidade de ensino veio para resolver o problema de evasão escolar que existiam nos cursos à distância por se basear em metodologias ativas.

Para Moran, (2017), o híbrido seria um termo da convergência sistemática entre os ambientes virtuais e presenciais, que veio a calhar diante do contexto, pois estaria se mostrando como a estratégia mais viável pedagogicamente. Buscando o interesse e desenvolvimento de competências dos alunos protagonistas de um momento tão atípico.

2.3 SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NO PERÍODO DE *HOME OFFICE*

No período de isolamento social decorrente da propagação do vírus, conforme a MP 1.045 Art. 16º, parágrafo 3º ao 5º expõe que os exames médicos ocupacionais periódicos dos trabalhadores em atividades presenciais vencidos durante o prazo estabelecido de cento e oito dias, sendo esse o prazo de vigência, inicialmente da MP. Caso o médico coordenador do programa de controle da saúde ocupacional considere que o programa de realização dos exames representa risco para a saúde do empregado, o médico comunicará que há a necessidade da realização ao empregador. Ainda referente aos cuidados ao empregado, a MP ainda ressalta que, o exame demissional poderá ser realizado caso o exame médico ocupacional mais recente tenha sido realizado há menos de cento e oitenta dias (CARVALHO, 2021).

Com base na MP 1.045, os treinamentos previstos em normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho poderiam ser realizados na modalidade de ensino a distância e seria de responsabilidade do empregador observar a prática do conteúdo, de maneira a garantir que suas atividades fossem executadas com segurança (BALDUINO, 2021).

Nesse contexto, em maio de 2021 entra em vigor a Lei 14.151/2021, na qual dispõe sobre o afastamento da empregada grávida das atividades de trabalho presencial durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus. Determinando ainda que, não deve haver prejuízo de sua remuneração, deixando a empregada gestante à disposição do empregador para exercer tarefas em domicílio como: trabalho remoto, teletrabalho, home office ou outra forma de trabalho à distância conforme art. I, lei 14. 151/21.

O ministro do TST, Alexandre Belmonte avalia que faltou, na lei 14.151/21, a



previsão de um benefício previdenciário para as gestantes, ao invés de repassar todo o custo para o empregador. Dentro da realidade econômica, suas observações foram plausíveis, visto que as empresas, além de custear os salários e encargos trabalhistas das empregadas gestantes, ainda arcaram com a contratação de substitutos para realizar as funções presenciais, uma vez que algumas dessas não eram possíveis por meio remoto.

O termo *Home Office* possui um significado bem pertinente: “escritório em casa”. Basicamente, essa definição representa bem esse renome. As formas de trabalho foram modificadas de acordo com a evolução da sociedade, que progrediu da atividade manual para a tecnológica, respectivamente, de forma que os profissionais tenham que acompanhar essas mudanças, a fim de não ficarem excluído do mercado de trabalho (FARIA, 2021).

Dessa maneira, pode-se classificar os benefícios do *Home Office* em dois grupos: técnicos profissionais e pessoais. Para os técnicos profissionais, encontra-se o progresso na produtividade, planejamento de atividades, disponibilidade de estudos e mais tempo para realizar relatórios e planos de ações. Para os funcionários, percebe-se maior qualidade de vida, autonomia para gerir o tempo, menos estresse e despesas com deslocamentos e contato aproximado com familiares (BELLINI *et al.*, 2011).

Destarte, para implementar o *Home Office* se fazem necessários alguns critérios, por se tratar de uma plataforma diferente da tradicional. Sendo assim, seria importante realizar um estudo entre colaboradores e proprietários de empresas, no sentido de entender as necessidades e demandas de cada um. Diante disso, faz-se um levantamento do ânimo e das aflições dos empregados trabalhando com essa modalidade (FERNANDES, 2022).

2.4 RELAÇÃO TRABALHISTA ENTRE EMPREGADO E EMPREGADOR NO CENÁRIO PANDÊMICO

Surpreendidas pela pandemia do novo coronavírus, as redes de ensino estão aprendendo a se reinventar para fornecer conteúdos pedagógicos remotamente, no intuito de não deixar os estudantes desamparados (SILVA, 2021).

No dia 07 de fevereiro de 2020, entrou em vigor a Lei Nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus o isolamento social disposto na referida lei, trouxe impactos significativos para a Educação brasileira que foram tratados especialmente as suas consequências que começa com a suspensão das aulas presenciais a partir da Portaria MEC Nº 343/2020, de 17 de março de 2020, que autorizou que as instituições de ensino superior brasileiras adotassem, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais por atividades letivas que utilizassem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação - TICs ou outros meios convencionais, salvo as práticas profissionais de estágio e práticas de laboratório (BRASIL, 2020).

Assim, o que se presenciou foi a aceleração da exigência de a educação se adaptar aquilo que o mercado de trabalho já vinha exigindo há alguns anos, com a chamada Indústria 4.0, que é um conceito que está em construção, desde 2011 e pode ser definido



como um termo coletivo que abrange tecnologias e conceitos de cadeia de valor de uma empresa ou organização e que se caracteriza por alguns princípios que orientam a sua implementação, como interoperabilidade, virtualização, descentralização, tempo real, orientação de serviço e modularidade (CARVALHO, 2020).

Seguindo as diretrizes emanadas das Portarias do Ministério da Educação - MEC, os gestores educacionais estão diante de uma situação completamente inusitada na qual têm que promover o engajamento de seus colaboradores, incluindo gestores de cursos e professores para que as atividades remotas possam atingir os objetivos educacionais da instituição.

De acordo com Firmino (2020), a relação entre gestão e os docentes precisa ser pautada em novas ferramentas e concepções. Se, antes, os professores tinham uma realidade voltada para a sala de aula, que apresentava grande autonomia, em uma realidade de aprendizagem remota, o professor está mais em contato com seus colegas de trabalho e com seus superiores, recebendo, a cada dia, novas orientações e adequações a serem feitas em seu trabalho.

Carneiro *et al.* (2018) destaca que a avaliação institucional contribui com a gestão acadêmica, pois busca evidenciar a percepção dos docentes, contribuindo para a melhoria dos processos de gestão acadêmica. Assim, alguns pontos mereceram destaque e tem o escopo de avaliar a atuação da gestão frente à nova realidade, na qual será possível rever as práticas e reestruturar a atuação da gestão no próximo período letivo.

Belusso (2017), inspirado em Foucault, aponta a escola como um mecanismo disciplinar e regular com adaptações curriculares para os sujeitos serem pertencentes à sociedade. Em sua pesquisa, constatou saberes curriculares de um Currículo Adaptado, saber médico e saber psicológico. Dessa forma, a instituição escolar, mesmo diante das reformas propostas e ocorridas pelas políticas inclusivas, permanece funcionando como uma máquina que visa à produção do indivíduo aparada nos saberes científicos, possibilitando, assim, um conhecimento que permitirá a criação de determinadas práticas e estratégias que viabilizem sua normalização.

Nicolini e Medeiros (2021), em sua fala diz que o contexto educacional durante a pandemia diante de mudanças constantes e o distanciamento social acarretado pela pandemia se transformou em um grande desafio em função das transformações e adaptações exigidas em tão curto espaço de tempo, pois nos deparamos com uma nova realidade, com novas necessidades populacionais nas mais inusitadas instâncias. Nesse sentido, a educação inclusiva é um sinalizador potente de problematização em relação às efetivações de suas práticas no que assegura a legislação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa buscou indagar quais foram os principais impactos nas relações de trabalho causados no período de pandemia nas instituições de ensino privado da cidade de Mossoró/RN. Diante do contexto, o proceder dos gestores em relação à administração institucional e às práticas adotadas e aplicadas aos funcionários das organizações, analisou-se como as medidas provisórias governamentais estabelecidas naquele período surtiram efeitos, se foram positivos ou negativos na perspectiva benigna



para as instituições e também para os empregados.

O estudo foi desenvolvido por meio de análise bibliográfica e coleta de dados no ambiente educacional, possuindo a finalidade básica de tomar conhecimento de como foram enfrentados os desafios e adaptações dos empregados para desenvolver suas funções em suas atuais condições de trabalho para manter a segurança e a saúde organizacional no *home-office*.

Trata-se de um estudo exploratório descritivo, pois, como relata Cuervo, (2016), essa natureza consiste na observação e no registro de detalhar os fatos de um determinado fenômeno ocorrido, ou seja, descrever as características do acontecimento com amostra ou com a população onde o objetivo do estudo é descrever o fato em si. Com abordagem de dados quantitativos e qualitativos, que não se opõe e, sim, se complementam condizente com Souza (2017), que as abordagens quantitativa e qualitativa têm se afirmado como promissoras, e com possibilidades de investigações em pesquisas realizadas na área da educação. Segundo o mesmo, uma pesquisa com essas abordagens caracteriza-se pelo enfoque interpretativo.

A coleta de dados foi feita por meio de dois formulários, no período de 02 de maio de 2022 a 21 de maio de 2022. Um foi direcionado aos funcionários das instituições e obteve 39 respostas. O outro, direcionou-se às Instituições de Ensino Privado na cidade de Mossoró/RN, no qual se obteve respostas de duas Instituições, colégio e faculdade, onde ambos os formulários foram enviados por meio de links via E-mail e Whatsapp para realizamos o estudo de caso.

Os dados obtidos foram confrontados na busca de comprovações, a fim de constatar se houve ou não o devido cuidado para com o funcionário no desenvolver de suas funções, na perspectiva da Segurança do Trabalho. Objetivou-se também perceber a preocupação organizacional em manter seus colaboradores sem permear demissões. Por fim, comparou-se essas informações para chegar à resposta do problema em questão, apresentando quais foram os principais impactos nessa relação entre empregado e empregador durante o surto de grande disseminação causado pela COVID-19.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

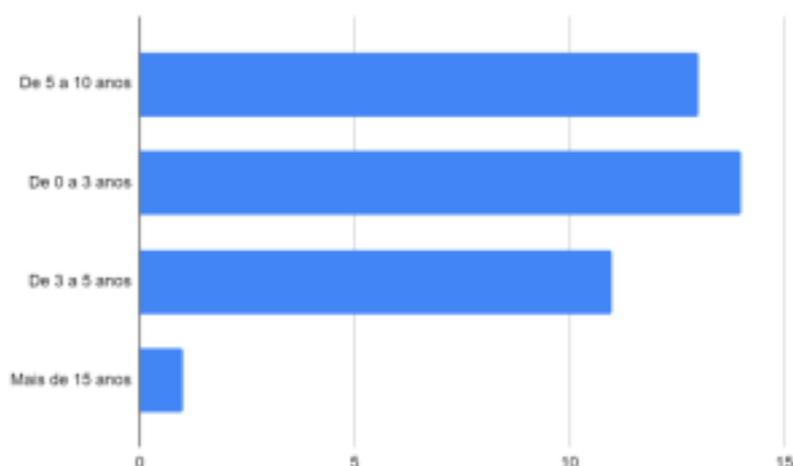
A coleta de dados foi realizada por meio de dois formulários, onde um aplicou-se aos funcionários e o outro enviado para coletar respostas dos gestores das Instituições de Ensino Privadas da Cidade de Mossoró/RN. Os participantes responderam de forma qualitativa sobre as relações de trabalho no período da Pandemia e saúde e segurança no trabalho durante a realização das atividades empregatícias, de forma remota. A coleta ocorreu em um colégio com nível de Ensino do infantil ao Médio e uma Faculdade, ambas mantidas pela iniciativa privada fazendo parte do mesmo grupo administrativo.

O Formulário decorreu de forma simultânea para todos os colaboradores, onde questionou-se faixa etária, gênero, cidade, se possui comorbidades, qual vínculo empregatício com as instituições, sobre as relações de trabalho entre empregado e empregador na perspectiva de orientações de segurança e saúde no trabalho, jornada de trabalho, reduções de cargas horárias e salariais, retorno de modo presencial e satisfação com a Empresa.



Obteve-se as seguintes respostas, 59,0% está entre 30 a 50 anos. 30,8% masculino e 69,2% feminino. 2,6% Serra do Mel (RN) e 97,4% Mossoró (RN). 10,3% possuem comorbidades e 89,7% não possuem comorbidades. 41,0% funcionários do colégio, 48,07% funcionários da Faculdade. 41,0% Professor (a), 28,2% Administrativo, 10,3% Apoio Administrativo, 10,3% Coordenador (a), 10,3% Auxiliar de Coordenação, 2,6% Auxiliar de Biblioteca e 2,6% Comunicação.

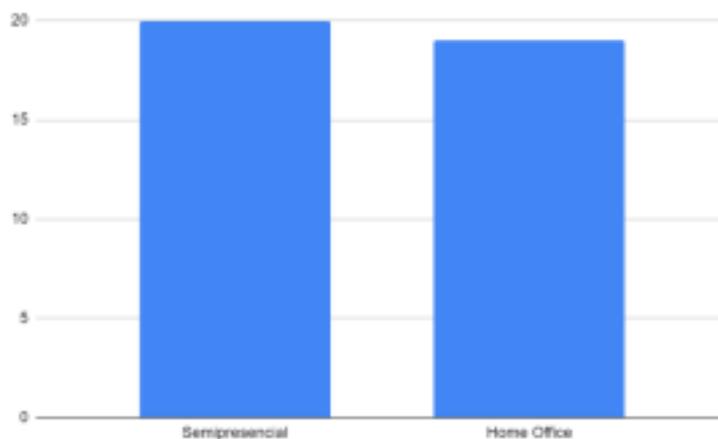
Gráfico 1: Tempo que prestação de serviço dos funcionários à instituição



Fonte: Elaborado pelo autores (2022).

O Gráfico 1, mostra o tempo de serviço prestado dos funcionários para a instituição, de 0 a 3 anos de empresa tivemos uma amostra de 35,9% dos funcionários onde se teve expostas de tempos de serviço de 3 a 5 anos 28,2%, de 5 a 10 anos 33,3% e, a mais de 15 anos tivemos 2,6% respondentes o que dar-se a perceber a baixa rotatividade dos funcionários e que ao invés de demissões as empresas admitiram novos funcionários no período pandêmico. Que, conforme Lima, (2020), não haveria dúvidas de que os impactos econômicos causados pela atual pandemia demandam a adoção de medidas excepcionais e emergenciais, de maneira a assegurar a manutenção da atividade econômica das empresas e a preservação dos empregos e de renda mínima aos trabalhadores, uma vez que muitos os funcionários mostram uma estabilidade trabalhista nas empresas analisadas pelo tempo seu tempo de serviço. Ainda se tomou conhecimento que 94,3% dos colaboradores continuaram a exercer suas funções, dessa vez, com a nova modalidade adotada, o *Home office* ou de maneira semipresencial.

Gráfico 2: Semipresencial ou *home office*



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Diante do gráfico 2, constatou-se que alguns empregados continuaram se deslocando até à empresa para desenvolver suas atividades no período de isolamento social, visto que 51,3% dos funcionários responderam ter continuado suas funções de forma semipresencial, e apenas 48,7% ficaram na modalidade do *home office*. Conforme dados da pesquisa, os cargos de Professores nas instituições representaram essa modalidade de trabalho. O que já havia sido previsto por Góes, Martins e Nascimento (2020), quando em nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), demonstram que, no Brasil, apenas 22,7% dos trabalhadores têm condições de realizar suas atividades em casa, por terem suas atividades mais flexíveis a ponto de ser realizadas fora do ambiente de trabalho.

Quando os colaboradores foram questionados sobre as relações de trabalho junto aos empregadores, sobre reuniões para acolhimento de ideias, visando possíveis melhorias em desenvolver o trabalho remoto ou semipresencial, 79,5% responderam que sim, houve esse interesse da empresa, outros 20,5% responderam que não tiveram reuniões com a instituição a qual trabalha. Em estudo realizado sobre essa precisão da troca de ideias, Assis (2020) diz que uma das consequências negativas dessas modalidades é a falta do convívio entre os colegas, onde é proporcionado a troca de ideias, de experiências e que acaba contribuindo no trabalho agregando no todo as ideias de cada um.

Sobre a empresa repassar orientações e equipamentos na perspectiva de segurança e saúde no trabalho, foi respondido que 79,5% informaram que sim, recebeu da empresa essas instruções e acessórios precisos para prevenção ao vírus. Visto que, conforme a amostra 51,3% dos colaboradores trabalharam de forma semipresencial. E 20,5% informaram que não receberam as devidas orientações. Em seguida foram questionados sobre o suporte prestado pela empresa para desenvolverem suas funções de casa, 25,6% dizem não terem recebido nenhum suporte e 74,4% afirmam que sim, receberam o suporte.

Obteve-se as seguintes respostas dos colaboradores do colégio, quando

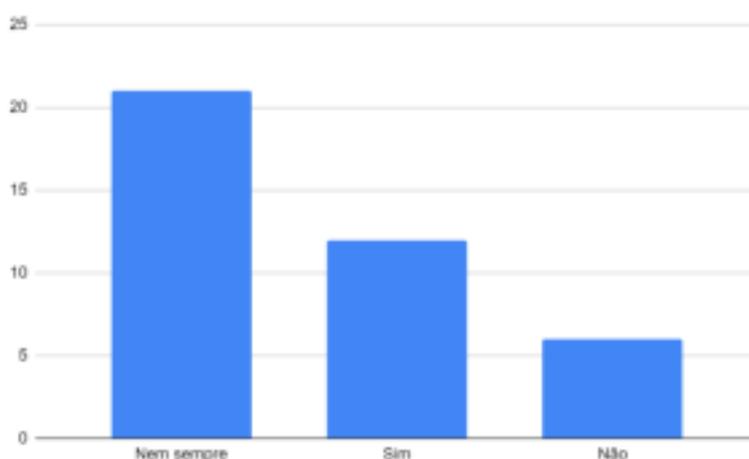


questionados sobre o préstimo da empresa para com os empregados: informaram que tiveram treinamento para utilizar as novas ferramentas de trabalho, ou seja, as plataformas digitais e que a empresa prestou acompanhamentos psicológico para ajuda no controle emocional e momentos religiosos. Aludiram que houve instruções sobre a maneira correta de prevenção à doença, e que foram distribuídos equipamentos de segurança pessoal e coletivo, houve prestação de serviços técnicos e reuniões online.

Já os funcionários da faculdade, responderam que houve reuniões, orientações e que receberam e-mail do setor pessoal, informando que por tempo indeterminado ficariam trabalhando de casa. Mas, todos os equipamentos seriam do funcionário, obtiveram treinamentos para realizar as aulas de forma remota, ressaltam que tiveram sistema de qualidade para as aulas on-line, e acesso aos alunos. Informaram que tiveram também acompanhamento com psicólogos e que a empresa se dispôs em ajudar no que fosse preciso naquele momento atípico.

Diante dos dados, alinhada com os estudos de Silva (2021), o qual diz que as redes de ensino foram surpreendidas pela pandemia do novo coronavírus, e estão aprendendo a se reinventarem para fornecer conteúdos pedagógicos remotamente, no intuito de não deixar os estudantes desamparados. Não haveria forma mais coerente para tal resultado se não prestar assistências, suportes e orientações para seus funcionários. Assim como afirmado por Firmino (2020), que a relação entre a gestão institucional e os docentes precisa ser pautada em novas ferramentas e concepções.

Gráfico 3: Controle de jornada de trabalho



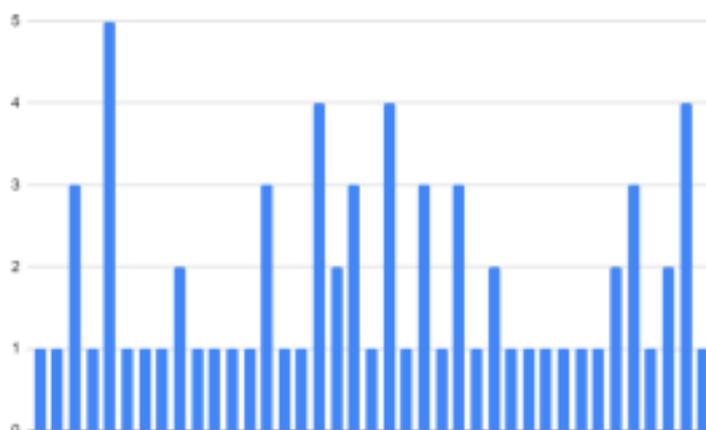
Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

No gráfico 3, observa-se que nem sempre os funcionários conseguiram administrar a jornada de trabalho, registrando uma porcentagem de 53,8% daqueles que tiveram dificuldade para administrar seu tempo de jornada trabalhada, outros 15,4% de fato não conseguiu controlar a jornada de jeito algum, e 30,8% afirmam que sim, conseguiram administrar sua jornada de trabalho durante o período de trabalho remoto. Além do alto índice de descontrole de jornada de trabalho, observou-se que 64,1% dos

colaboradores tinham um local adequado para desenvolver suas atividades, outros 35,9% responderam que não desfrutavam de um local tão adequado para desenvolver suas funções.

Diante dessas respostas, pode-se afirmar relevante quando Queiroga (2020), afirma que diversas dificuldades se mostraram em relação à organização dessa modalidade de trabalho, em meio a um contexto que causou abalo emocional atípico, de enorme receio pela propagação do vírus e, sobretudo, sem que os trabalhadores em geral tivessem a estrutura adequada para trabalhar em casa.

Gráfico 4: Redução de carga horária e salário



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

O gráfico 4 é uma amostra dos funcionários sobre o grau de satisfação com as reduções que as empresas tiveram que se submeter, seguindo as medidas provisórias estabelecidas pelo governo, que de maneira detalhada os colaboradores do colégio responderam que serviu como aprendizado para valorizar a vida. Outros, não tiveram reduções em suas remunerações e horários, e outros tiveram redução apenas na carga horária. Alguns tiveram que se reeducar financeiramente e tiveram que fazer o controle de gastos. Informaram ainda que a empresa se preocupou em manter o emprego de todos os colaboradores, tendo que se adequar às normas e programas do governo. Houve quem não se sentiu prejudicado, pois acreditava ser o melhor que a empresa poderia fazer naquele momento para seus empregados.

Já na Faculdade, um pequeno grupo respondeu que a redução salarial e carga horária foi um impacto nas finanças pessoais, mas que foi uma atitude necessária para evitar demissões. Porém, a maior parte da amostra respondeu que não se sentiram prejudicados, pois não houve reduções em suas remunerações e jornada de trabalho.

Questionados sobre quais foram as medidas adotadas pela empresa durante esse período de Pandemia, para continuar com seus funcionários sem permear demissões o colégio respondeu que:

“As relações trabalhistas profundamente alteradas, em caráter emergencial, por meio de mudanças no legislativo promovendo a flexibilização das leis trabalhistas



para manutenção dos empregos durante a Pandemia. Visando tais benefícios e com a preocupação em tentar manter os empregos de todos no colégio, aderimos a praticamente todas as alternativas propostas pelo governo federal aos empregadores e empregados, tais como home office, férias individuais e coletivas antecipadas, banco de horas negativo, licença remunerada, redução de jornada e de salário e suspensão do contrato de trabalho. Isso, claro, sempre acordado diretamente com o empregado e/ou com o sindicato da categoria”.

As mesmas medidas adotadas pelo colégio, aplicou-se à faculdade, porém com suas particularidades que foram a seguinte observação:

“Para o corpo docente, fizemos adesão apenas ao *home office*. As demais alternativas foram implantadas em todos os outros setores, como administrativo, manutenção, obras e vigias”.

Quando questionados se todo o setor na sua empresa trabalhou no período de isolamento em home office, obteve-se as informações que no colégio:

“Não, o setor de apoio (manutenção em geral) não ficou no home office, pois faz parte do grupo de pessoas que trabalham de forma presencial, afinal, esse setor é responsável pela limpeza e manutenção do prédio, para tanto precisaram trabalhar presencialmente na empresa. Os setores administrativo e dos docentes foram para o home office imediatamente. Nos meses de março/2020 e abril/2020 o administrativo ficou totalmente no home office, mas nos meses de maio e julho/2020 precisamos voltar às atividades pela demanda de atendimento ao público e fizemos rodízio com as equipes de forma que trabalhamos com o semipresencial. Em julho o setor administrativo retornou efetivamente de forma presencial para empresa. Enquanto os professores ficaram no home office com as aulas remotas desde o início do estado de calamidade, do período de março até o final de setembro/2020. Em outubro do mesmo ano, retornaram presencialmente com as aulas híbridas e em julho/2021 retornamos efetivamente com as aulas 100% presencialmente”.

Mais uma vez, as mesmas medidas foram adotadas para a Faculdade, quando se refere a forma de trabalho dos setores, mas com a seguinte observação:

“O corpo docente da faculdade ficou no home office com as aulas remotas desde o início do estado de calamidade, do período de março/2020 até o final de janeiro/2021.

Em fevereiro/2021 retornamos o semestre com as aulas híbridas e essa situação se estendeu até o mês de fevereiro/2022, quando efetivamente retornamos com as aulas 100% presencialmente. O que era de se esperar, pois segundo Moran, (2017), O híbrido seria um termo da convergência sistemática entre os ambientes virtuais e presenciais, que veio a calhar diante do contexto, pois estaria se mostrando como a estratégia mais viável pedagogicamente”.

Questionou-se as instituições sobre Segurança e Saúde no trabalho durante esse período, teve-se a seguinte resposta, onde foram aplicadas tanto no colégio quanto na faculdade:

“Para o retorno seguro, vindo de um formato híbrido, fechamos parceria com



o SESI/RN promovendo um plano de ação com treinamento para alguns membros da equipe com o objetivo de atender as solicitações governamentais no que diz respeito à saúde e biossegurança. Com isso, realizamos testes rápidos na equipe, medição de temperatura dos colaboradores nos acessos à empresa, disponibilizamos álcool em gel em todos os espaços da instituição reforçando ainda mais o processo de higienização, deixando o uso de máscara nas dependências das empresas de forma obrigatória e disponibilizamos as máscaras descartáveis e de tecido para todos os empregados”.

Quanto ao controle de jornada de trabalho, a resposta se aplicou as duas empresas do ramo educacional, colégio e faculdade:

“Para o controle da jornada dos empregados e visando a otimização dos processos aliados a tecnologia, aderimos um controle de ponto eletrônico online através de um aplicativo para smartphones, tablets e computadores”.

Verificou-se por meio da presente pesquisa que as empresas adotaram as medidas provisórias de acordo com a realidade e necessidade dos trabalhadores, mas também que atendessem às demandas das instituições, visto que necessitavam da manutenção das suas atividades acadêmicas e laborais, bem como, a continuidade do quadro de funcionários, buscando não permear demissões. Ademais, restou verificado que não houve resistência dos colaboradores em seguir as normas estabelecidas, visto que, em meio ao isolamento social, os empregados buscaram garantir os seus vínculos laborais ativos. Deste modo, entendemos que as MPs surtiram efeitos positivos na perspectiva de alinhar as necessidades emergenciais dos empregadores e empregados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações de trabalho têm como principal característica a presença das duas figuras centrais, o empregador e o empregado, sendo este considerado como a parte mais frágil da relação laboral. Assim, partindo desse íterim, o direito do trabalho foi lapidado para proteção da parte hipossuficiente, firmando no decorrer das décadas uma base considerada mais sólida para efetivação do vínculo empregatício.

Diante da Pandemia dada pelo Novo Coronavírus que acometeu todo o mundo, bem como, as relações laborais de todas as nacionalidades, se fez necessário para a legislação brasileira readaptar-se, com a criação e adequação de Normas Trabalhistas para garantir que não houvesse demissões coletivas em todas as empresas, diante da crise econômica gerada a partir de março de 2020 com a chegada da pandemia.

De acordo com a problemática da proteção à saúde e segurança, observou-se que houve o cumprimento das normas de Saúde e Segurança no Trabalho conforme evidências de dados coletados na presente pesquisa, tanto nas respostas dadas pelos trabalhadores quanto pelas empresas, que replicaram sobre as distribuições de equipamentos e informações relevantes para o cuidado pessoal naquele momento vivenciado.

O entrave encontrado pela pesquisadora se deu pela resistência dos funcionários



das instituições em responder ao formulário no período de coleta dos dados. Todavia, ainda sobre as dificuldades encontradas, notou-se que além das formas de trabalho adotadas, *home office* e semipresencial, as instituições necessitaram retornar com algumas equipes para o exercício presencial, tais como os colaboradores da limpeza, vigilância e atendimento. Tendo em vista a necessidade da empresa em dar continuidade às principais demandas de funcionamento da instituição, tais como setores de gestão, de atendimento ao público, apoio e segurança, ponderando assim, não haver a possibilidade de desenvolvimento de tais funções de forma remota. Dessa forma, identifica-se que o objetivo da pesquisa foi alcançado, esclarecendo as principais dificuldades encontradas por aqueles que trabalharam em formato diverso do presencial.

Assim, restou evidenciado que o estudo em tela conseguiu responder a sua problemática, de quais seriam os principais impactos que foram causados nas relações de trabalho no período de Pandemia do COVID-19 nas instituições de ensino privado na Cidade de Mossoró/RN, onde chegou-se ao entendimento que não houve grandes desgastes nas relações trabalhistas, pois através dos dados alcançados por meio da pesquisa não se observou atritos, desacordos nem controversas. No entanto, constatou-se impactos nas adaptações ao novo modelo de trabalho de forma remota, pois realizou-se remanejamentos de horários, funções, concessão de férias coletivas, suspensão temporária do contrato de trabalho, saindo assim, totalmente da programação corriqueira administrativa e empregatícia das entidades.

Portanto, a contribuição deixada pela presente pesquisa se destinou aos gestores das Instituições de Ensino na afirmação de que para a efetivação de uma boa administração, se faz necessário a atuação pensada e elaborada através de técnicas, coerência e análise do caso concreto, como feito durante o período de pandemia nas empresas analisadas junto aos seus funcionários. Ressaltando a importância da aplicação da lei de forma justa, sem ferir a balança da relação de trabalho, prezando pela manutenção dos empregos, sem esquecer da proteção da parte hipossuficiente do vínculo laboral, que é o empregado.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, **Especialistas recomendam que gestantes não voltem ao trabalho presencial, mesmo imunizadas**. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/785034-especialistas-recomendam-que-gestantes-nao-voltem-ao-trabalho-presencial-mesmo-imunizadas>. Acesso em: 04 de junho 2022.

ALEVATO, Hilda. Tecnoestresse: entre o fascínio e o sofrimento. **Boletim Técnico do Senac: a revista da educação profissional**. Rio de Janeiro, v.35, n.3, p. 60-75, dez. 2009.

AQUINO, Estela M. L. *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de Covid-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 1, p. 2.423-2.446, mar. 2020.



ARRUDA REIS, Sebastiana Lindaura; BELLINI, Marta. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 33, n. 2, p. 149-159, 2011.

ASSIS, Denise. **Home Office promete ser um dos principais legados da pandemia do coronavírus**. In: AUGUSTO, Cristiane B.; SANTOS, Rogério D. Pandemia e pandemônio no Brasil. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020, p. 206-218.

AVELINO, Wagner F.; MENDES, Jessica G. A realidade da educação brasileira a partir da Covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v.2, n.5, 2020. Disponível em: <https://revista.ufrn.br/boca/article/view/AvelinoMendes>. Acesso em: 4 abr 2022.

BALDUINO, ROBSON ROBERTO; PEREIRA, TATIANA APARECIDA. **Avaliação da segurança das vacinas contra covid-19**. 2021.

BARBOSA, Sílvia Tibo Barbosa; Leonardo Tibo Barbosa. **Redução de jornada e salário e suspensão do contrato de trabalho por acordo individual no contexto da pandemia da Covid-19**, 2020.

BELUSSO, Roniele. **Paisagens do Atendimento Educacional Especializado**. Dissertação (Mestrado) Universidade de Caxias do Sul, UCS: Caxias, 2017.

BERNARDO, Kelen A. S.; MAIA, Fernanda L.; BRIDI, Maria A. **As configurações do trabalho remoto da categoria docente no contexto da pandemia Covid-19**. *Novos Rumos Sociológicos, Pelotas*, v.8, n.14, p.8-39, dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CPN n. 5/2020, de 28 de abril de 2020**. Reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da Covid-19. Brasília: Ministério da Educação, 2020c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376> acesso em 4 abr 2022.

BRASIL. Portaria n. 343, de 17 de março de 2020. **Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - covid-19**. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa da União: seção 1, 23, 2020.

Brasília, DF, Edição 53, p. 39, 2020a. disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376> acesso em 4 abr 2022.

BRASIL. Portaria n. 345, de 19 de março de 2020. **Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020**. Diário Oficial da República Federativa da União: seção 1,



Brasília, DF, p. 1, 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376> acesso em 4 abr 2022,

CARNEIRO, Caroline *et al.* Avaliação docente como mecanismo de desenvolvimento da gestão acadêmica em instituições de Ensino Superior privadas. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, Florianópolis, v.11, n. 3, set./dez. 2018.

CARVALHO, Genyvana Criscya Garcia Carvalho Garcia; DE ALMEIDA MORAIS, Ivonalda Brito; BRITO, Maria do Carmo Amaral. Os desafios da gestão educacional em tempos de pandemia da covid-19. **Revista da Sociedade Sul-Americana de Desenvolvimento**, v. 6, n. 18, pág. 191, 2020.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de novembro. **Carta Conjunt. (Inst. Pesqui. Econ. Apl.)**, p. 1-18, 2021.

CUERVO, Luciane da Costa. Musicalidade da performance na cultura digital: **estudo exploratório-descritivo sob uma perspectiva interdisciplinar**. 2016.

FARIA, Valeska Silva. **Home Office e sua percepção na Engenharia de Segurança do Trabalho**. 2021.

FERNANDES, Michael dos Santos *et al.* **Ferramentas utilizadas para a implementação do Home Office nas empresas**. 2022.

FIRMINO, Mariana de Araújo Roncato. Os desafios do gestor escolar em tempos de aprendizagem remota. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v.13, n. 1 (1 sem. 2020).

GÓES, Geraldo Sandoval; MARTINS, Felipe dos Santos; NASCIMENTO, José Antônio Sena do. Potencial de teletrabalho na pandemia: um retrato no Brasil e no mundo. **Carta Conjunt. (Inst. Pesqui. Econ. Apl.)**, p. 1-10, 2020.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 1994. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rimar/article/view/26692/14330>. Acesso em 13 de maio de 2022.

MENDES, Ana Magnólia *et al.* **Trabalho e saúde: o sujeito entre emancipação e servidão**. Curitiba: Juruá, p. 26-39, 2008.

MORAN, Jose. Metodologias ativas e modelos híbridos na educação. **Novas Tecnologias Digitais: Reflexões sobre mediação, aprendizagem e desenvolvimento**. Curitiba: CRV, p. 23-35, 2017.

NICOLINI, C.; MEDEIROS, K. E. G. Percepções e narrativas de estudantes da



educação básica de Goiás sobre o ensino remoto emergencial. In: encontro nacional perspectivas do ensino de história - perspectivas web 2020, 11, 2020, Ponta Grossa. **Anais [...]**. Ponta Grossa: ABEH, 2020. p.1-13.

LIMA, Nísia Trindade; BUSS, Paulo Marchiori; PAES-SOUSA, Rômulo. A pandemia de COVID-19: uma crise sanitária e humanitária. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00177020, 2020.

QUEIROGA, Fabiana. **Orientações para o home office durante a pandemia da COVID 19**. Artmed Editora, 2020.

SILVA, Thaise Teixeira da. **Qualidade de vida no trabalho remoto dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral-TRE/RN no contexto da pandemia de Covid-19**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SOUZA, Diego O. **As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19**. 2020.

SOUZA, Katia R. *et al.* Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, p. e 00309141, jan. 2021.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, v.31, n.61, p.21-44,2017.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.



ESTRATÉGIA EMPRESARIAL NUMA EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES DIANTE DA PANDEMIA COVID-19

Caio Victor Maia da Costa

Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
E-mail: caio.costa@aluno.catolicadorn.com.br

Rodrigo Lima Rebouças,

Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
E-mail: rodrigo.reboucas@aluno.catolicadorn.com.br

Jane Elly Nunes da Costa Lima

Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
E-mail: jane.ellync@gmail.com

Natália Queiroz da Silva Oliveira

Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
E-mail: natalia.oliveira@professor.catolicadorn.com.br

Wendy Karla Medeiros de Souza Bezerra

Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
E-mail: wendy.bezerra@gmail.com

RESUMO

A pandemia de COVID-19 trouxe consigo mudanças irreversíveis para a sociedade, economia e negócios. No âmbito tecnológico, as transformações foram aceleradas e hoje muitas empresas conseguem sobreviver e até crescer num cenário de incertezas e instabilidade. Neste contexto, o presente trabalho pretende apresentar as estratégias de sobrevivência de uma empresa de manutenção de computadores diante da pandemia da COVID-19 localizada em Mossoró-RN, que conseguiu passar pela pandemia ilesa às mudanças no contexto social e econômico mesmo sendo dirigida por um profissional sem formação gerencial. O trabalho é estudo de caso que demonstrou como principais resultados que a empresa se adequou mesmo sem entender que reformulou as próprias estratégias, sem realizar treinamentos de seus funcionários e sem utilizar de ferramentas para melhorias de controle e relacionamento com os clientes.

Palavras-chave: Estratégia empresarial. Informática. Pandemia.

1 INTRODUÇÃO

Empresas de todos os tamanhos, no mundo inteiro, enfrentam as consequências devastadoras da pandemia provocada pelo COVID-19, designação dada pela OMS –



Organização Mundial de Saúde para o novo vírus. A pandemia foi declarada formalmente em 11 de março de 2020 e desde então na tentativa de conter o espalhamento do vírus, várias medidas sanitárias tiveram que ser adotadas. Uma delas sendo o isolamento social, que trouxe sérias implicações para empresas que, por sua vez, tiveram brusca redução da procura pelos serviços prestados.

Este trabalho tem como objetivo geral expor como funciona e qual foi a estratégia de sobrevivência de uma empresa de manutenção de computadores diante da pandemia da COVID-19. Para alcançar este objetivo, foram feitas pesquisas bibliográficas relacionadas a esse assunto e estudo de caso numa empresa do ramo com o intuito de entender como a empresa sobreviveu durante a pandemia.

Outro requisito bastante utilizado foram as medidas de segurança, não só todos da empresa utilizavam máscaras e álcool como atendia apenas 2 pessoas por vez, controlando o fluxo de pessoas. Todos deviam estar com o uso de máscara descartável e após a entrada na empresa passavam álcool em gel.

Segundo dados do Sebrae (2020) e da consultoria IDC Brasil (2021) a pandemia da COVID-19 mudou o funcionamento de 5,3 milhões de empresas no Brasil, onde 600 mil micros e pequenos empreendedores fecharam as portas, que equivale a 31% do total de empresas no Brasil, nesse meio tempo, o número de computadores vendidos no país, no 1º trimestre de 2020 foi de 1,47 milhões de unidades, 16% a mais do que o ano anterior (2019). Nesse período, 10,1 milhões de empresas que é o equivalente a 58,9% interromperam o funcionamento temporariamente e 9 milhões de funcionários foram demitidos por razões econômicas causadas pela catástrofe saúde-ambiental.

Pelas pesquisas, ainda realizadas pelo Sebrae e a IDC Brasil, das empresas que continuaram funcionando durante a pandemia, 41,9% funcionava na base do atendimento online, 30% buscavam empréstimos para manter os seus respectivos negócios abertos, 41,2% trabalhavam com horário reduzido e 21,6% via remoto que por sua vez fez com que o e-commerce subisse na porcentagem de venda de cadeiras e escrivaninhas para 142% e 125% respectivamente. Durante a paralisação geral, muitas empresas precisam se renovar e se adaptar para manter-se abertas, então, 15,3% adotam o rodízio de funcionários para evitar denúncias, fechamentos, propagação da doença e manter os empregados na ativa com segurança, sendo assim, a quantidade de venda de videogames subiu para 412% e a de TVs foi para 248%.

Diante dos dados descritos surge a pergunta que irá conduzir este trabalho: **Quais foram as estratégias primordiais utilizadas pela empresa do ramo de informática, da cidade de Mossoró-RN para manter-se funcionando sem a necessidade de encerrar suas atividades durante a pandemia da COVID-19?**

Para Lopes Cavalcante (2012, p. 3) “A capacidade de prever as consequências em meio a uma mudança de cenário possibilita uma melhor tomada de decisão do gestor, consequentemente melhor preparo e resiliência para as organizações”. Ou seja, diante do cenário formado, milhares de empresas precisaram recorrer a novas estratégias de atuação e modelos de prestação de serviços que evitassem a insolvência dos negócios e consequente fechamento. Do mesmo modo, tratando-se do ramo de suporte em manutenção de equipamento eletrônico, as organizações tiveram que reestruturar as estratégias para atender a demanda que se formou durante o período pandêmico.



Diante do exposto, tem-se a importância do tema em estudo. Embora dados comprovem que muitas empresas fecharam suas portas, o ramo de tecnologia da informação foi impactado de forma diferente por conta da dinâmica do mercado consumidor e da cadeia de suprimentos. Isso não foi diferente em empresas de manutenção de computadores e por isso o foco da pesquisa foi numa empresa em Mossoró-RN.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: introdução seguido do referencial teórico. Após a revisão bibliográfica, segue a metodologia que descreve como a pesquisa foi realizada. A seção seguinte apresenta os resultados do estudo de caso e em seguida as considerações finais. Por último são apresentadas as referências que ajudaram na construção do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PANDEMIA E *HOME-OFFICE*

A pandemia trouxe consigo uma devastadora crise, socialmente, economicamente, emocionalmente. Segundo os estudos feitos pela Fundação Instituto de Administração (FIA), 46% das empresas adotaram a estratégia do trabalho em casa. *Home office* significa que o trabalho é exercido em casa. Não se tem ninguém relacionado ao trabalho ao seu lado. Está conectado por Internet à sua empresa ou ao seu órgão público, com ou sem imagem, e, na mesma facilidade de comunicação presencial, fala com todos como se estivessem ali.

Com pesquisas feitas por Jack Nilles, Segundo Souza (2005, p.5): Em 1973, utilizando os meios tecnológicos e para diminuir o tempo gasto no transporte dos trabalhadores até as empresas, desenvolveu seu primeiro projeto de Teletrabalho (organização de 30 funcionários de uma empresa privada). E ficou conhecido como o Pai do Teletrabalho. Segundo Nilles (1997), o *Home Office* permite movimentar o trabalho para os trabalhadores, ao invés de mover os trabalhadores para o trabalho.

Para Schirigatti e Kasprzak (2007, p. 31) este é um conceito de trabalho “conhecido pela sigla SOHO, do inglês Small Office and *Home Office* ou *Single Office/Home Office* que, traduzido, significa escritório em casa [...]”.

Ainda segundo Schirigatti e Kasprzak (2007), o *Home Office* permite que o profissional desempenhe suas funções trabalhistas compartilhando a infraestrutura de seu ambiente doméstico. No entanto, essa nova maneira de gestão por vezes disponibilizada pelas corporações, exige do colaborador distintas responsabilidades como gestão de tempo, meios de comunicação e disciplina.

Para Alves (2008) o trabalho, a partir da teoria sociológica, é um espaço que favorece as relações sociais, ou seja, é neste campo que o profissional investe uma generosa atenção, pois é no trabalho que os profissionais despendem a maior parte do tempo de sua vida.

O *home office* oferece ao usuário uma flexibilidade enorme com jornada de trabalho, sem falar que virou uma tendência nos últimos tempos. Com o surgimento da modalidade do *Home Office*, Segundo Schirigatti e Kasprzak, (2007), o *Home Office*,



teletrabalho ou escritório em casa pode enquadrar-se em um modelo de trabalho flexível, capaz de descrever e abordar todas as práticas executadas em um escritório e de um ambiente de trabalho, dentro da própria casa do indivíduo. Por conta dos nomes dados a esse tipo de trabalho, para Barros e Silva (2010) podem ser classificados como teletrabalhadores os que exercem o *Home Office* tanto empregados quanto autônomos.

Entretanto, ainda segundo Schirigatti e Kasprzak (2007) há uma diferença entre teletrabalho e o *Home Office*, o primeiro como sendo um profissional subordinado a uma estrutura organizacional empresarial externa que recebe equipamentos necessários para a realização das atividades apresentadas. No entanto, não é este o objetivo do decorrente trabalho.

2.2 SERVIÇO

O serviço é feito por conta de dois seres que estão inseridos no meio do trabalho, os prestados e o receptor e que de algum jeito, todos são beneficiados. Kotler (1998, p. 412) define serviços como: “todo o ato que oferece de uma parte à outra algo intangível e sem propriedade de nada”. Ainda segundo Kotler (1998, p. 412) a característica principal dos serviços é sua intangibilidade. Machado, et al (2006) retrata que os serviços são atividades que acabam por serem destinadas de forma direta ou indireta buscando a satisfação das necessidades humanas.

Além da figura da intangibilidade, verifica-se que as atividades de serviços são possuidoras de outras especificidades, principalmente quando passam a ser comparadas às atividades envolvendo manufatura, isto é, a produção e consumo de forma simultânea, sendo necessária que ocorra a participação do cliente no processo tanto da prestação de serviço como da própria heterogeneidade. Estas implicações se direcionam para a gestão de processos de prestação de serviços (GIANESI; CORRÊA, 1994).

Os serviços visam também criar um relacionamento com os clientes e prestadores do serviço. Na primeira característica, o cliente não avalia apenas a figura do resultado do serviço, mas acaba por se direcionar a cada etapa que vem a compor o seu processo, isto é, as etapas que o cliente se encontra em contato com a prestadora de serviço (CORRÊA; CAON, 2002). Segundo GIANESI e CORRÊA (1994) a segunda característica, se fundamenta na participação do cliente no processo de prestação de serviço, vindo a se referir ao fato de que o cliente é quem acaba por disparar a ordem de serviço. Machado *et al* (2006), afirma que a terceira característica é que o resultado representa a forma pela que vem a se estabelecer a prestação de serviço, sendo que este se modifica sempre que envolver clientes e funcionários diferentes, se materializando em dias e também situações diferentes, dependendo, deste modo, sempre da interface entre cliente-fornecedor

Já GIANESI e CORRÊA, (1994) acham importante salientar que quanto maior for a intensidade do cliente com os prestadores de serviço, conseqüentemente mais difícil será o controle dos resultados em relação a tais funcionários, a não ser que seja feito por meio de reclamações de clientes. O serviço é produzido e consumido ao mesmo tempo, não sendo possível uma avaliação antes da compra, sendo apenas possível sua avaliação



no decorrer do processo ou ainda após o seu fim, momento em que ocorre o conhecimento do seu resultado.

Por esse motivo, segundo JOHNSTON e CLARK (2002), sendo o serviço um bem intangível, a expectativa do cliente passa a se tornar algo importante em relação a avaliação da qualidade do serviço, bem como, a sua percepção e consequente comunicação, que são estabelecidas durante o processo de prestação do serviço

De acordo com Giansesi e Corrêa (1994), normalmente, os momentos iniciais e os finais de todo o ciclo que envolve a prestação de serviços, não são considerados como os únicos, variando sempre de prestação de serviço para prestação de serviço.

2.3 ESTRATÉGIAS DE SERVIÇO

Durante o momento em que o mundo vivenciou o auge pandêmico, todos precisaram se reinventar para se manter no mercado, não só em produtos, mas também em estratégias e nos serviços. De acordo com Kotler *et al.* (2017), o novo tipo de consumidor se distingue de outros mercados pela sua forte tendência à mobilidade. Para esses consumidores tudo deve ser instantâneo e poupar tempo dado a dinâmica de sua rotina. Ainda para Kotler *et al.* (2017), apesar de conectados e versados na internet, ainda mantêm o costume de experimentar as coisas fisicamente sempre que possível, e quando não é, pesquisam online rapidamente para tomar uma decisão quanto à compra do bem.

Porter (2005) define a estratégia como um conjunto de ações ofensivas ou defensivas para criar uma posição defensável numa indústria, para enfrentar com sucesso as forças competitivas e, assim, obter um retorno maior sobre o investimento. Ainda Porter (2005) enfatiza que, administração estratégica visa o futuro de forma estruturada sistêmica e intuitiva, consolida um conjunto de princípios, normas e funções para alavancar, harmoniosamente, o processo de planejamento da situação futura desejada das organizações como um todo e seu posterior controle perante os fatores externos.

Em contrapartida, Oliveira (2013, p.03) conceitua competitividade como a capacidade da organização atingir resultados melhores e mais rapidamente, com isso, vem benefícios que foram adquiridos ao longo dos anos. É importante analisar fatores internos e externos. Ainda com Oliveira (2013), ele afirma que a atuação da gestão estratégica, deve ser orientada no sentido de acompanhar o reflexo das mudanças, prevendo sua ocorrência e adotando, tempestivamente, as medidas preventivas necessárias, por meio de um processo dinâmico e integrado de planejamento estratégico.

Na gestão, existem alguns pilares segundo alguns autores, sendo três. O primeiro trata-se da sistematização do planejamento estratégico, o segundo, o estabelecimento da prospectiva estratégica, o terceiro, a institucionalização da inteligência competitiva (SCHWARTZ, 2006; PORTER, 2005; COELHO, 1999; MILLER, 2002; OLIVEIRA, 2013).

Segundo Porter (2005). A opção pela estratégia competitiva de diferenciação faz com que a empresa queira fazer mais investimentos com tecnologia, distribuição, assistência técnica, imagem, pesquisa e desenvolvimento, RH e pesquisa de mercado com qualidade. O intuito é a empresa se especializar em nichos específicos para atender ao público alvo.



Ainda Porter (2005), indica cinco forças que são determinantes para a competição de uma organização, sendo elas: ameaça de novos entrantes, pressão de produtos substitutos, poder de negociação dos compradores, poder de negociação dos fornecedores e rivalidade entre concorrentes, que são discutidos detalhadamente a seguir. Para Porter (2005) “enumerar algumas características que fazem um bom competidor. Segundo ele, uma empresa competitivamente madura compreende as regras, faz suposições realistas, pode apoiar a estrutura da indústria se investir no desenvolvimento do seu próprio produto”. Aquela empresa que consegue ver os próprios problemas, é na verdade uma ótima concorrente.

Mintzberg, et al, (2006, p. 24) ressalta e destaca que “as estratégias têm duas características essenciais: São criadas antes das ações às quais vão se aplicar e são desenvolvidas consciente e propositalmente”.

2.4 ATENDIMENTO

Para o mercado competitivo, é de suma importância que haja um ótimo atendimento por parte das empresas, durante a pandemia, esse fator, foi um grande diferencial, a busca por manter a qualidade e segurança, foi imensa.

Para Kotler e Armstrong (2003, p. 475) “Atrair e reter clientes pode ser uma tarefa difícil. Hoje, os clientes têm à sua disposição uma grande variedade de escolhas de produtos e marcas, preços e fornecedores”. Em vista disto, o tema Qualidade do atendimento ao cliente é de suma importância para o crescimento de uma organização, pois por meio de um bom atendimento é que as empresas valorizam a sua imagem, atraem e retêm clientes.

Segundo Chiavenato (2007, p. 216): “o cliente é imprescindível para a empresa se manter no mercado e o atendimento ao cliente é um dos aspectos de maior importância do negócio”. Para Kotler (2000, p. 78) “Se as empresas quiserem continuar no páreo, e apresentando lucros, terão que adotar a Gestão da Qualidade Total”, pois, a Qualidade Total busca vencer a concorrência, valoriza a imagem da empresa no mercado, aumenta o nível de confiança dos consumidores e promove cada vez mais a qualidade do que produzem.

Com isso, para Kotler, Hayes e Bloom (2002, p. 58): “Todo mundo gosta de ser tratado como alguém importante. A capacidade de fazer cada cliente se sentir especial e importante constitui o ponto crucial para estabelecer empatia”. A principal função do atendente é representar a organização junto aos clientes, fornecendo informações, esclarecendo dúvidas, solucionando problemas, enfim, dispensar um tratamento que gere satisfação, segurança e tranquilidade ao cliente.

De acordo com Kotler (2000, p. 56) as empresas estão enfrentando uma concorrência jamais vista, ressalta que para as empresas retenham clientes e superarem a concorrência, precisam realizar um melhor trabalho de atendimento e satisfação das necessidades dos clientes. Ainda na concepção de Kotler (2000, p. 58) “A satisfação consiste na sensação, de prazer ou desapontamento, comparada ao desempenho percebido de um produto em relação às expectativas daquele que compra”



Para Cobra (1997, p. 16) “Manter os clientes satisfeitos não basta, ou seja, não se mantêm clientes apenas satisfeitos. É preciso encantá-los, ou melhor, é preciso surpreendê-los”. A forma de tratamento perante o cliente, determina o que acontecerá no futuro.

Quando uma empresa mostra grande interesse em manter seus funcionários satisfeitos com o trabalho, os mesmos se mostram mais capazes de fazer dos clientes pessoas mais importantes e satisfeitas com o atendimento e serviço prestado, pode-se até mesmo surgir novas oportunidades para as três partes envolvidas como a fidelização. Kotler e Keller, (2006, p.144) afirmam que se a empresa alinhar os conceitos do bom atendimento, uma comunicação clara e com qualidade, o cliente estará satisfeito.

A fim de identificar os problemas no atendimento ao cliente e na fidelização dos consumidores, outra ferramenta da administração que pode auxiliar a gestão de atendimento é a chamada matriz SWOT (FAGUNDES, 2010). Ainda para Fagundes, (2010), o modelo da matriz SWOT, surgiu na década de 1960, em várias discussões entre administradores, que começaram a focar a compatibilidade entre as Forças e Fraquezas de uma organização, sua competência específica e as oportunidades e ameaças.

No conceito de Oliveira, (2013, p. 321) os pontos da matriz SWOT são definidos da seguinte forma:

- a) Ponto forte é a diferenciação conseguida pela empresa – variável controlável – que lhe proporciona uma vantagem operacional no ambiente empresarial (onde estão os assuntos não controláveis pela empresa).
 - b) Ponto Fraco é a situação inadequada da empresa – variável controlável – que lhe proporciona uma desvantagem operacional no ambiente empresarial.
 - c) Oportunidade é a força ambiental incontrolável pela empresa, que pode favorecer sua ação estratégica, desde que conhecida e aproveitada, satisfatoriamente, enquanto perdura.
 - d) Ameaça é a força ambiental incontrolável pela empresa, que cria obstáculos à sua ação estratégica, mas que poderá ou não ser evitada, desde que reconhecida em tempo hábil.
- As ferramentas da administração servem como linha mestra na utilização dos conceitos e na construção de estratégias de gerenciamento do atendimento empresarial.

Kuazaqui, (2016), definiu a matriz SWOT (*Strength, Weakness, Opportunity e Threat*) ou análise FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) como uma ferramenta que, a partir da análise dos resultados da empresa, possibilita o diagnóstico e a análise de panoramas que servem como referência para o planejamento estratégico de uma empresa e sua gestão.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com a pesquisa feita diretamente na empresa em questão, no período pandêmico da COVID-19 a empresa de manutenção de computadores, reduziu o quadro de funcionários na organização, deixando os técnicos externos em casa, onde trabalharam acessando remotamente os clientes de casa, para reduzir na empresa o fluxo de movimentação de pessoas. Assim, foram atendidos todos os clientes que necessitavam



desse tipo de trabalho. Para isso, foi utilizado plataformas de fácil acesso, Teamview e One Desk.

Em relação aos setores dentro da empresa, a equipe técnica foi distanciada uma da outra dentro das salas, reduzindo o espaço de trabalho de cada um para manter o distanciamento, foi reduzido o número de pessoas que trabalharam na recepção, foi deixado apenas 2 pessoas fixas, uma com o papel financeiro, que controlava a entrada e saída de valores, mantendo sempre o caixa certo, e outra fazendo o recebimento e entregas de equipamento dos clientes, mantendo a empresa sempre com mínimo de fluxo de pessoas possível.

O método utilizado nesta pesquisa possui caráter qualitativo descritivo com foco no objetivo analisado. O estudo busca compreender o comportamento de uma empresa de manutenção de computadores na cidade de Mossoró-RN durante a pandemia da COVID-19. Sobre pesquisa qualitativa, Richardson (1999, p. 102) destaca que,

"O objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno".

O instrumento de pesquisa utilizado neste trabalho foi um questionário de pesquisa com 9 (nove) questões abertas que conduziram a entrevista realizada com o proprietário da empresa de manutenção de computadores com o intuito de saber como foi o funcionamento dos setores, compreender melhor como funcionam os serviços e as estratégias utilizadas durante a pandemia da COVID-19. Também foi utilizada a observação direta pelos pesquisadores que trabalham na empresa em estudo e puderam coletar informações importantes para a pesquisa de campo.

Este trabalho pode ser caracterizado como um estudo de caso já que de acordo com Yin (2001) o estudo de caso investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto na vida real, especialmente quando os limites entre fenômeno e contexto não são evidentemente claros.

A empresa atua no mercado há mais de 25 (vinte e cinco) anos, na cidade de Mossoró-RN, no ramo da informática e tecnologia. A mesma vem proporcionando aos clientes boas experiências de mercado e bons serviços prestados, possuindo 2 (dois) sócios, e conta com um número de 11 (onze) funcionários no total e 2 (dois) estagiários, sendo 2 (dois) na parte de atendimento, 1 (um) tem um papel importante no financeiro, 6 (seis) estão na parte técnica, 3 (três) na parte técnica relacionado a visitas e 1 (um) na limpeza.

4 RESULTADOS DO ESTUDO DE CASO

4.1 SERVIÇOS PRESTADOS

A organização estudada, trabalha com o conserto de equipamentos eletrônicos relacionados a computadores. De acordo com a entrevista realizada com o proprietário e



também por meio da observação direta, o serviço prestado precisa de velocidade, concentração por parte dos colaboradores e foco para que não haja erros e o cliente fique satisfeito.

O empresário foi perguntado sobre quais são os serviços prestados na organização, respondendo “Reparo em equipamentos de informática em geral, instalação e configuração de rede de computadores e servidores”.

4.2 CRONOGRAMA DE CAPACITAÇÃO

Embora a empresa trabalhe com tecnologia e prestação de serviços, quando o empresário foi perguntado sobre o cronograma de capacitação de seus funcionários ele respondeu que não há treinamento. Isso pode indicar duas situações: que os funcionários já são autodidatas e não precisam de atualização técnica ou que os serviços prestados são simples e não precisam de aprofundamento técnico por parte de seus prestadores.

Outro ponto importante a ser mencionado é que a empresa em estudo tem um quadro de funcionários com mais de 8 anos de experiência cada um, sendo assim, a adequação exigida foi durante a pandemia por conta de algumas mudanças do cenário na época, não exigindo assim treinamento técnico. A segurança no trabalho foi de grande importância, todos precisaram manter-se com uma certa distância dentro do local de trabalho com as devidas precauções, assim como também os clientes precisaram adequar-se às novas normas de ofertas do serviço.

4.3 PROCESSOS DE ATENDIMENTO

Com relação ao processo de atendimento, o empresário informou que durante o auge do período pandêmico, recursos e normas foram utilizadas para manter o padrão de atendimento e qualidade do serviço. De acordo com a pesquisa bibliográfica realizada, a empresa deve alinhar os conceitos do bom atendimento, uma comunicação clara e com qualidade e assim o cliente estará satisfeito (KOTLER; KELLER, 2006).

Os serviços eram prestados remotamente ou presencialmente quando necessário. A equipe de funcionários trabalha em *Home Office* que segundo Schirigatti e Kasprzak (2007) permite que o profissional desempenhe suas funções trabalhistas compartilhando a infraestrutura de seu ambiente doméstico.

O fluxo de trabalho foi estruturado de modo que os funcionários ficassem de prontidão em casa, saindo somente quando preciso já que a maioria dos problemas dos clientes só podiam ser solucionados presencialmente.

4.4 PONTOS FORTES E FRACOS NA PANDEMIA

Durante o auge pandêmico, as pessoas estavam isoladas socialmente, assim, as empresas precisavam se reinventar e adaptar seus processos, serviços e produtos ao novo cenário mundial. A dinâmica do comportamento do consumidor já passava por mudanças mesmo antes da pandemia, como afirmam Kotler *et al.* (2017), que os clientes atuais



tendem a consumir de maneira instantânea e poupando tempo dado a dinâmica de sua rotina.

A empresa se adaptou a norma exigida pelo governo para a segurança de ambas as partes (colaboradores e clientes), foi uma estratégia utilizada para manter o funcionamento da empresa no período pandêmico, os funcionários externos faziam os trabalhos de suas casas, salvo, se o problema no cliente fosse sério e de difícil solução, que na verdade foi a maioria dos casos.

4.5 HOME-OFFICE

Com a pandemia, a procura por serviços de referência à informática teve um aumento considerável por conta da tendência das pessoas trabalharem em casa: *home office*.

Durante a pandemia, a maioria dos serviços eram prestados presencialmente, embora os clientes estivessem em sua grande parte de *home office*, ou seja, grande número de pessoas estudando em casa ou trabalhando. Nesse período, a procura pelos serviços teve um grande aumento já que as pessoas durante essa época passaram a usar mais os seus respectivos aparelhos eletrônicos pessoais.

4.6 RELACIONAMENTO COM CLIENTES

Nenhuma empresa sobrevive sem o seu respectivo público de consumidores, por isso, a boa relação com os clientes é de suma importância. Segundo Chiavenato (2007, p. 216): “o cliente é imprescindível para a empresa se manter no mercado e o atendimento ao cliente é um dos aspectos de maior importância do negócio”.

A empresa presta serviço presencial e por meio online, os clientes recebem ajuda com os seus equipamentos através de perguntas sobre os mesmos para poder conseguir ser identificado os problemas, de uma forma simples, a empresa recebe os equipamentos que são cadastrados em um sistema próprio, é passado o orçamento após verificação do equipamento e por fim o cliente vai até a empresa pegar a sua respectiva máquina.

4.7 ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS UTILIZADAS DURANTE A PANDEMIA

Para manter a fidelidade do cliente, é ideal para uma organização prestar um bom atendimento e serviço. Para Cobra (1997, p. 16) “Manter os clientes satisfeitos não basta, ou seja, não se mantêm clientes apenas satisfeitos. É preciso encantá-los, ou melhor, é preciso surpreendê-los”. A forma de tratamento perante o cliente, determina o que acontecerá no futuro.

Por se tratar de um sistema de atendimento simples que o cliente fala qual o problema do equipamento, é feito um cadastro do cliente e do equipamento, acredita-se que o que já é feito é o suficiente já que não causa problemas para nenhum dos lados.



4.8 FERRAMENTAS DE ANÁLISE

A fim de identificar os problemas no atendimento ao cliente e na fidelização dos consumidores, outra ferramenta da administração que pode auxiliar a gestão de atendimento é a chamada matriz SWOT (FAGUNDES, 2010). É de grande importância o uso de ferramentas por parte das empresas, ajuda a encontrar problemas, assim como evitar outros e conseguir soluções para os devidos erros.

A empresa analisada, não utiliza ferramentas de análise como SWOT ou CRM, pois acredita que não foram necessárias novas formas de abordar e atender clientes. Acreditam que não precisam mudar o que já está bom, mesmo que isso traga ou não algum benefício para a organização. Outro ponto que vale citar é que os sócios possuem formação administrativa e nem financeira, logo, não possuem um grande conhecimento destas ferramentas. Conhecendo a importância dessa ferramenta para gestão dos resultados, propõe-se que a organização implemente-a em seu processo gerencial.

4.9 ESTRATÉGIAS NA PANDEMIA

Quando foi perguntado sobre estratégias que a empresa utilizou para se manter na pandemia, o empresário afirmou que

Em meio à crise pandêmica, as empresas precisam se reestruturar para uma melhor adaptação de cenário. Para Lopes Cavalcante (2012, p. 3) “A capacidade de prever as consequências em meio a uma mudança de cenário possibilita uma melhor tomada de decisão do gestor, consequentemente melhor preparo e resiliência para as organizações”

Oliveira (2013), afirma que a atuação da gestão estratégica, deve ser orientada no sentido de acompanhar o reflexo das mudanças, prevenindo sua ocorrência e adotando, tempestivamente, as medidas preventivas necessárias, por meio de um processo dinâmico e integrado de planejamento estratégico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia trouxe consigo inúmeras mudanças no funcionamento das organizações, que precisam reestruturar suas estratégias e processos e também no comportamento dos consumidores que tiveram que adequar seu trabalho, costumes e vida social às recomendações governamentais que garantiram e garantem a segurança da saúde de todos. Ainda é difícil mensurar quais alterações serão definitivas, mas sabe-se que hoje é possível fornecer serviços à distância e trabalhar em casa sem que isso comprometa a produtividade das organizações e seus trabalhadores.

O que já se sentiu e viu é que a pandemia impulsionou o *home-office* e isso trouxe a necessidade de maior suporte na área de informática o que pode explicar a estabilidade ou crescimento do setor no Brasil em detrimento de outros ramos que tiveram forte impacto negativo com este cenário como é o caso do entretenimento.

Diante deste contexto, o presente trabalho teve como objetivo descrever as estratégias de sobrevivência de uma empresa de manutenção de computadores diante da pandemia da COVID-19. Para tanto, foi realizado um estudo de caso com entrevista e



observação direta realizada pelos autores. Também foi realizada pesquisa bibliográfica que embasou e fundamentou o estudo.

Os principais resultados do estudo de caso direcionam para o cenário de que a empresa pesquisada, embora sendo dirigida por um empresário que não possui formação acadêmica em gestão, teve que adequar suas estratégias para garantir a sobrevivência do negócio nesse período pandêmico. O estudo de caso mostrou que a empresa não entende que reformulou suas estratégias, pois não realizou treinamento com seus funcionários e nem utilizou ferramentas de melhoria e controle do relacionamento com os clientes, porém, mesmo que empiricamente, transformou seus processos de atendimento e prestação de serviços para garantir a segurança dos colaboradores e clientes que eram atendidos remotamente no auge da pandemia. Um dos pontos importantes que o estudo de caso trouxe, também, é o aumento do número de clientes na ocasião da pandemia, o que pode ser explicado pela tendência do teletrabalho que impactou no crescimento do número de ordens de serviço.

O trabalho apresentou algumas limitações. O estudo de caso focou em uma única empresa, somente o gestor foi entrevistado, o dono da organização, que por sua vez não demonstrou resistência para responder as perguntas. Considerando a importância da temática, outras pesquisas podem ser realizadas para que os dados aqui levantados sejam validados, sugere-se assim que outras empresas do ramo sejam estudadas de modo que se possa averiguar se a tendência verificada no estudo corrobora com o cenário local.

REFERÊNCIAS

ALVES, Daniela Alves de. **Gestão, produção e experiência do tempo no teletrabalho**. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) - UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

BARROS, Alexandre Moço; SILVA, José Roberto Gomes. Percepções dos indivíduos sobre as consequências do teletrabalho na configuração home-office: estudo de caso na Shell Brasil. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v.8, n. 1, artigo 5, mar. 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: teoria, processo e prática**. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

COBRA, Marcos Henrique Nogueira. **Marketing Básico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

COELHO, G. M. **Inteligência Competitiva: definindo a ferramenta e seu uso no Brasil**. São Paulo: IBC, 1999.

CORRÊA, H. L. & CAON, M. **Gestão de serviços**. São Paulo, editora Atlas, 2002.

FAGUNDES, Rosival. **A matriz swot do Brasil**. 2010. Disponível em <https://www.administradores.com.br>. Acesso em: 10 de abril de 2022.



- GIANESI, I.; CORRÊA, H. L. **Administração Estratégica de serviços para a satisfação do cliente.** São Paulo: Atlas, 1994.
- JOHNSTON, Robert; CLARK, Graham. **Administração de operações de serviço.** São Paulo: Atlas, 2002
- KOTLER, P. **Administração de marketing: análise planejamento, implementação e controle.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- KOTLER, Philip; HAYES, Tom e BLOOM, Paul. **Marketing de Serviços profissionais.** 2. ed. São Paulo: manole, 2004
- KOTLER, P.; KARTAJAMA, H.; SETIAWAN, I. **Marketing 4.0: do tradicional ao digital.** Rio de Janeiro: Sextante. 2017.
- KOTLER, Philip e ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing.** 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.
- KOTLER, Philip e KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing.** 12. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
- KOTLER, Philip. **Administração de Marketing.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- KUAZAQUI, E. **Planejamento estratégico.** São Paulo: Cengage Learning, 2016.
- MACHADO, D.M., QUEIROZ, T. R., MARTINS, M. F. Mensuração da qualidade de serviço em empresas de fast food. **Revista Gestão e Produção**, v.13, n. 2, p.261-270, 2006.
- MAIS DE 600 MIL PEQUENAS EMPRESAS FECHARAM AS PORTAS COM CORONAVÍRUS. [cnn brasil.com.br](https://www.cnnbrasil.com.br/business/mais-de-600-mil-pequenas-empresas-fecharam-as-portas-com-coronavirus/), 09 de abril. De 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/mais-de-600-mil-pequenas-empresas-fecharam-as-portas-com-coronavirus/>. Acesso em: 11 de junho. De 2022.
- MILLER, J. P. **O Milênio da Inteligência Competitiva.** Porto Alegre: Bookman, 2002.
- MINTZBERG, et al. **O processo da estratégia: Conceitos, contextos e casos selecionados.** 4 Ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 496 p.; 28 cm.
- NILLES, Jack M. **Fazendo do teletrabalho uma realidade: um guia para tele gerentes e teletrabalhadores.** Futura, 1997.
- O IMPACTO DA PANDEMIA DE CORONAVÍRUS NOS PEQUENOS NEGÓCIOS. sebrae.com.br, 29 de julho. De 2020. Disponível em:



<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-impacto-da-pandemia-de-coronavirus-nos-pequenos-negocios,192da538c1be1710VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 11 de junho. De 2022.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico: conceitos metodologia e prática**. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PORTER, M. E. **Estratégias Competitivas: Técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHIRIGATTI, E. L., & KASPRZAK, L. F. F. **Home office: origem, conceito e interferências sobre o significado social do novo modelo de trabalho flexível**. **Revista Científica de Administração e Sistema de Informação**, v. 8, n. 8, p. 1-12, 2007.

SCHWARTZ, P. **A Arte da visão de longo prazo: Projetando o mundo em um ambiente de incertezas**. São Cristóvão: Record, 2006.

SETOR DE INFORMÁTICA APONTA CRESCIMENTO DAS VENDAS COM A PANDEMIA. [correio do brasil.com.br](https://www.correiodobrasil.com.br), 02 de junho. De 2021. Disponível em: <https://www.correiodobrasil.com.br/setor-de-informatica-crescimento-na-pandemia/>. Acesso em: 11 de junho. De 2022.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



ANÁLISE DE SÉRIE TEMPORAL DAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO COMÉRCIO EXTERIOR POTIGUAR: o impacto das políticas públicas

Nayara Vieira Batista

Graduanda em Administração

Faculdade Católica do Rio Grande do Norte

E-mail: nayara.batista@aluno.catolicadorn.com.br

Iriane Teresa de Araújo

Doutora em Administração

Faculdade Católica do Rio Grande do Norte

E-mail: iriane.araujo@professor.catolicadorn.com.br

RESUMO

As Políticas Públicas de Incentivo ao comércio exterior são extremamente relevantes para fomentar o Comércio Internacional e promover o progresso econômico dos países. Assim, este trabalho tem como objetivo de verificar se o crescimento econômico foi influenciado pelas políticas de incentivo ao comércio exterior o Estado do Rio Grande do Norte. Trata-se, então, de uma pesquisa descritiva e quanti-qualitativa, na qual a coleta de dados correu de natureza secundária, com pesquisa bibliográfica e análise temporal de 2000 a 2019, coletado a partir do portal eletrônico do Banco Central do Brasil (BACEN), onde foram analisados os indicadores Taxa de Câmbio, Produto Interno Bruto (PIB) e Balança Comercial do estado potiguar. Tendo em vista dos aspectos observados, constatou-se que as políticas de incentivo contribuíram para o crescimento econômico do estado do RN, conforme comparativo realizado entre as políticas públicas e o desempenho observado na Balança Comercial e por sequência no PIB das últimas duas décadas, incluindo a análise estatística da correlação de tais pilares, que mostraram que os dados estão interrelacionados com o desenvolvimento econômico do Estado. Deste modo, ao longo do período analisado as políticas públicas se apresentaram como fatores relevantes para o desempenho econômico obtido.

Palavras-chave: Crescimento Econômico; Comercialização; Políticas de Incentivo.

1 INTRODUÇÃO

As atividades de exportação e importação brasileira foram originadas desde o período colonial que ocorreu do século XVI ao XIX com a chegada dos portugueses, sendo frequente a movimentação de cargas e pessoas, tanto em função da corrida comercial, quanto pelo desmonte fiscal, do pagamento do Quinto (imposto da época). Foi preciso uma circulação de grande escala entre os países estrangeiros para que todo o processo fosse executado e o principal meio de transporte era pelo modal marítimo, isto é, denominado como cabotagem, que é a navegação entre portos marítimos sem perder a costa de vista. A cabotagem contrapõe-se à navegação de longo curso, ou seja, aquela



realizada entre portos de diferentes nações. Há a distinção entre cabotagem internacional e doméstica e foi evoluindo ao longo dos anos (MARCONDES, 2012).

A partir da década de 60' houve os primeiros indícios de estimulação as exportações e importações, visto que no âmbito da estruturação tiveram ajustes no setor interno e externo, gerando resultados satisfatórios de curto e longo prazo, no entanto, com o desenvolvimento e avanço tecnológico. Já a década de 90' se caracterizou pela participação do Governo Federal que atuava como investidor em alguns nichos do comércio exterior, ou sendo um incentivador em organizações privadas, isto é, estrangeiras, que possuía como objetivo orientar a ampliação das transações na direção correta. O segundo consiste no recesso no comércio externo, pois com as tarifas de importação/exportação, obstáculos com taxas não alfandegárias, restrições cambiais, entre outros, tal negociação com países estrangeiros passou a ser evitada por empresas no território nacional (CAVALCANTI; RIBEIRO, 1998).

Dentre as regiões do Brasil que possuem como pilar forte o comércio internacional em sua economia, o Nordeste se destaca por possuir uma história de internacionalização, na qual possui a estruturação de exportação com produtos e serviços cultivados em sua extensão, apresentando uma produção diversificada. Se tratando especificamente do estado do Rio Grande do Norte, onde seu comércio é caracterizado pela utilização de seus recursos naturais e do trabalho tendo como produtos pioneiros sendo os açúcares, frutas, peixes/frutos do mar (crustáceos), tecidos, minerais e combustíveis (SILVA; MONTALVÁN, 2008).

Com a finalidade de compreender os aspectos mencionados, pode-se questionar **como ocorreu o crescimento econômico no que tange ao comércio exterior no estado do Rio Grande do Norte?** Deste modo, o presente artigo possui como objetivo de verificar se o crescimento econômico foi influenciado pelas políticas de incentivo ao comércio exterior no Estado do Rio Grande do Norte.

A temática pesquisada justifica-se pela possibilidade da integração e da expansão do ambiente comercial externo, contribuindo de forma considerável para o crescimento econômico, promovendo a geração de empregos e rendimentos. Então, realizar esse tipo de estudo é fundamental para entender como as políticas de incentivo tem em uma certa medida proporcionado os resultados econômicos do Estado do Rio Grande do Norte, inclusive, sua evolução aos longos dos anos, tendo em vista que as exportações e importações são caracterizadas como um pilar importante para o PIB – Produto Interno Bruto da região e do país.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AS EXPORTAÇÕES NO ÂMBITO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

A partir do processo de descobrimento do Brasil as atividades de exportações aconteciam de forma contínua, começando por suas riquezas nativas por meio do extrativismo, nisso ao passar dos anos iniciou a comercialização externa através de produções e matérias primas de distintas regiões do território nacional. Então, evidenciou-



se a relevância das transações estrangeiras para o crescimento econômico (MACHADO, 2017).

De acordo com Silva (2009) crescimento econômico pode ser conceituado como uma amplificação sustentável do PIB, que é definido como a mensuração da produção de bens tangíveis e intangíveis da economia, em outros termos, a receita obtida em um determinado período e em uma determinada região ou no país como um todo. As exportações são conceituadas como a saída de um bem de território nacional ao destino de países estrangeiros, uma oferta e demanda tendo em vista que é considerado um pilar importante para economia das nações, pois traz diversos benefícios como exportar aquilo que o próprio possui em grande quantidade e importar o que não é possível ser produzido e conseqüentemente tais fatores geram rentabilidade aos investimentos e desenvolvimento econômico (BRANDT, 2021).

Os efeitos positivos presentes nas exportações no crescimento econômico dos países são qualificados por duas variáveis, denominadas como: direto ou indireto. O direto acontece quando as exportações incorporam a demanda agregada, e conseqüentemente com a ampliação das exportações e com isso gera o aumento no PIB do país. Em relação ao indireto, ocorre porque quanto maior for a abertura da comercialização externa, mais chances de ocasionar a potencialização produtiva resultando na melhor utilização e aproveitamento da economia em proporção, incluindo melhor alocação de mercadorias (CARMO; RAIHER; STEGE, 2016; BALASSA, 1978).

Carvalho (2015) defende que o ato de comercializar no âmbito internacional contribui de forma significativa para a ampliação do crescimento econômico, pois tal atividade é considerada como um dos elementos para o PIB, o mesmo ainda enfatiza que conforme a teoria de *Export-led-Growth* o aumento das exportações consiste em um componente importante para o progresso do crescimento econômico a longo prazo, visto que é representado por dois pilares, sendo eles a demanda e oferta. Inclusive, o crescimento na perspectiva econômica possibilita uma evolução das competências tanto humanas e tecnológicas que resultam em processos eficientes, sendo originados às vantagens na questão comparativa em determinados setores, com a finalidade de redução dos recursos da fabricação e posteriormente impulsionando as exportações.

O crescimento relacionado ao ramo mercadológico externo gera impactos em grande escala para economia, com efeitos até com setores internos e para aqueles que não realizam a prática de exportar, as exportações reduzem os custos intermediários, na questão física e social no aspecto quanto à sociedade, pois expandem o mercado com a finalidade de organizações no ambiente interno, no qual resulta em diminuição do grau de capacidade inativo e a relação de ocupação e trabalho. Essencialmente para aquelas nações no qual são subdesenvolvidas onde a comercialização externa integra mais trabalho, intensificando a produtividade dos componentes (BARBOSA, 2007).

Munduruca e Santana (2012) afirmam que as exportações possibilitam o desenvolvimento de processos de mutualidade na esfera tecnológica e econômica com as organizações no ambiente interno, pelo motivo de ocasionar uma demanda por bens e compra de insumos que são produzidos no setor de capital interno. Os mesmos salientam que nenhuma atividade ligada à comercialização externa pode ser executada sem a utilização de determinados serviços, infraestrutura consolidada, comunicação assertiva e



também portos e algum meio de transporte pré estabelecidos, inclusive menciona o fato de regiões de distintos países não possuírem integralmente seu crescimento econômico ligado às exportações, de outro modo, tem estados que suas atividades são compostas por industrialização e não estão inseridas no mercado externo.

A comercialização no âmbito externo pode ser visualizada como uma ferramenta de incentivo regional, visto que possibilita além da simplificação da transação comercial, isto é, a venda e compra, entre distintas regiões. Os atos de trocas comerciais movimentam muitos setores de uma economia, tornando-se relevante para promover todo o processo de desenvolvimento regional (GONÇALVES, 2020).

O segmento das exportações transformou-se em um fator fundamental para o desempenho macroeconômico brasileiro essencialmente no âmbito do desenvolvimento, em que tal prática possui uma significativa estimulação gerando uma demanda interna a curto e longo prazo, além de possuir um papel relevante impulsionando a produtividade e consequentemente na competitividade de mercadorias no mercado externo, com o intuito principal de impulsionar o crescimento financeiro e comercial (NAKABASHI; CRUZ; SCATOLIN, 2008).

Segundo Silva, Lunelli e Cleto (2020) a negociação externa no contexto atual, está sendo um pilar essencial para o progresso dos países, sendo caracterizado como um dos principais causadores da prosperidade econômica, tal relação denominada como “intercâmbio” de bens tangíveis e intangíveis se resulta na questão da especialização de divisão. Incluindo que, transações internacionais é constituída de uma variante que traz financiamento no aspecto de aquisição de recursos tecnológicos, infraestrutura, bens e serviços que suprem as necessidades internas e principalmente a consolidação da relação direta entre países em desenvolvimento como o Brasil ou com aqueles que já são desenvolvidos em grande escala. Caracterizando-se como uma variável notável para o alcance de altos índices de divisão de renda e bem-estar social.

Na opinião de Silva Farias e Azevedo Farias (2018) os países que têm influência do comércio externo podem utilizar como um instrumento de crescimento monetário, desde que seja um pilar de alavancagem, sendo um fator benéfico no sentido de expansão de regiões/países exportadores. Ainda concluem que tal atividade causa impacto no contexto intrínseco como a geração de serviços, mão de obra, renda, empregabilidade, entre outros fatores.

Entre as décadas de 1960 a 1990, foi dado início às medidas de incentivo ao comércio internacional, a princípio foram destinadas primeiramente as ações de importações, porém também foram incluídas as exportações que se encontravam inativas. Referente às exportações, foram desativados os subsídios fiscais, isenção do âmbito federal sobre os impostos ao IPI (sobre a industrialização de produtos) e ICMS (circulação de mercadorias e serviços) destinados às negociações externas da divisão do trabalho e da produção manual, isto é, denominada como manufatura (ALONSO JUNIOR *et al.*, 2010). Segundo os mesmos autores, as principais políticas governamentais referentes às exportações tiveram como foco a alienação de transferências de bens de longo processo de produção e serviços no setor da engenharia e afins. Na opinião de Santos (2014) às políticas de apoio às exportações surgiram com o objetivo de amplificar e diferenciar o



papel exportador brasileiro, em especial em sua mercadoria que no momento estava em ascensão, a manufatura.

2.2 AS IMPORTAÇÕES NO ÂMBITO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

Segundo Viana, Moraes e Dorneles (2015) o ramo da comercialização internacional é um campo onde diversos países em escala global buscam realizar trocas entre si, no sentido de suprir suas necessidades economicamente, socialmente e na questão política. No território brasileiro, tal relação comercial foi se tornando cada vez mais presente por meio de acordos realizados por países que compõem a América Latina, o chamado Mercosul - Mercado Comum do Sul e Associação Latino Americana buscando fechar parcerias econômicas com nações do mesmo continente, a partir disso, o Brasil passou a expandir negociações em distintas regiões.

Para Souza *et al.* (2015), a importação pode ser conceituada como a transação que proporciona a entrada de produtos advindos de países externos, obedecendo todos os requisitos legais e comerciais. Já para Melo *et al.* (2021), a importação é definida como a entrada de um determinado produto de origem estrangeira, que segundo Benetti, Garcia e Cornejo (2019) é um processo em que permite o consumo de mercadorias que não são fabricados no âmbito interno, que pode ser explicado por conta da deficiência de insumos ou tecnologia, incluindo que a importação é dada pela rentabilidade interna, sendo utilizado principalmente a variável do PIB.

Melo (2013) salienta que nenhum território sendo pequeno, médio ou grande porte consegue produzir todos os bens e serviços que a sociedade em si necessita. Por isso, os países buscaram se especializar em atividades internas que mais possuem habilidade e essencialmente matéria prima, ou melhor, recursos. O mesmo ainda complementa, que as importações são vistas de forma positiva, que de fato é, todavia possui um determinado limite que as nações se beneficiam de tal prática. Pois, com a entrada excessiva de produtos estrangeiros, os de origem nacional vão perdendo a vez na variabilidade competitiva.

Segundo Silva *et al.* (2018), o comércio brasileiro no início do século XX era caracterizado por ser agroexportador no setor do café, incluindo exportador de seus produtos primários, que significava a fonte de rentabilidade brasileira, e na questão das importações a demanda por mercadorias. Porém, com a crise internacional tal sistema entrou em crise no início de 1929 e se prolongou até a década de 1970, com isso a questão de importar de outros países essencialmente dos Estados Unidos com taxas altas de juros, aumento do petróleo, entre outros fatores se tornou um pilar complexo de ser realizado. Os autores ainda afirmam que, com tal sistemática acontecendo, o Governo Federal precisou tomar decisões para reverter a situação, como por exemplo a Política de Abertura Comercial, que possibilitou a entrada de novas tecnologias avançadas e modernização de distintas organizações com a finalidade do desenvolvimento econômico. Então, as empresas que obtiveram o acesso a tais tecnologias se encontravam com vantagem competitiva no mercado e maior variedade de produtos em seu portfólio.



Almeida e Bacha (1999) afirmam que para a entrada de tecnologias e mercadorias que o Brasil necessitava para seu desenvolvimento e policiar o fantasma da hiperinflação que se encontrava presente ocasionada por uma crise financeira, o Governo Brasileiro por meio do Banco do Central precisaram criar estratégias para reverter e com isso, obtiveram o controle da Taxa de Câmbio, denominado como Câmbio Fixo. No qual, em meados da década de 1994 estabeleceu que R\$1 = US\$ 1, significando a facilidade de importações de mercadorias para o território nacional.

2.3 POLÍTICAS DE INCENTIVO AO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

Na visão de Bonelli, Veiga e Brito (1997) as políticas públicas do comércio exterior possuem dois objetivos principais: o primeiro se caracteriza no aumento e geração do fluxo comercial do país referente a produção e comercialização internacional; o segundo é o aperfeiçoamento de tal fluxo garantindo o armazenamento do mercado do setor interno, inclusive o controle e impedindo práticas incorretas, isto é, desleais alavancando e contribuindo para a balança comercial de pagamentos.

Distintos países no campo mundial possuem individualmente políticas de incentivo ao comércio internacional, sendo pontuado como medidas fiscais, tributárias, administrativas, cambiais, entre outros que estimulam as empresas sendo elas de pequeno, médio e grande porte com o intuito de introduzi-las no mercado externo que consequentemente resulta no crescimento e desenvolvimento da economia interna (BUZZO, 2015).

O mesmo ainda enfatiza que referente a atuação do Governo Federal Brasileiro mediante ao comércio internacional, dentre seus ministérios e funções, implementou políticas de incentivo às exportações e importações, tendo como essenciais: a política de financiamento e a política de concessão de crédito. Referente a financiamento para as exportações, seria o órgão criado conhecido como PROEX, aquele que cede recursos, ou melhor, financiamento proporcionalmente ao mercado internacional e com taxas de juros menores, incluindo o apoio do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento, com a concessão de crédito para as exportações de bens tangíveis e intangíveis por meio do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador no âmbito do pré-embarque, embarque e pós embarque das mercadorias ao país de destino, a politização de incentivo também engloba a questão do câmbio, como órgãos responsáveis: o ACC- Adiantamento sobre Contratos de Câmbio e ACE - Adiantamento sobre Cambiais Entregues, ambos possuem a finalidade de possibilitar quem exporta receber de maneira a vista pela transação realizada a prazo.

Incluindo a interrupção da cobrança de impostos sobre produtos importados que passam por modificações e reenviados ao exterior, incluindo recursos que serão utilizados na fabricação de uma determinada mercadoria com destino a países estrangeiros sendo eles a matéria prima, embalagem e afins, tal benefício é denominado como *Drawback*. A normatização brasileira também realiza a redução do tributo de renda referente às despesas fora do ambiente interno, como publicidade/propaganda, marketing e materiais (BUZZO, 2015).



Para que o processo da internacionalização de produtos e serviços fosse executado de forma segura no Brasil, o governo implementou medidas, isto é, políticas de capital externo para que tudo fosse documentado e regido por normas com o intuito de fiscalizar as aplicações financeiras frente a esse mercado, controle de pagamentos, incentivos, segurança nacional, amortização cambial, análise de lucro, entre outros, sendo regulamentado e baseado na Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966, incluindo o Decreto-lei nº 24, de 19 de outubro de 1966, referente ao intercâmbio comercial com o exterior, criação do Conselho Nacional do Comércio Exterior e afins (BRASIL, 1966).

No Quadro 1 apresenta-se o panorama das políticas públicas de comércio exterior no Brasil nos último 20 anos.

Quadro 1: Políticas Públicas (2000-2019)

ANO	POLÍTICA PÚBLICA	FONTE
2000-2002	PEE - Programa Especial de Exportações com a finalidade de ampliar a negociações externas concedendo assistência; APEX - Órgão que é responsável em preparar, prestar apoio às organizações, essencialmente às micro e pequenas empresas; PROGEX - Programa de Apoio Tecnológico às Exportações possuindo como objetivo prestar assistência técnica no âmbito tecnológico para as empresas; PAE - Programa de Apoio às Exportações com a iniciativa de auxiliar os programas criados pelo Governo como concessão de crédito, consórcios financeiros.	(RODRIGUES; BENEDICTO, 2010)
2003 - 2010	Acordos comerciais com a Rússia com negociações de medicamentos, que o país obtinha tecnologia avançada para produção e utilização ao combate às doenças, inclusive uma reserva de petróleo que se encontrava escassa, modernização e manutenção das construções, ademais no setor da engenharia aeroespacial; Aliança com os Estados Unidos; As alianças continuaram com a China, em uma visita Governamental em Xangai promovido pela APEX em conjunto com o MDIC - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, visualizando um interesse significativo nos recursos do Brasil, em especial o ramo alimentício; PITCE - Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior possuindo a finalidade de alavancar o setor industrial por meio do aperfeiçoamento da inovação nas empresas; PDP - Política de Desenvolvimento Produtivo com subsídios e isenções fiscais.	(RODRIGUES; BENEDICTO, 2010; SOUZA; SILVA, 2017).
2011-2015	Implementação do PBM - Plano Brasil Maior que possui semelhança com o PITCE tendo a mesma missão no âmbito da inovação e prestando apoio para as organizações no segmento industrial tendo como visão a vantagem competitiva no mercado interno e externo.	(SOUZA; SILVA, 2017)
2016 - 2018	Fortalecimento do bloco Brics; A volta da aliança com a Argentina; Pedido formal do Governo Federal para entrada do Brasil na OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.	(ALVES, 2018).



2019-2020	CAPTA - Sistema de Consultas sobre Tarifas, Regras de Origem e Serviços dos Acordos Comerciais Brasileiros; Regime de <i>Drawback</i> . Guias para organizações que desejam ao ramo internacional destinado a Defesa através das políticas protecionistas, interesse público e ao <i>Antidumping</i> .	(BRASIL, 2020).
-----------	---	-----------------

Fonte: Própria (2022).

Costa (2012) complementa com outras ações governamentais para negociações externas, tais como: Programas de defesa, progressões, ações comerciais no ramo administrativo e operacional com a abertura de órgãos atuantes tendo como exemplo a APEXBRASIL - Agência de Promoção de Exportações do Brasil, fornecendo informações/dados estatísticos a respeito de empresas brasileiras que estão inseridas no mercado estrangeiro ativamente, além de ofertar oportunidades comerciais e a procura de importações de mercadorias nacionais; Guia online para organizações que pretendem iniciar as transações, sendo elas exportações e importações (<http://www.investexportbrasil.gov.br/>); Programa Rede Agentes de Comércio Exterior com a finalidade de incentivar empresas de pequeno porte a explorar o mercado exterior e cultivar a cultura exportadora brasileira através de cursos, exercícios, formação de um grupo em ação sobre o mercado exterior.

Rodrigues e Benedicto (2009) alegam que, a criação de Políticas Públicas de Incentivo ao Comércio Exterior é de responsabilidade dos gestores/órgãos governamentais e tais atitudes que promovem a comercialização internacional significam que cada vez mais o governo se preocupa com a inserção do país ao mercado externo e essencialmente com a visão do desenvolvimento monetário mundial em relação a outras nações existentes, além de benefícios como crescimento econômico, social, cultural e o fortalecimento e criação de potenciais parcerias monetárias globais.

3 ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE NA PERSPECTIVA DO COMÉRCIO EXTERIOR

O território brasileiro é extenso e possui variabilidade referente a cada estado existente, onde cada um possui sua singularidade na questão de produção por meio de seus recursos naturais (BARCA, 2012). De acordo com o próprio autor, o Rio Grande do Norte tem seu comércio e produção denominados como aquela que não exige ou necessita de tecnologia avançada, as mercadorias que são fatores fortes de exportação para a região são as amêndoas, em especial as Castanhas de Caju, incluindo o mercado de fruticultura composto por Melão, Banana, Manga, etc. Tendo em vista que desde os primeiros indícios da prática de exportações os produtos mencionados anteriormente ainda permanecem em constante transação econômica no contexto atual, além do petróleo e crustáceos, sendo essencialmente o camarão que alcançou resultado significativo entre os anos de 2002-2003.

Segundo Silva e Carvalho (2014) as exportações potiguares têm como principais destinos a Holanda, Espanha, China e Reino Unido classificados como países baixos, incluindo os Estados Unidos, o mesmo salienta os principais países que representam as importações do Rio Grande do Norte que são Argentina, China, Turquia, EUA com a



demanda de recursos de viés produtivo, entre outros que fazem parte da comercialização com o mercado externo.

De acordo com análises da Balança Comercial entre 2020-2021 realizada pelo órgão FIERN – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte CIN - Centro Internacional de Negócios (2021), no qual evidencia que as exportações do estado em janeiro de 2020 resultaram na arrecadação no valor de R\$ 33.571.453,00 milhões e referente ao ano de 2021 o valor de R\$ 27.145.805,00 milhões com variabilidade de 19,1% entre ambos.

Segundo Gomes (2016) e Frank *et al.* (2017) o estado do Rio Grande do Norte, não possui somente em seu desenvolvimento econômico o reflexo dos acontecimentos na esfera global, inclusive possui como renda na questão monetária o auxílio de projetos governamentais, sendo eles federais ou estaduais pois o seu setor produtivo possui fragilidades, visto que suas atribuições são denominadas como economia tradicional ou se encontra inserido no mercado externo trabalhando com mercadorias primárias.

Na opinião de Tavares (2013) O Estado do Rio Grande do Norte é popularmente conhecido como aquele que possui riquezas e distintas possibilidades no comércio exterior, dado que nessa nova perspectiva é resultado da economia gerada em torno do petróleo, setor frutífero irrigado, gás-natural, turismo, sal, energia eólica, entre outros elementos que compõem a economia do estado. E, conforme os aspectos mencionados anteriormente o estado vem conseguindo alcançar a reestruturação na área econômica, apesar do ritmo de suas atividades produtivas terem diminuído em 2012 devido à seca que se encontrava na região nordeste, no qual trouxe queda na produção e consequentemente na mercadoria exportada. Gonçalves (2020) afirma que em termos gerais, a região nordeste tem um significativo potencial para expandir mais horizontes no aspecto internacional, possuindo como principal ponto importante um posicionamento geográfico estratégico.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa tem caráter descritivo, que de acordo Fontelles *et al.* (2009) tal natureza consiste em apenas observar, registrar e detalhar os fatos de um determinado acontecimento, retratando as características do fenômeno que ocorreu com a amostra ou população. Tendo em vista que a finalidade do estudo é descrever o fato em si, e possui cunho quanti-qualitativo, no qual pretende apresentar dados referente a Balança

Comercial das importações e exportações do estado do Rio Grande do Norte, destacando sua relevância e influência na região no âmbito econômico. Na opinião de Dalfovo *et al.* (2008) o método quantitativo é aquele que abrange toda mensuração de números, classificados e avaliados, inclusive utiliza-se de técnicas na perspectiva estatística. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa.

Segundo Schneider, Fujii e Corazza (2017) qualitativo consiste na descrição dos fatos observados pelo pesquisador, priorizando mais a circunstância do que o elemento em si, incluindo as informações levantadas pelos integrantes do estudo. Os autores ainda evidenciam que ambas as metodologias são associadas, no sentido da estruturação



trazendo maiores benefícios em análises, discussões e conclusões. Com isso, tanto a pesquisa quantitativa quanto a qualitativa se apoiam.

Além da utilização da modalidade bibliográfica evidenciando as Políticas Públicas de Incentivo através de estudos já existentes, trazendo um histórico de tais estímulos governamentais no Brasil das últimas duas décadas, que segundo Severino (2017) tal metodologia consiste em uma busca e análise de trabalhos anteriores, isto é, teses, dissertações, artigos, entre outros.

Onde serão analisadas as informações do comércio exterior e crescimento econômico do estado do Rio Grande do Norte. A fonte e a coleta são de natureza secundária, coletadas a partir do portal eletrônico oficial do Banco Central do Brasil, sistema de séries temporais. As variáveis analisadas são: Balança Comercial, Taxa de Câmbio e o PIB.

O horizonte temporal analisado foi dos últimos 20 anos, isto é, de 2000 a 2019. A correlação linear é definida como aquela que é composta por duas variantes por meio de um indivíduo em comum, com a finalidade de verificar se existe interdependência entre ambas (PONTES; 2010). O coeficiente de correlação de Pearson é um indicador que busca associar duas variáveis lineares compartilhadas (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009).

Os dados foram observados, por meio de análise estatística de correlação linear e séries temporais analisadas apresentaram correlação em alguns segmentos. Ao observar cautelosamente o conjunto de séries temporais através dos dados diários e mensais da Balança Comercial, Taxa de câmbio e o PIB, no qual foram realizadas as médias inicialmente feitas mensais e posteriormente anuais e a conversão da moeda estrangeira para nacional. Que de acordo com Martin *et al.*, (2015) é definida como um conjunto de variáveis quantitativas que possuem uma sequência em um determinado período de tempo.

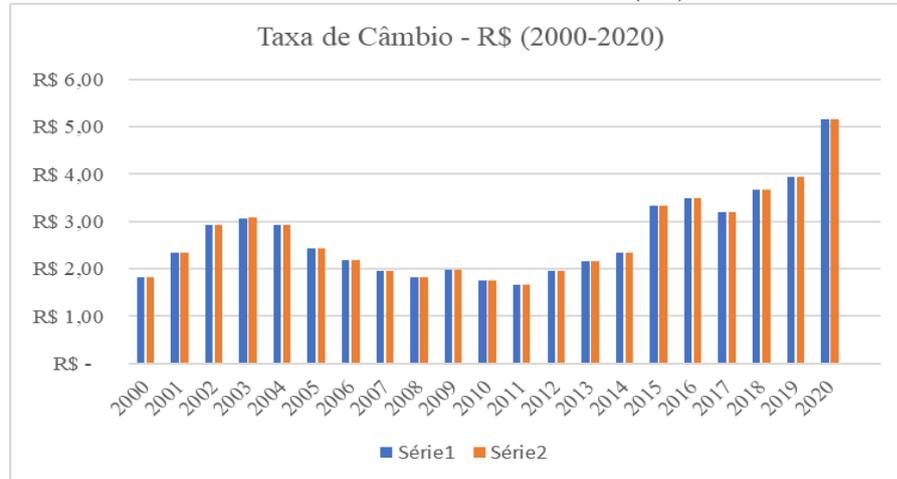
Foi utilizado a correlação de Pearson, com o intuito de efetuar correlações lineares entre as variáveis analisadas na pesquisa, por meio de planilhas de cálculos no Excel. Por último, foi feita a relação entre o comércio exterior, crescimento econômico e as políticas públicas de incentivo ao comércio exterior, com o intuito de identificar sua eficácia e influência.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção, aponta-se os dados coletados de forma ilustrativa através de figuras gráficas demonstrando os resultados das séries temporais (2000 a 2019) dos aspectos da Taxa de Câmbio brasileira, Balança Comercial e PIB do Estado do Rio Grande do Norte das últimas duas décadas com o propósito de apresentar informações referente a pesquisa.

A seguir, informações por meio do Gráfico 1, onde evidencia a variabilidade do Dólar (US\$) frente ao Real (R\$) dos últimos 20 anos.

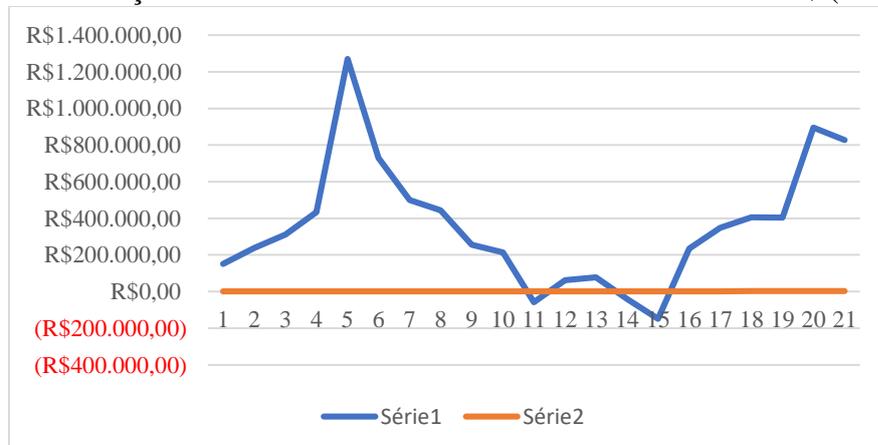
Gráfico 1: Taxa de Câmbio brasileira (R\$)



Fonte: BACEN (2022).

Conforme dados levantados, é possível observar no Gráfico 1 que a partir do período de 2000 a taxa cambial apresentava-se tendência de crescimento até 2004, nos anos posteriores evidencia a queda de 2005 a 2009 dentre tal período o Brasil se encontrava no cenário da crise financeira dos EUA relacionada aos *Subprimes* e incertezas econômicas (CASSANO *et al.*, 2017). A conjuntura permaneceu em uma variabilidade significativa entre os anos de 2010 a 2014, com quedas e altas substanciais, até que no período de 2015 e 2016 ocasionou um crescimento na taxa, no entanto, em 2017 observa-se um declínio nos anos subsequentes até 2020 um aumento significativo, visto que, o cenário econômico em tal decurso de tempo aconteceu a pandemia do Covid-19 impactando indiretamente e diretamente o setor financeiro, social, cultural (turismo) e principalmente a saúde, entre outros que foram afetados (AQUINO *et al.*, 2020).

Gráfico 2: Balança Comercial do Estado do Rio Grande do Norte - R\$ (mil)



Fonte: BACEN (2022).



O Gráfico 2 ressalta as informações do histórico da Balança Comercial do Estado do Rio Grande do Norte em moeda nacional dos últimos 20 anos. Os dados a seguir foram coletados do site oficial do BACEN. Evidencia-se as atividades comerciais externas relacionadas ao período de 2000 a 2005, tendo em vista a politização adotada com a abertura de órgãos como PEE, APEX, PROGEX, PAE, PITCE e PDP, além de negociações com a Rússia, China e Estados Unidos no qual tais atitudes com foco na inserção do Brasil, em especial aos estados do território foram de extrema importância e se mostraram eficientes em seu objetivo que com isso, o estado do RN obteve resultados positivos, ocasionando em uma tendência de crescimento significativa.

Que na opinião de Bonelli, Veiga e Brito (1997) anteriormente mencionados, as ações do Governo Federal na visão do mercado internacional tem como finalidade proporcionar o crescimento considerado para o fluxo comercial do país e região, além do aperfeiçoamento da coordenação de transações exteriores com o propósito de garantir o abastecimento do mercado interno, organização e controle de atividades ilegais que possa acarretar em déficits na produção nativa e o apoio tendo enfoque no equilíbrio da balança.

Comparado aos anos posteriores, no período entre 2006-2011, as políticas implementadas não surtiram mais efeito e as novas não foram eficazes tendo a medida instituída o órgão PBM, como pode-se perceber uma queda em evidência, tal período de declínio perdurou entre 2015 e 2016 sendo marcado pela substituição presidencial com o *Impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2014 (BECKER *et al.*, 2017).

Já em relação aos anos seguintes, visualiza-se um resultado crescente, no qual pode-se verificar que as ações governamentais como o fortalecimento do bloco *Brics* composto por países como China, Rússia, Brasil, Índia e África do Sul, além da reaproximação com a Argentina, pedido formal para o Brasil ser integrante da OCDE, implementação do órgão CAPTA, guia de transparência de informações e regime *Drawback* e *Antidumping* no período de 2017-2020 surtiram efeito com a finalidade de alavancar as comercializações externas que nos anos anteriores se encontrava em estado de déficit. Então, tais ações foram assertivas e contribuíram para que a Balança Comercial da região potiguar fechasse em ascensão. No entanto, a tendência positiva de tal período foi interrompida com a doença infecciosa denominada como Covid-19 causada pelo vírus *SARS-Cov-2*, que se tornou oficialmente uma Pandemia em proporção global pela OMS – Organização Mundial da Saúde (AQUINO *et al.*, 2020). Inclusive, conforme resultados contidos no gráfico acima mencionado e políticas de incentivo estudadas é possível visualizar ainda que, no período de 2006-2015 apresentou uma variabilidade constante, no qual percebe-se que o apoio governamental foi implementado e ajudou, no entanto, o propósito não foi alcançado resultando em déficit na balança.

Os dados sobre o PIB apresentaram uma limitação a nossa pesquisa, já que não está disponível os dados do ano de 2020, isso implica que as respectivas correlações a seguir só poderá ser realizada até o ano de 2019. Desta forma, podemos observar que o estado RN vem em uma linha crescente de PIB, onde observamos que o mesmo não apresentou oscilações decorrentes nos 20 anos analisados. Tal resultado mostra que as Políticas Públicas de Incentivo contribuíram para o crescimento econômico e eficiência referente ao PIB, observa-se que o aumento dos resultados inicia a partir de 2002 a 2009



no qual foi implementado órgãos com a visão voltada para o papel exportador brasileiro e proteção comercial interna como o APEX, PROGEX, PEE, PITCE, PDP e alianças com os Estados Unidos, China, Rússia, incluindo o fortalecimento com o bloco Mercosul, entre outros trazendo benefícios internos com a entrada de recursos médicos, tecnologia e produtos de necessidade própria, e na questão externa com a venda de bens tangíveis e intangíveis de especialidade do país, em específico do estado do RN.

No período subsequente, de 2010-2019 as ações governamentais como abertura do PBM, consolidação do bloco *Brics*, regimes de *Drawback* e *Antidumping*, sites de transparência e fornecimento de informações as organizações, por fim o CAPTA continuaram tendo resultados positivos, com superávits, proporcionando o desenvolvimento econômico para o estado do RN.

Os autores Silva e Carvalho (2014) alegam que, os resultados de superávit e déficit da Balança Comercial referente as exportações e importações são muitas vezes motivados pelo pilar micro e macroeconômico no qual é composto por: inflação, taxa cambial, concorrência empresarial, políticas comerciais externas, entre outros. E ainda complementam que o Rio Grande do Norte se encontra em um mundo globalizado e sua economia é caracteriza como capitalista dinâmica, no qual sofre as variações do mercado, assim como outras regiões e países.

Segundo Furtado et al.(2002) a correlação entre duas características mede a associação entre ambas, entretanto não determina a relação de causa e efeito, mas determinada por meio da análise uma direção. Desta forma ao realizar a análise da correlação de Pearson, foi possível correlacionar inicialmente as exportações e com respectivo PIB. Essa correlação apresentou coeficiente de $r=0,30$. Isso significa que há um crescimento proporcional de uma variável em relação à outra, ou seja, o aumento da apresentando das exportações seria acompanhado por um aumento aproximadamente simétrico de 30% do PIB. Desse modo, a correlação entre exportações e PIB no RN reforça a importância da base exportadora no crescimento do Produto Interno Bruto, possibilitando, inclusive, que o estado do Rio Grande do Norte acompanhasse o crescimento do PIB brasileiro. Porém, quando foram correlacionados o PIB e o saldo da balança comercial (BC), apresentou-se um coeficiente de correlação baixo de $r=0,13$, tal fato se explica na medida que a importação se elevou ao longo do tempo, o que provocou uma diminuição do saldo a BC já que muitos brasileiros passaram a importa ao invés de fomentar o crescimento local.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui desenvolvida, tinha como objetivo verificar se o crescimento econômico foi influenciado pelas políticas de incentivo ao comércio exterior o Estado do Rio Grande do Norte. Por meio desse estudo foi possível analisar o efeito das políticas públicas no desenvolvimento dos estados, em especial ao Estado do Rio Grande do Norte. Observou-se que as Políticas Públicas de Incentivo do Comércio Internacional brasileiro contribuíram de forma notável, como pode-se perceber com o progresso importante do PIB da região ao decurso do tempo dos últimos 20 anos da economia.



Com a criação de tais regimentos possibilitou o Brasil como um todo cada vez mais, na questão da inserção ao comércio internacional do RN e principalmente em tal período a entrada de produtos e tecnologia para o crescimento do país, incluindo políticas protecionistas com a finalidade de preservar o mercado interno dos concorrentes externos. Tanto que o mesmo e outros estados que compõem o Nordeste possuem um papel de relevância com seus recursos e produtos nativos no mercado internacional.

Portanto, diante de todas as informações apuradas e avaliadas por meio de artigos, séries temporais, e outras fontes de dados encontrados na área do Comércio Exterior Brasileiro que possui um número extenso de trabalhos, notas oficiais, normas e relatórios expedidos pelo Governo Federal com periodicidade diário, mensal e anual, resultaram no alcance do objetivo proposto. Levando-se em conta, na perspectiva das limitações, os dados coletados se encontravam diariamente e mensalmente de cada ano dentre o período estudado, se tornando duradouro e dificultoso as análises para o propósito final ser alcançado, além da conversão da taxa cambial de cada indicador financeiro, incluindo os saldos desfavoráveis da Balança Comercial que influenciaram negativamente para avaliação estatística da correlação de Pearson.

Recomenda-se que sejam realizados futuros trabalhos, que abordem análises setoriais do comércio exterior, para verificar quais setores produtivos as políticas públicas de fato estão incentivando, utilizando de análise estatística através da aplicação de regressão múltipla identificando todas as variáveis existentes em especial dos nichos produtivos e sua relação com o PIB.

REFERÊNCIAS

- ALONSO JUNIOR, N. *et al.* **Um Estudo das Políticas Públicas de Incentivo à Exportação para Micros, Pequenas e Médias Empresas do Estado de São Paulo.** Nelson Alonso Junior. Porto Alegre, p. 1-12, 2010. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/427_Incentivo_Exportacao_SEGET.pdf. Acesso em: 26 mar. 2022.
- ALMEIDA, F. M.; SILVA, O. M.; BRAGA, M. J.. O comércio internacional do café brasileiro: a influência dos custos de transporte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.L.], v. 49, n. 2, p. 323-340, jun. 2011. Fap. UNIFESP (SciELO). Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20032011000200003>.
- ALMEIDA, C. O.; BACHA, C. J. C.. Evolução da política cambial e da taxa de câmbio no Brasil, 1961-971: **Pesquisa & Debate**, São Paulo - SP, v. 10, 29 maio 1999.
- BACEN, **Banco Central do Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?bc=>. Acesso em 27 abr. 2022.
- ALVES, L. A. T.. **A política brasileira na Presidência da República de Michel Temer: a influência da crise política interna no primeiro ano e seis meses de governo.**



2008. 35 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/24338>. Acesso em 24 mai. 2022.

APEX, 2022. Disponível em: <https://apexbrasil.com.br/>. Acesso em 25 mai. 2022

BARBOSA, E. **Exportações estaduais e crescimento econômico no Brasil**. 2006. 129 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3965>. Acesso em: 13 out. 2021.

BARCA, I. M. M. L. V. **Exportações do Rio Grande do Norte: análise por vantagem comparativa revelada**. 2012. 62 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa- Pb, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4990/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2021.

BALASSA, B. Exports and economic growth: further evidence. **Journal of Development Economics**, vol. 5, p. 181-189, 1978.

BECKER, Camila; CESAR, Camila; WEBER, Débora Gallas Maria Helena. **Manifestações e votos sobre impeachment de Dilma Rousseff, na primeira página de jornais brasileiros**. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN, 40., 2016, Ciudad de México. Memorias del XIII Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación | Comunicación Política y Medios. Ciudad de México: Alaic, 2016. p. 73 - 87. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/242>. Acesso em: 06 jun. 2022.

BENETTI, A. Q. *et al.* Comportamento da função importações do Brasil de 1996 até 2019: Artur Queruz Benetti. **Revista Observatório de La Economía Latino Americana**, Brasil, v. 19, n. 2, p. 12-30, 01 fev. 2021. Disponível em: <https://www.eumed.net/uploads/articulos/db81f439dd4e8e6d04e30ab27bda087e.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

BONELLI, R. *et al.* **As políticas industrial e de comércio exterior no Brasil: rumos e indefinições**. TEXTO PARA DISCUSSÃO n° 527. ed. Rio de Janeiro: Ipea - Diretoria de Pesquisa Econômica Aplicada, 1997. 77. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2306>. Acesso em: 18 nov. 2021.

BUZZO, Everton José. **Fundamentos de Comércio Exterior**. Rio de Janeiro: Estácio, 2015.



CARMO, Alex Sander Souza do *et al.* O efeito das exportações no crescimento econômico das microrregiões brasileiras: uma análise espacial com dados em painel. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, São Paulo - Sp, v. 47, n. 1, p. 153-183, 27 out. 2016. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-416147161aaa>.

CARNEIRO, J.; BIANCHI, C.; GOMES, R. M. Exportações Brasileiras: Benefícios e Obstáculos na Percepção das Empresas. **Tecnologias de Administração e Contabilidade**, v. 6, n. 1, p. 22-38, 2016. Acesso em: 10 out. 2021.

CARVALHO, Gonçalo Nuno Brites de. **A Relação entre as Exportações e o Crescimento Económico: Análise do Caso Português**. 2015. 45 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra -, Coimbra, 2015. Disponível em: https://eg.uc.pt/bitstream/10316/28500/1/Trabalho%20de%20Projeto_Gon%C3%A7alo%20Carvalho.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

CAVALCANTI, M. A.; F. H. *et al.* **As exportações brasileiras no período 1977/96: desempenho e determinantes**. 545. ed. Rio de Janeiro: Ipea - Diretoria de Pesquisa Econômica Aplicada, 1998. 51 p. 51 f. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3817. Acesso em: 09 out. 2021.

COSTA, A. C. R. **Burocracia e Comércio Exterior**: os desafios à exportação sob a ótica das micro e pequenas exportadoras do Rio Grande do Norte. 2012. 126 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. Cap. 2. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/12203/1/BurocraciaCom%c3%a9rcioExterior_Costa_2012.pdf. Acesso em: 20 mai. 2022.

COSTA, A. C. S.; BARBOSA, V. T. Dilma VS Temer: o que foi prometido e o que realmente mudou para o Mercosul? **Csonline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, [S.L.], n. 31, p. 26, 17 jun. 2020. Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.34019/1981-2140.2020.29390>. Acesso em: 23 mai. 2022.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau**, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008.

EXTERIOR, Secretaria de Comércio. **Anuário do comércio exterior brasileiro**. 9. ed. Brasília - DF: Governo Federal, 2020. 82 p. (1). Ficha Técnica. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/publicacoes-secex/anuario/arquivos/anuario-comex-2020.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2022.

FARIAS, A. C. S.; FARIAS, R. B. A.. Desempenho Comparativo entre Países Exportadores de Pescado no Comércio Internacional: brasil eficiente?. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.L.], v. 56, n. 3, p. 451-466, set. 2018. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560306>. Acesso em: 10 nov. 2021

FONTELLES, M. J. et al. **Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa**/Scientific research methodology: guidelines for elaboration of a research protocol. *Rev. para. med ; 23(3)jul.-set. 2009*. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

FURTADO et al. Análise de trilha do rendimento do feijoeiro e seus componentes primário sem monocultivo e em consórcio com a cultura do milho. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.32, n.2, p.217-220, 2002.

GARCIA, A. L. **As exportações brasileiras entre 1998 e 2018 uma análise sobre a reprimarização**. 2019. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/26418>. Acesso em: 15 nov. 2021

GONÇALVES, T. F. C. **A participação da china na expansão do comércio exterior da região nordeste do brasil**. 2020.1 TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão/CE, 2020.1. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/14122>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MARCONDES, R. L.. O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem. **Revista de Economia Política**, [S.L.], v. 32, n. 1, p. 142-166, mar. 2012. Fap UNIFESP (SciELO). Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-31572012000100009>.

MELO, A. F. **Gestão de processos de importação e exportação processos de compras internacionais em tempos de pandemia - Covid-19**: um estudo sobre a importação de máscara n95 numa empresa de importação na cidade de São Paulo. In: XII Fateclog gestão da cadeia de suprimentos no agronegócio: desafios e oportunidades no contexto atual., 2021, Mogi das Cruzes/Sp. Mogi das Cruzes/Sp. : , 2021. v. 1, p. 1-19. Disponível em: <https://fateclog.com.br/anais/2021/643-851-1-RV.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2022.

MELO, M. A. V. **A invasão dos produtos importados no mercado nacional e a prática do dumping**. 2013. Disponível em:



<http://marceloavmelo.blogspot.com/2013/09/a-invasao-dos-produtos-importados-no.html>. Acesso em: 18 abr. 2022.

MUNDURUCA, D. F. V.. **Comércio exterior como estratégia de crescimento econômico: uma proposta de priorização de produtos exportáveis para a economia sergipana**. 2010. 147 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

NAKABASHI, L. *et al.* Efeitos do câmbio e juros sobre as exportações da indústria brasileira, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 433-461, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/bgfc8HQnWDGR3RfrKvnSdrM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 mar. 2022.

RODRIGUES, W.; BENEDICTO, G. C. de. Uma análise das políticas de comércio exterior brasileiro nos últimos quinze anos. **Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 27-51, jul./dez. 2009.

SANTOS, G. F. As relações econômicas externas do Brasil e a indústria de alimentos. **Revista de Administração de Empresas**, [S.L.], v. 17, n. 6, p. 45-70, dez. 1977. Fap. UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-75901977000600004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/mthtZrCNT8799ZXVmYdL48S/?lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2021.

SANTOS, L. B. Políticas públicas e internacionalização de empresas brasileiras. **Sociedade & Natureza**, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 37-52, abr. 2015. Fap. UNIFESP (SciELO). Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-451320150103>.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

SENAI/FIERN, **Balança Comercial do Rio Grande do Norte**. Janeiro (2021). Disponível em: <https://www.rn.senai.br/wp-content/uploads/2021/02/Balan%C3%A7a-Comercial-do-RN-Janeiro-2021.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2021.

SOUZA, M. C. A. **Crescimento econômico, inovação e empreendedorismo**. 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/18843>. Acesso em: 17 nov. 2021.

SILVA, J. L. M.; MONTALVÁN, D. B. V.. Exportações do Rio Grande do Norte: estrutura, vantagens comparativas e comércio Intra-Indústrial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.L.], v. 46, n. 2, p. 547-568, jun. 2008. Fap. UNIFESP (SciELO). Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20032008000200010>.



SILVA, B. L. R.; LUNELLI, F. ; CLETO, C. I. As exportações brasileiras e a dependência das commodities / Brazilian Exports and Dependence on commodities. **Brazilian Journal Of Development**, [S.L.], v. 7, n. 2, p. 15140-15160, 2021.

SILVA, M. L. da *et al.* A Inserção Comercial do Estado do Rio Grande do Norte no Período Recente (2010-2014). **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, Natal - Rn, v. 04, n. 02, p. 1-7, 2014.

SILVA, M. F.; RESENDE, L. L.; QUERINO, F. F.; RIBEIRO, F. F.; SILVA, C. A. Vantagens e desvantagens do processo de importação e nacionalização de produtos em uma indústria de reatores e luminárias. **Anais [...]**. Congresso Brasileiro de Custos - ABC, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4564>. Acesso em: 25 mai. 2022.

Subsecretaria de defesa comercial e interesse público, **SDCOMMECUM: Governo Federal**, 2022. 544 p. Disponível em: https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/arquivos/guias/copy2_of_SDCOMMECUM_VERSOFINAL.pdf. Acesso em: 18 abr. 2022.

SOUZA, P. O. C. ; SILVA, M. L.. Aspectos gerais da inserção comercial brasileira no mercado internacional. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, [S.L.], v. 6, n. 2, p. 5-29, 2 mar. 2018. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Doi: <http://dx.doi.org/10.21680/2316-5235.2017v6n2id16700>.

TAVARES, A. C. O. K. **O porto de natal: sua importância para o comércio exterior do RN**. 2013. 62 f. Monografia (Especialização) – Curso de Engenharia Civil, Departamento de Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/centrais-de-conteudo/anna-claudia-oliveira-kiermes-tavares-pdf/@@download/file/anna-claudia-oliveira-kiermes-tavares.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.

VIANA, J. G. A.; MORAES, M. R. E. de; DORNELES, J. P. Dinâmica das importações de carne ovina no Brasil: análise dos componentes temporais. **Seminário: Ciências Agrárias**, [S.L.], v. 36, n. 31, p. 2223, 2 jul. 2015. Universidade Estadual de Londrina. Doi: <http://dx.doi.org/10.5433/1679-0359.2015v36n3supl1p2223>.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



CIÊNCIAS CONTÁBEIS



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS BANCOS DIGITAIS, NO PERÍODO DE 2018 A 2020

José Sueliton Moraes de Moura

Graduado em Ciências Contábeis – UERN

E-mail: suelitonmoura@hotmail.com

Arthur José Rodrigues de Carvalho

Graduado em Administração - UNP

E-mail: arthur.aarth@gmail.com

Cássio Rodrigo da Costa Almeida

Mestre em Administração - UFERSA

E-mail: cassiorodrigocontabilidade@hotmail.com

Keliane de Melo Ramalho

Mestranda em Ciências Contábeis – UFRN

E-mail: keliane.melo.14@gmail.com

Sabrina Paulino de Oliveira

Mestranda em Ciências Contábeis – UFRN

E-mail: sabrinauern@gmail.com

RESUMO

As *Fintechs* acabaram ganhando espaço no mercado bancário, adotando um novo modelo de negócio, com tendência tecnológica, proporcionando facilidade na adesão de seus produtos/serviços, diminuindo a burocratização e focando no fortalecimento do relacionamento de longo prazo com os seus clientes. Dessa forma, o estudo tem como objetivo analisar o comportamento econômico-financeiro dos principais bancos digitais, no período de 2018 a 2020, comparando os índices de solvência/liquidez, capital/risco e rentabilidade/lucratividade das entidades. Quanto à metodologia, tem-se que a pesquisa é qualitativa, classificando-se como descritiva, documental, bibliográfica, longitudinal e estudo de múltiplo caso, no qual descrever as características das eminentes instituições financeiras digitais, com base nos demonstrativos contábeis publicado por essas entidades em vários exercícios sociais. Os relatórios contábeis utilizados foram os balanços patrimoniais e demonstrativos de resultados do exercício consolidado de conglomerado das instituições financeiras envolvida no estudo. Nos resultados foram evidenciados que a maioria dos bancos tinha recursos para cobrir as dívidas, apresentaram baixo financiamento de ativo por capital próprio, sendo que os recursos obtidos de terceiros eram pouco aproveitados para alocação de capital da empresa, com um aumento do grau de alavancagem financeira e as entidades trabalham com lucro no negativo. Portanto, o presente trabalho contribuir para a construção do conhecimento econômico-financeiro



relacionado aos bancos digitais, contribuindo com informações contábeis para os *Stakeholders*.

Palavras-chave: bancos digitais; indicadores; contabilidade.

1 INTRODUÇÃO

As instituições bancárias pertencem ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), órgão que regula todas as organizações monetárias, e são supervisionadas pelo Banco Central (BC). Essas entidades realizam a intermediação entre os agentes superavitários os agentes deficitários, ou seja, daqueles de que tem recursos financeiros sobrando para aqueles que precisam de empréstimos, cheque especial, cartão de crédito, financiamentos de veículos, imobiliário, e entre outros produtos bancários (ASSATO, 2021). O mercado bancário, no Brasil, vem passando por um processo de evolução, com finalidade na busca por maior competitividade, segurança e aperfeiçoamento nos seus processos, tudo com objetivo de atender às necessidades dos clientes (MARQUES, 2019). Diante disso, surgiram novos modelos de negócios para os bancos, conhecidos como bancos digitais, nas quais trazem serviços personalizados, desburocratização e fidelização de seus usuários (ANDRADE, 2019; SILVA; D'SOUZA, 2021).

A *Fintech* é um banco digital que utiliza a tecnologia para realizar operações bancárias, com objetivo de proporcionar o fortalecimento de longo prazo com os seus clientes. Esse novo modelo não se restringindo somente ao acesso dos seus serviços bancários, através da internet, mas sim contemplando um portfólio de produtos e serviços, tais como: atendimento de canais eletrônicos, *Mobile Banking*, *Internet Banking* e entre outros. São exemplos de banco que adotam este novo modelo de negócios o Nubank, Banco Inter, C6, Neon, Next e Agibank (NAZARÉ *et al.*, 2020; SILVA; D'SOUZA, 2021). Com isso os bancos digitais vêm usufruindo de indicadores como ferramentas de gestão, que contém informações contábeis como fonte principal para a análise de desempenho da entidade, no qual o exame do balanço financeiro vai permitir extrair dos demonstrativos contábeis informações úteis sobre o seu desempenho econômico e financeiro, atendendo aos objetivos dos *stakeholders* (ASSATO, 2021).

Esse estudo justifica que com o advento do acesso à internet e a disseminação de aparelhos portáteis, o *Internet Banking* e *Mobile Banking*, possibilitaram maior comodidade aos usuários, nas quais utilizaram os serviços bancários; dessa forma, o setor financeiro vem apresentando maior adesão aos meios eletrônicos em seus negócios (ANDRADE, 2019; NAZARÉ *et al.*, 2020). Segundo a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN, 2021), o número de atendimento bancário por canais digitais como o *Chatbot* representou 87% dos atendimentos ao cliente em 2020, bem como as transações bancárias por *Mobile Banking* representou 52,9 bilhões de transações bancários de um total de 103,5 bilhões de operações no mesmo ano. Com isso, ocorreu um aumento das aberturas de contas, exemplificado no banco digital Next, Inter e Nubank que possuem mais de 1 milhão de contas abertas. O primeiro mais de 1,8 milhão de abertura ao final de 2019, o segundo excedeu 4 milhões e o terceiro com base de 19,7 milhões de clientes



(FURTADO; MENDONÇA, 2020). Diante disso, a disseminação das contas digitais proporcionado por uma maior facilidade no seu acesso, com baixo custo nas transações, gerando satisfação e retenção de clientes, além de possibilitar uma maior eficiência no desempenho econômico e financeiro dessas instituições (SILVA; D'SOUZA, 2021).

A partir desse contexto a pesquisa tem como problemática: **Qual o comportamento dos principais bancos digitais no âmbito econômico e financeiro no período de 2018 a 2020?** Em vista disso o objetivo geral do estudo é analisar o comportamento econômico e financeiro desses bancos digitais no período de 2018 a 2020.

Convém destacar que este estudo irá contribuir para análise do comportamento das *Fintechs* no período de 2018 a 2020, pois possuem poucas publicações acadêmicas relacionadas a essa temática. É essa pesquisa contribuirá como acervo para futuras consultas de posteriores trabalhos relacionados com o assunto de bancos digitais.

O artigo está separado em cinco seções, que busca mostrar o estudo de pesquisa e seu desenvolvimento. A primeira seção se refere à introdução do tema, no qual está elencado a contextualização da temática, problemática, objetivos e justificativas do mesmo. A seção dois traz como base o referencial teórico, que vai desde a história do surgimento do banco (com foco nas *Fintechs*), os bancos digitais e por último o conteúdo de indicadores contábeis. Na seção seguinte está descrito a metodologia em que a pesquisa foi feita e como a amostra estudada foi selecionada para realização do trabalho. O quarto vem trazendo os resultados, bem como a sua análise. Na última seção, serão apresentadas as considerações finais, que busca conectar todo o trabalho corroborando ou discordando com os resultados analisados nesse estudo

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BANCOS

O Brasil passou uma crise fiscal e financeira no período de 1964 a 1994. No qual ocorreu inflação alta, não conseguiram implantar um plano para a estabilização e por último não tinha credibilidade e confiança com os investidores externos. Diante disso possibilitou os bancos a terem lucros excessivos em virtude de aplicações financeiras. Mas em 1994, foi implantado o plano real, em que possibilitou a estabilização da economia brasileira, colocando em evidência a questão da eficiência dos desempenhos organizacionais, pois os bancos foram obrigados a aumentar as tarifas pelas prestações dos seus serviços financeiros (SILVA; D'SOUZA, 2021).

Os bancos integram ao sistema financeiro nacional, por meio dele, ocorre a captação de recursos dos agentes poupadores que disponibilizam seu capital para os agentes deficitários, em que esse sistema visa transferir dinheiro dos que consomem menos que sua renda, para os que consomem mais. Essas instituições têm funções de remunerar os agentes poupadores mediante o pagamento de juros, promovendo o financiamento e investimento e por último realizar serviços de pagamento e cobrança para os seus clientes cobrando uma tarifa para a sua realização, assim são tratadas como organizações com fins lucrativos (ASSATO, 2021).



Diante disso, as instituições financeiras bancárias utilizando o artifício de aumentar ou diminuir os valores cobrados para aqueles que precisam do seu produto/serviço, como também, gerando maiores ou menores entraves na tomada de empréstimo. Tudo isso visando gerar lucro para as instituições, mesmo em períodos históricos e contextos socioeconômicos diferentes, pois as entidades adaptam sua atuação em prol do propósito maior, que é a lucratividade para a mesma, baseado no cenário onde estão inseridos.

Através das necessidades de cada cliente, em que é algo particular, possibilitou a vários bancos tradicionais, que tinham atendimento generalista, se reorganizarem para criar tipos específicos de instituições com atendimento voltando aquela determinada segmentação de negócio, tornando-se especialistas de determinado nicho de mercado. Como destacado pelo Banco Central do Brasil (2021), em que existem o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal, ambas são empresas pública, onde o primeiro trabalha com financiamentos de longo prazo e o segundo com concepção de crédito e/ou financiamento para os segmentos sociais. Além desses, ainda compõem o setor bancário: Banco de Câmbio, Banco Comercial, Banco de Desenvolvimento, Banco de Investimento e Banco Múltiplo.

Do mesmo modo, por Marcelino (2018) os bancos são classificados em bancos comercial, banco de investimento e banco múltiplo. O primeiro vem atuando na captação de recursos através de depósito à vista e a prazo como contas-correntes, conta poupança, empréstimos pessoais, cartões de créditos e entre outros produtos e serviços bancários para o financiamento de curto e médio prazo. O segundo vem trabalhando com os financiamentos de investimentos de longo prazo para os estabelecimentos comerciais e também depósito a prazo de recursos vindo do exterior, com o propósito de subsidiar o capital fixo e de giro dessas empresas, o mesmo não captar por depósito à vista. O terceiro é constituído de no mínimo na união de duas carteiras podendo ser comercial, investimento, crédito imobiliário, financiamento e arrendamento mercantil, sendo necessário que uma das carteiras seja comercial ou de investimentos. Os bancos digitais também podem adotar essas classificações, tudo vai depende de que forma as *Fintechs* vão atuar no mercado bancário.

2.2 FINTECHS/BANCOS DIGITAIS

Em meados de 2005, os bancos começaram a investir em tecnologia, adotando uma estrutura *Lean*, com o propósito de diminuição de seus custos, facilidade no acesso e foco na relação com o cliente. Por volta de 2015 surgiu a movimentação bancária digital que ganhou força no Brasil, trazendo inovação nos serviços e produtos financeiros. Diante desse cenário surgiu as empresas que apresentavam um modelo de negócio financeiro adepto a tecnologia chamada de *Fintechs*. Esses modelos de negócio eram responsáveis por aberturas de contas digitais, disponibilizando um ambiente tecnológico nas transações bancárias, sem precisa das estruturadas tradicionais que os bancos adotam (FURTADO; MENDONÇA, 2020).

As *Fintechs* são empresas que oferecem serviços financeiros de forma inovadora, utilizando de forma massiva a tecnologia, tudo isso com foco em proporcionar a melhor



experiência aos seus clientes, como também atendendo as necessidades do mesmo. Essas instituições conseguiram unir a tecnologia com mercado financeiro de forma inovadora, com isso permitiu os produtos e serviços bancários como empréstimos, contratação de seguros, a operação no mercado financeiro, com um formato menos burocrático, ou seja, os bancos digitais ampliam o seu portfólio de mercadorias adaptáveis às necessidades de clientes digitais, na qual essas entidades contratam especialistas em tecnologia de informações para elaborar os projetos tecnológicos da instituição bancária (ANDRADE, 2019; ARAUJO, 2018; SILVA; D'SOUZA, 2021). Apesar da mudança que surgiu nas instituições financeiras, com a aplicação de tecnologia a seu favor, possibilitou a mesma a ganhar novos clientes, com propostas inovadoras.

Com essa categoria de modelo de negócio adotado pelos bancos digitais, promoveram uma nova visão das espécies bancário, em que essas entidades utilizam tecnologia, com baixos custos operacionais e ganhos em escalabilidade de sua empresa (CARDOSO, 2018; NOGUEIRA NETO; ARAUJO, 2020). Mas os padrões tradicionais geram muitas insatisfações dos seus clientes, essas preocupações foram tratadas pelos bancos digitais, com isso os bancos convencionais fizeram mudanças nas estratégias que estavam adotando (ASSATO, 2021; MARQUES, 2019). Pois, essas transformações que ocorreram no modelo de negócio das entidades, foram através da percepção que as instituições tradicionais deixavam para os seus clientes.

Diante das mudanças que ocorreram no setor bancário em direção ao online *banking*, em que os serviços são entregues através da internet. Hoje, ainda existem uma diferença entre os bancos digitais e os bancos digitalizados, esses são bancos tradicionais que estão passando pelo processo de digitalização bancária, já o banco digital envolve serviços online com a utilização do *Application Programming Interfaces* (APIs), em que permitirá proporcionar diversas a interface com o usuário simples, além das vantagens para os correntistas, como tarifas mais baixas e atendimento pelo telefone celular, *Chatbot* e entre outros, tudo isso levando a satisfação do mesmo (FURTADO; MENDONÇA, 2020).

Como os bancos digitais preocupam com atender as necessidades de seus clientes e com qualidade nas prestações de serviços, esse modelo proporcionou o aumento das *Fintechs* no Brasil. Mas somente alguns se destacaram, por sempre possibilitarem a inovação como o Nubank (o maior em número de contas com o total de 19,7 milhões clientes), Banco Inter (ultrapassou 4 milhões de clientes no final de 2019), C6 (Chegou recentemente a 1 milhão de usuários), Neon (Quase 2 milhões de contas ativas), Next (Que alcançou mais de 1,8 milhão de contas ao final de 2019), pois todas essas entidades utilizaram tecnologia artificial para entender a demanda e solucionar problemas dos seus correntistas (FINTECHLAB, 2021; FURTADO; MENDONÇA, 2020). Esses bancos utilizam as demonstrações contábeis, como principal fonte de informações, com o propósito de identificar a situação atual da empresa e de que forma poderiam melhorar o desempenho da mesma (ASSATO, 2021).

Através da inserção das tecnologias no ambiente bancário, facilitaram o crescimento de várias instituições financeiras digitais no mercado, permitindo a satisfação dos seus clientes, pois estão proporcionando mais vantagens e benefícios econômico e financeiro, do que os tradicionais, como a facilidade de abertura de conta, bem como no



acesso aos portfólios de produtos e serviços ofertados por essas entidades. Com isso, evidenciando a necessidade de um gerenciamento eficiente, baseado em informações contábeis.

2.3 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS BANCOS

Como o mercado bancário está passando por um processo de alta competitividade, as instituições financeiras que possuem os demonstrativos contábeis como diferencial, proporcionará aos clientes garantia, segurança e solidez no negócio (MARQUES, 2019; SILVA; D'SOUZA, 2021).

2.3.1 Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras evidenciam a questão econômica e financeira das empresas, com objetivo de atender a diversos usuários, mas essas informações contábeis devem ser representadas de forma fidedigna, evidenciando se a entidade performou bem ou se é preciso obter recurso junto aos investidores. As análises dos relatórios contábeis atuais com comparação aos anteriores, tem que fornecer subsídios ao *stakeholder* para inferir sobre o futuro da instituição, pois extraem informações para retratar a condição financeira da empresa durante determinado período, bem como mostram os pontos fortes e fracos da empresa analisada (ASSATO, 2021; HENRIQUE, 2021).

Assim segundo a norma brasileira de contabilidade estrutura conceitual (CFC, 2021), o objetivo das demonstrações contábeis é “fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam uteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisão econômica”. Desse modo, os relatórios contábeis, gerado pelo profissional contábil da empresa, vem evidenciando de forma transparente as contas econômico e financeiro das entidades, com vista em ser algo analisado de forma periódica pela instituição financeira, pois retrarão a solidez e a credibilidade da mesma.

As principais ferramentas contábeis que geram elementos suficientes para a análise e decisão dos usuários são o Balanço Patrimonial e a demonstração de resultado, permitindo o entendimento no comportamento contábil-financeiro da entidade. Aquela evidência os Bens, Direitos e Obrigações com terceiro e acionistas em um determinado exercício social, dividido em três grandes contas: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

Segundo Marion (2009, p. 56-57):

Os Ativos são todos os bens e direitos de propriedade da empresa, mensuráveis monetariamente e que representam benefícios presentes ou futuros para a empresa. Passivo evidência toda obrigação que a empresa tem com terceiros, isto é, no momento que a dívida vencer será exigida a sua liquidação. O Patrimônio Líquido é também denominado capital próprio, isto é, recursos dos próprios sócios ou acionistas.

Já a Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) evidência as apurações da empresa, retratando as movimentações das receitas e despesas na opinião de Assaf Neto



(2015). Como as instituições financeiras estão inseridos em contexto de ampla concorrência, essa análise das demonstrações contábeis permitiu observar as particularidades desse segmento, possibilitando o auxílio na tomada de decisão (ASSAF NETO, 2015). O desempenho econômico-financeiro é essencial para setor bancário, pois os mesmos utilizando de indicadores financeiros que permitiram aos gestores elaborem um planejamento estratégico com propósito de melhorar a sua performance (SILVA; D'SOUZA, 2021).

Logo, existem normas internacionais e legislações que venham regulamentar os relatórios contábeis para ser utilizado no conhecimento sobre a performance das empresas, permitindo o embasamento para a tomada de decisão, baseado na realidade da entidade e no contexto em que a mesma está inserida.

2.3.2 Indicadores Financeiros

A performance deve ser analisada comparando com os dos concorrentes, para mensurar de forma justa, observando qual a tendência dos indicadores financeiros, ajustando as projeções da entidade. Essas comparações de determinado índice, refletem que quando mensurada isoladamente não produz informação fidedigna da situação econômica- financeira da instituição bancária, assim comprometendo a tomada de decisão da administração, com isso, auxiliando na análise do segmento bancário (ASSAF NETO, 2015; ASSATO, 2021).

Pois, apesar de existirem várias ferramentas contábeis que evidenciem a situação econômico-financeira de uma determinada instituição, o profissional responsável pela coleta de informações desses índices, como também escolher os indicadores que reflita a realidade da empresa, devendo ser analisado de forma conjunta para auxiliar nas tomadas de decisões do mesmo, de modo a proporcionar a transparência e credibilidade nas informações para os *stakeholders*.

Através disso, os principais indicadores que foram estudados nesse trabalho: Solvência e Liquidez, Capital e Risco, Rentabilidade e Lucratividade. O primeiro grande grupo de indicadores é o de solvência e liquidez de uma instituição financeira, no qual aquele demonstrar o valor dos ativos excede os de seus passivos, e o outro reflete a capacidade financeira da instituição em pagar suas obrigações, através da realização de seus direitos, sendo representado pelos indicadores encaixe voluntário, liquidez imediata, índice de empréstimo/ Depósito e participação de empréstimo. O segundo tem por objetivo identificar o volume adequado de capital próprio da instituição, mostrando qual o capital mínimo da entidade, já que as instituições estão expostas a questão econômica, monetária e a oscilação de juros de um país, evidenciado pelos índices de independência financeira, *Levarage* e relação de capital/depositantes. Por último índice que evidenciar a rentabilidade e os lucros que as instituições financeiras durante o exercício social, que são retratados pelo retorno sobre o investimento e patrimônio (ASSAF NETO, 2015; ASSATO, 2021).

O Quadro 1 mostra os indicadores financeiros com suas descrições e as suas fórmulas.



Quadro 1 – Indicadores Financeiros (continua)

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
Encaixe Voluntário (EV)	Representar a capacidade de cobrir os saques contra depósitos à vista. Quanto mais alto o valor maior segurança proporcionará (ASSAF NETO, 2015).	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Depósitos à Vista}}$
Liquidez Imediata (LI)	Verificar a disponibilidade de saldo imediato para quita suas obrigações, considerando apenas os recursos acessíveis de forma imediato. Quando maior que 1,0 mostrando que tem recurso para cobrir de forma total os depósitos (ASSAF NETO, 2015; ASSATO, 2021).	$\frac{\text{Disponibilidades} + \text{Aplic. Interfinanceira}}{\text{Depósitos à Vista}}$
Índice Empréstimos/ Depósitos (IED)	Representar a relação do empréstimo disponibilizado pela instituição financeira com os depósitos feitos, em que demonstra que R\$1,00 de dinheiro capturados por depósitos foi emprestado outro valor. Quanto maior indicar maior rentabilidade e diminuição no atendimento a eventuais saque dos seus clientes (ASSAF NETO, 2015; ASSATO, 2021).	$\frac{\text{Operações de Créditos}}{\text{Depósitos}}$
Participação de Empréstimos (PE)	Evidenciar o quanto é aplicado em operações de crédito do total em percentual do ativo total, assim quanto mais alto de empréstimos em relação aos seus ativos totais irão gerar uma baixa liquidez para instituição, com isso indicando que precisa de acréscimo nos resultados operacionais (ASSAF NETO, 2015; ASSATO, 2021).	$\frac{\text{Operações de Créditos}}{\text{Ativo Total}}$
Independência Financeira (IF)	Evidenciar o quanto do ativo é financiado pelo capital Próprio (ASSAF NETO, 2015; ASSATO, 2021).	$\frac{\text{Patrimônio líquido}}{\text{Ativo Total}}$



<i>Levarage</i>	Mede quantas vezes o ativo do banco são maiores que o recurso próprio investido (ASSAF NETO, 2015; ASSATO, 2021; MATARAZZO, 2010).	$\frac{\textit{Ativo}}{\textit{Patrimônio Líquido}}$
Relação Capital/ Depositantes (RCD)	Relação dos capitais próprios com os capitais de terceiro, no formato de depósitos. Diante disso mostra que a cada R\$ 1,00 de captação dos bancos, na forma de depósitos, quanto foi aplicado nos recursos próprios (ASSATO, 2021).	$\frac{\textit{Patrimônio Líquido}}{\textit{Depósitos (Passivo)}}$
Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	Mede o ganho percentual investido pelo acionista, em que cada R\$1,00 aplicado, qual seria o retorno líquido para seus acionistas (ASSATO, 2021; ASSAF NETO, 2015; MATARAZZO, 2010).	$\frac{\textit{Lucro Líquido}}{\textit{Patrimônio Líquido}}$
Retorno sobre o Investimento Total (ROA)	Mede o retorno sobre o capital investido, evidenciando a da eficiência do gerenciamento das instituições financeiras (ASSATO, 2021; ASSAF NETO, 2015).	$\frac{\textit{Lucro Líquido}}{\textit{Ativo Total}}$

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

3 METODOLOGIA

A pesquisa teve natureza qualitativa utilizada nas interpretações de acontecimentos e atribuições de seus significados, sem precisar de métodos estatísticos (PRODANOV; FREITAS, 2013). O objetivo do estudo descritivo, na qual estudou as descrições das particularidades de um grupo de fenômeno (GIL, 2002). A análise apresentou uma relação longitudinal com o tempo, pois as coletas de dados foram realizadas no transcorrer de um lapso temporal (CRESWELL, 2007).

O procedimento adotado no estudo foi de revisão bibliográfica, documental e estudo múltiplo de casos, como delineamento da pesquisa. O primeiro é elaborado de materiais (livros, artigos científicos, revistas e entre outros) que já foram publicados. o segundo assemelha-se ao primeiro, mas o documental não passou por um tratamento profundo nos documentos. O último utilizar uma metodologia de compreensão profunda



das variáveis em diferentes contextos, com isso possibilitando que a mesma técnica seja replicada a outros trabalhos (GIL, 2002; PRODANOV; FREITAS, 2013).

Os artigos utilizados no trabalho foram através das pesquisas nas bases de dados como: google acadêmico, *Scielo* e periódico capes, mediante utilização das palavras chaves como Banco Digital, *Fintechs*, Demonstração contábeis, relatório financeiro e contabilidade. A escolha dos bancos para o estudo foi com o manuseio da plataforma do google *Trends*, com a palavra de buscar bancos digitais, no Brasil, dentro do período de 17/08/2016 até 17/08/2021, no qual foram selecionados os bancos dentro dos 25 termos apresentado, há que eram de instituição privadas e não fazendo parte de conglomerado de bancos tradicionais. Os demonstrativos contábeis utilizados, foram os balanços patrimoniais e demonstrativos de resultados do exercício consolidado dos conglomerados das instituições financeiras bancárias digitais, nos períodos de 2018 a 2020, localizados nos sites institucionais das entidades e do *bancodata* e *ifdata* do BACEN, como também da B3 e FEBRABAM. Os dados que serão extraídos dos seus relatórios vão ser interpretados através de indicadores financeiros das categorias: Solvência/Liquidez, Capital/Risco e Rentabilidade/Lucratividade. As instituições financeiras utilizadas na pesquisa estão representadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Ranking de Bancos digitais

RANKING	TERMO	NÍVEL
1	Banco	100
2	Dados digitais	98
3	Banco do Brasil	30
4	Bb	29
5	Banco Inter	18
6	Escritório de Negócios	15
7	Itaú	9
8	Itaú Unibanco	9
9	Nubank	8
10	Crédito	7
11	Dinheiro	7
12	Pessoa jurídica	7
13	Bradesco	7
14	Cartão de crédito	7
15	Grupo Santander	5
16	Poupança	5
17	Saque	5
18	Neon	4
19	Investimento	4
20	Banco Original	4
21	C6 Bank	4
22	Banco PAN	4



23	Banco next	4
24	Transferência bancária	3
25	Boleto bancário	3

Fonte: Elaborador pelos autores (2021).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através dos dados obtidos dos Balanços Patrimoniais e Demonstrações do Resultado consolidado do conglomerado das instituições financeiras bancárias, apresentados pelos bancos digitais: INTER S.A., NU PAGAMENTOS S.A., NEON S.A., ORIGINAL S.A. e C6 BANK S.A., no período de 2018 a 2020. Diante disso foram feitos ajustes em relação à compilação dos dados, quando os relatórios contábeis não apresentam a descrição dos grupos de contas conforme os cálculos dos indicadores estudados, essas adequações foram baseadas nas Notas Explicativas das instituições envolvida na pesquisa.

4.1 ÍNDICES DE SOLVÊNCIA/LIQUIDEZ

Os índices de liquidez como critério utilizados na pesquisa foram: encaixe Voluntário, Liquidez Imediata, empréstimos/depósitos e participação de empréstimos. Dessa forma, a Tabela 1 apresenta os índices de Encaixe voluntário e Liquidez Imediata.

Tabela 1: Índices de Encaixe voluntário e liquidez Imediata dos bancos digitais de 2018 a 2020

	Encaixe Voluntário			Liquidez Imediata		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Inter	2,50	0,05	0,07	2,74	1,60	0,40
Nubank	-	-	-	-	-	-
Neon	-	-	-	-	-	-
Original	0,20	0,19	0,12	2,14	2,09	2,79
C6 Bank	-	1,15	0,44	-	2,93	1,30

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os dados examinados em cada relatório financeiro contábil sobre o indicador encaixem voluntário, evidenciado na Tabela 1, expõem que capacidade de uma instituição cobrir os seus compromissos de saques, baseado nos seus depósitos à vista. O Banco Inter diminuiu esse indicador em 257,14% e o Banco Original em 66,67% no período. Já o Nubank e Neon não apresentaram resultados desse indicador no período. O Banco C6 não apresentou valores em 2018, mas teve uma redução de 161,37% em 2020, em relação à 2019. Diante disso, o Banco Inter, em 2020, teve um aumento de depósitos à vista em torno de 221%, como também houve nesse período um aumento da conta disponibilidade em relação ao ano anterior, fazendo com que seu índice aumentasse 38% em comparação ao ano anterior, conforme o relatório contábil da instituição. Apesar de tudo as entidades



de acordo com Assaf Neto (2015) ainda têm recurso para liquidar suas dívidas no curto prazo.

Já os índices de liquidez imediata identificados na Tabela 1 demonstram que o Banco Inter diminuiu de 2,74 em 2018, para 0,40 em 2020, pois, conforme as notas explicativas da mesma houve uma diminuição da aplicação interfinanceira de liquidez, principalmente nos títulos do tesouro direto. O Banco Original obteve a maior média entre os bancos: 2,34. O Banco C6, apesar de ter diminuído 2,93 em 2019 para 1,30 em 2020, ainda assim ficou acima de 1,0. Diante disso corroborando com o estudo de Assato (2021) no qual informa que as instituições que apresentam valores desse índice maiores de 1,0 conseguir cobrir integralmente seus os depósitos.

Nos bancos Nubank e o Neon, segundo as notas explicativas, não ocorreram depósitos à vista nestes períodos, mas ocorreram outro depósito, depósito a prazo e pagamento pré-pago, fora isso a primeira teve uma reclassificação da conta depósitos de recibo bancário para a rubrica de depósito a prazo. Já no banco C6 Bank foram evidenciados nos relatórios financeiros que a entidade foi constituída em outubro de 2018, assim não ocorrendo nenhuma categoria de depósito. Com isso não ocorrendo valores para os indicadores de encaixe voluntário e liquidez imediata para essas instituições, nesse lapso temporal. Na Tabela 2, foram expostos os índices de solvência Empréstimo/Depósitos e participação de Depósitos dos Bancos digitais.

Tabela 2: Índices de solvência Empréstimo/Depósitos e participação de Depósitos do Bancos digitais

	Índice Empréstimos/Depósitos			Participação de Empréstimo		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Inter	1,25	0,80	0,50	53,16%	39,67%	31,50%
Nubank	0,00	1,14	0,59	0,00%	47,74%	34,46%
Neon	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Original	1,26	0,77	0,58	15,99%	34,92%	30,88%
C6 Bank	-	0,08	0,65	0,00%	1,02%	9,89%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os índices de solvência empréstimo/depósitos dos Bancos Original e do Inter diminuíram esse indicador em 117,24% e 150% no período, respectivamente. O Nubank ocorreu uma diminuição de 93,22% em 2020, com relação à 2019. O Banco C6 teve um aumento 712,5% em 2020, em relação à 2019. Assim, quando há um aumento desse indicador, ocasiona o risco dessa entidade em não atender a demanda de saques e promove uma maior lucratividade para o banco (ASSAF NETO, 2015). O banco Neon obteve uma média zero nesse indicado, pois conforme o relatório contábil da instituição, a mesma teve valores na conta depósitos e não obteve operações de empréstimos. Apesar de alguns bancos ocorrerem uma diminuição nesse indicador, ainda assim, corroboraram com a pesquisa de Marcelino (2018) que informa que as instituições financeiras têm recursos para cumprir com suas obrigações.

Os dados apresentados no indicado de participação de empréstimos no Banco Inter e Nubank, ocorreram uma diminuição, o primeiro de 21,66% no período analisado e o



segundo de 13,28% em 2020, com relação à 2019. O C6 Bank houve um aumento de 8,87% em 2020, em relação à 2019. Assim confirmando o estudo de Assato (2021) e Marcelino (2018), em que esse índice evidencia a porcentagem de recursos da instituição financeira aplicada em operações de crédito, demonstrando que valores elevados representam baixo nível de liquidez e altos resultados operacionais.

Logo o banco Neon obteve uma média zero nesse indicador no período analisado e também o banco Nubank obteve o valor 0 em 2018, pois conforme os relatórios contábeis das instituições, onde não obtiveram operações de empréstimos nesse intervalo pesquisado. Mas o C6 Bank mesmo constituída em outubro de 2018, consoante o relatório financeiro, obteve valores do seu ativo total e não na conta operações de empréstimo e depósitos, no seu exercício social da empresa, por isso obteve indicador de participação de empréstimo zero e não teve resultado no de empréstimos/ depósitos.

4.1 ÍNDICES DE CAPITAL/RISCO

Em se tratando dos Índices que visam demonstrar o volume do capital próprio das instituições financeiras, tem-se: A independência financeira, *leverage* e a relação de capital/depositantes. Assim como, seguem dispostos na Tabela 3:

Tabela 3: Índices de Capital/Risco dos bancos digitais de 2018 a 2020

	Independência Financeira			Leverage			Relação Capital/Depositantes		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Inter	0,17	0,22	0,17	5,94	4,55	5,91	0,40	0,44	0,27
Nubank	0,10	0,04	0,03	9,97	25,90	34,68	0,44	0,09	0,05
Neon	0,05	0,35	0,30	20,58	2,87	3,37	0,08	1,39	1,13
Original	0,20	0,18	0,14	5,01	5,64	7,40	1,58	0,39	0,25
C6 Bank	0,65	0,18	0,19	1,55	5,68	5,25	-	1,40	1,24

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

De acordo com os dados da Tabela 3, evidenciou no triênio que os bancos Nubank e Original, em relação ao indicador de independência financeira ocorreu uma diminuição no período estudado, o primeiro foi de 233,34% e o segundo de 42,56%. As outras entidades permaneceram de forma irregular nos seus triênios, em que a Inter, Neon e C6 Bank apresentaram as médias, respectivamente: 0,18, 0,23 e 0,34. Isso confirma com o estudo de Assaf Neto (2015) que esta ferramenta serve para medir o quanto de um ativo é financiado pelos recursos da própria entidade.

O índice seguinte, *Leverage*, que evidencia o grau de alavancagem financeira do banco, no qual os dados analisados das instituições financeiras Inter, Neon, Original e C6 Bank, obtiveram, respectivamente as seguintes médias: 5,47, 8,94, 6,02 e 4,16. O banco Nubank, foi a que mais se destacou no indicador estudado, com uma média de 23,52, assim evidenciando que a cada 1% de rentabilidade de seus ativos, os sócios ficam com 23,52%. Diante disso discordam de Nogueira Neto e Araujo (2020) e Silva e D'Souza (2021) que informa que o principal objetivo das *Fintechs* é a disruptura do modelo adotado pelos bancos tradicionais, onde as instituições bancárias clássicas preconizavam



a elevação da rentabilidade para os seus proprietários, sem a busca de um serviço de excelência para os seus clientes.

Em relação às informações geradas pelo indicado financeiro-econômica capital/depositantes vem revelando a relação do quanto do recurso adquirido de terceiro sobre a forma de depósito, o quanto foi investido com recursos próprios. Dessa forma evidenciou os dados do Banco Inter e Neon com médias no período analisado de 0,37 e 0,86, respectivamente, já o C6 Bank obteve uma média de 1,32 nos anos de 2019 e 2020. O Nubank e o Banco Original, foram colocados em evidência, em que ambos diminuíram esse indicador, o primeiro em 780% e o segundo em 532%, dessa forma consoante as notas explicativas das respectivas instituições, em que, aquele obteve um aumento 3 milhões em média da conta depósito de 2020 em relação a 2019 e um crescimento de 36% de contas de pessoas físicas em relação a 2019, atingindo 4,1 milhões clientes em 2020. E o segundo teve um crescimento de depósitos em média de 19 milhões em relação a 2019, tudo isso por a instituição sempre inovar nas modalidades de aplicações com resgate programado, com coberturas de FGC, 100% de CDI e entre outros produtos financeiros, assim contribuindo para a diminuição dos valores nesse índice econômico-financeiro dessas *Fintechs*.

4.3 ÍNDICES DE RENTABILIDADE/LUCRATIVIDADE

Para a demonstração dos Índices de rentabilidade dos Bancos digitais estudados, nos períodos de 2018 e 2020, baseado nos indicadores de retorno sobre o Patrimônio líquido (ROE) e o índice de retorno sobre o investimento (ROA), demonstrado na Tabela 4:

Tabela 4: Índices de rentabilidade/lucratividade dos bancos digitais de 2018 a 2020

	ROE			ROA		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Inter	5,98%	2,70%	0,93%	0,99%	0,58%	0,15%
Nubank	-9,33%	-31,21%	-16,00%	-0,94%	-1,21%	-0,46%
Neon	-1621,34%	-66,73%	-76,27%	-78,78%	-23,27%	-22,61%
Original	0,12%	-0,15%	-21,12%	0,02%	-0,03%	-2,85%
C6 Bank	0,05%	-55,69%	-34,34%	0,03%	-9,81%	-6,54%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os dados evidenciados no indicado de retorno sobre o patrimônio líquido no banco Inter, mostrou um trabalho positivo no triênio sendo 5,98% em 2018, 2,70% em 2019 e 0,93% em 2020. Já as outras instituições financeiras trabalharam no negativo, como o Nubank que teve -9,33% em 2018, -31,21% em 2019 e -16% em 2020, Banco Original 0,05% em 2018, -55,69% em 2019 e -34,34% em 2020 e o C6 Bank apresentando 0,12% em 2018, -0,15% em 2019 e -21,12% em 2020. O Neon que teve -1621,34% em 2018, -66,73% em 2019 e -76,27% em 2020, aquele resultado em 2018, conforme a nota explicativa, em que relata que o capital social foi integralizado um valor próximo de 61 milhões de reais, faltando a ser integralizar 232 milhões, sendo totalmente integralizado



no dia 09/01/2019 e ainda teve nesse período um prejuízo de mais de 41 milhões. Dessa forma, esse índice de acordo com o Assaf Neto (2015) vem refletindo o quanto o acionista ganhou a cada R\$1,00 investido na empresa, assim os dados apresentados corroboram com o estudo de Marcelino (2018) na qual relatou que o banco Inter obteve essa performance em decorrência de adota uma estratégia de relacionamento de longo prazo para os seus clientes, proporcionando vastos portfólio, produto e serviços, permitindo rendimento recorrente, sem cobranças de taxas para os seus clientes.

O indicado de ROA mostrou a similaridade nos dados apresentado pelo ROE, em que o banco Inter trabalha no positivo e as demais entidades financeiras trabalhando no negativo. Assim o Inter teve 0,99% em 2018, 0,58% em 2019 e 0,15% em 2020, o Nubank -0,94% em 2018, -1,21% em 2019 e -0,41% em 2020, o Neon -78,78% em 2018, -23,27% em 2019 e -22,61% em 2020, o banco Original 0,02% em 2018, -0,03% em 2019 e -2,85% em 2020 e por último o C6 Bank 0,03% em 2018, -9,81% em 2019 e -6,54% em 2020. Com isso, confirma com o trabalho de Assato (2021), em que relata que este índice é influenciado pela lucratividade que as instituições proporcionam, medindo o retorno sobre o capital de investimento e mostrando as oportunidades de negócios conectados pelos bancos.

Diante disso, confirmam o estudo de Andrade (2019) e Henrique (2021) que a maioria das *Fintechs* trabalharam no prejuízo de forma consecutivos, pois geram lucros menores em relação aos outros bancos tradicionais, e ainda sendo intensificado pelo efeito da pandemia nos seus resultados. Mesmo assim as instituições financeiras não deixaram de investir em tecnologia e novos produtos e serviços que atendam a necessidade de seus clientes, conforme os relatórios contábeis dos bancos estudados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado buscou analisar o comportamento econômico-financeiro das cinco instituições financeiras mais pesquisadas na plataforma google *Trends* que fossem bancos digitais privados e não pertencessem a conglomerado de entidades tradicionais. Foram utilizados os relatórios financeiros das empresas no período de 2018 a 2020, comparando os índices de solvência/liquidez, capital/risco e rentabilidade/lucratividade das entidades, analisando os resultados obtidos pelos demonstrativos contábeis comparando com pesquisas anteriores, relacionado ao tema.

Nos resultados foram evidenciados que os bancos analisados, onde os indicadores de liquidez a maioria das entidades tiveram recursos para cobrir de forma integral as dívidas de curto e curtíssimo prazo, apesar do banco Inter e Nubank apresentaram baixo nível de liquidez. As instituições também apresentaram baixo financiamento de ativo pelo seu capital próprio, em que os recursos adquiridos de terceiros eram pouco investidos. O grau de alavancagem dessas instituições foi aumentando nos períodos analisados, com destaque para o Nubank que a maioria da rentabilidade proporcionada pelos seus ativos, ficaram com os seus sócios.

Por último os índices de rentabilidade que demonstrou que boa parte dos bancos, exceto o banco Inter, trabalham com lucros no negativo, assim sendo influenciado de forma desfavorável e mostrando oportunidade de melhoria no modelo de negócio adotado



pelas entidades. Mas mesmo assim as entidades não deixaram de investir nas tecnologias e no aumento de seus portfólios de produtos/serviços oferecidos para seus clientes.

O presente estudo contribuiu para a construção do conhecimento econômico-financeiro das instituições bancárias digitais, em que foram examinados os relatórios contábeis das instituições, bancária digitais estudadas, utilizando os principais índices dos indicadores econômico-financeiro bancário, com vista na compreensão do perfil das *Fintechs* no decorrer de um período de mudanças no comportamento dos clientes e as incertezas gerada por esse mercado. Assim, o estudo embasou com fundamentos contábeis as tomadas de decisão para os usuários dos produtos e serviço bancário, bem como para os seus *stakeholders*.

Essa pesquisa apresenta como limitação, na forma de escolha dos bancos, pois o google *Trends* é uma ferramenta que refleti a tendência daquele assunto pesquisa, assim podendo ocorrer mudança nos bancos para ser analisado, dependendo do período escolhido, pois a interferência ocorre principalmente pelo *marketing* adotado das instituições bancárias naquele momento. Fora isso, tem a questão da limitação da quantidade de banco analisado, pois foram escolhidos por ter seus demonstrativos econômico-financeiros de fácil acesso.

Logo, sugere-se para estudos posteriores relacionados ao tema, ampliar a quantidade de entidades bancárias analisado com esses indicadores de desempenho econômico-financeiro, podendo comparar o grau de eficiência das instituições bancárias tradicional com as digitais no período de pandemia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Iran Jefferson Firmino de. **Avaliação de desempenho financeiro dos bancos digitais e dos bancos tradicionais**. 2019. 37 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso de Ciências Contábeis, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17323/1/IJFA24042020.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 332 p.

ARAUJO, Marcos Venicius Mourão de. **Investimento em tecnologia nas instituições financeiras e a influência das fintechs**. 2018. 83 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2018.

ASSATO, Mariane Ayumi. **Análise de demonstrações contábeis de instituições financeiras**: setor bancário. 2021. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de São Paulo, Osasco, 2021. Disponível em: https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/61040/TCC_ADC_BANCOS_MARIANEASSATO.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 ago. 2021.



BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **O que é Banco.** Disponível em:
<https://www.bcb.gov.br/estabilidade financeira/bancoscaixaseconomicas>. Acesso em:
21 ago. 2021.

CARDOSO, Fábio Borba. **Qualidade no ecossistema das fintechs:** a percepção dos clientes brasileiros de contas digitais. 2018. 35 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em:
<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/12738/1/21496924.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade-NBC TG estrutura conceitual.** Disponível em:
<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTGEC.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS BANCOS - FEBRABAN. **Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2021.** Disponível em:
<https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/pesquisa-febraban-relatorio.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FINTECHLAB. **Novo Radar FintechLab mapeia mais de 400 iniciativas.** Disponível em: <http://fintechlab.com.br/index.php/2018/08/13/novo-radar-fintechlab-mapeia-mais-de-400-iniciativas/>. Acesso em: 21 ago. 2021.

FURTADO, Estevam de Oliveira; MENDONÇA, Vítor Lobo Arruda de. **Dinâmica competitiva entre bancos tradicionais e bancos digitais no Brasil:** uma perspectiva do cliente. 2020. 142 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:
<http://repositorio.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10031105.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas S.a, 2002.

HENRIQUE, Moisés de Moura. **Análise Econômico-financeira nos principais Bancos digitais, no período de 2018 a 2020.** 2021. 16 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2021.

MARCELINO, João Pedro. **Análise da eficiência e retorno das estratégias digitais das fintechs:** uma comparação entre o banco inter e instituições tradicionais. 2018. 101 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina,



Florianópolis, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/194356/%5bTCC%5d-%20Jo%c3%a3o%20Pedro%20Marcelino.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 269 p.

MARQUES, Frank Borges. **Bancos digitais x bancos tradicionais**: uma análise das implicações causadas pelos bancos digitais no mercado bancário brasileiro. 2019. 64 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Gestão Organizacional, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/28298/7/BancosDigitaisTradicionais.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NAZARÉ, Sérgio Ricardo Miranda; MARTINS, Marianne Teixeira; SILVA, Fernando César de Melo e; RESENDE, Alex Laquis. Modelos de Negócios Financeiros Tradicionais Versus Digitais: um estudo comparativo da agregação de valor. In: USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 20., 2020, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo-Sp: Fipecafi, 2020. p. 1-14. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2724.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

NOGUEIRA NETO, Adriano Marçal; ARAUJO, Brenda Andrade. **Transformação digital no sistema bancário brasileiro**: um estudo sobre as fintechs. 2020. 109 f. TCC (Graduação) - Curso de Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://repositorio.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10031686.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVA, Laís Pâmela Soares Loiola da; D'SOUZA, Márcia Figueredo. Desempenho de Bancos Digitais Brasileiros: um estudo sob o enfoque da análise envoltória de dados (dea). In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 18., 2021, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...] . São Paulo-Sp: Fipecafi, 2021. p. 1-21. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/21UspInternational/ArtigosDownload/3358.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

JORNADA
ACADÊMICA DE
GESTÃO
da Católica do RN

CARACTERÍSTICAS DOS COORDENADORES DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: ANÁLISE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Andressa Rafaela Ferreira Silva

Graduanda em Ciências Contábeis

Faculdade Católica do Rio Grande do Norte

E-mail: andressa.silva@aluno.catolicadorn.com.br

Maria Zilda Rosado Costa Neta

Graduanda em Ciências Contábeis

Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN

E-mail: zildarosadocont@gmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorando em Administração e Controladoria

Universidade Federal do Ceará

E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorando em Administração e Controladoria

Universidade Federal do Ceará

E-mail: italocarlos25@gmail.com

Kennedy Paiva da Silva

Mestre em Administração

Universidade Potiguar

E-mail: kennedy.silva@unp.br

Jerferson Freitas da Silva

Mestrando em Administração e Controladoria

Universidade Federal do Ceará

E-mail: jerfersonfreitas111@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as principais características dos Coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais brasileiras e para tanto, desenvolveu-se um estudo descritivo, quantitativo e documental. A amostra compreende 61 coordenadores que estão na gestão desses cursos e os dados foram coletados mediante informações dos *sites* dos referidos cursos, currículo *lattes* dos coordenadores e os microdados dos questionários do exame Enade da última edição de 2018, e esses dados foram analisados mediante a técnica de estatística descritiva. Os achados da pesquisa concluíram que a maioria desses coordenadores é do sexo masculino, apresenta maior titulação de doutorado, atua no regime de trabalho de dedicação exclusiva, possui



formação em Ciências Contábeis e apresenta um quantitativo de publicações considerado baixo. Constatou-se ainda, que também existe uma predominância do sexo masculino quando se trata da titulação de doutorado e do quantitativo de publicação, bem como verificou-se que esses coordenadores se mostraram disponíveis para a orientação acadêmica dos discentes, contribuindo para a qualidade do ensino superior.

Palavras-chave: Coordenadores de curso. Ciências Contábeis. Ensino da contabilidade.

1 INTRODUÇÃO

O Ensino Superior no Brasil avançou de maneira considerável nas últimas décadas, principalmente no que diz respeito ao acesso as Instituições de Ensino Superior (IES) e essa evolução foi bastante percebida a nível das universidades federais, entretanto, juntamente com esse crescimento, intensificou-se a necessidade de avaliação dos cursos, que ocorre mediante indicadores de qualidade, especialmente após a criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e como exemplo, pode-se citar o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que avalia diversos aspectos voltados para o corpo discente, corpo docente e instituição de ensino e dentre esses aspectos, analisa questões ligadas a gestão dos cursos, mediante a avaliação da coordenação (MELO, 2020).

Nesse contexto, os cursos de graduação em Ciências Contábeis, seguiram essa mesma tendência de evolução e crescimento nos últimos anos, buscando desenvolver nos discentes as capacidades para atuação no mercado de trabalho, contribuir na administração e controle dos fluxos financeiros, tendo em vista as estratégias voltadas para os empresários, sociedade e os tomadores de decisões como um todo, nesse cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, proporcionado pelas normas internacionais de contabilidade, que contribui para uma sociedade com mais formação acadêmica, competências profissionais e diversidade de opções de carreira (FERREIRA *et al.*, 2020).

Assim, o curso de Ciências Contábeis entra no rol da avaliação do ensino superior, na busca por melhorias em seu processo de ensino-aprendizagem e a contribuição para o ensino superior do país, levando em consideração que os aspectos avaliados atendem as questões dos discentes, docentes e instituição de ensino e de acordo com esses aspectos, percebe-se o quão se faz relevante a avaliação do papel do coordenador do curso de graduação, tendo em vista que o mesmo se apresenta como o responsável por acompanhar os resultados e mostrar suas habilidades na área pedagógico, a partir do desempenho de gestor acadêmico, estimulando a formação dos discentes e permitindo a qualidade do ensino-aprendizagem nas IES (RODRIGUES, 2017; SILVA *et al.*, 2006).

Diante a contextualização, o estudo apresenta o seguinte problema de pesquisa: **Quais as principais características dos Coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais brasileiras?** E para tanto, o objetivo do estudo consiste em analisar as principais características dos Coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais brasileiras. Dessa forma, a ideia da pesquisa gira em torno do perfil dos coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis das



universidades federais brasileiras, com o intuito de mapear essas principais características e em como podem contribuir para melhorias no ensino superior, em especial, para a área de Contabilidade.

O estudo justifica-se pela relevância em abordar temáticas voltadas para a análise dos cursos de Ciências Contábeis brasileiros, considerando que sua evolução ainda é tida como recente, ao comparar-se com outros cursos, bem como faz-se necessário analisar aspectos que possam impactar na escolha do curso ou influenciar no seu desempenho, e assim, conhecer as características dos coordenadores dos cursos e traçar o seu perfil, contribui com o suprimento dessas necessidades, incrementa as discussões sobre o tema e até mesmo com melhorias para a gestão dos cursos analisados, sendo uma temática tão abrangente que torna-se considerada escassa, como é apontado por Melo (2020).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa seção serão discutidos alguns aspectos já apresentados na literatura e que foram incrementados nesse estudo para fins de embasamento teórico. Assim, as discussões referem-se ao desenvolvimento do ensino superior e o curso de ciências contábeis, bem como sobre o papel do coordenador nas instituições.

2.1 ENSINO SUPERIOR E O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Em meados do século XIII, na Europa, surgiram as primeiras Instituições de Ensino Superior (IES) do mundo, constituídas como organizações restritas formadas por mestres e autoridades da Igreja Católica, com o objetivo de formar os filhos dos nobres e aos poucos foi sendo aperfeiçoado e absorvido nos demais países. Já no Brasil, o ensino superior surgiu por volta do século XVII, apenas com os cursos de filosofia e teologia, e posteriormente, criou-se cursos com o intuito de formação profissional (CUNHA, 2011), e assim como nos países da América Latina, o ensino superior brasileiro sofreu forte influência de vários aspectos, dentre eles podem-se citar os diversos contrastes culturais, forte heterogeneidade e as desigualdades sociais (LIMA *et al.*, 2016).

No Brasil, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve um relevante crescimento no ensino superior, especialmente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 2020), que trouxe mudanças significativas para o ensino superior de modo geral, principalmente, no que diz respeito a expansão das instituições de ensino, criação de novos cursos superiores e aumento no número de matrículas. No Quadro 1 está disposta a finalidade fundamental do ensino superior.

Quadro 1 - Finalidade do Ensino Superior

FINALIDADE	DISPOSTO NA LEI
I	Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo
II	Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua



III	Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive
-----	---

Fonte: LDB (2020).

Dessa forma e de acordo com Gomes, Machado-Taylor e Saraiva (2018), a educação superior brasileira possui dois grandes marcos históricos, sendo o seu início, com apenas o ensino filosófico e teólogo e o pós-guerra, o qual deu-se origem ao ensino profissionalizante, surgindo as instituições de ensino superior públicas e privadas, em que foram criados diversos cursos de nível superior, como os mais tradicionais e populares que temos hoje, dentre eles, o curso de graduação em Ciências Contábeis, que apresenta um contexto histórico evolutivo desde o seu surgimento até os dias atuais.

A Ciência Contábil, inicialmente aplicada apenas em outros cursos profissionalizantes, tomou proporção no ano de 1902, quando tornou-se visivelmente indispensável para o meio comercial e a sociedade em geral. Nesta época, o curso de Ciências Contábeis era conhecido como “Ensino Comercial no Brasil” e sua oficialização ocorreu em meados de 1945, através do decreto nº 7.988, que regulamentou o curso de Ciências Contábeis e Atuariais, entretanto, somente com a criação da Lei nº 1.401/51 que o curso foi dividido em Ciências Contábeis e Ciências Atuariais (BEZERRA, 2017; CAVALCANTE; VASCONCELOS; MONTE, 2012; CANDIOTTO; MIGUEL, 2009).

Com o passar dos anos e a tecnologia emergindo como um incremento para educação, o ensino superior passou por diversas mudanças e não foi diferente com a Contabilidade, sua evolução acompanhou o crescimento do ensino superior, as necessidades de aperfeiçoamento nos mercados eram constantes, o cenário econômico demandava por profissionais capazes de atender a essas necessidades, com atuação vinculada a mudanças constantes e integração entre todos os setores da sociedade (FERREIRA *et al.*, 2020). Até hoje, os profissionais que não buscam acompanhar o crescimento do mercado podem ficar ultrapassados, a competitividade existente, exige então, a capacitação adequada (SOUZA; CRUZ; LYRIO, 2017).

A procura pelo curso de Ciências Contábeis tem se mantido constante e esta demanda se dá ao aumento de oportunidade no campo de atuação, como é apontado por Vendramin (2018), ao mostrar que o número de discentes matriculados em cursos de Ciências Contábeis tem aumentado de maneira significativa no país. Corroborando essa ideia, o último censo da educação do ensino superior, disponibilizado pelo Ministério da Educação (MEC), apresenta a evolução dessa realidade, conforme disposta na Figura 1.

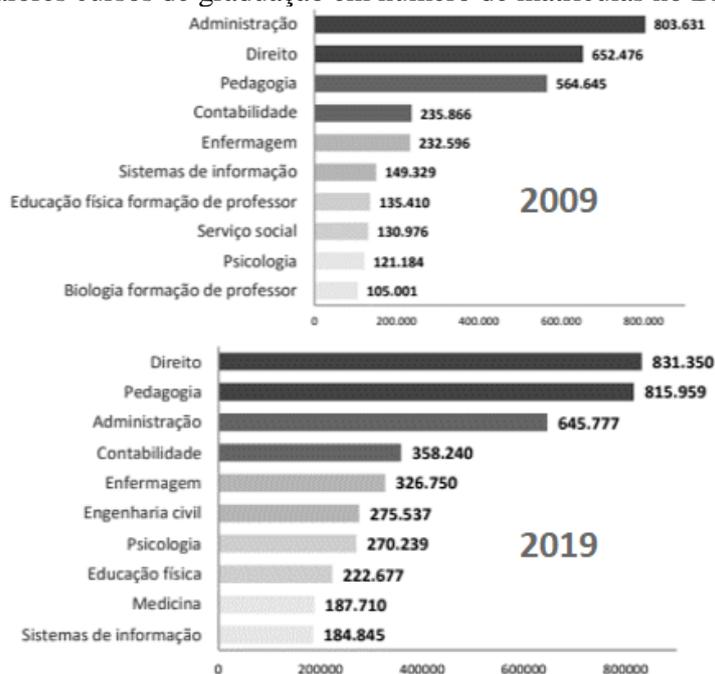
O último censo da educação superior disponibilizado pelo MEC, dos últimos dez anos, demonstra que o curso de contabilidade cresceu consideravelmente no número de matrículas nesses anos apresentados na Figura 1, sendo esse crescimento representado por 34% em 2019 e mantendo o curso na 4ª posição entre os dez maiores do país, ficando atrás apenas de cursos como Direito, Pedagogia e Administração.

O curso de Ciências Contábeis é regido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), instituídas pela Resolução nº 10/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE) do MEC. Esta resolução determina os conteúdos da grade curricular do curso, tornando o



curso valorizado e crescente na contribuição de mudanças e desenvolvimento da sociedade (REINALDI; BERTI; GIORDANI, 2022).

Figura 1: 10 maiores cursos de graduação em número de matrículas no Brasil (2009-2019)



Fonte: Adaptado de MEC (2019).

2.2 O PAPEL DO COORDENADOR DE CURSO NAS IES

Inicialmente, os coordenadores dos cursos de graduação eram intitulados como chefes de departamentos (apesar de atualmente algumas instituições de ensino ainda seguirem com essa nomenclatura), onde existia apenas uma vaga para todo o colegiado e este coordenador iria chefiar todo o colegiado e coordenar os cursos em seus aspectos acadêmicos. No entanto, com o advento da LDB n° 9.394/96, destaca-se que o coordenador desempenha o papel de gestor burocrático, desenvolve atividades internas quanto ao curso e pouco envolve-se nas atividades externas da comunidade docente (SILVA, 2006).

Entretanto, para Palmeiras (2012), a função do coordenador vai muito além, tendo em vista que possui o papel de participação no colegiado acadêmico da instituição de ensino, dirigindo os colegiados e cursos em titulação e vivência de coordenador, ou seja, seu papel de coordenador não se limita apenas ao administrativo, mas que se deve olhar para um lado mais abrangente, a frente e que atenda às necessidades do curso, o que pode se tornar uma tarefa considerada bastante árdua.

Dessa forma, o papel desenvolvido pelo coordenador de curso é composto por quatro competências principais, sendo elas: acadêmica, administrativa, gestão e liderança, e portanto, o coordenador de curso adquire habilidades fundamentais durante sua experiência, buscando a qualidade do curso e lidando com a gestão, para que haja



constância no curso o qual o mesmo coordena, além da liderança para delegar, motivar e inspirar os corpos docentes e discentes da instituição (SABOYA; PALÁCIO; MOREIRA, 2020).

O coordenador ainda carrega consigo a imagem da IES e do curso o qual coordena, possuindo a política de representação institucional e representa, ainda, a IES e o curso em eventos, ações e atividades de extensões. De acordo com Oliveira (2019) o coordenador de curso possui as seguintes funções na IES.

Quadro 1: Funções do coordenador de curso na IES

Funções políticas	Funções gerenciais	Funções acadêmicas	Funções institucionais
Divulgação dos diferenciais do curso em relação aos cursos concorrentes das demais instituições	Controle da frequência dos docentes, para acompanhar e garantir que os professores estejam cumprindo a sua carga horária de trabalho dentro e fora de sala de aula	Elaboração e execução do projeto pedagógico do curso (PPC), obrigatório para todos os cursos	Buscar fontes alternativas de recursos para o desenvolvimento dos cursos
Procura por conhecimento da área de marketing educacional como suporte para o curso	Verificação da qualidade das aulas com os discentes e melhorias nesse quesito	Desenvolvimento atrativo das atividades escolares para os discentes	Buscar reconhecimento do curso pela renovação periódica do processo de avaliação por parte do MEC
Aproveitamento de situações que favoreçam a projeção do curso e seu desenvolvimento	Indicação da contratação de docentes e sua demissão; participar do recrutamento e seleção de novos docentes e apresentar a instituição	Responsabilidade pela qualidade e regularidade das avaliações desenvolvidas no curso	Garantir que os alunos obtenham sucesso nos exames de ordem, testes profissionais e assemelhados, que levam para sempre consigo o nome do curso
Vinculação do curso com os desejos e anseios das exigências do mercado de trabalho, que estão cada vez mais rígidas	Participação e lideranças nos processos decisórios do curso	Desenvolvimento de atividades complementares do curso	Acompanhar os alunos egressos do curso

Fonte: Adaptado de Oliveira (2019).

Por meio do Quadro 1, observa-se que o coordenador não está ligado apenas com o papel de gerir o curso, mas de desenvolver todo o ambiente acadêmico para que o curso seja continuado com uma boa qualidade e os aspectos apresentados acima, revelam ainda que a coordenação é necessária para que um curso possa se desenvolver e se manter no mercado acadêmico, de forma bem avaliada e que expresse um ensino de qualidade para o seu público, vale ressaltar que o atendimento desses aspectos citados podem ser responsáveis por garantir que esses objetivos sejam atendidos (OLIVEIRA, 2019).



3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Buscando atender ao objetivo do estudo, de analisar as principais características dos Coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais brasileiras, foi desenvolvida uma pesquisa descritiva, quanto a natureza; quantitativa, quanto a abordagem; e documental, quanto aos procedimentos de coleta.

Dessa forma, para Sampieri, Collado e Lucio (2013) a pesquisa descritiva especifica os processos e objetivos da análise, portanto, traçam as importantes tendências de um grupo ou população para descrever seus resultados. Raupp e Beuren (2006) destacam ainda, o método descritivo como uma pesquisa utilizada corretamente nas ciências sociais aplicadas devido a observação dos fatos, registro e análises do estudo.

Já no que diz respeito a pesquisa quantitativa, apresenta como finalidade a coleta de informações através de técnicas quantitativa e/ou estatísticas, que podem ser constantemente aplicadas em conjunto com a metodologia descritiva, com o intuito de quantificar os dados do estudo e para que se atenda ao objetivo da pesquisa, de acordo com os resultados do estudo (DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008).

Quanto a pesquisa documental, como procedimento para coleta de dados, consiste em criar novas formas de compreender os fenômenos estudados e ainda em sua forma geral, a pesquisa documental tem como objetivo a obtenção de dados estritamente provenientes de documentos, que ainda não receberam um tratamento específico de análise, coletando as informações dos mesmos (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015).

A amostra da pesquisa foi constituída por 61 coordenadores que integram os cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais Brasileiras, visando analisar o perfil desses profissionais, no que diz respeito a aspectos como sexo, titulação acadêmica, regime de trabalho, formação inicial, quantidade de publicações e percepção discente sobre a sua disponibilidade na atuação de gestor do curso. Dessa forma, os dados foram coletados dos *sites* dos referidos cursos, currículo *lattes* dos coordenadores e dados do último exame Enade realizado em 2018, de acordo com os microdados obtidos do questionário socioeconômico respondido pelos discentes que se submeteram a avaliação.

Por último, os dados foram tabulados e operacionalizados em planilhas do programa *Microsoft Excel* para se chegar aos resultados e serem melhor analisados. Os dados ainda foram analisados mediante a técnica de Estatística Descritiva para uma melhor descrição e apresentação desses resultados, por meio da sua frequência absoluta e seus respectivos valores percentuais. Os achados da presente pesquisa foram confrontados com a literatura existente e deram maior embasamento para o estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos por meio das análises nos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais Brasileiras, visando analisar aspectos como a quantidade de cursos, alunos que se submeteram ao exame e média do Enade, o perfil dos coordenadores dos cursos em questão, bem como sua titulação e quantidade de publicações de acordo com o sexo, e por fim, a percepção discente sobre a



disponibilidade do coordenador para orientação acadêmica.

Assim, anterior a discussão acerca dos coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis analisados, faz-se necessário apresentar alguns dados sobre o quantitativo de cursos, de alunos que se submeteram ao exame e a média do Enade para o ano de 2018, com o intuito de situar o leitor na realidade em que a pesquisa foi desenvolvida. A Tabela 1 apresenta estes dados.

Tabela 1: Quantidade de cursos e média Enade 2018 da região

REGIÃO	QNTD. DE CURSOS		QNTD. DE ALUNOS		MÉDIA ENADE
	Frequência	%	Frequência	%	
NORTE	10	16,4	489	13,4	3,1
NORDESTE	18	29,5	1.291	35,5	3,5
CENTRO-OESTE	09	14,8	476	13,1	3,8
SUDESTE	18	29,5	1.093	30,0	4,1
SUL	06	9,8	289	8,0	4,2
TOTAL	61	100,0	3.638	100,0	3,7

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

De acordo com a Tabela 1, percebe-se que a maior quantidade de cursos de Ciências Contábeis das universidades federais brasileiras concentra-se nas regiões Nordeste e Sudeste, com 18 cursos em cada e seguindo a tendência, essas regiões também apresentou uma maior concentração do número de discentes que realizaram o exame Enade, com destaque para a região Nordeste que concentrou 35,5% do total de discentes analisados. Já em relação à média Enade, no geral, foi considerada mediana, com destaque para as regiões Sul e Sudeste, sendo que apresentaram médias acima da média nacional, juntamente com a região Centro-Oeste, entretanto, as regiões Norte e Nordeste ficaram com médias abaixo da média nacional.

Dessa forma, os resultados encontrados vão de encontro ao estudo de Ferreira (2015), que além de apontar aspectos relacionados ao quantitativo de cursos e alunos que realizaram o exame Enade, no que tange sua evolução, apresenta uma perspectiva do melhor desempenho desses cursos concentrados no Sul e Sudeste do país, e em contrapartida, as regiões Norte e Nordeste detém de um desempenho menor, sendo uma tendência observada desde a realização do exame do ano de 2009.

Na Tabela 2, apresenta-se o perfil dos coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais brasileiras, de acordo com o sexo, titulação, regime de trabalho, a formação acadêmica e a quantidade de publicações. Para cada curso de Ciências Contábeis das universidades federais há presença de um(a) coordenador(a), sendo que a maioria corresponde ao sexo masculino, em ambas as regiões e no geral, apresenta um total de 70,5%, apenas na região Centro-Oeste em que a maioria é representada pelo sexo feminino. Já no que compete a titulação, no geral, 62,3% dos coordenadores desses cursos possuem a titulação de doutorado, sendo que todos os



coordenadores da região Sul possuem doutorado e essa mesma titulação segue com uma maioria entre os coordenadores das regiões Sudeste e Centro-Oeste, porém, quando se trata das regiões Nordeste e Norte, a titulação predominante é mestrado.

Tabela 2: Perfil dos Coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis das UFS Brasileiras

PERFIL		NORTE		NORDESTE		CENTRO-OESTE		SUDESTE		SUL		TOTAL	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
QNTD.		10	16,4	18	29,6	9	14,7	18	29,5	6	9,8	61	100,0
SEXO	Masculino	8	13,1	13	21,3	3	4,9	15	24,6	4	6,6	43	70,5
	Feminino	2	3,3	5	8,2	6	9,8	3	4,9	2	3,3	18	29,5
TITULAÇÃO	Doutorado	4	6,6	7	11,5	7	11,5	14	22,9	6	9,8	38	62,3
	Mestrado	5	8,2	10	16,4	2	3,3	4	6,6	-	-	21	34,5
	Especializ.	1	1,6	1	1,6	-	-	-	-	-	-	2	3,2
	Graduação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RT	DE	8	13,1	16	26,3	9	14,8	17	27,9	6	9,8	56	91,9
	40h	1	1,6	2	3,3	-	-	-	-	-	-	3	4,9
	20h	1	1,6	-	-	-	-	1	1,6	-	-	2	3,2
FORMAÇÃO	Contábeis	8	13,1	17	27,9	9	14,8	17	27,9	6	9,8	57	93,5
	Adm.	1	1,6	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,6
	Economia	1	1,6	1	1,6	-	-	1	1,6	-	-	3	4,8
	Outra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
QNTD. DE PUBLICAÇÕES		74	13,4	83	15,1	93	16,8	162	29,3	140	25,4	552	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

No que diz respeito ao regime de trabalho, a grande maioria, representada por 91,9% desses coordenadores, possui dedicação exclusiva (DE) na instituição, com frequência total nas regiões Centro-Oeste e Sul. Já em relação a formação inicial, percebe-se também que uma grande maioria desses coordenadores possui formação em Ciências Contábeis, com um total de 93,5%, mas ainda apresentaram formação em Economia (4,8%) e Administração (1,6%). E por fim, constatou-se que a maior quantidade de publicações na área concentra-se nas regiões Sudeste (29,3%) e Sul (25,4%) e em menor frequência, na região Norte (13,4%), entretanto, quando comparada com outras áreas do conhecimento, percebe-se que ainda é considerado incipiente o quantitativo de publicações.

Na sequência, na Tabela 3 estão dispostas as informações relacionadas à titulação desses coordenadores de acordo com o sexo e divididas por região. Verifica-se que os coordenadores do sexo masculino são maioria entre os que apresentam a titulação de doutor, representados por 41,0% do total, enquanto que para o sexo feminino, 21,3% das



coordenadoras são doutoras e segue-se uma tendência semelhante quando analisada a titulação de mestrado. Os resultados podem ser explicados levando em consideração que existe uma maior representatividade por parte dos coordenadores desses cursos serem do sexo masculino e esperava-se que essa tendência seguisse quando se analisasse a maior titulação dos mesmos.

Os achados da pesquisa evidenciam uma tendência representada no estudo de Melo (2020), que traz uma perspectiva geral de que os cursos de Ciências Contábeis possuem mais docentes do sexo masculino, o que pode explicar o fato das coordenações desses cursos, em grande maioria, serem ocupadas por docentes do sexo masculino.

Tabela 3: Titulação dos coordenadores de acordo com o sexo

REGIÃO	SEXO	TITULAÇÃO						TOTAL	
		Doutorado		Mestrado		Especialização			
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
NORTE	Masculino	3	4,9	4	6,6	1	1,6	8	13,1
	Feminino	1	1,6	1	1,6	-	-	2	3,3
NORDESTE	Masculino	4	6,6	8	13,1	1	1,6	13	21,3
	Feminino	3	4,9	2	3,3	-	-	5	8,2
CENTRO-OESTE	Masculino	1	1,6	2	3,3	-	-	3	4,9
	Feminino	6	9,8	-	-	-	-	6	9,8
SUDESTE	Masculino	13	21,3	2	3,3	-	-	15	24,6
	Feminino	1	1,6	2	3,3	-	-	3	4,9
SUL	Masculino	4	6,6	-	-	-	-	4	6,6
	Feminino	2	3,3	-	-	-	-	2	3,3
TOTAL	Masculino	25	41,0	16	26,2	2	3,3	43	70,5
	Feminino	13	21,3	5	8,2	-	-	18	29,5

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Em seguida, a Tabela 4 a seguir evidenciou a quantidade de publicação científica dos coordenadores dos cursos analisados neste estudo, em relação ao sexo e dividida conforme as regiões do país.

Os dados apresentados na Tabela 4, apontam que o maior quantitativo de publicações concentra-se nos coordenadores do sexo masculino, o equivalente a 60,5% do total analisado, enquanto que, para o sexo feminino, esse percentual de publicações é representado por 39,5%, sendo uma diferença considerável. Entretanto, apesar dessa concentração total de publicação científica ser em maioria do sexo masculino, percebe-se que nas regiões Centro-Oeste e Sul, esse quantitativo apresenta maior representatividade para o sexo feminino, o que corresponde a 66,7% e 65,0%, respectivamente.



Tabela 4: Quantidade de publicações dos coordenadores de acordo com o sexo

REGIÕES	PUBLICAÇÕES					
	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	FREQ.	%	FREQ.	%	FREQ.	%
NORTE	42	56,8	32	43,2	74	13,4
NORDESTE	61	73,5	22	26,5	83	15,0
CENTRO-OESTE	31	33,3	62	66,7	93	16,8
SUDESTE	151	93,2	11	6,8	162	29,4
SUL	49	35,0	91	65,0	140	25,4
TOTAL	334	60,5	218	39,5	552	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Os resultados vão ao encontro do estudo de Melo (2020), sendo que ao retratar uma realidade com os docentes dos cursos de Ciências Contábeis, em que abrange os coordenadores também, apresentou-se que os docentes mais prolíferos são do sexo masculino, percebe-se que ainda não existe um equilíbrio entre as regiões do país e o quantitativo de publicações ainda é considerado baixo, tendo em vista a quantidade elevada de docentes e em comparação com outras áreas de estudo.

Por fim, evidenciou-se na Tabela 5, informações relativas à percepção dos discentes dos cursos de Ciências Contábeis analisados sobre a disponibilidade do coordenador para orientação acadêmica.

Tabela 5: Percepção discente sobre a disponibilidade do coordenador para orientação acadêmica

DISPONIBILIDADE DO COORDENADOR	FREQUÊNCIA	%
Discordo totalmente	210	5,8
Discordo	203	5,6
Discordo parcialmente	352	9,7
Concordo parcialmente	569	15,6
Concordo	803	22,1
Concordo totalmente	1.167	32,1
Não se aplica/Não sei responder	334	9,2
TOTAL	3.638	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

De acordo com a Tabela 5, os dados foram referentes as respostas dos discentes que se submeteram ao último exame Enade em 2018 e responderam ao questionário socioeconômico, mais especificamente, sobre a disponibilidade do coordenador para



orientação acadêmica e os resultados apontam que os coordenadores dos referidos cursos foram muito bem avaliados, sendo que, em conjunto, as afirmativas de concordância (concordo parcialmente, concordo e concordo totalmente) somaram 69,8% do total analisado, ou seja, os discentes afirmaram que os coordenadores apresentam-se disponíveis para orientação acadêmica e em contrapartida, os discentes que sinalizaram discordância para esse quesito (discordo parcialmente, discordo e discordo totalmente), atingiram um somatório de 21,1% e apesar de ser um quantitativo baixo, mas também carece de atenção.

Esses resultados trazem perspectivas positivas para a análise do papel do coordenador dos cursos de Ciências Contábeis, principalmente, quando se trata de aspectos como suporte para os discentes em geral e o seu desenvolvimento no curso. Corroborando os achados de Saboya, Palácio e Moreira (2020), ao demonstrarem que o papel do coordenador de curso vai muito além de questões burocráticas e administrativas, mas também deve estar voltado para os aspectos acadêmicos e essas questões fazem-se necessárias quando são avaliadas pelo corpo discente, tendo em vista que os mesmos precisam desse suporte.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo principal de analisar as principais características dos Coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais brasileiras e por meio de uma pesquisa descritiva, quantitativa e documental, percebe-se que esse objetivo foi atingido, considerando que foi traçado um perfil desses coordenadores e ainda, observou-se alguns aspectos relevantes nessa discussão.

De modo geral, constatou-se que esses coordenadores analisados são, em maioria, do sexo masculino, apresentam doutorado como maior titulação, atuam sob o regime de trabalho de dedicação exclusiva, possuem formação inicial em Ciências Contábeis e apresentam um quantitativo de publicações considerado baixo. Em uma análise mais específica, verificou-se que a maioria dos coordenadores desses cursos, que possui titulação de doutorado, também há uma maior predominância no sexo masculino, bem como quando se é analisada a produção científica, tendo em vista que o maior quantitativo de publicação concentra-se nesse sexo.

Outro ponto fundamental destacado neste estudo, refere-se à percepção dos discentes sobre a disponibilidade que o coordenador do curso possui para orientação acadêmica e pode-se constatar que essa avaliação foi positiva, considerando que a grande maioria dos discentes concordaram que esses coordenadores possuem essa disponibilidade. A análise desse aspecto torna-se relevante por tratar de uma questão que tanto se busca na educação superior, que é a qualidade do seu ensino e esse suporte da coordenação se faz necessário para isso.

Dessa forma, o presente estudo apresenta contribuições para os mais diversos âmbitos, sendo que apresenta contribuições teóricas, no que tange o incremento das discussões sobre a temática no meio acadêmico, que é considerada tão necessária, mas ainda é bem incipiente. Também apresenta contribuições práticas, quando percebe-se que a realidade percebida no estudo pode ser aplicada nas instituições de ensino superior e

trabalhar buscando melhorias para o processo de ensino-aprendizagem, sendo que o coordenador de curso dispõe de papel fundamental nesse processo.

Entretanto, o estudo apresenta algumas limitações que podem ser apontadas, tendo em vista que apenas analisa os coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais e de forma mais descritiva. Sendo assim, sugere-se para o desenvolvimento de futuras pesquisas, que essa amostra seja estendida para contemplar instituições de ensino superior de outras categorias administrativas (públicas e privadas) ou de outras modalidades de ensino (semipresenciais e à distância), utilizando-se ainda, de análises estatísticas mais robustas.

REFERÊNCIAS

CANDIOTO, L. B.; MIGUEL, M. E. B. O Curso de ciências contábeis na educação brasileira: das aulas de comércio ao curso superior de ciências contábeis (1808-1951). In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), 9., 2009, São Paulo, **Anais [...]** São Paulo, 2009.

CUNHA, M. R. **Gestão estratégica de IES: modelos e funções do planejamento estratégico em universidades públicas e privadas de Palmas – Tocantins.** 2011. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal, 2011.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 2, n. 4, p. 1-13, 2008.

GOMES, V.; MACHADO-TAYLOR, M. L.; SARAIVA, E. V. O ensino superior no brasil: breve histórico e caracterização. **Ciência e Trópico**, v. 42, n. 1, p. 127-152, 2018.

MELO, G. C. V. **Desempenho acadêmico dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais Brasileiras à luz do ENADE.** 2020. 117 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza-CE, 2020.

KRIPKA, R.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **CIAIQ**, v. 2, p. 243-247, 2015.

LDB. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** 4 ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020.



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Censo da educação superior 2019.**

Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em 18 abr. 2022.

OLIVEIRA, A. P. C. Competências gerenciais de coordenadores de curso de instituições de ensino superior públicas. In: ENCONTRO DA ANPAD (EnANPAD), 43., 2019, São Paulo, **Anais [...]** São Paulo, 2019.

PALMEIRAS, J. B. Perfil e competências necessárias para um coordenador de curso na percepção dos gestores e funcionários de uma IES. **Revista Diálogo**, n. 20, p. 49-76, 2012.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicada às ciências: Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade teoria e pratica.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

REINALDI, M. A. A.; BERTI, N. C.; GIORDANI, A. T. A gamificação no ensino superior de Ciências Contábeis. **Humanidades & Tecnologia**, v. 34, n. 1, p. 17-33, 2022.

SABOYA, P. G. R.; PALÁCIOS, F. A. C.; MOREIRA, M. A. Competitividade e estratégia: novos desafios para coordenadores de cursos de IES privadas no Brasil. **Revista GUAL**, v. 13, n. 2, p. 252-273, 2020.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. **Metodologia de pesquisa.** 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, P. R. **Coordenador de curso: Atribuições e desafios atuais.** Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/o-coordenador-de-curso-atribuicoes-e-desafios-atuais>. Acesso em: 15 abr. 2022.

SILVA, S. C. **Desafios dos programas de graduação em ciências contábeis face às mudanças emergentes na pós-modernidade.** 2014. 364 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2014.

VASCONCELOS, A. F.; CAVALCANTE, P. R. N.; MONTE, P. A. Fatores que influenciam as competências em docentes de ciências contábeis. **Varedas FAVIP – Revista Eletrônica de Ciência**, v. 5, n. 1, p. 86-101, 2012.

VENDRAMIN, E. O. **Criando caso: análise do método do caso como estratégia pedagógica no ensino superior da contabilidade.** 2018. 124f. Tese (Doutorado em controladoria e contabilidade) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2018.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

JORNADA
ACADÊMICA DE
GESTÃO
da Católica do RN

PERCEPÇÃO SOBRE A GESTÃO FINANCEIRA EM EMPRESAS DO SETOR DO AGRONEGÓCIO

Fernanda Pereira de Araújo

Graduanda em Ciências Contábeis
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
E-mail: fernandapereira123@gmail.com

Maria Juliete Lopez Gabriel

Graduanda em Ciências Contábeis
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
E-mail: juliete.lopez@bol.com.br

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorando em Administração e Controladoria
Universidade Federal do Ceará
E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorando em Administração e Controladoria
Universidade Federal do Ceará
E-mail: italocarlos25@gmail.com

Jerferson Freitas da Silva

Mestrando em Administração e Controladoria
Universidade Federal do Ceará
E-mail: jerfersonfreitas111@gmail.com

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar a percepção sobre a gestão financeira em empresas do setor do agronegócio, visto que a gestão é fator primordial para as empresas que visam crescimento e melhores oportunidades no mercado. Para desenvolver o estudo, o método escolhido baseia-se no modelo descritivo, quantitativo, utilizando um questionário e aplicado a dez colaboradores de empresas agrícolas do interior da cidade de Mossoró/RN. Pelos dados obtidos, foi possível se concretizar a importância da gestão financeira e das ferramentas utilizadas pela mesma para melhor organização e crescimento da empresa. Desse modo, concluiu-se que o estudo alcançou o objetivo proposto, pois contextualizou a gestão financeira e o agronegócio, bem como a associação de ambos, e como essa associação se mostra para os colaboradores. Notou-se ainda que tanto conforme a literatura, quanto conforme os participantes a gestão financeira tem muita a somar nas empresas, especialmente no ramo agrícola, propondo organização, reduções de impostos quando legalmente disponível e facilidades para a administração das empresas.



Palavras-chave: agronegócio; contabilidade; gestão financeira.

1 INTRODUÇÃO

O Agronegócio exerce um papel importante na economia brasileira, visto que contribui com geração de renda e empregos, entretanto, existem alguns fatores no Brasil que dificultam a atuação desse setor, a exemplo da alta carga tributária, impactando, diretamente, o preço dos alimentos; a escassa infraestrutura de armazenagem; o desperdício de alimentos ao longo da cadeia produtiva, dentre outros fatores (ASSIS *et al.*, 2021).

Dessa forma, esses fatores existem e devem ser considerados para que o empresário do ramo agrícola, não venha sofrer penalidades por não aderir a sua empresa as normas existentes no país. Já nesse primeiro momento, é evidente a ligação e a importância que gestão financeira tem para com as empresas agrícolas, no entanto, essa importância não se limita apenas a isto (ROCHA, 2019).

Desde o ano de 2009, que o agronegócio já respondia por um em cada três reais gerados no país, representando 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos gerados no país. Assim, na lacuna dessa poderosa máquina econômica ainda não plenamente desenvolvida, existiam outras atividades e relevantes segmentos que estão ligados ao agronegócio e atualmente, bem mais evoluída, muito se tem a estudar e aperfeiçoar, visando o crescimento contínuo do ramo (AGUSTINI, 2009).

Então, considerando a relevância que o agronegócio tem para a economia do país, faz-se necessário o incremento da prática da gestão financeira, que pode ser descrita pelo seu papel na organização, tendo uma relação com a teoria econômica, ciências contábeis e principais atividades do administrador, auxiliando assim para o bom resultado no setor do agronegócio (ROCHA, 2019).

Visto que a gestão financeira tem sua contribuição significativa para as empresas e em contrapartida, o agronegócio necessita de ações como as realizadas numa gestão financeira para ter controle, organização e perspectiva de crescimento, a problemática desse estudo baseia-se em entender: **Qual a percepção sobre a gestão financeira em empresas do setor do agronegócio?**

Sabe-se que a contabilidade é crucial para o desenvolvimento das empresas, sejam elas do ramo agrícola ou não. Nesse sentido, compreendendo sua importância objetivou-se através desse estudo, analisar a percepção sobre a gestão financeira em empresas do setor do agronegócio, tendo em vista que essa ligação é necessária para o crescimento da empresa, sendo necessária a contratação de profissionais ou capacitação dos contratados para aderir as práticas de gestão.

Desse modo, o desenvolvimento do estudo justifica-se através da afirmativa de que é necessária a adesão de uma gestão financeira eficaz, tanto com os conhecimentos sobre as orientações vigentes no tocante ao agronegócio, quanto a necessidade de ferramentas administrativas e, correta utilização das mesmas, para que as empresas possam caminhar rumo ao crescimento contínuo. Ressalva-se ainda, que o estudo trará



grandes contribuições para a sociedade acadêmica, servindo como embasamento teórico para mesma, e também para os profissionais atuantes no mercado ou demais interessados que tenham em si o desejo de compreender qual a relação da gestão financeira com o agronegócio, e conceitos gerais sobre os temas, numa versão ampla, porém simplificada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, serão abordados aspectos relevantes que envolvem a gestão financeira nas empresas agrícolas, com o intuito de compreender os assuntos discutidos e destacar o que está disposto na literatura pesquisada.

2.1 GESTÃO FINANCEIRA

Para uma melhor gestão, em diversos aspectos, é imprescindível que exista educação financeira, por meio desta, os indivíduos melhoram sua compreensão sobre os produtos financeiros e os seus riscos que estão sujeitos, podendo desenvolver habilidades e a confiança necessária para a tomada de decisão segura e assim, os resultados das decisões financeiras têm implicações significativas para a segurança financeira e para o padrão de vidas dos indivíduos (ANDRADE; LUCENA, 2018).

Nesse contexto, é importante ressaltar que o conhecimento financeiro é diferente de atitude financeira, no sentido em que, o comportamento financeiro é conceituado como sendo a maneira pela qual o indivíduo lida com o dinheiro, por exemplo, se o indivíduo planeja ou não suas receitas e gastos. Em contrapartida, a atitude financeira pode ser definida como as crenças econômicas e não econômicas possuídas por um tomador de decisão, por exemplo, a propensão do indivíduo em consumir (poupar) sua renda ou o grau de seriedade com que ele encara sua restrição orçamentária. As informações expostas são de suma importância para a empresa tenha uma boa gestão (POTRICH; VIEIRA; KIRCH, 2015).

A gestão financeira é compreendida como uma área de estudo que aborda assuntos e temáticas relacionados às finanças empresariais, sendo diretamente ligada a movimentação de recursos financeiros e utilizando-se de outras áreas do conhecimento, tais como: Administração, Economia e Contabilidade, para proporcionar à empresa um melhor desempenho na utilização de seus recursos monetários e financeiros, e, conseqüentemente, auferir maior retorno lucrativo (COSTA; AQUINO; DERMACHI, 2018).

Sabe-se que através da boa gestão, fundamental para a sobrevivência das empresas num mercado globalizado e cada vez mais competitivo, espera-se que a saúde financeira das organizações possa fluir da forma correta, visto que esta depende do controle rigoroso de vários fatores, como os custos de produção; o volume comercializado; lucro ou prejuízo obtido nesse processo; condições relacionadas ao estudo de novos investimentos; custos de financiamentos e de capital de giro compatíveis com as atividades das empresas; destino coerente dos lucros; dentro outros (RASOTO *et al*, 2012).

Portanto, é necessário que o indivíduo tenha amplo conhecimento sobre finanças num sentido geral, pois na medida em que um indivíduo demonstra mais conhecimento



financeiro, uma atitude financeira melhor e um comportamento financeiro mais positivo, prevê-se que ele seria mais alfabetizado financeiramente e, como consequência, mais eficaz na sua gestão financeira (POTRICH; VIEIRA; KIRCH, 2015).

Nesse sentido, a Contabilidade desempenha um papel importante como uma ferramenta gerencial, contribuindo com informações que permitem planejar, controlar e tomar decisões e assim, a evolução do setor agrícola brasileiro e a demanda crescente por soluções cada vez mais planejadas exigem do produtor um maior controle sobre o seu patrimônio, e conseqüentemente, a adesão de práticas administrativas voltadas para a gestão financeira (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2018).

Através da contabilidade, existem inúmeros fatores que estão diretamente ligadas a gestão financeira, como por exemplo, o desempenho financeiro que indicam a lucratividade e receita, a aplicação do patrimônio e suas variações, e estes parâmetros, normalmente, são supervisionados por toda a organização, bem como também são incorporados para obter um indicador composto por dois ou mais indicadores de desempenho, a exemplos do retorno sobre o investimento, rentabilidade patrimonial, taxas de lucro operacional e outros indicadores de lucratividade e liquidez (RODRIGUES, 2019).

Ainda nesse contexto, é importante abordar que dentro da gestão financeira, um fator importante para a contabilidade é o capital de giro, tão importante quanto o capital fixo e a sua gestão tem sido cada vez mais relevantes, em função do dinamismo de suas mutações, pois envolve as decisões do dia-a-dia da empresa. A correta adequação do capital de giro em relação aos aspectos quantitativos e qualitativos, bem como selecionar, de forma eficiente, as formas de financiamento, poderá representar a diferença entre a liquidez e a insolvência, crucial para as empresas, principalmente para o agronegócio, dada a natureza do seu ciclo operacional e financeiro, ou ainda, ser um fator determinante para o lucro ou prejuízo (AGUSTINI, 2009).

A Contabilidade deve possuir informações relevantes para a tomada de decisão, e para tanto, é necessário que seja portadora de características que lhe garantam credibilidade entre os seus usuários. Dentre as características desejadas destacam-se a relevância e a representação fidedigna dessas informações, que consiste na capacidade de fazer a diferença nas tomadas de decisão (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2018).

Visto que a gestão financeira tem importância imensurável para as empresas, em destaque para empresas do ramo agrícola, as quais precisam atentar-se a fatores específicos do ramo, como por exemplo, a entressafra, nota-se que o agronegócio tem suas particularidades e complexidade e, portanto, deve ser estudado com mais profundidade. Desse modo, o capítulo a seguir, traz uma abordagem associando o agronegócio junto a contabilidade rural.

2.2 AGRONEGÓCIO E CONTABILIDADE RURAL

Quando trata-se do Agronegócio alguns conceitos devem ser estudados, dentre eles, a atividade rural, que pode ser considerada como qualquer atividade proveniente do meio rural, como a agricultura e a pecuária, sendo na criação, plantação ou no beneficiamento de vários segmentos; em atividades zootécnicas, que refere-se a criação



de animais de grande e pequeno porte; atividades agrícolas, que compreende a plantação de culturas permanentes e perenes, e a partir dessas atividades surgem o aparecimento das empresas (FONSECA *et al.*, 2015).

As empresas rurais podem surgir através de uma pessoa física ou jurídica, que tenha algum patrimônio como fazenda ou sítio e que, no local, desenvolva algum tipo de atividade como a plantação de soja, milho ou cana de açúcar ou ainda a criação de animais como carneiro, ovelha ou gado, com o objetivo de obter produtos que venham a satisfazer às necessidades humanas e com isso, é importante destacar que representa a agricultura, uma empresa rural seja ela familiar ou patronal, a qual é integrada por um conjunto de recursos, denominados fatores da produção, que são a terra, capital e trabalho (CHAGAS *et al.*, 2014).

O setor agrícola representa um peso significativo na economia de diferentes países, como é o caso do Brasil e de Portugal. À semelhança dos restantes setores, também este setor, em virtude da forte concorrência, da diversificação existente, da evolução tecnológica, da maior exigência em termos de qualidade dos produtos oferecidos, da escassez de recursos e dos avultados investimentos que muitas vezes estão associados, procura melhorar a produtividade e gerir da melhor forma os seus recursos, no sentido de incrementar os resultados obtidos e o desempenho em geral (QUESADO; SILVA; RUA, 2018).

O fato de o Brasil ter uma grande extensão territorial, com aproximadamente 851.576.700 hectares e, conseqüentemente, uma extensa área para plantio, favorece sua vocação agrícola. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que a safra colhida em 2014, correspondeu a 71.213.421 hectares, já em 2015 a safra plantada utiliza 71.893.500 hectares e essa tendência seguiu em crescimento nos anos seguintes, essas características fazem com que o agronegócio brasileiro seja considerado destaque mundial por seu grande volume de grãos produzidos (HEY; MOROZINI, 2018).

Entretanto, sabe-se que os elevados custos da atividade agrícola, devido à tecnologia empregue, às doenças e pragas, entre outros fatores, e a dependência do agricultor em relação às oscilações do mercado, que obrigam a variar o preço de venda, adicionada às incertezas e às mudanças significativas no cenário econômico, realçou-se a necessidade dos produtores rurais conhecerem profundamente o seu negócio, centrando-se na gestão e controle de suas atividades, já que estes fatores interferem diretamente na quantidade produzida (QUESADO; SILVA; RUA, 2018).

As empresas agropecuárias que pretendem fornecer insumos para os produtores rurais, devem olhar as necessidades do seu cliente no momento elaboração de suas estratégias, como o descompasso de tempo entre a compra de insumos, o pagamento dos insumos, a colheita da produção agrícola e a venda dos produtos, todos estes fatores afetam diretamente a gestão financeira do produtor rural e também a estratégia financeira da empresa agropecuária (HEY; MOROZINI, 2018).

Assim, é impossível ter informações corretas e rápidas sem o uso da contabilidade ou de uma correta gestão financeira, mas vale salientar que essas áreas fazem parte de um grupo de ferramentas que contribuem com a definição de caminhos para o sucesso dos negócios agrícolas e tornam-se fundamentais na administração desse segmento, porém,



existem fatores de riscos, como o clima, adubação e fertilização na medida correta, valor de mercado, doenças e pragas (CHAGAS *et al.*, 2014; ASSIS *et al.*, 2021).

Com essa ideia, o produtor terá mais benefícios e vantagens, visto que a contabilidade rural proporcionará melhor controle e planejamento sobre esses aspectos, junto a outros fatores relevantes que envolvem a atividade rural, como por exemplo, controlar e calcular os custos de forma detalhada, trabalhar com o ponto de equilíbrio, apresentar as demonstrações contábeis e analisa-las por meio de indicadores contábeis que possibilitam compreender o comportamento econômico e financeiro das empresas, facilitando a interpretação para o processo de tomada de decisão (CHAGAS *et al.*, 2014).

A partir do exposto, nota-se que o agronegócio é um dos motores da economia nacional e no decorrer dos anos vem mostrando avanços quantitativos e qualitativos, mantendo-se como setor de grande capacidade empregadora, de geração de renda e cujo desempenho médio tem superado o desempenho do setor industrial (ASSIS *et al.*, 2021). Dessa forma, o tópico seguinte apresenta uma discussão acerca da gestão financeira em empresas agrícolas.

2.3 GESTÃO FINANCEIRA EM EMPRESAS AGRÍCOLAS

No Brasil, até meados dos anos 90, em função da cruel combinação de altíssimas taxas de inflação e de juros, a sobrevivência de muitas empresas dependia mais da eficiência da gestão do caixa do que da operação ou do negócio como um todo. Os ganhos financeiros encobriam deficiências operacionais através de ganhos com juros proporcionados pelas estratégias de tesouraria, pois qualquer recurso não devidamente remunerado acima da inflação poderia ser depreciado significativamente da noite para o dia (AGUSTINI, 2009).

A atividade agrícola é um conceito que deve ser entendido de forma ampla, abarcando a atividade de transformação biológica e colheita de ativos biológicos para venda, ou ainda para conversão em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais. Define-se também vários conceitos associados à atividade agrícola, estabelecendo como ativo biológico: animal ou planta vivos; como transformação biológica: os processos de crescimento natural, degeneração, produção e procriação que causem alterações qualitativas e quantitativas num ativo biológico; e, como colheita: a separação de um produto de um ativo biológico (de produção) ou a cessação dos processos de vida de um ativo biológico (consumível) (QUESADO; SILVA; RUA, 2018).

Portanto, é de suma importância que haja uma dedicação para com a parte de finanças, pois apesar de que essa gestão pode parecer mais fácil, na verdade, suas características a tornam mais crítica e difícil para o agricultor/empresário, tendo em vista que os movimentos de caixa se caracterizam por longo período de desembolsos (saídas de caixa) e recebimento único no ciclo pela venda da colheita (AGUSTINI, 2009).

Dessa forma, as decisões financeiras definem uma das opções, entre as diversas possibilidades de investimentos físicos ou monetários, na expectativa da empresa obter um resultado positivo, atual ou futuro e tal decisão, porém, apresenta certo grau de incerteza ou de risco operacional e financeiro, considerando que envolve a efetivação de



previsões sobre o comportamento de custos e receitas de curto e de longo prazos (RASOTO *et al.*, 2012).

De modo conceitual, a gestão da atividade agrícola diz respeito à capacidade de gerir todos os fatores de produção de modo a obter, da sua combinação, a máxima rentabilidade e produtividade (produtos vegetais e produtos animais), sendo excluídos os produtos tidos como agroindustriais e, por conseguinte, já derivados da produção agrícola, e que pertencem ao ramo da indústria (QUESADO; SILVA; RUA, 2018). O agronegócio por ser um tipo de negócio instável, pois a produção depende de vários fatores como clima, e mercado que define os preços de venda. Surge então a necessidade de gerenciar, conhecer todos os fatores, para que o produtor sempre tenha maior produtividade e lucro, esse é o papel da contabilidade rural, conhecer e gerenciar (FONSECA *et al.*, 2015).

O não exercício de uma boa gestão financeira agrupa ações desfavoráveis para os produtores rurais, desencadeando assim a incapacidade para medir o desempenho econômico financeiro e de cada atividade produtiva individualmente, a falta de orientação das operações agrícolas, juntamente com incertezas para projetar o fluxo de caixa e as necessidades de crédito. Conforme essa série de ações inoportunas para o desenvolvimento e administração de uma propriedade rural, percebe como aspecto importante o comprometimento da produção, vendas e dos investimentos (NAVES; COSTA, 2021).

Em concordância a isto, ressalta-se que para que uma empresa rural tenha sucesso, é preciso uma boa administração, é necessário que o empresário tenha informações precisas do seu negócio e a gestão financeira oferece dados verdadeiros para uma decisão confiável, por evidenciar necessidades da empresa, dando uma base mais sólida para administração da mesma, sendo que o mercado do agronegócio sofre muitas mudanças durante o ano, pois depende de clima, preço e produção, a contabilidade pode ajudar para que essas mudanças não gere muitos prejuízos. Nesse sentido, é essencial que o produtor rural tenha uma gestão capacitada e de sua confiança para que seu negócio possa crescer e ser beneficiado pelos mais diversos incentivos governamentais (FONSECA *et al.*, 2015).

3 MÉTODO

Com o intuito de atender ao objetivo do estudo de analisar a percepção sobre a gestão financeira em empresas do setor do agronegócio, desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e por meio de um levantamento. Assim, a pesquisa descritiva apresenta como finalidade principal a descrição das principais características de determinada população ou fenômeno e o estabelecimento de relações entre variáveis, buscando ainda descrever um fenômeno ou situação em detalhe, especialmente o que está ocorrendo (OLIVEIRA, 2011).

Já a pesquisa qualitativa não visa à quantificação, mas sim o direcionamento para o desenvolvimento de estudos que buscam respostas para entender, descrever e interpretar fatos, permitindo ao pesquisador manter o contato direto e interativo com o objeto a ser estudado (PROETTI, 2018). Por fim, quanto aos procedimentos realizou-se um



levantamento que visa direcionar o trabalho científico e que necessita de uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador, que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021).

A amostra da pesquisa foi composta por 10 (dez) colaboradores de empresas agrícolas, localizadas na zona rural da cidade de Mossoró, interior do estado do Rio Grande do Norte e caracterizam-se pelo ramo de importação e exportação de frutas e legumes, atuando no mercado entre 5 e 20 anos. A coleta de dados se deu através por meio da aplicação de um questionário semiestruturado, formado por questões abertas discursivas e de múltipla escolha, elaborado pela plataforma *Google Forms* e aplicado de forma virtual, sendo composto por 3 (duas) seções, em que a primeira seção buscou analisar o perfil dos respondentes e a segunda seção identificou a percepção dos participantes em relação ao assunto proposto.

A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, que se refere a aceitar que o seu foco seja de qualificar as vivências do sujeito, bem como suas percepções sobre determinado objeto e seus fenômenos, trazendo ainda para cada questão pontuada nos tópicos seção seguinte, permitindo assim, a discussão de cada questão de forma objetiva e ainda confrontando os achados com os autores estudados na literatura (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, foram destacados os principais achados do estudo, que vão de encontro ao instrumento de pesquisa utilizado e referem-se ao perfil e percepção dos respondentes que se disponibilizaram a participar desse estudo.

4.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES

Inicialmente, para se identificar o perfil dos respondentes da pesquisa, analisou-se os aspectos relacionados ao gênero, idade, formação, área formação e tempo de atuação na área, conforme destacado na Tabela 1.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 1, ao todo, obteve-se uma amostra com 10 (dez) participantes, em que destes, 60% são do sexo feminino e 40% são do sexo masculino; em maioria, 50% apresentou idade entre 20 e 30 anos, enquanto os demais afirmaram ter entre 41 e 50 anos (30%) e 31 e 40 anos (20%). Já no que diz respeito a formação, 50% afirmaram ter o ensino médio completo, 30% apresentam ensino superior incompleto e com ensino superior completo e curso técnico, ambos representam 10% cada e destes que apresentaram ensino superior (completo ou incompleto), 10% de cada respondente, está na área de Contabilidade, Administração ou em outra área de formação. Por fim, os respondentes destacaram que estão atuando na área de formação, em maioria, entre 6 e 10 anos, representado por 40% do total e os demais, destacaram que estão até 5 anos e entre 6 e 10 anos, ambos representados por 30% cada.



Tabela 1: Perfil dos respondentes da pesquisa

CARACTERÍSTICAS		FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
GÊNERO	Masculino	04	40%
	Feminino	06	60%
	Outro	-	-
IDADE	Entre 20 e 30 anos	05	50%
	Entre 31 e 40 anos	02	20%
	Entre 41 e 50 anos	03	30%
	Acima de 50 anos	-	-
FORMAÇÃO	Ensino Médio Completo	05	50%
	Curso Técnico	01	10%
	Superior Incompleto	03	30%
	Superior Completo	01	10%
	Pós-graduação	-	-
ÁREA DE FORMAÇÃO	Contabilidade	01	10%
	Administração	01	10%
	Economia	-	-
	Não sou formado (a)	05	50%
	Outros	03	30%
TEMPO DE ATUAÇÃO NA ÁREA	Até 5 anos	03	30%
	Entre 6 e 10 anos	04	40%
	Entre 11 e 15 anos	03	30%
	Entre 16 e 20 anos	-	-
	Acima de 20 anos	-	-
TOTAL		10	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

4.2 PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES

Nesse tópico, serão abordadas as questões com o intuito de identificar a percepção dos respondentes da pesquisa, no que tange a gestão financeira para empresas agrícolas, como a sua relevância, benefícios, execução, práticas, importância, dentre outros aspectos.

Quadro 1: Relevância da execução da gestão financeira em empresas agrícolas

Participante	Resposta
Participante 1	Sim.
Participante 2	Sim, é importante, pois como toda a empresa é essencial ter o controle do que está sendo gasto e o que está entrando de receita, para aí sim saber se está tendo algum lucro ou não.
Participante 3	Extremamente importante.
Participante 4	Sim, muito importante.
Participante 5	Lógico.
Participante 6	É de grande importância, ajuda no controle de custos.
Participante 7	Com certeza, uma gestão financeira consolidada é crucial para a administração da empresa.
Participante 8	Sim.
Participante 9	Sim.
Participante 10	De extrema importância para o crescimento e organização da mesma.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).



De acordo com as respostas dispostas no Quadro 1, percebe-se que os participantes do estudo, de forma unânime, afirmaram que a gestão financeira é de suma importância para a empresa e é possível abordar que no decorrer do estudo, foi possível evidenciar que a gestão financeira tem ampla relevância para as empresas, visto que essas contribuem para melhor controle das receitas e, através desse controle é possível prever eventuais problemas futuros.

Em destaque, pode-se mencionar a fala do participante 7, em que o mesmo explica que “uma gestão financeira consolidada é crucial para a administração da empresa”, no entanto, a execução dessa gestão requer conhecimento e habilidades em ferramentas que serão discutidas, mas a frente, contudo, sobre a relevância da execução.

De fato, Naves e Costa (2021) concordam com a afirmativa dos participantes, sendo que os autores explicam que a falta da gestão ou até mesmo a gestão realizada de forma incorreta, poderá desencadear a incapacidade para medir o desempenho econômico financeiro, resultando na falta de orientação das operações agrícolas, juntamente com incertezas para projetar o fluxo de caixa e as necessidades de crédito, prejudicando assim o empresário.

Na sequência, as participantes destacaram os benefícios que a gestão financeira pode acarretar para as empresas do agronegócio.

Quadro 2: Benefícios que a gestão financeira pode acarretar

Participante	Resposta
Participante 1	Com o controle sobre as finanças a empresa vai saber até onde pode investir ou não em outros setores, como estrutura e tecnológica para que os trabalhadores tenham melhores condições no dia a dia e assim aumentar o rendimento.
Participante 2	Uma melhor consulta dos arquivos, preparações e análises de documentos, no geral é a melhor opção.
Participante 3	Maior controle de custos, organização.
Participante 4	Organização, maior controle dos bens.
Participante 5	Melhor organização, redução de custos.
Participante 6	Controle de custos, organização.
Participante 7	Organização, melhor tomada de decisões.
Participante 8	Uma relação contínua e confiável com os fornecedores.
Participante 9	Melhoria na busca de resultados.
Participante 10	Controle e organização da empresa.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

De acordo com as respostas, ao questionar os participantes, obteve-se como resultados benefícios positivos e que cooperam para o crescimento das empresas, o participante 7 afirmou que “com o controle sobre as finanças a empresa vai saber até onde pode investir ou não em outros setores, como estrutura e tecnologia, para que os trabalhadores tenham melhores condições no dia a dia e assim aumentar o rendimento”. Já o participante 3 colaborou afirmando que a gestão financeira proporciona “maior controle de custos e organização”. Visto que a gestão financeira propõe maior organização e segurança para tomadas de decisões realizadas na empresa, acredita-se que



a mesma pode acarretar benefícios relacionados a diminuição e/ou isenção de impostos conforme Lei vigente no ano de atuação, controle de custos e despesas, estoque, previsão de períodos de baixa rentabilidade e ações corretas a serem tomadas antes e durante o período, assim como tantos outros.

As respostas obtidas nessa questão estão de acordo com as ideias dos autores abordados nesse estudo, como mencionado por Assis *et al.* (2021) quando explicam que existem diversas técnicas usadas pelo profissional contábil para melhor administrar o agronegócio, como a escrituração, as demonstrações contábeis e a análise de balanços patrimoniais, fornecendo informações analíticas que auxiliam o processo de tomada de decisões. Em complemento a isto, Chagas *et al.* (2014) ressaltam que o profissional responsável pela gestão, deve ser capaz de controlar e calcular os custos de forma detalhada, apresentar e analisar as demonstrações contábeis, e apresentar índices que possibilitem compreender o comportamento econômico-financeiro da empresa.

Em seguida, o Quadro 3 apresenta se a execução da gestão financeira é realizada e por quem é realizada nas empresas do agronegócio.

Quadro 3: Execução da gestão financeira na empresa

Participante	Resposta
Participante 1	Sim, o setor financeiro é responsável.
Participante 2	Executa, por funcionários da empresa.
Participante 3	Sim, pela diretoria, setor financeiro, contabilidade.
Participante 4	Sim, a diretoria.
Participante 5	Sim, pela contabilidade e diretoria.
Participante 6	É executada pelo setor financeiro, diretoria.
Participante 7	Executa, o setor financeiro e contabilidade.
Participante 8	Sim, o administrador da empresa.
Participante 9	Sim, o gestor.
Participante 10	Sim, o CEO e outros funcionários.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Quanto as respostas, mais uma vez de forma unânime, os participantes responderam que existe a execução da gestão financeira nas empresas agrícolas analisadas e a mesma é realizada pela contabilidade, pelo próprio diretor, ou por funcionários nomeados pelo diretor da empresa. Nesse sentido, a execução da gestão financeira nas empresas agrícolas é fundamental e crucial para o bom desenvolvimento das mesmas, e ao menos, a sobrevivência no mercado, tendo em vista que na mesma região existem empresas de grande porte que movimentam com grande relevância o comércio dentro e fora do país.

Dessa forma, os resultados encontrados corroboram Agustini (2009), ao demonstrar que a prática da gestão financeira nas empresas é imprescindível para o melhor desenvolvimento das suas atividades e permanência no mercado, que encontra-se cada vez mais competitivo e necessita cada vez mais de diferenciais em relação as outras empresas, independente do porte ou tamanho da organização.



A seguir, são apresentadas as motivações que levaram os gestores a realizarem a gestão financeira em suas empresas agrícolas.

Quadro 4: O que leva um gestor a realizar gestão financeira em uma empresa agrícola

Participante	Resposta
Participante 1	Organização e redução de custos.
Participante 2	Controle.
Participante 3	Melhor organização, redução de custos, melhor controle.
Participante 4	Melhor planejamento, redução de custos, uma boa gestão permite ver como a empresa está e a melhor forma de lidar com suas obrigações.
Participante 5	A organização.
Participante 6	Gestão consolidada para melhor aquisição de insumos e demais materiais, e sem danificar a relação com os fornecedores e colaboradores.
Participante 7	Saber o andamento dos resultados obtidos.
Participante 8	Controle de gastos e planejamento.
Participante 9	Sua melhor qualidade.
Participante 10	Ele busca um controle maior sobre as finanças.

Fonte: Dados de Pesquisa (2022).

Através do questionário, percebe-se que todas as respostas alcançadas levaram a mesma conclusão, em que apontam um “melhor planejamento, redução de custos... uma boa gestão permite ver como a empresa está e a melhor forma de lidar com suas obrigações”, como foi evidenciado pelos participantes 4 e 10, por exemplo e em concordância com os participantes, acredita-se fielmente que a adesão correta e eficaz da gestão financeira, propõe crescimento considerável para a empresa. Por seguinte, os participantes acreditam que a adesão da gestão financeira trará os benefícios acima citados e tantos outros, acredita-se que o gestor da empresa, irá buscar o quanto antes conhecimento ou profissionais para que a gestão financeira seja realizada de forma correta e, conseqüentemente, aumente os resultados atingidos pela empresa.

Nesse contexto, autores como Agustini (2009) e Fonseca *et al.* (2015) explicam que para alguns, a gestão agrícola pode parecer mais simples e de fácil controle, no entanto, alguns percalços podem se fazer presentes, como o período de entressafra dessa classe, torna a mesma mais crítica e difícil, sendo necessário total controle do ciclo de mercado para obter melhores resultados, sendo importante usufruir de sistemas e ter o conhecimento íntegro sobre as diversas normas, períodos e demais situações que envolvem o agronegócio.

Em seguida, estão dispostas as práticas financeiras utilizadas pelas empresas agrícolas analisadas, como por exemplo, citou-se as práticas de orçamento financeiro, controle financeiro e planejamento financeiro.

De modo geral, as respostas apontam que todas as empresas agrícolas analisadas fazem uso das práticas financeiras utilizadas pela empresa, dentre as mencionadas, isto é, o orçamento financeiro, controle financeiro e planejamento financeiro, apesar de alguns participantes não mencionarem qual ou quais práticas financeiras são utilizadas. De maneira bem colocada, o participante 5, por exemplo, respondeu que “utiliza controle



financeiro e o orçamento financeiro para uma melhor tomada de decisões”, justamente, a utilização dessas práticas leva a empresa a caminho de melhores decisões e consequentemente melhores resultados.

Quadro 5: Práticas financeiras utilizadas pela empresa

Participante	Resposta
Participante 1	Sim.
Participante 2	Utiliza todos, orçamento financeiro, controle financeiro, planejamento financeiro.
Participante 3	Sim, controle e orçamento.
Participante 4	Utiliza todos, orçamento financeiro, controle financeiro, planejamento financeiro.
Participante 5	Utiliza controle financeiro e o orçamento financeiro para uma melhor tomada de decisões.
Participante 6	Todas, orçamento financeiro, controle financeiro, planejamento financeiro.
Participante 7	Utiliza.
Participante 8	Sim.
Participante 9	Sim.
Participante 10	Com certeza, principalmente pelo CEO da empresa.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Para complementar e melhor entender a questão, Chagas *et al.* (2014) explicam em um de seus estudos que é impossível ter informações corretas e rápidas sem o uso da contabilidade, pois a mesma ajuda a definir caminhos para o sucesso do empreendimento, permitindo também que os colaboradores conheçam os fatores de riscos, como: clima, adubação e fertilização na medida correta, valor de mercado, doenças e pragas e, possam estar preparados para vivenciá-los, visto que o planejamento financeiro deverá estar ciente dessas circunstâncias.

É importante destacar ainda, que muitas empresas, não só do ramo agrícola, terceirizam os serviços relacionados a administração e as práticas contábeis, visto que existe uma alta demanda para controle, e os gestores por administrarem outras demandas, não estão disponíveis para exercer as funções.

Na sequência, os participantes da pesquisa destacaram a importância da contabilidade e da gestão financeira em uma empresa agrícola.

Quadro 6: Importância da contabilidade/gestão financeira em uma empresa agrícola

Participante	Resposta
Participante 1	Sem uma contabilidade/gestão financeira a empresa não saberia se no final estaria lucrando ou tendo prejuízo com a produção, isso poderia acarretar em falência futura.
Participante 2	Ela é o carro chefe de uma empresa, onde há uma boa gestão, há sempre melhores resultados.
Participante 3	De grande importância, pois otimiza os serviços da empresa.
Participante 4	Pelo controle, uma melhor estabilidade.
Participante 5	É muito importante, pois faz a empresa ser mais organizada.
Participante 6	A contabilidade/gestão financeira ajuda na administração da empresa, análises, financeiras, tomada de decisões.



Participante 7	Melhor tomada de decisões.
Participante 8	A importância de manter as contas em dia para uma relação consolidada com fornecedores e está sempre em dia com a legislação também.
Participante 9	Organizar, analisar, estruturar a empresa.
Participante 10	De extrema importância, para manter a empresa sólida e com foco nos orçamentos.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

De acordo com as respostas apresentadas, percebe-se que como em qualquer outro ramo, a contabilidade/gestão financeira têm a sua importância, para o participante 1, “sem uma contabilidade/gestão financeira a empresa não saberia se no final estaria lucrando ou tendo prejuízo com a produção, isso poderia acarretar em falência futura”. Já para o participante 2, “ela é o carro chefe de uma empresa, onde há uma boa gestão, há sempre melhores resultados”, e por fim, o participante 7 relata que “a importância de manter as contas em dia para uma relação consolidada com fornecedores e ficar sempre em dias com a legislação também”. Assim como os participantes mencionados, os demais expuseram suas respostas de acordo com as expostas, sempre demonstrando que a contabilidade/gestão financeira apresenta sua utilidade para as empresas agrícolas analisadas.

Em concomitância ao exposto, Fonseca *et al.* (2015) e Naves e Costa (2021) relatam que o mercado do agronegócio sofre com diversas mudanças durante o ano, pois depende de fatores como clima, preço e produção, e desse modo, tanto a contabilidade como o bom uso da gestão financeira podem ajudar para que essas mudanças sejam mitigadas e não gerem muitos prejuízos, garantindo melhores resultados para as empresas agrícolas.

A seguir, estão dispostas as respostas referentes as ferramentas administrativas que são utilizadas pelas empresas agrícolas deste estudo, como planilhas, *softwares* e livros contábeis.

Quadro 7: Ferramentas administrativas utilizadas pela empresa

Participante	Resposta
Participante 1	Sim.
Participante 2	Com certeza.
Participante 3	Sim, <i>softwares</i> , planilhas de <i>excel</i> , entre outros.
Participante 4	Sim.
Participante 5	Utiliza todos.
Participante 6	Sim.
Participante 7	Todos.
Participante 8	São utilizados todas, alguns por parte dos funcionários e outros pela contabilidade.
Participante 9	Sim.
Participante 10	Todos.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A respeito da questão das empresas agrícolas utilizarem ferramentas administrativas, por meio das respostas, foi possível concluir que, de acordo com os



participantes as empresas utilizam várias ferramentas administrativas, inclusive, softwares, como descreve o participante 3: “sim, *softwares*, planilhas de *excel*, entre outros” e o participante 8, que indicou que “são utilizadas todas, alguns por parte dos funcionários e outros pela contabilidade”. Assim, o uso dessas ferramentas coopera para melhor organização e gestão da empresa, portanto, é imprescindível que os colaboradores saibam utilizar as mesmas e façam uso diário destas.

De acordo com Fonseca *et al.* (2015) existe no agronegócio a necessidade de gerenciar e conhecer todos os fatores para que o produtor sempre tenha maior produtividade e lucro, esse é o papel da contabilidade rural, conhecer e gerenciar, e para tanto, faz-se necessária a utilização das ferramentas que possibilitem esse suporte administrativo, sendo de suma relevância para que as empresas alcancem seus resultados. Na sequência, foram apresentadas respostas sobre a avaliação do setor de agronegócio nos últimos anos.

Quadro 8: Avaliação do setor de agronegócio nos últimos anos

Participante	Resposta
Participante 1	Um setor que não para de evoluir.
Participante 2	Está se saindo cada vez melhor.
Participante 3	A cada ano bem crescendo mais, ganhando cada vez mais espaço no mercado.
Participante 4	Bom.
Participante 5	A cada dia vem crescendo mais.
Participante 6	O setor do agronegócio a cada ano vem crescendo mais, principalmente a área da exportação que a cada dia vem aumentando e ganhando mais qualidade.
Participante 7	O setor do agronegócio vem crescendo a cada dia mais.
Participante 8	O agronegócio é um setor que está alavancando cada vez mais.
Participante 9	Em crescimento.
Participante 10	Foi o carro chefe para o desenvolvimento e manter a economia do país.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Por meio das respostas apresentadas, todos os participantes afirmaram que o setor do agronegócio tem seu crescimento continuado, como é destacado pelo participante 6, em que “o setor do agronegócio a cada ano vem crescendo mais, principalmente a área da exportação que a cada dia vem aumentando e ganhando mais qualidade” e pelo participante 10, que aponta que o agronegócio “foi o carro chefe para o desenvolvimento e manter a economia do país”, o que resulta num amplo crescimento.

Concomitante a isto, Hey e Morozini (2018) descrevem que a safra colhida em 2014 correspondeu a 71.213.421 hectares, já em 2015 a safra plantada utiliza 71.893.500 hectares. Essas características fazem com que o agronegócio brasileiro seja destaque mundial por seu grande volume de grãos produzidos, e como os dados expostos mostraram, em constante crescimento, assim como afirmaram os participantes da pesquisa.

A seguir, os participantes expuseram sua concepção sobre o que pode ser feito para melhorar o setor de agronegócio.



Quadro 9: Concepção sobre o que pode ser feito para melhorar o setor de agronegócio

Participante	Resposta
Participante 1	É importante sempre inovar, buscar melhorias em todos os setores, investir em tecnologia, estrutura.
Participante 2	Para melhorar, seria a implementação de recursos, planilhas, sistemas.
Participante 3	Redução de imposto, mais incentivos fiscais.
Participante 4	Uma gestão mais ampla.
Participante 5	Mais incentivos, redução de impostos.
Participante 6	Mais tecnologia para o campo.
Participante 7	Maiores incentivos do governo.
Participante 8	Políticas que priorizem saúde, segurança e inclusão social com a comunidade aos arredores.
Participante 9	Mais recursos para o agronegócio.
Participante 10	Mais investimento e crédito principalmente para o médio e pequeno agricultor.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Conforme disposto no Quadro 9, percebe-se que muitos assuntos podem ser abordados, pois por mais que algo tenha sido melhorado, sempre existe algo a ser aperfeiçoado. A exemplo, para o participante 5, seria importante a implantação de “mais tecnologia para o campo”, já o participante 6, destaca a necessidade de “maiores incentivos do governo” e nisso, podem ser atribuídos linhas de créditos, incentivos fiscais como redução de impostos, facilidades para o produtor de pequeno e médio porte e muitos outros.

A partir do exposto, torna-se evidente que tanto a prática como a teoria, referem a importância da contribuição do governo para o agronegócio, facilitando as linhas de créditos e propondo isenções dos impostos, visto que esse movimenta a economia do país através da produção, importação e exportação dos bens comercializados.

Em conformidade, Agustini (2009) descreve que no mercado bancário, linhas de crédito específicas para o segmento rural, são lançadas objetivando prover recursos para aquisição de grãos, sementes, fertilizantes, defensivos, corretivos de solo, tratores, colheitadeiras, implementos, máquinas e equipamentos para uso na atividade agropecuária, que também, são utilizadas conforme especificações, para o agronegócio no contexto geral.

Por fim, os participantes foram questionados sobre as principais dificuldades em que os mesmos já vivenciaram ou acreditam possíveis dentro do setor do agronegócio, ao qual estão inseridos e nesse sentido, foi realizada a indagação mediante uma escala *likert*, enumerada de 1 (um) a 5 (cinco), em que “1” caracteriza “pouca dificuldade” e “5” caracteriza “alta dificuldade”. Para melhor compreensão das respostas, as mesmas foram expostas na Tabela 2 a seguir.

De acordo com os resultados, verifica-se que as principais dificuldades destacadas pelos participantes da pesquisa, concentram-se em aspectos de planejamento financeiro inadequado, falta de capacitação dos colaboradores e falta de apoio da equipe/direção. Essas dificuldades, se relacionam as questões que envolvem a gestão financeira como um todo e caracterizam como sendo fundamentais para que o processo



da gestão financeira ocorra de maneira eficaz, o que se faz necessária uma maior atenção por parte das empresas agrícolas analisadas.

Tabela 2: Principais dificuldades da gestão financeira em empresas agrícolas

ITENS	1	2	3	4	5
Falta de recursos financeiros	-	3 (30%)	4 (40%)	3 (30%)	-
Planejamento financeiro inadequado	-	1 (10%)	4 (40%)	5 (50%)	-
Falta de mão de obra qualificada	-	1 (10%)	6 (60%)	2 (20%)	1 (10%)
Falta de um sistema/modelo de gestão adequado	-	3 (30%)	5 (50%)	2 (20%)	-
Falta de capacitação dos colaboradores	-	2 (20%)	4 (40%)	4 (40%)	-
Falta de apoio da equipe/direção	1 (10%)	2 (20%)	3 (30%)	3 (30%)	1 (10%)
Barreiras internas	1 (10%)	4 (40%)	2 (20%)	2 (20%)	1 (10%)

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A partir da exposição, pode-se concretizar que os participantes veem a realidade das empresas em que colaboram, como uma gestão em andamento, ainda não fidelizada num sistema totalmente eficaz, tendo em vista que houve uma grande variação das respostas entre as pontuações 2 e 4, que traz um meio termo das limitações. Portanto, acredita-se através disso, que é importante desenvolver melhores habilidades no tocante a gestão financeira.

5 CONCLUSÃO

Através da pesquisa, foi possível evidenciar que o agronegócio tem uma magnitude bastante considerável, e de forma alguma, está ilesa de passar por todos os processos de uma gestão financeira de qualidade, atribuindo, portanto, todos os benefícios cabíveis, como: utilização de planilhas, implantação de sistemas e softwares dos mais diversas que estejam atreladas as atividades realizadas na empresa.

Trazendo à tona o objetivo proposto no início desse estudo, o qual esteve delimitado em: “analisar a relação entre gestão financeira e empresas do agronegócio”, acredita-se que o mesmo foi alcançado, pois a análise foi realizada conforme a metodologia proposta, utilizando um embasamento teórico de estudos disponibilizados na integra online, bem como, fazendo um compilado de ideias com as respostas obtidas através do questionário realizado com colaboradores de empresas agrícolas da região do interior da cidade de Mossoró/RN.

Desse modo, o presente estudo propôs uma contribuição significativa para os pesquisadores e interessados na relação do agronegócio com a gestão financeira, pois além de trazer uma ampla abordagem sobre o contexto da gestão financeira, suas características, forma de atuação, o estudo ainda mostrou a mesma pode intervir nas



empresas agrícolas, e conseqüentemente, quais os benefícios e malefícios que existência ou não, respectivamente, da mesma poderá acarretar nas empresas.

Destaca-se que como limitação, pode-se mencionar a escassez em estudos totalmente direcionados para o agronegócio no tocante às empresas de médio porte, pois existem uma gama estudos direcionados ao pequeno produtor, ou seja, aquele que ainda está descobrindo o mundo corporativo, quanto ao produtor com empresa e colaboradores, os estudos são encontrados em menores quantidades, no entanto, apesar de ser um fator limitante, não é considerado determinante, e não impediu a construção do estudo. Portanto, como sugestão para construções futuras, espera-se que mais trabalhos sejam construídos em cima dessa mesma perspectiva, com uma amostra maior, para que ajam mais estudos direcionados a essa relação do agronegócio e gestão financeira, e para que mais colaboradores abram seus horizontes sobre a importância e a necessidade da gestão financeira.

REFERÊNCIAS

AGUSTINI, C. A. Gestão financeira nos micros e pequenos empreendimentos no contexto do agronegócio: uma abordagem de desenvolvimento sustentável. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 3, n. 2, p. 3-20, 2009.

ANDRADE, J. P.; LUCENA, W. G. L. Educação financeira: uma análise de grupos acadêmicos. **Revista Economia & Gestão**, v. 18, n. 49, p. 103-121, 2018.

ASSIS, B. H.; DUARTE, E. M.; GONÇALVES, G. M. B.; JULIO, L. A.; GONÇALVES, L. F.; PEREIRA, L. G. O.; VIANA, P. H. C.; SILVA, V. C. C. A importância da contabilidade e do direito no agronegócio. **Revista Projetos Extensionistas**, v. 1, n. 1, p. 195-208, 2021.

CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & sociedade: estudos**, v. 24, n. 1, p. 13-18, 2014.

CHAGAS, M. F.; MARCUSSI, D.; MARCUSSI, E. S.; SILVA, E. F.; LINARES, F. T.; TOMAZ, P. D. O uso da contabilidade como instrumento de controle na atividade rural. **Diálogos em Contabilidade: Teoria e Prática**, v. 2, n. 1, 2014.

COSTA, E. S.; AQUINO, L. M. A.; DEMARCHI, L. Gestão Financeira. **Rede e-Tec Brasil** - Ministério da Educação. Universidade Federal do Mato Grosso. p. 134, 2018.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista interdisciplinar científica aplicada**, v. 2, n. 3, p. 1-13, 2008.



FONSECA, R. A.; NASCIMENTO, N. F.; FERREIRA, R. N.; NAZARETH, L. G. C. Contabilidade rural no agronegócio brasileiro. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, v. 12, p. 1-12, 2015.

HEY, I. R.; MOROZINI, J. F. A gestão financeira e o ciclo produtivo das commodities agrícolas sob a ótica da Teoria dos Custos de Transação. **Custos e @gronegócio**, v. 85, p. 430, 2018.

NAVES, I.; COSTA, S. T. S. As consequências para o produtor rural diante da falta de exercício da contabilidade rural. **Revista GeTeC**, v. 10, n. 25, 2021.

OLIVEIRA, D. L.; OLIVEIRA, G. D. Contabilidade de agronegócio recurso eletrônico: propostas de mensuração de ativos biológicos e produtos agrícolas a valor justo resultados de pesquisas teórico- empíricas. – Ponta Grossa (PR): **Atena Editora**, 2018.

OLIVEIRA, M. F. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração. **Universidade Federal de Goiás**. Catalão-GO, 2011.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 27, n. 69, 2015.

PROETTI, S. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: Um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen-ISSN: 2447-8717**, v. 2, n. 4, 2018.

QUESADO, P. R.; SILVA, M. L. R.; RUA, S. C. A contabilidade financeira e a gestão de custos na atividade agrícola. **Custos e @gronegócio on line**, v. 14, n. 4, p. 214-258, 2018.

RASOTO, A.; GNOATTO, A. A.; OLIVEIRA, A. G.; ROSA, C. F.; ISHIKAWA, G.; CARVALHO, H. A.; LIMA, I. A.; LIMA, J. D.; TRENTIN, M. G.; RASOTO, V. I. **Gestão financeira: enfoque em inovação**. Curitiba: Aymará Educação, 2012.

Disponível em:

<http://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2062/1/gestaofinanceirainovacao.pdf>

ROCHA, M. C. **Elaboração de um controle financeiro para uma pequena empresa do setor de agronegócio localizada em Jacinto Machado/SC**. 2019. 61 f. Monografia (Graduação). Curso de Bacharel em Administração, Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, 2019.

RODRIGUES, H. N.; NAKAO, A. N.; BARROS, M. G.; CRUZ, J. C. **Controle financeiro**: comparação do controle financeiro entre empresas franquizadas e empresas



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



convencionais. 2019. 22 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso, 2019.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

JORNADA
ACADÊMICA DE
GESTÃO
da Católica do RN

PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO DEPARTAMENTO PESSOAL SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO ESOCIAL NAS EMPRESAS

Marcia Cristina de Oliveira Justino

Graduada em Ciências Contábeis
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN
E-mail: marciacristina@gmail.com

Maria Zilda Rosado Costa Neta

Graduada em Ciências Contábeis
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN
E-mail: zildarosadocont@gmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorando em Administração e Controladoria
Universidade Federal do Ceará – UFC
E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorando em Administração e Controladoria
Universidade Federal do Ceará – UFC
E-mail: italocarlos25@gmail.com

Jerferson Freitas da Silva

Mestrando em Administração e Controladoria
Universidade Federal do Ceará – UFC
E-mail: jerfersonfreitas111@gmail.com

RESUMO

O setor de Departamento Pessoal configura-se como primordial dentro de uma empresa e este tem vivenciado os avanços tecnológicos e de informatização que impactaram de forma direta a escrituração contábil e fiscal, especialmente com a implementação do eSocial. Dessa forma, o objetivo do estudo consiste em analisar a percepção dos profissionais do departamento pessoal sobre a implantação do eSocial nas empresas e para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa do tipo descritiva, qualitativa e por meio de um levantamento, com 11 profissionais ligados ao setor do Departamento Pessoal de empresas. Os resultados apontam que os participantes consideram o seu conhecimento sobre o eSocial suficiente e razoável, sinalizaram positivamente sobre aspectos como a facilitação do trabalho após a implementação do eSocial e demonstraram deterem de um bom entendimento sobre o objetivo de criação desse sistema, bem como percebe-se que houve mudanças nas empresas após o eSocial e a capacitação dos profissionais tanto foi pelas empresas como por conta própria do profissional. Por fim, os respondentes



afirmaram positivamente que o eSocial permite a simplificação na entrega das obrigações por parte da empresa e que o sistema ainda carece de melhorias.

Palavras-chave: Departamento pessoal; eSocial; percepção profissional.

1 INTRODUÇÃO

O Departamento de Pessoal é uma área indispensável para uma empresa, tendo em vista que é responsável pelos trâmites legais no que concerne da contratação à demissão, entre outras obrigações legais e trabalhistas. As mudanças ocorridas nos últimos anos, vêm trazendo avanços tecnológicos e a velocidade em que as informações estão sendo geradas, tem feito com que os profissionais que atuam na área busquem constantemente atualizações e se adaptem para poder domina-las. Assim, com o uso das tecnologias da informação, as organizações alteram a forma como realizam seus processos, o que antes eram feitos manualmente, agora passam a ser automatizados, pois passam a ser arquivos digitais (CORAZZIM, 2017).

Nesse contexto e instituído pelo decreto nº 6.022 de 2007, o Sistema Público de Escrituração Fiscal (SPED), é um instrumento criado pelo governo que engloba as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação dos livros e documentos que compõem a escrituração contábil e fiscal dos empresários e empresas, através de um fluxo único de informações digitais. Assim, o SPED tem o objetivo de modernizar o padrão dos cumprimentos das obrigações acessórias, informada pelos contribuintes aos órgãos fiscalizadores e os documentos eletrônicos são enviados através de certificação digital, garantindo assim a veracidade e validade das informações enviadas (FERNANDES; KIRINUS, 2011).

Integrado ao projeto do SPED, por meio do decreto nº 8.373 de 11 de dezembro de 2014, foi instituído o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), este foi o subprojeto mais complexo do SPED, considerado por alguns especialistas e entendido como o primeiro projeto de grande abrangência, devido ser tido como um instrumento de unificação, das informações ligadas a escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, sendo um marco no quesito de escrituração dessas informações (PACHECO FILHO; KRUGER, 2015).

Antes do eSocial, os profissionais do departamento pessoal precisavam informar a cada órgão suas declarações e obrigações, variando as formas de entregas na sua grande maioria no regime de competência, entregues mensalmente e até mesmo as anuais, necessitando de tempo para realizar as devidas validações das informações que deveriam ser prestadas e mesmo com toda complexidade do e-social e por se tratar de um sistema único que unificou todas essas obrigações, a forma de entrega dessas obrigações se tornaram mais rápidas e simplificadas uma vez que o sistema veio a substituir declarações (CORREIA, 2019).

Dessa forma e mesmo sabendo que é necessário bastante dedicação e determinação por parte dos profissionais para tal adaptação uma vez que foi algo novo, o estudo foi norteado pela seguinte problemática: **Qual a percepção dos profissionais do**



departamento pessoal sobre a implantação do eSocial nas empresas? E dessa forma, o objetivo do estudo consiste em analisar a percepção dos profissionais do departamento pessoal sobre a implantação do eSocial nas empresas.

O estudo justifica-se levando em consideração a relevância do eSocial para o contexto profissional, tendo em vista a necessidade de verificar se os profissionais foram preparados e orientados sobre as novas mudanças que vem surgindo ao longo dessa implementação, pois para atender a qualquer nova situação ou problema, é necessário adequar-se e capacitar-se, e com o eSocial não poderia ser diferente, uma vez que trata de um sistema de alta complexidade e mudou significativamente as rotinas do departamento pessoal. Com a implementação do eSocial foi necessária a mudança de procedimentos internos nas empresas, começando pela implementação de um bom sistema para transmissão dessas informações e a capacitação dos profissionais envolvidos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente tópico desse trabalho abordará os aspectos teóricos do tema em estudo, de forma clara e objetiva, evidenciando quanto os aspectos normativos inerentes ao eSocial, abordando os principais pontos e mudanças dentro do contexto das organizações empresariais.

2.1 DEPARTAMENTO DE PESSOAL E A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

De modo geral, o Departamento de Pessoal representa um dos setores de empresa que desempenha funções de grande responsabilidade, as quais exigem competências e habilidades, tais como: conhecimento da legislação trabalhista; previdenciária; dentre outras, garantindo assim que direitos e deveres dos funcionários estejam em cumprimento com a legislação, e tem em seu histórico, um contexto evolutivo de desenvolvimento dentro das organizações, tendo um relevante suporte para as mesmas (MARTINS, 2014).

Dessa forma, cabe aos profissionais do departamento pessoal desempenhar as funções de cálculos e pagamentos das remunerações dos funcionários, controle das férias, processos de admissão e demissão, 13º salário, auxílio transporte, organização de horários, pagamento de taxas e impostos, ou seja, assuntos que afetam os funcionários (ALVES, 2012). Além do mais, possui as funções destacadas no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1: Funções do Departamento de Pessoal

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO
Admissão de pessoal	Responsável por todo o processo burocrático de admissão dos colaboradores e ao fim do processo de seleção e recrutamento do candidato a vaga, é encaminhado ao departamento pessoal no qual é entregue a listagem de documentos necessários para formalizar seu vínculo com a empresa.
Manutenção de pessoal	Responsável pelos controles de frequências do funcionário admitido que passou pelo processo anterior, bem como a elaboração da folha de pagamento, férias, afastamentos, informações ao governo federal como o CAGED, a SEFIP, controle de benefícios e pagamentos de



	tributos. Todos os processos devem ser de acordo como os preceitos legais estabelecem.
Desligamento de pessoal	Tem por responsabilidade todo processo de desligamento do funcionário que vai desde a solicitação para comunicar, passando pelo cálculo das verbas rescisórias, levando até a representação da empresa junto aos órgãos oficiais.
Observância a legislação	Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT); Consolidação das Leis Previdenciárias Social (CLPS); Normas Regulamentadoras de Higiene e Segurança no Trabalho (NRs); Convenção Coletiva de Trabalho (CCT); Acordos Coletivos de Trabalho (ACT)

Fonte: Adaptado de Marras (2011) e Alves (2012).

Nesse sentido, percebe-se que a eficácia do Departamento de Pessoal não só depende de seus profissionais, é dependente de todo um conjunto de processos bem elaborados e que devidamente executados, unificando bons profissionais e uma boa execução em seus processos, apresentam resultados positivos para as empresas, especialmente quando são combinados com outros setores, dentre eles, o setor de tecnologia da informação (MARRAS, 2011).

Considerando um contexto mais remoto, a contabilidade anteriormente, era praticada de maneira manual, em que os registros levados ao fisco eram feitos de forma arcaica, com base em livros físicos, onde se tinha um elevado custo e se perdia muito tempo. Entretanto, com o advento e surgimento da Tecnologia da Informação (TI), as empresas tiveram de se adaptar a um sistema de contabilidade informatizado, para atender as exigências e fornecer informação cada vez mais tempestiva e relevante para os usuários (CUSTÓDIO, 2017).

Sendo assim, a tecnologia ligada à informação tem sido cada vez mais presente no contexto moderno, sendo relevante nas organizações nas mais diversas áreas de conhecimento, dessa maneira a contabilidade não é diferente, onde uma anda sempre junta da outra, visto que diante das transformações globais, a informação é primordial nas relações entre organização e o fisco, sendo necessário para o profissional contábil aperfeiçoar-se e tornar a tecnologia como ferramenta do cotidiano.

Dessa forma, percebe-se que um sistema de informação moderno e bem alimentado, traz inúmeros benefícios para os diversos setores das organizações, a exemplo do departamento de pessoal, tendo em vista que os dados existentes são considerados os insumos do trabalho e a informação produzida é tida como o produto final, ou seja, alimentando o sistema com dados e trabalhando os mesmos é possível obter as informações que são pretendidas e cada vez mais necessárias (CUSTÓDIO, 2017).

Com isso, verifica-se que as informações obtidas com base em sistema contábil bem informatizado, é relevante para compreender o contexto fiscal e contábil em que se encontram determinadas organizações empresariais, contribuindo dessa maneira torna o ambiente sem indecisões, atendendo de forma eficaz o fisco em tempo hábil, assim afastando as incertezas que pairam sobre determinado dado analisado.



2.2 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO FISCAL (SPED)

A conjuntura do sistema tributário no Brasil vem sofrendo, ao longo dos anos, diversas alterações e isso pode ser percebido pelas relações econômicas que se apresentam num contexto que podem variar de país para país, como por exemplo, novos tributos surgem, assim como outros podem deixar de existir e por aí vai. Assim, percebe-se que na realidade brasileira, essas relações podem ser diversas, tendo em vista que cada estado tem sua legislação tributária e que precisa ser compreendida para poder definir a questão tributária do país, bem como a forma de mensuração dessas operações (SOUSA, 2018).

Além dos tributos, outras questões acessórias devem ser observadas nas empresas, como as demais obrigações em que as mesmas são inerentes para seu entendimento e assim, não pagar multas por falta de entrega ou atrasos. A atenção deve ser redobrada, tendo em vista que esses aspectos apresentam uma complexidade percebida e estão em constantes mudanças, cabendo aos profissionais da área se atentarem para as novidades que vão surgindo, como exemplo teve-se o Sistema Público de Escrituração Digital, denominado SPED.

O SPED surgiu no Brasil num cenário de mudanças econômicas e financeiras após os anos 2000, mais precisamente em 2007, impulsionado pelas necessidades de melhorias entre as organizações empresariais e o fisco, em que era preciso uma relação mais próxima entre ambas, através da informação e com isso, o SPED foi criado com a finalidade de proporcionar maior segurança, aprimoramento e emissão de informações em tempo hábil e de forma eficaz (BRASIL, 2007).

Nesse contexto, o projeto SPED surge como forma de aumentar as relações entre fisco e contribuintes, em que o fisco passa a ter um maior controle e visibilidade das informações em tempo real, contribuindo assim, para uma maior perfeição e menos incorreções nas informações transmitidas, evitando omissões quanto a questão da sonegação fiscal, mediante o cruzamento de dados que são enviados por sistema contábeis de informação.

Para fins de definição e compreensão do SPED, Alves (2007) aponta que:

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) é um complexo conjunto de grandes projetos, o qual abrange o Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (EFD), Nota Fiscal Eletrônica (NF-e, NFS-e), Conhecimento Eletrônico de Transporte (CTe), Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT), Escrituração Fiscal Digital – ICMS/IPI, Escrituração Fiscal Digital – Contribuições, Escrituração 18 Fiscal Digital – Reinf, a E-Financeira e também o Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

Assim, evidencia-se que o SPED envolve um conjunto de projetos que abrange as diversas áreas da contabilidade, que vai desde a emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NFE), até a escrituração contábil, fiscal e pessoal, em que cada um possui suas peculiaridades, bem como uns estão já funcionando e outros ainda estão em fase de implantação. Dessa forma e diante do avanço tecnológico e, conseqüentemente, das relações entre empregado



e empregador, onde novos fatos surgem e ao mesmo tempo tornam-se necessários registrá-los para que não haja prejuízo entre as partes, existe uma necessidade de entregar as informações de maneira única, facilitando a interpretação delas em tempo hábil, contribuindo para uma melhor relação entre fisco e contribuinte (ALVES, 2007).

2.3 SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS (ESOCIAL)

Por meio do Decreto nº 8.373 de 2014, foi criado o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), considerado um projeto inovador que estabelece normas e princípios nos quais as empresas deverão segui-las e adotá-las no seu cotidiano, para que elas sejam enviadas e armazenadas em um ambiente virtual, garantindo uma maior segurança no trato com as informações do contribuinte (BRASIL, 2014).

A finalidade do eSocial consiste em unificar as informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais por parte do governo e com a participação das organizações empresariais, numa visão que contribui para a redução de custos, inadimplência, erros, sonegação fiscal, aumento de receitas aos cofres públicos bem como a garantia de direitos trabalhistas, além de diminuir a redundância das informações e assim, nota-se que a sua finalidade vai além da informação gerada propriamente dita, onde visa mais do que nunca os benefícios para as empresas com redução de custos, erros e mais transparência perante o fisco (SILVA, 2019).

Nesse contexto de relevância da criação do projeto eSocial, destacam-se alguns órgãos da Administração Pública direta que contribuíram para sua criação e contribuem para sua permanência no âmbito do mercado brasileiro, sendo eles: Receita Federal do Brasil (RFB); Ministério do Trabalho (MTE); Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Caixa Econômica Federal (CEF), que se destacaram como propulsores do sucesso do eSocial (ALVES, 2017).

Entretanto, assim como qualquer outro sistema ou projeto digital, o eSocial apresenta aspectos promissores e limitações, principalmente em virtude de ainda está sendo implantado e nota-se que ainda merece um pouco de cautela quanto ao seu uso, pois aos poucos vai sendo aprimorado de acordo com os eventos que surgem. Dessa forma, percebe-se que é um projeto que apresenta vantagens e desvantagens, como destaque no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2: Vantagens e desvantagens do eSocial

VANTAGENS	Unificação de várias obrigações acessórias em uma só, como a Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações a Previdência Social (GFIP), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o Livro de Registro de Empregados (LRE), a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), a Comunicação de Dispensa (CD), a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF), a Declaração de Débitos e Créditos Tributários (DCTF), o Quadro de Horário de Trabalho (QHT), o Manual Normativo de
------------------	---



	Arquivos Digitais (MANAD), a Folha de Pagamento, a Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) e a Guia da Previdência Social (GPS).
DESVANTAGENS	Pode-se observar as multas e penalidades, que são automáticas, acontecendo em tempo real para quem não cumpre com os prazos estabelecidos. Como os prazos são curtos, do cronograma do e-Social, e a qualificação cadastral é a consistência dos dados cadastrais enviados pelo empregador, relativo aos trabalhadores a seu serviço, tais dados são confrontados com a base do e-Social, sendo validados na base do CPF e na base do CNIS e qualquer divergência existente impossibilitará o envio das informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, bem como o recolhimento dos valores devidos.

Fonte: Adaptado de Santos (2019).

Dessa forma, a unificação de várias obrigações acessórias em somente uma, contribui para uma melhor relação de trabalho nas empresas, reduzindo assim tempo e custo, garantindo melhor atendimento na demanda dos arquivos das empresas junto ao fisco, onde o trabalho manual de registro fica de lado e tudo se resume a um arquivo digital único. E por outro lado, as desvantagens compreendem de certeza forma um parâmetro, tendo em visto como o sistema é novo e ainda está em fase de implantação, cada evento novo que aparece serve de objeto de estudo e melhoria, como são várias informações, os órgãos envolvidos no projeto ainda passam por dificuldades, mas o percurso segue e cabe as organizações se prepararem para atenderem melhor o fisco e se auto organizarem (SANTOS, 2019).

Ainda dentro do sistema de informação do eSocial, se presenciam os “eventos” que são informações prestadas ao fisco, conforme o seu manual e esses eventos podem ser os eventos de tabela, eventos periódicos e não periódicos, ou seja, são informações prestadas ao fisco sejam elas de caráter trabalhista, previdenciária ou fiscal, que de fato contribui para a sustentação do sistema propriamente dito. Os eventos do eSocial estão dispostos no Quadro 3 a seguir.

Quadro 3: Eventos do eSocial

Eventos de Tabela	Compreendem o primeiro registro do e-Social, são os dados básicos que compõem a estrutura fiscal e administrativa da empresa, contribuinte e órgão público, funciona a base de todo o cadastro e diante de novas alterações na empresa ele precisa ser atualizado. Dessa forma, o envio do mesmo é mais que obrigatório, servindo de base para também os registros periódicos e não periódicos.
Eventos Periódicos	Compreendem os registros de caráter periódico, que são de competência periódica, engloba folha de pagamento e fatores geradores da previdência, devendo ser transmitidos até o dia sete do mês seguinte ao mês de referência. São eventos que tem data prevista para acontecer, tem caráter definido para ocorrer.
Eventos Não Periódicos	Conforme a própria nomenclatura, são eventos que não tem data prevista para ocorrer, são informações que depende da informação entre o empregador e empregado para acontecer, geralmente ocorre e influenciam nos deveres e obrigações trabalhistas e previdenciárias, como por exemplo, a admissão de um funcionário sujeito a agente nocivos.

Fonte: Adaptado do Manual do eSocial (2020).



Destarte, esses eventos auxiliam os profissionais na execução da operacionalização das informações do eSocial e garantem que essas informações sejam reportadas ao fisco com uma maior segurança, transparência e tempestividade. Assim, o suporte oferecido pelo entendimento desses eventos, faz-se necessário para que o eSocial atenda aos seus objetivos, seja dentro das empresas ou para seus usuários em geral.

3 METODOLOGIA

Buscando atender ao objetivo do estudo, de analisar a percepção dos profissionais do departamento pessoal sobre a implantação do eSocial nas empresas, a pesquisa caracteriza-se como sendo do tipo descritiva, de natureza qualitativa e com procedimentos por meio de um levantamento. Assim, a pesquisa descritiva apresenta como finalidade, a descrição das características de determinada população ou fenômeno e possíveis relações entre variáveis, bem como visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo estudado (GIL, 2009).

Já a pesquisa qualitativa caracteriza-se por ser um estudo realizado a partir de autores que já descreveram sobre o um tema e distingue-se por possuir uma abordagem interpretativa, de concepção de mundo, onde o pesquisador estudará os temas, em sua visão natural, no cenário real, buscando a percepção realista dos fenômenos (DEZIN; LINCOLN, 2006). E por fim, os procedimentos de coleta dos dados deram-se por meio de um levantamento, com o intuito de direcionar o trabalho científico mediante uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador, que executará o trabalho científico após reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021).

A amostra do estudo corresponde a 11 (onze) profissionais da área de contabilidade ou áreas correlatas, que atuam no setor do Departamento Pessoal e trabalham diretamente com o sistema eSocial, em empresas do município de Mossoró/RN, interior do estado do Rio Grande do Norte. Assim, os respondentes da pesquisa puderam expor sua percepção acerca do eSocial, no que tange aspectos como implementação, objetivo, mudanças, capacitação, entre outros, que se referem a adoção desse sistema.

Para tanto, elaborou-se um questionário estruturado com perguntas abertas e baseado no estudo de Custódio (2017), além do mais, o instrumento de coleta foi dividido em duas seções, sendo a primeira seção, visando identificar o perfil dos participantes da pesquisa, e a segunda seção, com o intuito de analisar a percepção desses participantes sobre a implantação do eSocial nas empresas e ainda, foi enviado aos profissionais do Departamento Pessoal das empresas por meio das mídias digitais *WhatsApp* e *E-mail*.

Por fim, os dados coletados no estudo, foram analisados mediante a técnica de análise de conteúdo, que consiste em uma técnica de análise de dados, com uma característica mais voltada para a pesquisa qualitativa e que é predominante à subjetividade dos dados coletados, assim, a análise de conteúdo tem uma maior profundidade nesse tipo de dados (SOUSA, 2020). Após os dados analisados, os mesmos



foram dispostos em quadros, para facilitar a compreensão e confrontados com a literatura anterior tratada nessa pesquisa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nessa seção, serão apresentados os resultados da pesquisa que vão de encontro direto ao objetivo do trabalho e as respostas dadas pelos profissionais do Departamento de Pessoal.

Quadro 4: Perfil dos entrevistados

Participante	Sexo	Formação	Tempo de atuação
Participante 1	Feminino	Técnico em Contabilidade	Acima de 10 anos
Participante 2	Feminino	Contabilidade	Entre 5 e 10 anos
Participante 3	Feminino	Contabilidade	Entre 5 e 10 anos
Participante 4	Feminino	Contabilidade	Até 5 anos
Participante 5	Feminino	Contabilidade	Entre 5 e 10 anos
Participante 6	Feminino	Contabilidade	Acima de 10 anos
Participante 7	Feminino	Técnico em Contabilidade	Até 5 anos
Participante 8	Feminino	Técnico em Contabilidade	Até 5 anos
Participante 9	Feminino	Outra formação	Acima de 10 anos
Participante 10	Masculino	Outra formação	Entre 5 e 10 anos
Participante 11	Masculino	Contabilidade	Até 5 anos

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme representado no Quadro 4, a grande maioria dos respondentes da pesquisa é composta pelo sexo feminino (82,0%) e quanto a área de formação dos participantes, 54,5% do total são formados em Contabilidade, 27,3% possuem formação técnica em Contabilidade e os demais são formados em outra área, representados por 18,2%. Esses resultados apontam que as mulheres vêm ocupando o seu lugar no mercado de trabalho cada vez mais, neste caso na área contábil e no setor de Departamento Pessoal.

Já em relação ao tempo de atuação no setor de Departamento Pessoal, os participantes apresentaram períodos de tempo que se pode inferir que os mesmos possuem pouca ou muita experiência neste setor, sendo que 36,4% atuam por um período de até 5 anos e esse mesmo percentual representa os que atuam entre 5 e 10 anos, enquanto que 27,2% apresentam tempo de atuação acima de 10 anos. Assim, esses resultados mostram que os participantes do estudo possuem uma boa experiência do setor de Departamento Pessoal, considerando seu tempo de atuação nesse setor.

A seguir, estão dispostos aspectos da forma de conhecimento e a autoavaliação do nível de conhecimento sobre eSocial dos respondentes da pesquisa.



Quadro 5: Forma de conhecimento e autoavaliação do nível de conhecimento do eSocial

Participante	Forma de conhecimento do eSocial	Autoavaliação do nível de conhecimento sobre o eSocial
Participante 1	<i>Internet</i>	Razoável
Participante 2	<i>Internet</i>	Suficiente
Participante 3	<i>Internet</i>	Suficiente
Participante 4	Cursos	Suficiente
Participante 5	Cursos	Suficiente
Participante 6	Cursos	Ótimo
Participante 7	<i>Internet</i>	Razoável
Participante 8	<i>Internet</i>	Insuficiente
Participante 9	<i>Internet</i>	Razoável
Participante 10	<i>Internet</i>	Suficiente
Participante 11	<i>Internet</i>	Razoável

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

No Quadro 5, com relação aos meios utilizados que possibilitaram o conhecimento a respeito do eSocial, os participantes da pesquisa responderam, em grande maioria, que foi por meio da *internet*, representado por 72,7% do total, enquanto que apenas 27,3%, afirmaram que a forma de conhecimento do eSocial se deu mediante cursos de capacitação. Já no que se refere a autoavaliação do nível de conhecimento sobre eSocial, os participantes afirmaram possuir um nível de conhecimento suficiente, representado pela maioria de 45,5%; seguido por aqueles que afirmaram ter um conhecimento razoável, que compreende 36,4%; e os demais respondentes destacaram que possuem um nível de conhecimento ótimo e insuficiente, ambos com apenas um respondente cada.

Dessa forma, percebe-se que os meios tecnológicos, como a *internet*, proporcionam aos profissionais de diversas áreas, um suporte relevante no que tange o desenvolvimento de suas atividades e com o eSocial não seria diferente, considerando que os profissionais que atuam no Departamento Pessoal com esse programa, necessitam cada vez mais, de recursos que possam garantir mais capacitações e conhecimento para atuarem no mercado, inclusive os próprios cursos que são ofertados de forma *on-line* e atendem as diversas necessidades existentes desses profissionais, conforme é observado por Custódio (2017).

No Quadro 6 a seguir, os respondentes avaliaram se o eSocial facilitou o trabalho dos profissionais ligados ao Departamento Pessoal.

Quadro 6: Facilitação do eSocial para o trabalho dos profissionais do Dep. Pessoal

Participante	Resposta
Participante 1	Em partes, sendo que a princípio aumentaram as obrigadoriedades e que após implantado e ajustado, tornou-se mais simples.
Participante 2	Não, pois os sistemas são falhos.
Participante 3	Não, uma vez que o sistema não tem o suporte suficiente no período de repassar informações.
Participante 4	Sim, o eSocial veio para substituir diversas obrigações que o setor demanda durante o ano calendário e para nos trazer mais segurança no nosso trabalho.
Participante 5	Sim, pois tornou o envio das informações atualizadas em tempo real.



Participante 6	Sim, no início foi muito complicado, tudo era muito novo, mas hoje vejo que melhorou, tendo em vista que unificando informações hoje não precisamos mais enviar CAGED, RAIS, GFIP (em alguns casos).
Participante 7	Sim. Antes do eSocial as empresas queriam fazer à sua maneira.
Participante 8	Sim, mas vejo que precisa ser ainda mais simplificado.
Participante 9	Acho que depois da sua implantação total, será possível melhorar o trabalho do Departamento Pessoal.
Participante 10	Não, pois muita coisa ainda é burocrática demais.
Participante 11	Sim, garantiu mais agilidade nos processos do Departamento Pessoal.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Ao serem questionados se o trabalho dos profissionais do setor de departamento pessoal foi facilitado após a implantação do eSocial, a grande maioria sinalizou positivamente para essa questão, a exemplo do participante 6, que destacou “Sim, no início foi muito complicado, tudo era muito novo, mas hoje vejo que melhorou, tendo em vista que unificando informações hoje não precisamos mais enviar CAGED, RAIS, GFIP (em alguns casos)”, bem como a opinião do participante 11, em que destaca “Sim, garantiu mais agilidade nos processos do Departamento Pessoal”. Entretanto, uma parte dos respondentes mostraram um meio termo para essa situação, como o participante 1, que para ele “Em partes, sendo que a princípio aumentaram as obrigações e que após implantado e ajustado, tornou-se mais simples”. Já o participante 3, por exemplo, sinalizou negativamente essa situação, ao afirmar que “Não, uma vez que o sistema não tem o suporte suficiente no período de repassar informações”.

Esses achados vão de encontro ao estudo de Silva (2019), em que aponta essa dualidade de realidades entre os profissionais que utilizam do programa eSocial, tendo em vista que o mesmo apresenta diversas vantagens, que trouxeram benefícios para os empresários, contadores e o Fisco, principalmente no que tange a unificação de várias obrigações acessórias em uma só, contribuindo para uma relação de trabalho nas empresas, reduzindo assim tempo e custo. Porém, algumas desvantagens também podem observadas pelos profissionais, especialmente, quando se trata de falhas no sistema e do suporte que, em muitos casos, não comportam as demandas que surgem, e assim, entre vantagens e desvantagens, entram aqueles profissionais que ficam divididos entre essas situações.

Na sequência, são explanadas as percepções dos profissionais analisados nesta pesquisa acerca do principal objetivo da implantação do eSocial pelo Governo Federal.

Quadro 7: Principal objetivo da implantação do eSocial pelo Governo Federal

Participante	Resposta
Participante 1	Unificar informações empresas x empregados.
Participante 2	Fiscalizar de maneira mais eficiente se as obrigações estão sendo cumpridas.
Participante 3	Unificação de informações.
Participante 4	Unificar e centralizar as informações, fazendo também a substituição de algumas obrigações acessórias.
Participante 5	Agilidade no envio das informações nas obrigações fiscais, trabalhista e previdências.



Participante 6	Fazer as empresas respeitarem os prazos, já previstos em leis, e que nunca eram cumpridos.
Participante 7	Simplificar a prestação de informações.
Participante 8	Unificação de informações.
Participante 9	Uniformar, centralizar as obrigações e combate à sonegação.
Participante 10	Melhorar o fluxo das informações.
Participante 11	Melhoria dos processos contábeis.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quando questionados sobre o principal objetivo da implantação do eSocial, as respostas ficaram equilibradas e demonstraram que os profissionais do departamento pessoal analisados detêm de um bom entendimento sobre esse aspecto, tendo em vista que, uma boa parte deles acreditam que o intuito de implantação do eSocial tende a facilitar o trabalho e o cumprimento da legislação por parte do empregador, já a outra parte dos respondentes, acreditam que eSocial tende a facilitar a unificação de informações na questão do cumprimento da legislação em vigor. De modo geral, percebe-se que os profissionais estão bem alinhados nesse quesito e acreditam que a implantação do eSocial traz aspectos como facilitação, unificação e melhorias no trabalho desenvolvido pelo departamento pessoal.

É imprescindível que os profissionais atuantes no departamento pessoal e que utilizam do sistema eSocial, entendam o objetivo de sua implementação por parte do Governo Federal, pois é nesse sentido que o sistema passa a ter uma relevância em sua aplicabilidade e que tende a modernização dos sistemas de escrituração digital, com o intuito de unificar e simplificar as informações fornecidas e facilitar e melhorar o trabalho desenvolvido, garantindo a veracidade e validade das informações enviadas como é destacado no estudo de Fernandes e Kirinus (2011) e corrobora os achados deste estudo.

A seguir, apresenta-se a percepção dos profissionais acerca das mudanças que foram proporcionadas pelas empresas que eles atuam para implementação do eSocial.

Quadro 8: Mudanças a empresa promoveu para implementação do eSocial

Participante	Resposta
Participante 1	Revisão dos procedimentos administrativos e legais.
Participante 2	Orientação aos clientes sobre o assunto.
Participante 3	Nenhuma.
Participante 4	Revisão dos procedimentos administrativos e legais.
Participante 5	Qualificação/capacitação da mão de obra.
Participante 6	Aquisição de software, suporte e melhores equipamentos.
Participante 7	Nenhuma.
Participante 8	Revisão dos procedimentos administrativos e legais.
Participante 9	Orientação aos clientes sobre o assunto.
Participante 10	Aquisição de software, suporte e melhores equipamentos.
Participante 11	Qualificação/capacitação da mão de obra.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).



Observou-se que, quando se fala em mudança ofertadas pelas empresas com relação ao eSocial, se destaca a revisão de procedimentos administrativos e legais, seguido da qualificação e aquisição de software, suporte e melhoria de equipamentos. É importante ressaltar que a estrutura de TI tem grande importância dentro das empresas e tem como objetivo viabilizar a mudança nos padrões de trabalho, tornando-os mais ágeis, com fluxos automatizados e comunicação fluida entre os departamentos e por isso, deve estar totalmente preparada para todas as mudanças, uma vez que o eSocial impacta diretamente nessa área das empresas.

Os resultados constatados neste estudo, corroboram as ideias de Custódio (2017), ao ser destacado pelo mesmo, que as estruturas das empresas necessitam de mudanças relevantes ao se depararem com o advento da tecnologia e modernidade, como é o caso da implementação do eSocial, que garantiu maior agilidade no fornecimento de informações e que em um sistema de informação, que os dados são como o insumo e a informação como produto final, ou seja, alimentando o sistema com dados e trabalhando os mesmos é possível obter as informações que são pretendidas.

No Quadro 9 a seguir, os respondentes destacaram se houve algum tipo de treinamento ofertado pela empresa para implementação do eSocial.

Quadro 9: Treinamento ofertado pela empresa para implantação do eSocial

Participante	Resposta
Participante 1	Não, busquei conhecimento com recursos próprios.
Participante 2	Não, a capacitação foi por conta própria.
Participante 3	Sim, sistema novo e necessariamente precisa de treinamento.
Participante 4	Não, mas acho importante o primeiro contato ser através de cursos e mentorias.
Participante 5	Sim, fiz vários cursos na área para se atualizar sobre o assunto.
Participante 6	Sim, foi muito importante.
Participante 7	Não, a empresa não ofertou nenhuma capacitação.
Participante 8	Sim, para termos conhecimento e afinidade com sistema.
Participante 9	Sim, para um bom desempenho das tarefas a cumprir.
Participante 10	Não, aprendi por conta própria.
Participante 11	Sim, ajudou a compreender e trabalhar melhor.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

De acordo com as respostas apresentadas no Quadro 9, percebe-se que as mesmas foram bem equilibradas, tendo em vista que um pouco mais da metade dos participantes afirmaram que a empresa ofertou treinamento para os profissionais que iriam utilizar o sistema do eSocial e consideraram relevantes essas capacitações para um melhor desenvolvimento profissional, a exemplo do participante 3, ao afirmar que “Sim, sistema novo e necessariamente precisa de treinamento”, bem como o participante 9, que declarou “Sim, para um bom desempenho das tarefas a cumprir”.

Já os demais participantes, representados por quase metade do total, afirmaram que a empresa não forneceu nenhum tipo de treinamento para o eSocial e essa capacitação ocorreu, principalmente, por conta própria e muitas vezes utilizando recursos próprios,



como é o caso dos participantes 1 e 2, em que os mesmos afirmaram que “Não, busquei conhecimento com recursos próprios” e “Não, a capacitação foi por conta própria”, respectivamente.

Na sequência, o Quadro 10 dispõe sobre a simplificação da entrega das obrigações pelo eSocial nas empresas.

Quadro 10: Simplificação da entrega das obrigações pelo eSocial

Participante	Resposta
Participante 1	Sim, a desobrigatoriedade de envios de alguns arquivos, como Cageds, Sefip e outros.
Participante 2	Não, pois ainda há problemas de adequações a serem feitas.
Participante 3	Quando o sistema funciona, sim.
Participante 4	Sim, nos procedimentos administrativos e legais
Participante 5	Sim, melhorias nos processos como um todo.
Participante 6	Sim, existe uma maior facilidade nos processos.
Participante 7	Sim, pois a cada dia deixa de existir alguma declaração.
Participante 8	Sim, diminuíram as obrigações acessórias e colocaram em prática as obrigações muitas vezes não cumpridas.
Participante 9	Com a implantação total, acredito que facilitará bastante para o Departamento Pessoal.
Participante 10	Ainda não, pois alguns serviços não estão integrados, mas creio que no futuro sim, quando todos os módulos estiverem integrados.
Participante 11	Sim, melhorou a produtividade.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Ao serem questionados sobre a simplificação da entrega das obrigações pelo eSocial, a maioria dos participantes, sinalizou de maneira positiva para a simplificação na entrega das obrigações por parte da empresa que o eSocial proporciona, como é citado pelo participante 1, que menciona “Sim, a desobrigatoriedade de envios de alguns arquivos, como Cageds, Sefip e outros” e ainda citado pelo participante 8, que “Sim, diminuíram as obrigações acessórias e colocaram em prática as obrigações muitas vezes não cumpridas”.

Entretanto, alguns participantes apresentaram um posicionamento negativo para essa situação, a exemplo do participante 10, que citou “Ainda não, pois alguns serviços não estão integrados, mas creio que no futuro sim, quando todos os módulos estiverem integrados”, bem como o participante 2, informando que “Não, pois ainda há problemas de adequações a serem feitas”. Além do mais, o participante 3 apresentou uma resposta interessante, pois percebe-se que o mesmo acredita na simplificação pelo eSocial, porém o sistema apresenta falhas, como é citado por ele, sendo que “Quando o sistema funciona, sim”.

Os achados relacionam-se com o estudo de Santos (2019), ao destacar que o sistema do eSocial, como algo vantajoso, proporciona uma maior simplificação na entrega das obrigações por parte da empresa, melhorando o trabalho do setor responsável, porém, cabe ressaltar que o sistema do eSocial também apresenta pontos divergentes, que



compreendem aspectos que estão relacionados a falhas no próprio sistema e insatisfação por parte de alguns profissionais que atual no setor de departamento pessoal.

Por fim, os participantes destacaram possíveis necessidades de melhorias para o sistema do eSocial, como é destacado a seguir.

Quadro 11: Necessidade de melhorias para o eSocial

Participante	Resposta
Participante 1	No meu ponto de vista, não.
Participante 2	Sim, precisa.
Participante 3	O grave problema do eSocial é a plataforma que não funciona com o número de informações nacionalmente transmitidas.
Participante 4	Acho que ainda está em fase de implantação, mas, ao meu ver, já estamos bem avançados.
Participante 5	Sim, a melhoria sempre será necessária para agilidade dos processos.
Participante 6	Sim, a rapidez no envio, pois têm períodos em que o sistema fica muito lento, atrasando nosso trabalho.
Participante 7	Não, pelo menos não agora.
Participante 8	Sim, na simplificação das funcionalidades.
Participante 9	Sim, na simplificação de informações.
Participante 10	O sistema apresenta constantemente instabilidades e as vezes atrasando nosso trabalho.
Participante 11	Sim, acredito que melhorias no sistema em si.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quando questionados sobre as necessidades de melhorias para o eSocial, boa parte dos participantes da pesquisa acreditam que o sistema necessita de melhorias, a exemplo de aspectos como agilidade dos processos, rapidez no envio, melhorias na simplificação e no sistema em si, mencionados pelos participantes 5, 6, 8, 9 e 11, respectivamente. Entretanto, mediante algumas respostas, percebe-se que os participantes 1 e 7, por exemplo, acreditam que o sistema eSocial não precisa de melhorias, como citados “No meu ponto de vista, não” e “Não, pelo menos não agora”, nessa ordem.

Estudos como o de Silva (2019) e Santos (2019) apontam diversas vantagens em relação ao sistema eSocial e como trouxe melhorias para o departamento pessoal e em sua função nas empresas, porém, é imprescindível destacar que as melhorias no sistema se fazem necessárias, principalmente, se essas melhorias possam a vir agregar de forma positiva para os processos operacionais dentro das empresas e facilitar o trabalho dos profissionais que atuam no setor de departamento pessoal, trabalhando com o eSocial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar a percepção dos profissionais do departamento pessoal sobre a implantação do eSocial nas empresas e mediante uma pesquisa descritiva, qualitativa e por um levantamento, pode-se concluir que o objetivo do estudo foi atingido, ao se constatar a percepção desses profissionais sobre aspectos do eSocial como objetivo, facilitação do trabalho, simplificação das obrigações, mudanças nas empresas, dentre outros.



De modo geral, constatou-se que os participantes da pesquisa, em maioria, são do sexo feminino, com formação superior em Contabilidade, apresentam tempo de atuação no setor de departamento pessoal em até 10 anos, a principal forma de conhecimento do eSocial foi pela *internet* e consideram o seu conhecimento sobre oSocial suficiente e razoável. Além do mais, sinalizaram positivamente sobre aspectos como a facilitação do trabalho após a implementação do eSocial e demonstraram deterem de um bom entendimento sobre o objetivo de criação desse sistema, traz aspectos como facilitação, unificação e melhorias no trabalho desenvolvido.

Os resultados ainda demonstraram que diversas mudanças foram adotadas nas empresas, principalmente na revisão de procedimentos administrativos e legais, seguido da qualificação e aquisição de software, suporte e melhoria de equipamentos. Já quanto ao treinamento ofertado, houve um equilíbrio entre as respostas, tendo em vista que uma parte dos participantes afirmou que a empresa ofereceu treinamento para os profissionais, enquanto a outra parte, destacou que esse treinamento se deu por conta própria dos profissionais, utilizando-se de recursos próprios. Por fim, os respondentes afirmaram positivamente que o eSocial permite a simplificação na entrega das obrigações por parte da empresa e que o sistema ainda carece de melhorias.

O estudo ainda avança no campo teórico e prático, contribuindo para o incremento nas discussões e debates sobre a temática, bem como constitui-se um instrumento norteador para os profissionais da área e alunos dos cursos de Contabilidade, Administração, entre outros, de quais desafios, vantagens e desvantagens têm-se na utilização do sistema eSocial e as melhorias nas atividades desenvolvidas pelo setor do departamento pessoal.

Entretanto, o estudo limita-se apenas a realidade de um município localizado no interior do estado e a uma abordagem descritiva de dados qualitativos. Dessa forma, sugere-se para pesquisas futuras, o incremento de outras empresas em realidade diferente das analisadas neste estudo, como também uma análise de dados voltada para aspectos mais quantitativos, com a utilização de técnicas mais robustas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Carolina Bez Birolo. **eSocial: Dificuldades para implantação** – estudo realizado pelos prestadores de serviços contábeis. 2017 53f. TCC graduação - Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma, 2017.

ALVES, Jonathan da Silva. (2012). **Departamento Pessoal nas Grandes Organizações.**

Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/departamento-pessoal-nas-grandes-organizacoes>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007.** Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm.



Acesso em: 22 jun. 2019

BRASIL, **Manual de orientação do eSocial**, Versão S-1.0, de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/documentacao-tecnica/manuais/manual-de-orientacao-do-esocial-mos-v-s-1-0.pdf>. Acesso em: 15. out. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014**. Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8373.htm. Acesso em: 22 jun. 2019.

CORAZZIM, Giovanni. A tecnologia da informação na contabilidade. **Revista Gestão em Foco**, n. 9, p. 44-50, 2017.

CUSTÓDIO, Karina Silveira. **Esocial: problemas e dificuldades enfrentados pelos escritórios de contabilidade**. Orientador Prof. Me. Leonel Luiz Pereira .2017. 68 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Unesc, Criciúma, 2017.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FAGUNDES, E.; SAMPAIO, M. M; BASTEZINI, R.; RENGEL, R. E-SOCIAL: Os escritórios de contabilidade estão preparados? **Revista de Contabilidade Dom Alberto**, v. 8, n. 16, p. 118-144, dez. 2019.

FERNADES, Alexandre Roberto Villanova. KIRINUS, Josiane Boeira. **Principais dificuldades para a aplicação do SPED contábil e fiscal**. São Borja: URCAMP, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2009.

MARRAS, Jean Pierre. (2011). **Administração de Recursos Humanos: do operacional ao estratégico**. 14º. ed. ver. atual. e amp. São Paulo: Saraiva. p. 184 – 187.

PACHECO FILHO, José Gomes, KRUGER, Samuel. **Esocial: Modernidade na Prestação de Informações ao Governo Federal**. São Paulo: Atlas, 2015.

SANTOS, Ana Clara de Sousa. **Percepção dos discentes do curso de ciências contábeis sobre o SPED e o E-Social**. 2019. 18 f. TCC (Graduação) -Curso Ciências Contábeis- Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



SILVA, Wilma Martins da. **O e-social dificuldades encontradas pelos profissionais da contabilidade.** 2019. 42 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal da Paraíba, Joao Pessoa, 2019.

SOUSA, E. P. **Contabilidade Tributária-** Aspectos Práticos e Conceituais. Grupo GEN - Atlas, 2018.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

VASSOLER, Herika Dassoler. **O sistema de escrituração fiscal digital das obrigações fiscais previdenciárias e trabalhistas - Esocial.** 51 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, Criciúma, 2015.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 2018 A 2020

Anny Caroline Rodrigues e Silva

Graduada em Ciências Contábeis - UERN

E-mail: annycarolinecontadora@gmail.com

Arthur José Rodrigues de Carvalho

Graduado em Administração - UNP

E-mail: arthur.aarth@gmail.com

Cássio Rodrigo da Costa Almeida

Graduada em Administração - UNP

E-mail: cassiorodrigocontabilidade@hotmail.com

Keliane de Melo Ramalho

Mestranda em Ciências Contábeis – UFRN

E-mail: keliane.melo.14@gmail.com

Sabrina Paulino de Oliveira

Mestranda em Ciências Contábeis – UFRN

E-mail: sabrinauern@gmail.com

RESUMO

Considerando a relevância do sistema bancário para um país deve-se avaliar seu desempenho financeiro, através da análise de demonstrações contábeis como o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado. Através desses demonstrativos é possível ter um panorama do desempenho econômico das entidades. Este artigo objetiva analisar o desempenho das instituições financeiras que apresentaram maior lucro no ano de 2020. Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa em que foram analisados cinco bancos brasileiros, públicos e privados, sendo eles: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú e Santander. Os resultados foram analisados através de indicadores de desempenho que apontaram a liquidez, o endividamento e a rentabilidade das instituições estudadas. Dentre os achados mais relevantes estão os baixos índices de liquidez corrente, liquidez geral e liquidez imediata que os bancos auferiram no período. Destacam-se também os elevados índices de endividamento, indicando uma alta dependência do capital de terceiros. Também foram encontrados resultados de baixa rentabilidade por parte das instituições financeiras brasileiras no período. Uma ênfase também é dada para a queda dos lucros no ano de 2020 devido à pandemia do COVID 19. Desse aspecto foi possível perceber a relevância dos indicadores econômico-financeiros, para avaliar o desempenho de instituições financeiras.

Palavras-chave: instituições financeiras; desempenho; indicadores; análise.



1 INTRODUÇÃO

Na economia de um país as instituições financeiras bancárias são as grandes protagonistas. Responsáveis por realizar inúmeras transações e prestar serviços de intermediação financeira, contribuindo para o desenvolvimento da nação. No mercado financeiro ocorrem operações e serviços oferecidos por várias instituições, mantendo assim um fluxo de recursos monetários entre os agentes econômicos (CARRETE; TAVARES, 2019). Nunes, Menezes e Dias Júnior (2013) argumentam que a intermediação financeira é uma das funções mais relevantes dos bancos, e por meio dela é exequível suprir a necessidade de financiamento dos agentes econômicos, resultando assim em uma transferência de recursos do banco para os tomadores de crédito. Conforme Assaf Neto (2012) nesse meio existe duas partes interessadas, uma parte estão os que buscam ampliar sua riqueza de ativos, que são os que procuram uma forma de adquirir recursos, muitas vezes por intermédio de empréstimo e do outro lado estão os que almejam manter o patrimônio em ativos que se valorizem ao longo do tempo de forma estável e com baixo risco, que são os dispostos a emprestar os recursos.

É de grande relevância que tais instituições apresentem seus demonstrativos, pois através deles é possível analisar o desempenho de cada instituição, influenciando assim o processo de tomada de decisão. Além disso, estudar o quanto as instituições financeiras são eficientes é de grande relevância, visto que o setor bancário tem enfrentado diversas mudanças ao longo dos anos que conseqüentemente geraram transformações em suas transações e nos agentes em que participam. Os *Stakeholders*, em especial governo e investidores, tem total interesse na relação entre rentabilidade e eficiência, porque quanto mais eficientes e rentáveis os bancos forem, maior será a capacidade de auferir lucros e de resistir a uma grande competição que esse setor enfrenta (MENDONÇA *et al.*, 2018).

A avaliação de desempenho das empresas do setor bancário pode ser realizada por meio da análise das demonstrações contábeis. Dentre todas as demonstrações as de maior relevância para esse estudo serão o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício. Através delas é possível analisar o desempenho econômico-financeiro através de índices. A avaliação do desempenho tem fundamental relevância, visando o auxílio ao processo decisório, oferecendo subsídios que facilitam o monitoramento, comparando, auxiliando e até mesmo corrigindo o desempenho financeiro das entidades. Visto que gera parâmetros é possível criar uma padronização facilitando as análises (COHEN; DOUMPOS, 2014; MENDONÇA, 2016).

Após a avaliação individual de cada índice é possível se fazer uma avaliação conjunta de todos os indicadores e a definição dos que mais influenciam o resultado da empresa, assim criando uma análise geral do desempenho da entidade. Callado, Callado e Mendes (2015) mencionam que a determinação dos indicadores a serem utilizados faz parte de uma sucessão lógica de procedimentos para a efetivação de um sistema de avaliação de desempenho e no setor bancário tal sistema de avaliação é imprescindível para a gestão financeira.

Os bancos vêm ganhando cada vez mais representatividade com o passar dos anos, segundo a Federação Brasileira de Bancos no ano de 2018 foi movimentado 3,26 trilhões de reais com operações de crédito e no ano de 2019 esse número cresceu mais ainda quase



alcançando o valor de 3,5 trilhões de reais. Além disso, mais usuários passaram a ter um relacionamento ativo com o banco, por exemplo, em 2018 cerca de 158 milhões de consumidores estavam com um relacionamento ativo com o banco e no ano de 2019 esse número saltou para quase 165 milhões de clientes ativos (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS, 2019). Para acompanhar esse constante crescimento as instituições financeiras bancárias começaram a investir mais em tecnologia, transações em canais digitais como Internet Banking e Mobile Banking, sendo assim uma aposta dos bancos para se aproximar de seus consumidores. Entender o desempenho desses bancos influenciará na tomada de decisão dos investidores e clientes. Diante desse contexto surge a seguinte problemática: qual a análise que se pode fazer sobre o desempenho das instituições financeiras brasileiras que apresentaram maior lucro no ano de 2020? Partindo dessa problemática esse artigo objetiva analisar o desempenho econômico-financeiro, das cinco instituições financeiras brasileiras que apresentaram maior lucro no ano de 2020.

O presente estudo contribui para a análise de informações retiradas das demonstrações contábeis, que são utilizadas, como uma forma de evidenciar a situação econômico-financeira das organizações constituídas no panorama nacional (VICECONTI; NEVES, 2013). Tais informações servem como base para uma previsão de tendências futuras e cria parâmetros para evoluir o sistema gerencial. Conforme relatado por Assaf Neto (2018), os indicadores econômico-financeiros visam demonstrar a capacidade da empresa em honrar os compromissos assumidos perante terceiros.

Sobre os aspectos metodológicos, o estudo é caracterizado como descritivo bibliográfico e documental, sendo analisadas as demonstrações contábeis das cinco instituições financeiras de maior representatividade no Brasil que são: os estatais, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e os privados, Santander, Itaú Unibanco e Bradesco.

A pesquisa é dividida em cinco seções. Na primeira seção localiza-se a introdução do estudo, expondo à problemática e o objetivo. A segunda parte é composta pelo referencial teórico. A terceira parcela trata a descrição metodológica do estudo. A quarta seção são demonstrados os resultados e discussão da pesquisa. E por fim as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os tópicos a seguir constituem a fundamentação teórica que faz o embasamento do estudo. Preliminarmente são retratadas as instituições financeiras bancárias e as análises de índices econômico-financeiros. Em seguida aborda-se a análise de indicadores para instituições financeiras bancárias e o que representam para o desempenho destas.

2.1 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS

Como toda e qualquer empresa, as instituições financeiras bancárias dependem da interação com o ambiente, para que assim possam obter recursos transformando-os em produtos ou serviços. A maior diferença das instituições financeiras bancárias para as



demais entidades é a possibilidade de poder usar os recursos de outros para o financiamento de suas atividades básicas (MARTINS, 2007).

Os bancos são estruturas grandes que dispõem de um regulamento próprio (FEBRABRAN, 2019). Dentre suas funções primordiais, estão a captação e aplicação destes recursos. Por se tratar do principal canal de intermediação financeira (ZHA; LIANG; BIAN, 2016), as instituições bancárias seguem suas próprias características e normas contendo suas particularidades nesse quesito.

Para a redução dos juros no Brasil, dever haver uma redução também dos custos de intermediação financeira, que em particular no Brasil são maiores que em outros países, com essa diminuição seria então possível tornar o setor ainda mais competitivo e consequentemente atrairia mais clientes (FEBRABRAN, 2018). Para isso é de grande relevância que se desenvolvam modelos de gerenciamento econômico-financeiro, fazendo assim a análise do desempenho que contribuam para a tomada de decisões de agentes externos e internos a estas instituições.

Na visão de Cleary e Hebb (2016) quando essas instituições obtêm depósitos à vista os recursos são captados com uma liquidez alta e risco baixo; porém, se beneficiando disso ao retornar com esses recursos para o mercado em forma de empréstimos, elas investem em ativos com baixa liquidez e risco elevado assim auferindo lucros a instituição. Dessa maneira, conforme os autores, o risco e a liquidez da operação de intermediação financeira são absorvidos pelo negócio bancário. Conforme a Federação Brasileira de Bancos (2018), os bancos mantêm bases de capital e liquidez muito altas o que facilita com que atravessem crises internas e externas com tranquilidade. Em um ambiente com normas complexas e que passam por constantes mudanças, os bancos devem manter uma padronização no que diz respeito ao patrimônio, sempre com iniciativas estratégicas, como expansão, gestão de riscos e eficiência nos custos.

O Banco Central do Brasil (BACEN) é o principal poder executivo das políticas traçadas pelo Conselho Monetário Nacional e órgão fiscalizador do Sistema Financeiro Nacional. São objetivos do Banco Central garantir o poder aquisitivo da moeda nacional, promover a formação de poupança na economia e preservar as reservas internacionais. Dentre o Sistema Financeiro Nacional, encontram-se os bancos comerciais, bancos múltiplos e Caixa Econômica Federal. A Caixa Econômica Federal é o principal agente das políticas públicas do governo federal e efetua atividades que são características de bancos múltiplos e comerciais.

Em frente a esse panorama a qual estão inseridas as instituições financeiras bancárias, a análise das demonstrações contábeis é de total relevância para os *stakeholders*. Segundo Assaf (2012), essa análise é a mais relevante para a administração financeira, porque objetiva avaliar o desempenho econômico-financeiro das instituições financeiras bancárias.

2.2 ANÁLISES DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO E TÉCNICAS DE ANÁLISES

De acordo com Nava (2009), a análise de balanços, por meio da criação de indicadores, gera benefícios como a agilidade do processo de gerenciamento e influencia



as decisões de investimento, financiamento e operacionais, porque fornece informações sobre aspectos como a estrutura, rentabilidade e eficiência das operações da empresa. Assaf Neto (2017) acrescenta que fazer uma comparação dos indicadores da entidade nos últimos cinco anos, contribui para avaliar se a empresa alcançou resultados planejados ou ficou abaixo do esperado, servindo assim como uma base para prospectar o futuro e evitar erros.

Um investidor procura o máximo de informações para poder tomar a decisão de onde melhor seus investimentos serão aplicados. Muitos estão interessados em entender o desempenho econômico-financeiro da organização. Para isso recorrem às análises de desempenho que vão suprir a necessidade de investigação. Neste âmbito a contabilidade é de total relevância para estabelecer um conjunto de normas e demonstrativos contábeis que viabiliza aos usuários interessados na instituição a avaliar corretamente o seu desempenho.

Para um melhor desempenho uma metodologia muito usada é a criação de índices através da análise das demonstrações contábeis. Existem vários indicadores que podem ser calculados através das demonstrações contábeis (PEREZ; BEGALLI, 2015). Esses indicadores fazem a relação entre duas contas do Balanço patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício. Após efetuar o cálculo dos indicadores pode ser definir quais serão utilizados como ferramentas de gestão. Após se analisar cada índice individualmente também pode ser feita uma análise em conjunto, com o objetivo de identificar as relações entre eles.

2.3 INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

A contabilidade bancária detém de algumas particularidades, que diferenciam as demonstrações contábeis financeiras de instituições bancárias, das demais empresas seja indústria ou comércio e outras empresas do terceiro setor. Por ser um instrumento de intermediação financeira, gerenciar a liquidez de instituições financeiras bancárias não é algo simples. De acordo com Assaf Neto (2012) o negócio de intermediação financeira feita através da captação de recursos, através de depósitos, representa uma obrigação com terceiros e então é contabilizado com passivo. E a aplicação desses recursos é considerada ativo, que pode estar na forma de caixa ou empréstimos concedidos, ou seja, essas instituições trocam uma obrigação por um direito. Tomaz *et al.* (2019) explicam que todos os elementos que sejam de relevância para as entidades, de maneira individual, precisam ser quantificados, analisados, estudados para que seja possível fazer uma comparação entre eles, bem como uma projeção para futuras decisões a serem tomadas. Para facilitar a análise tem-se utilizado a criação de indicadores econômico-financeiros.

2.3.1 Índices de liquidez

Medeiros *et al.* (2012) falam que os indicadores financeiros podem ser divididos em índices de liquidez, endividamento, rentabilidade e atividade. Com relação aos índices de liquidez Dias (2016) afirma que eles servem para confrontar os bens, direitos e



obrigações da entidade. Os índices de liquidez são subdivididos em Liquidez Geral, Liquidez Corrente, Liquidez Seca e Liquidez Imediata.

O índice de Liquidez Geral é calculado pela divisão do ativo circulante e o realizável a longo prazo, pelo passivo circulante e não circulante (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014). Com esse cálculo é possível visualizar a liquidez da empresa em curto e longo prazo. Quanto maior forem os recursos possuídos, melhor será para a mesma.

O índice de Liquidez Corrente é calculado pela divisão entre o ativo circulante pelo passivo circulante, demonstrando a situação da empresa em curto prazo e fazendo uma comparação entre ativo circulante e passivo circulante. Ribeiro (2018) explana que a liquidez corrente é a capacidade financeira de a empresa concernir com suas dívidas de curto prazo estabelecendo a relação de ativo circulante para cada R\$1 de passivo circulante.

E por último a liquidez imediata é calculada pela divisão da conta disponível pelo passivo circulante (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014). A liquidez imediata representa a capacidade de pagamento no curtíssimo prazo, ou seja, o que a entidade dispõe de recursos financeiros imediatos para pagamento das obrigações no curto prazo. Em exercícios futuros o índice de liquidez imediata é um índice derivado da liquidez corrente que mostra a capacidade de cumprir com as dívidas no curto prazo, partindo do pressuposto que todo o passivo circulante da entidade tem vencimento no primeiro dia útil seguinte a data de encerramento do balanço.

2.3.2 Índices de endividamento

Quanto aos índices de endividamento a empresa pode analisar o montante de dívidas que possui, adquirida através de recursos de terceiros em relação ao seu capital próprio. Esses quocientes revelam a política de obtenção de recursos da empresa. O endividamento pode ser de curto ou longo prazo. Rodrigues (2018) explana que os mais utilizados são participação de capitais de terceiros e composição do endividamento.

A participação de capitais de terceiros expõe o percentual de ativo financiado pelo capital de terceiros. A fórmula se dá pela divisão do passivo exigível pelo patrimônio líquido. A garantia do capital próprio ao capital de terceiros indica a garantia que a instituição possui de capital próprio para com o de terceiros. Com sua fórmula expressa pela divisão do patrimônio líquido pelo capital de terceiros (DIAS, 2016). É interessante que o resultado da divisão dê menor que um. Caso contrário, resultando maior que 1 significa que as dívidas totais foram além do valor do patrimônio líquido.

A composição de endividamento indica quanto da dívida total da empresa deverá ser pago em curto prazo e a fórmula se dá pela divisão do passivo circulante, pelo capital de terceiros. (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014) Quanto maior esse índice pior será para a empresa, pois quanto mais dívidas a pagar em curto prazo, maior será a pressão para a empresa gerar recursos para cumprir com seus compromissos. Quanto menor esse índice, maiores serão os prazos de pagamento. A finalidade é mostrar quanto foi a diferença da relação nesse indicador.



2.3.3 Índices de rentabilidade

Quanto aos índices de rentabilidade, Alves (2018) explana que esses indicadores demonstram a real situação econômica da empresa e como consequência a forma que aquela empresa está inserida no mercado, essas informações servem como uma medida de segurança a respeito dos compromissos que foram assumidos pela entidade. Martinewski (2009) defende que estes indicam a rentabilidade que os capitais investidos na empresa atingiram, ou seja, quanto os investimentos empresariais obtiveram como retorno, o que determina o grau de excelência econômica da empresa. Além disso, estes indicadores demonstram a capacidade de vendas da organização, e também indicam sua capacidade de geração de recursos e auxilia os gestores na tomada de decisões.

Assim como outro ramo empresarial, o banco também objetivo maximizar a riqueza de seus proprietários (ASSAF NETO, 2018). Dentre esses indicadores estão à taxa de retorno sobre o investimento e a taxa de retorno sobre o patrimônio líquido. A taxa de retorno sobre o investimento é calculada pela divisão do lucro líquido, pelo ativo total. (LISBOA; FREIRE, 2017). Já a taxa de retorno sobre o patrimônio líquido se dá pela divisão do lucro líquido pelo patrimônio líquido. Este índice mede o poder de ganho e indica o retorno dos investimentos e sua interpretação é quanto maior, melhor. A taxa de retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) é uma medida de como o ano foi para os acionistas, mensurando o desempenho do lucro. (ROSS *et al.*, 2015). Assaf Neto (2018) relaciona o ROE com outras medidas da administração financeira, onde o retorno sobre o patrimônio líquido fornece o ganho percentual auferido pelos proprietários como consequência de uma série de fatores como a margem de lucro, a eficiência operacional e planejamento do negócio.

Ao analisar e interpretar esses índices em conjunto é possível saber a capacidade de pagamento da empresa. Assim pode-se avaliar de um panorama como está a gestão da entidade e através dos resultados coletados são definidas estratégias para se administrar os recursos obtendo resultados favoráveis. Com a aplicabilidade da análise econômico-financeira os gestores podem ter uma orientação para as decisões que serão tomadas em curto, médio e longo prazo. Com a alta competitividade aplicada em empresas do setor bancário, viu-se cada vez mais a necessidade de se ter um monitoramento e controle eficazes no que tange aos recursos da própria instituição. O retorno ou a rentabilidade são fundamentais para um negócio, então analisar sua lucratividade contribui para o alcance de resultados. Ao se obter um controle seguro e eficaz sobre esses valores leva a empresa a crescer com mais solidez.

2.4 ESTUDOS EMPÍRICOS ANTERIORES

Tomaz *et al.* (2019) analisaram o desempenho de 4 instituições financeiras, as cooperativas de crédito Sicredi e Sicoob, o Banco do Brasil e o Banco Itaú, no período de 2017, aplicando indicadores econômico-financeiros, com base nos dados coletados no Banco Central do Brasil. Com essa avaliação foi possível concluir que nenhuma instituição se destacou em todos os indicadores. As cooperativas de crédito se destacaram nos indicadores de Rentabilidade e Lucratividade. O Banco do Brasil e o Itaú se



destacaram nos índices de liquidez e solvência, com uma liquidez imediata e um alto grau de alavancagem. As cooperativas de crédito apresentaram eficiência, mesmo precisando melhorar em alguns índices. Também a partir de desse estudo concluiu-se que os bancos públicos apresentam vários indicadores abaixo do apresentado pelas cooperativas e bancos privados. Os indicadores econômicos calculados indicaram um índice elevado no que tange a capacidade das instituições, já que possuem liquidez e solidez cumprindo com dívidas e pagamentos. Isso ocorre devido ao aumento no grau de liquidez apresentado pelas instituições financeiras principalmente Banco do Brasil e Itaú, que tem uma liquidez imediata.

Batista (2018) analisou os determinantes da rentabilidade do setor bancário através de três indicadores: ROA, ROE e NIM. A amostra foi constituída por dados semestrais dos dez maiores bancos do Brasil em ativos totais no período de 2007 a 2017. Os resultados indicaram que a rentabilidade das instituições bancárias brasileiras depende da evolução de variáveis específicas. Também analisou que bancos públicos possuem um nível de ajustamento maior com relação ao ROA e ao ROE superior ao de bancos privados, demonstrando maiores valores de ROE. Nesse estudo foi identificado que existe uma relação positiva entre rentabilidade e sua capitalização, pois empresas bem capitalizadas reduzem os custos de financiamento e captação ao indicarem menor sinal de falência. Por outro lado, o seu efeito pode ser negativo se não houver uma boa gestão do capital, cogitando que os bancos com menores riscos, ou seja, mais capitalizados, apresentem menores rentabilidades.

Camargo, Matias e Merlo (2004) compararam 19 bancos comerciais de grande porte que atuaram no Brasil em 2003. Eles utilizaram sete variáveis, sendo elas ativo total, despesas de pessoal, outras despesas administrativas, operações de crédito, operações de crédito de longo prazo, aplicações em tesouraria e rentabilidade da atividade bancária. Os resultados apontaram que os bancos com menores ativos totais são mais eficientes.

Mantovani e Santos (2015) utilizaram dados em painel entre os anos de 2001 a 2010 para verificar a relação entre alavancagem e rentabilidade dos bancos que operam no Brasil, com uma amostra de 17 instituições financeiras e estes encontraram relações significativas entre as variáveis. Dentre as afirmações que justificam esses resultados estão destacados o papel da intermediação financeira praticada pelos bancos, que fazem a captação através de depósitos e após uma longa análise disponibilizam ou não o crédito para financiar pessoas físicas e pessoas jurídicas em curto e longo prazo. A conclusão do trabalho mostrou que para que a margem de lucro seja elevada, os bancos devem operar com um nível mais baixo de liquidez e o mesmo acontece inversamente, se os bancos resolverem trabalhar com níveis mais elevados de liquidez eles devem por obrigação atuar com uma margem de lucratividade menor.

Na busca de examinar a situação econômico-financeira de duas instituições financeiras públicas e privadas, utilizando as informações do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, entre os anos de 2011 e 2013, Silva (2015) analisou estas demonstrações contábeis utilizando os indicadores explanados por Assaf Neto e chegou a conclusão que ambas apresentaram valores elevados sobre o retorno do capital investido. Ambas as instituições apresentaram alto nível de liquidez, enquanto a



instituição privada teve melhor índice de imobilização do capital próprio, a instituição pública tomou o caminho oposto.

Mendonça, Souza e Campos (2016) explanaram o desempenho das 6 maiores instituições financeiras instituídas no cenário brasileiro, entre os anos de 2012 até 2014, com base na Análise Envoltória de Dados (DEA) a um conjunto de indicadores econômico-financeiros. Nesse estudo foram escolhidas duas variáveis de indicadores de Índice de Eficiência operacional e Custo Operacional e Retorno médio das operações de crédito e Retorno sobre o patrimônio líquido. Os resultados apuraram que as instituições Itaú e Caixa conseguiram um resultado excelente alcançando eficiência máxima em todos os anos que a análise englobou.

3 METODOLOGIA

Neste tópico serão abordados os procedimentos metodológicos escolhidos para a aplicação desse estudo. Para compor a amostra o estudo analisou as demonstrações contábeis de cinco instituições financeiras que auferiram os maiores lucros no período de 2018 a 2020. Conforme as demonstrações contábeis disponibilizadas pelo site da B3 as cinco instituições financeiras com o maior lucro no Brasil nesse período são: Banco do Brasil, Caixa Econômica, Santander, Itaú e Bradesco e foi a partir desses registros que a coleta de dados foi realizada para a avaliação de desempenho. Os lucros auferidos pelos cinco bancos estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1: Lucro líquido dos cinco maiores bancos do Brasil (em bilhões de reais)

BANCO	2018	2019	2020
CAIXA ECONÔMICA	10.400	21.057	13.200
BANCO DO BRASIL	15.087	18.162	12.600
ITAÚ	24.977	26.582	18.909
BRADESCO	19.084	22.583	16.034
SANTANDER	12.799	14.550	13.850

Fonte: adaptado de BOVESPA (2020).

Desse modo a pesquisa caracteriza-se por ser descritiva e quanto a natureza do problema trouxe a abordagem qualitativa. Segundo Gil (2010) a pesquisa descritiva pode ser feita com o objetivo de identificar prováveis relações entre variáveis e a maioria das que são elaboradas com finalidade profissional fazem parte desta categoria e a abordagem qualitativa pode-se utilizar de vários procedimentos e instrumentos que auxiliem na análise de dados com a finalidade de identificar evidências que avaliem a atual situação das instituições da pesquisa no período de 2018 a 2020.

Com relação aos procedimentos a pesquisa se caracteriza como bibliográfica e documental, pois o estudo foi embasado a partir de documentos disponibilizados. Após definir a problemática e seus objetivos foi realizada uma revisão de literatura como método de apoio ao estudo. O intuito da pesquisa bibliográfica segundo Koche (2013) é o de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes a cerca de um tema ou problema. Com relação ao tempo se caracteriza como uma pesquisa longitudinal e de acordo com Soares e Ribas (2010) esse estudo longitudinal é aquele onde uma unidade



amostral é entrevistada uma ou mais vezes em um período de tempo que permite montar uma análise com base nos dados recolhidos.

A pesquisa também se caracteriza como um estudo de caso múltiplo já que objetiva averiguar cinco instituições financeiras. Por ser documental, utilizará as demonstrações contábeis dos bancos Itaú, Caixa Econômica, Banco do Brasil, Santander e Bradesco. E tanto a pesquisa documental, quanto a pesquisa bibliográfica tem o documento com objeto de investigação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta sessão do artigo, serão expostos os resultados relacionados aos indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade da análise das demonstrações contábeis dos cinco bancos que auferiram o maior lucro no Brasil no período de 2018 a 2020, sendo eles: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú e Santander, realizando uma análise comparativa entre os exercícios através da tabulação dos dados calculados a partir do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado.

4.1 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Na Tabela 2, estão apresentados os resultados consolidados de liquidez corrente, liquidez geral e liquidez imediata, através da análise do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e das notas explicativas no período de 2018 a 2020, fazendo uma comparação entre ambos.

Tabela 2: Índices de liquidez no período de 2018 a 2020

	LIQUIDEZ CORRENTE			LIQUIDEZ GERAL			LIQUIDEZ IMEDIATA		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020
BANCO DO BRASIL	0,80	0,74	0,71	1,08	1,08	1,08	0,013	0,013	0,013
BRADESCO	0,88	0,96	0,76	0,99	1,07	0,82	0,028	0,13	0,11
CAIXA ECONÔMICA	0,81	0,76	0,68	1,06	1,07	0,85	0,013	0,018	0,016
ITAÚ	1,34	1,29	1,27	1,08	1,07	1,06	0,041	0,031	0,040
SANTANDER	0,91	0,71	0,65	1,02	1,05	1,01	0,046	0,049	0,033

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Com a coleta de dados observou-se que há uma diferença considerável nos dados de cada instituição. Entre as instituições públicas e privadas é notório que ambas possuem valores bem altos de ativos totais e um patrimônio líquido com valores bem menores. Através dos dados sintetizados na Tabela 2 é possível mensurar a atual situação financeira dos bancos estudados.

Em concordância com Dias (2016) os índices de liquidez confrontam os bens, direitos e obrigações da entidade e quanto maior forem, melhores será para a empresa. A ênfase para o maior índice de liquidez corrente, liquidez geral e liquidez imediata do



período vai para o Banco Itaú nos exercícios de 2018 a 2020. O destaque positivo da maior média de liquidez corrente vai para o Itaú com 1,3 e o destaque negativo da menor média de 0,75 foi para os dois bancos públicos, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, decorrente dos altos valores no passivo circulante. O índice de liquidez corrente é um indicador que mede a capacidade da empresa de saldar seus compromissos em dia e quanto maior for essa liquidez, mais alta será a capacidade da entidade financiar suas necessidades de capital de giro. Mesmo tendo reduzido em 5,22% no período o banco privado Itaú se destaca por ter o maior índice de liquidez corrente sendo 1,34 no exercício de 2018.

De acordo com Assaf Neto (2018), o índice de liquidez geral revela a liquidez, tanto no curto como a longo prazo e mesmo em um cenário pandêmico no exercício de 2020 a liquidez geral do Banco do Brasil manteve um equilíbrio revelando assim sua capacidade de saldar os seus compromissos em dia, onde para cada R\$1,00 de passivo circulante e exigível a longo prazo, há R\$1,08 de ativo circulante e realizável a longo prazo no período. Esses resultados corroboram com a pesquisa de Tomaz (2019), onde foi estudado que o Banco do Brasil e o Itaú possuem os melhores índices de liquidez geral. O destaque positivo é para o Banco do Brasil e para o Itaú com uma média de 1,08 de liquidez geral e o destaque negativo para o Bradesco com 0,96, devido a altos valores em seu passivo total em relação ao ativo total.

O índice de liquidez imediata compreende os valores que podem ser usados livremente na movimentação por serem os de circulação mais direta e os disponíveis. No grupo dos disponíveis estão inclusos o caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras e títulos de livre circulação vinculados ao mercado de capitais. Este índice apresenta uma medida satisfatória de liquidez de uma entidade. O Banco do Brasil ganha destaque mais uma vez por manter durante o período de três anos a liquidez imediata equilibrada em 0,013, em contraste aos demais bancos que apresentaram uma queda em sua liquidez imediata no ano de 2020 devido à pandemia da COVID-19, concordando com o estudo de Tomaz (2019), onde foi calculado que o Banco do Brasil mantém uma estabilidade nesse índice.

Para os maiores índices de liquidez imediata a ênfase vai para o Itaú e o Santander que mantiveram sua liquidez imediata acima de 0,31, se destacando nessa categoria. Ganhando notoriedade o Itaú foi o único banco que conseguiu elevar sua liquidez imediata no ano de 2020, deixando os bancos públicos para trás nesse quesito, confirmando o que diz Tomaz (2019) que comprovou que bancos públicos têm índices inferiores aos bancos privados.

A média de liquidez corrente do período foi de 0,88, a liquidez geral 1,026 e a liquidez imediata 0,039. Os baixos índices de liquidez calculados nos cinco bancos corroboram com o estudo de Mantovani e Santos (2015) que explanaram que para uma margem de lucro mais alta, os bancos devem atuar com índices de liquidez mais baixos e o efeito oposto acontece se os bancos resolverem trabalhar com níveis mais elevados de liquidez eles devem por obrigação atuar com uma margem de lucratividade menor.



4.2 ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

Os índices de endividamento servem para medir o endividamento da empresa. Através desse indicador é possível perceber se a entidade se utiliza mais do recurso de terceiros ou de recurso próprio. Relativos aos indicadores de endividamento foram calculados dois índices fundamentais na análise do desempenho financeiro de uma empresa, dentre eles estão a Participação de Capitais de Terceiros sobre Recursos Totais e a Composição do Endividamento, ambos com capacidade de examinar o nível de endividamento que a empresa se encontra (RODRIGUES, 2018). Na Tabela 3 foram expostos os índices de endividamento dos cinco bancos no período de 2018 a 2020.

Tabela 3: Índices de endividamento no período de 2018 a 2020

BANCO	PARTICIPAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS SOBRE RECURSOS TOTAIS			COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
BANCO DO BRASIL	99,03%	92,61%	92,45%	94,83%	79,31%	80,46%
BRDESCO	89,1%	89,7%	90,49%	67,75%	69,79%	67,89%
CAIXA ECONÔMICA	93,57%	93,76%	95,33%	57,53%	58,97%	54,54%
ITAÚ	91,25%	91,77%	92,99%	60%	60,34%	57,81%
SANTANDER	86,7%	86,11%	88,09%	69,46%	66,04%	75,64%

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

O primeiro índice calculado foi o de Participação de Capitais de Terceiros sobre Recursos Totais (PCTRT), onde mostra o valor percentual do ativo financiado por capitais de terceiros. Com uma média de 94,97% no período o Banco do Brasil, ganha destaque negativo, em seguida com a média de 94,22% está a Caixa Econômica, ambos são bancos públicos que dependem de uma parcela de recursos governamentais e estão com mais de 90% dos seus capitais sendo financiado por capitais de terceiros. Nesse índice, quanto maior for o percentual de endividamento, pior será para a empresa, visto que maior parte dela é financiada por outros. Os recursos captados pelos bancos para financiamento de novos projetos são obtidos por capitais de terceiros e do capital próprio. De acordo com Assaf (2015) isso explica o elevado índice de endividamento na estrutura de capital de bancos, já que é dada a preferência em operar com capitais de terceiros e a consequência disso é reduzir a participação do capital próprio que passa a ser utilizado para definir limites de empréstimos e outras operações ativas do banco, além de cobrir possíveis perdas e conter exposição aos riscos.

O destaque positivo nesse índice vai para o banco privado Santander, que obteve uma média de 86,97% no período, ou seja, cerca de, 86% do seu ativo é financiado por capitais de terceiros. É relevante destacar que no ano de 2020, com exceção do Bradesco, todos os outros bancos aumentaram seu PCTRT, isto se explica devido à pandemia da COVID-19 que comprometeu o capital próprio dos bancos, aumentando a dependência de capitais de terceiros.

Outro índice analisado foi a Composição do Endividamento que indica qual o percentual de obrigações em curto prazo com relação à dívida total e é através desse índice que se pode entender se a maior parte das dívidas são de curto ou de longo prazo. A ênfase



negativa vai para o Banco do Brasil que atingiu a maior média com 84,86% em consequência de altos valores na conta passivo circulante. Outro ponto relevante a ser notado é que tanto o Banco do Brasil como o banco Itaú e a Caixa Econômica conseguiram diminuir seu índice de Composição do Endividamento no período de 2018 para 2020, mesmo apesar da pandemia, dentre eles se evidencia os valores do Banco do Brasil que em 2018 possuía um índice de 94,83% havendo uma redução para 80,46%, ou seja, uma diminuição de 14,37% mesmo em meio a uma pandemia, no entanto, apesar dessa redução finalizou o ano de 2020 com o maior índice da composição de endividamento entre os cinco bancos estudados.

A ênfase positiva com grande relevância em ser explanada é a média da Composição de Endividamento do período do banco Itaú que foi de 59,38%, apontando uma diferença de 25,48% da média do Banco do Brasil no período, concordando assim com o estudo de Camargo, Matias e Merlo (2004), que explanaram que bancos com menores ativos e passivos totais são mais eficientes, em relação aos que tem ativos e passivos totais muito elevados.

A média geral de Participação de Capitais de Terceiros sobre Recursos Totais no período dos cinco bancos foi de 91,53% e a média da Composição do Endividamento foi de 68,02%, ao longo dos anos os bancos aumentaram consideravelmente seus ativos totais, em compensação os passivos aumentaram proporcionalmente, ocasionando maior dependência de terceiros. Com maiores níveis de depósitos de clientes compondo a estrutura de capital dos bancos isso gera maior volume de recursos disponíveis para ser executado o serviço de intermediação financeira (MENDONÇA *et al.*, 2016).

4.3 ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Os índices de rentabilidade são medidas variadas do lucro da empresa em relação a alguns itens, visto que o lucro possui significados diferentes, porque muitas variantes podem ser adotadas. A Tabela 4 apresenta os índices calculados da taxa de retorno sobre o investimento (TRI) e a taxa de retorno sobre o patrimônio líquido (TRPL) dos cinco bancos no período de 2018 a 2020.

A rentabilidade dos bancos brasileiros é explicada por diferentes determinantes em um vasto agrupamento de estratégias. É possível identificar que os bancos estavam evoluindo no período de 2018 para 2019, com rápido crescimento do lucro líquido, no entanto, em 2020 obtiveram uma queda considerável nos indicadores de rentabilidade, isso se explica mais uma vez devido ao ano da pandemia do coronavírus, que acarretou aumento dos passivos totais e queda no lucro dos bancos.

Tabela 4: Índices de rentabilidade no período de 2018 a 2020

BANCO	TAXA DE RETORNO SOBRE O INVESTIMENTO			TAXA DE RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
BANCO DO BRASIL	1,080%	1,23%	0,74%	14,43%	16,73%	9,93%
BRDESCO	1,71%	1,80%	1,40%	15,76%	16,66%	10,97%
CAIXA ECONÔMICA	0,81%	1,62%	0,90%	12,75%	26,10%	14,19%



ITAÚ	1,51%	1,53%	0,89%	17,33%	18,60%	12,80%
SANTANDER	2,10%	2,55%	1,71%	13,97%	17,10%	12,67%

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A taxa de retorno sobre o investimento mede o poder de ganho da entidade e é relevante destacar que com a queda dos lucros, houve conseqüentemente uma queda na taxa de retorno sobre o investimento e na taxa de retorno sobre o patrimônio líquido, visto que ambas estão relacionadas ao lucro líquido. O Bradesco e o Itaú se mantiveram em uma constância que foi menos afetada diante dos demais bancos, como, por exemplo, o Banco do Brasil que apresentou um TRI em 2019 de 1,23% e no ano seguinte caiu para 0,74%, o mesmo acontecendo com o Santander e a Caixa Econômica. A média geral nesse índice foi com o destaque negativo foi para o Banco do Brasil com 1,017% no período, logo em seguida a caixa econômica com 1,11%.

O destaque positivo vai para o Banco Santander que obteve os melhores índices na taxa de retorno sobre o investimento no período, com média de 2,12%. O estudo dessas variáveis da rentabilidade é uma questão de importância não só para gestores, analistas ou reguladores, mas uma questão que envolve a sociedade na totalidade, visto que os bancos desenvolvem atividade de intermediação financeira que afeta a todos (BATISTA, 2018).

A taxa de retorno sobre o patrimônio líquido demonstra o ganho dos proprietários ao investir na instituição. O patrimônio líquido dos bancos vinha em constante crescimento nos dois primeiros anos analisados no estudo, no entanto, no ano de 2020 houve uma queda no valor dessa conta, bem como uma queda no lucro líquido, influenciando assim nesse indicador.

A ênfase vai para a Caixa Econômica que apresentou maior média durante o período com 17,68%. Concordando com o estudo de Batista (2018), onde bancos públicos tendem a ter uma taxa de retorno sobre o patrimônio líquido maior que bancos privados. Por não se enquadrarem na estrutura clássica de uma empresa, os bancos podem sofrer alterações na estrutura do seu capital e essa estrutura pode ser influenciada por diversos fatores macroeconômicos, inclusive a própria regulação bancária. Assim de acordo com Assaf (2015) a rentabilidade pode ser determinada pela margem de lucro adotada, pela eficiência operacional, planejamento eficiente e dependência de recursos de terceiros. Para a estabilização do sistema bancário é fundamental que haja a maximização da rentabilidade, aperfeiçoando os lucros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O serviço de intermediação financeira executado pelos bancos movimenta bilhões, gerando renda e enriquecendo a economia do país e para haver um melhor entendimento dos seus demonstrativos são utilizados indicadores capazes de mensurar liquidez, endividamento e rentabilidade dessas instituições financeiras. Com isso o estudo objetivou analisar o desempenho das instituições financeiras bancárias que auferiram maiores lucros no período de 2018 a 2020 no Brasil. Dentre elas estão às cinco maiores que são: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú e Santander.



Por meio dos resultados obtidos é possível destacar alguns detalhes. A partir desses indicadores verificou-se que os bancos públicos apresentam alguns índices abaixo do apresentado pelos bancos privados e isso pode ser explicado pela política a qual eles estão subordinados, além de menor agilidade na tomada de decisão em comparação aos bancos privados, tendo em vista estar submissos à administração pública.

Na análise dos indicadores nenhum dos bancos apresentou destaque positivo em todos os índices, mas em termos de rentabilidade os bancos privados se sobressaíram em relação aos bancos públicos em média atingindo valores mais altos. No geral todos os bancos apresentaram baixos índices de rentabilidade, com realce negativo para o Banco do Brasil que apresentou a menor rentabilidade do período.

Os índices econômicos e financeiros demonstraram um alto grau de endividamento das instituições, onde os bancos públicos se sobressaem em comparação aos privados, por terem maior parte do seu capital financiado por terceiros. É relevante ressaltar que no ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19 os bancos diminuíram seus lucros, aumentaram suas dívidas e diminuíram sua liquidez, com esses resultados obtiveram números abaixo do esperado, resultando em um crescimento menor que o estimado. Nos exercícios de 2018 e 2019 ambos os bancos vinham de um crescimento nos seus lucros, aumento de rentabilidade, elevação da liquidez, e para o ano de 2020 fora projetado outros resultados, que se não fossem os efeitos gerados pela pandemia teriam sido alcançados.

Com base nessas informações o objetivo da pesquisa foi alcançado, considerando que foi possível analisar através dos indicadores econômico-financeiros a atual situação dos bancos brasileiros no período, demonstrando seus resultados econômicos, bem como o desempenho financeiro dessas instituições. Foi perceptível a queda dos ativos totais e do lucro dos bancos no exercício de 2020, fato explicado pela pandemia do coronavírus.

Para a sociedade o estudo contribuiu para se apresentar um real panorama de forma individual e detalhada das instituições comparando-as entre si, facilitando o entendimento por parte dos clientes, funcionários, investidores, acionistas e todo o grupo de *Stakeholders*. No âmbito acadêmico a pesquisa contribuiu para que futuros estudos na área possam ser comparados com os resultados obtidos nesse artigo gerando uma melhor compreensão dos efeitos após o exercício de 2020. Sob a ótica profissional o estudo gerou benefício a contadores e administradores que se relacionam com bancos e instituições financeiras auxiliando empresários na tomada de decisão.

Quanto às limitações, por ter se tratado de um estudo de corte transversal foi abrangido apenas um período de três exercícios e outra característica limitante foi o fato de a amostra ter sido restrita apenas aos cinco bancos brasileiros que auferiram o maior lucro no período. Além disso, a amostra englobou apenas bancos tradicionais, não abrangendo os bancos digitais. Outra limitação é que foram analisadas apenas duas demonstrações contábeis, sendo o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado.

Nessas circunstâncias os resultados não podem ser generalizados, diante disso sugere-se a ampliação da pesquisa com mais bancos, incluindo bancos menores e bancos digitais, como também avaliar o exercício de 2021, com um cenário pós-pandemia, comparando com os resultados anteriores já que a pandemia influenciou o lucro dos bancos no período. Sugere-se para pesquisas futuras a análise de outras demonstrações



além do Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado, bem como sejam utilizados outros indicadores para aprofundar as análises identificando demais resultados relevantes.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. C. de Q. Guararapes versus Renner: análise dos indicadores de rentabilidade no período de 2013 a 2017. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Monteiro, 2018.

ASSAF NETO. **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 10. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

ASSAF NETO, A. **Mercado Financeiro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ASSAF NETO, Alexandre. **Valuation**: Métricas de valor & avaliação de empresas. 2. ed. São Paulo: Atlas 2017.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BATISTA, C. Welber. **Rentabilidade Bancárias e seus determinantes**: Análise dos maiores bancos brasileiros no período de 2007 a 2017. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto instituto politécnico do porto. Porto, 2018.

CALLADO, A. A. C.; CALLADO, A. L. C.; e MENDES, E. Padrões de uso de indicadores de desempenho: uma abordagem multivariada para empresas agroindustriais do setor avícola localizadas no estado de Pernambuco. **Latin American Journal of Business Management**, Taubaté, v. 6, n.2, p.216-236, 2015.

CAMARGO JR., A. S.; MATIAS, A. B.; MERLO, E. M. *Desempenho dos bancos comerciais e múltiplos de grande porte no Brasil*, mimeo, 2004.

CARRETE, Liliam Sanchez; TAVARES, Rosana. Mercado financeiro brasileiro. [S.l: s.n.], 2019.

DIAS.M. L. **Setor de telecomunicações da BM&FBovespa**: um estudo comparativo dos índices econômicos e financeiros. 2016. 25 f. Artigo (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande/PB, 2016.

DOUMPOS, M.; COHEN, S. Applying data envelopment analysis on accounting data to assess and optimize the efficiency of Greek local governments. **Omega International Journal of Management Science**, v. 46, p. 74-85, 2014.



FEBRABAN. **Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária**, 2018. São Paulo, 2019.

Disponível em:

https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/febraban_2018_Final.pdf

Acesso em: 10 nov. 2020.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KOCHE, J. C. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Teoria da Ciência e iniciação a pesquisa. 33. Ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

LISBOA, G. C. O.; FREIRE, D. C. Auditoria e análise das demonstrações contábeis. Revista Maiêutica Ciências Contábeis. Indaial/SC, v.3, n.1, p. 25-43, 2017.

MANTOVANI, M. H. C., & dos Santos, J. O. Análise da relação entre alavancagem e rentabilidade dos bancos brasileiros listados na Bolsa de Valores de São Paulo no período de 2001 a 2010. **REGE-Revista de Gestão**, 22(4), 509-524, 2015.

MARTINEWSKI, A.L. **Contabilidade e Análise das Demonstrações Financeiras**. Especialização em Mercado de Capitais 2009. Porto Alegre: UNIVERSIDADE FEDERAL do RIO GRANDE do SUL – UFRGS, Escola de Administração – EA, 2009.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. Análise didática das demonstrações contábeis. São Paulo: Atlas, 2014.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, F. S. B.; NORA, L. D. D.; BOLIGON, J. A. R.; DENARDIN, E. S.; MURINI, L. T. **Gestão econômica e financeira: a aplicação de indicadores**. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 9, 2012, Resende-RJ.

MENDONÇA, D.J; SOUZA, J.A; CAMPOS, R.S. **Análise do Desempenho dos Maiores Bancos Brasileiros: um Estudo com A Análise Envoltória de Dados (DEA) Aplicada a um Conjunto de Indicadores Econômico-Financeiros**. Revista Observatório de La Economia Latino-americana, Brasil, setembro, 2016.

MENDONÇA, D. J. Avaliação de Desempenho Econômico-Financeiro: uma Aplicação em Instituições Financeiras Bancárias. In: CONGRESSO, CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. 2016 São Paulo. **Anais[...]**. São Paulo: UFLA, 2016.

MENDONÇA, D.J.; SOUZA, J.; CARVALHO, E.; CARVALHO, F. (2018). Fatores que influenciam a rentabilidade das instituições financeiras bancárias brasileiras:



conclusões com base na modelagem de equações estruturais. **Reunir - Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 8, n. 1, p. 107–123, 2018.

NAVA, M. A. R. Análisis financiero: una herramienta clave para una gestión financiera eficiente. **Revista Venezolana de Gerência**, v. 14, n. 48, p. 606-628, 2009.

NUNES, T., MENEZES, G., e DIAS Jr, P. Reavaliação da rentabilidade do setor bancário brasileiro: uma abordagem em dados em painel (2000-2012). In 16 Encontro de Economia da Região Sul-ANPEC/SUL, 2013. Pelotas. **Anais[...]**. Pelotas, UFPEL, 2013. p.01-16.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial: Um Enfoque em Sistema de Informação Contábil**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. BEGALLI, Glaucos Antônio. **Elaboração e análises das demonstrações financeiras**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

RIBAS, R. P.; SOARES, S. S. D. O atrito nas pesquisas longitudinais: o caso da pesquisa mensal de emprego (PME/IBGE). **Estudos Econômicos**. São Paulo. v. 40, n. 1, p. 213 -244, 2010.

RODRIGUES, M. C. **Análise das demonstrações contábeis: comparativo entre empresas de utilidades domésticas do estado do Rio Grande do Sul**. 2018. 97 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul/RS, 2018.

SILVA, J. A. **Análise das demonstrações contábeis: banco público X banco privado**. 2015.

TÉLES, C.C **Análises dos Demonstrativos Contábeis: Índices de endividamento**. Belém-PA, 2003.

TOMAZ, D *et al.* **Avaliação de desempenho de instituições financeiras por meio de indicadores**. Foz do Iguaçu- PR. 2019

VICECONTI, P; NEVES; S. **Contabilidade Avançada**. 17. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



BANCO ITAÚ E BANCO INTER: uma análise comparativa dos indicadores financeiros do maior banco múltiplo e do primeiro banco digital listado em bolsa do brasil entre 2018 a 2021

Mariane Cyntia da Costa Barros
Graduada em Ciências Contábeis - UERN
E-mail: barrosmariane0@gmail.com

Keliane de Melo Ramalho
Mestranda em Ciências Contábeis – UFRN
E-mail: keliane.melo.14@gmail.com

Cássio Rodrigo da Costa Almeida
Mestre em Administração - UFERSA
E-mail: cassiorodrigocontabilidade@hotmail.com

Sabrina Paulino de Oliveira
Mestranda em Ciências Contábeis – UFRN
E-mail: sabrinauern@gmail.com

Alexandre Almeida de Oliveira
Especialista em Auditoria Contábil – UERN
E-mail: alexandrealmeidacontabil@gmail.com

RESUMO

Buscando investigar a diferenciação do desempenho de duas instituições financeiras, Itaú e Inter, analisando suas demonstrações contábeis como o Balanço Patrimonial e Demonstração de resultado. Através dos demonstrativos é possível apurar a *performance* econômica das instituições. O objetivo deste trabalho é comparar o desempenho de duas instituições, uma estabelecida com modelo de negócio físico e outra de forma digital entre 2018 a 2021. A pesquisa é descritiva com abordagem qualitativa, documental e bibliográfica, pois busca características relativas as instituições. Os resultados foram obtidos através dos indicadores econômico-financeiros de liquidez e rentabilidade. Dentre os achados, descobriu-se o comportamento apresentado pelas instituições durante a crise causada pelo coronavírus. E como estas seguem seus protocolos de recuperação, com o setor bancário impactado de forma geral. Diante do exposto, conclui-se que esta pesquisa, é relevante pois investiga dois importantes membros do setor bancário brasileiro, servindo de conhecimento para os *stakeholders*. Sugere-se a expansão da pesquisa para mais instituições e investigação de maior variedade de indicadores.

Palavras-chave: Instituições financeiras; desempenho; indicadores; análise



1 INTRODUÇÃO

Os Bancos surgiram como intermediário do sistema financeiro, nasceu juntamente com o comércio desde que começaram as trocas de mercadorias por moedas, como também o ato emprestar, tomar emprestado, e guardar moeda. Justamente, o primeiro banco surgiria de onde a rota comercial fosse bastante frequente, assim em Gênova sendo um importante entreposto comercial, onde circulavam comerciantes de todas as partes do mundo por causa de seu acesso marítimo, temos o registro da primeira instituição bancária.

Como posto por Peláez (1976) as instituições financeiras são pilares de base para o financiamento da economia, sendo essa sua principal função, assim sendo países que possuíssem atividades econômicas fortes foram os primeiros onde tem-se o desenvolvimento de bancos. Desenvolvendo-se tardiamente a atividade financeira dada o posto de colônia, o Brasil, tem sua primeira instituição financeira sendo o Banco do Brasil em 1808.

Desde então, as instituições financeiras, prevalecem em atuar de maneira a captar recursos perante a população, em operações passivas; e conceder crédito para financiamento, em operações ativas. O modelo do negócio não se alterou em seu fundamento, mas existe uma ascensão de novas formas de apresentação dessas instituições ao público. O modo de apresentação moderna dos bancos, conforme a população migra sua maneira de fazer negócio e passar a ser mais digital, torna-se uma demanda a ser atendida.

Para Marcelino (2018) enxerga a ascensão do digital como uma inovação a maneira de interação entre os clientes e as empresas, agora com um mercado que tem uma participação mais diversificada do tradicional. Porém como contraponto, segundo Silva (2017) o setor financeiro/bancário não atua sob livre concorrência, o que gera uma concentração de mercado neste setor.

Com o progresso da tecnologia da informação e o estreitamento das barreiras criadas por novas formas de negócios já existentes, tem surgido uma crescente onda de instituições bancárias digitais, ou a adesão das tradicionais instituições existentes, que por sua vez assumem uma nova forma de atendimento e acesso a seus clientes, plataformas digitais. O banco Inter foi fundado em 1994, inicialmente como financeira, evoluindo ao longo dos anos e em 2015 teve o marco da sua Conta Digital, sendo um dos pioneiros do mercado financeiro digital. Com a empolgação da nova roupagem de negócio, em 2018 tem-se seu o *Initial Public Offering (IPO)* do Banco Inter na Bolsa de Valores, primeiro banco digital a ter capital aberto.

Para fins comparativos este estudo contrapõe uma empresa que passou pela prova do tempo e se mantém constante no longo prazo, o Banco Itaú. Empresas que vencem o tempo tem que equilibrar a tradição e superar as barreiras da inovação, a partir desse movimento de inovação surge-se a necessidade de comparar por meio de indicadores seu desempenho frente aos bancos tradicionais nessa pesquisa utiliza um dos maiores bancos privados tradicional, o Itaú Unibanco, criado em 1945 sendo o maior conglomerado de serviços bancários brasileiro.



Ultimamente vê-se a tendência de crescimento dos bancos digitais em comparação com os bancos tradicionais, o que naturalmente levanta o questionamento do que se difere entre os dois modelos. Sendo questão ao qual se baseia este estudo: Um banco digital tem desempenho comparável em rentabilidade e liquidez relacionado a um banco tradicional? Logo, este trabalho tem como objetivo geral analisar os índices de liquidez e rentabilidade, do Banco Itaú e Inter, para fins de conhecimento e auxílio na tomada de decisão dos stakeholders de acordo com os indicadores econômico-financeiros e o panorama da performance econômico-financeira das instituições nos últimos quatro exercícios.

Diante deste cenário a presente pesquisa é relevante por evidenciar os índices financeiros de: Liquidez; e Rentabilidade que de acordo com Costa (2015) expõe à análise sobre as demonstrações financeiras. Essa ferramenta busca auxiliar na pesquisa de viabilidade na decisão para investidores que querem comparar os novos bancos digitais com os já consolidados bancos tradicionais.

Segundo Sá (2005 p.16) é “[...] o método analítico para melhor conhecer as partes que compõe o patrimônio e suas variações. Procurando decifrar a linguagem das contas e, desta forma, conseguir apurar como se encontra a situação de dada empresa ou instituição, em determinado momento.”

Este estudo visa demonstrar a situação em que os bancos se encontram, com a evidenciação dos pontos positivos e negativos dos dois modelos negócios. Desta forma, este trabalho busca contribuir para análise dos indicadores financeiros para formação do conhecimento que ajude, aos *Shareholders*, interessados, e os *Stakeholders* das instituições citadas. Buscando entender o desempenho das duas instituições ao longo do período analisado e podendo contribuir com possíveis projeções.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico é abordado a fundamentação teórica do trabalho, em que os itens a seguir ilustram e esclarecem a perspectiva da análise dos indicadores financeiros aplicados as instituições bancárias e suas interpretações. Esta seção é estruturada por dar um panorama sobre a relevância da análise das demonstrações contábeis, dos indicadores econômico-financeiros utilizados a análise de desempenho bancárias, assim como, a apresentação dos índices que servirão de base para este trabalho estas.

2.1 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

No Brasil, os bancos são componentes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), que por sua vez é controlado e opera sob regras do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central (BC) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Estas dispõem de providências e regulamentações sobre o mercado creditício e bancário, a fim de arbitrar sobre a atividade do setor e garantindo a eficiência das instituições. Como aponta Marques (2019) a atividade de intermediação financeira é um propulsor da economia brasileira, pois é responsável pelo financiamento de atividade agrícolas, de construção civil e indústria. Dada devida expressão, assim sendo, necessita de atenção especial no que tange a sua atividade.



2.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Como parte do conjunto componente a ciência contábil, a análise das demonstrações contábeis põe-se como norteador das consonâncias que estas apresentam, pois como elucida Pereira (2018) estas são responsáveis por modelos de negócios e lançar perspectivas acerca das entidades. Constan entre os propósitos fundamentais da técnica: (i) Analisar a liquidez; (ii) Analisar a rentabilidade.

Em definição Correia *et al.* (2016) o uso das demonstrações contábeis em busca do fornecimento de informações úteis aos a respeito da situação patrimonial e financeira desta entidade, que são usadas para decisões econômico-financeiras. Compõe de maneira obrigatória para Sociedades Anônimas de capital aberto a divulgação de suas demonstrações ao final de cada exercício social, sendo presentes neste estudo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e notas explicativas.

2.3 INDICADORES ECÔNOMICOS-FINANCEIROS PARA ANÁLISE DE DESEMPENHO

Os índices são grupos de contas das demonstrações contábeis que apontam para um determinado aspecto econômico da empresa, a análise técnica deles auxiliam os investidores a conhecer a situação da empresa em determinado exercício. Servindo os indicadores financeiros como ferramentas do gerenciamento das instituições e sendo usadas desde acionistas até a alta administração responsável pela tomada de decisão.

Segundo estabelecido por Padoveze (2007), os indicadores financeiros são dados capazes de avaliar, identificar e mensurar as inter-relações básicas operações de uma empresa e sua movimentação financeira. Complementando com Iudícibus (2017) ao determinar que a análise de balanço é considerada a arte de extrair relações úteis, pode-se expandir o mesmo aos indicadores pois uma é o resultado do outro.

Um tipo de aplicação dos índices é usá-los para estabelecer posição a determinada empresa, fazendo uma análise de sua situação em períodos anteriores para assim deduzir o desempenho da entidade, como também podendo usá-los como parâmetro para futuras projeções. Dentre os índices fundamentais, destacam-se para o objetivo deste estudo duas classes destes, dada a composição: índices de liquidez e índices de rentabilidade.

Como expõe Dias (2016), ao obter acesso a análise financeira e econômica a entidade terá capacidade tomar melhores decisões se baseando em suas informações financeiras. Corroborando com Nava (2009), que acrescenta que a análise de balanços otimiza a informação gerando melhorias ao processo de gestão, pois auxilia com aspectos sobre o nível de rentabilidade da empresa.

2.4 INDICADORES DE LIQUIDEZ

Segundo Assaf Neto (2012), uma instituição financeira para ser considerada de boa solvência quando o valor de seu ativo total supera o seu passivo total, assim o



excedente compoendo o patrimônio líquido. A solvência significa a capacidade de seus recursos próprios cobrirem o risco de sua atividade.

O índice de liquidez geral, de acordo com Bruni (2011) é quanto em reais tem-se a receber para cada real de obrigação, essa relação demonstra a perspectiva de liquidez do negócio. Esse índice que se calcula com a razão da agilidade da entidade de solver suas obrigações tanto a curto, quanto a longo prazo, considerando o quanto esta possui de recebíveis, em relação a tudo que ela assumiu de dívidas.

Outro relevante índice trata-se da liquidez corrente calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, para analisar a situação da entidade a um nível de curto prazo, dando um panorama sobre quanto é a capacidade de quitar as dívidas neste período, conforme estabelece Silva (2021).

É relevante salientar que os indicadores de liquidez que serão escolhidos para análise variam de acordo com as particularidades da atuação da empresa no mercado, as informações se dispõem de acordo com o ramo de atividade que ela executa.

De acordo com Lisboa (2017) o índice de liquidez serve para mostrar o nível de aptidão da entidade a saldar suas dívidas feitas para pagamento em curto prazo. Esses índices em geral medem a predisposição da empresa em efetuar os pagamentos nos prazos determinados ou de imediato. De acordo com Marion (2007, p. 83) esses índices “constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos”.

Quadro 1: Indicadores de Liquidez

INDICADORES	DEFINIÇÃO
$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$	Demonstra a capacidade da instituição saldar suas obrigações a longo prazo.
$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto maior este índice maior capacidade a empresa possui de gerar seu capital de giro.
$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Ativo Circulante}}$	Ainda para Bandeira (2020) A relação entre ativo permanente e patrimônio líquido demonstra o percentual do capital próprio aplicado no banco que foi imobilizado em ativo permanente”.

Fonte: Elaborada pelos autores, baseado em Assaf Neto (2012), Padoveze (2007).

Portanto, os indicadores de liquidez contribuem de forma a permitir mensurar aspectos sobre a performance a curto prazo, em resumo traduz a performance de modo imediato e quanto maior índice obtido melhor esta será, conforme aponta Dias (2016).

2.5 INDICADORES DE RENTABILIDADE

Ao que tange os índices de rentabilidade se traduz a mensuração do retorno de investimento, o quanto esta empresa gerou de retorno. Para Alves (2018) os indicadores



de rentabilidade buscam evidenciar se a empresa está sendo ou não lucrativa. Como explana Azzolin (2012, p.233):

A análise econômica é realizada por meio do cálculo de quocientes de rentabilidade, que mostram o quanto renderam os investimentos realizados pelos investidores, e indica qual é o desempenho e a saúde da empresa. Ela proporciona, também, uma avaliação da situação patrimonial e indica ao investidor melhores condições para tomada de decisão.

A análise da rentabilidade não pode focar unicamente aos resultados, tendo de se levar em consideração fatores externos que influenciam nas decisões administrativas e de gestão, tais como regulação, grau de concentração, o contexto macroeconômico ao qual a instituição se encontra quando se concentra nos determinantes da rentabilidade do banco, fora da administração do banco ou das suas próprias características.

O indicador da margem líquida, segundo dispõe Alves (2018), vem a estabelecer uma equação entre o lucro líquido e suas receitas líquidas. No caso das instituições bancárias, aponta-se que serão as receitas de intermediação financeira, pois este é o seu principal serviço, assim demonstrando o quanto obteve-se de lucro com sua atividade principal.

Na visão Lisboa (2017) a rentabilidade é um indicador usado para mostrar qual rentabilidade a empresa obteve através dos capitais que foram investidos pelos seus proprietários, ou seja, mostra quanto a empresa está sendo rentável a partir do investimento inicial que foi aplicado. A taxa de retorno do investimento é dada pela razão, o retorno do investimento, deve-se medir o lucro líquido sobre o ativo total, sendo assim para avaliar quanto do ativo total a instituição transforma em lucro líquido, pode ser comumente identificado de *Return Over Investment* (ROI).

Assim, encontra-se que a taxa de retorno do patrimônio líquido é a razão entre o lucro líquido e o patrimônio líquido, também conhecido pela nomenclatura em inglês *Return Over Equity* (ROE). Sendo considerado por Assaf Neto (2012) um ótimo indicador para observar o retorno, comparando o lucro líquido ao patrimônio líquido da organização bancária, pois o objetivo do banco é o de potencializar riqueza de seus investidores e proprietários.

Para Batista (2018), o cálculo da margem líquida de juros, ora chamado de *Net Income Margin* (NIM), é o resultado da atividade bancária de intermediação de empréstimo e rendimentos, sendo o produto deste índice uma fonte valiosa de recursos. Alguns indicadores financeiros são fundamentais para analisar o desempenho na rentabilidade da instituição bancária, para Assaf Neto (2012), de acordo com as fórmulas apresentadas no Quadro 2.

De tal modo, a exposição dos indicadores de rentabilidade corroborando com Bandeira (2020) atendem a necessidade de mensurar os aspectos econômicos dentro da análise das demonstrações contábeis. Desse modo, e sendo a atividade bancária de alta relevância à economia, a análise com sua perspectiva de rentabilidade fornecem base para a construção de decisões fundamentadas.



Quadro 2: Indicadores de Rentabilidade

INDICADORES	FÓRMULA	DEFINIÇÃO
Margem Líquida	$ML = \text{Lucro Líquido} / \text{Receita de Intermediação Financeira}$	A margem líquida é o percentual líquido que é representado pelo lucro líquido sobre toda a receita de intermediação financeira
Taxa de Retorno do Investimento	$TRI(ROI) = \text{Lucro Líquido} / \text{Ativo Total}$	Segundo Bandeira (2020) “Para cada R\$ 1,00 de captação dos bancos, sob a forma de depósitos, quanto foi aplicado de recursos próprios”.
Taxa de Retorno do Patrimônio Líquido	$TRPL(ROE) = \text{Lucro Líquido} / \text{Patrimônio Líquido}$	Ainda para Bandeira (2020), a relação entre ativo permanente e patrimônio líquido demonstra o percentual do capital próprio aplicado a instituição.
Margem Líquida de Juros	$NIM = \text{Taxa de Empréstimo} - \text{Taxa de Captação}$	Dá-se pelo cálculo da margem gerada pelos empréstimos.

Fonte: Pesquisa (2022), com embasamento em Assaf Neto (2012) e Bandeira (2020).

2.6 ESTUDOS EMPÍRICOS ANTERIORES

Furtado et. al (2020) analisou as instituições bancárias digitais sob uma perspectiva de satisfação do cliente, buscando entender o movimento de escolha por este tipo de banco, também o posicionamento dos bancos tradicionais em relação a adoção a plataformas digitais. O estudo conclui que os bancos digitais têm apelo forte entre a geração que cresceu familiarizada com a internet, mas até mesmo entre esses os bancos digitais continuam secundários, não deixando de ser usados os bancos tradicionais para fazer saques e receber salários. Entre adultos, a presença física dos bancos ainda se faz relevante, continuando como conta principal.

Henrique (2021) investigou os indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade do Banco Inter e Nubank entre 2018 e 2020, a fim de investigar como comportou-se estes indicadores entre estas que são as principais instituições bancárias digitais no Brasil. O estudo demonstrou um grau de endividamento elevado de ambos, demonstrando que suas atividades são primordialmente financiadas por capital de terceiros. E confrontou que este tem estratégias diferentes, enquanto o Banco Inter assumiu mais despesas em busca de um hedge de proteção financeira; o Nubank prioriza o resultado negativo para financiar seu crescimento.

Batista (2018) focou em indicadores específicos para o setor bancário, sendo utilizados: ROA, ROE e NIM. O estudo percorreu uma amostra de tempo extensa, de 2007 a 2017, sendo objeto da pesquisa os dez maiores bancos brasileiros. Conclui-se que a rentabilidade dos bancos é específica por depender de variáveis específicas. Demonstrou-se que bancos públicos possuem ROA e ROE maiores comparados a bancos



privados, também possuindo um elevado valor de ROE. O estudo conclui o risco que há em uma má gestão de capitais de terceiros, sendo que bancos menos capitalizados possuem, por esta relação, menores rentabilidades.

3 METODOLOGIA

Nesta seção busca elucidar os procedimentos metodológicos usados para elaboração desse estudo. Para compor a amostra o estudo analisou duas instituições financeiras brasileiras, sendo uma com formato de negócio físico tradicional e a segunda com formato de negócio digital, considerando a de maior robustez do setor privado e a pioneira no segmento bancário digital. Ambas consolidadas há anos no mercado possuem uma vasta cartela de clientes, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1: Número de clientes

	Número de Clientes
Banco Itaú	55 milhões
Banco Inter	16,3 milhões

Fonte: Pesquisa elaborada pelos autores (2022).

A metodologia da pesquisa é de cunho qualitativo com natureza descritiva e documental, foi desenvolvida com bases em fontes primárias, que foram informações dos documentos extraídos do site oficial de relação de investidor dos próprios bancos. Para fontes de dados secundários fez-se uso de artigos e livros. Como explicado por Cervo *et al.* (2012) a pesquisa descritiva observa, registra, e procura analisar e correlacionar fatos ou variáveis sem manipulá-los, e contribui para deduzir que a pesquisa busca conhecer as diversas situações que ocorrem na sociedade, economia e demais características que contribuam para o entendimento do comportamento da sociedade.

Na pesquisa descritiva, entre suas principais características, dentre a utilização de técnicas padronizadas como coleta de dados em fontes consideradas essenciais, tais como: Site de Relacionamento do Investidor de ambas as instituições citadas neste artigo. Assim como artigos e livros sobre o assunto para sua fundamentação teórica.

Para Marconi e Lakatos (2008) colocam como são características da pesquisa descritiva que se desenvolvem partindo de investigações de pesquisas empíricas ao qual tenha finalidade de esclarecer fatos ou fenômenos, a avaliação de programas usados e o isolamento das variáveis é a questão principal desse tipo de padrão metodológico.

Com relação ao tempo de estudo trata-se de uma pesquisa longitudinal, dado sua disposição de coleta que estabelece Soares e Ribas (2010) ser uma pesquisa onde a amostra é entrevistada uma ou mais vezes em um período que se embasa uma análise a partir desta. Seguindo o procedimento aborda de forma qualitativa ao passo que busca identificar evidências que analisem a realidade das empresas em questão entre o período de 2018 a 2021.

Com relação aos métodos aplicados foi utilizado o meio bibliográfico e documental para sua construção e esclarecimento teórico, tendo dados extraídos de livros, artigos. Definido os objetivos do estudo, foi submetido a uma revisão de bibliografia.



Também utilizado e decorrido pelo método documental tendo dados referenciais vindos diretamente do site da B3, considerando-se que este tipo de pesquisa é caracterizado por Gil (2010) explorando fontes documentais de primeira e segunda mão, que este explica ser os relatórios publicados pelas empresas.

Esta pesquisa é caracterizada como estudo de caso múltiplo, pois averigua a situação de duas empresas. Por ser documental trará índices avaliativos que demonstram informações de suas demonstrações contábeis. Pois para o objetivo de avaliação são o de melhor didática. Estes são os índices de solvência e liquidez, e índices de rentabilidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção do trabalho concentra-se em investigar os indicadores de liquidez e rentabilidade, dos dois bancos escolhidos: Banco Itaú e, banco Inter. Para a realização desta análise foram extraídos dados divulgados por ambas as entidades, através de seus portais de relacionamento com investidor. Os principais documentos analisados foram Demonstração de Resultado; Balanço Patrimonial e Notas Explicativas, e o período analisado foi de 2018 a 2020.

4.1 INDICADORES DE LIQUIDEZ

Dos indicadores escolhidos como base, dentre os de liquidez, este trabalho aborda a sequência: Geral, Corrente e Imediata.

A seguir apresenta-se a Tabela 2, estão apresentados os resultados da aplicação dos cálculos da liquidez geral do Banco Itaú e Banco Inter, calculados com os documentos apresentados pelas instituições, segundo demonstração de resultado e balanço patrimonial.

Tabela 2: Indicador de Liquidez Geral, do período 2018 a 2021

	2018	2019	2020	2021
Banco Itaú	1,08	1,07	1,06	1,19
Banco Inter	1,15	1,22	0,82	1,23

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Analisando o primeiro indicador pode-se concluir que houve um emparelhamento conforme o grau de liquidez geral no período analisado. Os dois bancos apresentaram desempenho semelhante com bons índices de liquidez geral, ficando um destaque positivo para o Itaú com a média do quadriênio de 1,10, que conforme aponta Assaf (2018) para cada R\$1,00 de passivo circulante e exigível a longo prazo há R\$1,10 de ativo circulante e realizável a longo prazo, não houve motivo para associar a queda da liquidez geral em 2020 com a pandemia, pois desde 2019 já apresentava declínio, mostrando crescimento em 2021.

Quanto a performance do Banco Inter, a instituição vinha apresentando uma liquidez maior que o Itaú em 2018 e 2019, mas em 2020 houve um declínio de 68% considerando o ano anterior atingindo menor valor alcançado pelo índice com 0,82. O



que indica que durante o ano de 2020 adquiriu um passivo total maior em relação ao ativo total e realizável. Ficando com a média durante o quadriênio de R\$1,10 de ativo circulante para R\$1,00 de seu passivo circulante, que conforme Dias (2016) quanto maior for o resultado encontrado neste indicador melhor para entidade.

Ademais, outra relevante análise de liquidez a ser considerada, será analisada a Liquidez Corrente das instituições, pois expõe a capacidade da instituição gerar seu capital de giro, diante do mesmo período referido, tendo os dados de resultado expostos na Tabela 3:

Tabela 3: Indicador de Liquidez Corrente, do período 2018 a 2021

	2018	2019	2020	2021
Banco Itaú	1,34	1,29	1,27	1,17
Banco Inter	1,14	1,20	0,81	1,2

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Ao analisar os dados extraídos para a liquidez corrente, pode se inferir que o Itaú apresenta média no período de 1,30. Seguindo a tendência do indicador anterior, apresentando declínio ao passar dos anos em seu mínimo em 2020, com valor de 1,27, que de acordo com Silva (2021) a liquidez corrente mede a capacidade da empresa de cumprir seus compromissos e qual maior este índice, melhor a capacidade da empresa financiar e gerar seu capital de giro. Enquanto o banco Inter apresentou por liquidez corrente 1,14 em 2018, 1,20 em 2019 e 0,81 em 2020, tendo a menor média entre eles com 1,05.

Conforme Notas Explicativas do Banco Inter em 2020, pode-se relacionar as quedas de liquidez no referido ano, devido a uma postura de proteção cambial que a instituição adotou visando amenizar os possíveis resultados negativos durante a pandemia do COVID. Finalizando os índices de liquidez, tem a análise do índice de liquidez imediata, que compreende os valores disponíveis a curtíssimo prazo, então apresenta-se dados da Tabela 4:

Tabela 4: Indicador de Liquidez Imediata, do período 2018 a 2020

	2018	2019	2020	2021
Banco Itaú	0,041	0,031	0,040	0,032
Banco Inter	0,033	0,039	0,013	0,013

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Ao comparar este indicador, pode constatar que o Itaú obteve um resultado de 0,041 em 2018, 0,031 em 2019 e 0,040 em 2020, com média considerada no triênio 0,037, fato que vai de encontra com o resultado encontrado por Silva (2021). Pois, são considerados influências diretas neste indicador são geradores de liquidez como equivalentes de caixa, levando em consideração a capacidade no período mais curto da instituição. Considerando os valores encontrados do banco Inter obteve um resultado de 0,33 em 2018, 0,39 em 2019 e 0,010 em 2020, com média considerada no triênio 0,28.



4.2 INDICADORES DE RENTABILIDADE

Este indicador se expõe figura como uma questão das mais relevantes para os investidores, gestão e acionistas, por ser a forma de mensuração de como a administração aplicando os recursos da instituição, segundo confirma Moos (2021). Estão dispostos na Tabela 5, os indicadores explorados por este trabalho, são: Margem Líquida, ROI, ROE, NIM.

Tabela 5: Indicadores de Rentabilidade, do período 2018 a 2021

	ITAÚ				INTER			
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021
Margem Líquida	19,52%	14,41%	8,67%	14,51%	10,53%	9,33%	0,77%	1,59%
ROI	0,86	1,54	1,36	1,37	1,2	1,2	1,35	0,10
ROE	17,33%	18,60%	12,80%	17,26	5,98%	2,69%	0,92%	0,41%
NIM	4,07%	4,20%	2,91%	3,36%	6,56%	4,24%	2,67%	2,85%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Para Gitman (2010) este índice mede em porcentagem o quanto monetariamente de vendas sobrarão depois da cobertura de todo custo e despesa, e conforme Moos (2021) será o confronto do lucro líquido com as vendas líquidas. Observando este indicador, demonstra que as duas instituições sofreram no ano de 2020. Com destaque negativo ao Inter com -0,77% em 2020, o que demonstra que o resultado de sua receita de intermediação financeiro teve participação insignificante em seu lucro líquido. Embora viesse dando resultados satisfatório com 10,53% em 2018, e 9,33% em 2019.

Quanto a margem líquida do Itaú teve resultado médio no quadriênio de 14,27%, com seu valor de fundo em 2020 de 8,67%. Diante do resultado dos dois, pode se inferir que ambos tiveram a margem líquida prejudicada durante a instabilidade do mercado em 2020, constatando que os dois apresentaram recuperação do resultado em 2021. Observando que o indicador do Inter apresentou queda vertiginosa em 2020, alcançando valor mínimo de 0,77%.

O desempenho do ROI das instituições no período apresentou-se confirmando as principais diferenças entre a solidez das duas, enquanto o Itaú demonstrou uma queda estabilizada no 1,3, o Inter teve seu menor retorno em 2021 com 0,10. Conforme disserta Silva (2021), o retorno sobre o investimento (ROI) indica o ganho da entidade consequentemente afetado pela queda de lucros, pois trata-se de um indicador diretamente ligado ao lucro líquido. O que indica que a queda do lucro do Inter foi significativamente maior comparado Itaú.

Ao que tange o retorno sobre o patrimônio, para Vieira (2005) constata ser evidente que altas taxas desse retorno são benéficas, significando maior retorno aos acionistas e despertando atração a empresa. Aqui as duas instituições diferem consideravelmente, enquanto o Itaú apresenta média 16,24%, o Inter tem média em 3,19%. Também houve a representação de queda no ano de 2020, como mostrado anteriormente, este cálculo é influenciado pelo lucro líquido com sua queda. Segundo o



relatório anual do Banco Central, o setor ao todo sofreu em 2020, entende-se este indicador, interrompendo a melhora de rentabilidade do sistema bancário desde 2015 atingindo 11,5%. Acusa-se que a piora na rentabilidade foi causada pelo aumento das despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD).

A análise da margem do produto bancário (NIM), Itaú e Inter apresentaram dentre o período seus piores anos em 2020, relaciona-se ao relatório do Banco Central a queda da rentabilidade, justificando uma baixa em seu spread a dificuldade que o mercado enfrentou com as despesas de provisão para crédito de liquidação duvidosa. Demonstrado pela pesquisa do DIEESE que entre 2019 e 2020, o Itaú aumentou a despesas desta provisão em 52,1%. Confirmando o panorama que Cavalcanti *et al.* (2017) investigou, determinantes que impactam o NIM bancário e constatou ser o desemprego uma destas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia bancária tem grande relevância na sociedade, portanto fazendo parte indissociável da economia, e como uma inovação surgem os bancos digitais para explorar o mercado de crédito, juntamente com instituições tradicionais e para haver uma melhor perspectiva é investigado suas demonstrações contábeis, buscando mensurar sua capacidade de liquidez e rentabilidade. Ao que se propôs este estudo objetivou investigar o desempenho de dois bancos, sendo um tradicional e um digital: Itaú e Inter.

Exposto o perfil das entidades, a pesquisa abrangeu um período de 2018 a 2021, procurando comparar o desempenho dos dois em termos de seus indicadores de liquidez e rentabilidade, seguindo a divulgação de suas demonstrações e relatórios consolidados que sendo postos sob análise, foram apresentadas vantagens do Itaú em comparativo ao Inter.

Na análise dos indicadores de liquidez, o Itaú e Inter, tem resultados emparelhados até o 2020, quando a partir deste momento o banco Inter apresentou diferentes estratégias para proteger-se durante a crise econômica causada pela pandemia do coronavírus. O banco assumiu mais despesas utilizando o mecanismo de proteção financeira em dólar, prejudicando seus resultados mais imediatos como sua liquidez.

Quanto a análise dos indicadores de rentabilidade, mais uma vez provou-se uma superioridade do Itaú, principalmente no enfrentamento da crise a partir de 2020, apresentando queda no seu desempenho, porém reagindo melhor devido sua robustez ao ser o maior banco em termos de ativos do Brasil. A queda demonstrada pelos indicadores do Itaú foi sentida por todo o setor bancário, no mesmo período, em relação à rentabilidade. Apesar de haver semelhança no ramo de atuação, as duas instituições não demonstraram equiparação com relação à rentabilidade apresentada, tendo um mostrado superioridade em sua rentabilidade.

Tendo exposto os resultados, este trabalho atingiu seu objetivo ao comparar os desempenhos de liquidez e rentabilidade através dos seus indicadores econômico-financeiros, uma vez que foi possível uma análise de um período considerável, sendo demonstrado o desempenho financeiro das instituições em questão. Sendo perceptível o melhor desempenho Itaú ao longo da amostra, e principalmente a partir de 2020, até mesmo onde o mercado diminui seu lucro e crescimento.



O estudo contribui como fonte de pesquisa para a sociedade, na visão dos *Stakeholders*, pois agrega a conclusão ao que se diferenciam os modelos de negócios ao qual se propõe as duas instituições. Na área acadêmica, o estudo contribui para enriquecer a futuras pesquisas, de forma que se compare os resultados obtidos.

Dada a limitação percebida durante o desenvolvimento do trabalho, o resultado poderá divergir quando usado em comparação outras instituições, sejam estas digitais ou não, pois as duas instituições contemplam apenas parcialmente o setor que possui outras com as mesmas características a serem analisadas. Retratado nesta pesquisa apenas a comparação do maior banco do Brasil e o primeiro banco digital com capital aberto do país.

Apresentada as circunstâncias da realização do estudo, infere-se que os resultados não possam ser generalizados, cabendo o aprofundamento da investigação aumentando a amostra de bancos, incluindo mais bancos físicos e digitais, podendo assim ter um melhorar a amplitude ao que tange a influência dos dois modelos de negócios no desempenho. Como também cabe a investigação de uma maior variedade de indicadores para se obtenha uma análise maior e melhor das instituições atingindo resultados que demonstrem a realidade do mercado para essas instituições financeiras.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. C. de Q. **Guararapes versus Renner: análise dos indicadores de rentabilidade no período de 2013 a 2017.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba. Monteiro, 2018.

ANDRADE, I. J. F. de. **Avaliação de desempenho financeiro dos bancos digitais e dos bancos tradicionais.** 2019. 37 Monografia (graduação em c. Contábeis) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17323/1/IJFA24042020.pdf> Acesso em: 04 abr. 2022.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e Análise de Balanço: um enfoque econômico e financeiro.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

AZZOLIN, J.L. **Análise Econômica.** In: Análise das Demonstrações Contábeis. Curitiba, PR: IESDE, Brasil, 2012, p. 233-250.

BATISTA, C. Welber. **Rentabilidade Bancárias e seus determinantes: Análise dos maiores bancos brasileiros no período de 2007 a 2017.** Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto instituto politécnico do porto. Porto, 2018.

CARDOSO, F. B. **Qualidade no ecossistema das fintechs: A percepção dos clientes brasileiros de contas digitais.** Brasília, UniCEUB, 2020.



CAVALCANTI, F. DE O.; Gutierrez, C. E. C.; Divino, J. A. C. A. **Determinantes do Spread Bancário no Brasil e os impactos do acordo basileia III**. Universidade Católica de Brasília. Brasília, 201.

CERVO, Armando L; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson, 2012.

CORREIA, J. J. A.; Análise das Demonstrações Contábeis como Ferramenta de Gestão: Um Estudo de Caso Numa Microempresa do Estado de Pernambuco. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas**, v. 1, n. 4, p.125-142, jul./ago.2016.

DESEMPENHO DOS BANCOS EM 2020, Rede Bancários, DIEESE. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2021/desempenhoDosBancos2021.pdf>. Acesso em 10 mar. 2022

DIAS, M. L. **Setor de Telecomunicações da BM&FBovespa**: Um estudo comparativos dos índices econômicos e financeiros. 2016

FEBRABAN. Pesquisa Febraban de tecnologia bancária 2021 Disponível em: <https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/pesquisa-febraban-relatorio.pdf>

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Henrique, M. de M.; Almeida, C. R. C. **Análise Econômico-financeira nos principais Bancos digitais, no período de 2018 a 2020**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2021.

KOHLER, M. (2015). Which banks are more risky? The impact of business models on bank stability. **Journal of Financial Stability**, ed. 16, p. 195-212.

LISBOA, G. C. O.; FREIRE, D. C. Auditoria e análise das demonstrações contábeis. **Revista Maiêutica Ciências Contábeis**, Indaial/SC, v.3, n.1, p. 25-43, 2017.

MARCELINO, J. **Análise da eficiência e retorno das estratégias digitais das fintechs**: Uma comparação entre o banco Inter e instituições tradicionais. 2018.101 f. Monografia (Graduação em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC, 2018.

MARZONI, D.N. S.; Souza, E. M. Análise das demonstrações contábeis: Uma comparação da Odebrecht antes e depois da Operação Lava Jato. **Research, Society**



and Development, v. 9, n. 7, e64973874, 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i7.3874>

MARQUES, Frank Borges. **Bancos digitais X bancos tradicionais**: uma análise das implicações causadas pelos bancos digitais no mercado bancário brasileiro. 2019. 64 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Organizacional) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2019.

MOOS, A. L. de S. Análise de Desempenho Econômico e Financeiro: Um Estudo Comparativo entre os Modelos Tradicionais e o Método Camel aplicado nas Cooperativas de Crédito. In: 21° USP *International Conference in Accounting*. 2021 São Paulo. **Anais**[...]. São Paulo: USP 2021. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/21UspInternational/ArtigosDownload/3062.pdf>

NAVA, M. A. R. Análisis financiero: una herramienta clave para una gestión financiera eficiente. **Revista Venezolana de Gerencia**, v. 14, n. 48, p. 606-628, 2009.

PEREIRA, Antonio Gualberto. **Análise das demonstrações contábeis** / Antonio Gualberto Pereira. - Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, 2018.72p.:il.
<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/553569/2/eBook%20FCCC22-%20Analise%20das%20Demonstracoes%20Contabeis.pdf>

Relatório de economia bancária 2020, **Banco Central do Brasil**. Acesso em: 24/04/2022. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/reb_2020.pdf

Silva, A. C. R. e; Almeida, C. R. C. **Avaliação do desempenho de instituições financeiras brasileiras no período de 2018 a 2020**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2021.

TOMAZ, D. *et al.* **Avaliação de desempenho de instituições financeiras por meio de indicadores**. Foz do Iguaçu – PR. 2019.

VIEIRA, R. H. P.; SANTOS, M. M. D. C. (2005). Análise das demonstrações financeiras através de índices financeiros. **Veredas Favip**, v. 2, n. 1, p. 50-60, 2005.



O PAPEL E A RELEVÂNCIA DO CONTADOR NAS PRESTAÇÕES DE CONTAS ELEITORAIS

Francisca Aridéia Vieira das Graças

Graduada em Ciências Contábeis - UERN.

E-mail: arideiavieira10@gmail.com

Alexandre Almeida de Oliveira

Especialista em Auditoria Contábil – UERN

E-mail: alexandrealmeidacontabil@gmail.com

Cássio Rodrigo da Costa Almeida

Mestre em Administração - UFERSA

E-mail: cassiorodrigocontabilidade@hotmail.com

Keliane de Melo Ramalho

Mestranda em Ciências Contábeis – UFRN

E-mail: keliane.melo.14@gmail.com

Sabrina Paulino de Oliveira

Mestranda em Ciências Contábeis – UFRN

E-mail: sabrinauern@gmail.com

RESUMO

A contabilidade eleitoral como instrumento capaz de gerar transparência sofreu diversas mudanças a partir da Lei Federal n.º 9.504/1997 (Lei de Eleições), conforme exigências do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para evidenciar nas prestações de contas eleitorais. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é analisar o papel e a relevância do contador nas prestações de contas eleitorais. Está ancorada na área das Ciências Contábeis, especificamente no ramo da Contabilidade Eleitoral. Metodologicamente, a pesquisa é de caráter qualitativo descritivo, com coleta de dados feita por questionários enviados eletronicamente via *e-mail* para quatro contadores que atuaram em campanhas eleitorais no interior do estado do Rio Grande do Norte. Os resultados apontam que a Lei de Eleições trouxe avanços satisfatórios, favorecendo a valorização do contador, a transparência dos recursos públicos nos processos eleitorais e a pertinência da intersecção com os profissionais do setor jurídico.

Palavras-chave: Prestação de contas. Contabilidade Eleitoral. Transparência.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade Eleitoral é um ramo das Ciências Contábeis que possibilita a sistematização das contas de campanhas eleitorais. A Contabilidade Eleitoral oferece à



sociedade brasileira a oportunidade de conhecer o registro das origens e dos gastos dos recursos utilizados na campanha eleitoral, garantindo transparência nos processos eleitorais.

Desde a criação da Lei 9.504/1997, o sistema eleitoral está em constante mudança, especialmente a partir da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 20.987 de 2002, que exige legalmente a participação de diferentes profissionais, incluindo o contador. Com isso, a Contabilidade Eleitoral também seguiu o ritmo dessa evolução.

Junto com essa evolução ficou evidente a relevância do contador no processo de prestação de conta eleitoral enquanto um profissional indispensável no controle das contas públicas. A atuação do contador vai desde as convenções partidárias até a diplomação dos eleitos.

Segundo Rocha (2016), o contador não pode apresentar a prestação de conta perante a justiça eleitoral elaborada por ele se não constar a assinatura de um advogado mesmo que não tenha participado do trabalho. Nesse sentido, o autor discute a não obrigatoriedade da presença de um advogado para assinar documentos contábeis apresentados à Justiça Eleitoral, visto que o advogado está assinando um trabalho feito pelo contador.

A constante atualização da categoria contábil exige esforço e aperfeiçoamento nas informações e transparência das contas eleitorais, onde os procedimentos se tornam cada vez mais complexos. Nesse contexto, o profissional da contabilidade ganha força tornando-se peça fundamental na transparência das contas públicas.

Com a Lei Federal n.º 9.504/1997 se deu o primeiro registro sobre prestação de contas eleitoral e em 2002 teve a primeira informatização exigida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por meio do Sistema de Prestação de Contas Eleitoral (SPCE). Em 2004 houve mais um avanço com a exigência da emissão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) dos candidatos com o objetivo de facilitar o controle na movimentação dos recursos financeiros. Em 2006, com a Reforma Eleitoral nº 11.300/2006 passou a ter a obrigatoriedade das contas parciais para um controle maior e orientações aos candidatos ainda no decorrer da campanha.

A partir de 2002, com a determinação de contratação de um profissional da contabilidade com registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) bem como um advogado com registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), conferindo transparência e credibilidade nas contas exigidas pela justiça eleitoral, há uma crescente valorização da classe contábil.

Conforme Porto (2017), com a minirreforma, o processo eleitoral determina uma clara obrigação de contratar um contador com registro no CRC e um advogado com registro na OAB para dar transparência e credibilidade às despesas de campanha. Diante do exposto, tem-se como a questão problema: Qual o papel e a relevância dos contadores na prestação de conta eleitoral? Contudo, diante de estudos e pesquisas, a presente pesquisa tem o objetivo de analisar o papel e a relevância dos contadores nas prestações de contas eleitorais.

A realização da presente pesquisa se embasa em documentos, leis, resoluções, normativas, sites e artigos de estudos nas mesmas perspectivas onde abordam o papel e a relevância do contador como elemento de fundamental importância no processo eleitoral,



com aplicação de questionário com contadores que trabalharam nas eleições de 2020, acessando o SPCE na plataforma oficial do TSE, e com isso a pesquisa terá mais profundidade na aplicação de normas e procedimentos legais para a realização das prestações de contas eleitorais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE ELEITORAL

A contabilidade eleitoral é mais um ramo da Ciência Contábil estabelecido pela necessidade de se tornar uma evolução da norma à aplicação dos princípios fundamentais da contabilidade. É o ramo da contabilidade que permite que o contador sinta um misto de autoridade e orgulho pelo cumprimento do dever cívico, por ser responsável em garantir transparência nas prestações de contas eleitorais e partidárias sendo decisivo para o Brasil ter o processo democrático com mais transparência (CFC, 2020).

Durante muitos anos a maioria das entidades políticas não tinham conta bancária ou CNPJ, com a aprovação da minirreforma política através da Lei nº. 13.165 de 29 de setembro de 2015, veio a exigência que todas as entidades políticas constituídas cumpram a obrigação de cadastro no CNPJ vinculada à conta bancária do candidato. Caso não adote essa medida corre o risco de ser extinguida, sendo obrigado, a partir de agora, para que essas entidades possam ingressar nos pleitos (BRASIL, 2015).

Historicamente os partidos políticos e por sua própria composição, como entidades sem fins lucrativos, denominadas associações de partido político, são considerados entidades contábeis sujeitas à obrigação da aplicabilidade das Normas Brasileiras de Contabilidade, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Conforme Sousa e Diniz Filho (2018), o primeiro registro de legislação sobre o tema foi no ano de 2002, quando o Tribunal Superior Eleitoral elaborou e disponibilizou o “Manual de Arrecadação, Aplicação de Recursos e Prestação de Contas das Campanhas Eleitorais”, através da Resolução nº 20.987/2002.

De acordo com Porto (2017), o avanço da normatização sobre o uso de recursos nas campanhas eleitorais foi um dos fatores relevantes para a evolução da Contabilidade Eleitoral, regulamentações essas, oriundas de medidas de visam combater a corrupção e o abuso do poder econômico nas campanhas, e levaram a uma profissionalização do processo de prestação de contas eleitoral.

Nesse contexto é possível afirmar que houve um avanço na proporção da norma eleitoral, de forma expressiva que a contabilidade é necessária no processo de registro, controle e transparência das contas eleitorais. Ainda é de fundamental relevância a participação profissional da contabilidade durante todo o processo da eleição, desde o seu planejamento, visto que a Justiça Eleitoral definiu o limite de gastos para os candidatos, antes definido pelos próprios partidos políticos.



2.2 O CONTADOR E AS PRESTAÇÕES DE CONTAS ELEITORAIS

Para atender as expectativas de um mundo globalizado é necessário que o contador esteja em constante evolução, no centro de transformação para atender as perspectivas das entidades. Possui a responsabilidade de gerar informações de todas as operações realizadas por uma empresa, assim como demonstrar os resultados para o processo de tomada de decisão pelos administradores da empresa e demais usuários (ROCHA, 2016).

Segundo Cipitelli (2020), a valorização do contador atualmente está presente na sociedade, observada pela necessidade como elemento base com fundamentos de uma contabilidade que opera confiança na contabilidade eleitoral refletindo diretamente na prestação de contas de partidos e candidatos, controlando os recursos e despesas públicas.

Conforme Souza (2014), ao elaborar a prestação de conta eleitoral o contador deve se basear sempre no princípio da competência e encarregar-se da origem dos recursos. Além disso, suas atribuições incluem orientações para a abertura do CNPJ e regras de doações. Ele também tem a missão de orientar o candidato quanto ao reconhecimento de suas despesas no ato da contratação de serviços e verificação do recebimento dos produtos e serviços contratados pelo candidato durante a campanha eleitoral.

De acordo com Freitas (2016), é papel do contabilista auxiliar o candidato no início do processo eleitoral, apoiando na execução do planejamento financeiro da campanha, identificando os gastos que terão, sempre nos limites determinados pela lei, sua atribuição é proceder à escrituração contábil norteadas nos princípios contábeis.

Portanto, é indispensável este profissional para o cumprimento das normas. O profissional de contabilidade tem a incumbência na prestação de contas dos candidatos, classificar as receitas e despesas realizadas no decorrer do processo eleitoral, bem como a orientação aos candidatos sobre os impedimentos de utilização de recursos de fontes não identificadas ou de fontes vedadas.

Assim, como descrito na Resolução TSE nº 23.607/2019, Art. 45, § 2º o contador junto ao candidato é responsável pela veracidade das informações financeiras e contábeis de campanha eleitoral prestadas ao Tribunal Superior Eleitoral, ainda no § 4º estabelece que arrecadação de recursos e a realização de gastos eleitorais obrigatoriamente devem ser acompanhadas por profissional de contabilidade habilitado, para a realização dos registros contábeis pertinentes bem como (BRASIL, 2019).

É oportuno destacar que o contador não pode ser responsabilizado por erros fortuitos dos administradores na campanha, desde que tenha sido feito corretamente o registro contábil das operações.

A contabilidade é o alicerce para o atendimento das prestações de contas à Justiça Eleitoral, pois todos os dados necessários estarão registrados para, a qualquer momento, servirem de elementos de prova dos fatos e atos praticados, especialmente no que tange à origem das receitas e sua aplicação nas despesas de campanha (MATTOS *et al.*, 2014, p. 40).

Para Freitas (2016) a prestação de contas eleitorais significa a evidenciação dos recursos arrecadados e dos gastos realizados na campanha eleitoral apresentada por candidatos e partidos políticos a fim de cumprir a determinação da Justiça Eleitoral.



Em setembro de 1997 as prestações de contas eleitorais foram fundamentadas pela Lei nº 9.504, mas até 2002 somente os partidos estavam obrigados a entregá-la. Baseado na Resolução do TSE nº 20.987, de 21 de fevereiro de 2002, esta determinação se ampliou aos candidatos e aos comitês de campanha, que devem também identificar a origem de cada doação. Desde 2006, quando ainda não exigia a obrigatoriedade da assinatura do profissional da Contabilidade, o CFC passou a realizar palestras e seminários sobre o tema para capacitar e orientar profissionais da contabilidade (PORTO, 2017).

Os procedimentos legais para as eleições estão baseados na Lei 9.504 constituída em 30 de setembro de 1997, para a regulamentação do processo legal das candidaturas de cargos políticos no Brasil. Portanto, é necessário que todos envolvidos no processo eleitoral conheçam as exigências legais para se basear nos parâmetros da Lei.

Com a aprovação da minirreforma política através da Lei 13.165 de 29 de setembro de 2015, métodos de aplicação e arrecadação de campanha tiveram a necessidade de ser otimizado. A mudança mais impactante foi o fato de que pessoas jurídicas não podem financiar gastos de campanhas eleitorais. Somente pessoas físicas podem doar, e ainda terão outra fonte de recurso o Fundo Partidário devendo todos os recursos serem informados referente sua origem e aplicação, se for de pessoa física registrar como outros recursos, se de origem Fundo Partidário registrar destacando a origem nos dois casos mediante conta bancária para fins eleitorais classificando cada recurso.

No que se refere aos recursos financeiros, a Resolução nº 23.607/2019 no artigo 21 estabelece que:

Art.21, §1º. “As doações financeiras de valor igual ou superior a R\$1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos) só poderão ser realizadas mediante transferência eletrônica entre as contas bancárias do doador e do beneficiário da doação (BRASIL, 2019).

Conforme essa resolução todos os recursos financeiros devem obrigatoriamente passar pela conta bancária específica, recursos eleitorais, fundo partidário e fundo especial de financiamento de campanha sob pena de reprovação das contas. Vale ressaltar que o candidato pode nomear um administrador financeiro, que pode assumir obrigações burocráticas do quando não possível pelo candidato, incluindo a obrigação de prestar contas em caso de falecimento do candidato.

Rebouças *et al.* (2018), destacam que por exigência do TSE e por meio de um recurso denominado Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE), disponível no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O recibo eleitoral é um dos parâmetros de obrigação em relação à exigência de prestação de contas. Sempre que o candidato ou político recebe um recurso financeiro, ou estimáveis em dinheiro, ou mesmo de origem própria é emitido um recibo documento oficial, inclusive os que foram arrecadados de forma virtual.

O contador no exercício das suas funções acatará os princípios contábeis e legislação eleitoral, registro dos gastos eleitorais devem atender às formalidades quanto à credibilidade dos documentos que atestam os gastos e demais formalidades para o registro principalmente referente a data de emissão do documento.



2.3 SISTEMA DE PRESTAÇÃO DE CONTA ELEITORAL – SPCE

A Justiça Eleitoral exige que as prestações de contas sejam realizadas por meio do programa específico desenvolvido para esta finalidade, denominado de Sistema de Prestação de Contas Eleitorais – SPCE. Para proceder com os registros corretos dos atos financeiros da campanha o SPCE exige que o responsável financeiro ou o contador da campanha tenham conhecimentos específicos referente à legislação eleitoral. Os partidos políticos e candidatos prestaram contas de toda sua movimentação financeira de campanha por meio do sistema. A prestação de contas é enviada por partido e candidato.

Serão enviados de forma digitalizada relatórios financeiros composto por recursos em dinheiro recebido para financiar a campanha eleitoral, com prazo de 72 horas a contar da data do crédito da doação na conta bancária para remeter ao TSE. Na prestação de contas final enviada ao TSE através do SPCE deve conter toda movimentação financeira realizada desde o início de campanha e será protocolado junto à justiça eleitoral conforme define resolução TSE 23.607/2019.

Todos os órgãos partidários e candidatos que participarem diretamente das eleições devem prestar contas à Justiça Eleitoral, através do SPCE de forma direta ou por meio de pessoa designada para a administração financeira da campanha, e obrigatoriamente o processo deve ser acompanhado por um profissional de contabilidade devidamente habilitado para esta finalidade.

De acordo com Santos Filho (2020) buscar incessantemente conhecimento sobre o financiamento público das campanhas eleitorais e transparência das contas eleitorais são formas de mostrar para o cidadão conhecimento de sua capacidade como contador, zelo pelo ente público evitando práticas ilícitas.

Em relação a renúncia ou desistência da candidatura, o parágrafo 6º, artigo 45 da Resolução TSE nº 23.607 define que:

Art. 45, § 6º O candidato que renunciar à candidatura, dela desistir, for substituído ou tiver o registro indeferido pela Justiça Eleitoral deve prestar contas em relação ao período em que participou do processo eleitoral, mesmo que não tenha realizado campanha (BRASIL, 2019).

O candidato que renunciar à candidatura, desistir, for substituído ou tiver seu registro indeferido pela Justiça Eleitoral deve prestar contas correspondentes ao período em que participou do processo eleitoral, ainda que não tenha realizado campanha. No caso de falecimento do candidato, deve o administrador financeiro prestar as contas ou, na ausência dele, devendo fazer a respectiva direção partidária. Todos que participarem da disputa eleitoral devem prestar contas.

No caso de sobras financeiras de campanha as mesmas devem ser transferidas para o para a conta bancária do diretório municipal no de eleição municipal, o qual será responsável pela identificação desses recursos, sua utilização e contabilização e respectiva prestação de contas no juízo eleitoral correspondente. Se eventualmente não efetivar o recebimento das sobras de campanha até o prazo estabelecido para as prestações de contas à Justiça Eleitoral órgãos previstos na Resolução nº 23.604, de 17 de dezembro



de 2019, reconhecer, contabilmente, o direito ao recebimento dessas sobras, identificando os candidatos que estiverem obrigados à devolução (BRASIL, 2019).

Os relatórios e informações geradas e transmitidas pelo SPCE ficarão disponíveis pela Justiça Eleitoral em sua página na internet para que os eleitores e a sociedade em geral possam acompanhar os gastos eleitorais dos candidatos e dos partidos políticos.

3 METODOLOGIA

A abordagem quantitativa é majoritária nas pesquisas das Ciências Contábeis, sobretudo no ramo de prestação de conta (FREZATTI *et al.*, 2015). No entanto, segundo Basri (2014), a abordagem qualitativa vem crescendo, considerando que esse tipo de abordagem oferece análises capazes de desenvolver uma explicação teórica tão relevante quanto a validação de testes e hipóteses para a prática da contabilidade.

Considerando as características da pesquisa qualitativa, sendo uma delas o desenvolvimento da reflexão decorrente dos estudos (BEUERN, 2012; DENZIN; LINCOLN, 2006; GIL, 1999), esta pesquisa se enquadra na abordagem qualitativa. Nela foi desenvolvida uma análise descritiva dos fatos pesquisados.

Utilizou-se como instrumento para coleta de dados um questionário com perguntas abertas e fechadas, aplicado a um grupo de quatro (04) contadores que trabalharam nas eleições de 2020 no interior do Rio Grande do Norte. Mediante as restrições sanitárias impostas pela pandemia de Covid-19, os questionários foram enviados de forma remota, onde cada profissional respondeu o questionário e enviou suas respostas por e-mail. Após a devolutiva dos respondentes foi feita a compilação das respostas e em seguida a análise qualitativa. De modo a garantir o anonimato e a ética da pesquisa, os respondentes estão nomeados Contador 1, Contador 2, Contador 3 e Contador 4.

Além disso, aplicou-se o procedimento de levantamento de teorias e estudos já publicadas, pesquisa documental em plataformas e portais públicos do TSE. Uma das plataformas utilizadas foi o Sistema de Prestação de Conta Eleitoral (SPCE) com funcionamento *on-line* 24 horas por dia. Por meio desse sistema é registrada a prestação de contas dos candidatos. Nesse sistema é possível registrar, coletar informações e ver o histórico da movimentação bancária do candidato e dos partidos políticos, além da relação de contadores que trabalharam nas últimas eleições.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Do ponto de vista dos contadores é analisada a realização de prestações de contas eleitorais, a partir da instituição da Lei Federal 9.504/1997 (Lei de Eleições). Sendo assim, a primeira questão objetivou identificar quais das opções melhor descrevia o papel da contabilidade eleitoral a partir de cinco opções: A - Ramo da Contabilidade que auxilia o Contabilista em todo o processo de prestação de contas; B - Com a observância da legislação eleitoral, permite aos contabilistas e partidos políticos a transparência do processo eleitoral; C - É um ramo da Contabilidade que está em franca ascensão e que requer zelo e dedicação do profissional da contabilidade; D - Muito embora seja uma área



nova da contabilidade, pode dar visibilidade ao profissional da área contábil; E - Outros), a opinião dos respondentes sobre a importância do papel da Contabilidade Eleitoral na prestação de contas eleitorais, assim como os motivos que eles elencaram para tal importância.

Para todos os respondentes a Contabilidade Eleitoral desempenha sim um papel relevante. Das motivações elencadas, o Contador 1, elencou a opção A, o Contador 2, as opções A e B. Já para o Contador 3 e o Contador 4, as motivações A, B, C e D são relevantes.

Entre as motivações, encontrou-se concordância entre todos os contadores no que diz respeito a considerar a contabilidade eleitoral um ramo da contabilidade que auxilia o contabilista em todo o processo de prestação de contas. Contribui para a transparência do processo eleitoral está presente nas motivações elencadas pelos Contadores 2, 3 e 4. Essas motivações corroboram o entendimento do CFC (2016), quando afirma que a Contabilidade Eleitoral é um novo ramo da contabilidade e que somente por meio das Ciências Contábeis “é possível chegar à transparência nos processos eleitorais” (CFC, 2016, p. 9). Esses avanços também, segundo Porto (2017), são fatos relevantes para o combate à corrupção e abuso de poder econômico.

Na segunda questão buscou-se analisar quais mudanças e avanços a Lei de Eleições provocou na vida profissional do contador. Para o Contador 3, um dos avanços diz respeito à valorização do profissional de contabilidade, conforme pode se observar no excerto seguinte.

“A cada eleição a legislação vem se aperfeiçoando. O principal avanço foi o fato de ser obrigatório o acompanhamento do contabilista nas prestações de contas, aumentando a responsabilidade do mesmo. Com isso, veio a valorização do profissional da contabilidade” (Contador 3).

O discurso do Contador 4 também apontou que um dos avanços foi a valorização do contador, que se deu com a obrigatoriedade da profissionalização das prestações de contas eleitorais, conforme é possível conferir neste excerto de discurso:

Deu-se a valorização do profissional e a profissionalização da prestação de contas eleitoral (Contador 4).

Percebe-se, tanto no discurso do Contador 3 quanto no do Contador 4 que a obrigatoriedade do trabalho de um contabilista nas prestações de contas eleitorais imposta pela legislação aumentou a valorização do profissional. Essa valorização profissional também é destacada por Cipitelli (2020, p. 25), apontando que a profissão de contabilista “tem sido uma ferramenta significativa dentro dos partidos políticos”.

Já para o Contador 1 e o Contador 2, são apontados como avanços e mudanças, a redução do trabalho manual do profissional, conforme pode se observar nos excertos de discursos a seguir.

Mudanças positivas, pois facilitou o trabalho devido ao avanço da tecnologia. Antes era tudo extremamente manual (Contador 1).



Ocorreram várias mudanças positivas, pois o trabalho do contabilista reduziu e ficou mais transparente (Contador 2).

A redução do trabalho manual está relacionada à obrigatoriedade da utilização de sistemas informatizados, especificamente o Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE), previsto na resolução do TSE n. 23.376/2012.

A terceira questão buscou discutir as atribuições do contador na prestação de conta eleitoral e os conhecimentos teóricos e técnicos exigidos para essas atribuições.

Conforme o discurso do Contador 1:

O estudo aprofundado da legislação porque somente dessa maneira é possível executar o trabalho de prestação de contas eleitorais com excelência confirma a necessidade de conhecimento teórico e técnico enquanto atribuições necessárias para desempenhar a tarefa de prestação de contas eleitorais (Contador 1).

Esse discurso corrobora com o entendimento de Souza (2014) sobre o princípio da competência. O Contador 2 também compartilha da compreensão de Souza (2014), afirmando em seu discurso que “o contador tem a atribuição de auxiliar, organizar e informar junto ao SPCE as prestações de contas, conhecer o correto funcionamento do sistema e a legislação eleitoral” (Contador 2).

Já o Contador 3 entende que o contador deve se responsabilizar pelo planejamento, acompanhamento e controle das prestações de contas eleitorais, conhecer profundamente a legislação eleitoral, em específico a voltada para a prestação de contas, alinhadas às orientações do Conselho Federal de Contabilidade (2020).

Conforme o Contador 4, as prestações de contas eleitorais devem ser elaboradas conforme prevista em lei como pode ser observado no trecho a seguir:

Elaborar as orientações conforme legislação vigente, ter conhecimentos de casos que possam vir a dificultar o andamento do processo diário dos atos e fatos necessários à correta contabilidade (Contador 4).

O discurso do Contador 4, assim como todos os dos outros respondentes, encontram semelhança no que afirma Souza (2014) quando diz que ao acompanhar as prestações de contas eleitorais, o contador deve se basear sempre no princípio da competência e na missão de orientar o candidato.

Observando os discursos dos respondentes conclui-se que é primordial conhecer os aspectos jurídicos, zelar pelo profissionalismo, se capacitar e realizar as prestações de contas sempre baseado na resolução do TSE.

De acordo com Freitas (2016), a evidenciação das informações de recursos de campanha, a transparência nas prestações de contas eleitorais é essencial para os candidatos, para os partidos políticos e, principalmente, para a sociedade. Desse modo, com a questão 4 buscou-se compreender como o contador pode contribuir para essa transparência.

Para o Contador 3, essa contribuição pode ser possível orientando e acompanhando todos os atos de campanha, além de interagir com toda a equipe do



candidato. Essa interação com a equipe do candidato é fundamental, visto que é essa equipe que faz o contato com os fornecedores e auxilia o candidato na execução das despesas.

A opinião do Contador 3 se assemelha com a opinião do Contador 2, quando o mesmo afirmou que “mostrando ao candidato o que pode ser feito ou não conforme a Lei Federal o contador pode contribuir para a transparência”. Essas orientações só são possíveis, segundo a opinião do Contador 4, “estando sempre bem-informado sobre as regras”. De fato, o conhecimento das regras é parte das atribuições do contador e seu papel no cumprimento da lei, conforme preconiza o Manual do CFC (2020).

A partir dos depoimentos dos contadores, é possível concluir que o contador é o elo que garante transparência entre os partidos e a sociedade, conforme descreveu o Contador 1. Para melhor visualização, transcreve-se a seguir o discurso do Contador 1.

(...) o contador servirá como elo de ligação entre candidatos/partidos e as prestações de contas à sociedade (Contador 1).

Diante dos relatos abordados pelos contadores nota-se que o contador é imprescindível sua participação nas prestações de contas eleitorais para orientar, acompanhar para o correto cumprimento da lei, concordando com o que diz Rebouças *et al.* (2018), onde o mesmo afirma que é evidente a participação do profissional de contabilidade nas prestações de contas eleitorais pelo conhecimento inerente a sua formação.

O foco da questão 5 foi saber quais as necessidades dos candidatos e partidos políticos terem ciência do papel do contador.

Ao analisar essa questão deparou-se com a semelhança dos discursos dos contadores, conforme pode ser observado nos excertos de fala que seguem.

Muitas necessidades para poder saber o que pode ser feito durante a campanha para não os prejudicar (Contador 1).

O contador é necessário para a prestação de contas poder ser aprovada e não gerar problema ao candidato (Contador 2).

É necessário conhecer as regras eleitorais para que não se tenha problemas perante à justiça eleitoral (Contador 3).

Ao analisar os discursos dos Contadores 1, 2 e 3 percebe-se que todos apontam que terem ciência do papel do contador podem contribuir para não serem prejudicados, consoante o que afirma o Contador 3 é necessário conhecer as regras, portanto, segui-las, para não ter problemas perante a justiça eleitoral.

No excerto seguinte, observa-se o discurso do Contador 4.

Embora seja corresponsável pelas informações, o contador não toma decisões, apenas orienta e registra os fatos e atos planejados pelo candidato.



Esse pensamento é exatamente preconizando o Art. 21 da Lei no 9.504/1997, a Lei de Eleições, cabendo ao candidato a responsabilidade pela veracidade das informações financeiras e contábeis de sua campanha.

Sobre os cuidados do contador para que os candidatos e partidos políticos cumpram a legislação, em especial a Resolução do TSE n. 23.607/2019, foi o enfoque da questão 6.

Para o Contador 1, um dos cuidados envolve garantir que sejam seguidas as regras impostas pela legislação, conforme pode ser observado em seu discurso a seguir:

Ler e compreender o que a resolução impõe para que possa ser seguido à risca todas as informações (Contador 1).

O cuidado voltado para o cumprimento da legislação é unânime entre todos os respondentes. O Contador 4, acrescenta o cuidado em conscientizar os candidatos. Esse cuidado descrito pelo Contador 4 demonstra uma preocupação para além das atribuições obrigatórias do contador. Há nesse depoimento uma preocupação que se estende à aos deveres de cidadão que é a conscientização do candidato, que em princípio é uma obrigação de órgãos ligados à justiça eleitoral.

Os depoimentos dos respondentes, no sentido dos cuidados necessários para o cumprimento da resolução do TSE nº 23.607/2019, corroboram com Porto (2017) sobre a necessidade do aperfeiçoamento do contador é necessário a capacitação e orientação com palestras e seminários sobre o tema na prestação de contas eleitorais.

Saber qual a importância das normas de contabilidade eleitoral e partidária e da obrigatoriedade do contador nas prestações de contas foi o intuito da questão 7.

Para melhor compreensão, expõe-se a seguir os discursos dos Contadores 1, 3 e 4, que mencionam a transparência como resultado das normas impostas na Lei de Eleições.

Se não houvesse as normas e a obrigatoriedade de ser executado por um contador registrado, qualquer cidadão poderia fazer essa prestação de contas e acabar prejudicando a transparência da informação (Contador 1).

É importante as normas de contabilidade eleitoral e partidária quanto a obrigatoriedade do contador nas prestações de contas para dar a devida transparência nas contas eleitorais (Contador 3).

A prestação de contas é um dos aspectos de maior responsabilidade e seriedade que os candidatos e partidos políticos devem levar em consideração no processo de transparência perante a sociedade (Contador 4).

Com a observação dos discursos dos respondentes da pesquisa, conclui-se que, para os contadores, as normas impostas e a obrigatoriedade do acompanhamento por um contador nas prestações de contas eleitorais contribuíram principalmente para garantir transparência nas contas eleitorais, concordando com Porto (2017), quando afirma que o avanço da normatização sobre o uso de recursos no uso de campanhas eleitorais foi um dos fatores chaves para a evolução da Contabilidade Eleitoral.

Complementando a afirmação dos estudos de Porto (2017), o Contador 2, enfatiza que o contador é a pessoa capacitada para orientar o candidato, opina que a existência das



normas contribui para que candidatos e partidos compreendam que a prestação de contas é obrigatória no processo eleitoral e pode garantir a transparência e fortalecimento da democracia no país.

A Resolução TSE 23.533/2017 torna obrigatória a assinatura do contador responsável pela prestação em conjunto com a assinatura de um advogado. Sobre a opinião dos contadores a respeito dessa exigência foi o foco da questão 8.

Para todos os contadores, essa obrigação é necessária para garantir um trabalho executado com a qualidade exigida. Para melhor visualização de todas as opiniões, descreve-se a seguir os relatos dos Contadores 1, 2, 3 e 4.

Essa exigência torna-se necessária, caso contrário, outras pessoas sem o conhecimento devido da área, fariam o trabalho sem a devida classificação (Contador 1).

A minha opinião é que essa obrigação está correta, pois sem essa obrigatoriedade qualquer pessoa iria fazer esse trabalho e conseqüentemente iriam ocorrer muitos problemas (Contador 2).

Acho importante, porque esses profissionais detêm o conhecimento técnico e são responsáveis pelo êxito nas prestações de contas (Contador 3).

Demonstra a necessidade de ter pessoas capacitadas para as orientações corretas quanto às exigências das normas (Contador 4).

As opiniões demonstram que a prestação de contas eleitorais exige conhecimento contábil e jurídico, o que requer uma equipe composta por profissionais qualificados para efetivar o cumprimento da Resolução TSE 23.533/2017.

Ter um advogado na equipe que cuida das prestações de contas do candidato é meritório, uma vez que ele é o profissional dotado do poder processual que lhe permite levar os fatos e provas contábeis ao conhecimento e apreciação da Justiça Eleitoral.

Além disso, uma prestação de contas com a supervisão de um contador e de um advogado pode-se apresentar para a Justiça Eleitoral em melhores condições para ser analisada, evitando atrasos devido à falta de algum procedimento ou documentos necessários para o julgamento das contas do candidato.

Na questão 9, buscou-se compreender o papel do contador no processo de prestação de contas eleitorais. Foi apresentado quatro opções de múltipla escolha (a) Realizar previamente à campanha o planejamento financeiro e operacional; (b) Treinar sua equipe e à equipe dos candidatos; (c) Orientar e acompanhar todos os atos da campanha, dando suporte aos demais setores da campanha; (d) Registrar todos os fatos contábeis existentes numa campanha eleitoral;), de modo que os respondentes apontassem qual(is) delas apresentava uma boa definição desse papel. Todos os contadores responderam que todas as alternativas representam o papel do contador nas prestações de contas.

Todas as alternativas incluem as competências planejar, treinar, orientar e registrar atos contábeis. Essas competências exigem conhecimentos contábeis de ordem teórica e técnica. Considerando essa competência técnica e teórica, mas também as



competências jurídicas, a chamada minirreforma política, determinou expressamente a obrigatoriedade da contratação de um profissional de contabilidade com registro no Conselho Regional de Contabilidade e de um advogado com registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

De acordo com Rocha (2016), o contador assume o papel e responsabilidade de gerar informações de todas as operações realizadas por uma empresa, assim como demonstrar os resultados para o processo de tomada de decisão pelos administradores da empresa e demais usuários. Isso demonstra que o contador cumpre um papel na sociedade, tendo a responsabilidade em gerar informações úteis à sociedade, a partir da excelência do seu trabalho, e contribuir com a democracia e as transformações de uma nação.

O questionário finaliza buscando saber o quão relevante é a contratação de um bom contabilista para assessorar a prestação de contas eleitorais. Segundo Santos Filho (2020), a busca incansável pelo aprimoramento na questão do financiamento público das campanhas eleitorais e da transparência das contas eleitorais traz ao cidadão formas de conhecer melhor o candidato e coibir práticas ilícitas. Nesse aspecto, o contador é o profissional que pode contribuir para garantir essa transparência. Isso torna extremamente relevante a contratação de profissionais qualificados para desempenhar essa função, de modo que os candidatos cumpram a lei e tenham aprovadas as suas contas de campanha no processo eleitoral.

Corroborando o pensamento de Santos Filho (2020), descreve-se a seguir o relato do Contador 3 que é relevante a contratação de um contabilista nas prestações de contas eleitorais porque é o contador o profissional que tem o conhecimento necessário tanto sobre a legislação eleitoral quanto a qualificação e experiência do trabalho de contabilidade eleitoral. O depoimento explicita a opinião do Contador 3.

Porque ele [o contador] detém um conhecimento técnico acerca da legislação eleitoral, além de conhecer a importância da contabilidade no contexto sobre as prestações de contas.

O Contador 3 ainda fala sobre a relevância da contabilidade no contexto da contabilidade eleitoral, o que demonstra que esse profissional conhece suas atribuições no processo de prestação de contas e reconhece que a prática contábil precisa adequar-se ao contexto de prestação de conta eleitoral que envolve gastos de recursos públicos.

Para Freitas (2016), a prestação de contas eleitorais significa a evidenciação dos recursos arrecadados e dos gastos realizados na campanha eleitoral apresentada por candidatos e partidos políticos a fim de cumprir a determinação da Justiça Eleitoral.

Portanto, o contador é esse profissional que tem a competência para orientar, planejar, registrar e sistematizar os atos e fatos da contabilidade eleitoral, o que torna altamente relevante a contratação desse profissional para auxiliar no processo da prestação de conta eleitoral, apoiar e planejar o financiamento da campanha e identificar os gastos dentro dos limites determinados por lei. Isso tudo contribui para fortalecer a democracia do país e a valorização do profissional de contabilidade.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a relevância do contador nos processos de prestação de conta eleitoral foi o objetivo desta pesquisa. São com estudos como este, que ao fazer uma análise sobre a relevância do contador em processos de prestação de conta eleitoral, contribui para fortalecer as pesquisas em Ciências Contábeis aplicadas ao sistema eleitoral.

Se ancorando nas Ciências Contábeis, especificamente no ramo da Contabilidade Eleitoral, identificou-se intersecção e sinergia entre diferentes categorias profissionais, mas sobretudo nos postulados jurídico-contábeis, considerando as várias resoluções de modo a atender exigências contábeis.

Os principais resultados evidenciam que a participação do contador nos processos de prestação de contas eleitorais aponta que: houve garantia de maior transparência dos processos de prestação de contas eleitorais, fortalecendo, portanto, a democracia brasileira. Identificou-se que a contabilidade eleitoral é um ramo promissor na carreira contábil, a partir da exigência de qualificação técnica especializada e conhecimentos específicos da área contábil, fiscal e tributária.

A Contabilidade Eleitoral cumpre a função de gerar informações essenciais para auxiliar os candidatos e partidos políticos no planejamento e acompanhamento de gastos de campanha eleitoral; a Contabilidade Eleitoral é uma ciência necessária no processo de registro, controle e transparência das contas eleitorais, tornando de fundamental importância a participação profissional da contabilidade durante todo o processo da eleição, desde o seu planejamento, visto que a Justiça Eleitoral definiu o limite de gastos para os candidatos, antes definido pelos próprios partidos políticos.

Desse modo, a atuação do contador nos processos de prestação de conta eleitoral vem possibilitando uma visão técnica e científica para o conjunto de informações necessárias a uma correta utilização e registro dos gastos de campanha eleitoral. Isso resulta na exigência de capacidade e qualificação técnica da equipe envolvida no processo, seja treinamento, conhecimento em auditoria, orientação sobre arrecadação e gastos de campanha, o registro e sistematização dos atos e fatos contábeis. Com isso, permite ao TSE otimização do tempo e uma análise técnica dos gastos de campanha.

Nessa perspectiva, a obrigatoriedade da contratação de um contador devidamente registrado no conselho da categoria, instituída pela Lei de Eleições, ocorreu uma valorização da profissão contábil, levando o contador a cumprir o papel de ser uma peça fundamental na integração candidato, Justiça Eleitoral e sociedade.

O seu papel contribui para a transparência nos processos eleitorais e, conseqüentemente, fortalece as ferramentas de democracia no país. Nesse sentido, ocorre o reconhecimento do papel do contador na transparência nos processos eleitorais e, conseqüentemente, no combate à corrupção e ao abuso de poder econômico por parte dos candidatos. Essa transparência é fundamental para os candidatos, para os partidos políticos e, essencial para o fortalecimento da democracia no Brasil. A informatização trouxe mudanças positivas diminuindo o risco de possíveis falhas que, por ventura, possam acontecer no decorrer do trabalho do contador trazendo resultados com excelência das contas públicas.



As exigências foram aumentando à medida que a lei foi sendo colocada em prática. Em 2004, foi instituída a obrigatoriedade da informatização do processo através da criação do Sistema de Prestação de Contas Eleitoral (SPCE). Junto a regulamentação do SPCE veio a obrigatoriedade dos candidatos se inscreverem no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) com o intuito de garantir maior controle da movimentação dos recursos financeiros executados na eleição. Em 2006, com a chamada minirreforma eleitoral, resultante da aprovação da Lei n. 11.300/2006, vieram mais mudanças. A minirreforma introduziu mudanças, no que diz respeito à contabilidade, a disciplina da arrecadação, aplicação dos recursos e prestação de contas parciais durante as campanhas eleitorais.

A Contabilidade Eleitoral é necessária no processo de registro, controle e transparência das contas eleitorais, é fundamental a participação profissional da contabilidade durante todo o processo da eleição, desde o seu planejamento, visto que a Justiça eleitoral definiu o Limite de Gastos para os candidatos, antes definido pelos próprios partidos políticos. Com a obrigatoriedade da contratação de um contador devidamente registrado no conselho da categoria, instituída pela Lei de Eleições, ocorreu uma valorização da profissão contábil, apontando que a profissão contábil pode ser uma ferramenta relevante nos partidos políticos para garantir excelência nas prestações de contas eleitorais.

Um das limitações encontradas nesta pesquisa foi encontrar um estado da arte sobre a temática, o que aqui já sugere como questão para futuras pesquisas. Propõe-se ainda pesquisas que abranjam o papel do administrador financeiro enquanto um profissional para auxiliar os candidatos e agilizar as tarefas do contador. Outra proposta de pesquisa, refere-se à percepção dos candidatos em relação a significância de ter um contador para a prestação das contas eleitorais.

REFERÊNCIAS

BASRI, H. Using Qualitative Research in Accounting and Management Studies: Not a New Agenda. **Jornal Of Us-china Public Administration**, v. 11, n. 10, p.831- 838, out. 2014. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/314390437_Using_Qualitative_Research_in_Accounting_and_Management_Studies_Not_a_New_Agenda>. Acesso em: 11 fev. 2021.

BRASIL. Lei Nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. **Contabilidade Partidária**. Poder executivo, Brasília, DF, 19 set. 1995

BRASIL. **Resolução 23.607, de 17 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições, Tribunal Superior Eleitoral, Brasília, DF, 17 dez. 2019.

BEUREN, I. M. *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.



DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento a pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

SANTOS FILHO, H. *et al.* (Coordenadores) **Contabilidade eleitoral: Aspectos Contábeis e Jurídicos – Eleições 2020** - Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2020.

FREITAS, L. R. A. **O papel do contador no processo de prestação de contas de campanha eleitoral: um estudo de caso**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis), Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

FREZATTI, F. *et al.* A pesquisa em Contabilidade Gerencial no Brasil: desenvolvimento, dificuldades e oportunidades. **Revista Universo Contábil**, v. 11, n. 1, p.47-68, mar. 2015. Disponível em:
<<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/4774>> Acesso em: 22 fev. 2021

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MATTOS, J. J. A; MENDES, B.; RIOS, D. O. **Partidas Dobradas - Eleições 2014 - Contabilidade Necessária – 3ª edição – Brasília – DF**, 2014.

PORTO, A. R. **O papel do profissional de contabilidade nas prestações contas eleitorais 2016**. Semana Acadêmica. Revista Científica, Fortaleza, v. 1. 2016.

ROCHA, M. S. **O Papel do Contador na Prestação de Contas Eleitorais**. R. Gest. Anál., Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 115-123, jul./dez. 2016

SOUZA, Katiele Ferreira de. **Contabilidade Eleitoral: Uma Visão do Contador**. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro: UFF, 2014.

SOUSA, C. E.; DINIZ FILHO, J. W. F. Contabilidade e prestação de contas eleitoral: um estudo da prestação de contas eleitorais do município de São Luís do Maranhão. **RAGC**, v.6, n.23, p.1-15/2018. Disponível em<<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/1073/895>> Acesso em: 05 de fev. 2021.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



ANÁLISE DE CRÉDITO E COBRANÇA COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO DA INADIMPLÊNCIA: estudo multicaso em instituições financeiras de Mossoró-RN

Natalia Patrícia Freitas

Graduanda em Ciências Contábeis pela FCRN

E-mail: pathi.freitas@icloud.com

Iranilma de Arruda Moura

Graduanda em Ciências Contábeis pela FCRN

E-mail: iranilmamoura@gmail.com

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorando em Administração e Controladoria pela UFC

E-mail: italocarlos25@gmail.com

RESUMO

A política de crédito e cobrança é uma ferramenta importante e garante a saúde financeira da empresa, pois contribui para a diminuição da inadimplência. Desta forma, este trabalho teve como objetivo identificar a estrutura e o funcionamento da análise de crédito e cobrança em instituições financeiras de Mossoró/RN. Para tanto, desenvolveu-se um estudo de caráter descritivo e de natureza qualitativa, mediante um estudo de caso. Os resultados permitem concluir, dentre outros aspectos que a análise de crédito e cobrança como ferramenta de prevenção da inadimplência é de fundamental importância a fim de evitar perdas estimadas de seus ativos. A pesquisa mostra a importância sobre a qualificação e especialização de seus profissionais, tanto na questão de análise de crédito quanto na cobrança, conforme dados colhidos nas entrevistas. Desta forma, a pesquisa apresenta contribuições de cunho prático ao analisar aspectos voltados a instituições financeiras, vindo a contribuir em melhorias na questão de prospecção, análise e ao final com a cobrança vindo a ter obter retornos positivos.

Palavras-chave: Análise de crédito. Cobrança. Inadimplência.

1 INTRODUÇÃO

Para manter-se de forma competitiva no mercado, as empresas utilizam de instituições financeiras para que consigam cumprir com as obrigações, já que algumas delas não conseguem com os seus próprios recursos, contando assim com as instituições financeiras, através das concessões de crédito, que disponibilizam ao mercado o que eles de fato necessitam (JULIANI, 2017).



A missão de uma instituição financeira é a de financiar iniciativas produtivas auferindo um retorno compatível com os riscos envolvidos nos empréstimos. A concessão de crédito requer análise e, com a competitividade do mercado, conseqüentemente há uma necessidade de uma rapidez para assim manter uma carteira de clientes e captação de novos clientes. Além da rapidez, é importante ressaltar que a assertividade e a gestão de riscos são elementos chaves na análise e concessão de crédito (RODRIGUES 2019; SCHRICKEL, 1998).

A análise de crédito que é realizada, como por exemplo o tipo de crédito concedido, capacidade de pagamento, garantias nas operações, perfil do cliente, contribuem de forma direta para o nível de inadimplência das instituições (MYSCZAK, 2019). Santos (2011) afirma que se deve monitorar continuamente o pagamento de clientes, com o suporte das ferramentas de análise de crédito e a cobrança afim de investigar se ocorreram registros de restrições que possam afetar sua capacidade de pagamento, e em certos casos, fazer com que o cliente se torne inadimplente, influenciando diretamente nos resultados econômicos e financeiros da empresa e conseqüentemente em seu planejamento estratégico.

Neste sentido, um papel de fundamental importância são as ferramentas de cobrança, pois as empresas com problemas de fluxo de caixa são as que mais sofrem com a falta de créditos, pois não conseguem honrar seus compromissos, tendo que buscar outros tipos de recursos. Por isso, é importante desenvolver estratégias na política de crédito e cobrança que possam prevenir os danos causados pela inadimplência (ASSAF NETO; SILVA, 2003).

Além disso, para Silva (2008) o processo de cobrança das empresas também precisa estar bem estruturado para tentar resolver as situações da melhor maneira e o mais rápido possível, diminuindo, com isso, os problemas de inadimplência e evitando que um novo crédito seja concedido a um cliente em atraso. Com isso, entende-se que a confiança entre cliente e credor, com base na análise, que terá a finalidade de identificar, analisar e sistematizar as informações de modo que sejam sólidas o bastante para assim a instituição conceder o crédito com o menor risco.

Diante das informações apresentadas, o presente estudo busca responder a seguinte pergunta: **Qual a estrutura e o funcionamento da análise de crédito e cobrança em instituições financeiras de Mossoró-RN?** Desta forma, o objetivo geral desta pesquisa consiste identificar a estrutura e o funcionamento da análise de crédito e cobrança em instituições financeiras de Mossoró/RN.

A política de crédito e cobrança é uma ferramenta importante e garante a saúde financeira da empresa, pois contribui para a diminuição da inadimplência (BONETTI; BUSSOLO; SCHLICKMANN, 2017 p. 01). Desta forma, o estudo em questão justifica-se por buscar compreender o processo de análise e cobrança afim de melhores resultados, evitando maior inadimplência e assim contribuir com maiores informações nas concessões de créditos. Assim, a importância desta pesquisa se deve a contribuir com uma eficácia diferenciada do que é visto no mercado, dando a devida importância à uma análise criteriosa para redução na inadimplência e o trabalho de uma cobrança focada em bons resultados.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este tópico tem como finalidade apresentar o referencial teórico que servirá de suporte para o desenvolvimento da pesquisa. Inicialmente, a ênfase será dada na análise de crédito e cobrança, discutindo-se seus aspectos fundamentais; e em seguida, serão apresentados estudos anteriores sobre o tema.

2.1 ANÁLISE DE CRÉDITO

No sistema de crédito e cobrança, na montagem ou criação devem ser estabelecidos critérios e procedimentos que possam ser usados na concessão ou não do crédito, sempre de acordo com a real situação do cliente/associado tomador do crédito e assim estipular de acordo com as informações prazos e limites para suas compras (GIROTTO, 2019).

O tema “crédito” nas instituições financeiras é fundamental para a economia de qualquer país, pois possibilita o financiamento de empresas. A principal fonte de receita das referidas instituições são os empréstimos e financiamentos e isto exige que essas estejam preparadas para decidir com rapidez e segurança, uma vez que as decisões de crédito envolvem riscos (MAGALHÃES, 2017).

A análise de crédito parte do princípio em que o credor corre risco de perder os créditos cedidos em uma operação. Conforme Deferrari (2014) esse risco é confrontado com a oportunidade de ganho, quando o risco de perder é maior que a oportunidade de ganhar, a operação não se realiza.

De acordo com Juver (2021) é através da análise de risco de um devedor ou de uma operação de crédito que se torna possível a tomada de decisões, que objetivam a proteção da instituição de determinadas situações desfavoráveis, pois após a concessão do crédito, o cenário pode se alterar para o devedor.

O risco está presente em todas as áreas organizacionais. Porém, na área de finanças assume uma importância muito grande. Os riscos vinculados ao mercado financeiro denotam a forma que as instituições se comportam, e assumem a condição de principal agente de resultados. Todo esse processo de análise antes da concessão de qualquer tipo de crédito, serve para a diminuição dos índices de inadimplência, pois, algo bem analisado e proposto ao cliente com o consentimento do mesmo, não trará problemas futuros a nenhuma das partes (GORALSKI; DUARTE; HAHN, 2019).

A análise de crédito envolve a habilidade de fazer uma decisão de crédito, dentro de um cenário de incertezas e constantes mutações e informações incompletas. Conforme Giroto (2019) há a necessidade de se obter o maior número de informações do cliente, para que se possa fazer uma melhor análise do crédito, ferramenta essencial para fazer a liberação ou não do crédito, e assim diminuir os riscos da concessão do mesmo.

De acordo com Silva, Brandão e Borsatto (2019) ao conceder crédito às empresas necessitam de aparato capazes de auxiliar sua tomada de decisão, que nesse caso é conceder ou não o prazo. Mendes (2016) afirma que a análise de crédito é a base de informação que dá subsídio a tomada de decisão em relação a concessão de crédito. Ou



seja quanto mais rígidos os critérios de concessão, menor será o investimento nas carteiras de empréstimos, o que diminuirá o risco de inadimplência.

Devido as constantes alterações e incertezas, e por vezes, pelo uso de informações incompletas, a análise de crédito deve centrar-se em atenção ao passado do cliente. No caso de empresas, são utilizadas as demonstrações contábeis, bem como os indicadores de desempenho delas retirados. Conforme Mendes (2016) para análise sobre a capacidade creditícia de um cliente, são utilizadas diretrizes tradicionais e subjetivas, chamadas de C's do crédito

Os 5 C's do crédito resumidamente explica-se a importância de cada uma, e mostra que são fundamentais para uma análise mais criteriosa. Para melhor entendimento e visualização, o Quadro 1 apresenta os principais aspectos sobre os C's do crédito.

Quadro 1: Principais aspectos dos C's do crédito

C's do crédito	Principais aspectos
Caráter	Poderá ser analisado o histórico cadastral do cliente, em bancos e fornecedores, conhecendo os hábitos do cliente, e seu comportamento nos prazos estabelecidos, essas informações podem de mostrar o caráter do indivíduo
Capacidade	É o potencial do cliente para honrar o crédito tomado, a condição do tomador em honrar seus compromissos, mesmo as melhores intenções não podem compensar a falta de capacidade financeira.
Capital	Tem por objetivo mostrar a situação econômica e financeira do tomador de crédito, é por ela que tomamos conhecimento das fontes dos recursos de que se vale a empresa, onde foram obtidos e aplicados.
Condições	Para se fazer uma análise de crédito, são consideradas, as condições econômicas, empresariais dentre outras. Estas avaliações podem ser obtidas através dos demonstrativos econômicos/financeiros, defasados de alguns meses, já que a situação do requerente no momento atual pode ser outra
Colateral	Garantias da operação, podendo ser pessoais, reais ou direitos dados em garantia ao pagamento do crédito. As garantias complementam a operação de crédito, devendo-se levar em conta, primeiramente, o caráter e a capacidade do cliente.

Fonte: Adaptado de Mendes (2016).

No Quadro 1 pode-se ver cada especificidade dos 5 C's, e como essas informações facilitam ao credor compreender e avaliar cada uma delas. Após a análise do crédito o credor terá a disposição o maior número de informações seguras, para possibilitar uma melhor análise antes da liberação.

Conforme Feller (2020) a tomada de decisão pode ser considerada como escolha entre alternativas. Para que o processo decisório leve a escolha da melhor opção é necessário conhecimento sobre o que está sendo decidido, o método para tomar a decisão e o uso de instrumentos e técnicas que auxiliem o administrador.

De acordo com Souza (2013) a técnica dos 5 C's é um procedimento que proporciona à empresa análise dos 5 fatores pertinentes a vida de um cliente, podendo assim determinar a capacidade de crédito do cliente e assegurar-se que o total recebimento da venda será concluído.

Toda vez que um cadastro de cliente é analisado a fim de liberar crédito é preciso estar consciente de que o valor pode não retornar para o caixa da empresa, desta forma, aumentando a inadimplência (BRAGA, 2019). Portanto com um aumento da



inadimplência deve-se também pensar em como recuperar esse crédito, o que no caso é com uma cobrança eficaz onde se obterá o retorno do mesmo.

2.2 ANÁLISE DE COBRANÇA

Cobrança é a forma utilizada para se buscar retorno de dinheiro ou capital investido em negociação de crédito. Girotto (2018) fala que a prática da cobrança envolve todos os passos para recebimento dos valores cedidos aos clientes, as diversas formas de recebimento das parcelas, os contatos com os clientes, até que se consiga recuperar os valores investidos em uma concessão de crédito. Este processo precisa ser muito estruturado para buscar resolver rápido e da melhor maneira situações indesejadas, fazendo com que desta forma se diminua a inadimplência e não se conceda crédito a um cliente que esteja em atraso.

A cobrança é parte importante do ciclo do negócio e cada vez mais assume um papel relevante e reconhecido nas organizações e instituições financeiras. Uma cobrança eficiente deve ser implantada junto com a política de crédito, já que as duas são fundamentais no processo final de recebimento, favorecendo as entradas de dinheiro no caixa da empresa e minimizando o risco com inadimplência (SOUZA, 2013).

Feller (2020) fala que a inadimplência ou inadimplemento refere-se ao não cumprimento de uma obrigação, ou seja, quando um credor não vem a realizar o pagamento de sua dívida dentro dos limites acordados. A ocorrência da inadimplência acarreta um comprometimento dos recursos disponíveis no mercado, pois quando um cliente efetua o pagamento de seu crédito tem-se um retorno de capital para esse mercado.

De acordo com Silva (2021) para uma empresa ficar inadimplente existem os riscos externos e internos. Muitas vezes o foco é voltado para o risco externo, mas é preciso analisar se não existe um profissional desqualificado analisando o crédito e aprovando pedidos com grandes riscos ou uma carteira com a concentração de clientes críticos para o mercado.

Com o aumento da inadimplência, as empresas com o segmento de recuperação de crédito estão tomando um espaço no mercado cada vez maior, pois focadas 100% em receber os débitos de seus clientes, conseguem obter resultados satisfatórios, tanto com a cobrança amigável, extrajudicial e judicial. Uma das formas para reduzir a inadimplência é ter uma régua de cobrança estruturada e automatizada. A régua de cobrança possibilita criar formas diferenciadas para cada fase, definindo as abordagens utilizadas em cada momento e levando em consideração o histórico do cliente, o período do atraso, o valor, entre outros fatores. (SILVA, 2021).

De acordo com Silva (2008) a cobrança é parte importante do ciclo do negócio e assume cada vez mais um papel relevante e reconhecido nas organizações empresariais e instituições financeiras. O contínuo desafio das empresas para manter ou aumentar sua participação no mercado requer uma política de cobrança focada em dois vetores principais, ou seja, (i) maximização da cobrança visando melhorar o fluxo de caixa da empresa; e (ii) minimização das perdas de negócios futuros.

O setor de cobrança além de cobrar clientes em atraso, estimulando o fluxo de dinheiro, é também uma das principais peças da empresa no departamento de contas a



receber. É necessário ter em mente que, pior do que não vender é vender e não receber. Empresas bem preparadas devem ter consciência de que a inadimplência pode ser evitada antes mesmo da realização da compra por meio de ações preventivas. A prevenção da inadimplência não é uma tarefa fácil, mas pode ser bem prática quando os procedimentos de segurança e de atenção com o cliente se tornarem mais habituais (BRAGA, 2019).

2.3 ESTUDOS ANTERIORES

Tendo em vista o crescimento das pesquisas sobre a temática nos últimos anos, especialmente em decorrência da necessidade de ferramentas e técnicas de controle eficazes, no Quadro 1 são apresentados estudos empíricos anteriores sobre o tema de Análise de Crédito e Cobrança.

Quadro 1: Estudos anteriores sobre o tema

Autores/Ano	Objetivo	Resultados
Machado e Brandt (2019)	Demonstrar a importância da análise de crédito e cobrança no controle da inadimplência, em que uma distribuidora de cigarros brasileira é a credora e os pequenos empresários e consumidores de cigarros os devedores	A empresa para obter resultados positivos, necessitava da busca por métodos de análise de crédito e cobrança que auxiliassem na tomada de decisão e diminuíssem a inadimplência, como por exemplo, ter prazos mais flexíveis e alternados, quanto ao atendimento de demanda relacionadas a cobrança aderir por mecanismos mais ágeis e inovadores, como o <i>Whatsapp</i> .
Braga (2019)	Tem a finalidade de destacar a importância da administração financeira, evidenciando assim seu conceito e definição	O estudo das finanças tem intuito de compreender e entender o sentido e o significado das mesmas sob a ótica de autores de renome e fazer um panorama sobre o contexto atual
Vieira, Borges e Campos (2020)	Estruturar uma política de crédito para que possa ser utilizada numa empresa, buscando minimizar suas perdas com recebíveis.	Verificou-se que caso a empresa não tenha uma política de crédito estruturada, pode ocasionar aumento da inadimplência e, conseqüentemente, afetar a saúde financeira da empresa.
Vieira, Eyerkauffer e Rengel (2020)	Elaborar uma ferramenta de análise com visão ampla dos riscos envolvidos em uma cooperativa financeira na concessão de crédito	Conclui-se que a análise de crédito na cooperativa investigada apresenta limitações, principalmente quanto aos riscos não identificados previamente à concessão de crédito, portanto, desenvolveu-se um modelo genérico de avaliação ampla de riscos capaz de sanar as fragilidades encontradas.
Silva, Brandão e Borsatto Junior (2021)	Compreender como ocorreu o processo de institucionalização de novas práticas e políticas de concessão de crédito e cobrança.	Constatou-se que a nova postura dos sócios dos gestores e dos funcionários da organização provocaram a institucionalização de novas políticas de concessão de crédito e de cobrança, o que reestabeleceu a saúde financeira da empresa e aprimorou as relações com os clientes.

Fonte: Elaborado pelos autores.



Os estudos acima citados mostram a importância da análise e sua estrutura de política de crédito, assim como a importância da sua gestão, onde passam a analisar e compreender os significados das estruturas evitando assim o aumento das inadimplências. Conclui também a importância de uma cobrança direta e um bom relacionamento com os seus clientes.

A importância de desenvolver essa pesquisa com base em estudos anteriores é de continuar a mostrar o quanto é válido ter na sua empresa uma estrutura bem montada de política de crédito e de cobrança e uma gestão, onde utilizem dessas ferramentas trazendo assim bons resultados para o seu caixa e evitando inadimplência e de propor melhorias e adequações no processo.

3 METODOLOGIA

Quanto à sua natureza, esta pesquisa classifica-se como qualitativa, pois se preocupa em analisar e interpretar aspectos mais profundos e fornecer análise mais detalhada sobre investigações, hábitos e atitudes. Quanto aos seus objetivos, caracteriza-se como descritiva, pois busca conhecer e entender a realidade sem interferir nos resultados, descrevendo o que ocorre no fenômeno analisado (FORTE, 2004).

Em relação aos procedimentos, adotou-se o estudo de caso múltiplo (multicaso) com o propósito de identificar e desenvolver ferramentas na análise de crédito e cobrança em três instituições financeiras no município de Mossoró-RN. Para Martins (2006), com o estudo de caso busca-se apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto.

A escolha das empresas se deu pelo fato de serem instituições financeiras conhecidas e bem representadas no mercado e estarem localizadas em Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte. Além disso, a facilidade de acesso entre pesquisadores e entrevistados foi determinante para escolha das organizações. Entretanto, as identidades das empresas e dos entrevistados não foram divulgadas, preservando o anonimato.

Para a coleta de dados, as informações foram colhidas a partir de entrevistas semiestruturadas, com base em estudos anteriores. Os relatos das entrevistas foram analisados por meio da técnica análise de conteúdo, que consiste em um conjunto de técnicas de análises das comunicações, onde o investigador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos das mensagens (BARDIN, 2011).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS E DAS EMPRESAS

O objetivo do estudo reside em identificar a estrutura e o funcionamento da análise de crédito e cobrança em instituições financeiras de Mossoró/RN. Desta forma, inicialmente, faz-se necessário a caracterização dos entrevistados e das empresas. O Quadro 2 apresenta as principais características sobre os entrevistados.



Quadro 2: Perfil dos entrevistados

Entrevistado	Gênero	Idade	Cargo exercido	Escolaridade	Tempo de atuação
Entrevistada 1	Feminino	43 anos	Gerente de operações e cobrança	Ensino superior	22 anos
Entrevistado 2	Masculino	57 anos	Gerente administrativo	Ensino superior	17 anos
Entrevistada 3	Feminino	47 anos	Gerente financeiro	Ensino superior	4 anos

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme Quadro 2, observa-se que os três entrevistados ocupam cargos de gestão diretamente relacionados com o objeto deste estudo, contribuindo assim para uma análise adequada. Ambos os entrevistados possuem ensino superior completo e possuem experiência na área, com destaque para a entrevistada 1 e para o entrevistado 2, que atuam há 22 e 17 anos, respectivamente. Outro ponto que merece destaque é que dos três entrevistados, duas são do gênero feminino, demonstrando assim um avanço da inserção feminina em cargos de gestão.

Em seguida, o Quadro 3 apresentará informações sobre as empresas, destacando-se os seguintes itens: ramo de atuação, tamanho, regime de tributação e tempo de atuação no mercado.

Quadro 3: Caracterização das empresas

Empresa	Ramo de atuação	Regime de tributação	Tempo de atuação
Empresa 1	Antecipação de recebíveis	Lucro real	27 anos
Empresa 2	Fomento	Lucro presumido	22 anos
Empresa 3	<i>Factoring</i>	Lucro presumido	10 anos

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

lucro real, enquanto as empresas 2 e 3 são optantes do lucro presumido. Desta forma, no geral, percebe-se que as empresas possuem médio e grande porte. Além disso, todas as empresas da amostra estão no mercado por um período considerável, sendo a empresa 3 a que está há menor tempo (10 anos).

4.2 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA ANÁLISE DE CRÉDITO E COBRANÇA

Esta subseção foi delineada a partir do objetivo geral da pesquisa. Para melhor visualização dos resultados, as perguntas destacadas no roteiro de entrevista e as respectivas respostas dadas pelos entrevistados, serão apresentadas por meio de quadros. O Quadro 4 apresenta o primeiro questionamento, no qual buscou-se identificar o período em que ocorre maior inadimplência e o período de maior concessão de crédito.



Quadro 4: Período de maior inadimplência e de maior concessão de crédito

Entrevistado	Período de maior inadimplência	Período de maior concessão de crédito
Entrevistada 1	Geralmente no primeiro trimestre do ano, devido ao aumento nas despesas de finais de ano e de baixa nos pedidos de alguns segmentos, por férias coletivas ou por baixa nas vendas, diminuindo então o faturamento e em consequência o fluxo de caixa.	Não existe um período de maior aumento, temos agentes de negócios captando clientes em todo o país.
Entrevistado 2	Final e início de ano.	No segundo semestre.
Entrevistada 3	Geralmente entre junho e dezembro.	Não tem período específico.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme o Quadro 4, em cada empresa o período em que ocorre maior inadimplência é diferente, dada as situações específicas e peculiaridades de cada uma delas. Quanto ao período em que ocorre maior concessão de crédito, observa-se que nas empresas 1 e 3, conforme discursos das entrevistadas, não existe um período específico. Já na empresa 2, ocorre no segundo semestre.

Neste sentido, de acordo com Marine e Manfrin (2020) com o surgimento das vendas a prazo e, conseqüentemente, da inadimplência, os credores precisaram aperfeiçoar seus métodos de concessão de crédito, comprovando a capacidade de pagamento de suas vendas, avaliando a probabilidade de pagamento por parte de seu cliente e confiando no comportamento do mesmo, visto que, esta modalidade de venda tem sido tendência da sociedade, facilitando a comercialização de seus produtos e serviços e, quando realizada de forma consciente, as vendas a prazo podem ser uma forma de alavancar seus negócios e acarretar o crescimento saudável da empresa.

Em seguida, o Quadro 5 apresenta as seguintes informações: formas de pagamento mais utilizadas pelas empresas, ações realizadas para recebimentos das contas inadimplentes e métodos mais utilizados pela empresa para evitar inadimplência.

Quadro 5: Formas de pagamento, ações para recebimento e métodos utilizados

Entrevistado	Formas de pagamento	Ações para recebimento	Métodos utilizados
Entrevistada 1	Boleto bancário	Cobrança (boleto bancário), protesto, cobrança terceirizada e ação judicial	Consulta SPS/SERASA, histórico de pagamentos, preventiva e referências comerciais
Entrevistado 2	Boleto bancário	Protesto e ação judicial	Consulta SPS/SERASA
Entrevistada 3	Boleto bancário e cheque	Protesto	Consulta SPS/SERASA, histórico de pagamentos,

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Além das informações apresentadas no Quadro 5, a entrevistada 1, informou ainda que:

Uma boa análise de balanço é importante no momento de concessão do crédito para o cliente cedente, assim mediremos a capacidade de pagamento dele e o endividamento. Para o cliente sacado, analisamos como está o restritivo, média de pagamentos mensais, tempo de empresa, ano de entrada do sócio ou administrador na sociedade, se está ativa na receita, se tem liminar, se tem



pedido de falência ou RJ, limite e confirmação de entrega ou pedido, etc. (Entrevistada 1).

Conforme DeFerrari (2020) a decisão de se conceder crédito deve ser tomada de forma mais cautelosa, os riscos de inadimplência são um fator importante a ser analisado, onde a principal preocupação é focar em informações sobre a solicitante (cedente) e seu histórico de fluxo mais detalhado. Conforme discurso da entrevistada 1, observa-se também que a forma de cobrança através de boleto bancário é bem mais utilizada e útil, pois com ela pode-se seguir ao protesto, assim como a negativação junto aos órgãos SPC/SERASA.

No Quadro 6 apresentam-se as respostas dos entrevistados sobre os seguintes questionamentos: De que forma ocorre o cadastro dos clientes e quais os limites de crédito estabelecidos.

Quadro 6: Cadastro de clientes e limites de crédito estabelecidos

Entrevistado	Cadastro de clientes	Limites de crédito estabelecidos
Entrevistada 1	Envio da documentação pelo cliente via link	Limite cedente, limite sacado PJ e limite sacado PF.
Entrevistado 2	Comercial faz a prospecção, solicita a documentação necessária, como, cartão do CNPJ, balanço, faturamento, declaração de IRPJ e IRPF, comprovante de endereço, endividamento, principais fornecedores e clientes, dentre outros, após a aprovação do crédito é feito o cadastro.	Os limites de créditos são variáveis de acordo com as informações do cadastro.
Entrevistada 3	O setor de análise de crédito faz a pesquisa (análise) do cliente estando tudo nos conformes recebemos as duplicatas (Títulos) e fazemos o cadastro do mesmo. Fazemos também a confirmação dos títulos.	Vai depender de cada situação do cliente, que fazemos a análise.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

No Quadro 6 pode-se visualizar desde o início do processo, que é a prospecção de clientes, até a análise e aprovação ou não do crédito. Defarrari (2020) complementa que a análise de crédito parte do princípio em que o credor corre risco de perder os créditos cedidos em uma operação, e que ponderar de forma a perceber o risco da perda, na realização ou não da operação. Os analistas ainda devem considerar os fatores da problemática das informações imperfeitas, de bancos de dados incompletos, ajustar as estratégias de diversificação em carteiras de cessões, e chegar o mais próximo para destacar os pontos fracos e pontos fortes de cada transação, com isso chegar ao final de conceder ou não o crédito.

Dando prosseguimento, no Quadro 7, demonstra-se sobre a concessão do crédito, onde os entrevistados relatam em que baseiam-se as análises de acordo com a política de cada empresa.



Quadro 7: O que se leva em consideração para a concessão de crédito?

Entrevistado	Resposta
Entrevistada 1	Faturamento, tempo de abertura da empresa, capacidade de pagamento, se está ativo na receita, necessidade de capital, endividamento, restritivos, geração de caixa e etc.
Entrevistado 2	Os limites de créditos são baseados nas informações do item 6, tendo como parâmetro principal a geração de caixa da empresa, com isso é liberado 30% da necessidade de capital, tendo como base a média do faturamento dos últimos 12 meses e o prazo médio de venda.
Entrevistada 3	Histórico do cliente sobre pagamentos e tempo da empresa.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

De maneira geral, os discursos dos entrevistados apontam para a necessidade de o analista de crédito ficar atento e vivenciar o dia a dia de suas empresas (cedentes), devendo sempre observar e entender um pouco sobre a atividade que cada um exerce, e principalmente as questões de seus sacados (clientes), tais como: margem de lucro, principais formas de pagamento, adimplências, endividamentos assim como históricos anteriores. Em consonância com a literatura, Caixeta (2017) afirma que na análise de crédito é essencial ficar atento e vivenciar o dia a dia de suas empresas e clientes, devendo sempre saber um pouco sobre a atividade que os clientes de sua carteira promovem.

Magalhães (2017) relata que políticas de crédito são a base da administração de valores a receber, pois é através delas que se definem as diretrizes de como conceder os créditos, os riscos envolvidos e os demais norteadores gerais do tema crédito. A carteira de crédito de uma instituição financeira deve ter especial atenção do executivo e administrativo das empresas, pois a definição de alçadas decisórias com critérios claros para concessão e liberação de crédito, norteados por uma política que respeite as normas internas e externas, de órgãos reguladores, irá fomentar um processo estruturado relacionado à análise do crédito.

Desta forma, no Quadro 8, aborda-se sobre a política de cobrança das empresas a partir da visão dos entrevistados.

Quadro 8: Política de cobrança da instituição

Entrevistado	Resposta
Entrevistada 1	Não podemos expor a política, porém a temos com todas as particularidades pertinentes.
Entrevistado 2	A empresa tem uma política de cobrança bastante estruturada, mas vamos resumir nos principais pontos: Preventiva – Mantemos contato com os sacados 15 dias antes dos vencimentos para saber se os títulos estão em conformidade para pagamento. Cobrança – Com um dia de vencido é feita a primeira cobrança, solicito o prazo de pagamento. Protesto – Caso não aconteça o pagamento o título será encaminhado a cartório. Após 120 dias de vencido e sem perspectivas de recebimento o vai para PDD, sendo direcionado para o jurídico.
Entrevistada 3	Fazemos os envio dos boletos e confirmamos os recebimento, depois do boleto vencido, no dia seguinte fazemos o primeiro contato por ligação.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A fim de evitar inadimplências, a cobrança age de forma criteriosa e facilitadora para assim vir a ter resultados positivos de recebimentos. Conforme os entrevistados, cada



empresa tem sua política, porém o resultado final é sempre o mesmo, que é receber seus ativos. A eficiência nesse processo de cobrança terá para a empresa um reflexo no nível de inadimplência da mesma (GORALSKI; DUARTE; HAHN, 2019).

Por fim, no Quadro 9, discute-se sobre as qualificações da equipe, bem como suas especializações. De maneira geral, os entrevistados discorrem um pouco sobre os investimentos em suas equipes.

Quadro 9: Equipe especializada

Entrevistado	Resposta
Entrevistada 1	Existe um setor de crédito e cadastro, que trata da análise dos cedentes e parametrização conforme aprovação. O setor de operações que trata somente da inclusão, fechamento e análise da operação e o setor de cobrança que acompanha desde a emissão do boleto até a sua liquidação. O grupo está com alguns projetos de treinamentos e estes já foram iniciados.
Entrevistado 2	Sim, temos duas equipes distintas, uma para a análises de crédito e outra para a cobrança. Quanto ao treinamento a empresa vai apresentar um cronograma de capacitação para os colaboradores.
Entrevistada 3	Sim, mas não temos treinamentos sobre essas questões.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Braga (2019) afirma que para que se possa administrar uma carteira de crédito, tem-se que ter o suporte de uma política de cobrança que por meio de alguns procedimentos, possa recuperar total ou parcial o crédito devido pelo cliente. Com base nas palavras do autor acima é de fundamental importância que o profissional de cobrança siga as políticas de forma criteriosa, tentando sempre fazer o melhor e buscando sempre conhecimento especializado para assim conseguir obter bons resultados. Conforme os discursos dos entrevistados, é relevante a qualificação de seus funcionários, pois para as empresas é um investimento no qual obterão retorno benéficos de seus ativos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como base identificar a estrutura e o funcionamento da análise de crédito e cobrança em instituições financeiras de Mossoró/RN. Foi verificado o seu método de concessão de crédito desde a prospecção à cobrança, identificando os conceitos de risco e visando minimizar ao máximo a inadimplência.

Para a obtenção desta pesquisa a metodologia aplicada foi classificada como qualitativa. Em relação aos procedimentos, adotou-se o estudo de caso múltiplo (multicaso). A escolha das empresas se deu pelo fato de serem instituições financeiras conhecidas e bem representadas no mercado e estarem localizadas em Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte. Para a coleta de dados, as informações foram colhidas a partir de entrevistas semiestruturadas, de 03 profissionais de instituições financeiras com base em estudos anteriores.

Os resultados permitem concluir, dentre outros aspectos que a análise de crédito e cobrança como ferramenta de prevenção da inadimplência é de fundamental importância a fim de evitar perdas estimadas de seus ativos. A pesquisa mostra a



importância sobre a qualificação e especialização de seus profissionais, tanto na questão de análise de crédito quanto na cobrança, conforme dados colhidos nas entrevistas.

Desta forma, a pesquisa apresenta contribuições de cunho prático ao analisar aspectos voltados a instituições financeiras, vindo a contribuir em melhorias na questão de prospecção, análise e ao final com a cobrança vindo a obter retornos positivos. Nessa perspectiva, acredita-se, que os resultados obtidos revelam que os objetivos do trabalho foram alcançados.

Quanto às limitações, destaca-se o fato de terem sido analisadas apenas 3 instituições, desta forma, os resultados não podem ser generalizados. Como sugestão, recomenda-se a ampliação da amostra e aplicação de outras técnicas de coleta de dados, bem como a comparação dos discursos dos entrevistados com dados financeiros, caso as empresas possam fornecê-los.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, C. A. T. **Administração do Capital de Giro**. São Paulo: Atlas, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 70 ed. São Paulo, 2011.

BRAGA, Júlia Ayres. **A importância da cobrança para o setor financeiro de uma empresa**. Bacharel em Administração da Faculdade Victor Hugo / Unis. São Lourenço, 2019.

BONETTI, Géssica; SCHLICKMANN, Flávio; BUSSOLO, Rovânio: **Política de crédito e cobrança de uma empresa catarinense do ramo alumínios**. In: Congresso Sul Catarinense de Administração e Comércio Exterior. Criciúma/SC, 2017.

CAMPOS, Washington Pereira; VIEIRA, Eloir Trindade Vasques; BORGES, Valter Torgan. A POLÍTICA DE CRÉDITO COMO FERRAMENTA PARA REDUÇÃO DA INADIMPLÊNCIA. **REPAE-Revista de Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia**, v. 6, n. 1, p. 64-77, 2020.

CAIXETA, Paulo Victor Ramos. **Identificação do Processo Efetivo na Análise de Crédito de uma Factoring**. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração de Empresas) Universitário de Brasília – UniCEUB. Brasília/DF, 2017.

DEFERRARI, Dêinely Chaiane M. **Processo Decisório e Análise de Crédito em uma Factoring filiada à Fidec**. Trabalho de conclusão de Curso (Pós-graduação no curso de MBA em Gestão Empresarial) Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) Criciúma/SC, 2014.

FELLER, André Felipe Martini. **Riscos na análise de crédito em uma cooperativa localizada no sul do estado de Santa Catarina**. Trabalho de conclusão de Curso

(Ciências Contábeis) Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. Criciúma/SC, 2020.

FORTE, S. H. A. C. **Manual de elaboração de tese, dissertação e monografia.**

Fortaleza:

Universidade de Fortaleza, 2004.

GIROTTO, Patricia Martins. **Estudo sobre sistema de crédito e de cobrança em uma cooperativa agropecuária:** um estudo na COTRIROSA. Trabalho de conclusão de Curso (Pós- Graduação lato sensu MBA em Gestão de Cooperativas) UNIJUI, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. 2018.

GORALSKI, Eloiza Menegotti; DUARTE, Helenson Marcos De Quadros; HAHN, Keitilanger Grisa. **Estudo Sobre As Causas Da Inadimplencia No Comércio Do Município De Ampere-PR.** Trabalho de conclusão de Curso (Administração), na Faculdade de Ampére – FAMPER, Ampere-PR 2019.

JULIANI, Marcia. **Análise para concessão de crédito por uma instituição financeira.** Trabalho de conclusão de Curso (Ciências Contábeis) Universidade do Estado do Amazonas - UEA Caxias do Sul /RS 2017.

JUVER, Lucas. **Estudo sobre impactos da inadimplência de crédito em uma cooperativa de crédito:** o caso do Sicredi União RS-agência Santa Rosa Centro. 2021UNIJUI – Universidade Regional Do Noroeste Do Estado Do Rio Grande Do Sul Trabalho de conclusão de Curso DACEC - Departamento De Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da comunicação de (Pós-Graduação Lato Sensu MBA Em GESTÃO DE COOPERATIVAS) 10ª EDIÇÃO EM CONVÊNIO COM O SESCOOP/RS 2021.

MACHADO, Bruna; BRANDT, Eloi Almiro. A ANÁLISE DE CRÉDITO E COBRANÇA COMO PARÂMETRO PARA ALAVANCAGEM DO NEGÓCIO. In: Salão de Ensino e de Extensão. **Anais [...]. SEE, 2019.**

MAGALHÃES, Matheus Fraga. **Gestão da análise e concessão de crédito: proposta de política de crédito para a Cooperativa Alfa.** Trabalho de conclusão de Curso (Administração Departamento de Ciências Administrativas) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

MARTINS, P. G.; LAUGENI, F. P. Administração da produção. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MARINI Juliane Monteiro; MANFRIM, Luís Fernando. **Metodologia de Análise de crédito aplicada na redução do risco de inadimplência.** REGRAD,



UNIVEM/Marília-SP, 2020.

MENDES, Amanda Tomasi Daniel Anselmo. **Análise de crédito como ferramenta de prevenção da inadimplência**: um estudo de caso em uma empresa de grande porte. Trabalho de conclusão de Curso (Ciências Contábeis) Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. Criciúma, 2016.

MYSCZAK, Paulo Isidoro. **Análise de concessão de crédito para pessoas jurídicas em uma cooperativa de crédito**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia, Pós Graduação em Gestão Contábil e Financeira) Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Pato Branco/PR.2019.

RODRIGUES, Jéssica Kathellen Santos. **A gestão de riscos de crédito em agência de fomento**: eficácia na minimização de perdas na concessão de financiamentos. Trabalho de conclusão de Curso (Ciências Contábeis) da Universidade do Estado do Amazonas - UEA 2019.

SANTOS, J. A. **Análise de crédito**: empresas e pessoas físicas. São Paulo, Atlas, 2011

SILVA, J. P. **Gestão e Análise de Risco de Crédito**. 6. ed São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Juliane Geremias da. **As etapas da recuperação de crédito em uma empresa de confecção**. Trabalho de conclusão de Curso (Ciências Contábeis) Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Financeira.Criciúma/SC, 2021

SILVA, Joelma Sandra; BRANDÃO, Suzane Bento; BORSATTO, José Luiz Borsatto Junior. Institucionalização de práticas e políticas de concessão de crédito e de cobrança em uma empresa do ramo de nutrição animal. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, v. 22, n. 1, Umuarama/PA 2021.

SCHRICKEL, W. K. **Análise de Crédito**: Concessão e Gerência de Empréstimos. 4 ed. São Paulo:Atlas, 1998.

SOUZA, Janaina Oliveira de. **Política de crédito e cobrança com base na técnica dos 5 C'S**: estudo de caso em uma empresa agropecuária localizada no Sul de Santa Catarina2014. Trabalho de conclusão de Curso (Ciências Contábeis) Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.Criciúma, 2013.

VIEIRA, Adailton; EYERKAUFER, Marino Luiz; RENGEL, Rodrigo. Ferramenta de análise de riscos na concessão de crédito por cooperativas financeiras para pessoas jurídicas. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 7, n. 13, p. 63-79, 2020.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

JORNADA
ACADÊMICA DE
GESTÃO
da Católica do RN

EMPREENDEDORISMO E CONTABILIDADE: a importância da contabilidade para gestão de MPE'S

Ana Clara Aquino Nolasco

Graduanda em Ciências Contábeis

Faculdade Católica do RN

E-mail: acnolasco_2000@hotmail.com

Erivânio da Silva Dunga

Graduando em Ciências Contábeis

Faculdade Católica do RN

E-mail: erivanio.dunga3@gmail.com

Antônio Gustavo Nicácio

Mestre em Educação pela UERN

Docente da Faculdade Católica do RN

E-mail: gustavo.nicacioali@gmail.com

RESUMO

As últimas décadas têm sido férteis de avanços tecnológicos, mudanças sociais, reorganização política, as quais incidem no cenário econômico e nas profissões que nele atuam. Considerando a rápida velocidade das informações e a forma como a economia se encontra mundialmente entrelaçada, o processo de tomada de decisões deve acontecer de forma certa. Caso contrário, a empresa poderá cair no abismo do prejuízo. Compreender o funcionamento de uma empresa não se resume aos valores de entradas e saídas. Sua condução não deve acontecer apenas de forma intuitiva. E sim, suscita de um profissional que detenha preparo teórico e prático esteja presente, de maneira a possibilitar orientações e até mesmo, prever e evitar ameaças. Nessa direção, a pesquisa em tela tem como objetivo analisar a percepção dos empresários de pequeno e médio porte da cidade de Tibau-RN quanto a contabilidade. Para tanto, foram respondidos 18 questionários cujos resultados obtidos na pesquisa, que de modo quantitativo e descritivo, em síntese, apontaram que a maioria dos empresários utiliza um *software* integrado de gestão; e contam com o apoio de um contador de forma externa a empresa. Todavia, os dados revelaram que ainda se faz necessário conhecer melhor quais atribuições podem ser desenvolvidas pelo profissional e nesse aspecto, espera-se que a pesquisa possa trazer a contribuição de dar mais visibilidade à importância de uma empresa contar com as orientações de um contador não apenas para cumprir com as burocracias, e sim, no processo de tomada de decisões.

Palavras-chave: Contabilidade; empreendedorismo; empresas de micro e pequeno porte.



1 INTRODUÇÃO

As atividades econômicas, cada vez mais globalizadas, evoluem em termos de velocidade e de complexidade. O volume de informações produzidas pelos ambientes competitivos cresce exponencialmente, ao mesmo tempo, em que o surgimento de novas tecnologias impacta na dinâmica de como os negócios são realizados (AMORIM, 2015).

Nos dias atuais, as empresas devem acompanhar as mudanças que vêm ocorrendo para se manterem informadas e atualizadas com os novos métodos de gerenciamento. Por conseguinte, a Contabilidade tem apresentado contribuições primordiais para o processo de gestão, por meio de ferramentas que proporcionam um suporte no controle do empreendimento. (ALMEIDA FILHO; SILVA; PERUZZI, 2015).

Apesar de que, nos dias atuais, as empresas contam com uma ampla difusão de informações acerca de como melhor gerir um negócio, ainda existe uma parcela significativa de empreendedores que desconhecem que a Contabilidade constitui um sistema de informações que orienta os gestores sobre os rumos econômicos a serem tomados. E por ignorarem tal compreensão, desconhecem sua funcionalidade e a sua importância para tomada de decisão.

A tomada de decisões por parte do gestor de uma micro ou pequena empresa é de fundamental importância diante das inúmeras e cotidianas dificuldades enfrentadas, pois, a falta de um preparo técnico pode levar a um estado de insolvência. Não é exagero afirmar que: o despreparo de um gestor afeta diretamente na tomada de decisões, tendo em vista que, para que aconteça um bom desempenho das ações empresariais deve haver embasamento nas informações que constam nos relatórios contábeis. Dessa forma, a contabilidade possui ferramentas indispensáveis na tomada de decisões, causando influência no processo de planejamento estratégico empresarial e no orçamento (OLIVEIRA, 2016).

Segundo Simões e Monteiro (2015), a contabilidade pode trazer diversas soluções que as micro e pequenas empresas (MPE's) procuram, porém, não encontram. O profissional contábil tem o propósito de buscar conhecimentos viáveis para o empresário, sendo que, a ausência da procura desses profissionais pode resultar na falência da empresa (SIMÕES; MONTEIRO, 2015), diz que isso acontece, pois, a função básica do contador é extrair informações úteis aos empresários para auxiliar na tomada de decisões. Ou seja, não cabe ficar apenas em responder as exigências do fisco, como sugere alguns segmentos da economia, porque isso se trata uma distorção da real função do contador.

Há alguns anos, o papel do contador era restritamente burocrático, visto como um mal necessário para o atendimento das obrigações impostas pelos órgãos de fiscalização. Todavia, tal papel ultrapassou os limites da burocracia e, atualmente, ocupa uma posição estratégica nas empresas e no setor econômico de forma ampla.

Diante do exposto, o presente estudo levanta a seguinte questão: qual a percepção dos empresários de pequeno e médio porte da cidade de Tibau-RN quanto a contabilidade? Portanto, o objetivo da pesquisa é analisar a percepção dos empresários de pequeno e médio porte da cidade de Tibau-RN quanto a contabilidade.

Desse modo, acredita-se que o presente estudo é relevante, pois, busca evidenciar a importância da contabilidade e suas ferramentas para a tomada de decisões e as



possíveis consequências decorrentes do seu não uso. Bem como, visa evidenciar o papel socioeconômico que as MPE'S representam no contexto local e no Brasil, os principais obstáculos enfrentados para a sua continuidade e a necessidade de utilizar um mecanismo de controle e gestão que seja um diferencial competitivo para o ambiente empresarial, possibilitando um equilíbrio nas suas decisões, fortalecendo a desafiadora sobrevivência no mercado.

Justifica-se, portanto, através da contribuição para a aquisição de conhecimento sobre a importância que a contabilidade e o seu profissional representam para o microempreendedor individual, auxiliando no entendimento das questões contábeis para o sucesso do microempreendedor individual.

O artigo a seguir encontra-se organizado da seguinte forma: introdução; seção 2 com o referencial teórico: 2.1 A contabilidade e sua importância para as empresas, 2.2 Contabilidade gerencial: aplicabilidade e os principais conceitos, 2.3 Contabilidade financeira. Na seção 3 descrevemos o percurso metodológico desenvolvido na pesquisa. Na sequência, apresenta-se a seção 4 com os resultados e discussões. Por fim, as considerações finais e as referências que serviram de aporte teórico para a escrita do artigo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A CONTABILIDADE E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS EMPRESAS

A contabilidade é um auxílio às empresas que vem tomando forças a cada dia. As empresas adquirem através dela um maior controle econômico e financeiro, fazendo assim com que se torne uma ferramenta importante na tomada de decisões (CHUPEL SOBRAL; BARELLA, 2014).

De acordo com Azevedo (2018), a contabilidade conta com diversos instrumentos que auxiliam no acesso as informações contábeis confiáveis de uma empresa e tais instrumentos tendem a agregar credibilidade na saúde contábil da empresa no que diz respeito a gestão de qualidade independentemente do nível de atuação da empresa.

Ainda conforme Chupe, Sobral e Barella (2014), a contabilidade contribui claramente para o desenvolvimento das empresas, principalmente das pequenas empresas, nas quais as decisões a serem tomadas requerem uma análise detalhada para evitar o máximo de ações incorretas, pois uma decisão tomada errada equivale até uma falência ou até mesmo pode ter sérios prejuízos.

Desse modo, a contabilidade assume uma posição indispensável na rotina diária das empresas de forma geral, pois a partir do conhecimento do contador o mesmo consegue utilizar com sabedoria todos os recursos que a contabilidade disponibiliza, orienta e auxilia o funcionamento e desenvolvimento da empresa, proporcionando organização necessária para a obtenção de resultados e adquirindo, assim, fatores diferenciais em relação aos concorrentes (ARAÚJO; ANJOS, 2021). Já a falta de informação, conforme Chupe, Sobral e Barella, (2014), é prejudicial para os pequenos empresários, pois vários empreendedores defendem que a contabilidade só é importante



para a sua empresa no período de apuração de impostos.

Portanto, torna-se imprescindível que haja a prestação do serviço contábil de forma correta e eficaz, nesse sentido, é importante trazer a caracterização da contabilidade gerencial, qual pode ser analisada de vários ângulos, por vários estudiosos, uma dessas perspectivas explica que a contabilidade gerencial tem como característica a junção de várias técnicas contábeis já conhecidas e tratadas na análise de balanços, financeira, na contabilidade de custos, no setor contábil financeiro, e entre outras (GARCIA; BEZERRA, 2020).

Nesse contexto, o profissional de contabilidade assume o importante papel de acompanhar as atividades das pequenas empresas junto aos empreendedores, tendo em vista, que ele será responsável por dar toda assessoria necessária, trazer segurança e andamento para o futuro do negócio, podendo assim reduzir os riscos, e dar suporte para o crescimento da empresa, diminuindo os riscos de falência (CHUPEL; SOBRAL; BARELLA, 2014).

De acordo com Azevedo (2018), nos dias atuais, poucos empreendedores relacionam a relevância da contabilidade em seus negócios, sendo que a maioria não utiliza as informações contábeis geradas como ferramentas de tomadas de decisões, deixando de contar com instrumentos de qualidade para a gestão de seus negócios. Contudo, o contador tem o dever de modificar a visão dos empreendedores perante a contabilidade e apresentar o que ela pode oferecer para conceder benefícios à empresa.

No entanto, é importante destacar que o profissional de contabilidade não apenas cumprirá a função de realizar os serviços essenciais e necessários para o bom desenvolvimento da empresa, mas em consequência disso, evitará que a empresa venha a sofrer danos oriundos da falta de efetivação dos compromissos exigidos por Lei no país, para que sejam cumpridas obrigações contábeis, fiscais e pessoais.

De fato, conforme Morais e Barreto Júnior (2019), dentro do mercado competitivo, uma organização, não importa o tamanho, mal estruturada e sem visão de seus acontecimentos contábeis, torna-se um alvo fácil e vulnerável para o mercado que está em constante competição. De outro modo, a instituição deverá tomar todas as medidas indicadas pelas ciências contábeis, para favorecer o seu processo de gestão. Assim, o entendimento objetivo das informações contábeis poderá capacitar a situação financeira de uma entidade, pois, dados do balanço patrimonial bem avaliados mostra o grau de risco de uma decisão a ser tomada.

Autores como Araújo e Anjos (2021) explicam que o profissional contábil tem o propósito de buscar conhecimentos viáveis para o empresário, sendo que, a ausência da procura desses profissionais pode resultar na falência de muitas empresas. Desse modo, a função básica do contador é extrair informações úteis aos empresários para auxiliar nas tomadas de decisões, porém, em alguns segmentos da economia, o contador teve sua função distorcida, visando exclusivamente a satisfação das exigências do fisco.

Sabe-se que os meios da contabilidade são imensos, podendo esta ciência ser utilizada no processo de gestão de empresas, munindo os gestores das empresas, bem como das pequenas empresas para tomar decisões coesas e de acordo com suas reais condições, atuando no controle de Contas a Receber, Contas a Pagar, Fluxo de Caixa, Orçamento. Para isso, a contabilidade gerencial se torna uma ferramenta mestra no



processo (MORAIS; BARRETO JÚNIOR, 2019).

Nos últimos anos, a contabilidade, assim como outras áreas profissionais, enfrentaram uma situação incomum devido a pandemia da COVID-19, nessa condição muitos profissionais precisaram se reinventar, nesse sentido o profissional contábil preciso se adaptar às novas leis e prazos oferecidos pelos governos federais, estaduais e municipais, com o intuito de manterem as empresas ativas, ou seja, reduzir o índice de fechamento e falência das organizações e, com isso, minimizar o quadro de desemprego no Brasil (GARCIA; BEZERRA, 2020).

Nesse cenário, aqueles empresários que dispensavam os serviços contábeis, acabaram por ter grandes prejuízos e problemas decorrentes da falta de organização em suas empresas, além disso, é importante ressaltar que são poucos os empreendedores que relacionam a relevância da contabilidade em seus negócios, sendo que a maioria não utiliza as informações contábeis geradas como ferramentas de tomadas de decisões, deixando de contar com instrumentos de qualidade para a gestão de seus negócios. Contudo, o contador tem o dever de modificar a visão dos empreendedores perante a contabilidade e apresentar o que ela pode oferecer para conceder benefícios à empresa através de ações oriundas da área (ARAÚJO; ANJOS, 2021).

A Lei Geral é o novo Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte. Instituída pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, vem estabelecer normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado as Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP) no âmbito dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, nos termos dos artigos 146, 170 e 179 da Constituição Federal. Alguns principais benefícios previstos na Lei Geral são:

- I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;
- II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;
- III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.
- IV - ao cadastro nacional único de contribuintes a que se refere o inciso IV do parágrafo único do art. 146, in fine, da Constituição Federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (BRASIL, 2006, Art. 1º).

A definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte quanto aos limites de receita bruta anual segue as mesmas diretrizes adotadas pela Lei do Simples Federal (Lei nº 9.317/96) que, vale ressaltar, foi revogada a partir de 1º de julho de 2007. Microempresa (ME): pessoa jurídica que auferir, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240 mil. Empresas de Pequeno Porte (EPP): pessoa jurídica que auferir, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240 mil e igual ou inferior a R\$ 2,4 milhões.

A Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União em 22 de dezembro de 2008, disciplinou diversas alterações na Lei



Complementar n° 123/2006, que instituiu o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional). Entre outras providências, foram alteradas as Leis: n° 8.212/91, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, Plano de Custeio; Lei 8.213/91, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e n° 10.406/02, que instituiu o novo Código Civil.

2.2 CONTABILIDADE GERENCIAL E CONTABILIDADE FINANCEIRA: APLICABILIDADE E OS PRINCIPAIS CONCEITOS

Para se ter o entendimento sobre contabilidade gerencial é importante identificar o conceito de contabilidade. Contabilidade é uma ciência da humanidade, e seu principal objetivo é registrar informações, de natureza financeira e econômica bem como evidenciar mudanças no patrimônio das entidades empresariais, servindo como base e auxiliando os gestores no processo de tomada de decisão.

Contabilidade é a ciência social que visa ao registro e ao controle dos atos e fatos econômicos, financeiros e administrativos das entidades. Trata-se de um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização (BARROS, 2013, p. 3).

Já a contabilidade gerencial pode receber diversas definições. As palavras-chaves para o entendimento da contabilidade gerencial são informação atrelada a palavra gestão. Iudícibus (2006) caracteriza a contabilidade gerencial como um enfoque especial conferido às várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na análise de balanços, etc., colocados numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório

Segundo Padoveze (2004) o ponto crucial da contabilidade gerencial é o uso da informação contábil como subsídio para a tomada de decisão. Para que esta informação seja usada no processo de gestão, é necessário que a mesma seja caracterizada como útil e relevante.

Para os administradores que buscam a excelência em gestão, uma informação, ainda que seja útil, só é desejável se conseguida através de custo benefício para a entidade. É necessário atingir esta relação custo/benefício. Ou seja, a informação não deve custar mais do que a empresa pode custear.

Conforme Iudícibus (2006) um contador gerencial deve ser um elemento com formação bastante ampla, inclusive com conhecimento, pelo menos dos objetivos ou resultados que podem ser alcançados com métodos quantitativos. Deve estar cômico de certos conceitos de microeconomia e, acima de tudo, deve observar como os administradores reagem à forma e o conteúdo dos relatórios contábeis. Cada administrador tem características próprias, mas uma grande maioria não apreciaria, por



exemplo, um exemplar de um balancete do razão com trinta páginas, para a tomada de decisões. Também não visualiza bem um demonstrativo operacional apresentado na forma de débito-crédito.

Para Atkinson, *et al.* (2011 p. 36): “Contabilidade gerencial é o processo de identificar, mensurar, reportar e analisar informações sobre os eventos econômicos das empresas”. Dessa forma, autores como Atkinson *et al.* (2011) e Iudícibus (2006) são unânimes ao afirmar que a contabilidade gerencial é utilizada como grande ferramenta dos gestores para o processo decisório das entidades empresariais.

A Contabilidade financeira, por sua vez, mensura informações dentro dos padrões normatizados pelos Princípios Fundamentais da Contabilidade para atender aos usuários internos. Para Iudícibus (2006) a finalidade da Contabilidade é fornecer informação quantitativa fundamentalmente de natureza financeira, como entrada para o processo de tomada de decisão. A fim de cumprir adequadamente esta função, a Contabilidade envolve os processos de: (a) identificação, (b) avaliação e (c) comunicação conveniente da informação econômica àqueles que precisam tomar decisões.

Diferentemente da Contabilidade Gerencial que, via de regra, apresenta os relatórios de avaliações de desempenhos mensais, a Contabilidade Financeira é direcionada para os usuários externos, divulga as demonstrações contábeis recomendadas pela Lei nº 6.404/76, a Lei das sociedades, bem como, de acordo com a Lei nº 11.638/07, que alterou alguns dispositivos da citada Lei anteriormente. Nesse caso, publicando os resultados do período conjuntamente os resultados do ano anterior, com vistas a possibilitar análises por parte dos usuários.

3 METODOLOGIA

A pesquisa classifica-se quanto ao seu objetivo como descritiva; quanto à natureza classifica-se como quantitativa; e quanto aos procedimentos, realizou-se uma pesquisa de campo na cidade de Tibau-RN, com o objetivo de analisar a percepção dos empresários de pequeno e médio porte da referida cidade quanto a contabilidade.

Como instrumento de coleta de dados, foram aplicados 18 questionários com micro e pequenos empresários para conhecer qual a opinião deles sobre a importância do profissional de contabilidade para o funcionamento de uma empresa. Para a análise dos dados, recorreu-se a técnicas da estatística descritiva. Logo, para uma melhor análise dos resultados, eles foram quantificados e organizados em tabelas que estão dispostas na seção seguinte.

Cabe mencionar ainda, que a pesquisa teve o seu desenvolvimento observando os devidos critérios éticos, sendo resguardada a identidade dos participantes e os dados coletados foram utilizados somente para os fins acadêmicos. Antes da aplicação do questionário, cada respondente foi devidamente explicado sobre os objetivos da pesquisa e estava apto a dar ou não seu consentimento antes, durante ou após o procedimento de coleta dos dados.



4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo que se desenvolve demonstra a importância da contabilidade para a tomada de decisões, expressando por meio da pesquisa desenvolvida o papel socioeconômico que as microempresas representam para o Brasil. Nesse sentido, o papel do contador, com o passar do tempo, tem ganhado importância e facilitado o atendimento das obrigações que são impostas para as empresas pelos órgãos de fiscalização, embora esse profissional possa, conforme já se verificou na parte teórica, propiciar mecanismos que facilitem o controle e a gestão como diferencial para o empresário, especialmente no momento de início de sua empresa, fortalecendo com isso a sobrevivência e a tomada de decisões que sejam assertivas.

Tomando como base a exposição de Soares *et al.* (2019), com a criação da figura do MEI foram geradas condições distintas para legalização do trabalhador informal, auferindo com isso os mesmos benefícios dos empreendedores legalizados. Entretanto, essa condição se alcança por meio do suporte do profissional da contabilidade.

Nesse sentido, os dados que seguem expostos por meio de tabelas decorrem de questionários aplicado para os comerciantes da cidade de Tibau/RN, avaliando a importância do profissional contábil para o desenvolvimento do comércio. Assim, tendo sido feita a aplicação são expostos os dados levantados, sendo o primeiro aspecto caracterizar o perfil dos integrantes da pesquisa, que seguem expressos na Tabela 1.

Os registros expostos na Tabela 1 permitem entender que os aspectos sobre gênero, faixa etária e formação se interligam, uma vez que existe um percentual bem maior de empreendedores do sexo masculino, conforme os registros acima expressos em total de 55,5% em oposição ao percentual de 44,4% feminino.

Tabela 1: Caracterização da amostra

Caracterização da amostra		Frequência	Porcentagem (%)
Gênero	Masculino	10	55,6
	Feminino	8	44,4
Faixa etária	26 a 30 anos	1	5,6%
	31 a 40 anos	4	22,2%
	41 a 50 anos	9	50,4%
	Acima de 50 anos	4	22,2%
Formação	Ensino Médio incompleto	7	38,9%
	Ensino Médio completo	3	16,7%
	Graduação	7	38,9%
	Pós-Graduação	1	5,6%
	Total	18	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Ao lado dessa condição se verifica que predomina a faixa etária que envolve a idade de 41 a 50 anos, tendo em vista que esta população tem um tempo maior de atuação no comércio, são empresários desde muito novos, já são veteranos e têm seus comércios conceituados na cidade de Tibau-RN. Portanto, a maioria dos respondentes são mais velhos e têm uma boa experiência em suas atividades, acompanhando a evolução da tecnologia e sua globalização.



Com base nessas informações também se verifica que existe um equilíbrio relacionado com a questão da formação desses comerciantes, uma vez que 38,9% informaram terem o Ensino Médio Completo, com o mesmo percentual de 38,9% em registro de terem concluído ou de estarem cursando o Ensino Superior, ou seja, possuem uma graduação. A pesquisa não aprofundou no aspecto de formação para identificar as áreas de formação, mas a perspectiva de que tamanho percentual de comerciantes tenha uma boa formação em âmbito de ensino regular propicia maior facilidade para atuar no mercado em que se insere, bem como, em entender orientações que são repassadas pela área de contabilidade.

Com base nessa abordagem, a Tabela 2 demonstra as respostas recebidas acerca do tema que envolve o uso de tecnologias utilizadas para realizar a contabilidade das empresas. Assim, a Tabela 2 expressa o registro desse enfoque, sendo organizadas três possíveis respostas, que implicam a presença do uso de software integrado de gestão, o uso de planilhas do *excel* ou então o não uso de controle algum.

Tabela 2: Tecnologias utilizadas para a contabilidade das empresas

Questão	Descrição	Freq.	(%)
Quais são as tecnologias que sua empresa utiliza para ser feita a sua contabilidade de forma eficiente e que gere resultados?	Software integrado de gestão	11	61,1
	Planilhas de Excel	5	27,8
	Não utiliza controle algum	2	11,1

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os dados expostos, por meio das respostas da Tabela 2, permitem entender que existe na atualidade um maior conhecimento de gestão por parte dos microempreendedores, tendo em vista que se tem 61,1% de frequência de respostas aplicadas para o uso de software integrado de gestão. Com base na exposição de Araújo e Anjos (2021), o suporte que o profissional da contabilidade propicia para o comerciante é extremamente relevante, e a ausência desses conhecimentos pode gerar problemas para a empresa.

Assim, diante do cenário que foi identificado, duas posições podem ser analisadas, sendo a primeira que esses empresários ao utilizarem os *softwares* de gestão tenham ciência do que realmente precisam realizar e sigam com tranquilidade em seus investimentos e consigam um bom desenvolvimento do negócio. A outra perspectiva segue pela via oposta, quando existe a presença de um *software* de gestão, mas o empresário não sabe utilizá-lo adequadamente e muitos dados acabam sendo perdidos por falta de conhecimento de aspectos contábeis que permitiriam tomadas de decisões com fundamento na realidade financeira da empresa.

Dentro desse enfoque, importa avaliar que a existência de gestão por meio de *software* em boa parte (61,1%) dos comércios propicia uma maior segurança de que esses estejam sendo auxiliados por profissionais da área, quanto aos registros e tomadas de decisões em relação à gestão. Um dos aspectos que pode ser analisado está no fato de que há também um percentual considerável (27,8%) de comerciantes que utiliza o controle do negócio por meio de planilhas do *excel*, sendo esse meio relevante também, mas nem sempre integra todas as informações.



Nesse sentido, importante recuperar a informação de que os empresários devem ser auxiliados pelos contadores na tomada de decisões, mas vários segmentos da economia acabam apenas buscando esse profissional para atender questões vinculadas com impostos. Diante dessa condição, a Tabela 3 demonstra essa relação ao expor se existe um contato com a contabilidade da empresa expondo três possibilidades que se configuram em ter uma equipe de contabilidade na própria empresa, em ter um contador externo para realizar tal atividade e em não realizar a contabilidade, conforme registros que seguem.

Tabela 3: Qual o seu maior contato com a contabilidade da empresa?

Opinião	Freq.	(%)
1. contratei um contador externo prestador de serviço.	15	83,3
2. Não existe contabilidade na minha empresa.	2	11,1
3. Na minha empresa tenho uma equipe que faz a contabilidade.	1	5,6

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Dessa forma, e diante do quadro de que os respondentes são microempreendedores, o percentual de 11,1% dos respondentes em não realizar a contabilidade se mostra preocupante, ao lado da condição de que apenas 5,6%, o que representa uma frequência de 1 respondente que faz a própria contabilidade.

No entanto, não causa estranheza o fato de que 83,3% ter respondido que contratou um profissional contador externo para a realização deste serviço. O que preocupa é que boa parte desse grupo apenas procura o profissional para resolver situações fiscais ou tributárias, nem sempre se preocupando com a gestão ou direcionamento que a contabilidade pode propiciar para o andamento do negócio.

Nesse sentido, a pergunta que gera os dados expostos na Tabela 4 a seguir permitem identificar que ainda há um percentual de empreendedores que iniciam um negócio e não sabem a relevância dos serviços da contabilidade para esse.

Ao mesmo tempo, importante recuperar que o período da pandemia tem afetado as empresas e muitos dispensaram os serviços contábeis. Segundo explicam Araújo e Anjos (2021), o contador tem o dever de modificar a visão dos empreendedores perante a contabilidade e apresentar o que essa pode oferecer de benefícios para a empresa.

Os registros da Tabela 4, que segue exposta, informa um percentual que gera preocupação acerca do conhecimento dos serviços contábeis que são desenvolvidos para a empresas.

Tabela 4: Quais os serviços que um profissional contábil deve fornecer a seus clientes?

Opinião	Freq.	(%)
1. Auxiliar no processo de tomada de decisões	7	38,9
2. Gerar guias de tributos e impostos apenas.	7	38,9
3. Propiciar suporte para a gestão	2	11,1
4. Não sei responder	2	11,1

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme registram os dados da Tabela 4, a compreensão que os empreendedores que participaram deste estudo demonstram gera certa preocupação, uma vez que o item



não sei responder se equipara em um percentual baixo de registro, ou seja, apenas 2 em frequência de dados que surgem como 11,1% das respostas em comparação com o suporte para gestão. Essa percepção se alia com os dois itens anteriores que também acabam sendo equiparados em respostas obtidas e percentual de 38,9% para apenas gerar guias de tributos e impostos e auxiliar na tomada de decisões, aspectos que demonstram o quanto a sociedade e, especificamente, os empreendedores, que já estão atuando no comércio, desconhecem a relevância da atuação do contador para a gestão de uma empresa.

Importante registrar que essa constatação se opõe aos dados verificados na Tabela 5, em que o foco do questionamento se volta a ter ciência dos benefícios que os serviços contábeis podem propiciar.

Tabela 5: Benefícios dos serviços contábeis

Variáveis	Descrição	Freq.	(%)
Você tem ciência dos benefícios que o serviço de um profissional da contabilidade pode trazer?	Sim	17	94,4
	Não	1	5,6

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

De acordo com os registros desta Tabela 5 se pode expor que expressa um aspecto relevante, visto que quando os participantes deste estudo precisaram indicar os serviços ofertados, como mostra a Tabela 4, se verifica a existência de uma insegurança para os nomear, mas quando registram em uma resposta, que se apresenta como de dados fechados, ou seja, com registro que se vincula a um sim ou não unicamente, percebe-se que o sim tem um percentual imenso frente ao não, recebendo o sim para a ciência dos benefícios desses serviços um total de 94,4%, em oposição ao não saber que registra apenas 5,6%.

Dando sequência a essa análise, importante a correlação que se pode fazer com os dados que são expressos na Tabela 6, na qual são registradas as respostas acerca das ferramentas que foram utilizadas pela contabilidade.

Tabela 6: Ferramentas contábeis utilizadas

Questão	Descrição	Freq.	(%)
Se você considera que a contabilidade é importante, quais ferramentas você utiliza ou já utilizou oriundas desse setor?	Fluxo de caixa	7	38,9
	Balanço Patrimonial	4	22,2
	Outros	5	27,8

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os dados da Tabela 6 permitem verificar que o uso de registros de fluxo de caixa é exposto como o maior percentual em respostas, tendo 38,9%, sendo seguido de outros com 27,8%, ou seja, diversas outras ferramentas, mas como já exposto anteriormente, nem sempre são conhecidas nominalmente pelos empreendedores. O último registros que se tem é acerca do balanço patrimonial, com percentual de 22,2%, propiciando entender que as ferramentas contábeis não são muito conhecidas.

Entretanto, a Tabela 7 permite expor que há um interesse dos empreendedores em entender e ter suporte do profissional da contabilidade, tendo em vista as respostas registradas para o questionamento que envolve registrar reuniões que ocorrem com o



contador para tratar de questões estratégicas da empresa e análise de relatórios vinculados com o andamento financeiro da empresa.

Tabela 7: Reuniões com o contador

Variáveis	Descrição	Freq.	(%)
Você se reúne com o seu contador para discutir questões estratégicas de sua empresa e analisar os relatórios contábeis- financeiros?	Sim	13	72,2
	Não	5	27,8

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os registros da Tabela 7 acima demonstram que a grande maioria dos participantes deste estudo realiza reuniões com o profissional da contabilidade que atende sua empresa, sendo esse dado relevante ao marcar um percentual de 72,2%, mas também se apresenta preocupante ao ser comparado com o restante 27,8% que não o fazem, tendo em vista que praticamente um terço dos participantes do estudo não busca informações contábeis com esse profissional de forma regular em reuniões que poderiam servir como orientações gerais para a gestão e para propiciar informações que permitissem uma tomada de decisões mais assertiva diante da realidade da empresa.

Recuperando o que já se expôs sobre a visão do empreendedor, que de acordo com Hespanha (2009), implica transformar ideias inovadoras em ações lucrativas, essa falha em reunir-se com o profissional da contabilidade pode levar o empreendedor a tomar decisões que nem sempre se aliam com a condição da empresa naquele momento, especialmente, quando se vislumbra a abertura de um negócio que pode ser visto como inovador e que surge perante uma situação de desemprego do empreendedor que decide montar seu negócio, mas sem fazer os devidos estudos de mercado.

Essa condição de entrar em novo negócio sem ter muita segurança pode gerar problemas futuros, mas que o apoio do profissional da contabilidade poderia antecipar em direcionar para tomadas de decisões mais assertivas, o que implica que o empreendedor deve ter claros os serviços que este profissional possa oferecer.

Diante dessa percepção, o questionário respondido pelos integrantes desta pesquisa permite verificar, na Tabela 8, as respostas para tal situação.

Tabela 8: Que outros serviços você considera que seu contador esteja apto para te orientar?

Opinião	Freq.	(%)
1. Análise e viabilidade de investimento	10	55,6
2. Planejamento tributário	4	22,2
3. Formação de preço de venda	1	5,6
4. Análise de custos	2	11,1
5. Nenhum dos citados	1	5,6

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Como já exposto ao longo da análise, percebe-se que os respondentes têm certa dificuldade quando se trata de caracterizar a atuação do profissional da contabilidade, ficando claro que em ordem de relevância, os itens expostos demonstram que boa parte não verifica a atuação do contador como facilitador de seu comércio, tendo em vista que o item formação de preço de venda surge com 5,6% de registro, ao lado do registro de nenhum item citado.



No entanto, a percepção de necessidade de cálculos para que se faça a viabilidade de investimentos fica clara para maior parte dos envolvidos na pesquisa, uma vez que 55,6% registram que o profissional da contabilidade está apto a auxiliar a gestão com a análise e viabilidade de investimento, seguida da percepção de atuação desse profissional perante os tributos, corroborando com os dados anteriormente expostos na Tabela 4 ao registrarem que faz parte da função do profissional da contabilidade a emissão de guias de pagamento de tributos.

Assim, ainda é relevante registrar que 11,1% marcaram como serviço que faça parte da atuação do profissional da contabilidade a análise de custos da empresa, retomando também a mesma visão que já foi exposta anteriormente de que o profissional da contabilidade serve para registrar informações de valores, faltando ainda a percepção da atuação que se direciona para a gestão e suporte.

Assim, pode-se dizer que tal falha implica em não ser muito difundida a atuação do contador no meio da sociedade e abrir um negócio, diversas vezes, pode implicar em investimentos que são oriundos de fundos que o empreendedor arrecadou em outros trabalhos.

No entanto, de acordo com exposição de Monteiro e Barbosa (2011 apud SOUZA; ALENCAR; CAVALCANTE, 2021), a situação de microempresas no país permite entender que boa parte dessas iniciam sem um planejamento correto, com falha no mapeamento do produto que estão a oferecer e sem observar o mercado em que se inserem, gerando com isso imensos problemas que resultam no fechamento de boa parte dessas empresas.

Perante essa constatação, os participantes da pesquisa responderam ao questionamento que surge na Tabela 9 e envolve entender quais aspectos levam as empresas a terem dificuldade ou mesmo encerrar suas atividades.

Tabela 9: O que leva as empresas a terem dificuldade ou até mesmo a fechar as portas?

Opinião	Freq.	(%)
1. Falta de apoio gerencial, controles e monitoramento de resultados.	6	33,3
2. As empresas fecham e passam por dificuldade, devido as crises e ao mercado.	9	50,0
3. As empresas fecham por falta de visão e competência dos gestores.	3	16,7

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Com base nos dados expostos na Tabela 9 se pode verificar que a noção dos empreendedores sobre as dificuldades que podem propiciar o encerramento de atividades se volta em boa parte dos envolvidos com a percepção de seja tal condição decorrente de fatores externos, sendo essa visão comprovada com o registro de 50% expressando que as empresas fecham em decorrência de crises e do mercado.

A percepção de que a falha do gestor e de controles de monitoramento surge como item que recebe apenas 33,3%, sendo essa noção seguida da perspectiva em registro de 16,7% de que as empresas fecham por falta de competência dos gestores. Essa última abordagem é coerente com o fato de que o empreendedor tem em si uma confiança muito grande e, de forma alguma, irá acatar a visão de que como gestor não está apto ou que possa necessitar de suporte continuado, sendo esse um dos embates que se verifica com os empreendedores, visto que a visão que eles têm do negócio vai além de registros e



dados de análise, sendo essa visão decorrente de uma motivação pessoal para investir e enfrentar o mercado em que se insere.

Esta abordagem também é interessante, e a Tabela 10 a seguir faz a exposição de uma escala de satisfação acerca da participação do contador no sucesso e resultado da empresa, sendo interessante o registro que aplica a escala pontuando de 7 a 10, conforme os dados abaixo.

Tabela 10 – Escala de satisfação

Questão	Satisfação	Freq.	(%)
Em uma escala de 0 a 10 qual o nível de participação do contador de sua empresa no sucesso e bom resultado da mesma?	0	1	5,6
	7	6	33,3
	8	1	5,6
	9	2	11,1
	10	7	38,9

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A pontuação exposta na Tabela 10 como resposta a uma escala de satisfação e que vincula a participação do profissional da contabilidade com sucesso e resultados da empresa expressa uma visão otimista e de valoração deste profissional, tendo em vista 38,9% se referirem a escala 10, seguida de registro que marca a escala de satisfação com percentual de 33,3% em atribuir escala 7 a essa satisfação, sendo esse registro seguido da escala 9 com 11,1% e escala 8 e 0 equiparados com 5,6% dos registros.

Arrematando as informações desta seção, cabe apontar que as limitações encontradas na realização da pesquisa. A cidade escolhida como campo de pesquisa tem 5 mil habitantes, ou seja, é considerada de pequeno porte. Parte de sua população trabalha na cidade vizinha, Mossoró, que apresenta maiores oportunidades de empregos. Então, em Tibau-RN não há uma grande variedade de empresários.

Do grupo de empresários que atua na cidade, muitos não percebem a importância de ter um contador em sua empresa, chegando a utilizar formas arcaicas de trabalho como: mão de obra familiar (não seguindo as normas da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT), anotação em cadernetas, uso de promissórias, entre outros meios. Alguns respondentes apresentaram dúvidas nas perguntas relacionadas ao uso de tecnologias na empresa, deixando nítido que desconheciam como manusear.

Por outro lado, um item bastante significativo foi a aproximação com os respondentes, momento em que foi realizada uma sensibilização sobre a importância de se ter um contador para que organização dos processos de tomada de decisão, orientações sobre programas de gerenciamento financeiro, emissão de notas fiscais, entre outras questões possam vir a surgir. Portanto, uma oportunidade no que tange a uma valorização e reconhecimento dos possíveis resultados positivos a serem acrescentados a empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acelerada forma como as tecnologias têm sido desenvolvidas estão, cotidianamente, transformando a nossa vida, na forma de se relacionar com as demais pessoas, como também, no mundo dos negócios. Nessa direção, as adequações se fazem



necessárias para que o empresário não se perca no processo de tomada de decisões, principalmente, quando se tratar de uma pequena ou micro empresa, pois, um passo errado, poderá trazer um prejuízo irreversível. Logo, é essencial a presença de um contador para orientar quais os melhores procedimentos a serem realizados.

Conforme o cenário mencionado, a pesquisa buscou demonstrar a relevância da atuação do profissional da contabilidade, expondo que ele é fundamental para a aplicação de novos métodos de gerenciamento ao propiciar suporte ao controle da empresa. Ou seja, não fica mais restrito aos limites de cumprir burocracias referentes aos impostos.

A partir da pesquisa realizada junto aos autores que se dedicam a temática escolhida foi possível verificar que a contabilidade propicia diversas soluções que as micro e pequenas empresas podem e devem fazer uso de maneira a auxiliar na gestão, bem como, na tomada de decisões perante os aspectos que necessitam de direcionamento. Afinal, as ações devem acontecer de forma refletida e planejada na perspectiva de manter a saúde financeira da empresa.

Então, foi observado que o processo de produção da pesquisa e análise dos resultados foi bastante proveitoso, uma vez que, favoreceu uma maior aproximação com a futura profissão e com a realidade da cidade de Tibau-RN. E dará mais visibilidade as atribuições que cabem a um contador para que assim, as empresas possam crescer de forma organizada e sejam duradouras no mercado.

Algumas limitações podem ser apontadas, razão pela qual sugere-se para futuras pesquisas que essa mesma temática seja objeto de pesquisa para outros discentes, para que apliquem em suas respectivas cidades. Dessa forma, será possível, cada vez mais, sensibilizar os empresários sobre a importância da contabilidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, A. D. de. SILVA, E. C. PERUZZI, M. H. de A. **A importância da Contabilidade na Gestão Empresarial**. 2015. Disponível em:

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:oAHJbMcEwzoJ:revistaconexa.o.aems.edu.br/wp-content/plugins/download-attachments/includes/download.php%3Fid%3D1144+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 29 dez. 2021.

AMORIM, D. F. B. **A importância da contabilidade gerencial para a gestão dos negócios**. 2015. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/importancia-da-contabilidade-gerencial-para-gestao-dos-negocios> Acesso em: 20 mar. 2022.

ARAÚJO, F. M. ANJOS, M. A. D. **A importância da contabilidade para o Microempreendedor Individual (MEI)**. 2021. Disponível em: <https://docplayer.com.br/222670357-Artigo-original-a-importancia-da-contabilidade-para-o-microempreendedor-individual-mei.html> Acesso em: 29 mar. 2022.

ATKINSON, Anthony A. BANKER, Rajiv D. KAPLAN, Robert S. YOUNG, S. Mark. **Contabilidade Gerencial** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.



AZEVEDO, A. S. **A Contabilidade como ferramenta de gestão para o sucesso de negócio do empreendedor.** 2018. Disponível em:
<https://repositorio.pgsskroton.com/handle/123456789/22791> Acesso em: 13 fev. 2022.

BARROS, Maurício. **Contabilidade Geral.** 2013. Livro disponível em:
<http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/227/1/Livro%20de%20Contabilidade%20Geral%20-contabilidade-mauricio-barros.pdf> Acesso em: 7 jun. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível no código civil brasileiro: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm Acesso em: 13 mai. 2022.

CHUPEL, J. F. SOBRAL, E. BARELLA, L. A. **A importância da contabilidade para microempreendedor individual.** Artigo disponível em:
<http://refaf.com.br/index.php/refaf/article/view/161> Acesso em: 15 fev. 2022.

GARCIA, R. M. BEZERRA, D. O. **A importância da Contabilidade Gerencial para pequenas e médias empresas em meio à pandemia do Covid-19.** 2021. Artigo disponível em: <https://periodicos.iesp.edu.br/index.php/campodosaber/article/view/353> Acesso em: 13 abr. 2022.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial.** 6. Livro disponível na Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MORAIS, R. A. C.; BARRETO JÚNIOR, A. C. **A importância da Contabilidade Gerencial para microempresas e empresas de pequeno porte.** 2019. Artigo disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1527/0> Acesso em: 22 abr. 2022.

OLIVEIRA, M. A. R. **A aplicação da Contabilidade como mecanismo de gestão na tomada de decisão na Micro e Pequena Empresa.** 2016. Artigo disponível em: https://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/20182/art_04.pdf. Acesso em: 04 mar. 2022.

PADOVEZE, Clóvis L. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil.** 4. Livro disponível na Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, L. J. GUARDA, R. M. **Os benefícios da formalização para o microempreendedor individual.** 2019. Artigo disponível em:
<https://sebraers.com.br/momento-da-empresa/os-beneficios-da-formalizacao-para-o-mei/#:~:text=Benef%C3%ADcios%20da%20formaliza%C3%A7%C3%A3o%20em%2>



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



0v%C3%A1rias,aux%C3%ADlio%2Dreclus%C3%A3o%2C%20por%20exemplo
Acesso em: 24 fev. 2022.

SOARES, E. C. *et al.* **Características essenciais do microempreendedor individual de Boa Vista-RR.** 2019. Artigo disponível em:

<http://www.spell.org.br/documentos/ver/53967/caracteristicas-essenciais-do-microempreendedor-individual-de-boa-vista-rr> Acesso em: 13 mar. 2022.

SOUZA, A. L.; ALENCAR, A. S.; CAVALCANTE, Z. P. **A importância da contabilidade para o microempreendedor individual.** 2021. Artigo disponível em:

<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/download/31523/pdf#:~:text=A1%C3%A9m%20de%20poder%20melhorar%20o,%2C%20contabilidade%2C%20gest%C3%A3o%20e%20empresas> Acesso em: 29 mai. 2022.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

JORNADA
ACADÊMICA DE
GESTÃO
da Católica do RN

IMPACTOS E DESAFIOS DO SPED SOB A ÓTICA DOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE DA CIDADE DE MOSSORÓ/RN

Camilla Saionara Silva Santos

Graduanda em Ciências Contábeis
Faculdade Católica do RN
E-mail: camillaSaionara@gmail.com

Raissa Jayane Nogueira da Silva

Graduanda em Ciências Contábeis
Faculdade Católica do RN
E-mail: raissa.jn@hotmail.com

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorando em Administração e Controladoria
Universidade Federal do Ceará
italocarlos25@gmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorando em Administração e Controladoria
Universidade Federal do Ceará
geisoncalyo@hotmail.com

Jerferson Freitas da Silva

Mestrando em Administração e Controladoria
Universidade Federal do Ceará
jerfersonfreitas111@gmail.com

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar os impactos e desafios do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) sob a ótica dos profissionais da contabilidade da cidade de Mossoró/RN. Foi realizada uma pesquisa descritiva, quantitativa e do tipo *survey*, com aplicação de questionários. Com base nos resultados encontrados, foi possível concluir que os profissionais contábeis passaram por algumas mudanças em suas rotinas contábeis, sendo necessário investir em ferramentas de capacitação para os usuários do sistema, como treinamentos, cursos, palestras e desenvolvimento de *software*, para que estes se capacitassem para cumprir com as obrigações acessórias impostas pelo Fisco. Embora a implantação do SPED tenha ocasionado vantagens para os seus usuários, como a agilidade, praticidade e confiabilidade das informações, e o trâmite das informações entre Fisco e contribuinte tenha se tornado mais rápido e confiável, os respondentes afirmam, em sua maioria, que o sistema reduz os custos pela redução do uso do papel, mas que não diminui a carga de trabalho. Esse dado por ser entendido pelo fato do sistema digital diminuir o trabalho manual, mas ainda necessitar de usuários para alimentar as



informações. Outra dificuldade apontada pelos profissionais foi a complexidade e constante atualização da Legislação. O presente estudo contribui para que estudos posteriores sejam feitos baseados na mesma temática, aprofundando-se em analisar a percepção dos profissionais sobre a utilização do sistema e suas futuras atualizações.

Palavras-chave: contabilidade digital; SPED; obrigações acessórias.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade ao longo de toda a sua existência enfrentou diversas transformações. Antes os processos eram feitos de forma manual e, com o avanço da tecnologia, houve a necessidade de padronização das informações contábeis. Esse avanço tecnológico fez da área da contabilidade um campo mais ágil e eficaz, tanto no que diz respeito ao cumprimento da legislação fiscal, como na utilidade dessas informações para tomada de decisões (ORIGUELA, 2017).

É o avanço tecnológico constante que aperfeiçoa os processos de escrituração contábil. A integração das informações contábeis e fiscais junto aos órgãos fiscalizadores é uma de suas utilidades, representando assim a modernização da gestão tributária. O uso da contabilidade digital traz para o governo a centralização de todas essas informações, contribuindo para o combate da sonegação fiscal (TESSMANN, 2011).

Dentre os avanços tecnológicos que ocorreram na área contabilidade, tem-se o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED que é uma criação do Governo Federal do Brasil. O intuito do SPED é melhorar a apuração das informações contábeis e fiscais de todos os contribuintes (pessoas físicas ou jurídicas), para com o fisco. Uma vez que, em constante atualização é possível fiscalizar os dados de todos os contribuintes de uma forma mais ágil, eficiente e completa (SOUSA *et al.*, 2021).

Dentre os pontos positivos que a implantação do SPED trouxe aos profissionais, está a diminuição da utilização de papel, fazendo com que todos os envios e arquivos aconteçam de forma eletrônica. E, dessa forma, os profissionais devem cada vez mais se capacitar para atender a todas as exigências do mercado de trabalho, permitindo assim a valorização da profissão (LUCAS; NASCIMENTO, 2019).

O SPED Fiscal tem sido alvo de pesquisas, buscando-se observar a percepção dos profissionais de contabilidade sobre suas vantagens, desvantagens e quais os seus impactos, tais como Origuela (2017), que teve como objetivo identificar os impactos no exercício da profissão contábil com a criação do SPED. Segundo o autor, pode ser notado que existem dificuldades a partir do emprego do SPED, porém a busca por aperfeiçoamento traz a facilidade para com o sistema, visto também as mudanças que houve e a fidedignidade nos resultados apresentados.

Silveira, Silva e Fleury (2018) realizaram uma pesquisa de campo com contribuintes e contadores, de Cuiabá e Várzea Grande, objetivando demonstrar o avanço do projeto SPED sob a perspectiva dos contadores e contribuintes a fim de compreender quais os benefícios e desafios trazidos com a obrigatoriedade do projeto. Após a compilação dos dados e análise, é notório que as empresas tiveram bastantes benefícios,



com o emprego do sistema, tendo em vista que tornou tudo mais ágil e simples, a redução de fraudes foi uma das vantagens. Porém, nota-se também que houve desafios quanto ao enquadramento das empresas nas rotinas que atendessem as demandas impostas pelo fisco.

Diante disso, a pesquisa traz a seguinte questão de pesquisa: **Quais os impactos e desafios do SPED sob a ótica dos profissionais de contabilidade da cidade de Mossoró/RN?** Conforme a problemática, a pesquisa teve como objetivo analisar os impactos e desafios do SPED sob a ótica dos profissionais de contabilidade.

A presente pesquisa justifica-se pelo avanço na discussão sobre o tema, permitindo identificar a percepção dos profissionais da contabilidade acerca das vantagens, desvantagens e benefícios, assim também como as dificuldades enfrentadas a partir dessa implementação, e com isso, podendo possibilitar reflexões tanto para a academia, quanto para o mercado de trabalho, sobre a estruturação do SPED, tendo em vista que é um sistema que embora seja prático, exige uma capacitação específica para o seu manuseio.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONTABILIDADE DIGITAL

A contabilidade nas suas diversas transformações, tanto nos aspectos legais como no aspecto tecnológico, fez com que se tornasse necessário que as informações fossem passadas de forma mais clara, ágil e cada vez mais detalhadas para que toda decisão tomada fosse embasada nessa seguridade. É nesse contexto que surge a contabilidade digital, onde todas as informações são vistas de forma digital, o que possibilita um tratamento mais rápido das informações. E essas informações não trazem benefícios apenas para as empresas, mas também para o próprio contador (DIAS; FEISTIEL, 2020).

A contabilidade digital está atrelada a ideia de que, o uso dos meios tecnológicos entrega uma contabilidade mais confiável e em tempo real, assim também como as informações financeiras e todas as análises de dados. A tecnologia quando inclusa no meio contábil remete a integração dos processos, pois a entrada de dados passa a ser mais ágil, a precisão dos dados é aumentada e a margem de erro reduzida (AMARAL *et al.*, 2021). O mundo digital, assim como o contábil, está em constante evolução. Através das ferramentas digitais, utilizadas pelos contadores é possível entregar e relatar dados de forma mais clara e compreensível, no mesmo instante que rápida e precisa (ALBUQUERQUE FILHO; LOPES, 2021).

A partir desta evolução foram surgindo ferramentas, sendo elas importantes para o mercado. O uso dessas ferramentas traz inúmeros resultados positivos para as empresas do ramo contábil, empresas que investem na tecnologia. Alguns dos resultados positivos que o uso da tecnologia traz, são as comunicações que acontecem de forma mais ágil, os relatórios entregues mais precisos e com uma alta qualidade. As empresas têm se adequadado a esse cenário, mas do mesmo modo em que as atualizações acontecem de forma constante, as empresas devem estar também se atualizando e se adequando às



complexidades exigidas em seu ambiente contábil e desfrutando dos benefícios (DIAS; FEISTIÉL, 2020).

Uma das possibilidades que a contabilidade digital fornece ao fisco é o agrupamento das informações contábeis de uma forma mais controlada e responsável. Com a centralização das informações é possível reduzir as fraudes e detectar possíveis sonegações (PIRES, 2017). Diante desse contexto o Governo Federal implantou o SPED como uma ferramenta que padroniza os processos, facilitando a troca de informações entre contribuinte e fisco. A implantação desse sistema também unifica os livros contábeis e documentos que são utilizados para escriturações contábeis e fiscais (LUCAS; NASCIMENTO, 2019).

2.2 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED)

O SPED é uma criação do Governo Federal e foi através do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007 que foi instituído. Segundo o Art. 2º o SPED é uma ferramenta que faz a unificação dos processos de recepção, validação, armazenamento e autenticação dos livros e registros que consiste na escrituração contábil e fiscal, tanto dos empresários quanto das pessoas jurídicas, até mesmo as que estiverem imunes e isentas, através do fluxo único, que é computadorizado de informações (BRASIL, 2021).

O Art. 3º do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007 indica quais são os usuários do SPED, sendo eles: (i) a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda; (ii) as administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante convênio celebrado com a Secretaria da Receita Federal; e (iii) os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta que tenham atribuição legal de regulação, normatização, controle e fiscalização dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive as imunes ou isentas. Esses usuários indicam representantes que irão administrar o SPED, juntamente da Secretaria da Receita Federal (BRASIL, 2021).

O SPED é composto por módulos, sendo 12 em seu total. Cinco desses documentos são fiscais e os outros sete são escriturações, centrados tanto nas áreas de tributos estaduais como federais, obrigações sociais e contábeis (Lucas & Nascimento). Os 12 módulos são apresentados especificando sua finalidade e natureza, em cada um deles, possibilitando assim o processo. Em relação à implantação do SPED, Coelho *et al.* (2018) discorrem sobre impactos que ocorrem no ambiente empresarial em virtude das novas exigências do SPED. É exemplos desses impactos, a necessidade de investir na capacitação dos funcionários, bem como em sistemas que sejam especializados tanto em processos de informações contábeis quanto fiscais, que auxiliem o cumprimento das obrigações acessórias.

Ainda entre os impactos identificados por Coelho *et al.* (2018) o aumento das despesas nos setores administrativo, financeiro e fiscal também é um dos impactos identificado nos recursos organizacionais, esse fator contradiz com um dos princípios do Governo, com o projeto SPED, que seria o de reduzir os custos das empresas. Em contrapartida aos impactos, estão os pontos positivo que é refletido na praticidade de



entregar as informações ao fisco, o aumento na produtividade e em relação ao controle interno, uma melhor gestão.

Novaes *et al.* (2020) investigaram em sua pesquisa oportunidades e desafios do SPED na perspectiva dos profissionais contábeis. No que diz respeito às oportunidades encontradas, o autor relata que, embora haja insegurança da parte dos profissionais quanto a otimização do trabalho, o processamento de dados passe a ser mais ágil e ocorra a diminuição tanto na sonegação de impostos, quanto nos custos e etapas de trabalho, existe a contrapartida dos desafios que está atrelada a dificuldade na adaptação. No entanto foi concedido pelas empresas cursos e treinamentos para os usuários. A implantação do SPED trouxe uma maior exigência e atenção, porém a grande maioria dos profissionais considera-se preparados para utilização do sistema.

2.3 ESTUDOS ANTERIORES

Existem diversos estudos anteriores que abordam os impactos e desafios da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital. Neste sentido, o Quadro 1 apresentará pesquisas que abordaram o tema e a forma como foram abordados, permitindo assim acompanhar a evolução das pesquisas sobre o tema

Quadro 1 - Estudos anteriores sobre os impactos e desafios da implantação do SPED

Autoria / ano	Objetivos	Achados
Silva <i>et al.</i> (2018)	Analisar a percepção dos contadores quanto às dificuldades de competência técnica para a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) nas entidades do terceiro setor.	Percebeu-se que as dificuldades de modo geral estão presente na não compatibilidade da formação técnica dos profissionais, quanto os conhecimentos exigidos pela implantação do SPED.
Rigo e Bee (2019)	Identificar a percepção dos profissionais contabilistas em relação ao Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, como medida de controle à sonegação fiscal, buscando verificar se na opinião destes usuários, o SPED é uma ferramenta eficaz e capaz de controlar a evasão fiscal.	Observa-se que o SPED trouxe impactos positivos, tanto na gestão melhorada bem como a redução do trabalho de escrituração e concorrência desleal. O SPED também foi apontado como uma ferramenta eficaz no combate a sonegação e identificação de ilícitos tributários, tendo em vista que passou a exigir mais das informações repassadas ao fisco.
Aires <i>et al.</i> (2020)	Identificar as mudanças na rotina contábil no âmbito fiscal e trabalhista ocasionada pela implantação do SPED fiscal e eSocial.	O SPED é um ponto positivo mediante a entrega das obrigações rescisórias que passaram a ser simplificada. As mudanças foram refletidas na exatidão da entrega das informações trabalhistas, a demanda do trabalho foi aumentada, de igual modo o gasto de recurso e a atualização trabalhista.
Albuquerque Filho e Lopes (2021)	Identificar os benefícios e dificuldades a partir da implantação do SPED na concepção dos profissionais de contabilidade de Fortaleza/CE.	Houve benefícios e dificuldades. Os benefícios foram refletidos na disponibilidade da informação de qualidade, em contrapartida com as dificuldades de conhecimento sobre os softwares da área. Embora haja uma



		relevância na estimativa das informações, é necessário que os profissionais contábeis estejam em constante evolução, inclusive na área tecnológica.
--	--	---

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

No contexto dos estudos anteriores apresentados no tópico anterior, podem ser observados em linhas gerais, os impactos, desafios, vantagens e desvantagens que a implantação do SPED, trouxe para o ambiente organizacional. Dentre as vantagens que o SPED trouxe para as empresas e áreas diversas, expostas acima, está a diminuição do uso do papel, tendo em vista que o sistema é totalmente eletrônico; a redução de retrabalho nas escriturações, a entrega das obrigações rescisórias que passaram a ser feitas com mais agilidade e de forma simplificada, melhorando a integração entre fisco e contribuinte. Como uma das principais vantagens que o SPED trouxe, está também a redução de fraudes e a identificação de sonegação de impostos.

Em contrapartida as vantagens, estão os desafios e impactos, tais como, as atualizações que as áreas tecnológicas tiveram que passar para se adequar ao novo modelo de sistema, a ausência de conhecimento apropriado para a utilização do mesmo. E um dos desafios, observado de forma predominante em quase todos os estudos anteriores foi o de que, todos os profissionais de contabilidade, que façam o manuseio do sistema devem estar em constante evolução e atualizações sobre os novos softwares. Tendo em vista que assim como o Sistema trouxe mudanças em sua implantação, a contabilidade nunca para de se atualizar em seu todo.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracterizou-se como descritiva quanto ao seu objetivo, na medida em que objetiva analisar os impactos e desafios do SPED sob a ótica dos profissionais de contabilidade da cidade de Mossoró/RN. A pesquisa descritiva utiliza de técnicas de coletas de dados, padronizadas, como uma de suas principais características, com a finalidade de detalhar as particularidades de uma determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2008).

Com base nos procedimentos utilizados para a obtenção dos resultados deste trabalho, a abordagem da problemática se deu por meio de uma pesquisa quantitativa, com característica transversal, onde foi estudado um único período de tempo para analisar o objetivo deste estudo; quantitativo no que diz respeito ao apontamento numérico da frequência e intensidades do comportamento da população abordada. Neste tipo de abordagem, o pesquisador, após selecionar quem será o seu grupo alvo, realiza testes ou questionários com perguntas objetivas e os resultados são analisados de forma objetiva e por meio de métodos estatísticos (PASCHOARELLI; MEDOLA; BONFIM, 2015).

A coleta de dados se deu por meio de um questionário feito com base nos estudos de Novaes *et al.* (2020) e Coelho *et al.* (2018). O questionário contém dezoito (18) questões, sendo uma (1) delas, aberta e opcional e as demais fechadas, de múltipla escolha e com escala *likert* de cinco pontos de concordância, onde o número 1 é “discordo totalmente”, o 2 é “discordo parcialmente”, o 3 “não concordo nem discordo”, o 4



“concordo parcialmente”, e o número 5 “concordo totalmente”. As questões foram divididas em duas partes, sendo a primeira parte formada por questões que traçaram o perfil dos respondentes, como gênero; faixa etária; tempo de atuação profissional; formação e área de atuação. E a segunda parte do questionário foram questões voltadas para a percepção dos respondentes sobre o uso do SPED, quais os impactos e desafios foram causados pela sua implantação, bem como quais vantagens e desvantagens houve.

Após a coleta por meio do instrumento de pesquisa, os dados foram tabulados com o auxílio do *Microsoft Office Excel* e em seguida tratados com o *software SPSS – Versão 22*. Após esse processo, os dados foram organizados em tabelas, para melhor visualização dos resultados e por fim, foi realizado um confronto com a literatura, para o alcance do objetivo da pesquisa.

Para a questão aberta, utilizou-se a análise de conteúdo, que consiste em um conjunto de técnicas de análises das comunicações, onde o investigador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos das mensagens (BARDIN, 2011). Para tanto, inicialmente contou-se com a ferramenta do *software Atlas.ti – versão 9*, que possibilitou a codificação aberta dos discursos e permitiu visualizar as palavras-chave mais citadas para a questão aberta, por meio da ferramenta "nuvem de palavras".

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção serão apresentados os dados que foram coletados por intermédio da aplicação do questionário. O questionário foi elaborado e dividido em duas partes. Sendo a primeira parte formada por questões que traçaram a caracterização da amostra do estudo, ou seja, o perfil dos respondentes, e a segunda parte do questionário formada por questões com o objetivo de analisar a percepção dos profissionais da contabilidade, quanto aos impactos, desafios, as vantagens e desvantagens, que a implantação do SPED trouxe ao cotidiano desses profissionais.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A Tabela 1 apresenta a caracterização da amostra do estudo quanto aos itens: gênero, faixa etária, formação, tempo de exercício profissional e área de atuação. Quanto ao gênero dos respondentes, mostra-se com uma maior predominância para o masculino (61,9%) e o gênero feminino, um percentual de 38,1%. Com relação à faixa etária dos profissionais, foi possível verificar que a idade predominante foi de 31 a 40 anos com 38,1% de percentual. Já baseado na formação, especialização se destaca com 47,6% das respostas, seguida da graduação (33,3%) e mestrado (19%).

Com relação ao tempo de exercício profissional, é possível observar que a faixa 5 a 10 anos é a mais relevante, seguido da faixa 3 a 5 anos (28,6%), e a faixa acima de 10 anos (23,8%), podendo demonstrar dessa forma que os respondentes da pesquisa têm uma permanência nesse tipo de atividade. Verificou-se, ainda, a área de atuação e com base nos resultados, é possível observar que o maior percentual esteve em todos (23,8%), ou seja, dentre os respondentes, a maioria deles atuam em todas as áreas.



Tabela 1: Caracterização da amostra do estudo

Caracterização da amostra		Frequência	Porcentagem (%)
Gênero	Masculino	13	61,9
	Feminino	8	38,1
Faixa etária	26 a 30 anos	6	28,6
	31 a 40 anos	8	38,1
	41 a 50 anos	3	14,3
	Acima de 50 anos	4	19,0
Formação	Graduação	7	33,3
	Especialização	10	47,6
	Mestrado	3	19,0
Tempo de exercício profissional	Até 2 anos	3	14,3
	3 a 5 anos	6	28,6
	5 a 10 anos	7	33,3
	Acima de 10 anos	5	23,8
Área de atuação	Contábil	1	4,8
	Contábil e outros	3	14,3
	Contábil e pessoal	1	4,8
	Docência	1	4,8
	Fiscal/tributário	4	19,0
	Fiscal e contábil	1	4,8
	Fiscal, contábil e pessoal	4	19,0
	Pessoal	1	4,8
	Todos	5	23,8

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

4.2 PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS SOBRE O SPED

Inicialmente, a Tabela 2 apresentará uma visão geral dos profissionais contábeis sobre o SPED. O item 1 mostra que dentre os módulos utilizados pelos profissionais encontra-se em destaque os módulos EFD e NF-E, mas que em maior predominância os respondentes afirmaram que fazem uso de todos os módulos.

Conforme a Tabela 2 é possível observar que 95,2% afirmam que o SPED proporcionou agilidade no processamento e no acesso de dados (item 2). Os resultados desta pesquisa se assemelham aos estudos de Novaes *et al.* (2020) e Origuela (2017), que também constataram uma visão positiva dos profissionais em seus respectivos estudos. Quanto à confiabilidade das informações (item 3), 61,9% "Concordam parcialmente", semelhante ao estudo de Godoi *et al.* (2019). Enquanto 76,2% dos respondentes concordam que a implantação do SPED ocasionou uma diminuição na sonegação de impostos, estando de acordo com o estudo de Sousa (2021) que obteve resultado semelhante.

Portanto, com base nos resultados encontrados na Tabela 2, nota-se que a implantação do SPED trouxe muitos benefícios, contudo, o fato de "concordo parcialmente" estar em algumas questões, igual ao "concordo totalmente", pode representar uma insegurança da parte de alguns profissionais, quanto às vantagens do sistema.



Tabela 2: Percepção dos profissionais contábeis sobre o SPED

Variáveis	Descrição	Freq.	(%)
1. Quais módulos do SPED utiliza em sua rotina?	ECD	1	4,8
	EFD e NF-E	6	28,6
	NF-E	2	9,5
	Todos	12	57,1
2. O SPED proporcionou agilidade no processamento e no acesso de dados.	Discordo totalmente	1	4,8
	Concordo	10	47,6
	parcialmente	10	47,6
	Concordo totalmente		
3. O SPED otimizou a confiabilidade das informações.	Indiferente	1	4,8
	Concordo	13	61,9
	parcialmente	7	33,3
	Concordo totalmente		
4. Ocorreu diminuição na sonegação de impostos após a implantação do SPED.	Discordo	1	4,8
	parcialmente	4	19,0
	Indiferente	8	38,1
	Concordo	8	38,1
	parcialmente		
Concordo totalmente			

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Tabela 3 apresentará ainda alguns itens sobre a percepção dos profissionais contábeis sobre o SPED. Os resultados encontrados na Tabela 3, referente à redução das etapas de trabalho teve como resultado um percentual de 57,1% em “discordo totalmente”, discordando dos resultados encontrados por Novaes *et al.* (2020), que observaram uma redução parcial das etapas de trabalho, ao passo que se assemelha ao estudo de Origuela (2017) que em seus resultado também encontrou uma maior frequência no aumento da carga de trabalho.

Já quanto aos resultados referentes à redução de custos, nota-se uma predominância em “concordo parcialmente” (42,9%), estando alinhado ao estudo de Novaes *et al.* (2020), mas em desacordo com o estudo de Origuela (2017) que teve como resultado um aumento nos custos. Com isso, é possível observar que embora o trabalho manual tenha sido substituído pelo sistema, não diminui as etapas de trabalho, pois os usuários agora deverão alimentar o sistema, mas reduz o custo, pois é reduzida a utilização de papel.

Verificou-se ainda que 85,8% dos respondentes concordam de que estão aptos para manuseio do sistema, semelhante aos estudos de Glória e Takaishi (2018) e Novaes *et al.* (2020). Quanto ao preparo das empresas, 52,4% dos respondentes “concordam totalmente” de que as empresas estão totalmente adequadas ao SPED, seguido de 42,9% que “concordaram parcialmente” de que foram fornecidos instrumentos de capacitação, assemelhando-se assim, com o estudo de Araújo (2019) que também concorda totalmente com a afirmação. Com isso é possível observar que tanto as empresas como os profissionais, tem se atualizado mediante as obrigações acessórias, ao longo da implantação do sistema.



Tabela 3: Percepção dos profissionais contábeis sobre o SPED

Variáveis	Descrição	Freq.	(%)
1. O uso do SPED reduz as etapas do meu trabalho.	Discordo totalmente	12	57,1
	Discordo parcialmente	3	14,3
	Indiferente	1	4,8
	Indiferente	3	14,3
	Concordo parcialmente	2	9,5
	Concordo totalmente		
2. O SPED proporcionou redução de custos.	Discordo totalmente	5	23,8
	Discordo parcialmente	3	14,3
	Indiferente	1	4,8
	Indiferente	9	42,9
	Concordo parcialmente	3	14,3
	Concordo totalmente		
3. Se considera apto (a) para manusear o SPED.	Discordo totalmente	1	4,8
	Indiferente	2	9,5
	Concordo parcialmente	9	42,9
	Concordo parcialmente	9	42,9
	Concordo totalmente		
4. A empresa em que trabalho está totalmente adaptada ao SPED.	Discordo parcialmente	1	4,8
	Indiferente	1	4,8
	Indiferente	8	38,1
	Concordo parcialmente	11	52,4
	Concordo totalmente		
5. Foram fornecidos instrumentos de capacitação.	Discordo totalmente	1	4,8
	Discordo parcialmente	1	4,8
	Indiferente	3	14,3
	Indiferente		
	Concordo parcialmente	9	42,9
	Concordo parcialmente		
Concordo totalmente	7	33,3	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Tabela 4 apresentará como a empresa se preparou para cumprir com as novas obrigações do SPED. Observa-se uma maior predominância em treinamentos, cursos e palestras aos funcionários, seguido de desenvolvimento de software e projeto junto ao time fiscal e demais áreas desenvolvidas, 38,1% e 28,6%, respectivamente.

Tabela 4: Como a empresa se preparou para cumprir com as novas obrigações do SPED?

Opinião	Freq.	(%)
1. Treinamentos, cursos e palestras aos funcionários.	8	38,1
2. Desenvolvimento de <i>software</i> e projeto junto ao time fiscal e demais áreas desenvolvidas.	6	28,6
3. Investimento em sistemas e contratações de empresas especializadas em processo de informação contábeis e fiscais.	3	14,3
4. Contratação de profissionais qualificados.	3	14,3
5. Outros.	1	4,8

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).



O resultado encontrado na presente pesquisa, se assemelha ao resultado de Coelho *et al.* (2018) que constataram que as empresas também se prepararam por meio de investimento em treinamento e cursos para funcionários, bem como o estudo de Rael *et al.* (2020) que identificaram que as empresas estão em constante atualizações para o cumprimento das obrigações.

A Tabela 5 apresentará a avaliação dos respondentes sobre os benefícios da aplicação do SPED, em que foram apresentadas afirmativas que vão desde informações obtidas com maior rapidez e detalhamento à maior fiscalização dos órgãos.

Tabela 5: Qual a sua avaliação sobre os benefícios da aplicação do SPED?

Opinião	Freq.	(%)
1. Informações obtidas com maior rapidez e detalhamento.	9	42,9
2. Simplificação e unificação das informações.	6	28,6
3. Aperfeiçoamento do combate à sonegação.	3	14,3
4. Redução com os custos de armazenamento e emissão de papel.	2	9,5
5. Maior fiscalização dos órgãos	1	4,8

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Como mostra a Tabela 5, o item 1 foi que apresentou maior predominância, demonstrando que dentre os benefícios que a aplicação do SPED trouxe, destacou-se as informações obtidas com maior rapidez e detalhamento (42,9%), desta forma, comparado aos estudos de Coelho *et al.* (2018) e Webber (2018) é possível observar que além da rapidez e detalhamento, está presente nos benefícios, a simplificação e unificação das informações (item 2), bem como, a qualidade das informações e a agilidade nas conferências.

A Tabela 6 apresentará a percepção dos profissionais em relação as principais mudanças nas rotinas da área contábil. Dentre as principais mudanças nas rotinas da área contábil, a Tabela 6 mostra que, na percepção dos respondentes, a maior mudança ocorrida foi a constante atualização junto a Legislação para entendimento e possíveis aplicações (item 1) com um percentual de 52,4%.

Tabela 6 – Quais as principais mudanças nas rotinas da área contábil?

Opinião	Freq.	(%)
1. Constante atualização junto a Legislação para entendimento e possíveis aplicações.	11	52,4
2. Maior exigência, velocidade e detalhamento nos lançamentos contábeis.	6	28,6
3. Realocação de profissionais e recursos e locação de tempo.	2	9,5
4. Aumento no montante de trabalhos e obrigações a serem cumpridas.	2	9,5

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

O estudo de Godoi *et al.* (2019), em sua pesquisa encontraram como principal mudança a maior frequência em exigência no assunto e a necessidade de treinamentos, cursos e palestras, e Coelho *et al.* (2018), afirmaram que as rotinas passaram por mudanças de alocação de tempo e recursos, tendo em vista o aumento no montante de trabalhos e obrigações.

A Tabela 7 apresentará a percepção dos profissionais quanto aos principais impactos causados pelo SPED, em que os respondentes poderiam optar pelos seguintes



itens: Praticidade para passar as informações necessárias ao Governo; Agilidade e melhoria na gestão em relação ao controle interno das informações; Aumento da produtividade; e Aumento no montante de trabalhos e obrigações a serem cumpridas.

Tabela 7 – Quais os principais impactos causados pelo SPED?

Opinião	Freq.	(%)
1. Praticidade para passar as informações necessárias ao Governo.	13	61,9
2. Agilidade e melhoria na gestão em relação ao controle interno das informações.	5	23,8
3. Aumento da produtividade.	2	9,5
4. Aumento no montante de trabalhos e obrigações a serem cumpridas.	1	4,8

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A Tabela 7 apresenta quais os principais impactos que foram causados pelo SPED, e pode-se observar que a maior predominância de porcentagem se encontra no item 1, praticidade para passar as informações necessárias ao Governo (61,9%) se assemelhando ao estudo de Coelho *et al.* (2018) que também afirmaram que dentre os principais impactos está a praticidade para passar as informações necessárias ao Governo. Já o estudo de Santos (2017) que constatou que o maior impacto encontrado foi a necessidade de investimento em Tecnologia da Informação – TI, e o aumento dos custos operacionais dos serviços prestados.

A Tabela 8 apresentará qual a maior dificuldade enfrentada pelos usuários do sistema, em relação a obrigatoriedade. Referente a maior dificuldade encontrada em relação a obrigatoriedade, a Tabela 8 mostra que, em maior predominância, se encontrou o item 1, que foi encontrar empresas e profissionais com adequada qualificação técnica, totalizando 52,4% das respostas.

Tabela 8 – Qual a maior dificuldade encontrada em relação à obrigatoriedade?

Opinião	Freq.	(%)
1. Encontrar empresas e profissionais com adequada qualificação técnicas.	11	52,4
2. A complexidade na Legislação.	4	19,0
3. Adaptações aos sistemas digitais	3	14,3
4. Atualizações constantes nos programas, dificultando o processo de importação.	3	14,3

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

O resultado encontrado na presente pesquisa discorda do resultado encontrado por Coelho *et al.* (2018), que encontraram como maior dificuldade as adaptações necessárias aos sistemas digitais, mas semelhante ao estudo de Silva Filho (2015), que também encontrou com maior dificuldade, a escassez de pessoas qualificadas para o manuseio do sistema.

4.2.1 Vantagens e desvantagens do SPED

Adicionalmente, na última questão do instrumento de pesquisa foi proposto aos profissionais contábeis que descrevessem, com suas palavras, as principais vantagens e desvantagens do SPED. Desta forma, nesta subseção, serão apresentados os principais discursos referentes à essa questão.



Inicialmente, as respostas de cada participante foram selecionadas; em seguida, realizou-se sua leitura na íntegra, excluindo-se as respostas em branco, haja vista que as respostas para esta questão eram de natureza opcional; com o auxílio do *software* Atlas.ti – versão 9, realizou-se codificação aberta, que permitiu, ao final, visualizar as palavras-chave mais citadas por meio da ferramenta "nuvem de palavras".

Para melhor visualização das respostas dos participantes, o Quadro 3 apresenta as principais vantagens e desvantagens que o SPED ocasionou no cotidiano de cada profissional contábil. O Quadro 3 é dividido em duas colunas, que sintetizam e expõem as principais vantagens e desvantagens separadamente.

Quadro 3 – Principais vantagens e desvantagens do SPED

Participantes	Vantagens	Desvantagens
Participante 1	Unificação de várias obrigações	Prazos e falta de apoio do governo com relação a conteúdo para uso das novas ferramentas.
Participante 2	Praticidade	Alta de estrutura, problemas de envio e validação das informações, mudança na cultura operacional da empresa e falta de conhecimento dos processos e tecnologias.
Participante 3	Segurança de dados	Volume de informação
Participante 4	Praticidade para passar as informações necessárias ao Governo	Empresas do Simples Nacional estarem obrigadas.
Participante 5	Agilidade na entrada e escrituração e possibilidade de uma análise e cruzamento mais rápida dos dados fornecidos.	A maior desvantagem é a complexidade da legislação.
Participante 6	Praticidade de envio de documentos ao fisco	Deficiência de programação dos sistemas
Participante 7	Cruzamento de informações e combate às sonegações	Falta de investimento da empresa em profissional capacitado sobrando para contabilidade, correção de erros simples.
Participante 8	Unificar informações e tornar mais célere o trâmite para o governo federal	Alta complexidade da legislação fiscal torna difícil atender à cada exigência dos blocos que compõem o SPED, seja ECD, EFD Fiscal ou EFD contribuições.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

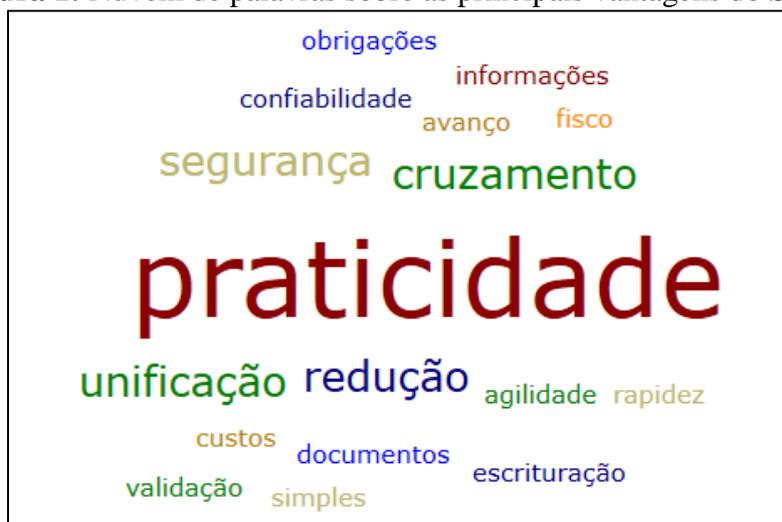
Com base nos resultados encontrados no Quadro 3, pode-se observar que, em linhas gerais, as maiores vantagens ocasionadas pelo SPED foram a praticidade para passar as informações para o fisco; a segurança de dados; o cruzamento de informações, bem como o combate às sonegações e a unificação das várias obrigações e informações.

Quanto às desvantagens, destacam-se: os prazos de envio; a mudança na cultura operacional da empresa, bem como a falta de conhecimentos tecnológicos; a falta de profissionais capacitados e a complexidades. Com base nisso, pode-se observar que embora o sistema seja ágil e prático, ainda existem dificuldades com as complexidades e a falta de capacitação para manuseio do sistema.

Como já citado, utilizou-se o *software* Atlas.ti para visualizar as palavras-chave mais citadas durante as respostas dos profissionais contábeis para a questão aberta. Assim,

gerou-se a nuvem de palavras, composta pelas principais palavras-chave que demonstram as principais vantagens do SPED sob a ótica dos profissionais contábeis, conforme a Figura 1. Observa-se que as palavras-chave mais citadas foram “praticidade”, seguido de “unificação”; “segurança”; “redução”, demonstrando assim que estas são as principais vantagens visualizadas pelos profissionais contábeis da amostra.

Figura 1: Nuvem de palavras sobre as principais vantagens do SPED



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Do mesmo modo, também com o auxílio do *software* Atlas.ti, gerou-se a nuvem de palavras sobre as principais desvantagens do SPED sob a percepção dos profissionais contábeis, de acordo com as respostas obtidas na questão aberta, conforme disposta na Figura 2, a seguir.

Figura 2: Nuvem de palavras sobre as principais vantagens do SPED



Fonte: Dados da pesquisa (2022).



A Figura 2 apresenta, na nuvem de palavras, quais as palavras que mais foram mencionadas, referente as desvantagens da implantação do SPED, e a partir do exposto, pode-se observar que em maior predominância se encontra “complexidade”, ou seja, embora hajam vantagens, ainda há uma vasta complexidade quanto a Legislação, prazos e atualizações constantes do sistema.

Em linhas gerais, observou-se que os profissionais contábeis passaram por algumas mudanças em suas rotinas contábeis, sendo necessário investir em ferramentas de capacitação para os usuários do sistema, como treinamentos, cursos, palestras e desenvolvimento de software, para que estes se capacitassem para cumprir com as obrigações acessórias impostas pelo Fisco.

Embora a implantação do SPED tenha ocasionado vantagens para os seus usuários, como a agilidade, praticidade e confiabilidade das informações, e o trâmite das informações entre Fisco e contribuinte tenha se tornado mais rápido e confiável, os respondentes afirmam, em sua maioria, que o sistema reduz os custos pela redução do uso do papel, mas que não diminui a carga de trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar os impactos e desafios do SPED sob a ótica dos profissionais da contabilidade da cidade de Mossoró/RN. Feita a análise dos dados obtidos através do questionário, respondido pelos profissionais, pode-se concluir que com a implantação do SPED as empresas passaram por diversas mudanças em suas rotinas, e para acompanhar essas mudanças, as empresas forneceram instrumentos de capacitação aos funcionários que se deram por meio de treinamentos, cursos e palestras, como também o desenvolvimento de software para conseguirem cumprir todas as exigências impostas pelo Governo.

A implantação do SPED proporcionou agilidade no processamento e acesso dos dados, e através dessa agilidade as informações passaram a serem obtidas com maior rapidez, detalhamento e confiabilidade, sendo possível encontrar todas as informações necessárias, em um único sistema de uma forma detalhada e prática. Com isso, o trâmite das informações passadas ao governo, se tornou mais prático, havendo uma diminuição na sonegação de impostos.

Embora os usuários presentes nesta pesquisa se considerem, em sua grande maioria, aptos para manuseio do sistema e considerem que as empresas estão totalmente adequadas para o uso do sistema, com base nos resultados encontrados constatou-se que ainda existem dificuldades e desvantagens, enfrentadas pelos profissionais, tais como, a escassez de empresas e profissionais com a adequada capacitação, a constante atualização e a complexidade da nossa ampla Legislação brasileira. Os profissionais ainda afirmam que a carga de trabalho, diferente dos custos, não teve redução, e isso pode ser entendido pela substituição do trabalho manual, antes feito através de papeis, para a alimentação das informações, no sistema digital.

O estudo apresenta contribuições de cunho acadêmico e profissional. Do ponto de vista acadêmico, no que diz respeito ao avanço que a discussão sobre o tema pode ter, abrangendo e aprofundando ainda mais sobre o assunto. Do ponto de vista profissional,



no quesito de que possibilita a percepção dos profissionais contábeis, sendo possível visualizar os impactos e dificuldades enfrentadas pelos usuários do sistema, bem como as vantagens e desvantagens que a implantação do SPED trouxe para a rotina desses profissionais.

Como limitações, o trabalho apresenta o número reduzido da amostra, que impossibilita que sejam realizados testes estatísticos mais robustos. Desta forma, sugere-se que estudos posteriores sobre o tema utilizem amostras mais numerosas, para que seja possível a utilização de outras ferramentas estatísticas, ou ainda que sejam feitos estudos analisando a percepção não só de profissionais contábeis, incluindo também docentes e discentes da contabilidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE FILHO, Antonio Rodrigues; LOPES, Francisco Johny Rodrigues. Benefícios e dificuldades a partir da implementação do SPED: um estudo com profissionais de contabilidade. **Navus: Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 11, n. 1, p. 1-15, 2021.

AIRES, Ana Paula *et al.* Os reflexos na rotina do profissional contábil em meio a era da contabilidade digital: um estudo acerca da implantação do esocial e SPED Fiscal. **Revista Conhecimento Contábil**, v. 10, n. 2, 2020.

ARAÚJO, Rosicleide Alves Silva de. **Impactos da implementação do Sistema Público de Escrituração Digital: a percepção dos contadores nos escritórios de contabilidade de João Pessoa. 2019.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, UFPA, João Pessoa, 2019.

AMARAL, Célio Augusto Matos *et al.* A importância da evolução da contabilidade digital e o impacto que esse mecanismo pode gerar nas pequenas e médias empresas. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 10, p. 99465-99482, 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 70 ed. São Paulo, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Decreto Nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007**. Constituição Federal. Brasil, 22 jan. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007_2010/2007/decreto/d6022.htm. Acesso em: 27 nov. 2021.

CARNEIRO, Amona Priscila dos Santos; BRITO, Djane de; RODRIGUES, Itamar da Silva. Sped (Sistema Público De Escrituração Digital): Impactos Do Sistema Nas Empresas De Contabilidade. **ICESP – Faculdade Promove de Brasília**, v. 1, p. 1-15, 2015.



DIAS, Lorena. **Era digital—desafios e avanços dos processos em escritórios de contabilidade.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás – Goiânia-GO, 2020.

FORMIGONI, Henrique *et al.* Os impactos da implantação do SPED nos recursos organizacionais das empresas. **Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos (REDECA)**, v. 5, n. 1, p. 143-160, 2018.

GODOI, Thaís Pollyana. **Profissional contábil à frente de mudanças: SPED-ECD. 2019.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Inhumas, FACMAIS, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GLÓRIA, Abner Lázaro Sales *et al.* **A percepção dos operadores contábeis na implantação do SPED nos escritórios de contabilidade no município de Tomé-Açu/PA. 2018.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal Rural da Amazônia, UFRA, Tomé-Açu/PA, 2018.

LUCAS, Jobson Eduardo. **Impacto da implantação dos sistemas sped na percepção profissional contabilista de Mossoró/RN.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, Mossoró/RN, 2019.

MILHOMEM, Belkia Quixabeira *et al.* Impactos da implantação do SPED fiscal nas empresas do município de Palmas/TO. In: EGEPE-ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 2016. **Anais [...].** EGEPE, 2016.

NOVAES, VITÓRIA MARIA REIS *et al.* Oportunidades e Desafios do SPED na Perspectiva dos Profissionais Contábeis: Uma Análise sob a Ótica da Teoria Contingencial. In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 17, 2020. **Anais [...].** USP, 2020.

ORIGUELA, Leticia Aparecida. Os Principais Impactos do SPED na Profissão Contábil: Uma Análise da Percepção dos Profissionais de Contabilidade. **Caderno Profissional de Administração da UNIMEP**, v. 7, n. 1, p. 45-62, 2017.

OLIVEIRA, Christian Vieira *et al.* Percepção dos profissionais contábeis da região metropolitana de belo horizonte sobre a implantação do sped. **RAGC**, v. 4, n. 16, 2016.



PIRES, Fernando Gomes Silva. **Contabilidade e sua evolução na era digital**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Cacoal - RO, 2017.

PASCHOARELLI, L. C.; MEDOLA, F. O.; BONFIM, G.H.C. PASCHOARELLI, L. C.; MEDOLA, F. O.; BONFIM, G.H.C. Características Qualitativas, Quantitativas e Quali-quantitativas de Abordagens Científicas: estudos de caso na subárea do Design Ergonômico. **Revista de Design, Tecnologia e Sociedade**, vol.2, n.1. 2015.

RIGO, Vitor Paulo; BEE, Vanessa. A percepção dos contabilistas em relação à implantação do sistema público de escrituração digital como medida de controle à sonegação fiscal. In: Seminário de Iniciação Científica e Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2019. **Anais [...]**. SIC e SIEPE, 2019.

REAL, Milena Gonçalves et al. SPED: Evolução da fiscalização e perspectiva do contabilista. **Revista Liceu On-Line**, v. 10, n. 1, p. 178-195, 2020.

SILVA FILHO, G. M.; LEITE FILHO, P. A. M; PEREIRA, T. R. L. Sistema público de escrituração digital: benefícios e dificuldades na visão dos operadores de contabilidade do município de João Pessoa. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 16, n. 3, p. 50-60, 2015.

SOUSA, Daniel Fernandes *et al.* Os impactos da evolução do projeto sped em escritórios de contabilidade de Luziânia–GO. **Humanidades e tecnologia (FINOM)**, v. 29, n. 1, p. 28-49, 2021.

SILVA, Amanda de Lima Marques *et al.* Percepção dos contadores quanto às dificuldades de competência técnica para a implantação do sped nas entidades do terceiro setor, em cumprimento à instrução normativa nº 1.510/2014. **Revista Ambiente Contábil**, v. 10, n. 1, p. 347-370, 2018.

SANTOS, Jaqueline Eloy dos. **A implantação do Projeto SPED da Receita Federal e seu impacto nos escritórios de contabilidade do município de Porto Alegre–RS. 2017**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2017.

SILVEIRA, Daniel Lucas Dos Santos; SILVA, Denilce Teixeira De Toledo; FLEURY, Talita Zanato. **O avanço do sistema público de escrituração digital (SPED) e seus reflexos sob a perspectiva dos contribuintes e contadores**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG, Várzea Grande, 2018.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



TESSMANN, Gislaine de Melo. **O desafio da contabilidade digital para os profissionais contábeis.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2011.

WEBBER, Rafael da Rosa. **A importância do software contábil no envio das obrigações acessórias com ênfase no Sped contábil.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma, 2018.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DA ÁREA DE GESTÃO SOBRE A RELEVÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA GESTÃO EMPRESARIAL

Alexandre Cássio de Queiroz

Graduando em Ciências Contábeis

Faculdade Católica do RN

E-mail: alexandre.queiroz66@gmail.com

Christina Glaukia de Medeiros Jácome

Graduanda em Ciências Contábeis

Faculdade Católica do RN

E-mail: gerencia@proel.com.br

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorando em Administração e Controladoria

Universidade Federal do Ceará

E-mail: italocarlos25@gmail.com

Sabrina Paulino de Oliveira

Mestranda em Ciências Contábeis

Universidade Federal do RN

E-mail: sabrinacontadora3@gmail.com

RESUMO

A sustentabilidade, entendida como um conjunto de atividades que envolvem a relação da empresa com o ambiente, com a economia e com a sociedade, possibilita melhorias na imagem e reputação das empresas, captação vantajosa de recursos financeiros e maior vantagem competitiva. Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo analisar a percepção dos alunos da área de gestão sobre a importância da sustentabilidade ambiental na gestão empresarial. Para tanto, realizou-se um estudo de caráter exploratório-descritivo, de natureza quantitativa, cujo procedimento técnico adotado foi o levantamento do tipo *survey*, com aplicação de questionários a estudantes da área de gestão. Os resultados permitiram concluir que a maioria dos alunos respondentes compreendem do que se trata e consideram importante a relevância a adoção de medidas sustentáveis em uma perspectiva voltada para a gestão de empresas, mesmo que a sustentabilidade ambiental ainda seja uma prática pouco difundida nas organizações, mas que está ganhando muita relevância e tem grandes perspectivas de que através dela se obtenha a geração de lucro e visibilidade para as empresas que a adotam.

Palavras-chave: Sustentabilidade ambiental. Gestão ambiental. Agenda 2030.



1 INTRODUÇÃO

O ser humano é fonte inesgotável de inovação, porém para que consiga acessar sua criatividade, seu potencial natural, necessita de um ambiente adequado. Surge então o tema da sustentabilidade, onde se percebeu que, não se pode avançar no desenvolvimento sem preservar e desenvolver o ambiente em suas duas esferas, sendo o ambiente de contato imediato do sujeito, que é a própria empresa, e o ambiente de contato social que é o local onde a empresa está inserida (SCHUTEL; MENDES; WAZLAWICK, 2010).

Com isso, a sustentabilidade ambiental tornou-se um debate constante em diversas áreas temáticas relacionados à gestão empresarial das organizações, atuando como uma ferramenta relevante para solucionar problemas decorrentes da relação homem-produção ambiente. Destacando a concepção quando a relação entre a natureza e a humanidade, sendo necessárias práticas adequadas das organizações frente ao crescimento econômico, levando em consideração que o meio ambiente é um recurso limitado (KRUGER; PETRI, 2019).

Neste contexto, a contabilidade ambiental é uma aplicação da ciência contábil que auxilia os administradores empresariais na compreensão e aplicação das políticas ambientais, atuando como ferramenta de informação para registrar e mensurar os eventos econômicos relativos ao meio ambiente. Seu foco consiste na evidenciação da responsabilidade social das empresas através das demonstrações contábeis e na aplicação gerencial, como controle de custos e despesas ambientais (BRAGA, 2016).

Por intermédio da contabilidade ambiental se adota a sustentabilidade corporativa como uma estratégia das empresas e uma oportunidade de grande relevância, para traçar um caminho para a solução de desafios sociais e ambientais (ENGERT; RAUTER; BAUMGARTNER, 2015). Existe um interesse cada vez maior da sociedade e das empresas na evolução do setor empresarial em direção à sustentabilidade, uma vez que as corporações têm a chance de desempenhar um papel relevante na busca pelo desenvolvimento sustentável (BAUMGARTNER, 2014).

Nos últimos anos, vem se observando um aumento expressivo de empresas adotando medidas de Sustentabilidade Corporativa. Mais de 12.000 empresas alocadas em 160 países apoiam o United Nations Global Compact (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT, 2021), um pacto global em busca de um mundo melhor. Atualmente é a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 16 mil participantes, entre empresas e organizações, distribuídos em 70 redes locais. Portanto, é uma iniciativa voluntária que fornece diretrizes para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania, por meio de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras.

De uma forma complementar, a educação auxilia a ampliar o conhecimento, senso crítico e conscientiza ao longo do seu processo de formação, principalmente no que tange as questões ambientais. A educação tem como propósito formar cidadãos mais conscientes, priorizando pela formação de pessoas em relação ao seu papel na sustentabilidade. A educação tem a função de capacitar o ser humano, assim como o



processo de educação necessita de constantes adaptações à realidade externa (NASCIMENTO; SOUZA JUNIOR, 2019).

Diante de todo este contexto, a questão que orientou essa pesquisa foi: **Qual a percepção dos alunos da área de gestão sobre a importância da sustentabilidade ambiental da gestão empresarial?** No intuito de responder a seguinte questão de pesquisa foi conduzido um estudo com o objetivo de analisar a percepção dos alunos da área de gestão sobre a importância da sustentabilidade ambiental na gestão empresarial.

Vive-se uma era em que o conhecimento é considerado o maior recurso, as pessoas conscientizadas desde cedo nas escolas, podem ter mais forte em sua essência os valores sustentáveis, promovendo o fortalecimento da cultura sustentável nas empresas e sociedade, tornando-se empreendedores não preocupados somente com necessidades econômicas, também sociais e ambientais (FIALHO, 2019).

A presente pesquisa justifica-se quanto à necessidade de investigações com relação ao papel da sustentabilidade da gestão empresarial. Uma vez que as práticas sustentáveis adotadas pelas organizações não possuem impacto apenas financeiro, mas também social. De tal maneira que essas práticas aplicáveis venham a satisfazer a todos os seus *stakeholders*, melhorando de forma considerável a reputação da empresa, transparência e visibilidade frente ao mercado. Já do ponto de vista acadêmico, o trabalho se justifica por contribuir, ao levantar informações, para futuras discussões, especialmente pela visão dos estudantes da área de gestão sobre a relevância da sustentabilidade ambiental na gestão empresarial, sendo assim, o diferencial desta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Desde a década de 1970, os problemas sociais e ambientais passaram a ter um peso maior em termos de políticas públicas e exigências para as empresas, além da questão econômica (ACKERMAN, 1975; MCDONALD; PUXTY, 1979). Apesar de desde então já ser possível identificar exigências legais para as empresas – pelos menos nos EUA e em países da Europa –, somente após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que ficou conhecida como Rio 92, é que essa questão ganhou destaque mundial, passando a ter importância para a governança de grandes empresas, pois os *stakeholders*, incluindo acionistas e consumidores, passaram a cobrar práticas que ajudassem a resolver as questões ambientais. Cabe ressaltar que na Rio 92, realizada no Rio de Janeiro-Brasil, os países assinaram a Agenda 21, a primeira carta de intenções para promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI (DYLLICK; HOCKERTS, 2002).

Destaque-se ainda que 20 anos depois, em 2012, realizou-se a Rio+20, com o objetivo de avaliar o progresso obtido até então e as lacunas remanescentes, tendo como produto final o documento “O Futuro que Queremos”, que nos três anos seguintes, guiou as ações da comunidade internacional e deu início ao processo de consulta global para a construção de um conjunto de objetivos universais de desenvolvimento sustentável para além de 2015 (ONU, 2022).



Assim, para colocar a essência da sustentabilidade em prática, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) lançou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015 como um esboço compartilhado para abordar o TBL da sustentabilidade. A Agenda 2030 indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro. Dentre os objetivos e metas existentes, existem as que priorizam a questão ambiental e podem ser atingidas com ações empresariais, como por exemplo, através da divulgação ambiental (ONU, 2022).

Os 17 Objetivos são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. São como uma lista de tarefas a serem cumpridas pelos governos, a sociedade civil, o setor privado e todos cidadãos na jornada coletiva para um 2030 sustentável. Nos próximos anos de implementação da Agenda 2030, os ODS e suas metas irão estimular e apoiar ações em áreas de importância crucial para a humanidade: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias (ONU, 2022). Para melhor visualização, a Figura 1 apresenta os 17 ODS.

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Fonte: ONU (2022).

Por conseguinte, nas últimas duas décadas, o conceito de sustentabilidade tem atraído cada vez mais acadêmicos e profissionais em todo o mundo. Incorporando três pilares interligados (RANJBARI *et al.*, 2019), a sustentabilidade lida com uma integração equilibrada do desempenho social, ambiental e econômico da vida humana na sociedade, meio ambiente e economia para o benefício das gerações atuais e futuras (GEISSDOERFER *et al.*, 2017).

Dada a natureza ambígua e desafiadora da sustentabilidade para as organizações, o conceito de triple bottom line (TBL) foi proposto por Elkington (1998) para apoiar e operacionalizar a implementação do desenvolvimento sustentável. A TBL simultaneamente emprega e equilibra os três pilares da sustentabilidade de uma perspectiva microeconômica (NASCIMENTO *et al.*, 2021), podendo ser visualizada na Figura 2.

Figura 2 – Dimensões da Sustentabilidade



Fonte: Elaborada pelos autores com base em revisão de literatura.

Desta forma, a sustentabilidade empresarial, entendida como um conjunto de atividades que envolvem a relação da empresa com o ambiente, com a economia e com a sociedade, baseada no tripé de Elkington (2001), possibilita melhorias na imagem e reputação das empresas, captação vantajosa de recursos financeiros e maior vantagem competitiva (GUIMARÃES; PEIXOTO; CARVALHO, 2017).

3 METODOLOGIA

Esta seção se destina a explicar os procedimentos metodológicos adotados para atingir o objetivo desta pesquisa que é analisar a percepção dos alunos da área de gestão sobre a importância da sustentabilidade ambiental na gestão empresarial. Em termos



metodológicos esta pesquisa se classifica quanto aos objetivos como descritiva, já que a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-lo.

Já quanto à natureza, a pesquisa foi do tipo quantitativa, utilizando de métodos estatísticos para obtenção de resultados, visto que a mesma é utilizada quando se quer medir opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes de um universo (público-alvo) através de uma amostra que o represente de forma estatisticamente comprovada. Para Fontelles *et al.* (2009) a pesquisa quantitativa é aquela que trabalha com variáveis expressas sob a forma de dados numéricos e emprega rígidos recursos e técnicas estatísticas para classificá-los e analisá-los, tais como a porcentagem, teste de médias e análise de correspondência.

Quanto ao procedimento, será realizado uma pesquisa de campo do tipo exploratória, onde a coleta de dados será feita por meio de aplicação de questionários de forma *online*, através do aplicativo *google forms*, enviado para os alunos da área de gestão, com 05 perguntas para obtenção de informações sobre o perfil dos respondentes e 09 perguntas direcionadas ao tema da pesquisa, sendo a última delas subjetiva. Fontelles *et al.* (2009) descreve que a pesquisa exploratória visa a uma primeira aproximação do pesquisador com o tema, para torná-lo mais familiarizado com os fatos e fenômenos relacionados ao problema a ser estudado. No estudo, o investigador irá buscar subsídios, não apenas para determinar a relação existente, mas, sobretudo, para conhecer o tipo de relação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos resultados aborda as respostas da amostra da pesquisa que corresponde a 48 discentes da área de gestão e se inicia com a caracterização dessa amostra e, em seguida, a percepção e opinião desses alunos sobre a relevância da sustentabilidade ambiental na gestão empresarial.

A análise das características dos discentes demonstra que há predominância no gênero feminino, com (63,8%) em relação ao masculino (36,2%). Com relação a faixa etária de idade houve uma predominância maior entre 18 a 25 anos (48,9%), o que evidencia existir uma maior concentração de estudantes nessa faixa, seguido das faixas etárias de 26 a 30 (26,5%), já na faixa entre 31 a 40 anos houve uma redução de (17%) e entre 41 a 50 anos um percentual de (0,85%), mostrando que há um baixo percentual de alunos nessas idades.

Com relação ao nível de escolaridade, observou-se que a maioria dos alunos estão na graduação e que um percentual muito baixo se encontra em uma pós a nível de mestrado ou doutorado. O que é demonstrado de acordo com as seguintes respostas (91,5%) são discentes de graduação, seguindo com a amostra (6,4%) possuem especialização e (2,1%) informam que possuem mestrado.

Com relação ao curso de gestão ao qual estão matriculados houve uma predominância de (85,1%) no curso de Ciências Contábeis e (14,9%) no curso de Administração. Observa-se que de acordo com o setor de atuação em que trabalham, houve uma maior participação no setor privado (53,2%), seguindo as amostras (40,4%)



informam que atuam no setor público, e seguindo o ramo de atuação (4,3%) estão trabalhando em empresas do Setor Público e (2,1%) informaram que não atuam em nenhuma das áreas mencionadas.

Tabela 1: Caracterização da amostra do estudo

Caracterização da amostra		Frequência	Porcentagem (%)
Gênero	Masculino	17	36,2
	Feminino	30	63,8
Faixa etária	18 a 25 anos	23	48,9
	26 a 30 anos	12	25,5
	31 a 40 anos	8	17,0
	41 a 50 anos	4	8,5
Escolaridade	Estudante de	43	91,5
	Graduação	3	6,4
	Especialização Mestrado	1	2,1
Curso de gestão que está matriculado	Administração	7	14,9
	Ciências Contábeis	40	85,1
Setor de atuação em que trabalha	Público	19	40,4
	Privado	25	53,2
	Terceiro Setor	2	4,3
	Não está atuando	1	2,1

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Nota-se que o perfil do estudante em Ciências Contábeis é similar independentemente da região do país no que concerne à faixa etária jovem (CAVALCANTE *et al.*, 2017; LUCAS *et al.*, 2019; MOREIRA *et al.*, 2020; RODRIGUES *et al.*, 2017; SILVA JÚNIOR *et al.*, 2019); proporcionalidade de gênero, não havendo disparidade significativa entre o feminino e masculino (CAVALCANTE *et al.*, 2017; MOREIRA *et al.*, 2020; SILVA JÚNIOR *et al.*, 2019); cursando primeira graduação (MOREIRA *et al.*, 2020; SILVA JÚNIOR *et al.*, 2019); e, tem outra ocupação além dos estudos (SILVA JÚNIOR *et al.*, 2019).

Na Tabela 2 foram feitas análises de acordo com algumas questões temáticas relacionadas a sustentabilidade nas organizações, uma escala entre discordo totalmente, discordo parcialmente, indiferente, concordo parcialmente e concordo totalmente para identificar a percepção dos discentes e suas opiniões. De acordo com as seguintes questões, 61,7% informaram que nas empresas nas quais trabalham ou estagiam não possuem programas relacionados à sustentabilidade, sendo que 38,3% informaram que nas organizações onde atuam existem alguma técnica ou programa. Seguindo com as questões propostas, 74,5% concordam totalmente que a sustentabilidade ambiental é importante como forma de melhoria na gestão empresarial.

De acordo com a seguinte questão de pesquisa, 72,3% acreditam que a sustentabilidade ambiental é uma ferramenta estratégica que faz total diferença na sobrevivência da empresa, sendo que 2,1% acreditam que seja indiferente. Com uma relevância de 51,1% concordam parcialmente que a gestão ambiental tem um papel importante na tomada de decisões e seus direcionamentos, e 42,6% concordam totalmente nessa perspectiva. Seguimos sobre as vantagens que a sustentabilidade possibilita um



retorno financeiro e melhora um a imagem da organização 70,2% concordam totalmente que pode existir a possibilidade de indicadores positivos para as organizações, 4,3% acreditam que sejam indiferente esse fator.

Tabela 2: Percepção dos estudantes sobre a temática

Variáveis	Descrição	Freq.	(%)
1. Atualmente trabalha ou estagia em alguma empresa que desenvolve técnicas ou programas voltados para sustentabilidade?	Sim	18	38,3
	Não	29	61,7
2. Como futuro profissional da área considera que a sustentabilidade ambiental é importante como forma de melhoria na gestão empresarial?	Discordo totalmente	-	-
	Discordo parcialmente	-	-
	Indiferente	2	4,3
	Concordo parcialmente	10	21,3
3. Como futuro profissional da área acredita que a sustentabilidade ambiental é uma ferramenta estratégica que faz diferença na sobrevivência das empresa, em meio as crescentes inovações e preocupações em preservar o meio ambiente?	Concordo totalmente	35	74,5
	Discordo totalmente	-	-
	Discordo parcialmente	-	-
	Indiferente	1	2,1
4. A gestão ambiental tem um papel fundamental no direcionamento de uma empresa e na tomada de decisões?	Concordo parcialmente	12	25,5
	Concordo totalmente	34	72,3
	Discordo totalmente	1	2,1
	Discordo parcialmente	1	2,1
5. Como futuro profissional da área de gestão entendo que umas das vantagens da sustentabilidade é possibilitar um retorno financeiro e melhora da imagem da organização?	Indiferente	1	2,1
	Concordo parcialmente	24	51,1
	Concordo totalmente	20	42,6
	Discordo totalmente	-	-
6. Como futuro profissional da área de gestão entendo que as práticas sustentáveis adotadas pelas organizações não possuem impacto apenas financeiro, mas também social?	Discordo parcialmente	1	2,1
	Indiferente	2	4,3
	Concordo parcialmente	11	23,4
	Concordo totalmente	33	70,2
7. Como futuro profissional da área de gestão entendo que as práticas sustentáveis adotadas pelas organizações satisfazem a todos os seus envolvidos, facilitando seu processo operacional?	Discordo totalmente	4	8,5
	Discordo parcialmente	-	-
	Indiferente	1	2,1
	Concordo parcialmente	9	19,1
	Concordo totalmente	33	70,2
	Discordo totalmente	-	-
	Discordo parcialmente	-	-
	Indiferente	7	14,9
	Concordo parcialmente	13	27,7
	Concordo totalmente	27	57,4

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A questão seguinte afirma que 70,2% concordam totalmente que as práticas sustentáveis adotadas pelas organizações não possuem apenas impacto mas também social, 19,1% concordam parcialmente sobre essa perspectiva e 2,1% acreditam na sua visão ótica que seja indiferente. E com relação às práticas sustentáveis adotadas pelas as organizações existe uma satisfação a todos os envolvidos, de acordo com o processo operacional diante dessa questão 57,4% concordam totalmente e 14,9% acreditam que sejam irrelevantes estes processos.

Adicionalmente, na última questão do formulário de pesquisa, foi proposto aos estudantes que descrevessem, com suas palavras, se como futuro gestor de uma empresa,



quais as ferramentas de sustentabilidade eles adotariam do ponto de vista de melhoria na gestão empresarial e a qualidade de desempenho de seus colaboradores (questão aberta e opcional). O Quadro 1 evidencia as principais respostas desses estudantes sobre essa questão aberta.

Quadro 1 – Como futuro gestor de uma empresa, quais as ferramentas de sustentabilidade você adotaria do ponto de vista de melhoria na gestão empresarial e a qualidade de desempenho de seus colaboradores?

Participantes	Resposta
Participante 1	Buscaria ferramentas que utilizassem recursos já existentes na minha empresa, como tratamento e reutilização da água, energia solar, programas de gestão de resíduos sólidos.
Participante 2	Além de estabelecer programas de saúde do trabalhador, com iniciativas preventivas de acidente de trabalho, saúde da mulher e do homem, e saúde mental.
Participante 3	Diagnóstico de maturidade de sustentabilidade
Participante 4	Melhoria laboral, utilização de folhas recicladas nas impressões
Participante 5	Comprometimento estratégico e operacional do gestor para com os colaboradores
Participante 6	Adotaria um sistema de gestão ambiental
Participante 7	Implemente a coleta seletiva.
Participante 8	Diminuir o uso de descartáveis no dia a dia.
Participante 9	Aplicar políticas de conscientização.
Participante 10	Uso consciente de energia e água "
Participante 11	Sistema de gestão de resíduos e reciclagem; Diminuir uso de papel; aditar iluminação LED; usar equipamentos ecoeficientes; estimular transporte coletivo; buscar fontes alternativas de energia; gerar empregos em comunidades carentes
Participante 12	Depende de qual área de atuação. Mais como futuro gestor a ferramenta que indico é a de Energia Solar, ou Eólica. Já ajudaria em muito a redução de Energia fornecidas pelas Usinas. Logística reversa (supply chain) e novas tecnologias
Participante 13	Adoção aos índices de sustentabilidade, implementação de governança corporativa, medidas sustentáveis inclusas nos valores e visão do negócio. Métricas de avaliação da situação.
Participante 14	Cuidar do meio ambiente, saúde dos colaboradores, trabalho em equipe e valorização da empresa
Participante 15	Instalação de coletas seletiva, redução de consumo de descartável, adoção de documento eletrônicos, uso consciente de água e energia, energia solar, descarte correto do lixo.
Participante 16	Ia estudar sobre ESG, e tentaria aplicar na minha organização. Atualmente trabalho em uma empresa que é referência em tecnologia, vende matérias eletrônicos, eu colocaria um posto de coleta de material pois são altamente poluentes e procuraria um destino correto
Participante 17	Usarias ferramentas de conscientização como palestras, uso de materiais não nocivos ao meio ambiente, buscaria o projeto de separação correta do lixo produzido pela empresa e adotaria a ideia de reflorestamento envolvendo a equipe profissional e também a sociedade. Dessa forma a imagem da empresa iria ter uma relevância positiva e a procura pelos nossos produtos e o conhecimento da empresa com certeza iria ter uma maior abrangência.
Participante 18	Adequação de normas para coleta de materiais reutilizáveis, Capacitação de gestores na orientação de promover a imagem social da empresa, Marketing efetivo para a conscientização da utilização de materiais no interior e exterior da empresa.



Participante 19	Logística reversa (recolhimento de embalagens e recursos, para cooperativas de reciclagem), capacitação dos colaboradores sobre o tema, através de treinamentos, apresentação de dados e acompanhamento em tempo real reforçando o impacto social que a sustentabilidade promove para o meio ambiente, empresa e para a qualidade de vida das pessoas.
Participante 20	Explorar o tema na organização, para todos entender a importância da sustentabilidade na vida de cada um, mostrando que a coleta de resíduos no interior da organização proporciona um ambiente limpo e saudável. A empresa pode até estimular uma meta, ao ser atingida os benefícios pode ser transformado em ações incentivadoras aos seus colaboradores.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Em linhas gerais as respostas indicam uma grande variedade de ferramentas propostas pelos discentes e que todas fomentam para a relevância da sustentabilidade ambiental na melhoria da qualidade da gestão empresarial, e que a maior concentração de respostas está no âmbito da reciclagem de matérias, reutilização de resíduos e diminuição do uso de materiais de difícil degradação, como papéis e descartáveis, assim como na implantação de energia limpa (energia solar e eólica), demonstrando assim a preocupação atual dos estudantes na preservação do meio ambiente, o que enaltece o avanço da educação socioambiental nas instituições de ensino.

Além da educação ambiental, ressalta-se também a importância do capital intelectual para as empresas, o qual é essencial para a formulação de práticas e ações em prol da sustentabilidade, pois são estas que vivenciam as realidades e as adversidades sociais e ambientais existentes na sociedade e, assim, são essenciais para impulsionar ações no âmbito organizacional que mitigam os impactos negativos tanto para o ecossistema quanto para as sociedades (NASCIMENTO; SOUZA JÚNIOR, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve por objetivo analisar a percepção dos alunos da área de gestão sobre a relevância da sustentabilidade ambiental na gestão empresarial, e neste sentido considera-se que tal objetivo foi alcançado, pois as respostas obtidas pelos respondentes através do formulário aplicado permitiram identificar e analisar essa percepção.

De acordo com os resultados encontrados, verifica-se que a pesquisa possibilitou identificar informações relacionadas aos conhecimentos e percepção dos respondentes, visto que, a maioria dos alunos respondentes compreendem do que se trata e consideram importante a relevância a adoção de medidas sustentáveis em uma perspectiva voltada para a gestão de empresas, mesmo que a sustentabilidade ambiental ainda seja uma prática pouco difundida nas organizações, mas que está ganhando muita relevância e tem grandes perspectivas de que através dela se obtenha a geração de lucro e visibilidade para as empresas que a adotam.

A intenção prática da pesquisa é contribuir para a constatação da importância da sustentabilidade ambiental para a gestão de empresas, estimulando a adoção de medidas corretivas e preventivas, e assim, trazer rentabilidade e visibilidade para a sua perpetuação. Os resultados obtidos também apresentam relevância científica sobre o tema, por ser um assunto de importância significativa sobre o aspecto socioambiental das



empresas, estimulando os pesquisadores a inclinar-se mais sobre a temática que tende a crescer muito mais nos próximos anos.

A limitação da pesquisa se deu pela dificuldade nas coletas de dados, devido a indisponibilidade dos alunos em responderem o formulário, mesmo sendo enviado através de plataforma digital, o que o torna prático para se responder, mostrando que os mesmos, como alunos, não estão dando a importância devida para as pesquisas científicas em sua formação acadêmica. Sendo assim, sugere-se que para as próximas pesquisas, se faça um trabalho de conscientização acadêmicas nas instituições de ensino, mostrando a importância de colaboração para estudos acadêmicos, para assim se obter um maior número de respostas e permitir um trabalho mais rico em dados para um resultado estatístico mais abrangente na comparação dos resultados obtidos.

REFERÊNCIAS

ACKERMAN, R. W. **The social challenge to business**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1975.

CAVALCANTE, G. M.; ISRAEL, S. M. B.; AQUINO, M. M. F.; CEOLIN, A. C. Contabilidade ambiental: um estudo sobre a percepção dos estudantes de graduação em ciências contábeis da cidade de Maceió/AL. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 18, n. 3, p. 40-51, 2017.

DYLLICK, T.; HOCKERTS, K. Beyond the business case for corporate sustainability. **Business Strategy and the Environment**, New Jersey, v. 11, n. 2, p. 130-141, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1002/bse.323>.

GEISSDOERFER, M.; SAVAGET, P.; BOCKEN, N. M. P.; HULTINK, E. J. The Circular Economy e a new sustainability paradigm? **J. Clean. Prod.**, 143, 757-768, 2017.

GOMEZ, Maria Néida González. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da informação**, v. 22, n. 3, 1993.

GUIMARÃES, T. M.; PEIXOTO, F. M.; CARVALHO, L. Sustentabilidade empresarial e governança corporativa: Uma análise da relação do ISE da BM&FBovespa com a compensação dos gestores de empresas brasileiras. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 134-149, 2017. DOI: <https://doi.org/10.17524/repec.v11i2.1418>.

FONTELLES, Mauro José; SIMÕES, Marilda Garcia. **Metodologia Da Pesquisa Científica: Diretrizes Para A Elaboração De Um Protocolo De Pesquisa**. 2009. Trabalho realizado no Núcleo de Bioestatística Aplicado à pesquisa da Universidade da Amazônia – UNAMA, 2009.



KRUGER, Silvana Dalmutt; PETRI, Sérgio Murilo. Avaliação da sustentabilidade da produção suinícola sob o enfoque das externalidades. **Revista Universo Contábil**, v. 14, n. 2, p. 137-161, 2019. <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.2018215>

MCDONALD, D.; PUXTY A. G. An inducement-contribution approach to corporate financial reporting. **Accounting, Organizations & Society**, Amsterdam, v. 4, n. 1-2, p. 53-65, 1979. DOI: [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(79\)90007-2](https://doi.org/10.1016/0361-3682(79)90007-2)

MOREIRA, J. DE A. P.; MELO, A.; ÍTALO, S.; CARVALHO, E; GUERRA, M. G. G. V.; MENEZES JÚNIOR, R. A. **Educação Ambiental e desenvolvimento**, 2020.

NASCIMENTO, Í. C. S.; PESSOA, A. F. P.; VASCONCELOS, A. C.; DE LUCA, M. M. Participação Feminina no Conselho de Administração e a Sustentabilidade Empresarial. **Revista Gestão Organizacional**, 14(2), 138-163, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/ods>. Acesso em: 08 nov. 2022.

RANJBARI, M.; ESFANDABADI, Z. S.; ZANETTI, M. C.; SCAGNELLI, S. D.; SIEBERS, P. O.; AGHBASHLO, M.; TABATABAEI, M. Three pillars of sustainability in the wake of COVID-19: A systematic review and future research agenda for sustainable development. **Journal of Cleaner Production**, v. 297, p. 1-23, 2021.

SILVA JUNIOR, A.; VASCONCELOS, K. C. A.; SILVA, V. C.; CAMPOS, G. M. A sustentabilidade na perspectiva de discentes de graduação em Ciências Contábeis: prevalece a lógica oportunista e utilitarista. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 16, n. 41, p. 93-116, 2019.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

JORNADA
ACADÊMICA DE
GESTÃO
da Católica do RN

PERCEPÇÃO DOS EMPRESÁRIOS MOSSOROENSES SOBRE OS SERVIÇOS CONTÁBEIS

Iranilma de Arruda Moura

Graduanda em Ciências Contábeis
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
E-mail: iranilmamoura@gmail.com

Natalia Patrícia Freitas

Graduanda em Ciências Contábeis
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
E-mail: pathi.freitas@icloud.com

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorando em Administração e Controladoria
Universidade Federal do Ceará
E-mail: italocarlos25@gmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorando em Administração e Controladoria
Universidade Federal do Ceará
E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Jerferson Freitas da Silva

Mestrando em Administração e Controladoria
Universidade Federal do Ceará
E-mail: jerfersonfreitas111@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a percepção dos empresários de Mossoró-RN sobre os serviços contábeis. Para tanto, desenvolveu-se um estudo descritivo, quantitativo e do tipo *survey* (levantamento). Como instrumento de coleta de dados utilizou-se um questionário com questões fechadas, com amostra final de 27 (vinte e sete) empresários do município de Mossoró/RN. Os dados coletados foram tratados por meio de técnicas da estatística descritiva, com indicação de frequências. Os resultados permitem concluir que: (i) os empresários mossoroenses consideram-se satisfeitos quanto aos serviços contábeis prestados em suas empresas, avaliando tais serviços como "bom" e "ótimo", em sua maioria, os quais são prestados com segurança e confiabilidade; (ii) as principais ferramentas oferecidas para gestão financeira da empresa são a análise financeira/custos, análise de balanço e planejamento empresarial, entretanto cerca de 40% dos empresários afirmam que os contadores não oferecem nenhum tipo de relatório sobre a situação da empresa; (iii) a maioria dos empresários afirma que existe transparência e que há uma



boa relação entre a contabilidade e a empresa em que atuam; (iv) as principais motivações para a escolha do atual escritório de contabilidade por parte dos empresários da amostra foram o serviço, atendimento e localização, nesta ordem de importância, os quais indicam que provavelmente recomendariam o atual serviço para familiares e amigos; e (v) a maioria dos empresários mossoroenses afirmam que os serviços contábeis satisfazem as necessidades de sua empresa e que os problemas são solucionados de maneira rápida.

Palavras-chave: profissional contábil; serviços contábeis; percepção dos empresários.

1 INTRODUÇÃO

Em um contexto globalizado e de acirrada concorrência, é indispensável informações claras para o sucesso e tomadas de decisões nos negócios, visto que é percebido um crescimento progressivo e intenso pela disputa de mercado entre as empresas, emergindo a necessidade de uma melhor compreensão sobre o setor de atuação, as demandas e todos os processos que formam uma empresa (MARCELINO *et al.*, 2021). Diante disso, percebe-se que a cada dia a contabilidade sofre mudanças, e nesse contexto os contadores precisam se adaptar a essas alterações para prestar serviço de qualidade com segurança (SILVA *et al.*, 2018).

Com isso, cabe aos profissionais contábeis se adaptarem a essa nova perspectiva, agregando valor no serviço oferecido e demonstrando os seus diferenciais para se destacar no ambiente profissional (TONDIN, 2018). Em consonância, Gomes e Souza Neto (2017) relatam que a contabilidade possui destaque como provedora de informações, agregando valor as empresas, já que para obter sucesso satisfatório é necessário informações confiáveis e úteis que proporcionem um alicerce seguro para o planejamento e o controle da organização, o que ajudará o empresário no momento da tomada de decisões.

Para Camargo (2018) o uso de ferramentas contábeis representa um diferencial pelos benefícios das informações geradas para a gestão das atividades desenvolvidas pelas organizações. Como afirma Brito (2016), a gestão contábil tornou-se uma ferramenta indispensável para uma administração de qualidade em qualquer organização, cujo principal objetivo é fornecer dados confiáveis para auxiliar os gestores na tomada de decisão, escolhendo o melhor caminho para a empresa.

Ultimamente, os serviços dos profissionais da contabilidade têm tido uma exigência cada vez maior a respeito da credibilidade das informações que são prestadas, o que tem levado a uma mudança sem precedentes no ambiente econômico e social (FIRMO; MOTA; PAIVA, 2021). Dessa forma, emerge a seguinte questão de pesquisa: **Qual a percepção dos empresários de Mossoró/RN sobre os serviços contábeis?** Portanto, este trabalho objetiva analisar a percepção dos empresários de Mossoró/RN sobre os serviços contábeis.

Opta-se pela percepção dos empresários a medida em que os profissionais contábeis possuem um papel importante para tomada de decisões nas empresas. Assim, a pesquisa justifica-se pela necessidade de uma análise, dentre outros aspectos, sobre o grau de satisfação das empresas que usam os serviços dos escritórios de contabilidade, pois tal levantamento servirá de base para os futuros escritórios que surgirão e para os que já



existem aprimorarem seus serviços de acordo com a visão dos clientes, e sempre de acordo com os regimentos éticos e legais da profissão contábil (FIRMO; MOTA; PAIVA, 2021).

O presente trabalho divide-se em cinco seções. Na primeira tem-se esta introdução, especificando o tema, questão de pesquisa, objetivo e justificativa; na segunda apresenta-se a parte conceitual para o desenvolvimento da pesquisa; na terceira seção, demonstra-se a metodologia; na quarta, a análise e discussão dos resultados e, por fim, na última seção serão apresentadas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção tem como finalidade apresentar o referencial teórico que serviu de suporte para o desenvolvimento da pesquisa. Inicialmente, a ênfase será dada na contabilidade como ferramenta para tomada de decisão, discutindo sua importância na gestão das empresas, e em seguida, abordará sobre o profissional contábil e sua importância.

2.1 CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA PARA TOMADA DE DECISÃO

A contabilidade deve ser usada como ferramenta para a tomada de decisão, pois exerce um papel relevante na gestão empresarial, à medida que fornece subsídios ao administrador. Por meio dela, o empresário é capaz de fazer uma avaliação da situação patrimonial da empresa, prognosticar tendências, planejar atividades. Para tal, a contabilidade se utiliza de diversas técnicas e instrumentos, tais como: escrituração, análise e interpretação das demonstrações contábeis, auditoria e perícia. Todas as empresas que desejam alcançar o sucesso, independentemente de seu porte ou atividade, necessitam de informações suficientes e confiáveis. Esta informação deve servir como base para o planejamento da empresa, para fins de auxiliar a tomada de decisão do empresário (SEBRAE, 2014).

De acordo com Tondin (2018) a contabilidade assume uma forma ampla e abrangente apoiando constantemente a administração das empresas através do fornecimento de informações e ferramentas que subsidiam a tomada de decisão. Informações estas, que são obtidas por meio da prestação de serviço dos escritórios contábeis. As funções de um escritório não se limitam a apurar os impostos e manter a contabilidade em dia, o contador deve contribuir com todas as áreas da empresa, visando oferecer ao empresário as ferramentas necessárias para a preservação do seu patrimônio e a gestão dos negócios.

Para Silva Júnior (2017) as ferramentas da contabilidade utilizadas com as novas tecnologias criam relatórios que auxiliam administradores, e sua aplicação lhes mostra que a contabilidade não existe só para cumprir as exigências legais, mas também produz benefícios ao negócio, produzindo uma visão estratégica.

Desse modo, o serviço contábil vem se tornando um fator de grande demanda, não só buscado por grandes empresas, mas também por pequenos empreendedores. Por esses fatores, o contador precisa adaptar-se às mudanças do meio exterior de modo a voltar-se



para a melhoria do seu relacionamento com os seus clientes, os quais buscam soluções, disponibilidade, objetividade e efetividade na prestação do serviço contábil (OLIVEIRA *et al.*, 2021)

Gomes e Souza Neto (2017) complementam salientando que o profissional da área contábil é um agente de mudanças e deve demonstrar suas diversas habilidades, especialmente por ser aquela pessoa que tem como função registrar fatos econômicos e financeiros sobre as variações patrimoniais da empresa. Tais informações fornecem elementos essenciais na materialização dos processos contábeis, possibilitando por meio de relatórios e demonstrativos que sejam úteis a todos os usuários da Contabilidade (investidores, fornecedores, administradores, acionistas entre outros usuários), definam sobre a melhor forma de planejamento para a dinâmica do bom funcionamento da entidade.

2.2 O PROFISSIONAL CONTÁBIL E A QUALIDADE DO SEU SERVIÇO

A contabilidade tem papel de destaque nas empresas, uma vez que ao tratar os fatos patrimoniais, transforma-os em informações, exercita a sua principal função. Porém, o contador não pode ficar limitado ao desempenho da função de informante. Deve, pelo contrário, estar preparado para a participação na tomada de decisões, visando identificar e corrigir as dificuldades e adversidades que surgem ao longo do caminho, através de ações pró-ativas, baseadas nas informações geradas pela contabilidade (KOUNROUZAN, 2010).

Segundo Rua (2014) o profissional contábil ampliou seu espaço com o passar dos anos, deixando o termo “guarda-livros” para trás, oportunizando a entrada de um profissional com características de empreendedorismo e gestão, que busca novas maneiras de aprimorar os resultados dos clientes, sendo a contabilidade uma ferramenta essencial para a tomada de decisão.

Assim, verifica-se que o profissional contábil é vital para todos os tipos de empresas; sem ele, as empresas não têm um início e nem uma expectativa de se manter no mercado por muito tempo, mesmo porque o profissional contábil ajuda na melhoria das organizações, fornecendo informações úteis para os gestores na hora da tomada de decisão (DUTRA; PESSOA, 2018).

A qualidade dos serviços prestados é a porta de entrada para que o profissional cresça no mercado de trabalho, pois este está cada vez mais competitivo. Anselmo (2012, p. 16) declara que “para qualquer empresa, em qualquer ramo de atividade, a satisfação do cliente e a qualidade do serviço são pontos-chave para se alcançar o sucesso”.

Dutra Pessoa (2018) afirma que para proporcionar satisfação ao cliente e se posicionar no mercado é preciso que o profissional contábil invista na melhoria da qualidade dos serviços, deixando de atender apenas aos aspectos fiscais e passando a utilizar a contabilidade como ferramenta para o fornecimento de informações úteis que auxiliem a tomada de decisão de seus usuários. Assim, essa melhoria na qualidade dos serviços contábeis proporciona diminuição de custos e fidelização dos clientes.

Em consonância, Firmo, Mota e Paiva (2021) afirmam que para manter um cliente satisfeito é necessário determinar estruturas bem elaboradas, pois a qualidade do serviço



é uma medida de quanto o nível de serviço prestado atendeu as expectativas do cliente e o provimento de um serviço com qualidade expressa consenso com as expectativas que são esperadas pelo consumidor.

Nesse sentido, Victorino (1999), em pesquisa pioneira, apresenta um quadro com fatores importantes dos fundamentos da qualidade em serviços contábeis. Verifica-se que há várias formas de saber se o cliente está satisfeito com a qualidade dos serviços prestados e que depende do interesse do prestador de serviço investigar, avaliar, analisar e executar as mudanças necessárias para uma melhor satisfação do cliente. O Quadro 1 apresenta os indicadores propostos.

Quadro 1: Indicadores de Qualidade

Como avaliar a qualidade dos serviços?	Como avaliar a satisfação do cliente?	Como identificar se o cliente avalia bem o serviço prestado?	Como melhorar o serviço prestado ao cliente?
Pesquisas periódicas	Pesquisas periódicas	Pesquisas periódicas	Pesquisas periódicas
Pontualidade no pagamento dos honorários	Mantendo-se próximo ao cliente	Se ele o considera seu aliado	Atendimento exemplar
Quantidade de reclamações	Contato direto com o cliente	Se ele o considera seu parceiro	Não cometer erros “básicos”
Baixo índice de retrabalho	Nível de cancelamento de serviços	Pela sua fidelidade	Surpreendê-lo com agilidade
Cliente feliz = cliente satisfeito	Questionamento dos honorários	Pela indicação de novos clientes	Mantendo-o informado
Retorno de cliente (feedback)	-----	Pelo uso e busca de informações contábeis	Ser rápido nos questionamentos / consultas

Fonte: Adaptado de Victorino (1999, p. 56).

Dessa forma, quando se têm uma contabilidade bem executada, o entendimento de seus relatórios fica mais fácil, e os anseios e necessidades de seus usuários de informação são atendidos, ganhando assim maior controle sobre a empresa.

2.3 ESTUDOS EMPÍRICOS ANTERIORES

O Quadro 2 evidencia estudos que abordaram os temas contabilidade como ferramenta para tomada de decisão, assim como o profissional contábil e a qualidade dos seus serviços.



Quadro 2: Pesquisas empíricas relacionadas ao tema

Autores/Ano	Objetivo	Resultados
Anselmo (2012)	Avaliar a qualidade dos serviços contábeis prestados às microempresas e empresas de pequeno porte comerciais instaladas no centro da cidade de Biguaçu – Santa Catarina	Foi possível verificar que nem todos os escritórios de contabilidade estão atendendo e auxiliando seus clientes de maneira satisfatória. Observou-se que uma grande parte das empresas, mesmo recebendo relatórios periodicamente, pouco fazem uso deles como base para tomada de decisão, muitos empresários acham que os Contadores servem somente para fins legais e os valores cobrados pelos serviços, um pouco caro.
Cunha, Olívio e Martins (2017)	Descrever a percepção dos empresários acerca do grau de importância e nível de satisfação dos serviços prestados pelo profissional da contabilidade.	Os resultados evidenciaram que clientes atribuem maior importância para a apuração de impostos e confecção de folha de pagamento. Já os serviços de assessoria para a gestão da empresa e geração dos demonstrativos contábeis são considerados de menor importância. Com relação ao nível de satisfação, os clientes estão entre “satisfeitos” e “muito satisfeitos” em relação à maior parte dos serviços prestados pelos profissionais da contabilidade.
Dutra (2018)	Analisar a percepção dos empreendedores de Tomé-açu em relação a satisfação da qualidade dos serviços contábeis disponíveis na cidade atualmente.	Conclui-se que em geral, os empresários estão satisfeitos com os serviços oferecidos pelos profissionais contábeis de Tomé-Açu, conseqüentemente pode-se dizer que a visão dos mesmos em relação a qualidade dos serviços é boa, apesar de existirem alguns fatores que demonstraram divergência entre as variáveis pesquisadas, porém essas divergências não comprometeram a satisfação dos respondentes.
Aquino (2019)	Identificar perfil do profissional contábil desejável pelas empresas de serviços contábeis no município de Tangará da Serra-MT.	Constatou-se que principais características do profissional contábil, indicado pelas empresas na área, identificou-se que o trabalho em equipe é considerada a principal postura do candidato, visto que traz resultados muito mais eficientes do que as atividades realizadas individualmente. Quanto ao conhecimento específico exigido, a contabilidade tributária foi a mais votada, quanto ao conhecimento avançado sobressaiu a legislação fiscal e a escrituração fiscal a área de maior demanda.
Martins (2019)	Verificar os atributos e habilidades do profissional contábil e a importância dos serviços prestados por este profissional para a tomada de decisão empresarial	Foi possível concluir que os profissionais contábeis devem ficar atentos no que diz respeito a seus atributos e habilidades para prestarem serviços de qualidade, visto a importância dos mesmos para a tomada de decisão. O principal limitador da presente pesquisa foi a falta de empresas de grande



		porte como clientes do escritório objeto do estudo, visto que, os resultados obtidos poderiam ter sofrido alterações. Além disto, uma amostra maior poderia apresentar resultados distintos.
--	--	--

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A partir do Quadro 2, percebe-se que pesquisas relacionadas a habilidades e qualidades do profissional contábil apresentam uma variedade em relação ao objeto de pesquisa, podendo-se observar, o quanto um serviço prestado de qualidade pode influenciar na tomada de decisão de uma empresa. No que diz respeito aos serviços contábeis, os estudos permeiam entre grau de importância e nível de satisfação dos usuários de tais serviços.

A par do levantamento de dados dos estudos supracitados vislumbra-se a importância do serviço contábil para tomada de decisão e a qualidade do atendimento. Dessa forma, buscar-se-á com o presente estudo, analisar a percepção dos empresários mossoroenses sobre os serviços contábeis.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar o objetivo geral desta pesquisa – analisar a percepção dos empresários de Mossoró/RN sobre os serviços contábeis –, a pesquisa classifica-se quanto aos objetos, como descritiva de caráter transversal, à medida que os dados são coletados em um único período. Segundo Zanella (2013) a pesquisa descritiva procura identificar a realidade estudada, suas características e seus problemas.

Quanto aos procedimentos, optou-se pelo levantamento de campo, que ocorreu em razão da necessidade de se obter respostas junto a um grupo de clientes de serviços contábeis, sobre os atributos de serviços que lhes são oferecidos. Dessa forma, foram coletadas informações junto a um grupo de pessoas sobre um respectivo problema e, logo após, efetuou-se uma análise quantitativa sobre os dados coletados, sendo esta a abordagem adotada para análise do problema. De acordo com Mattar (2014) a pesquisa quantitativa utiliza dados estruturados e estatísticos, com análise a partir de diversos casos representativos.

Nessa perspectiva, como instrumento de pesquisa, utilizou-se um questionário focado na abordagem da percepção dos empresários sobre a qualidade dos serviços prestados pelos contadores. Ainda sobre as técnicas de coleta de dados, para Zanella (2013) o questionário é a técnica mais utilizada em pesquisas quantitativas. É composto por uma série de perguntas a que o próprio respondente deve responder. Tem como vantagem, dentre outras, rapidez, maior alcance geográfico e em número de pessoas, reduzido custo com profissionais para coleta de dados, liberdade nas respostas e respostas uniformes.

Assim, a coleta de dados se deu por meio de um questionário com questões fechadas e de múltipla escolha. O questionário foi adaptado das pesquisas de Caneca *et al.* (2009), Moreira *et al.* (2013) e de Barbosa e Santos (2019). O instrumento de coleta foi aplicado de forma eletrônica, através da ferramenta do *google forms*, sendo aplicado



no mês de abril de 2022. Realizou-se contato com os participantes através de e-mail e rede social (*whatsapp*).

A análise se deu por meio de técnicas da estatística descritiva, com indicação de frequências. Os dados foram tratados com o auxílio *Statistical Package for the Social Sciences - SPSS®* - versão 22, e em seguida, tabulados por intermédio do *Microsoft Office (Excel)*, permitindo assim a sua apresentação através de tabelas e análise dos dados coletados. Além disso, foi realizada uma interpretação das respostas dos questionários, bem como um confronto com os achados anteriores, permitindo-se inferir com conclusões voltadas à satisfação do objetivo proposto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção exibe os achados da pesquisa. Para melhor visualização, foram divididos em dois subtópicos. O primeiro apresenta a caracterização do perfil dos respondentes e empresas da amostra; e o segundo apresenta a percepção dos empresários de Mossoró-RN sobre os serviços contábeis.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Inicialmente, com o objetivo de caracterizar o perfil dos respondentes e das empresas da amostra, na Tabela 1 são apresentadas informações sobre o gênero, faixa etária, escolaridade, tempo de atuação profissional no ramo e cargo exercido dos empresários mossorentes participantes da pesquisa.

Tabela 1: Caracterização dos respondentes

Caracterização da amostra		Frequência	Porcentagem (%)
Gênero	Masculino	19	70,4
	Feminino	8	29,6
Faixa etária	Até 25 anos	1	3,7
	26 a 30 anos	11	40,7
	31 a 40 anos	7	25,9
	41 a 50 anos	4	14,8
	Acima de 50 anos	4	14,8
Nível de escolaridade	Fundamental Completo	2	7,4
	Médio Incompleto	1	3,7
	Médio Completo	6	22,2
	Superior Incompleto	6	22,2
	Superior Completo	12	44,4
Tempo de atuação profissional no ramo	Até 2 anos	3	11,1
	3 a 5 anos	6	22,2
	5 a 10 anos	7	25,9
	Acima de 10 anos	11	40,7
Cargo exercido	Gerente	8	29,6
	Sócio	6	22,2
	Proprietário	13	48,1

Fonte: Dados da pesquisa (2022).



Observa-se uma predominância de respondentes do gênero masculino (70,4%), e uma faixa etária significativa de 26 a 30 anos com (40,7%) e com nível de escolaridade superior completo (44,4%). Com base nos dados, verifica-se que o tempo de atuação profissional no ramo é superior a 10 anos (40,7%) e que a maioria são os proprietários (48,10%).

Ainda com o objetivo de caracterização da amostra do estudo, a Tabela 2 apresenta as principais características das empresas, evidenciando os seguintes aspectos: tipo de empreendimento, regime de tributação, ramo de atuação e profissional responsável pela contabilidade. Quanto à caracterização das empresas, observa-se, na Tabela 2, que a amostra do estudo é composta tanto por média empresa (25,9%) quanto por MEI (33,3%). Cabe ressaltar que estas empresas estão localizadas no município de Mossoró-RN, sendo que 40,7% está em funcionamento no mercado no ramo de comércio e 29,6% em serviços.

Tabela 2: Caracterização das empresas da amostra

Caracterização da amostra		Frequência	Porcentagem (%)
Tipo de Empreendimento	MEI	9	33,3
	Microempresa	5	18,5
	Pequena empresa	4	14,8
	Média empresa	7	25,9
	Grande empresa	2	7,4
Regime de Tributação	Simple Nacional	17	63,0
	Lucro Presumido	4	14,8
	Lucro Real	4	14,8
	Não sabe informar	2	7,4
Ramo de atuação	Comércio	11	40,7
	Indústria	4	14,8
	Serviços	8	29,6
	Outro	4	14,8
Responsável pela Contabilidade	Contador / Empresa Esp.	24	88,9
	Funcionários	1	3,7
	Proprietário	2	7,4

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Cabe ressaltar que 63% destas empresas são optantes do regime de tributação do Simples Nacional, e pode-se constatar que 88,9% dos empresários mossoroenses têm um responsável pela prestação de serviços contábeis. Cabe destacar que o Simples Nacional foi criado com o objetivo de simplificar obrigações fiscais das empresas, tendo início a partir de 1º de julho de 2007, unificando o recolhimento dos tributos, além de possuir tratamento jurídico facilitado, abrangendo a união de vários entes federados, cobrança e fiscalização de tributos aplicados a microempresas e empresas de pequeno porte e recolhendo tributos em uma única guia com alíquotas menores, sendo este o regime tributário mais procurado pelas empresas brasileiras (BOUFLEUER *et al.*, 2018).



4.2 PERCEPÇÃO DOS EMPRESÁRIOS SOBRE OS SERVIÇOS CONTÁBEIS

Esta subseção foi delineada a partir do objetivo geral do estudo – analisar a percepção dos empresários de Mossoró/RN sobre os serviços contábeis. Inicialmente, levantou-se alguns questionamentos aos empresários sobre sua percepção e satisfação acerca dos serviços contábeis, conforme Tabela 3.

Quanto ao nível de satisfação com o serviço contábil (Tabela 3), 63% afirmam estarem satisfeitos, observando-se assim um resultado satisfatório; quanto à avaliação sobre a competência e qualificação dos escritórios em relação ao atendimento das solicitações, 48,1% consideram como “bom” e 25,9% como “ótimo”. Já em relação ao item “segurança e confiança dos serviços prestados”, merece destaque os respondentes que classificam como “bom”, com 44,4% e “ótimo”, com 22,2%.

Tabela 3: Percepção e satisfação dos empresários sobre os serviços contábeis

Variáveis	Descrição	Freq.	(%)
5. Qual o seu nível de satisfação com o serviço contábil da sua empresa?	Muito insatisfeito	3	11,1
	Insatisfeito	3	11,1
	Indiferente	1	3,7
	Satisfeito	17	63,0
	Muito satisfeito	3	11,1
6. Como você avalia a competência e a qualificação do escritório para atender suas solicitações?	Péssimo	1	3,7
	Regular	5	18,5
	Ruim	1	3,7
	Bom	13	48,1
	Ótimo	7	25,9
7. Em relação à segurança e confiança, como você avalia os serviços de contabilidade prestados?	Péssimo	2	7,4
	Regular	6	22,2
	Ruim	1	3,7
	Bom	12	44,4
	Ótimo	6	22,2

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Na pesquisa de Gomes e Souza Neto (2017) os resultados foram semelhantes, com 69% de concordância com a satisfação dos serviços contábeis. Com isso, observa-se que de fato existe uma confiança entre empresário e o contador condizente com os estudos anteriores, ratificando assim a satisfação dos mesmos.

A Tabela 4 apresenta a percepção dos empresários sobre os relatórios e as ferramentas contábeis. Foram levantados três questionamentos: 1) se o contador oferece algum tipo de relatório da situação da empresa; 2) quais as ferramentas oferecidas para gestão financeira; e 3) se as informações recebidas da contabilidade são importantes para a tomada de decisão.

Quanto a percepção dos empresários sobre os relatórios e as ferramentas contábeis, evidenciada na tabela 4, foi visto que 59,3% dos contadores oferecem relatórios, porém pode-se observar um resultado negativo de 40,7%, em que não é oferecido esse tipo de serviço. Confrontando tais resultados aos achados de Gomes e Souza Neto (2017), observou-se que 94% dos empresários não souberam informar quais ferramentas de gestão são oferecidas pelo contador.

Tabela 4: Percepção dos empresários sobre os relatórios e as ferramentas contábeis

Variáveis	Descrição	Freq.	(%)
1. O contador oferece algum tipo de relatório da situação da sua empresa?	Sim	16	59,3
	Não	11	40,7
2. Quais as ferramentas oferecidas para gestão financeira da empresa?	Análise financeira/custos	8	29,6
	Análise de balanço	5	18,5
	Planejamento empresarial	5	18,5
	Formação do preço	1	3,7
	Fluxo de caixa	1	3,7
	Não sei informar	7	25,9
3. As informações recebidas da Contabilidade são importantes para o suporte à tomada de decisão que envolva questões econômico-financeiras?	Discordo parcialmente	2	7,4
	Indiferente	2	7,4
	Concordo parcialmente	8	29,6
	Concordo totalmente	15	55,6

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Destaca-se que uma das ferramentas mais oferecidas para a gestão com 29,6% são análises financeiras/custos. Ainda de acordo com as ferramentas oferecidas, foi identificado que 25,9% não sabem informar se é oferecido algum tipo de ferramenta para a gestão. Na pesquisa de Anselmo (2013) foi identificado um dado interessante, em que 64% relataram que não recebem nenhum relatório de auxílio à administração da empresa. Por fim, destaca-se que 55,6% consideram importantes as informações recebidas da contabilidade como úteis para fins de tomada de decisão.

Por meio da Tabela 5 visualiza-se a percepção dos empresários acerca das questões voltadas aos seguintes aspectos: transparência dos serviços contábeis; relacionamento do escritório de contabilidade com o cliente; e nível de importância atribuída a certificação digital.

Tabela 5: Transparência e a relação entre a contabilidade e a empresa

Variáveis	Descrição	Freq.	(%)
1. O escritório de contabilidade é transparente quanto aos serviços prestados e esclarece suas dúvidas?	Discordo totalmente	2	7,4
	Discordo parcialmente	2	7,4
	Concordo parcialmente	9	33,3
	Concordo totalmente	14	51,9
2. Quando se deparou com problemas em sua empresa, relativos a parte contábil e administrativa, o escritório de contabilidade ajudou a solucioná-los?	Sim, atendeu toda demanda	8	29,6
	Não tive problemas do tipo	5	18,5
	Sim, ofereceu treinamento	5	18,5
	Não ofereceu assistência	1	3,7

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme a Tabela 5, sobre o aspecto transparência e esclarecimentos em relação aos serviços contábeis prestados, há uma concordância positiva total de 51,9%; e 29,6% concordam sobre a resolução nos problemas relativos a parte contábil e administrativa, o

que confirma o argumento de Martins *et al.* (2018), a maior habilidade do profissional contábil é a capacidade de solucionar problemas. Pode-se observar ainda que apenas 3,7% os contadores não ofereceram assistência, com isso ratifica-se a transparência e os esclarecimentos entre a relação do contador e empresário.

A Tabela 6 apresenta a percepção dos empresários a respeito das motivações para escolha do atual escritório de contabilidade e as pretensões de indicação dos serviços contábeis para familiares e amigos, além de demonstrar a satisfação com relação aos escritórios concorrentes.

Tabela 6: Escolha e indicação dos serviços contábeis e comparação com concorrentes

Variáveis	Descrição	Freq.	(%)
1. Qual o motivo pela escolha do atual escritório contábil contratado?	Serviço	14	51,9
	Atendimento	6	22,2
	Localização	3	11,1
	Preço	2	7,4
	Forma de pagamento	2	7,4
2. Se fosse comparar com os concorrentes, como descreveria a qualidade do atual serviço de contabilidade contratado?	Inferior	4	14,8
	Igual	5	18,5
	Indiferente	3	11,1
	Moderado	9	33,3
	Superior	6	22,2
3. Recomendaria o seu atual serviço prestado de contabilidade para familiares e amigos?	Definitivamente não	2	7,4
	Pouco provável	3	11,1
	Indiferente	1	3,7
	Provavelmente sim	12	44,4
	Definitivamente sim	9	33,3

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Levando-se em consideração a escolha do escritório contábil contratado, obteve-se um resultado de 51,9% sobre o serviço prestado e um bom atendimento de 22,2%. Diante disso, foi questionado sobre uma comparação com os concorrentes e como descreveria a qualidade do atual serviço de contabilidade contratado, destacando-se moderadamente 33,3% e superior com 22,2%. Foi indagado aos empresários sobre a recomendação do atual serviço de contabilidade prestado, em que 44,4% indicam que provavelmente sim e 33,3% definitivamente sim.

Por fim, na Tabela 7 apresenta-se o nível de satisfação geral dos empresários mossoroenses sobre os serviços contábeis. Foram levantadas duas questões-chave: 1) se os serviços do atual escritório de contabilidade satisfazem a necessidade da empresa; e 2) se a resolução dos problemas é feita de maneira rápida.

Conforme Tabela 7, a maioria dos empresários encontram-se satisfeitos com a qualidade dos serviços contábeis, onde 63% concordam totalmente. Observa-se que em relação a resolução rápida dos problemas os resultados apontam para os itens “bom”, com 33,3% e “ótimo”, com 37%. Sobre o aspecto satisfação com a qualidade do serviço prestado pelo profissional contábil, de acordo com Dutra e Pessoa (2018) 26% dos respondentes mostraram-se “muito satisfeitos” e 69% se declararam “satisfeitos”, corroborando os achados desta pesquisa.



Tabela 7: Nível de satisfação geral dos empresários sobre os serviços contábeis

Variáveis	Descrição	Freq.	(%)
1. Os serviços do atual escritório de contabilidade que são oferecidos satisfazem a necessidade da sua empresa?	Discordo totalmente	1	3,7
	Discordo parcialmente	3	11,1
	Concordo parcialmente	6	22,2
	Concordo totalmente	17	63,0
2. Em relação aos problemas levados até o escritório de contabilidade, a resolução dos problemas é rápida?	Ruim	2	7,4
	Regular	6	22,2
	Bom	9	33,3
	Ótimo	10	37,0

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Em linhas gerais, pode-se observar que a maioria dos empresários de Mossoró/RN consideram que muitos serviços prestados pelo profissional contábil são satisfatórios, porém ainda assim pode-se destacar que existe certa insatisfação com relação aos relatórios e/ou ferramentas contábeis, que ainda deixam a desejar. Em um contexto geral, de acordo com a pesquisa, o resultado foi relevante ao nível de satisfação dos serviços contábeis sob a ótica dos empresários mossoroenses.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tem por objetivo analisar a percepção dos empresários de Mossoró/RN sobre os serviços contábeis. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa de caráter descritivo, de natureza quantitativa, por meio de aplicação de questionários, cujas análises foram realizadas mediante técnicas da estatística descritiva. Participaram da pesquisa 27 empresários.

Os resultados permitem concluir, dentre outros aspectos, que os empresários mossoroenses consideram-se satisfeitos quanto aos serviços contábeis prestados em suas empresas, avaliando tais serviços como "bom" e "ótimo", em sua maioria, os quais são prestados com segurança e confiabilidade. Os resultados demonstram que as principais ferramentas oferecidas para gestão financeira da empresa são a análise financeira/custos, análise de balanço e planejamento empresarial, entretanto cerca de 40% dos empresários afirmam que os contadores não oferecem nenhum tipo de relatório sobre a situação da empresa.

Os achados da pesquisa indicam que a maioria dos empresários afirma que existe transparência e que há uma boa relação entre a contabilidade e a empresa em que atuam; evidenciam que as principais motivações para a escolha do atual escritório de contabilidade por parte dos empresários da amostra foram o serviço, atendimento e localização, nesta ordem de importância, os quais indicam que provavelmente recomendariam o atual serviço para familiares e amigos; e que a maioria dos empresários mossoroenses afirmam que os serviços contábeis satisfazem as necessidades de sua empresa e que os problemas são solucionados de maneira rápida.



O estudo demonstra ainda há melhorias a serem observadas quanto aos serviços prestados pelos contadores no município de Mossoró/RN, pois boa parte dos empresários afirma que os contadores não oferecem nenhum relatório sobre a situação da empresa. Surge então a oportunidade para que os antigos e novos profissionais de contabilidade se adequem e consigam realizar as melhorias necessárias para satisfazer e aprimorar ainda mais a qualidade dos seus serviços contábeis e assim vir a contribuir para que os usuários dos serviços obtenham sucesso em seu empreendimento.

Desta forma, a pesquisa apresenta contribuições de cunho prático ao analisar aspectos relacionados aos serviços oferecidos pelos contadores, demonstrando que o uso de ferramentas contábeis possuem um diferencial pelos benefícios das informações geradas para fins de tomada de decisão, sendo assim fundamentais para a qualidade de qualquer organização, com isso, influenciando positivamente a credibilidade das informações que são prestadas nos serviços contábeis oferecidos.

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa avança e amplia a discussão do tema, considerando-se sua relevância ao evidenciar que os empresários buscam cada vez mais informações seguras, confiáveis e satisfatórias para que assim consigam obter os resultados desejados de forma positiva. Nessa perspectiva, acredita-se, que os resultados obtidos revelam que os objetivos do trabalho foram alcançados, e, portanto, capazes de demonstrar a satisfação dos clientes em relação a qualidade dos serviços contábeis do município em questão.

O estudo avança nos campos teórico e prático, conforme já mencionado, entretanto algumas limitações podem ser apontadas, razão pela qual sugere-se para futuras pesquisas a ampliação do número da amostra, fato este que restringe ao uso de outras técnicas estatísticas mais robustas. Ademais, sugere-se a aplicação do questionário em municípios distintos que possuam o mesmo porte, permitindo-se assim a comparação dos resultados em diferentes regiões.

REFERÊNCIAS

ANSELMO, T. A. *et al.* **Avaliação pelos usuários da qualidade dos serviços contábeis prestados às micro e pequenas empresas comerciais com sede no centro da Cidade de Biguaçu-SC**, 2012. Monografia (graduação em ciências contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2012.

AQUINO, J. M.; MORAIS, M. I. , NUNES, E. S., SOUZA, M. E. L Profissional contábil: perfil desejável pelas empresas de serviços contábeis no município de Tangará da Serra – MT. **Revista de Ciências Contábeis RCiC-UFMT** v. 10, n. 20, Jul./Dez, 2019 p.84-100.

BOUFLEUER, J. P. B.; LETTNIN, R.; SONTAG, A. G.; LIZZONI, L. Análise Tributária no Regime Simples Nacional com as Alterações Propostas pela Lei Complementar 155/2016. **RAGC**, v. 6, n. 22, p. 165-179, 2018.



BRITO, M. S. **A importância Da Gestão Contábil Nas Micro e Pequenas Empresas.** 2016. Monografia (graduação em ciências contábeis) – Universidade Católica do Salvador, Salvador/BA, 2016.

CAMARGO, E. **Percepção De Gestores e Colaboradores De uma Cooperativa De Crédito Sobre a Contabilidade Gerencial.** 2018. Monografia (pós graduação em gestão contábil e financeira) – Universidade Tecnológica Federal Do Paraná, Pato Branco, 2018.

CUNHA, A.; OLIVIO, A. C.; MARTINS, Z. B. Percepção de clientes acerca do grau de importância e nível de satisfação com os serviços prestados pelo profissional da contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, v. 1, n. 227, p. 70-81, 2017.

DUTRA, P. S. S; PESSOA T. B. **A Qualidade Dos Serviços Contábeis Sob A Ótica Dos Empresários Do Município De Tomé-Açu/PA.** 2018. Monografia (graduação em ciências contábeis) – Universidade Federal Rural da Amazônia, 2018.

FIRMO, F. O.; MOTA, F. P.; PAIVA, M. D. S. Satisfação quanto aos Serviços Prestados por Escritórios Contábeis na visão de Micro e Pequenas Empresas de Porto Velho/RO. **Revista Conexão na Amazônia**, v. 2, n. 2, p. 85-87, 2021.

GOMES, W. B.; SOUZA NETO, M. O. **Qualidade Da Prestação De Serviços Contábeis Sob a Ótica Dos Empresários de Janduis/RN.** 2017. Monografia (graduação em ciências contábeis) – Universidade Federal Rural do Semi árido Mossoró/RN, 2017.

KOUNROUZAN, Marcia Covaciuc. **O Perfil do Profissional Contábil.** Disponível em: www.oswaldocruz.br/download/artigos/social17.pdf. Acessado em: 05 de nov 2021.

MARCELINO, J. A.; SANTOS, E. B.; SILVA, E. V N.; PRADO, E. R. Contabilidade Gerencial como Ferramenta de Apoio à Gestão de Pequenas Empresas. **Revista Controladoria e Gestão – RCG**, v. 2, n. 2, p. 469-485, Jul./Dez. 2021.

MARTINS, J. V; MARTINS, Z. B.; MORAIS, M. L. S.; Atributos e Habilidades do profissional contábil e a importância de seus serviços para a tomada de decisão empresarial. **RMC - Revista Mineira de Contabilidade Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, Belo Horizonte**, v. 20, n. 1, art. 1, p. 5-18, janeiro/abril 2019.

MATTAR, Fauze Najib; OLIVEIRA, Braulio; MOTTA, Sérgio. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise.** 7ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2014.



MOREIRA, Rafael Lacerda et al. A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 10, n. 19, p. 119-140, 2013.

RUA, K. S. P. **Mercado do Profissional Contábil: uma análise comparativa entre o perfil demandado pelas empresas cadastradas na FENACON e os currículos das Instituições de Ensino Superior de Brasília.** 2014. 30f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) Centro Universitário De Brasília – UNICEUB. 2014.

SILVA, T. F.; SANTOS, J. S.; FILHO, R. N. L.; BERNARDES, J. R. Determinantes Da Qualidade e Da Satisfação Nos Serviços Contábeis: Um Estudo Sobre A Percepção Dos Empresários E Gestores Empresariais Da Atividade Comercial Do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI** -, v. 5, n. 1, p. 106 -115, 2018.

SEBRAE. **A importância da contabilidade para os pequenos negócios.** Disponível em <https://www.sebraepr.com.br/a-importancia-da-contabilidade-para-os-pequenos-negocios/>. Acesso em 23 Out 2021.

TONDIN, E. I. M. **Qualidade Dos Serviços Prestados Em Escritórios De Contabilidade: Um Estudo Sobre A Satisfação De Clientes.** 2018. Monografia (graduação em ciências contábeis) – Universidade Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2018

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa.** 2 ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DE MOSSORÓ/RN SOBRE A CRIAÇÃO DA *HOLDING* EMPRESARIAL

Christina Glaukia de Medeiros Jácome

Graduanda em Ciências Contábeis
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
E-mail: christina.proel@gmail.com

Bianca Caroline Lopes Vieira

Graduanda em Ciências Contábeis
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
E-mail: caroline_bianca@hotmail.com

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorando em Administração e Controladoria
Universidade Federal do Ceará
E-mail: italocarlos25@gmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorando em Administração e Controladoria
Universidade Federal do Ceará
E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Jerferson Freitas da Silva

Mestrando em Administração e Controladoria
Universidade Federal do Ceará
E-mail: jerfersonfreitas111@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho objetivou analisar a percepção dos profissionais contábeis de Mossoró/RN sobre a criação da *holding* empresarial. Foi realizada uma pesquisa descritiva, quantitativa e exploratória, com aplicação de questionários a 30 profissionais contábeis de Mossoró/RN, com perguntas fechadas de múltipla escolha e uma questão aberta acerca do tema abordado, especificamente sobre as vantagens e desvantagens da criação da *holding* empresarial como forma de proteção patrimonial e perpetuação das organizações que adotam esse modelo de administração. Através dos resultados encontrados, foi possível concluir que a grande maioria destes profissionais concorda com a criação da *holding* empresarial e que a maior vantagem desta criação é possibilitar um equilíbrio durante crises, devido a diversificação de negócios. Embora seja vantajosa a criação da *holding*, não se deve desconsiderar a maior desvantagem apontada pelos respondentes, que é a centralização excessiva do poder, com a imposição do planejamento estratégico. O presente estudo contribui para que estudos posteriores sejam feitos



baseados na mesma temática, visto que se trata de um tema incipiente, além de trazer implicações práticas, aprofundando-se em analisar a percepção dos profissionais contábeis sobre a criação da *holding* empresarial e uma maior abordagem quanto as suas vantagens de aplicação ao setor privado.

Palavras-chave: *holding*; proteção patrimonial; profissionais contábeis; vantagem.

1 INTRODUÇÃO

Sempre é presenciado na sociedade conflitos familiares que envolvem as empresas de um grupo familiar e em decorrência desses desentendimentos, criou-se um grande problema social devido ao aumento dos litígios na justiça. Diante destes problemas, os relacionados ao patrimônio, a incidência é ainda maior, e com isso foram criadas estratégias empresariais que buscam a blindagem desses patrimônios, afim de que os mesmos não entrem nessa briga judicial, como também solucionar lacunas nos processos sucessórios, que no Brasil traz custos altíssimos aos envolvidos, além da demora na transmissão desses bens (AMARAL, 2020).

De acordo com Brandt (2020), uma forma lícita disponível ao empresário familiar, que visa a manutenção, continuidade e crescimento de suas empresas em um ambiente de recessão econômica e complexo sistema empresarial e tributário que tende a ceifar as empresas familiares no passar de gerações no Brasil, é a criação da *Holding* Empresarial.

A palavra *Holding* vem do verbo em inglês “*to hold*” que, traduzido, significa controlar ou assegurar algo. Conceitualmente, uma *Holding* é uma empresa que tem o objetivo de participar de outras empresas como sócia ou acionista, em um nível tal que lhe garanta o controle delas (MACHADO, 2008). Em outras palavras, *Holding* é uma empresa societária que detém a posse majoritária de ações de outras empresas (subsidiárias), centralizando o controle sobre elas. A *Holding* não produz bens e serviços, se destinando apenas ao controle administrativo de suas subsidiárias, resguardando assim seus bens e direitos (PLASZEWSKI, 2020).

Como a *Holding* não possui uma legislação específica, ela é aplicada conforme as regras da Lei da Sociedade por Ações, portanto, quanto ao objeto social pode executar a atividade de administração de bens próprios e a participação no capital de empresas de qualquer ramo de atividade ou natureza jurídica (PLASZEWSKI, 2020).

Segundo Eckert e Crestani (2018), na tributação das empresas *Holding* existem diversas vantagens que atraem os contribuintes possuidores de patrimônios a utilizar esta modalidade. Dentre as principais, menor tributação do imposto de renda sobre aluguéis, na compra e venda de imóveis, principalmente com o imposto sobre transmissão causa mortis e doação.

Plaszewski (2020) afirma que no Brasil esse tipo de sociedade tem sido de utilização promissora, visto os benefícios para a proteção do patrimônio da empresa e, também, quanto a prevenção e antecipação legítima permitida dos bens das pessoas físicas que podem ser integralizados como capital a pessoas jurídicas.

A contabilidade gerencial das *Holding* oferta também pontos importantes para a tomada de decisão quanto a criação de uma *Holding*, pois ela oferece uma coleta de dados



mais precisa e estratégica, demonstra riscos e benefícios para investimentos, traz uma gestão mais eficiente, e orienta na transmissão de bens e na redução de custos e controle de impostos (SILVA; LAVARDA, 2010).

Diante do exposto acima e considerando a importância deste tipo societário, o presente trabalho busca responder a seguinte questão de pesquisa: **qual a percepção dos profissionais contábeis de Mossoró/RN sobre a criação da *Holding* empresarial?** Portanto, com base nestas considerações, este trabalho objetiva analisar a percepção dos profissionais contábeis de Mossoró/RN sobre a criação da *Holding* Empresarial.

Para Brandt (2020), o estudo do tema é de fundamental importância, pois das empresas e da iniciativa privada advém desenvolvimento e renda, e sua perpetuação no tempo, inclusive no âmbito familiar, se mostra vantajosa para a sociedade no geral, mediante a geração de emprego e prosperidade, e assim cabe aos profissionais contábeis buscar estratégias lícitas que possam contribuir para a persecução deste nobre objetivo.

Desta forma, o trabalho se justifica pela importância profissional na função sistêmica da implantação da *Holding* empresarial, para estimular a empresa no desenvolvimento de controle e gestão e na proteção patrimonial para sua perpetuação. Já do ponto de vista acadêmico, o trabalho se justifica por se tratar de um assunto incipiente e pouco explorado em pesquisas empíricas, contribuindo, ao levantar informações, para futuras discussões, especialmente por não haver estudos sobre a percepção dos profissionais contábeis, sendo assim, o diferencial desta pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 HOLDING EMPRESARIAL

De acordo com Guerini e Mattje (2018), a *holding* é empregada de uma forma muito ampla, sendo que a mesma pode ser utilizada para controlar outras sociedades, e também controlar um patrimônio, podendo manter diversos tipos de bens e direitos de um mesmo patrimônio. O termo *holding* provém do inglês “*to hold*”, que na tradução livre significa segurar, controlar, manter, guardar, dominar, fortalecer. É uma sociedade que visa controlar outras sociedades, através da detenção de partes ou valores em seu capital social de uma forma que possa dominá-las, sendo este o controle de uma sociedade sobre outra.

Uma maneira muito simples para se explicar o significado de *holding* é: uma empresa que possui a maior parte das ações ordinárias de outra empresa. As demais empresas que compõem a *holding* são chamadas subsidiárias. A *holding* possui uma quantidade de ações que o torna majoritário, podendo assim ter autonomia para intervir na política e administração geral das empresas (ARAÚJO, 2021).

Machado (2008) acrescenta que a sociedade *holding* é aquela que participa do capital de outras sociedades em nível tal que lhe garanta o controle delas. Ela não consiste em um tipo societário especificamente considerado na legislação, mas somente indica aquela que tem por objeto a participação em outras sociedades.

No cenário empresarial aberto a novas empreendimentos, mas também exposto a ameaças externas, em que as mudanças nas relações com o mercado e no modo de gerir



as empresas se processam com bastante rapidez, a constituição de uma *holding* impõe-se pela importância de suas características de planejamento, controle e soluções societárias. Enquanto as empresas, chamadas operadoras se focam mais no mercado em que atuam, as tendências de seus clientes, a concorrência e demais problemas externos, a *holding* por sua vez tem a visão voltada para dentro. Seu interesse e a produtividade de suas empresas controladas e não o produto que elas oferecem (MACHADO, 2008).

Brandt (2020) acrescenta que *holding* não é um tipo societário por si só, mas sim, é a própria atividade e o objeto social, necessitando obrigatoriamente para sua constituição a adoção de um dos tipos societários disciplinados no ordenamento jurídico: sociedade limitada, sociedade anônima, sociedade simples, Eireli, etc., estando então submetida aos ditames do tipo escolhido. Ou seja, o empresário deve escolher o tipo societário que melhor atende as necessidades do caso concreto.

Segundo Machado (2008), para se constituir uma *holding* é necessário ter bons conhecimentos, como empresarial administrativo, jurídico, societário e fiscal. Muitos erram por pensar que a formação de uma *holding* deve-se focar apenas em um elemento, pois ela é generalista, empreendedora e normatizadora.

No Brasil, a *holding* surgiu a partir da Lei das S.A nº 6.404/76, conhecida por Lei da Sociedade por Ações, da qual a empresa pode ter por objeto participar de outras sociedades para beneficiar-se de incentivos fiscais. O art. 243, § 2º da Lei 6.404/76, do qual contempla as sociedades coligadas, controladoras e controladas, determina que: considera-se controlada a sociedade na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores (BRASIL, 1976).

Eckert e Crestani (2018) ressaltam que a utilização das empresas *holding* como forma de proteção patrimonial, vem se destacando a cada dia; muitos empresários, detentores de uma quantia considerável de bens imóveis e móveis, procuram proteção e amparo legal, com a utilização destas empresas.

2.2 TIPOS DE *HOLDING*

O tipo de *holding* a ser escolhido pelo empresário deve levar em consideração o seu objetivo principal para que possa usufruir de todos os benefícios tributários advindos do planejamento tributário realizado de forma estratégica. Para que haja a possibilidade de se alcançar esses objetivos e resultados, os empresários devem optar por um tipo de *holding* que favoreça o desenvolvimento necessário, das quais evidenciam-se a *holding* pura, *holding* mista ou *holding* patrimonial.

2.2.1 *Holding Pura e Holding Mista*

Para Guerini e Mattje (2018), a *holding* é considerada como pura, quando não se tem o objetivo de controlar as realizações das atividades operacionais. A fonte de recursos está resumidamente na distribuição de lucros e juros sobre o capital da companhia. A *holding* pura é o tipo de empresa que participa apenas como sócia acionista ou detentora



de quotas de outras empresas, recebe os lucros e não atua na atividade operacional do negócio. Recebe também os juros sobre capital próprio repassados pelas sociedades operacionais. A *holding* pura realiza o controle, a gestão da controlada (PLASZEWSKI, 2020).

Nunes *et al.* (2020) esclarecem que *holding* pura só participa, não controla e nem administra; não é recomendada para fins fiscais, indicada em uma sucessão conflitiva, podendo ser sócia do sócio. Araújo (2021) conclui que a *holding* pura tem como objetivo participar do capital de outra empresa, ou seja, sua única função é administrar a controlada, definir e orientar suas políticas operacionais e, em última instância, patrocinar os recursos necessários à realização de suas operações. No entanto, não realiza qualquer tipo de operação, portanto, o objeto da empresa se limita à participação no capital social de outra empresa. Algumas pessoas pensam que se trata de uma *holding* inofensiva porque não há incentivos fiscais dessa forma. Isso ocorre porque ela usa receitas não tributáveis para pagar despesas dedutíveis.

Uma *holding* mista é uma empresa que para além de participar no capital de outra sociedade empresária também participa de outras atividades como a terceirização de serviços civis e comerciais, mas de nenhuma forma pode-se prestar serviços empresariais. Ela por sua vez é a mais utilizada no Brasil (ARAÚJO, 2021).

Para Nunes *et al.* (2020), *holding* mista é a mais usual, mais maleável pois participa e administra. Por esses motivos possui mais recursos para um planejamento fiscal. Assim, Plaszewski (2020) argumenta que a *holding* mista também participa como sócia acionista ou quotista de outras empresas, porém atua inclusive, na atividade operacional da empresa. Ou seja, exerce também a exploração de atividade empresarial, especialmente a prestação de serviços e atividade comercial.

De acordo com Guerini e Mattje (2018) a *holding* é considerada como mista, quando o objetivo social é desempenhar trabalhos operacionais ou produtivas, sendo como comercial, industrial e prestação de serviço, sendo capaz de deter participações societárias em outras empresas. A *holding* mista não é voltada exclusivamente em participar com quotas societárias, mas também com a produção, circulação de seus bens e prestações de serviço.

2.2.2 Holding Patrimonial ou Familiar

Plaszewski (2020) esclarece que a *holding* normalmente é utilizada para concentração do controle da empresa e focada na gestão empresarial do negócio, para que se possa atingir os objetivos propostos. No entanto, os empresários estão aproveitando as soluções que esse tipo de empresa proporciona e estão optando por utilizá-la como *holding* patrimonial ou, também denominada como *holding* familiar, para dessa forma poder unir todo seu patrimônio em única empresa e organizá-lo para que se tenha economia tributária e evitar o desgaste familiar em testamentos e sucessões. Dessa forma o patriarca da família consegue deixar planejada de forma organizada a sua sucessão. Ressalta também, a relevância da proteção a família e aos bens que muito possam sustentá-la, o empresário, ao organizar um planejamento que pretende cumprir com o zelo para com a família, procura evitar conflitos desnecessários entre os parentes, além de



atentar para a continuação do negócio; demonstra uma preocupação com a continuidade e o bom andamento do negócio e da família (PLASZEWSKI, 2020).

Nunes *et al.* (2020) explicam que a *holding* familiar é criada para interesses familiares diversos, como também forma de partilha em um inventário próximo, pois, visa a segurança, proteção, benefício fiscal e principalmente a sucessão dentro da família, evitando a dissolução do patrimônio familiar. Não se trata de encontrar brechas para burlar o direito dos credores, direitos sucessórios, regimes de casamentos ou quaisquer outros fatos do direito civil. Mas sim, uma forma de solução de conflitos familiares e distribuição integral ou parcial do patrimônio entre os sucessores como um instrumento de proteção do patrimônio familiar.

Já Guerini e Mattje (2018) acrescentam que *holding* familiar ou patrimonial é composta por integrantes de uma família, com o intuito de estruturar o patrimônio e simplificar a administração. Essa *holding* não é específica, ela pode ser uma *holding* mista ou pura, assim sendo diferenciada pela composição dos participantes das famílias. A *holding* familiar pode ser uma solução para os empresários prologarem suas atividades, fazer a blindagem patrimonial, e o planejamento tributário e sucessório, assim evitando perda do patrimônio.

Segundo Araújo (2021), a *holding* patrimonial, por sua vez, foge da ideia originária da *holding*, isto porque é constituída objetivamente para ser proprietária de determinado patrimônio, podendo ser bens móveis ou imóveis. Diferencia-se da *holding* pura, pois não detém participações societárias de outras empresas. Não obstante, esta espécie de *holding* é de suma importância para fins de planejamento de empresa familiar, uma vez que auxilia na divisão e organização da estrutura do patrimônio familiar. Ele ainda afirma que para facilitar todo o processo da sucessão patrimonial a mais indicada nos dias atuais é a *holding* familiar ou patrimonial, pois, consiste em reunir em uma Pessoa Jurídica, os imóveis, ações e direitos dos herdeiros, transformando-os em sócios. Em outras palavras, a *holding* familiar é uma empresa que controla e resguarda os bens de uma família. E o Brasil é um dos países que tem uma das mais altas taxas de impostos corporativos do mundo.

2.3 VANTAGENS E DESVANTAGENS DA CRIAÇÃO DE *HOLDING* EMPRESARIAL

Para Araújo (2021), a criação de *holding* em sua forma de atuação fortalece o crescimento do grupo por meio de um planejamento, controle, administração de investimentos, diminuição de custos e gerenciamento interno. O fortalecimento das empresas consiste em proporcionar para as empresas uma administração coesa e eficiente dos negócios, já que evitam conflitos societários e concentra os esforços e recursos para seguir o planejamento estratégico da organização. Além disso, a companhia protege a si própria de possíveis perdas. Outro fator importante é a redução dos custos de produção, que depende da seleção de fornecedores pela *holding*, que fornecerão produtos para empresas ligadas ao grupo, ganhando assim maior poder de barganha nas negociações. Portanto, as subsidiárias tendem a fornecer produtos finais de alta qualidade a custos de produção mais baixos.



Araújo (2021) ainda acrescenta que quando se trata de *holding* é sempre válido pontuar os aspectos tributários, pois na maioria das vezes a melhor organização fiscal é o principal objetivo na constituição de uma sociedade *holding*. Algo que acontece muito nas empresas quando o assunto é imposto é que elas acabam optando por uma alternativa fiscal que diminua consideravelmente sua carga tributária. Um exemplo disso é quando uma empresa trabalhava com o regime de lucro real e por conta da carga tributária troca para o regime de lucro presumido para aumentar sua margem de lucro.

Embora haja inúmeros aspectos positivos, assim como todo instrumento empresarial de planejamento, a criação de *holding* possui também pontos negativos que devem ser utilizados como parâmetros para a sua implantação. No Quadro 1 estão elencadas as principais vantagens e desvantagens da *holding* empresarial.

Quadro 1: Principais vantagens e desvantagens da *holding* empresarial

VANTAGENS	DESVANTAGENS
Quando se tem uma <i>holding</i> como controladora de todo um grupo, se tem uma melhor administração e um controle por menor custo.	Centralização excessiva do poder, com a imposição inquestionável e extremamente arbitrária do planejamento estratégico, causando desconforto nos acionistas.
A <i>holding</i> possibilita um equilíbrio durante crises, devido a diversificação de negócios, pois, ela pode estar inserida em mercados diversos.	Diferentes resultados econômicos apresentados pelos diversos integrantes do grupo, que em determinados casos a <i>holding</i> terá que sustentar alguma afiliada com lucro de outras
Consolidação do poder econômico de todos os componentes do grupo em uma entidade de representação administrativa e financeira.	Possibilidade de oneração do patrimônio de todo o grupo por causa do mal desempenho de alguma afiliada, afetando o conceito de solidariedade.
Por ser considerada como uma empresa isolada, traz um benefício quanto a expansão dos negócios rentáveis, pois apesar de alguma empresa do grupo possuir insucesso, as demais possuem autonomia para operar.	Dificuldade em operacionalizar os diversos segmentos da <i>holding</i> , em grupos de diferentes ramos de atividades.
Maior poder de negociação na obtenção de recursos financeiros com terceiros.	Ter tributação de ganho de capital nas vendas de participações societárias.
Centralização de alguns trabalhos com o objetivo de minimizar as despesas operacionais.	Com a inserção de empresas <i>holding</i> e a criação de níveis hierárquicos mais claros, pode gerar falta de compromisso com o resultado final.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em revisão de literatura (2022).

Segundo a literatura a *holding* mais comumente utilizada no Brasil é a patrimonial (familiar), devido a questão da sucessão e como uma solução para os empresários prologarem suas atividades, fazer a blindagem patrimonial, e o planejamento tributário e sucessório, assim evitando perda do patrimônio, por isso a importância de se apresentar separadamente um quadro com as vantagens e desvantagens desse tipo de *holding*. No Quadro 2 estão destacadas as principais vantagens e desvantagens da *holding* como forma de sucessão patrimonial.



Quadro 2: Principais vantagens e desvantagens da *holding* como forma de sucessão patrimonial

VANTAGENS	DESVANTAGENS
Maior agilidade na efetivação da sucessão. Tempo entre a abertura e averbação dos imóveis muito baixo.	Os bens não poderão estar com ônus, devem estar livres e desembaraçados, devidamente registrados.
Menores custos se comparados à sucessão civil. Menor custo tributário para a sucessão do patrimônio, isenção de ITBI, avaliação do patrimônio com base no valor declarado no imposto de renda.	Riscos quanto a atividade da <i>holding</i> , se não cumprir com a exigência de isenção do ITBI na incorporação dos bens, poderá arcar com o imposto.
Maior segurança do patrimônio, ou seja, possibilidade de proteção patrimonial, dificuldade dos herdeiros se desfazer dos bens herdados, devido a maior regramento.	Necessidade de assinatura de todos os herdeiros, no caso da transferência de quotas e/ou ações se dar entre os pais e os filhos, na forma de compra e venda.
Operar sobre as quotas e/ou ações e não sobre os bens individualmente. Isso possibilita que não seja feita avaliação individualizada dos bens (custo a menos) já que todos receberão uma fração do patrimônio da empresa. Facilidade na transferência das cotas, sem necessidade de alterar o registro dos imóveis, sem custo de averbações.	Exigência de matrículas registradas para realizar a incorporação dos bens na <i>holding</i> . Casamentos dos sucessores em comunhão universal de bens ou, anteriormente a aquisição das quotas, casamento na forma de comunhão parcial e união estável, sem prévio contrato de união estável prevendo separação das quotas adquiridas. Nestes casos, os companheiros/cônjuges terão direito a parte das quotas e/ou ações adquiridas.
Tributação de renda do patrimônio, muito mais baixo do que na pessoa física.	O patrimônio deixa de ser da pessoa física e passa a ser da empresa.
Inexistência de tributação para compra e venda de quotas e/ou ações o que permite ao sucedido transferir suas quotas em vida aos seus sucessores sem qualquer tributação através de documento particular.	Patrimônio deixa de ser pessoal e particular para fazer parte de um conglomerado onde participam outras pessoas e existem outros interesses.

Fonte: Adaptado de Eckert e Crestani (2018) e Bianchini *et al.* (2014).

Conforme observado no Quadro 2, mesmo a *holding* familiar apresentando algumas desvantagens, ainda é vantajosa a sua criação, principalmente sob o aspecto da blindagem patrimonial e perpetuação da empresa, como também sob o aspecto dos benefícios fiscais atrelados a esse tipo empresarial.

2.4 ASPECTOS CONTÁBEIS DA *HOLDING*

A contabilidade é a ciência que estuda o patrimônio, sua composição e mutação. Esta ciência, proporciona ao pesquisador a possibilidade de fazer interferências sobre a forma de administrar determinado patrimônio. A contabilidade como ferramenta de organização e gestão empresarial está cada vez mais presente no dia a dia das empresas, além disso, pessoas físicas tem se utilizado de suas técnicas para melhor organizarem seus empreendimentos e gerenciarem seu patrimônio (bens, direitos e obrigações) (BIANCHINI *et al.*, 2014).

De acordo com Plaszewski (2020) um dos objetivos para o empresário optar por constituir uma *holding* patrimonial ainda em vida, desenvolvendo o seu planejamento



sucessório, é para resguardar a sobrevivência da empresa. Pois processos testamentários são morosos e caros, ao passo que a *holding* patrimonial sendo constituída com a orientação de profissionais especializados, de acordo com os objetivos propostos pelo empresário e conforme o planejamento sucessório, tributário e estratégico do negócio, será de grande valia com economia tributária considerável e não causará impacto na operação da empresa, da qual poderá continuar produzindo e faturando sem nenhuma interferência referente a esse aspecto, assegurando assim a continuidade da empresa.

Segundo Cappelletti (2013) com o avanço dos tempos e o aprimoramento de meios tecnológicos, a contabilidade vem crescendo e ampliando seu campo de ação. Há um tempo a contabilidade era vista apenas como um meio de pagar impostos e o contador como uma pessoa que servia ao governo, necessário somente para questões fiscais. Com a expansão da área, foi-se aumentando o espaço de trabalho, chegando hoje, ao patamar de contador gerencial, que auxilia as instituições à melhor tomada de decisão, uma vez que são os contadores que compilam as principais informações econômicas, fiscais e sociais das instituições. Desta forma, a contabilidade vem a permitir um maior controle da administração das *holdings*, visto que tratam-se normalmente de grupos com muitos administradores, o que exige uma gestão de qualidade. A *holding*, de fato, apresenta muitos benefícios para as sociedades que dela optarem, quando o interesse for economia fiscal e segurança patrimonial.

Silva Júnior *et al.* (2015) acrescentam que, para compreender a aplicação da contabilidade a essas organizações, deve-se entender primeiro qual seu objetivo, já que a contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Baseado neste conceito, pode-se destacar duas partes importantes e que melhor se aplicam às pequenas e médias empresas, principalmente às familiares, são elas: o fornecimento de um grande volume de informações e a tomada de decisão dentro e fora da empresa. São as informações geradas pela contabilidade que constituem a memória da empresa.

A gestão contábil é um ferramenta crucial para o planejamento e gerenciamento de uma empresa familiar, entretanto, existe conflitos entre a aplicação dessas informações. A gestão contábil aplica-se em empresas de pequeno e médio porte através da elaboração de suas demonstrações adequadas às necessidades de seus usuários, observando sua atividade fim, seus projetos, enfim o empreendedor deve tornar a sua contabilidade uma fonte de informações para que possa tomar decisões seguras e coerentes com seu negócio.

3 METODOLOGIA

Esta seção se destina a explicar os procedimentos metodológicos adotados para atingir esse objetivo. A presente pesquisa buscou analisar a percepção dos profissionais contábeis de Mossoró/RN sobre a criação da *holding* empresarial.

Em termos metodológicos esta pesquisa se classifica quanto aos objetivos como descritiva, já que a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-lo, e é também de caráter transversal, pois os dados são coletados em um único período. De acordo com Fontelles *et al.* (2009), pesquisa



descritiva é aquela que visa apenas a observar, registrar e descrever as características de um determinado fenômeno ocorrido em uma amostra ou população, sem, no entanto, analisar o mérito de seu conteúdo.

Já quanto à natureza, a pesquisa foi do tipo quantitativa, utilizando de métodos estatísticos para obtenção de resultados, visto que a mesma é utilizada quando se quer medir opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes etc. de um universo (público-alvo) através de uma amostra que o represente de forma estatisticamente comprovada. Para Fontelles *et al.* (2009) a pesquisa quantitativa é aquela que trabalha com variáveis expressas sob a forma de dados numéricos e emprega rígidos recursos e técnicas estatísticas para classificá-los e analisá-los, tais como a porcentagem, teste de médias e análise de correspondência, que foram utilizados nesta pesquisa.

Quanto ao procedimento, foi realizado uma pesquisa de campo do tipo exploratória, onde a coleta de dados foi feita por meio de aplicação de questionários de forma *online*, através do aplicativo *google forms*, enviado para os profissionais contábeis da cidade de Mossoró/RN, com 05 perguntas para obtenção de informações sobre o perfil dos respondentes e 08 perguntas direcionadas ao tema da pesquisa. Fontelles *et al.* (2009) descreve que a pesquisa exploratória visa a uma primeira aproximação do pesquisador com o tema, para torná-lo mais familiarizado com os fatos e fenômenos relacionados ao problema a ser estudado. No estudo, o investigador irá buscar subsídios, não apenas para determinar a relação existente, mas, sobretudo, para conhecer o tipo de relação.

Para o tratamento dos dados, utilizou-se técnicas da estatística descritiva, com indicação de frequências relativas, que demonstrou a porcentagem de vezes que uma resposta apareceu em relação ao todo. Utilizou-se também o Test T de *Student* que é aplicado em planos amostrais onde se deseja comparar duas amostras independentes, que de acordo com Fávero e Belfiore (2017) é aplicado para comparar as médias de duas amostras aleatórias extraídas da mesma população, que foi utilizado nesta pesquisa para comparar a percepção dos profissionais contábeis sobre a criação de *holding*, de acordo com características do perfil.

Procedeu-se também a aplicação da Análise de Correspondência para o alcance do objetivo desta pesquisa, visto que esta análise explora a relação em uma classificação de dois fatores que foram: se os respondentes já trabalham com *holding* e a principal desvantagem na criação da *holding*. Segundo Souza e Bastos (2010) a análise de correspondência permite analisar graficamente as relações existentes através da redução de dimensionalidade do conjunto de dados.

Para a análise, tabulação dos dados e análise estatística, foi utilizado o programa *Statistical Package for the Social Sciences - SPSS*. Os dados foram organizados através do *Microsoft Office Excel 2013* e, em seguida, tabuladas em tabelas, para uma melhor visualização.

Adicionalmente, para a análise do conteúdo da questão aberta, onde os participantes destacaram opiniões sobre a indicação da criação da *holding* para seus clientes, procedeu-se com o uso do recurso “Nuvem de palavras” do *software Atlas.ti – Versão 9*, para visualizar as palavras-chave mais citadas.



4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A pesquisa buscou inicialmente caracterizar o perfil dos profissionais respondentes, com informações sobre o gênero, faixa etária, escolaridade, tempo de exercício profissional e setor de atuação, onde, conforme a Tabela 1, constatou-se que 60% dos respondentes são do gênero masculino e 40% são do gênero feminino, evidenciando assim a predominância de participação na pesquisa do gênero masculino na amostra coletada.

Tabela 1: Caracterização da amostra do estudo

Caracterização da amostra		Frequência	Porcentagem (%)
Gênero	Masculino	18	60,0
	Feminino	12	40,0
Faixa etária	18 a 25 anos	3	10,0
	26 a 30 anos	8	26,7
	31 a 40 anos	8	26,7
	41 a 50 anos	4	13,3
	Acima de 50 anos	7	23,3
Escolaridade	Técnico	2	6,7
	Graduação	15	50,0
	Especialização	10	33,3
	Mestrado	3	10,0
Tempo de exercício profissional	Até 2 anos	6	20,0
	3 a 5 anos	4	13,3
	5 a 10 anos	5	16,7
	Acima de 10 anos	15	50,0
Setor de atuação em que trabalha	Público	3	10,0
	Privado	23	76,7
	Terceiro Setor	2	6,7
	Não está atuando	2	6,7

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Com relação à faixa etária, evidenciou-se que a maior concentração de profissionais contábeis estão entre as faixas de 26 a 30 anos e 31 a 40 anos, representando um percentual de 26,7% em cada faixa, mas também obteve uma representatividade de 23,3% na faixa etária acima dos 50 anos, evidenciando assim um equilíbrio entre os profissionais mais jovens e os mais experientes que atuam no setor contábil. Com relação ao tempo de exercício profissional, observou-se que a maior concentração da amostra coletada atua há mais de 10 anos na área, representando um percentual de 50%, o que fortalece o embasamento da pesquisa através de uma maior experiência na área de atuação e que corrobora com o resultado no setor de atuação em que trabalha, onde 76,7% da amostra trabalha em setor privado, que é o setor-alvo do objetivo da pesquisa.

Sobre a escolaridade, 50% dos profissionais respondentes tem formação a nível de graduação, e 33,3% apresentaram formação a nível de especialização, o que mostra que boa parte desses profissionais buscaram um maior aprofundamento e conhecimento



em suas áreas de atuação. Vale ressaltar que Cappelletti (2013) destaca em sua literatura que, com o avanço dos tempos e o aprimoramento de meios tecnológicos, a contabilidade vem crescendo e ampliando seu campo de ação.

4.2 PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS SOBRE A CRIAÇÃO DA HOLDING EMPRESARIAL

Esta seção buscou analisar os resultados obtidos sobre a criação da *Holding* Empresarial. Primeiramente quando questionados se já ouviram falar em *holding* empresarial, a Tabela 2, demonstra que 80% da amostra afirma que sim e somente 20% afirma que não. Contudo apenas 16,7% dos respondentes trabalham atualmente com *holdings* .

Tabela 2: Percepção dos profissionais contábeis sobre a *Holding*

Variáveis	Descrição	Freq.	(%)
1. Já ouviu falar em <i> Holding </i> Empresarial?	Sim	24	80,0
	Não	6	20,0
2. Atualmente trabalha com algum cliente que seja <i> Holding </i> ?	Sim	5	16,7
	Não	25	83,3
3. Como profissional contábil considero que a criação da <i> Holding </i> Empresarial é importante como forma de proteção patrimonial.	Indiferente	6	20,0
	Concordo parcialmente	11	36,7
	Concordo totalmente	13	43,3
	Discordo parcial	1	3,3
4. Como profissional contábil acredito que a <i> Holding </i> Patrimonial resguarda a sobrevivência de empresa familiar.	Indiferente	5	16,7
	Concordo parcialmente	14	46,7
	Concordo totalmente	10	33,3
	Discordo parcial	1	3,3
5. A contabilidade tem papel fundamental na gestão de uma empresa e na tomada de decisões.	Indiferente	2	6,7
	Concordo parcialmente	3	10,0
	Concordo totalmente	25	83,3
	Discordo parcial	1	3,3
6. Como profissional contábil entendo que uma das vantagens da <i> Holding </i> é possibilitar um equilíbrio durante crises, devido a diversificação de negócios.	Indiferente	6	20,0
	Concordo parcialmente	11	36,7
	Concordo totalmente	13	43,3

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Tabela 2 evidencia ainda que 43,3% dos profissionais respondentes concordam totalmente que a criação da *holding* empresarial é importante como forma de proteção patrimonial, apresentando um resultado muito próximo dos 36,7% que concordam parcialmente, confirmando com Eckert e Crestani (2018) que ressaltam que a utilização das empresas *holding* como forma de proteção patrimonial, vem se destacando a cada dia, muitos empresários, detentores de uma quantia considerável de bens imóveis e móveis, procuram proteção e amparo legal, com a utilização destas empresas.

Esses resultados estão em conformidade com os 46,7% que concordam parcialmente e os 33,3% que concordam totalmente que a *holding* patrimonial resguarda a sobrevivência da empresa familiar, destacando o que Plaszewski (2020) em sua literatura esclarece de que a *holding* normalmente é utilizada para concentração do



controle da empresa e focada na gestão empresarial do negócio, para que se possa atingir os objetivos propostos. No entanto, os empresários estão aproveitando as soluções que esse tipo de empresa proporciona e estão optando por utilizá-la como *holding* patrimonial ou, também denominada como *holding* familiar, para dessa forma poder unir todo seu patrimônio em única empresa e organizá-lo para que se tenha economia tributária e evitar o desgaste familiar em testamentos e sucessões.

Ainda de acordo com a Tabela 2, 83,3% dos respondentes concordam totalmente que a contabilidade tem um papel fundamental na gestão de uma empresa e na tomada de decisões. Silva Junior *et al.* (2015) acrescentam que para compreender a aplicação da contabilidade a essas organizações deve-se entender primeiro qual seu objetivo, já que a contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa.

Destaca-se ainda que 43,3% dos respondentes concordam totalmente que uma das vantagens da *holding* é possibilitar um equilíbrio durante crises, devido a diversificação de negócios, ressaltando o que afirmou Araújo (2021) em que a criação de *holding* em sua forma de atuação fortalece o crescimento do grupo por meio de um planejamento, controle, administração de investimentos, diminuição de custos e gerenciamento interno. O fortalecimento das empresas consiste em proporcionar para as empresas uma administração coesa e eficiente dos negócios, já que evitam conflitos societários e concentra os esforços e recursos para seguir o planejamento estratégico da organização. Além disso, a companhia protege a si própria de possíveis perdas.

A Tabela 3 apresenta três das principais desvantagens da criação da *holding* empresarial, onde se observa um resultado bem aproximado entre as escolhas dos respondentes, com uma frequência apresentando uma diferença de apenas 1 respondente, em que 36,7% opinaram que a centralização excessiva do poder, com a imposição inquestionável e extremamente arbitrária do planejamento estratégico, que causa desconforto nos acionistas, é a principal desvantagem da criação da *holding* empresarial.

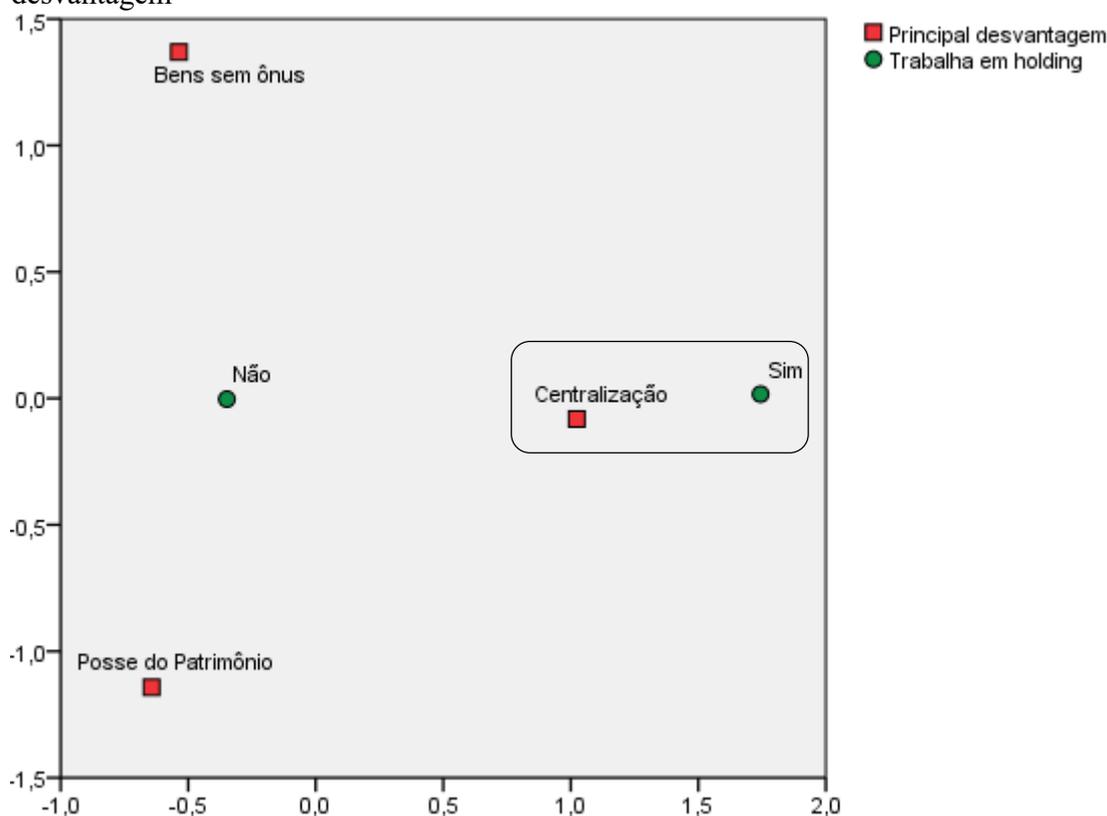
Tabela 3: Opinião sobre a principal desvantagem da criação da *Holding* Empresarial

Opinião	Freq.	(%)
1. Centralização excessiva do poder, com a imposição inquestionável e extremamente arbitrária do planejamento estratégico, causando desconforto nos acionistas.	11	36,7
2. Os bens não poderão estar com ônus, devem estar livres e desembaraçados e devidamente registrados.	9	30,0
3. O patrimônio deixa de ser da pessoa física e passa a ser da empresa, ou seja, deixa de ser pessoal e particular para fazer parte de um conglomerado onde participam outras pessoas e existem outros interesses.	10	33,3

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Na sequência, de forma adicional, buscou-se identificar a associação entre os profissionais que atuam com *holding* e sua perspectiva sobre a principal desvantagem. Para tanto, realizou-se o teste de análise de correspondência simples, que permite analisar a associação entre essas duas variáveis por meio de mapa percentual, conforme a Figura 1.

Figura 1: Mapa perceptual da associação entre ‘trabalha em *holding*’ e ‘principal desvantagem’



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Na Figura 1, verifica-se que há uma associação positiva entre os respondentes que trabalham com *holding* e o percentual dos que escolheram como principal desvantagem a centralização excessiva do poder, onde o resultado apresentado condiz com a situação analisada, visto que estes profissionais estão mais hábeis a destacar essa desvantagem pelo fato de já atuarem com *holding*.

Com o intuito de analisar se existem diferenças entre a percepção dos profissionais contábeis de acordo com seu perfil e com algumas variáveis que merecem uma abordagem mais detalhada, procedeu-se o Teste de Diferenças entre Médias T de *Student* (Tabela 4 e Tabela 5).

A Tabela 4 mostra a varável de gênero dos respondentes em confronto com alguns pontos sobre a criação da *holding*, onde o teste de médias demonstrou diferenças estatisticamente significantes apenas para o item “V4. Uma das vantagens da *holding* é possibilitar um equilíbrio durante crises”.

Tabela 4: Teste de diferenças entre médias T de *Student* (Gênero x *Holding*)

Variável	Gênero	Média	T	Sig.
V1. A criação de uma <i> Holding</i> é importante como forma de proteção patrimonial	Masculino	4,28	0,391	0,699
	Feminino	4,17		



V2. A <i> Holding </i> Patrimonial resguarda a sobrevivência de empresa familiar.	Masculino	4,06	-0,401	0,691
	Feminino	4,17		
V3. A contabilidade é fundamental na gestão de uma empresa e na tomada de decisões.	Masculino	4,67	-1,374	0,182
	Feminino	4,92		
V4. Uma das vantagens da <i> Holding </i> é possibilitar um equilíbrio durante crises.	Masculino	4,00	-2,206	0,036*
	Feminino	4,58		

(*) Significante a 5%.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Este resultado se percebe, por meio da maior média do gênero feminino (4,58) contra 4,00 do gênero masculino, em que as mulheres consideram tal vantagem da criação da *holding* como um ponto primordial para o equilíbrio da organização durante uma crise, visto que para Araújo (2021) a criação da *holding* em sua forma de atuação, favorece o fortalecimento das empresas, pois, consiste em proporcionar uma administração coesa e eficiente dos negócios, já que evitam conflito societários e concentra os esforços e recursos para seguir o planejamento estratégico da organização.

A Tabela 5 mostra a variável de conhecimento dos respondentes em confronto com os mesmos pontos apresentados na Tabela 4.

Tabela 5: Teste de diferenças entre médias T de *Student* (Conhecimento x *Holding*)

Variável	Conhece	Média	T	Sig.
V1. A criação de uma <i> Holding </i> é importante como forma de proteção patrimonial	Sim	4,42	-3,430	0,007*
	Não	3,50		
V2. A <i> Holding </i> Patrimonial resguarda a sobrevivência de empresa familiar.	Sim	4,29	-2,648	0,033*
	Não	3,33		
V3. A contabilidade é fundamental na gestão de uma empresa e na tomada de decisões.	Sim	4,79	-0,358	0,733
	Não	4,67		
V4. Uma das vantagens da <i> Holding </i> é possibilitar um equilíbrio durante crises.	Sim	4,38	-1,948	0,092**
	Não	3,67		

(*) Significante a 1%; (**) Significante a 5%.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme se apresenta na Tabela 5, houve uma diferença significativa entre as variáveis V1, V2 e V4, onde a maior média foi para os que já possuem conhecimentos sobre *holding* . Apenas a V3 que afirma que a contabilidade é fundamental na gestão de empresa e na tomada de decisões, não apresentou diferença entre os que tem conhecimento ou não sobre *holding* , ressaltando assim que o nível de concordância entre os respondentes com e sem experiência em *holding* é semelhante, e confirmando o que diz o estudo de Cappelletti (2013) onde afirma que a contabilidade vem a permitir um maior controle da administração das *holdings* , visto que se tratam normalmente de grupos com muitos administradores, o que exige uma gestão de qualidade.

4.2.1 Destaques para Criação de *Holding*

Adicionalmente, na última questão do formulário de pesquisa, foi proposto aos profissionais contábeis que descrevessem, com suas palavras, se indicariam a criação de *holding* para seus clientes que possuem empresas pertencentes a um grupo familiar

(questão aberta e opcional). O Quadro 3 evidencia as principais respostas dos profissionais sobre essa questão aberta, e mostra que a maioria indica sim a criação da *holding* para seus clientes.

Quadro 3 – Como profissional contábil, indicaria a *Holding* para um cliente que possui empresas pertencentes a um grupo familiar?

Participantes	Resposta
Participante 1	Sim, tendo em vista que terá uma melhor administração do patrimônio; aumento de proteção dos bens em caso de casamento e separações; e também diminuição da carga tributária.
Participante 2	Sim, pois simplificaria partilha dos bens.
Participante 3	Sim, pois é benéfica quando se possui muitos bens e patrimônio
Participante 4	Sim. Sucessão e gestão facilitada
Participante 5	Sem dúvidas, recomendo a criação da Holding, pois possibilita uma série de vantagens para empresas familiares.
Participante 6	Sim, indicaria, visto que ao perceber que determinada família tem expertise em determinado setor de comércio/serviço é indicado uma holding para a expansão dos negócios. Desde que não exista centralização de poder e a empresa saiba contratar profissionais com bom perfil técnico.
Participante 7	Não. Por questão patrimonial. No caso de falecimento de algum dos sócios, pelo fato de os bens estarem na sociedade, só terão direito os sócios, e não os Herdeiros.
Participante 8	Muito importante, o patrimônio familiar ficará assegurado juridicamente e contabilmente registrado
Participante 9	Sim, pois seria mais seguro e abrangente para aquele grupo.
Participante 10	A Holding ou empresas de administração de bens próprios, precisam de um planejamento estrito, tempestivo e eficaz, sobretudo de viabilidade tributária e considerando o possível processo sucessório, sabendo-se que sem esses requisitos o cliente certamente poderá se perder no curso da PJ.

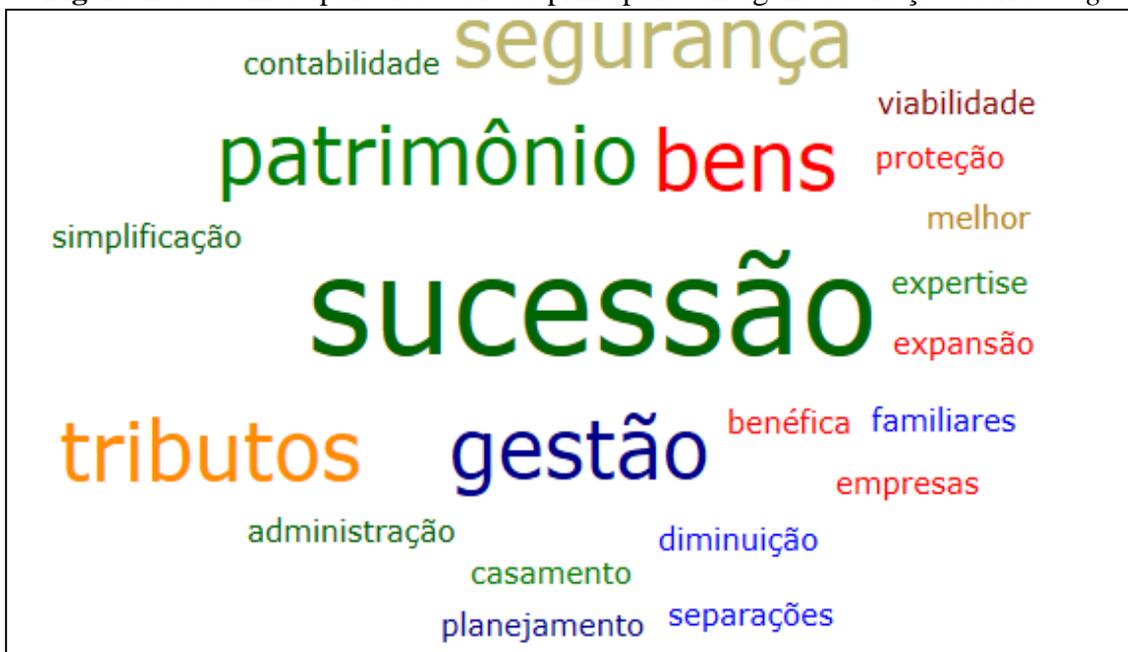
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Em seguida, realizou-se a leitura destas respostas na íntegra, e com o auxílio do *software* Atlas.ti – versão 9, procedeu-se codificação aberta, que permitiu, ao final, visualizar as palavras-chave mais citadas por meio da ferramenta "nuvem de palavras", exposto na Figura 2.

Como apresentado na Figura 1, as palavras que mais se destacaram nas respostas dos profissionais contábeis para a questão aberta foram: sucessão (03), segurança, gestão, tributos, patrimônio e bens (02), confrontando positivamente com as vantagens apresentadas nesta pesquisa sobre a criação de *holding* empresarial. As demais palavras foram citadas apenas uma vez.

Em linhas gerais, os resultados indicam que a grande maioria destes profissionais concorda com a criação da *holding* empresarial e que a maior vantagem desta criação é possibilitar um equilíbrio durante crises, devido a diversificação de negócios. Embora seja vantajosa a criação da *holding*, não se deve desconsiderar a maior desvantagem apontada pelos respondentes, que é a centralização excessiva do poder, com a imposição do planejamento estratégico.

Figura 2: Nuvem de palavras sobre as principais vantagens da criação da *Holding*



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve por objetivo analisar a percepção dos profissionais contábeis de Mossoró/RN sobre a criação da *Holding* Empresarial. Neste sentido considera-se que tal objetivo foi alcançado, pois as respostas obtidas pelos respondentes através do formulário aplicado permitiram identificar e analisar essa percepção.

Em relação ao perfil dos respondentes, verificou-se que a grande maioria trabalha no setor privado, que é o setor-alvo desta pesquisa e que metade dos respondentes atuam a mais de 10 anos no exercício profissionais, fortalecendo assim o embasamento do estudo, visto que possuem uma maior experiência em suas áreas de atuação.

De acordo com os resultados encontrados, constatou-se como principal destaque o fato de que a maioria dos profissionais respondentes concordarem que a criação da *holding* empresarial é importante como forma de proteção patrimonial e que a *holding* patrimonial resguarda a sobrevivência da empresa familiar. Constatou-se também que a maioria dos respondentes concordam que uma das vantagens da *holding* empresarial é possibilitar um equilíbrio durante crises, devido a diversificação de negócios.

Com a aplicação do Teste de diferenças entre médias T de *Student*, verificou-se diferenças estatisticamente significantes quanto ao gênero, em que a maior média dos respondentes que consideram vantajosa a criação de *holding* como ponto primordial para o equilíbrio da organização durante uma crise foi do gênero feminino, sinalizando que as mulheres concordam que a forma de atuação da *holding* favorece o fortalecimento das empresas, já que consiste em proporcionar uma administração coesa e eficiente dos negócios.



Ainda por meio do Teste T, constatou-se diferenças estatisticamente significativas entre os profissionais que possuem conhecimentos sobre *holding* e os que não possuem, ratificando os achados da Análise de Correspondência (Anacor), que demonstrou uma associação positiva entre profissionais que trabalham com *holding* e a principal desvantagem de sua criação.

De uma forma geral, verifica-se que a pesquisa possibilitou identificar informações relacionadas aos conhecimentos e percepção dos respondentes sobre a criação da *holding* empresarial, visto que, mesmo sendo uma prática estratégica pouco adotada ainda pelos profissionais contábeis da cidade de Mossoró/RN, a maioria destes compreendem do se trata e consideram importante a relevância desta criação em uma perspectiva voltada para o setor privado.

A intenção prática da pesquisa é contribuir para a constatação da importância da criação de *holding* empresarial, estimulando as empresas no desenvolvimento de controle e gestão e para a perpetuação das mesmas através da proteção patrimonial. Ainda por meio das informações contidas nesta pesquisa, os resultados apresentam relevância científica sobre o tema, por ser um assunto incipiente e pouco explorado, incentivando assim os pesquisadores a se debruçar pela área que tende a crescer nos próximos anos.

Quanto às limitações, destaca-se a dificuldade na coleta de dados, devido à inacessibilidade e a indisponibilidade dos profissionais contábeis em responder o formulário, mostrando que os mesmos, como profissionais, não estão dando a importância devida quanto à formação acadêmica dos estudantes de contabilidade. Sendo assim, sugere-se que para as próximas pesquisas, antes da aplicação dos formulários, se faça um trabalho de conscientização destes profissionais quanto a importância da sua colaboração para estudos acadêmicos, para que se obtenha um maior número de amostras, permitindo assim, um resultado estatístico mais abrangente na comparação dos resultados obtidos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nara Gabriela Nascimento. A importância da metodologia científica através do projeto de pesquisa para a construção da monografia. **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, p. 57-66, 2016.

AMARAL, Rafael Naves da Silva. **Holding Familiar Como Planejamento Sucessório E Tributário No Brasil**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em direito) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

ARAÚJO, Matheus Prado. **Holding patrimonial como forma de planejamento sucessório**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em direito) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

BIANCHINI, Julian; GONÇALVES, Roberto Birch. Holding Como Ferramenta De Sucessão Patrimonial: Um Estudo Sob O Ponto De Vista Da Assessoria Contábil. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE**, v. 5, n. 2, p. 1-14, 2014.



BRANDT, Filipe Ariel. **Holding Empresarial: Vantagens E Desvantagens No Contexto Empresarial Familiar.** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em direito) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Lei 6.404/1976**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações.

CAPPELLETTI, Ellen Cristina. **A Constituição Das Holdings: Um Estudo Multicaso Nos Principais Grupos Da Serra Gaúcha.** 2013. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2013.

ECKERT, Alex; CRESTANI, Tiarles; MECCA, Marlei Salette. Vantagens Do Planejamento Tributário Através Da Constituição De Uma Holding Patrimonial. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, v. 21, n. 3, p. 48-58, 2018.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Manual de análise de dados.** 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FONTELLES, Mauro José; SIMÕES, Marilda Garcia. **Metodologia Da Pesquisa Científica: Diretrizes Para A Elaboração De Um Protocolo De Pesquisa.** 2009. Trabalho realizado no Núcleo de Bioestatística Aplicado à pesquisa da Universidade da Amazônia – UNAMA, 2009.

GUERINI, Amanda Goulart; MATTJE, Caroline de Oliveira. **Os Benefícios da Formalização de Uma Holding Familiar.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Centro Universitário Dinâmica das Cataratas, Foz do Iguaçu, 2018.

MACHADO, Bruno Diego. **Holding: Estrutura Societária Para Manutenção E Controle Empresarial.** 2008. Monografia (Pós Graduação em Contabilidade de Finanças) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

NUNES, Ana Paula Pereira; SORNBERGER, Geovane Paulo. Benefícios Da Criação De Uma Holding Para Sucessão Empresarial Em Empresas Familiares: Um Estudo Em Uma Empresa Do Ramo Imobiliário. **Revista de Ciências Contábeis**, v. 11, n. 22, p. 90-113, 2020.

PLASZEWSKI, Lilian Susana Stasiak. **Holding Como Planejamento Tributário.** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade La Salle do Rio Grande do Sul, Canoas, 2020.

SILVA, Júlio Orestes; LAVARDA, Carlos Eduardo Facin. O Relacionamento entre a Contabilidade Gerencial e o Processo de Planejamento: Estudo em uma



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



Holding. **Journal of Accounting, Management and Governance**, v. 12, n. 3, p. 3-13, 2010.

SILVA JUNIOR, Amaro; SILVA, Christiano Moreira. **Pequenas E Médias Empresas: Empresas Familiares**. 2015. Trabalho Interdisciplinar (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da PUC Minas BH, Belo Horizonte, 2015.

SOUZA, Augusto Carvalho; BASTOS, Ronaldo Rocha; VIEIRA, M. de T. Análise de correspondência simples e múltipla para dados amostrais complexos. In: Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística-Sinape, XIX [Internet]. **Anais [...]**. SINAPE, 2010.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



ESTUDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS DOS CANDIDATOS A PREFEITO NO MUNICÍPIO DE BARAÚNA NO ANO DE 2020

Flávia Neidja Fontes de Medeiros
Graduada em Ciências Contábeis – UERN
E-mail: flavia_neidja@hotmail.com

Alexandre Almeida de Oliveira
Especialista em Auditoria Contábil – UERN
E-mail: alexandrealmeidacontabil@gmail.com

Cassio Rodrigo da Costa Almeida
Cássio Rodrigo da Costa Almeida
Mestre em Administração - UFERSA
E-mail: cassiorodrigocontabilidade@hotmail.com

Keliane de Melo Ramalho
Mestranda em Ciências Contábeis – UFRN
E-mail: keliane.melo.14@gmail.com

Sabrina Paulino de Oliveira
Mestranda em Ciências Contábeis – UFRN
E-mail: sabrinauern@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as prestações de contas dos candidatos a prefeito no município de Baraúna-RN no ano de 2020, identificando como foram aplicados os recursos arrecadados e se estão em conformidade com a legislação. Em relação à metodologia utilizada para realização do estudo, foi classificada como descritiva e documental, com abordagem qualitativa, realizando o estudo das prestações de contas dos candidatos a prefeito nas eleições municipais, que foram divulgadas no site Divulgacand-TSE. Os relatórios divulgados continham as informações de candidatura, origem dos recursos arrecadados e os gastos durante a campanha, permitindo um estudo detalhado de cada conta de receita e despesa desse período. Foi possível observar que as contas apresentadas pelos candidatos estavam de acordo com a legislação vigente, conforme estatui a Resolução nº 23.607, de 17 de dezembro de 2019, que disciplina sobre a arrecadação e gastos de recursos por partidos políticos e candidatos em campanha eleitoral. O papel do contador foi de fundamental relevância para que esses candidatos pudessem seguir as normas e cumprir com a legislação, respeitando os limites estabelecidos. Por fim, este estudo contribuiu para demonstrar a relevância da contabilidade eleitoral e a transparência nas prestações de contas, pois ela é obrigatória



para candidatos e partidos durante as eleições. Além disso, o estudo também mostra a relevância de seguir as Leis para que não haja corrupção e tenha controle dos limites estabelecidos.

Palavras-chave: prestação de contas; profissional contábil; contabilidade eleitoral.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade eleitoral tem como objetivo fundamental acompanhar o processo de prestação de contas, como arrecadação de recursos e gastos eleitorais, tendo o auxílio do papel do profissional de contabilidade. Para que haja transparência durante o processo eleitoral, é de suma importância mostrar todo o procedimento de contas envolvidas, verificando as ações em conformidade com a lei. Segundo Diniz Filho e Sousa (2018), a contabilidade eleitoral tem se mostrado grande aliada dos órgãos governamentais eleitorais na transparência das contas que são apresentadas pelos partidos políticos e seus gestores.

Os gastos eleitorais têm limites fixados, sendo assim, é fundamental o estudo de como foi feita a arrecadação e seu dispêndio para que haja uma disputa justa, com respeito, igualdade e transparência durante o período eleitoral, contribuindo para que cada candidato faça sua prestação de conta de acordo com as normas e a legislação vigente. De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2018), os gastos eleitorais são realizados pelos candidatos que objetivam eleger-se e realizam despesas a fim de apresentar as propostas, sendo essas despesas classificadas pela legislação eleitoral de gastos eleitorais, de acordo com a Lei nº 9.504/1997, art. 26 (BRASIL, 1997).

Albuquerque e Melo (2019) ressaltam a relevância do papel do contador na esfera eleitoral, pois segundo as novas exigências do Tribunal Superior Eleitoral, torna-se obrigatório a contratação de um profissional de contabilidade para atuar no controle dos gastos, redução dos custos de campanha e a prestação de contas de acordo com a lei, já que na nova ordem é obrigatório a prestação de contas eleitorais.

Cabe ao candidato fornecer informações verídicas sobre os recursos financeiros de campanha e ações desenvolvidas (NUNES *et al*, 2018). Rodrigues e Almeida (2020), em estudo anterior sobre os gastos eleitorais dos candidatos a prefeitos no município de Baraúna no ano de 2016, analisaram a forma como os recursos arrecadados foram aplicados durante as eleições dos candidatos a prefeitos no referido ano e se estavam conforme a legislação. Desse modo, a presente pesquisa pretende assentar a seguinte problemática: **Como foi realizada a prestação de contas dos recursos arrecadados pelos candidatos a prefeito na eleição de 2020 na cidade de Baraúna do Estado do Rio Grande do Norte?**

Portanto, o objetivo principal deste estudo é analisar como foram utilizados os recursos arrecadados durante a campanha eleitoral no ano de 2020, tendo como objetivo específico: analisar as prestações de contas dos candidatos a prefeito da cidade de Baraúna, identificando os gastos eleitorais de cada candidato e a origem dos recursos que foram arrecadados.



A pesquisa em questão tem como intuito contribuir na análise teórica e prática da contabilidade eleitoral, estimulando o estudo da área, para desenvolver e gerar mais conhecimentos científicos advindos dos resultados obtidos neste trabalho, mostrando o processo de obtenção dos recursos e como se efetivaram os gastos dos candidatos durante o período de campanha eleitoral do ano supracitado.

Dessa forma, o presente trabalho está estruturado em 5 (cinco) seções, sendo a primeira uma breve introdução; a segunda, o referencial teórico; a terceira descreve os procedimentos metodológicos utilizados e a coleta de dados realizada; a quarta, a análise dos resultados e dados encontrados durante a pesquisa e, por fim, a última seção, apresenta as considerações finais do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE ELEITORAL

A contabilidade nasceu conforme a necessidade de informações que os homens tinham sobre suas riquezas. Devido a essa preocupação em se informar detalhadamente de seus patrimônios, viu-se que era necessária a criação de métodos que pudessem determinar suas posses e mostrar o valor que elas tinham (ALBUQUERQUE; MELO, 2019). Com isso, a contabilidade tornou-se uma peça de grande importância para registrar essas informações, inclusive no âmbito eleitoral.

A contabilidade eleitoral não é apenas um meio de prestação de contas de candidatos e partidos, ela é a transparência dessas informações. Esse ramo contábil tem se tornado bastante importante no processo de registro dos gastos, na origem dos recursos arrecadados e na utilização durante o período de campanha eleitoral. O profissional atuante nessa área precisa observar a legislação vigente para cumprir todos esses processos dentro da lei.

Entre as várias obrigações que os partidos políticos têm com a Justiça Eleitoral, uma delas é a de prestar contas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) anualmente e ao final das campanhas para comprovar suas operações financeiras, as de seus candidatos e seus comitês, tornando a contabilidade uma peça fundamental para analisar e mostrar com transparência as dependências e a situação real (MAFESSONI, 2015).

Segundo Rodrigues e Almeida (2020), a contabilidade eleitoral se tornou protagonista nas prestações de contas eleitorais no ano de 1997 com a chegada da Lei Federal nº 9.504, também conhecida como a “Lei das Eleições”. Essa Lei foi criada para manifestar o voto popular, a vontade do povo, fruto do direito dos cidadãos e o resultado da constitucionalização de um estado democrático. Assim, com crescimento de períodos eleitorais, viu-se a necessidade de mais transparência nas contas dos partidos políticos.

Para Diniz Filho e Sousa (2018), a contabilidade eleitoral tem se tornado muito importante para as prestações de contas dos partidos políticos, já que abrange desde as convenções até a diplomação dos candidatos, auxilia no planejamento da escolha dos candidatos, limita os gastos advindos dos recursos arrecadados e se tornou um grande auxiliar para os gestores desses partidos.



Diante destes questionamentos, percebe-se que a contabilidade eleitoral a cada ano vem avançando consideravelmente no que diz respeito à prestação de contas de candidatos e partidos políticos, fundamental para maior transparência e exatidão nas contas declaradas à Justiça Eleitoral. Ela tem o intuito de ajudar a combater a corrupção nesse processo de declaração de arrecadações e gastos advindos do processo eleitoral. Com isso, o profissional contábil se torna fundamental na continuidade desses processos.

2.2 O PAPEL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL NA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O contador tornou-se importante após a exigência de maior transparência nas contas públicas. Desde 2014 passou a ser exigido a assinatura do contador nas prestações de contas dos candidatos, segundo a Resolução nº 23.406/2014.

No estudo feito por Almeida *et al.* (2018), foi realizada uma pesquisa com uma população de 52 profissionais formados em Contabilidade, foram enviados os questionários a 41 e apenas 19 profissionais responderam. Em um questionamento sobre a importância do profissional da Contabilidade na prestação de contas eleitorais, 18 dos 19 participantes responderam que o contador é fundamental para dar seriedade e confiabilidade nos registros e na transparência.

Conforme Bezerra Filho (2020), o profissional contábil, sendo o responsável pelo direcionamento da destinação de verbas, dos bens e recursos, deve ser o primeiro a compor a equipe de planejamento da campanha eleitoral. Os gastos eleitorais serão medidos segundo as estratégias feitas por ele no início da campanha, é esperado que, como profissional e conhecedor da área, solicite as ações necessárias para satisfazer o interesse do poder público.

O papel do contador é de extrema importância nos procedimentos eleitorais, pois é obrigatório a sua presença no processo de prestação de contas dos candidatos e partidos políticos. O profissional contábil tem o dever de instruir seus clientes para que eles cumpram todas as etapas da legislação vigente, cumprir o orçamento estabelecido, verificar se os documentos de receita e despesa estão consoante as normas contábeis estabelecidas pelo TSE (FARIA, 2018).

Almeida *et al.* (2018) reforçam que é por meio do profissional contábil que é feita corretamente a prestação de contas, tornando-a uma ferramenta confiável e transparente das campanhas eleitorais. Descrevem ainda que a Justiça Eleitoral premia o profissional contábil ao reconhecer o trabalho por ele realizado. Na campanha, é necessário responsabilidade e transparência para prevenção de erros e atos que possam prejudicar o candidato e todo o trabalho realizado durante o período.

Souza Junior (2019) mostra que a resolução do TSE nº 23.463/15, art. 41 do § 4º determina que “a arrecadação de recursos e a realização de gastos eleitorais devem ser acompanhadas por profissional habilitado em contabilidade”, ou seja, esse profissional vai acompanhar a prestação de contas e realizar os registros contábeis, além de auxiliar sobre as normas do Conselho Federal de Contabilidade.



2.3 ARRECADAÇÃO DE RECURSOS E GASTOS ELEITORAIS

A Resolução nº 23.607, de 17 de dezembro de 2019, dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições. Seu § 1º fala que os recursos arrecadados pelos partidos políticos fora do período eleitoral devem ser regulados pela resolução específica que trata das prestações de contas anuais dos partidos políticos (BRASIL, 2019).

A arrecadação dos recursos adquiridos por candidatos ou partidos políticos devem ser gastos de acordo com a lei anteriormente citada e sua prestação de contas deve também está em conformidade, sendo necessário fornecimento de serviços prestados por um profissional contábil para que tais fatos ocorram sem que depois aconteça constrangimento em relação às despesas finais.

2.3.1. Arrecadação de recursos

Segundo a Resolução nº 23.607/2019, a arrecadação de recursos é dividida em vários modos, alguns deles são: a origem, que são os destinados à campanha; empréstimos pessoais, obtidos mediante empréstimo por meio de instituição financeira; aplicação de recursos por partidos, são as doações ou contribuições recebidas por filiados; doação, aquela advinda de pessoas físicas. Esses são alguns exemplos dos vários modelos de arrecadação de recursos para a campanha eleitoral.

Com a intenção de facilitar o entendimento das prestações de contas eleitorais, o TSE criou um manual com esses conceitos. De acordo com esse manual, só serão admitidos os recursos destinados às campanhas eleitorais que respeitem os limites previstos e que são provenientes de:

- Recursos próprios dos candidatos;
 - Doações financeiras ou estimáveis em dinheiro de pessoas físicas;
 - Doações de outros partidos políticos e de outros candidatos;
 - Comercialização de bens e/ou serviços ou promoção de eventos de arrecadação realizados diretamente pelo candidato ou pelo partido político;
 - Recursos próprios dos partidos políticos, desde que identificada a sua origem e que sejam provenientes: do Fundo Partidário, de que trata o art. 38 da Lei nº 9.096/1995; do FEFC; de doações de pessoas físicas efetuadas aos partidos políticos; de contribuição dos seus filiados; da comercialização de bens, serviços ou promoção de eventos de arrecadação; de rendimentos decorrentes da locação de bens próprios dos partidos políticos.
 - Rendimentos gerados pela aplicação de suas disponibilidades.
- Destacando também os rendimentos financeiros e os recursos obtidos com a alienação de bens têm a mesma natureza dos recursos investidos ou utilizados para sua aquisição e devem ser creditados na conta bancária na qual os recursos financeiros foram aplicados ou utilizados para aquisição do bem (MANUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAL, 2020).

As receitas só podem ser arrecadadas depois de aberta a conta bancária e os recursos arrecadados. Os gastos eleitorais poderão transitar por meio desta conta



exclusiva, se o candidato não obedecer a essa regra, seu registro de candidatura poderá ser contestado (TINELLI, 2017).

O Supremo Tribunal Federal (STF), em dezembro de 2015, determinou por maioria a inconstitucionalidade das campanhas serem financiadas com recursos vindos de pessoas jurídicas, conforme Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4650) conciliada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Com isso, ficou proibido o recebimento de recursos vindos de pessoas jurídicas desde as eleições de 2016 (SANTOS, 2020).

Por causa da falsificação de documentos, do desvio de verbas públicas, do suborno, da corrupção, da compra de votos, das compras e contratações com adulteração, é determinado que a arrecadação dos recursos e os gastos eleitorais devem ser assistidos desde o início da campanha por um profissional da contabilidade habilitado, pois parte dos recursos são advindos dos cofres públicos.

De acordo com o art. 21 da Resolução 23.607/19, as doações feitas por pessoas físicas ou de recursos próprios dos candidatos só poderão ser feitas exclusivamente pela internet e através de:

- Transações bancárias que constem obrigatoriamente a identificação do CPF do doador;
- Bens e/ou serviços doados ou cedidos temporariamente com valor estimável em dinheiro precisam comprovar que o doador é dono ou responsável legal pelo bem ou pela prestação do serviço.
- Instituições responsáveis por promover técnicas e serviços financeiros através de aplicativos eletrônicos, maquinhas ou outros recursos de igual modalidade.

O Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) é conhecido por ser um fundo público em que seus recursos são destinados ao financiamento das campanhas eleitorais para ajudar os candidatos como previsto na Lei nº 9.504/1997 (BRASIL, 2020).

Esse fundo é um recurso importante para que os candidatos tenham uma verba certa para seus gastos durante o período eleitoral. Sua utilização é feita por todos os partidos, pois os gastos durante esse processo não são poucos e alguns concorrentes aos cargos eleitorais não têm recursos próprios para arcar com as despesas geradas neste período de eleição.

2.3.2 Gastos eleitorais

Os gastos eleitorais são os recursos utilizados pelos candidatos e partidos durante o período eleitoral. Com o objetivo de chegar ao poder, eles realizam despesas com o intuito de apresentar propostas.

Segundo o CFC (2020), os gastos eleitorais são divididos em 2 (dois) tipos, sendo eles financeiros e não financeiros. O primeiro refere-se aos bens e serviços utilizados nas campanhas mediante pagamento e feitos por candidatos e partidos políticos; já o segundo, refere-se aos gastos que são feitos iguais ao primeiro, mas por meio de cessão ou doação e que não serão pagos por nenhuma hipótese.

No art. 18 da Lei Nº 13.165, de 29 de setembro de 2015, afirma que o limite dos gastos das campanhas eleitorais é determinado pelo Tribunal Superior Eleitoral em cada



campanha, baseados nos parâmetros definidos por lei. Ainda de acordo com o art. 18-A, é contabilizado como limite desses gastos as despesas consideradas individualizadas que forem realizadas pelos candidatos e partidos (BRASIL, 2015).

O art. 35 da resolução TSE nº 23.607/2019 define como gastos eleitorais:

- A confecção de material impresso, sendo de qualquer natureza, levando em consideração os tamanhos fixados por lei;
- A propaganda e publicidade para divulgação realizada direta ou indiretamente;
- O aluguel de locais para a divulgação dos eventos de campanha eleitoral;
- Gastos com transporte para locomoção de candidato ou funcionários da campanha;
- Despesas postais ou com correspondência;
- Gastos com a instalação, o funcionamento e a organização do comitê;
- Gratificação ou remuneração paga aos prestadores de serviços de candidatos ou partido político;
- Equipamentos para carros de som, de propaganda ou algo parecido;
- Atividades de comício ou eventos para divulgação de candidatura;
- Propagandas de rádio, televisão ou vídeos, até mesmo os de característica gratuita;
- Atividades de testes ou pesquisas pré-eleitorais ou testes;
- Gastos com conteúdo ou páginas na internet direcionadas a conteúdos contratados de servidores de internet com sede no país;
- Multas recebidas até as eleições aos partidos e candidatos por infringir a legislação eleitoral;
- Doações feitas para outros candidatos ou partidos;
- Confecção de *jingles*, *slogans* e vinhetas para divulgação eleitoral.

Conforme o §3º da resolução TSE nº 23.607/19, são considerados gastos eleitorais as despesas que forem feitas com consultoria, assessoria e pagamento dos honorários de serviços contábeis e advocatícios durante a campanha eleitoral, mesmo que elas não sejam retiradas do limite estabelecido para os gastos feitos durante esse período.

Santos (2020) aborda que os gastos feitos na campanha eleitoral precisam apresentar documento apto junto à forma de pagamento, estando devidamente pago aos prestadores de serviços, sendo que as despesas não podem ser pagas sem que os valores não constem nas contas. Com isso, entende-se a obrigatoriedade da prestação de contas dos gastos feitos com recursos tenham nota fiscal de comprovação.

Schlickmann e Mezzaroba (2017) ressaltam que o cruzamento de dados seria capaz de prover na omissão dos gastos eleitorais, na prestação de contas e nas informações de despesas eleitorais que não consistem ou divergem de valores entre os que foram usados na campanha, os informados na prestação de contas e os que foram contactados nas notas fiscais eletrônicas, levando a um equívoco nas informações fornecidas.

Sobre os gastos eleitorais, entende-se que é necessária a prestação de contas da origem e como se deu cada um, considerando que informações prestadas são de responsabilidades de seus feitores e não do profissional que faz esse trabalho de contas, sendo assim, ele precisa de transparência com o que diz respeito ao fornecimento do repasse dado sobre as contas feitas por partidos e candidatos.



O § 6 do artigo 35, da resolução TSE nº 23.607/19, menciona algumas despesas, de caráter pessoal, pelo candidato, que não são considerados gastos de campanha, não se encaixam nas prestações de contas e não podem ser pagas com os recursos arrecadados:

- Os gastos com combustível e reparos de veículos que forem usados pelos candidatos no período de campanha;
- O valor pago como remuneração, alimentação e hospedagem de motorista do ponto acima citado;
- Despesas com alimentação e alojamento do próprio candidato;
- Pagamento de contas telefônicas que estejam registradas de forma pessoal, com limite de linhas estabelecido em apenas três.

A resolução TSE nº 23.607/19, no seu artigo 42, mostra a relação dos limites totais de gastos de campanha contratados, sendo eles regidos pela Lei nº 9.504/1997 no seu §1º do art. 26, pode-se ver, a seguir, a percentagem estabelecida para as despesas e quais contas podem entrar neste limite, sendo elas:

- limitado a 10% o gasto com alimentação das pessoas prestadoras de serviços aos candidatos ou seus comitês;
- 20% para aluguel de veículos.

Em relação à Resolução e à Lei acima citadas, com base no artigo 43, o eleitor para ajudar o candidato pode realizar gastos com valor de até R\$ 1.064 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos), se não reembolsado, não precisará ser contabilizado. O § 3º mostra que não haverá limite estabelecido para o pagamento dos honorários referente à prestação de serviços por advogados e contadores, sendo eles em favor das campanhas eleitorais.

2.4 PRESTAÇÕES DE CONTAS SEGUNDO A RESOLUÇÃO 23.607/19

Conforme o artigo 45, da Resolução 23.607/19, do TSE devem prestar contas à justiça eleitoral: os candidatos e os órgãos partidários, mesmo que sejam de forma provisória, podendo ser também nacionais, distritais, estaduais ou municipais.

O art. 46 da Resolução mostra, que assim como previsto na Lei 9.096/1995, sem prejuízos na prestação de contas anual, os partidos políticos, independente de esfera, devem prestar contas dos recursos que foram arrecadados e se foram usados exclusivamente na campanha ou não, sendo aplicados da seguinte forma, respectivamente a cada órgão partidário: municipal, tem que encaminhar a sua zona eleitoral as prestações de contas; o estadual ou distrital deve encaminhar ao seu respectivo Tribunal Regional Eleitoral e o nacional, ao Tribunal Superior Eleitoral.

Sobre a autuação da prestação de contas e a divulgação do relatório financeiro de campanha, o art. 47 da Resolução, mostra-nos que é obrigação dos candidatos e partidos políticos, durante o período eleitoral, enviar para a Justiça Eleitoral esses documentos, por meio do SPCE, para que haja a divulgação de: dados de recursos recebidos financeiramente para uso em campanha, tendo até 72 horas para enviar após o recebimento, relatório detalhando todas as transferências de fundos partidários ou especial de financiamento de campanha, além dos recursos financeiros recebidos, além dos gastos realizados nesse período.



As prestações de contas finais de todos os candidatos e partidos, referentes ao primeiro turno, devem ser feitas à Justiça Eleitoral, por meio do SPCE, em até 30 dias após a realização do período eleitoral, conforme o art. 49 da Resolução do TSE. Em caso de segundo turno, em até 20 dias após o acontecimento para apresentar a movimentação financeira dos dois turnos.

Caso haja omissão na prestação de contas apresentadas pelos partidos políticos ou candidatos encaminhados pelo SPCE, serão automaticamente autuadas e enviadas para o Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJE). A identificação dos omissos acontece em até 3 dias após o prazo estabelecido para o fornecimento dos dados.

A prestação de contas simplificada, segundo o art. 62, será adotada pelos candidatos que tenham movimentação financeira no valor máximo de R\$ 20.000,00 com base na Lei nº 13.165/2015, sendo atualizado monetariamente a cada novo período eleitoral. Esse método pode ser utilizado em municípios com menos de 50 mil eleitores nas eleições para vereador e prefeito. O município analisado neste artigo está dentro dessa quantidade de eleitores e pode optar por esse sistema de prestação de contas.

É importante destacar o disposto no art. 45, da Resolução TSE nº 23.607/19, em que devem prestar contas à Justiça Eleitoral o candidato e os órgãos partidários. O § 2º aduz que o candidato é solidariamente responsável com a pessoa indicada com o profissional de contabilidade pela veracidade das informações financeiras e contábeis de sua campanha. Já o § 4º, ressalta que a arrecadação de recursos e a realização de gastos eleitorais devem ser acompanhadas por profissional habilitado em contabilidade desde o início da campanha, o qual realizará os registros contábeis pertinentes e auxiliará o candidato e o partido na elaboração da prestação de contas, observando as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e as regras estabelecidas nesta Resolução.

3 METODOLOGIA

O estudo consiste em uma pesquisa descritiva para relatar o estudo, a análise e a interpretação dos fatos. “São exemplos de pesquisa descritiva: estudos de caso, análise documental, pesquisa ex-post-facto” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Segundo Fonseca (2002), a pesquisa possibilita uma visão mais próxima e um melhor entendimento da realidade a estudar, como um processo permanente e não acabado. Ela se desenvolve através da proximidade sucessiva da realidade, oferecendo subsídios para uma intervenção na realidade.

Também é considerado documental, pois utilizamos documentos com as prestações de contas. Esse tipo de pesquisa analisa fatos mais diversos e dispersos, sem tratar a análise, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão e etc (FONSECA, 2002).

Caracterizada como uma pesquisa quantitativa, pois, segundo Kauark *et al.* (2010), é a interpretação dos fenômenos e seus significados. Sua coleta de dados é feita no ambiente natural pelo pesquisador, sendo este estudo uma análise dos dados



disponibilizados pelos candidatos estudados pelo site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Foi realizada a busca de informações a fim de verificar como os recursos obtidos são investidos no decorrer do período da campanha eleitoral, e se os direcionamentos dos gastos estão de acordo com o que exige a legislação vigente. Desse modo, foi avaliada as prestações de contas dos possíveis candidatos a prefeito na cidade de Baraúna, no Rio Grande do Norte, obtidas através de relatórios no site da DivulgaCand-TSE, que possui as informações e os dados necessários para a descrição e realização do estudo.

Posteriormente, realizou-se uma avaliação vertical com os gastos realizados, utilizando o Sistema de Prestações de Contas Eleitorais (SPCE), que incluem desde as despesas, como as receitas, a fim de determinar a porcentagem que foi desfrutado por cada candidato para a realização de sua candidatura. O propósito deste estudo é avaliar as contas prestadas pelos candidatos durante o período de campanha eleitoral no ano de 2020, foram analisadas as prestações de contas dos 3 (três) candidatos que estavam concorrendo ao cargo de prefeito da cidade de Baraúna/RN, foi atribuído a nomenclatura Candidato (1,2 e 3) com a finalidade de preservar a identidade dos indivíduos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, evidencia-se a análise realizada nas prestações de contas declaradas por cada candidato a prefeito no município de Baraúna-RN, no período de campanha eleitoral no ano de 2020, através da técnica de análise vertical, em que serão analisadas a arrecadação das receitas e os gastos eleitorais de cada um dos candidatos. Evidenciando no estudo as principais contas de receitas e despesas, como também as sobras de campanha, sendo analisadas de forma individual, retiradas do site DivulgaCand-TSE, para analisar a situação das contas prestadas pelos partidos políticos e seus candidatos.

A primeira análise foi aferida na prestação de contas do candidato 1, conforme demonstrado na Tabela 1, evidenciando as receitas, despesas e sobras de campanha. De acordo com as informações constantes na Tabela 1, retiradas do site DivulgaCand-TSE, analisou-se as receitas e as despesas da atual prefeita. Nas receitas constam todos os recursos arrecadados pela candidata para custear sua campanha eleitoral, totalizando um valor de R\$ 212.851,14.

As contas com maior representatividade foram: recursos de pessoas físicas R\$ 112.851,14, que representou um valor de 53,02% dos recursos arrecadados; recursos de partidos políticos R\$ 100.000,00, representando 46,98% dos recursos arrecadados. As demais contas apresentadas se encontram zeradas.

Como destaque temos a conta recursos arrecadados de pessoas físicas, sendo a que teve maior contribuição para a receita. Conforme a Resolução nº 23.607/2019 § 1º, essas doações financeiras sendo igual ou superior a R\$ 1.064,10 só poderão ser validadas se forem realizadas por transferência bancária entre as contas do doador e beneficiário ou através de cheque nominal cruzado.

As despesas contraídas durante o período eleitoral totalizaram R\$ 209.012,89, tendo como maior destaque a despesa com serviços advocatícios R\$ 27.500,00, representando 25,23% do total dos gastos; em seguida, temos os serviços prestados por



terceiros no valor de R\$ 19.443,75, que representou 17,84% dos gastos totais; cessão ou locação veículos R\$ 18.243,75, representando 16,74% dos gastos totais; serviços contábeis R\$ 14.050,00, representando 12,89% das despesas totais.

Tabela 1: Receitas e despesas do candidato 1 a prefeito

RECEITA	SALDO (R\$)	AV %	DESPESAS	SALDO (R\$)	AV %
Recursos Pessoas Físicas	112.851,14	53,02%	Locação/cessão de bens imóveis	3.000,00	2,75%
Recursos Partidos Políticos	100.000,00	46,98%	Combustíveis e lubrificantes	2.213,24	2,03%
			Publicidade por adesivos	1.300,00	1,19%
			Serviços prestados por terceiros	19.443,75	17,84%
			Publicidade por material impresso	7.305,00	6,70%
			Encargos financeiros/ taxas bancárias	211,65	0,19%
			Diversas a especificar	12.995,50	11,92%
			Produção jingles, vinhetas e slogans	2.750,00	2,52%
			Cessão ou locação veículos	18.243,75	16,74%
			Serviços advocatícios	27.500,00	25,23%
			Serviços contábeis	14.050,00	12,89%
Total Receitas	212.851,14	100%	Total Despesas	209.012,89	100%
Sobras de campanha	37,11	0,017%			

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A despesa com maior destaque foi com serviços advocatícios, que, conforme divulgado no site Divulgaand-TSE, foi a que teve maior parte das despesas declaradas com um valor de R\$ 27.500,00 e representatividade igual a 25,23%, sendo esse valor utilizado para pagar os serviços prestados pelos advogados do partido ou do candidato no período da campanha eleitoral.

Ainda na Tabela 1, as sobras de campanha, sendo a diferença entre os recursos arrecadados e os gastos de campanha, totalizou um valor de R\$ 37,11, representando 0,017% da receita total. De acordo com o art. 46, da Lei 23.463/15, esse saldo positivo dos recursos arrecadados e as despesas devem ser transferidos aos órgãos partidários seguindo a origem de cada recurso.

A segunda análise foi aferida da prestação de contas do candidato 2, conforme demonstrado na Tabela 2, evidenciando as receitas, despesas e sobras de campanha. A Tabela 2 apresenta as principais contas de receitas e despesas do candidato 2, mostrando um total de receitas no valor de R\$ 224.410,17. A receita de maior destaque foi a de recursos de pessoas físicas, com um valor de R\$ 153.410,17, representando 68,36% da receita total. Em seguida, temos os recursos de partidos políticos no valor de R\$



40.000,00, representando 17,82% das origens de recursos e recursos próprios no valor de R\$ 31.000,00, representando 13,81% da receita total. Sendo zeradas as demais contas de receitas apresentadas pelo candidato.

Tabela 2: Receitas e despesas do candidato 2 a prefeito

RECEITA	SALDO (R\$)	AV %	DESPESAS	SALDO (R\$)	AV %
Recursos Próprios	31.000,00	13,81	Locação/cessão de bens imóveis	1.500,00	0,67
Recursos Partidos Políticos	40.000,00	17,82	Combustíveis e lubrificantes	18.473,62	8,23
Recursos Pessoas Físicas	153.410,17	68,36	Publicidade por adesivos	56.794,75	25,31
			Serviços prestados por terceiros	17.098,00	7,62
			Publicidade por carros de som	23.500,00	10,47
			Encargos financeiros taxas bancárias	98,8	0,04
			Publicidade por materiais impressos	17.800,00	7,93
			Produção jingles, vinhetas e slogans	6.600,00	2,94
			Cessão ou locação veículos	6.000,00	5,50
			Serviços advocatícios	14.800,00	6,60
			Serviços contábeis	18.000,00	8,02
			Eventos de promoção de candidatura	39.400,00	17,56
			Despesas com pessoal	4.345,00	1,94
Total Receitas	224.410,17	100%	Total Despesas	224.410,17	100%
Sobras de campanha	0	0,000			

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A arrecadação de maior valor foram os recursos vindos de pessoas físicas, que, segundo a Resolução nº 23.607/19 do TSE, no seu art. 27, são limitadas a apenas 10% dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano calendário anterior à eleição. Também podendo ser considerado como valor de receita os serviços prestados, bens ou valor em dinheiro para ajuda de campanha, esses valores não podem ser recebidos de pessoas jurídicas, ainda conforme o seu art. 31 da Resolução supracitada.

A despesa de campanha do candidato usou um valor de R\$ 224.410,17, ultrapassando o valor limite estabelecido pela legislação para o referido ano eleitoral. Como destacado na Tabela 2, temos as contas que tiveram movimento, sendo a de maior destaque a de publicidade por adesivos no valor de R\$ 56.794,75, representando 25,31% do total das despesas; em segundo lugar temos os eventos de promoção de candidatura no valor de R\$ 39.400,00, representando 17% dos gastos. Outra conta com representatividade significativa foi a de publicidade por carros de som no valor de R\$



23.500,00, representando 10,47% dos gastos totais; e combustíveis e lubrificantes no valor de R\$ 18.473,62, com 8,23% da representatividade total dos gastos de campanha.

Sobre as sobras de campanha, o total de despesas geradas na campanha pelo candidato foi igual ao arrecadado nas receitas, fazendo com que não tenham sobras de campanhas, ou seja, a conta foi zerada.

A terceira análise foi aferida da prestação de contas do candidato 3, conforme evidenciado na Tabela 3, evidenciando receitas, despesas e sobras de campanha.

Tabela 3: Receitas e despesas do candidato 3 a prefeito

RECEITA	SALDO (R\$)	A V %	DESPESAS	SALDO (R\$)	A V %
Recursos Partidos Políticos	14.000,00	100,00	Serviços prestados por terceiros	4.200,00	37,84
			Serviços contábeis	6.000,00	54,05
			Publicidade por materiais impressos	900,00	8,11
Total Receitas	14.000,00	100%	Total Despesas	11.100,00	100%
Sobras de campanha	2.900,00	20,71			

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

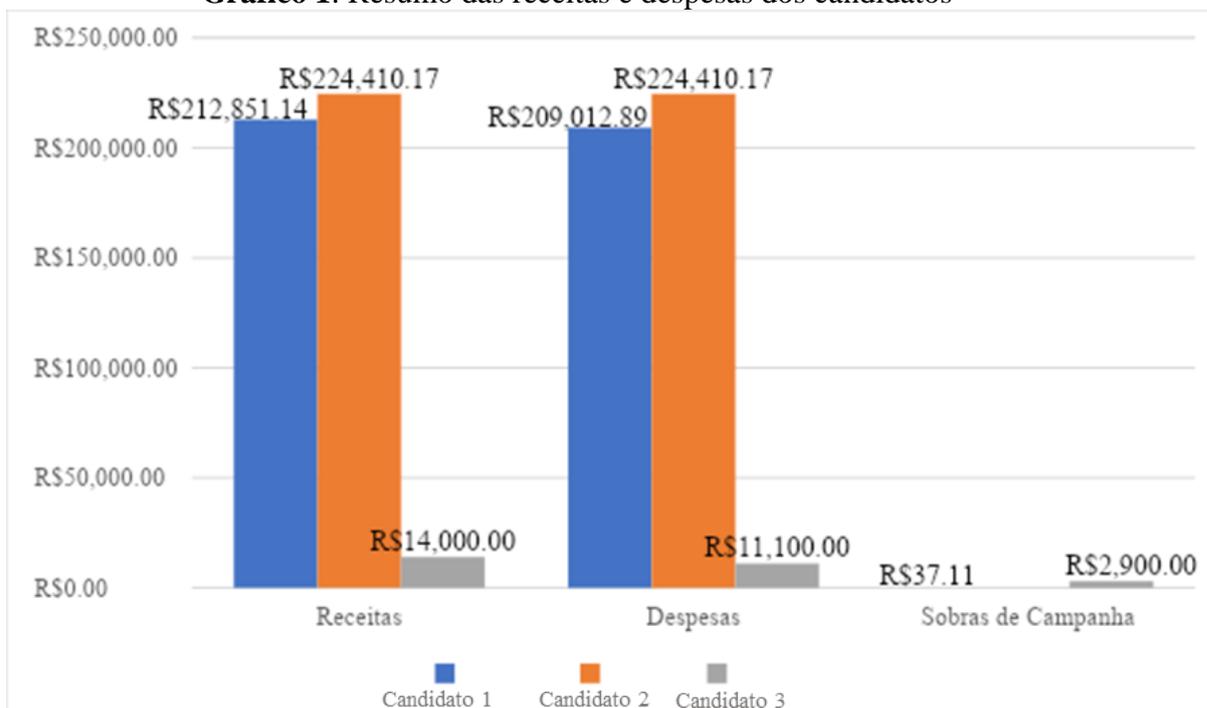
Por fim, a Tabela 3, com as contas de receitas e despesas apresentadas pelo candidato 3, destacando apenas as contas que tiveram movimentação. Temos um total de receitas no valor de R\$ 14.000,00, conforme a análise, o candidato só teve uma conta de receita, sendo os recursos de partidos políticos no valor de R\$ 14.000,00, tendo assim sua representatividade de 100% da receita total. Segundo o art. 19 da Resolução TSE nº 23.607/19, os partidos políticos podem realizar aplicações dos fundos partidários nas campanhas eleitorais, podendo também ser aqueles arrecadados nos exercícios anteriores.

As despesas apresentadas pelo candidato tiveram um total de R\$ 11.100,00, tendo destaque os serviços contábeis no valor de R\$ 6.000,00, representando 54,05% do total de despesas contraídas. Na sequência, temos os serviços prestados por terceiros no valor de R\$ 4.200,00 com representatividade de 37,84% e publicidade por materiais impressos no valor de R\$ 900,00, com 8,11% da representatividade total.

Sobre as sobras de campanha, conforme os dados apresentados pelo candidato, o valor chegou a um montante de R\$ 2.900,00, representando 20,71% da receita total, quando comparado aos demais candidatos, suas receitas e despesas teriam tido valor menor. A Resolução TSE nº 23.607/19, em seu art. 50, mostra que as sobras de campanha: "constituem sobras de campanhas, a diferença positiva entre os recursos financeiros arrecadados e os gastos financeiros feitos durante o período eleitoral".

Após as análises das prestações de contas dos três candidatos, construiu-se o Gráfico 1, que mostra os valores arrecadados por cada um dos candidatos durante o período eleitoral, sendo analisados as contas de receitas, despesas e sobras de campanha.

Gráfico 1: Resumo das receitas e despesas dos candidatos



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Conforme o Gráfico 1, pode-se observar que entre os candidatos que tiveram maior receita, o candidato 2 teve maior destaque com um total de R\$ 224.410,17 e também com maior valor de despesas, atingido o limite legal estabelecido, que era neste ano um montante de R\$ 217.481,26. Esse fato pode ser atribuído aos gastos com serviços contábeis e jurídicos, conforme permite a Resolução TSE nº 23.607/19, em seu artigo 4º § 5º.

O candidato 2 obteve o maior gasto eleitoral, no valor de R\$ 224.410,17, deixando seu saldo de campanha zerado. Em seguida, ficou o candidato 1, que também foi destaque por sua arrecadação no valor de R\$ 212.851,14 e despesas no valor de R\$ 209.012,89. O candidato 3 foi o que teve menor resultado na apuração de receitas e nas suas despesas, mas obteve destaque no valor de R\$ 2.900,00 em sobras de campanha, sendo o maior valor quando comparado aos outros candidatos.

Pode-se observar que a origem dos recursos arrecadados pelos candidatos nesta pesquisa estão conforme o previsto pelo art. 15, da resolução TSE nº 23.607/19, sendo os mais utilizados pelos candidatos: recursos de pessoas físicas, recursos de partidos e recursos próprios. Sendo as demais receitas zeradas, como é o caso das doações pela internet e doações de outros candidatos/partidos.

No que se refere às despesas contraídas nesse período, elas também estavam em conformidade com Resolução TSE nº 23.607/19, que considera gastos eleitorais os fixados na referida Resolução, no seu art. 35. Apesar de não estarem com nomenclatura



tal qual a Resolução, as despesas continham o mesmo significado, consideradas de mesmo sentido. Cada candidato teve suas despesas individuais, retirados como destaque os gastos em comum entre os três candidatos: serviços prestados por terceiros, que engloba todas as contratações de pessoas para fins de divulgação e trabalhos em geral na eleição; publicidade por materiais impressos, sendo aquele usado para divulgação; e serviços contábeis, essenciais para qualquer candidato ou partido político durante o período eleitoral.

Conforme o que foi analisado na pesquisa, pode-se notar que os candidatos conseguiram fazer suas prestações de contas em conformidade com a legislação, estando de acordo com o limite a ser arrecadado e com os gastos realizados (apenas com uma observação para o candidato 2 que ultrapassou um pouco do valor estabelecido para os gastos no período eleitoral de 2020). Com isso, podemos observar que os serviços contábeis são essenciais para não terem inconsistências nas prestações de contas eleitorais. O que fortalece a opinião de Silva e Crepaldi (2017) sobre a importância do profissional contábil nas prestações de contas eleitorais, fundamental na transparência e na divulgação dos resultados.

Este estudo diverge do resultado obtido na pesquisa de Rodrigues e Almeida (2020), que analisaram as prestações de contas dos candidatos a prefeito no município de Baraúna-RN no ano de 2016, pois eles chegaram à conclusão de que todas as contas estavam em conformidade com a legislação, porém, neste ano estudado, o resultado não foi o mesmo, um candidato ultrapassou o limite de gastos estabelecido para o ano conforme a legislação vigente.

O estudo de Nunes (2018) em que foram analisadas as prestações de contas das eleições de Mossoró no ano de 2012 e 2016 consideraram uniformidade nas declarações de contas enviados para Justiça Federal, não obedecendo à legislação e estando em inconformidade.

Conforme o estudo e as análises feitas através da coleta de dados, pode-se observar nesta pesquisa que, apesar de os candidatos terem tido a preocupação de estarem em conformidade com as normas, por mais que tenha sido um valor considerado pouco, um ultrapassou o limite estabelecido pela legislação. Contudo, eles conseguiram evitar as fraudes e situações desagradáveis para o partido eleito, já que não foi encontrada nenhuma irregularidade. Segundo Rocha (2016), candidatos, comitês financeiros e partidos têm a obrigação de, ao final dos processos eleitorais, enviarem as suas prestações de contas à Justiça Eleitoral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar as prestações de contas apresentadas pelos candidatos a prefeito e de que forma os recursos arrecadados foram gastos no período da campanha eleitoral, além de confirmar se estão seguindo as normas e a legislação vigente. Sendo os dados retirados do site Divulgacand-TSE, para serem analisados individualmente, as contas de receita e despesas de cada um dos candidatos, comparando com a legislação e os trabalhos feitos anteriormente relacionados à pesquisa. Consoante a análise feita com coleta dos dados, conclui-se que os objetivos da pesquisa foram



atingidos, mostrando de forma clara feito todo o processo de candidatura nas normas e na legislação.

Este estudo contribuiu para mostrar a importância do profissional da contabilidade nas prestações de contas eleitorais, sendo uma área que vem sendo bastante explorada, pois ajuda a seguir segundo as normas vigentes, transparência e seriedade na divulgação dos dados prestados pelos candidatos, ajudando a seguir conforme as leis os limites estabelecidos para ter um controle contra corrupção.

Além disso, é relevante destacar os principais recursos arrecadados que se destacaram nos três candidatos analisados: partidos políticos, pessoas físicas e próprios. Nos gastos, teve destaque as contas de publicidade por materiais impressos e as despesas com serviços advocatícios e contabilidade, sendo esses em comum entre todos. Em relação às sobras de campanha, teve destaque o candidato 3, que também foi o que obteve menor número de votos e de despesas durante o período eleitoral.

No estudo não foram identificadas irregularidades, nem nas prestações de contas, como também na candidatura dos concorrentes ao cargo de prefeito da cidade, todos estavam em conformidade com as normas e leis que regem a contabilidade eleitoral. Notou-se que as receitas arrecadas não influenciaram na proporção dos votos, já que o candidato que obteve maior receita não foi o eleito.

Envolvendo essa temática, existiram limitações para desenvolvimento do estudo e comparação com outros resultados, pois foram encontrados poucos trabalhos na área. Foi possível notar que a quantidade de votos do candidato eleito não está relacionada com o valor de receita arrecadada, muito menos com o valor gasto com as despesas. Portanto, recomenda-se que para pesquisas futuras sejam escolhidos outros municípios com o fito de criar uma base de localidades diferentes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. V., MELO, A.C.I. O exercício do profissional de contabilidade à frente das exigências do TSE nas campanhas eleitorais. Pernambuco: **Rev. Multi. Sert.** v.01, n.1, p. 143-156, 2019. Disponível em:

<http://revistamultisertao.com.br/index.php/revista/article/view/21>. Acesso em 07 mar. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 13.165**, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113165.htm. Acesso em 07 mai. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 13.487**, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13487.htm#art1. Acesso em 23 set. 2021.

BRASIL. **Resolução n.º 23.406**, de 27 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos, candidatos e comitês financeiros e, ainda, sobre a prestação de contas nas Eleições de 2014. Disponível em:



<https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2014/resolucao-no-23-406-de-27-de-fevereiro-de-2014>. Acesso em 18 ago. 2021.

BRASIL. **Resolução TSE nº 23.575/2018**, que altera dispositivos da Resolução TSE nº 23.553/2017, que dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos, bem como sobre a prestação de contas nas eleições. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2018/resolucao-no-23-575-de-28-de-junho-de-2018>. Acesso em 18 ago. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 23.607**, de 17 de dezembro de 2019. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-607-de-17-de-dezembro-de-2019>. Acesso em: 22 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Guia Contabilidade Eleitoral**: da teoria à prática. Publicação do Conselho Federal de Contabilidade, 2018. Disponível em: <https://crcsp.org.br/portal/publicacoes/livros/contabilidade-eleitoral.pdf>. Acesso em 14 mar. 2021.

DINIZ FILHO, José Washington de Freitas; SOUSA, Carlos Eduardo Borges. **Contabilidade e prestação de contas eleitoral**: Um estudo da prestação de contas eleitorais do município de São Luís do Maranhão. **RAGC**, v. 6, n. 23, 2018. Disponível em <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/1073>. Acesso em 07 mar. 2021.

NUNES, Ivonzéilton Leite. **Prestação de contas nas eleições proporcionais**: um Estudo nos pleitos de 2012 e 2016, no município de Mossoró-RN. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/prefix/5508/1/IvonzelitonLN_ART.pdf. Acesso em 16 abr. 2021.

REBOUÇAS, Francisco das Chagas *et al.* A CONTABILIDADE ELEITORAL SOB A PERSPECTIVA DO PROFISSIONAL CONTÁBIL. **Revista Conhecimento Contábil-UERN/UFERSA**-ISSN: 2447-2921, v. 7, n. 2, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/ccontabil/article/view/3297>. Acesso em 22 abr. 2021.

GERHARDTE, T. E.; SILVEIRA D. T.; **Métodos de pesquisa**; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica– Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em 14 mai. 2021.



KAUARK, Fabiana; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H.; **Metodologia da pesquisa**: guia prático– Ita buna: Via Litterarum, 2010. Disponível em: http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/livrodemetodologiadapesquisa2010_011120181549.pdf. Acesso em 14 maio 2021.

MAFESSONI, Mathias. **A contabilidade como instrumento da prestação de contas dos partidos políticos brasileiros**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) - Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/3585>. Acesso em 16 abr. 2021.

RODRIGUES, R. V. O. A.; ALMEIDA, C. R. C. **Estudo sobre o comportamento das prestações de contas dos candidatos a prefeito na cidade de Baraúna no ano de 2016**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) - Universidade do Estado do Rio grande do Norte – UERN, 2020. Acesso em 05 mar. 2021.

SANTOS, Haline Yonara Rodrigues Dos. **Prestação de contas eleitorais**: um estudo sobre as inconsistências apresentadas nas prestações de contas eleitorais. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19336>. Acesso em 22 abr. 2021.

SANTOS FILHO, Haroldo. (coord.). **Contabilidade eleitoral**: Aspectos Contábeis e Jurídicos – Eleições 2020. Conselho Federal de Contabilidade, Ebook eleitoral de contabilidade (Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo), 2020. Disponível em: http://www.crcsp.org.br/apostilas/EBOOK_ELEITORAL_2020_CFC.pdf. Acesso em: 07 maio 2021.

SILVA, Bruna Kawana Paula; CREPALDI, Paola Guariso. **A importância do contador na prestação de contas dos partidos políticos**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Ciências Contábeis) – Instituto de Ensino Superior de Londrina – INESUL, 2017. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_52_1513024048.pdf. Acesso em: 22 abr. 2021.

SOUZA JUNIOR, Silvio de Azevedo. **Papel do contador na estrutura institucional para prestação de contas pertinentes ao financiamento de partidos e eleições**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15900>. Acesso em 04 maio 2021.

SCHLICKMANN, Denise Goulart; MEZZAROBBA, Orides. Financiamento De Campanhas Eleitorais: A Atuação Do Núcleo De Inteligência Da Justiça Eleitoral Como Instrumento De Controle De Doações E Gastos Eleitorais Nas Eleições De



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



2016. **Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos**, v. 3, n. 2, p. 68-88, 2017.

TINELLI, Tatiane Bagio. **A prestação de contas dos candidatos a cargos políticos e o papel do contador: um estudo sobre as Leis nº 9.504/1997 e 13.165/2015 e suas respectivas resoluções.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. 2017. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/5465>. Acesso em 16 abr. 2021.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



KLABIN: Uma análise dos seus indicadores financeiros durante sua entrada no índice de sustentabilidade empresarial nos anos de 2009 a 2019

Winshton Fonseca Mendonça de Araújo

Graduado em Ciências Contábeis – UERN

E-mail: wfmaraujo@gmail.com

Sabrina Paulino de Oliveira

Mestranda em Ciências Contábeis – UFRN

E-mail: sabrinauern@gmail.com

Cássio Rodrigo da Costa Almeida

Mestre em Administração - UFERSA

E-mail: cassiorodrigocontabilidade@hotmail.com

Keliane de Melo Ramalho

Mestranda em Ciências Contábeis – UFRN

E-mail: keliane.melo.14@gmail.com

Arthur José Rodrigues de Carvalho

Graduado em Administração - UNP

E-mail: arthur.aarth@gmail.com

RESUMO

Este artigo científico contribui no debate acerca das relações dos gastos sustentáveis e seus impactos nos indicadores financeiros e crescimento operacional, discutindo a análise da Klabin S.A. referência nacional e internacional em práticas sustentáveis no mercado de papel e celulose, sendo uma companhia com capital aberto no Brasil dispõe de relatórios públicos de desempenho financeiro e sustentabilidade. O artigo objetiva analisar o histórico dos indicadores financeiros de rentabilidade, liquidez, endividamento e resultado operacional durante o período de 2009 a 2019. A pesquisa é descritiva e aborda de forma qualitativa a análise dos indicadores financeiros e resultado operacional da Klabin S.A. durante o período estabelecido no estudo. Os resultados dos indicadores financeiros da companhia apresentaram uma leve piora com destaque para o índice grau de endividamento que dobrou no período analisado, o índice de liquidez geral que se manteve abaixo do desejado e queda em todos os índices de lucratividade como margem líquida, retorno sobre patrimônio líquido e retorno sobre ativo, fruto dos investimentos em sustentabilidade derivado da tomada de dívidas, porém o gasto com políticas sustentáveis não afetou o crescimento do resultado operacional da Klabin no espaço de tempo analisado. É importante ressaltar a relevância da análise dos indicadores financeiros para avaliar os impactos dos investimentos sustentáveis.



Palavras-chave: análise; indicadores financeiros; sustentabilidade empresarial; resultado operacional.

1 INTRODUÇÃO

Dados da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ, 2019) que reúne os maiores produtores de papel e celulose do Brasil, o setor deve investir R\$35,5 bilhões de reais até o ano de 2023, somando mais de 3,75 milhões de empregos diretos e indiretos ligados ao setor. A Ibá também ressalta o crescimento histórico da exportação de celulose, que está em ascensão há mais de uma década e que deve continuar em alta frente à demanda por matéria-prima sustentável nos mercados desenvolvidos como no da União Europeia que possuem órgãos reguladores de taxonomia que incorporam fornecedores que atendam essas regras de produtos que são ou não *Environmental, Social and Corporate Governance* (ESG) que está se intensificando nos mercados de acordo com o banco de dados da Eikon® (*Thomson Reuters*) que monitora essas relações.

Por muito tempo empresas de sucesso focaram exclusivamente na capacidade de geração de lucros e retorno para o acionista, porém esta realidade vem mudando durante os anos, principalmente no mercado financeiro que de acordo com King e Atkins (2016) as mudanças estão sendo discutidas diante as preocupações sobre o futuro do planeta e as novas gerações e os problemas envolvendo o âmbito social e ambiental.

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) divulgou informes mostrando que já existem gestores e investidores que se utilizam de informações relativas à sustentabilidade para tomar decisões de investimento em determinada empresa, levando em conta sua aplicabilidade e setores de atuação. Diante desse paradigma as organizações têm tentado criar compromisso em suas operações diante as novas exigências do mercado e da sociedade quanto a adoção de práticas sustentáveis a longo prazo, já que a nova cultura disseminada no mercado de capitais envolve a tomada de decisão baseada em fatores abrangentes a sustentabilidade, que para Marcondes e Bacarji (2010) as empresas estão se direcionando para melhorar a governança corporativa e atingir os objetivos.

De acordo com Gomes e Tortato (2011), os investimentos nacionais e internacionais têm acontecido mediante a fatores onde a empresa tenha boas práticas socialmente e ambientalmente, assim como apresentar rentabilidade nas suas operações, logo é possível analisar indicadores que possam evidenciar se a empresa está sendo rentável enquanto desempenha papel social, ambiental, político.

Dentro das empresas atuantes no setor de papel e celulose está a Klabin S.A que existe a 122 anos e tem 24 fábricas no Brasil e uma na Argentina, sendo a maior produtora e exportadora de papéis para embalagem do país, atende a demanda por celulose de fibra longa, curta e *fluff*, fazendo parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE) desde 2014 e que vai servir como empresa de referência para o estudo.

Diante do novo contexto de gastos da companhia em operações sustentáveis, o presente estudo busca responder a seguinte pergunta: **Os gastos com sustentabilidade da Klabin afetam seus indicadores financeiros e crescimento operacional?** No intuito de responder esta questão, o objetivo geral da pesquisa é analisar o histórico de rentabilidade, liquidez, endividamento e resultado operacional da companhia através de



indicadores financeiros, durante os anos de 2009 a 2019 mostrando a análise horizontal e abrangendo o antes e depois da Klabin na adoção de práticas sustentáveis quando obteve a participação no índice de sustentabilidade empresarial (ISE).

Diante deste cenário a presente pesquisa é relevante por evidenciar os índices financeiros de: Liquidez; e Rentabilidade que de acordo com Costa (2015) expõe à análise sobre as demonstrações financeiras. Essa ferramenta busca auxiliar na pesquisa de viabilidade na decisão para investidores que querem comparar os novos bancos digitais com os já consolidados bancos tradicionais.

Atualmente muitas empresas começam seus programas de sustentabilidade se baseando no conceito do *Tripple Bottom Line* como forma de orientação no novo sistema empresarial, pois segundo Rosseti *et al.* (2008), por consequência de suas operações as empresas têm responsabilidade quanto a sustentabilidade de seus negócios, pois causam impactos significativos em sua atuação. Este conceito serve como um meio de gerenciar, estar monitorando e medindo as medidas sustentáveis que são adotadas pelas instituições e seu impacto, surgindo então, a relevância e necessidade de se investigar as ações práticas e adotadas pela Klabin, com intuito de contribuir para as pesquisas relacionadas a temática e como um meio de buscar incentivar outras instituições a divulgarem informações relacionadas a sustentabilidade e qual o seu impacto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os tópicos seguintes tratam dos dados que embasam este artigo científico, no referencial está presente primeiramente o desenvolvimento nacional e internacional da sustentabilidade empresarial e o Índice de Sustentabilidade Empresarial criado pela B3. Em seguida é apresentado os indicadores financeiros de desempenho que serão aplicados na empresa Klabin S.A.

2.1 SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Vários projetos surgiram no âmbito internacional para a humanidade dar mais atenção ao clima e os efeitos do aquecimento global, que de acordo com o protocolo de Kyoto e o acordo de Copenhague é expressivo o dano causado por empresas e governos que não estão preocupados com a questão ambiental, para amenizar tais impactos as organizações começaram a dar mais atenção às questões sociais e ambientais, e na busca de parametrizações para o novo mercado sustentável Brocket e Rezaee (2012) falam que existem benefícios importantes para empresa a prestação de contas relativos a sustentabilidade empresarial e dão foco na governança corporativa da empresa.

Segundo Costa (2007) o direcionamento do alto escalão da empresa coloque como quesito situacional para uma estratégia de negócio a opinião e interesse dos *shareholders* (acionistas) algo que não deve ser ignorado, considerando eles os mais interessados no desenvolvimento dessa organização pois detém o capital social da empresa e tomam decisões onde possa haver conflito em relação a sustentabilidade empresarial do seu negócio no longo prazo.



Nos mercados desenvolvidos surgiu um novo conceito que abrangia três enfoques na contabilidade corporativa voltada à sustentabilidade e que é chamado de Triple Bottom Line ou Tripé da Sustentabilidade no Brasil, para Mahoney e Potter (2004) o termo é utilizado para gerenciar, monitorar e medir as iniciativas sustentáveis, tanto nos processos que agregam valor como também nos impactos das operações da companhia.

No Brasil existe o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) criado em 2005 pela Bovespa em conjunto com a Associação Brasileira das Entidades de Previdência Complementar (ABRAPP), Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC) entre outros órgãos, que serve para medir a capacidade das empresas de serem sustentáveis de acordo com alguns princípios econômicos, equilíbrio ambiental, governança corporativa e justiça social.

E de acordo com a B3 (2020) este índice serve para medir o retorno de uma carteira constituída por companhias que sigam os princípios da sustentabilidade empresarial e justiça social. A B3 (2020) ainda fala que para montar o índice as empresas são escolhidas por questionário desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a instituição abrange os princípios de sustentabilidade empresarial do *Triple Bottom Line*, a participação é direcionada para as 150 ações mais negociadas no período, dentre os princípios estão divididos em geral, governança corporativa, características do produto ou serviço, ambiental, social e econômico financeiro, as empresas passam por revisão anual para continuar ou sair do índice, outro ponto observado pela B3 (2020) é que as exigências de inclusão são avaliados pontos específicos de implementação da empresa como relatórios de desenvolvimento sustentável, comunicação transparente, políticas ambientais e sociais, segurança e qualidade de vida para os colaboradores e responsabilidade na cadeia de suprimentos.

Não podem ser incluídas empresas em processo de falência, recuperação judicial ou que foram suspensas de serem negociadas, e quando se trata de exclusão na participação do índice não é divulgado os motivos pelo qual a empresa deixou de compor, porém é subentendido que a empresa falhou em manter os padrões e princípios do índice.

Para uma entidade particular, o fundamental, é um retorno positivo em seus resultados, um devido lucro. Questão de interesse primordial para os sócios dela, o lucro é um indicador de maior destaque para estes usuários. Com o desenvolvimento da ética empresarial e motivados por questões de manutenção dos negócios, virou interesse das empresas manter um bom relacionamento com o meio ambiente já que pelo princípio da continuidade nos mostra a necessidade da empresa de se perpetuar no longo prazo, logo é observado a constante comparação de indicadores das empresas que adentraram os mercados sustentáveis.

2.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A análise das demonstrações financeiras é um importante instrumento para compreender a situação da companhia observada, pois com a utilização da técnica pode-se extrair diversas informações da companhia através de seus indicadores financeiros que serão utilizados por agentes de mercado interessados pela empresa analisada.



Para Iudícibus (2018) a análise das demonstrações relata informações disponibilizadas pela administração da empresa como a posição financeira, as suas causas e perspectivas futuras projetadas pela gerência, logo é possível ter várias informações em relação a se um negócio está indo bem ou mal.

Em relação às partes interessadas podemos exemplificar um banco que precisa destas informações das demonstrações financeiras de uma companhia no qual ele quer emprestar uma grande quantia em recursos, outro exemplo seria de um analista de mercado que faz essa análise para um investidor que deseja alocar capital em determinada companhia.

2.3 ÍNDICES FINANCEIROS

Para a análise de desempenho financeiro é de suma importância a utilização de índices pois eles indicam e evidenciam aspectos econômicos e financeiros da empresa em que se é empregado sua utilização, dentre os fatores de análise e tomada de decisão em relação a investimentos, busca por crédito de terceiros, rentabilidade é de suma importância utilizar-se de ferramentas que gerem as informações necessárias para agregar valor na definição de metas e objetivos que a empresa irá gerir.

Para Martins, Miranda e Diniz (2019) para haver uma boa gestão é preciso que os administradores da companhia compreendam a saúde financeira de suas operações e para isso é necessário o índice financeiro para evidenciar a situação no qual a companhia está presente, logo esses instrumentos de análise geram dados úteis que serão utilizados para avaliar o histórico de desempenho, seja econômico ou financeiro da companhia.

É importante que as empresas utilizem e monitorem os indicadores financeiros pertinentes na atuação de suas operações, pois a companhia deve buscar um diferencial competitivo na gestão de suas atividades e responsabilidades naquilo que elas afetam, pois no longo prazo é de grande importância a geração de valor da entidade para toda a cadeia de interesse que a empresa carrega na perpetuidade de suas operações.

Com isso os indicadores financeiros da companhia são fundamentais para a trajetória da companhia durante sua existência e de acordo com Assaf Neto (2020) existem quatro categorias no qual eles estão divididos: endividamento e estrutura, rentabilidade, atividade e liquidez, e análise de ações. Para atingir o objetivo do estudo de forma objetiva e analisar os indicadores de desempenho da empresa, vão ser considerados os indicadores de liquidez geral e corrente, grau e composição do endividamento, retorno sobre patrimônio, retorno sobre investimento e margem líquida para os indicadores de rentabilidade.

2.3.1 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Os indicadores de liquidez vão servir para ter um panorama geral sobre a capacidade da companhia de arcar com suas obrigações, seja no curto ou longo prazo, esse indicador gera informações úteis para os gestores na tomada de decisão, que de acordo com Martins, Miranda e Diniz (2019) é imprescindível a sua análise pois mostrará



a capacidade da empresa em dar continuidade às suas operações tendo controle de suas obrigações durante sua existência.

2.3.1.2 INDICE DE LIQUIDEZ GERAL

O primeiro índice utilizado é o de liquidez geral que para Ribeiro (2014) quanto maior o valor gerado pelo índice melhor o resultado pois mostra a proporção para cada R\$ 1,00 de dívida total que a empresa possui para suprir a necessidade de pagar todo o montante, o cálculo é expresso pela seguinte divisão:

Quadro 1: Índice de liquidez geral

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

Fonte: Ribeiro (2014).

O índice de liquidez geral mede a capacidade que a empresa possui de pagar suas obrigações de curto e longo prazo é utilizado para saber quando a empresa tem um gerenciamento de suas obrigações e que recursos vão ser utilizados para pagar o total.

2.3.1.3 INDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

O índice de liquidez corrente é utilizado para saber se a empresa tem condições de saldar suas obrigações de curto prazo. Para Iudícibus (2017) o índice de liquidez corrente é muita das vezes o melhor indicador para medir a capacidade da empresa de mostrar solvência no curto prazo já que evidencia os valores que podem ser convertidos em valores utilizáveis, o índice de liquidez corrente é a divisão do ativo circulante pelo passivo circulante:

Quadro 2: Índice de liquidez corrente

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Iudícibus (2017).

Para Iudícibus um valor maior do que 1 é o ideal para a companhia, pois assim ela estaria solvente em relação a capacidade de pagamento de suas obrigações de curto prazo, sendo acobertado pelo capital aplicado no ativo circulante capaz de transformar-se em dinheiro com facilidade.

2.3.2 ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

Através dos índices de endividamento é possível reconhecer o quanto de recursos próprios ou de terceiros a empresa utiliza para se financiar e de acordo com Marion (2019)



é a partir desses índices que é possível saber se a empresa se utiliza mais de recursos de terceiros nas operações ou se é financiada com recursos próprios.

2.3.2.1 GRAU DE ENDIVIDAMENTO

O primeiro índice será o grau de endividamento onde para Iudícibus (2017) esse indicador é importante pois avalia quanto que a empresa tem de dívida com terceiras partes para cada R\$ 1,00 de seu capital, e a partir desse índice é possível entender em que ponto de alavancagem financeira a empresa está em relação as suas dívidas, quanto menor for o resultado obtido através da equação melhor, a fórmula é apresentada da seguinte forma:

Quadro 3: Índice de grau de endividamento

$$\text{Grau de Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Fonte: Iudícibus (2017).

Através desse índice é possível também identificar riscos relativos a sua estrutura de capital, pois caso o índice apresente valor maior que um é de extrema importância a avaliação da necessidade de capital de terceiros em suas operações, pois pelo princípio da continuidade a empresa entra em risco de não conseguir dar continuidade às suas operações por problemas de solvência financeira para com o capital de terceiros.

2.3.2.3 COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

O segundo índice de endividamento utilizado é o de composição do endividamento, onde Martins, Miranda e Diniz (2019) definem que o índice mostra quanto da dívida é obrigatório pagar no curto prazo. Para Ribeiro (2014) quanto menor o resultado do índice melhor, pois ele mostra quanto é exigido para pagar cada R\$1,00 das obrigações de curto prazo, logo a empresa terá que avaliar se existe a necessidade de gerar os recursos necessários para pagamento da dívida de curto prazo, a fórmula é demonstrada da seguinte forma:

Quadro 4: Índice de composição do endividamento

$$\text{Composição do Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \times 100$$

Fonte: Martins, Miranda e Diniz (2019).

Para este índice o risco aumenta de acordo com o prazo de vencimento da dívida, já que a empresa deve dispor de mais recursos para pagar as obrigações, logo a empresa deve balancear a composição de endividamento de longo e curto prazo para que ocorra mitigação do risco de solvência da companhia e o tempo dos gestores tomarem as decisões corretas para a entidade.



2.3.3 ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Para Bazzi (2020) os índices de rentabilidade medem a taxa de retorno obtido nas operações e investimentos realizados, assim como a eficiência da operação. A companhia utiliza desses indicadores para se situar em relação ao seu segmento de atuação, analisando se está sendo eficiente ou não nas operações.

Em outras palavras Martins, Miranda e Diniz (2019) falam que os índices de rentabilidade medem o desempenho da companhia no setor em que ela atua, logo é necessário também se munir dos outros indicadores e executar uma análise completa dos indicadores incluindo a rentabilidade do negócio.

Portanto um negócio é analisado por sua rentabilidade e de acordo com taxas de retorno esperado dentro daquele setor, os gestores devem utilizar os indicadores para descobrir essas métricas são utilizados três indicadores muito importantes que de acordo com Silva (2019) são retorno sobre investimento, retorno sobre patrimônio e margem líquida.

2.3.3.1 RETORNO SOBRE PATRIMONIO

Esse índice representa o quanto a empresa conseguiu lucrar em relação ao seu patrimônio líquido que foi alocado na companhia como forma de capital social empregado em suas operações, para Ribeiro (2014) a taxa de rentabilidade é definida por quanto do capital próprio da empresa foi utilizado na operação para gerar lucro, isto é, quanto de lucro foi gerado por cada R\$ 1,00 investido na empresa ou projeto, a fórmula é representada da seguinte forma:

Quadro 5: Índice de retorno sobre patrimônio líquido

$$ROE = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Fonte: Ribeiro (2014).

O índice de retorno sobre o patrimônio líquido vai indicar quanto de rentabilidade é obtida mediante a alocação do patrimônio pelos acionistas do negócio, sendo possível comparar com o seu setor de atuação em determinado período, de acordo com Ribeiro (2014) é uma importante métrica de desempenho da companhia, e quanto maior o indicador de retorno sobre patrimônio líquido melhor.

2.3.3.2 RETORNO SOBRE O ATIVO

Para Martins, Miranda e Diniz (2019) esse indicador é muito importante para a análise dos seus resultados evidenciam a sua utilização pois mostrará o retorno sobre os investimentos feitos. Complementando o retorno sobre o ativo para Ribeiro (2014) é a capacidade de geração de lucro da companhia por cada recurso gasto em seu ativo total, e que quanto maior este indicador melhor, a sua fórmula é evidenciada da seguinte maneira:



Quadro 6: Índice de retorno sobre o ativo

$$\text{ROA} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}} \times 100$$

Fonte: Martins, Miranda e Diniz (2019).

Com este índice é possível avaliar a qualidade de retorno dos investimentos a partir da análise dos ativos que a companhia possui, qual a perspectiva de geração de valor de determinado grupo de ativos e a durabilidade desses resultados, é um indicador muito importante para a geração de informação na decisão de investimento, para Marion (2019) é de suma importância o controle desses ativos pois a correta utilização desses recursos traz retorno positivo em forma de lucro para a companhia, logo o indicador é bastante útil e versátil em uma análise aprofundada no capital econômico da empresa, mostrando onde os sócios aplicaram os recursos e o seu devido controle.

2.3.3.3 MARGEM OPERACIONAL LIQUIDA

Este indicador representa a margem de lucratividade de acordo com a receita de vendas líquida, que segundo Iudícibus (2017) é o quanto de lucro é deixado pela receita líquida das vendas da empresa, e para Ribeiro (2014) é a geração de lucro para cada R\$ 1,00 de vendas líquidas da companhia, para obter este indicador a fórmula utilizada é a seguinte:

Quadro 7: Indicador de margem operacional líquida

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receitas Líquidas}} \times 100$$

Fonte: Iudícibus (2017).

Esse indicador é um ótima ferramenta para análise de rentabilidade das vendas da empresa, pois é direto em sua proposta de proporcionar a porcentagem de margem extraída das vendas, para Ribeiro (2014) quanto maior o valor do indicador melhor, pois mostrará que a empresa extrai valor de suas vendas, logo é possível junto aos outros indicadores de rentabilidade analisar com precisão a estrutura de rentabilidade do negócio, sendo ideal a utilização de outros indicadores para complementar toda a análise da empresa.

2.4 LAJIDA

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida) também conhecido no mercado por sua sigla em inglês EBITDA (*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization.*) é utilizado para medir a eficiência operacional da companhia, de acordo com Assaf Neto (2020) o EBITDA é utilizado como amostra de formação de caixa operacional, quanto maior o valor do indicador mais eficiente a companhia tem sido em gerar valor operacional



Esse indicador exclui do resultado o valor apurado de imposto de renda e csll, as despesas financeiras da companhia, a depreciação e amortização sendo um bom indicador analítico de crescimento dos resultados da companhia em seu exercício social.

2.5 ESTUDOS ANTERIORES

Vários estudos científicos perceberam que as relações das práticas sustentáveis no desempenho financeiro podem ser positivas como negativas, em estudos que revisaram o consenso desse impacto os autores Albertini (2013) e Alshehhi *et al.* (2018) confirmam uma relação afirmativa, onde em 132 artigos publicados em grandes revistas 78% mostravam existência de relação positiva de práticas de sustentabilidade empresarial e desempenho financeiro. (ALSHEHHI *et al.*, 2018)

O estudo de Dahlberg e Wiklund (2018) com empresas da Suécia, Finlândia, Dinamarca e Noruega tinham o objetivo de analisar se os investidores valorizam empresas que tinham práticas de sustentabilidade empresarial e analisaram o desempenho financeiro de 2007 a 2017, utilizando de indicadores de mercado, contábil e financeiro, onde os resultados foram uma relação positiva entre o desempenho das companhias e as práticas ESG, e que os investidores as valorizavam por ter essa classificação sustentável.

3 METODOLOGIA

A pesquisa científica conforme Lakatos e Marconi (2001, p.43) “a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” logo é essencial a análise de dados para embasamento e encontrar tais verdades parciais citadas e pelos autores, tendo definido um propósito para que o estudo ocorra e tenha valor, assim é possível descobrir novos fatos em qualquer área de conhecimento. E de acordo com Collis e Hussey (2005) a pesquisa científica estabelece ligações lógicas e premissas que reforcem a fundamentação teórica e como fenômenos ocorrem durante a investigação.

A pesquisa se utiliza de documentos publicados na B3 e que também estão presentes na relação com investidores divulgados pela empresa foco do estudo a Klabin S.A, durante os anos de 2012 a 2019, período de análise que compreende antes e depois da entrada da empresa no Índice de Sustentabilidade Empresarial, serão analisados indicadores para avaliar o desempenho da empresa neste período e compreender se houve impacto em seus resultados por causa de implementações referentes a sustentabilidade empresarial.

De acordo com os procedimentos da pesquisa ela é classificada como bibliográfica que de acordo com Gil (2010) é desenvolvida a partir do uso de livros e artigos científicos e demais materiais elaborados que podem ser utilizados para embasar o conteúdo apresentado. O estudo também se encaixa como documental, no qual Fachin (2017) explica que a pesquisa documental utiliza toda fonte que seja oral, escrita ou visualizada, logo se utiliza variadas formas e técnicas para se obter tais dados. Essas informações devem ser reelaboradas de acordo com o intuito e viabilidade da pesquisa, podendo ser



utilizado de forma analítica no estudo a fim de suprir o embasamento teórico que alicerça o estudo, por ter esta característica serão usadas as demonstrações contábeis extraídas dos relatórios da Klabin S.A.

A pesquisa tem abordagem qualitativa no qual Gerhardt e Silveira (2009) explicam que a individualização da análise parte do princípio da objetivação do fenômeno, analisando o contexto daquilo que é proposto, sendo a pesquisa dirigida por um estudo de caso, em que a companhia selecionada passa por um estudo longitudinal dentro de um contexto mais amplo.

O artigo tem características de finalidade descritiva que de acordo com Gil (2010) é utilizada para analisar prováveis relações daquilo que se está em evidência na pesquisa e busca uma correlação entre os fatos. A pesquisa mostra a descrição das possíveis correlações entre o desempenho financeiro e econômico da Klabin S.A e sua atuação no mercado sustentável durante um período de 2012 a 2019. Logo para Dalfovo, Lana e Silveira (2008) a pesquisa descritiva tem fundamentação e aprimoramento teórico posterior à sua análise de dados.

4 RESULTADOS

Vários estudos científicos perceberam que as relações das práticas sustentáveis no desempenho financeiro podem ser positivas como negativas, em estudos que revisaram o consenso desse impacto os autores Albertini (2013) e Alshehhi *et al.* (2018) confirmam uma relação afirmativa, onde em 132 artigos publicados em grandes revistas 78% mostravam existência de relação positiva de práticas de sustentabilidade empresarial e desempenho financeiro. (ALSHEHHI *et al.*, 2018)

O estudo de Dahlberg e Wiklund (2018) com empresas da Suécia, Finlândia, Dinamarca e Noruega tinham o objetivo de analisar se os investidores valorizam empresas que tinham práticas de sustentabilidade empresarial e analisaram o desempenho financeiro de 2007 a 2017, utilizando de indicadores de mercado, contábil e financeiro, onde os resultados foram uma relação positivos entre o desempenho das companhias e as práticas ESG, e que os investidores as valorizavam por ter essa classificação sustentável.

Essa seção é destinada a analisar os resultados obtido com o cálculo dos indicadores da Klabin S.A. uma das maiores empresas de fabricação de papel e celulose da América Latina, os anos observados vão de 2009 a 2019, com o intuito de comparar e avaliar os resultados e a saúde financeira da companhia durante o período anterior e posterior a sua inserção no mercado sustentável, no qual o seu marco principal foi a participação do Índice de sustentabilidade empresarial (ISE), logo é de grande importância a comparação dos indicadores para saber se é possível a empresa crescer e manter sua saúde financeira enquanto mantém política e estrutura sustentável. O resultado dos indicadores estão expostos e organizados por seção de acordo com sua natureza a seguir.

Os indicadores de liquidez dos anos apresentados expõem algumas mudanças que a Klabin S.A. fez em relação a sua capacidade de pagamentos de curto e longo prazo de suas obrigações, que muda a dinâmica de acordo com a nova perspectiva de acelerar a premissas sustentáveis de sua operação durante a passagem dos anos de 2015 a 2016, com



isso a companhia conseguiu melhores seus indicadores de sustentabilidade para poder entrar no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3.

Tabela 1: Índices de liquidez

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Liquidez geral	0,68	0,88	0,81	0,9	0,85	0,82	0,61	0,64	0,72	0,68	0,67
Liquidez corrente	2,22	2,44	2	2,4	2,56	2,77	2,56	2,31	3,09	2,82	4,16

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A liquidez geral da companhia seguia uma média de 0,86 durante os 2012 a 2014 porém sofreu um decréscimo no indicador no ano de 2015 onde seu quociente indo até 0,61 fruto da estratégia de tornar a companhia uma referência governança corporativa e em assegurar as questões ambientais diminuindo os impactos que o setor de celulose causava nas cadeias produtivas das suas operações, e durante os anos de 2016 a 2019 a empresa manteve em média 0,67 para o índice de liquidez geral, mostrando um valor abaixo de 1 que para Iudícibus (2017) não é o ideal, mesmo que a maior parte de suas obrigações estejam no longo prazo a companhia no momento não detém de valores capazes de pagar tudo no momento. Esse indicador variou 1,47% negativamente no período observado.

O indicador de liquidez corrente que mede a capacidade de pagamento da empresa de suas obrigações de curto prazo, que também mostra a capacidade que a empresa tem de usar o seu ativo circulante para transformar em recursos manteve-se acima de 1, que para Ribeiro (2014) é o valor adequado que a empresa deve buscar mostrando grande poder de saldar as obrigações de curto prazo com rapidez, em média o indicador ficou em 2,8 vezes dos anos de 2009 até 2019, isso significa que a maior parte das obrigações da Klabin é de longo prazo, mesmo possuindo dívidas e obrigações com marcação em dólar a companhia mostra controle na sua posição de liquidez, já que é uma empresa exportadora muito forte no mercado e precisa de intensivo uso de capital próprio e de terceiros para financiar seus investimentos possuindo prazos maiores para pagar fornecedores por ter um bom risco de crédito no mercado. O indicador aumentou em 84% no período analisado.

A próxima tabela nos mostra os indicadores de grau e composição do endividamento da companhia dos anos de 2009 a 2019. Em relação a dívida da empresa ela começou a tomar mais empréstimos de terceiros para financiar as suas operações, pois com boa reputação de saldar suas obrigações no mercado de papel e celulose conseguiu um grau de crédito BB+ pela empresa analista de crédito internacional Fitch Ratings sendo possível se financiar com capital internacional com juros mais atrativos e condições de pagamento mais interessantes do que o mercado nacional de crédito.



Tabela 2: Índices de endividamento

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Grau endividamento	2,33	1,29	1,42	1,54	1,74	1,83	3,75	3,07	3,18	3,62	4,63
Composição endividamento	0,27	0,25	0,28	0,21	0,19	0,19	0,15	0,19	0,16	0,16	0,11

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O índice que mede o grau de endividamento atingiu uma média de 1,7 de 2009 até 2014, período em que a empresa começou a participar do Índice de Sustentabilidade Empresarial, e durante o ano de 2015 a empresa começou a mudar a sua estratégia com foco no mercado internacional de papel e celulose, durante o período que abrange 2015 até 2019 o grau de endividamento da companhia aumentou consideravelmente, chegando a ter um indicador na média de 3,65 a empresa nesse período dobrou sua dívida com terceiros, criando uma proporção alta de endividamento em relação ao patrimônio líquido da companhia, para Iudícibus (2017) quanto menor esse indicador melhor e de preferência abaixo de 1 sua relação dívida com terceiros para patrimônio líquido. O indicador aumentou 99% no período analisado.

Durante os anos de mudança de estratégia 2015-2019 houve uma aceleração na composição do endividamento, pois para financiar a expansão e atender a demanda do exterior a alavancagem operacional foi impulsionada por intensa contratação de dívida com terceiros, mas um ponto positivo é de que a maior parte da dívida é composta de títulos a serem pagos nos exercícios posteriores, o índice de composição da dívida teve uma média de 2009 a 2014 de 0,23 e gradualmente melhorou durante o período de 2015 a 2019 quando atingiu o seu menor patamar de 0,15 logo após estender as dívidas de curto e médio prazo para os exercícios seguintes, sendo para Martins, Miranda e Diniz (2019) um valor menor do que 1 o ideal para as companhias. Esse indicador diminuiu 59% no período analisado.

A alavancagem financeira da Klabin foi utilizada para expandir as operações nacionais para aumentar as receitas do mercado interno e externo, com foco neste último ela aprimorou sua produção a fim de atender a demanda internacional, também um ponto importante da estratégia foi de melhorar seus investimentos sustentáveis e indicadores qualitativos que refletissem esses esforços nos processos de implementação de várias práticas no mercado sustentável. Para avaliar a lucratividade foram utilizados os indicadores ROE, ROI e Margem Líquida durante o período de 2009 a 2019 exposto na Tabela 3.

O retorno sobre o patrimônio líquido do período foi bem variável, apresentando uma média de 10,3% ao ano em termos absolutos, porém houve o destaque do ano de 2015 no qual a companhia apresentou um prejuízo no resultado consolidado para este ano, fruto de maiores despesas com implementação de novos processos de produção e



despesas financeiras a partir do aumento da dívida da companhia, do ano de 2009 a 2019 houveram variações por efeitos que não afetam o caixa porém afeta o lucro fazendo com que ocorram distorções no resultado e indicadores de lucratividade, e de acordo com Ribeiro (2014) quanto maior o retorno sobre o patrimônio líquido melhor para a empresa. O indicador diminuiu 14,3% no período analisado.

Tabela 3: Índices de lucratividade

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
ROE	14%	11%	3,7%	14%	5%	10%	prejuízo	35%	7,3%	2%	12%
ROA	4,2%	4,9%	1,5%	5%	2%	3,6%	prejuízo	8,6%	1,7%	0,4%	2%
Margem líquida	11,2 %	15%	4,7%	18%	6%	15%	prejuízo	35%	6%	1,9%	6,9%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O indicador de retorno sobre o investimento mantém um retorno sobre o ativo total na média de 3% dos anos de 2009 a 2019, com destaque no único ano de prejuízo da Klabin no período analisado não apresentando valor positivo para o indicador houve variação de menos 4% no retorno total na análise do primeiro ao último ano analisado, para Ribeiro (2014) quanto maior for esse indicador melhor, pois a empresa dará um maior retorno financeiro para seu ativo total. O indicador caiu na ordem de 52,2% no período analisado.

A margem líquida da empresa apresentou uma média de 10,3% no período apresentando, porém, a margem líquida sofre inconsistências ano contra ano, tirando o ano de 2015 onde houve prejuízo, porém a empresa aponta que devido os efeitos que não afetam o caixa, como variação do dólar e *Impairment* dos ativos da empresa distorcem negativamente o lucro líquido, logo é importante analisar esse indicador durante o período de 2009 a 2019 no qual irá sofrer essas ocorrências que afetam o resultado. Para Iudícibus (2017) quanto maior a margem líquida da companhia melhor. O indicador diminuiu em 38,5% no período analisado. Para expressar o crescimento operacional da companhia segue abaixo a rubrica de lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA) dos anos de 2009 a 2019 para ilustrar seu resultado operacional que a Klabin utiliza para mostrar seu crescimento com menos distorções.

Tabela 4: Lajida (Valores em milhões de R\$)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Lajida	747	962	1.077	1.352	1.562	1.718	1.975	2.287	2.738	4.024	4.322

Fonte: Dados da pesquisa (2022).



A rubrica sugerida pela companhia para ressaltar o resultado operacional e mostrar seu crescimento sem grandes distorções é o LAJIDA ou o termo em inglês como utilizam EBITDA que não sofre distorção das variações cambiais ou reavaliações do ativo (*Impairment*) que não possuem efeito caixa porém afeta o lucro líquido da companhia, logo a Klabin normalmente expressa seu resultado para o mercado utilizando o Lajida para ficar livre de efeitos não recorrentes e distorções e expressar de forma mais clara os resultados de cada exercício, pois a distorção podem levar a prejuízos mesmo em períodos de forte geração de caixa. Durante o período analisado o Lajida subiu mais de 6 vezes seu valor.

Levando em consideração as despesas decorrentes da aplicação de processos de sustentabilidade empresarial a companhia gasta em torno de R\$ 150.000.000,00 a R\$ 250.000.000,00 de acordo com estimativas de títulos de dívida verde emitidos no mercado nacional e internacional no montante de 6 bilhões de reais com juros de 3,5% ao ano, que são voltados exclusivamente ao financiamento dos processos e operações sustentáveis, as estimativas são extraídas de seus relatórios disponíveis na área de relação com investidores da companhia.

A Klabin apresentou uma receita de R\$ 11.500.000.000,00 no último ano fiscal, e mostra um crescente resultado operacional (Lajida) mesmo que os indicadores de liquidez, endividamento, lucratividade tenham variado negativamente durante período analisado de 2009 a 2019, porém os indicadores não indicam que se deterioraram por causa de gastos com políticas sustentáveis exclusivamente, já que essas despesas só representam 1% a 2% da receita da companhia gasto com os três pilares principais da sustentabilidade: Ambiente, Sociedade e Econômico

Logo os dados das tabelas não corroboram com a ideia de Dahlberg e Wiklund (2018) de que existe uma direta relação de mais gastos com sustentabilidade apresentaria uma relação positiva no desempenho financeiro, durante a análise da Klabin a companhia reportou uma diminuição ou manutenção dos indicadores apresentados após 2014 com a implementação da nova estratégia da companhia, o aumento de dívida para despesas com práticas sustentáveis trouxe uma piora dos indicadores no período apresentado, mesmo que o resultado operacional tenha crescido ao longo dos anos às margens da companhia se deterioraram devido a despesas financeiras que aumentaram após a tomada de dívida que representavam 25% do montante de 24 bilhões de reais já em 2019 voltada a gastos sustentáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa alcançou seu objetivo e propôs entender se havia relação entre os gastos com sustentabilidade e desempenho financeiro da Klabin S.A e se os mesmos impactam seu crescimento. Para responder essa problemática, o estudo traçou o seu objetivo geral de analisar seus indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade durante 11 exercícios financeiros que vão desde 2009 até 2019, levando em consideração o ponto de destaque de entrada no índice de sustentabilidade empresarial em 2014 a fim de verificar o antes e depois como também a mudança de estratégia da companhia voltada a desenvolver o mercado sustentável a partir deste marco.



É relevante perceber a leve piora dos indicadores com o passar dos anos, enquanto a companhia aumenta a dívida total dos investimentos em sustentabilidade, mostrando que existem muitas variáveis além dos gastos com práticas sustentáveis e que podem ser aproveitadas em estudos posteriores.

É importante frisar a importância das empresas listadas na bolsa de valores expressarem os valores gastos nos indicadores qualitativos referentes a seus relatórios sustentáveis, pois é onde será possível a análise detalhada de seus impactos, alguns agentes de mercado como fundos de investimento e bancos que investem nestas companhias são ativistas em pedir maior detalhamento desses relatórios, principalmente das empresas que participam do ISE, a fim de combater a prática de *Greenwashing*, que seria a empresa expor que segue práticas sustentáveis mas na realidade não são investimentos expressivos, e que de acordo com Brocket e Rezaee (2012) existem vários benefícios para a companhia que adere a sustentabilidade empresarial principalmente no curto prazo em relação a melhora da administração da companhia via governança corporativa, logo são ponto de atenção para os agentes externos que têm interesse na companhia.

Com a crescente demanda de agentes de mercado destacados pela Organização das Nações Unidas - ONU (2015), que procuram empresas sustentáveis, a Klabin iniciou esse processo com a estratégia de longo prazo em atender todos os mercados desenvolvidos sem restrições de ser julgado quanto a suas práticas nacionalmente, logo é importante destacar se durante esse processo de transformação e aprimoramento essas novas práticas e gastos trouxeram retorno financeiro para a companhia e também se foi possível a empresa crescer continuamente.

Por isso a análise de companhias que se destacam no mercado sustentável é importante para saber se essas relações são positivas ou negativas no mercado que atuam, pois de acordo com Mahoney e Potter (2004) as empresas começaram a perceber a importância da prática do *Triple Bottom Line* na monitoração de indicadores sustentáveis aliado aos financeiros para medir seus investimentos já que o mercado tende a convergir para essa abordagem tanto por regulamentações como também por empresas e pessoas que estejam interessadas nestas companhias.

Os resultados deste estudo mostram que mesmo sendo necessário para a sobrevivência da companhia em um mercado com exigências ESG, o gasto com políticas sustentáveis que demandam muitos recursos podem atrapalhar os indicadores financeiros e seu resultado, mesmo que não impacte seu crescimento no longo prazo, já que por intermédio de tomada de dívida, utilização de capital dos acionistas e mobilização de ativos da empresa para esse fim podem trazer um menor retorno financeiro para a companhia.

Como limitação do estudo destaca-se variáveis gerenciais não observadas no cotidiano da empresa que afetam suas operações, assim como a falta de valores por indicador qualitativo específico referente aos relatórios de sustentabilidade da Klabin, ao invés de valores totais, pois desta forma ficaria mais fácil de entender os investimentos que geram retorno para a companhia e ajudaria a aprimorar a análise. Indicando como sugestão para pesquisas futuras incluir novos indicadores e utilizar valores detalhados



caso disponíveis nos relatórios de sustentabilidade da companhia explorar outros setores, e analisar sinergias que as operações sustentáveis possam trazer no futuro.

REFERÊNCIAS

ALBERTINI, E. **Does environmental management improve financial performance? A Meta Analytical Review.** Organization & Environment, v. 26, p. 431-457, 2013.

ALSHEHHI, A.; NOBANEE, H.; KHARE, N. **The impact of sustainability practices on corporate financial performance: Literature trends and future research potential.** Sustainability, v. 10, n. 2, 2018.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico Financeiro**, 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

BAZZI, Samir. **Análise das Demonstrações Contábeis**, 2. ed. São Paulo: Pearson, 2020.

B3. **Índices. Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE.** Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm. Acesso em: 26 de março de 2022.

BROCKETT, A.; REZAEI, Z. **Corporate sustainability: integrating performance and reporting.** Abingdon: Routledge, 2012.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COSTA, E. A. **Gestão estratégica: da empresa que temos para a empresa que queremos.** 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DALFOVO, M. S; LANA, R. A; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008.

DAHLBERG, L.; WIKLUND, F. **ESG investing in Nordic countries: an analysis of the shareholder view of creating value. 2018. Thesis. (Ph.D in Business Administration)** – Umeå University, Umeå, 2018.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GERHARDT, T. E. SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). Métodos de pesquisa; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação



Tecnológica – **Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas 2010.

GOMES, F. P., TORTATO. U. **Adoção de Práticas de Sustentabilidade como Vantagem Competitiva:** Evidências Empíricas. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços,** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia científica.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONDES, A. W., BACARJI. C.D. (2010). ISE: **Sustentabilidade no Mercado de Capitais.** 1. ed. São Paulo: Report Editora, 2010.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis,** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MAHONEY, M.; POTTER, J. Integrating health impact assessment into the triple bottom line concept. **Environmental Impact Assessment Review,** v. 24, n. 2, p. 151-160, 2004.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanços Fácil,** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ROSSETI, J. P. *et al.*. **Finanças corporativas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Thomson Reuters Eikon. **Thomson Reuters ESG Scores.** Disponível em: https://www.esade.edu/itemsweb/biblioteca/bbdd/inbdd/archivos/Thomson_Reuters_ESG_Scores.pdf. Acesso em: 15 de março de 2022.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



RESUMOS EXPANDIDOS



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



AVALIAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO ORGANIZACIONAL EM ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE LOCALIZADOS EM MOSSORÓ-RN

Alanny Valery Alves Xavier

Graduanda em Administração

Faculdade Católica do Rio Grande do Norte

E-mail: alanny.xavier@aluno.catolicadorn.com.br

Lusimara Vivianne Nascimento Bezerra

Graduanda em Ciências Contábeis

Faculdade Católica do Rio Grande do Norte

E-mail: lusimara.bezerra@aluno.catolicadorn.com.br

Tainara Freitas Lopes

Graduanda em Ciências Contábeis

Faculdade Católica do Rio Grande do Norte

E-mail: tainara.freitas@aluno.catolicadorn.com.br

Victória Hellen Dantas Araújo

Graduanda em Ciências Contábeis

Faculdade Católica do Rio Grande do Norte

E-mail: victoria.araujo@catolicadorn.com.br

Adriana Martins de Oliveira

Doutora em Administração

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

E-mail: adriana.oliveira@professor.catolicadorn.com.br

1 INTRODUÇÃO

Iorio (2021) enfatiza a distinção entre o homem e os animais, mencionando que o desempenho inicial de ambos são basicamente para a sua própria sobrevivência. Porém, o homem imprime a seu trabalho a inteligência, que juntamente com o avanço constante da tecnologia, possibilita não só o homem a atender à sobrevivência, como também a seus objetivos. Tendo em vista que uma parcela significativa da vida é passada no ambiente de trabalho, é essencial que os indivíduos se sintam bem neste (DESSEN; PAZ, 2010). Com base nessas informações, é imprescindível o bem-estar do indivíduo no ambiente de trabalho para contribuir não só para o desenvolvimento da organização, como também a satisfação coletiva e pessoal.

Dessa forma, para as organizações alcançarem os resultados que almejam, terão que atuar de forma estratégica, incluindo a gestão de pessoas - direcionando todas as energias e recursos para a realização de seus objetivos e de sua missão. Para Pereira e Santos (2001), o modelo de gestão também pode ser definido como um conjunto de princípios e técnicas que orientam a concepção e o modo de funcionamento de uma



organização. À vista disso, resta aos administradores escolherem qual tipo de modelo de gestão organizacional implementar devidamente de acordo com os objetivos a serem atingidos.

Os conceitos de Gestão Organizacional são centrais para escritórios de contabilidade, pois a empresa que deseja se destacar no mercado é necessário contar com um suporte especializado. Apesar de um processo estar bem esboçado é necessário que esteja bem concretizado para que os serviços prestados sejam relevantes (BROCKE; ROSEMANN, 2013). Saber quais são suas fraquezas e seus diferenciais, é entender o mercado em que está atuando, a organização consegue escolher as melhores estratégias para pôr em prática no dia a dia no trabalho das equipes. Nos ambientes em contínua mudança surge o aproveitamento diante das oportunidades que ocorrem diante a observações e experiências gerais, é necessário feedback para confirmar se a estratégia planejada está sendo executada de acordo com o planejamento (KAPLAN; NORTON, 2013).

Gerenciar escritórios de contabilidade é desafiador, principalmente com as mudanças trazidas pela contabilidade digital e automação de processos. Atualmente, o número de escritórios de contabilidade vem aumentando e trazendo maior competitividade ao setor. No entanto, para manter sua competitividade, é necessária uma boa gestão. Dessa forma, o presente estudo busca responder a seguinte pergunta: **De que forma os escritórios de contabilidade estão sendo avaliados nos seus modelos de gestão organizacionais?** Para responder a este questionamento, definiu-se como objetivo avaliar os modelos de gestão praticados em escritórios de contabilidade em Mossoró-RN.

Este trabalho teve como propósito, falar um pouco sobre a importância dos modelos de gestão organizacional nos escritórios de contabilidade localizado em Mossoró-RN, viabilizando os conceitos para se ter um escritório de sucesso, identificando seus pontos fortes e fracos. Definir o modelo de gestão de uma empresa, é determinante para que se consiga alcançar altos níveis de excelência e, conseqüentemente, se tornar mais competitivo, sendo capaz de manter um negócio funcionando de maneira organizada e harmônica. Nesse estudo de caso, abordarmos os modelos de gestão e mostramos que para atingir o seu objetivo terão que ser feito gestão de pessoas, daí cada gestor avaliará, qual os modelos usarão para seus objetivos serem atingidos.

2 MÉTODO

A empresa que deseja ser bem vista em uma sociedade deve utilizar de ferramentas que cooperem para um bom gerenciamento. Durante esta etapa foi realizado um estudo de multicase em três escritórios de contabilidade localizados em Mossoró-RN, onde se optou por desenvolver uma pesquisa do tipo descritiva, com abordagem qualitativa, e o método de pesquisa com uso de questionário realizado através do Google Forms com cinco perguntas abertas como meio de coleta de dados.

Nessa pesquisa foi realizado buscas por meio de artigos que complementassem e apresentassem conceitos para realizar um bom argumento que explicasse o problema de pesquisa abordado. O estudo contemplou 8 trabalhos pesquisados no Google acadêmico



e 1 pesquisado no Periódico CAPES, e o período de publicação compreendeu de 2001 até 2022.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi utilizado nessa pesquisa um método de pesquisa que procurou definir como os três escritórios de contabilidade estudados lidavam com a gestão organizacional. O estudo multicase foi escolhido para aprofundar o conhecimento sobre o seguinte tema, e também oferecer subsídios para novas investigações sobre a temática. Dentre peculiaridades foi respaldado: Processo de Gestão, Critérios de avaliação de desempenho e Postura profissional. O Quadro 1 apresenta as questões que foram utilizadas para a coleta dos dados.

Quadro 1: Perguntas para a coleta de dados

1. Existe na empresa um acompanhamento constante da execução dos planos? Se sim, como é feito? Se não, por qual motivo não implementa?
2. Em sua empresa os gestores são avaliados pelos resultados gerados por suas áreas? como é feita essa avaliação?
3. Existem indicadores definidos claramente para a avaliação de desempenho em sua empresa? Quais esses indicadores?
4. É feita uma discussão dos planos com toda a empresa para a coleta de opiniões e sugestões a fim de validar as metas da empresa? Se sim, como é feita? Se não, por qual motivo?
5. A sua empresa valoriza iniciativas inovadoras, tais como mudanças nos processos internos, adoção de ferramentas tecnológicas, pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços etc.? Se sim, como é feito esse processo de mudança? Se não, por qual motivo não a executa?

Fonte: Elaborado pelos autores: Xavier, Bezerra, Lopes, Araújo (2022)

3.1 PROCESSO DE GESTÃO

Na primeira pergunta do questionário, o escritório 1 enfatiza a utilização de um plano de ação decisivo, no entanto não especificou qual plano emprega em seu escritório. Contudo, finalizou mencionando que é feito o acompanhamento mensal para mensurar o desenvolvimento do plano. Já o escritório 2, cita uma planilha que é usada para estabelecer as metas e escalas de trabalho, e afirma que é uma maneira mais organizada, além de contribuir com a melhoria na qualidade do serviço. O escritório 3 ressalta o acompanhamento e análise que fazem para saber a evolução geral, identificando o problema e atribuindo a solução adequada para resolvê-lo.

Na quarta pergunta do questionário, o escritório 1 diz que realiza reuniões para saber do feedback dos colaboradores. Já o escritório 2 relata que sempre se reúnem para debater caso o trabalho esteja causando algumas divergências de opiniões, assim, cada um dos funcionários levanta um ponto importante para ressaltar e chegar a um consenso. Ao analisar o último escritório, relata que toda opinião é válida para que o desempenho que se tenha seja positivo, buscando sempre chegar ao objetivo. Colocando em pauta todos os pontos, sugestões, metas, através de relatórios.

Percebeu-se que em cada escritório, eles usam diferentes métodos, mais todos com os mesmos objetivos sejam eles, para se ter um resultado negativo ou positivo, para está



melhorando a qualidade dos serviços, são realizados acompanhamentos mensais, planilhas, análise para se saber a evolução geral. Logo, a opinião de cada colaborador, é fundamental para que tenha um resultado positivo.

Segundo Oliveira *et al.* (2020, p. 9), “quando se faz uma análise específica sobre a importância da gestão por processos, em detrimento da estrutura funcional, visualiza-se pouca preocupação com os aspectos culturais e como esses elementos serão considerados. Em qualquer processo de mudança, especificamente quando se consideram os riscos e os problemas envolvidos, deve-se levar em consideração a questão da capacidade de adaptação organizacional e aceitação social das alterações introduzidas.”

3.2 POSTURA PROFISSIONAL

O primeiro escritório fala sobre a introdução de novos modelos de inovação, visando sempre a máxima performance quando se trata de prestação de serviços e satisfação dos clientes. Ao falar do segundo é notável que também seguem na linha da inovação contínua, mas nesse caso em particular, vemos um pequeno toque de algo mais focado em resultados e em se diferenciarem dos demais. Ao analisar o terceiro, se deparou com uma organização mais cautelosa com seus colaboradores, onde se preocupam em capacitar e fazer com que eles alcancem seu máximo desempenho dentro dela. Já dizia Frare *et al.* (2020) que a qualidade profissional influencia no processo de qualidade, qualificação e no desempenho dos profissionais de contabilidade.

3.3 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Na questão 2, o primeiro escritório conta com avaliações mistas visando o desenvolvimento pessoal, individual e em grupo. O segundo escritório adota um modelo Feedback dos colaboradores, dando os assim a liberdade de opinar sobre a atual gestão. O terceiro escritório por sua vez, se diferencia dos demais ao adotar um sistema de questionário aos colaboradores para assim encontrar possíveis pontos negativos, problemas e tudo referente a gestão do momento.

Na questão 3, o primeiro escritório conta com os indicadores de produtividade, performance individual, lucratividade, estratégicos. Juntamente com o terceiro escritório, diferenciando por ter os indicadores de qualidade, capacidade, rentabilidade e competitividade. Já o segundo escritório não faz uso de nem um indicador para a avaliação de desempenho da empresa.

De acordo com Pontes (2022) a avaliação de desempenho é uma das ferramentas mais importantes na gestão de pessoas para que uma organização possa garantir que seus objetivos sejam alcançados e efetivados, alinhados aos valores institucionais. Portanto, uma ferramenta de avaliação bem implementada garantirá que as pessoas se concentrem nas questões fundamentais da organização e também fornecerá orientação em caso de desvio da trajetória.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho, que teve como objetivo, estudar de qual forma os escritórios de contabilidade de Mossoró, praticam os modelos de gestão em suas organizações, e através de pesquisas, estudos, questionários, pode-se aprender e entender porque se deve usar esses modelos de gestão.

Nesse estudo, o resultado foi a inovação de modelos de gestão, usados pelos contadores, quais as formas mais usadas para se ter um desempenho positivo e quais métodos usados constantemente. Dessa forma, os resultados coletados por meio da aplicação de questionário a três escritórios, foi possível analisar as características específicas sobre gestão, como: processo de gestão, postura profissional e critérios de avaliação de desempenho.

Diante de tudo que foi apresentado, conclui-se que, o tão quanto é importante a implementação dos modelos de gestão no escritório, para a melhoria, nos resultados, de cada empresa. Este trabalho contribuiu para conhecimento, aprimoramento na geração de futuros gestores.

Mediante as afirmações, para estudos futuros relacionados à problemática da avaliação dos modelos de gestão nos escritórios de contabilidade, pode-se contribuir para o aprimoramento de estudantes contábeis a execução de estudos multicase mais aprofundados no meio organizacional de escritórios contábil.

REFERÊNCIAS

BROCKE, R. **Manual de Bpm - Gestão de Processos de Negócio**, Bookman, 2013.

DESSEN, M. C.; PAZ, M. G. P. Bem-estar pessoal nas organizações: o impacto de configurações de poder e características de personalidade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 3, p. 549-556, 2010.

FRARE, Anderson et al. Qualificação Profissional, Inovação Tecnológica e Desempenho em Escritórios de Contabilidade. Florianópolis. **Navus: Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 10, p. 01-13, jan./dez. 2020.

IORIO, Cecília. As relações de trabalho e a legislação brasileira. In: IORIO, Cecília. **Manual de administração de pessoal**. São Paulo: Editora Senac, 2021, p.11-36.

KAPLAN, S. **Modelos de Negócios Imbatíveis**. São Paulo: SARAIVA, 2013. E-book.

KICHS, J.; CHIAPPIN DUTRA, C. Avaliação dos modelos de gestão organizacional em escritórios de contabilidade localizados em Caxias do Sul/ RS. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FSG, 10., 2016, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos [...]**. Caxias do Sul, 2016. p. 346-372. Disponível em: <https://ojs.fsg.edu.br/index.php/anaiscontabeis/article/view/2443>. Acesso em: 21 set 2022.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



OLIVEIRA, D. R. et al. Gestão do conhecimento, cultura organizacional e gestão de pessoas com a gestão de processos e questões organizacionais emergentes: uma análise crítica da dinâmica subjetiva em gestão por processos (BP). **Revista Gestão em Análise**, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 154-167, jan./abr. 2020. DOI: 10.12662/2359-618xregea.v9i1. p. 154-167. 2020.

Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/gestao/article/view/2615/1063>.

Acesso em: 04 nov. 2022.

PEREIRA, Maria I.; SANTOS, Sílvio A. **Modelo de Gestão**: uma análise conceitual. São Paulo: Pioneira-Thomson Learning, 2001.

PONTES, Benedito. Introdução à avaliação de desempenho. In: PONTES, Benedito. **Avaliação de Desempenho**: Métodos Clássicos e Contemporâneos, Avaliação por Objetivos, Competências e Equipes. São Paulo: LTr Editora Ltda., 2022. p. 23-48.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

JORNADA
ACADÊMICA DE
GESTÃO
da Católica do RN

DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO

Larissa Sousa da Mota

Graduanda em Administração

Faculdade Católica do RN

E-mail: larissa.mota@aluno.catolicadorn.com.br

Elita Pereira de Oliveira

Graduanda em Administração

Faculdade Católica do RN

E-mail: elita.oliveira@aluno.catolicadorn.com.br

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorando em Administração e Controladoria

Universidade Federal do Ceará

E-mail: italocarlos25@gmail.com

Natália Queiroz da Silva Oliveira

Mestre em Administração

Universidade Estadual do Ceará

E-mail: natyqs.queiroz@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Com a revolução industrial a mulher começou a ter pequenos cargos dentro das organizações, devido à escassez de mão de obra masculina com suas atuações em guerras, pois eles precisavam manter seus lares. Passando então, a ocupar cargos importantes sendo cada vez mais valorizadas. No entanto ainda existe as diferenças de gênero (PESSOA *et al.*, 2022).

O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho tem grande visibilidade aos longos dos anos, com o início na metade do século XX e XXI, devido ao movimento feminista no ano de 1970 e só ganham força a cada ano. No entanto, as mulheres só eram vistas pela sociedade como dona dos seus lares, onde sua responsabilidade era única e exclusiva da família (SILVA; NASCIMENTO; MELO, 2021).

Estudos anteriores demonstram que a mulher enfrenta uma série de dificuldades e desafios para inserção no mercado de trabalho. Dentre os principais fatores, destacam-se a desigualdade salarial, o preconceito, a conciliação da dupla jornada (tarefas do lar e do trabalho), dificuldades em alcançar cargos de gestão, dentre outros (NASCIMENTO *et al.*, 2021; NONATO *et al.*, 2020).

Diante disso, este trabalho apresenta a seguinte problemática: **Quais os principais desafios enfrentados pelas mulheres no mercado de trabalho na cidade de**



Mossoró/RN? Portanto, o objetivo do estudo é identificar os principais desafios enfrentados pelas mulheres no mercado de trabalho na cidade de Mossoró/RN.

O trabalho justifica-se por abordar temática atual, relevante e contemporânea, avançando na discussão sobre a diversidade, especificamente no que diz respeito a diversidade de gênero, contribuindo assim para reflexões sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho e os desafios contemporâneos para atuação profissional.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa classifica-se quanto ao seu objetivo como descritiva; possui natureza quantitativa e o procedimento técnico adotado foi o levantamento do tipo *survey*. A coleta de dados se deu por meio de aplicação de questionário (formulário eletrônico), direcionado para mulheres que atuam no município de Mossoró-RN, independente do setor de atuação, idade ou escolaridade, reunindo uma amostra final de 32 mulheres. Os dados coletados foram tratados mediante técnicas da estatística descritiva.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Tabela 1 apresentam-se as características das mulheres que compõem a amostra no que tange à faixa etária, escolaridade, área e ao tempo de atuação profissional.

Tabela 1: Caracterização da amostra do estudo

Caracterização da amostra		Frequência	Porcentagem (%)
Faixa etária	Até 25 anos	9	28,1
	26 a 30 anos	9	28,1
	31 a 40 anos	10	31,3
	41 a 50 anos	4	12,5
Escolaridade	Estudante (Graduação)	20	62,5
	Técnico	6	18,8
	Especialização	6	18,8
Tempo de atuação profissional	Menos de 2 anos	11	34,4
	De 2 a 5 anos	5	15,6
	De 5 a 10 anos	11	34,4
	Acima de 10 anos	5	15,6
Setor de atuação em que trabalha	Público	8	25,0
	Privado	17	53,1
	Não está atuando	7	21,9

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme Tabela 1, observa-se que a amostra do estudo é bastante diversificada. Quanto à faixa etária, verifica-se um público jovem em sua maioria; quanto à escolaridade, a maioria é representada por estudantes de graduação (62,5%); quanto ao tempo de atuação profissional no mercado de trabalho, uma parcela da amostra está atuando há menos de 2 anos (34,4%) ao passo que outra parcela já possui mais experiência, atuando de 5 a 10 anos (34,4%). E ainda, quanto ao setor de atuação, a maioria das mulheres da amostra atua na iniciativa privada.



Em seguida, buscou-se identificar qual o cargo ocupado pelas participantes da pesquisa. Os dados são evidenciados na Tabela 2.

Tabela 2: Cargos ocupados pelas mulheres da amostra

CARGO OCUPADO			
Estudante	11	Vendedora	1
Gestora	6	Autônoma	5
Auxiliar	7	Técnica de enfermagem	1
Operadora de caixa	2	Assistente	1
Recepcionista	1	Representante de vendas	1

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme Tabela 2, a maioria das mulheres da amostra no momento estão apenas estudando; contudo, 6 delas são gestoras e auxiliares, demonstrando assim que a mulher, ao longo dos anos, vem conseguindo conquistar espaços de poder. As demais funções exercidas concentram-se, no geral, em ocupações voltadas ao atendimento (operadora de caixa, vendedora, representante de vendas).

Em seguida, serão discutidas questões relacionadas à percepção das mulheres frente às desigualdades enfrentadas no ambiente de trabalho. Foram dispostas afirmativas às respondentes por meio de uma escala *likert* de cinco pontos. Na Tabela 3 encontram-se evidenciadas questões relacionadas a percepção das respondentes sobre a desigualdade de gênero.

Tabela 3: Desigualdade de gênero sob a ótica das respondentes

AFIRMATIVA	Grau de Concordância das respondentes em escala <i>likert</i>				
	DT	DP	IND	CP	CT
1 - Existem oportunidades iguais para homens e mulheres	10	7	-	6	9
2 - Existem diferenças na contratação de homens e mulheres	3	2	-	12	15
3 - Existem desigualdades salariais entre homens e mulheres que exercem cargos iguais ou equivalentes	6	2	2	7	15

Nota: DT – Discordo Totalmente; DP – Discordo Parcialmente; IND – Indiferente; CP – Concordo Parcialmente; CT – Concordo Totalmente.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Verifica-se na Tabela 3, para todas as afirmativas (existem oportunidades iguais para homens e mulheres; existem diferenças na contratação de homens e mulheres; e existem desigualdades salariais entre homens e mulheres que exercem cargos iguais ou equivalentes), uma predominância dos itens “concordo parcialmente” e “concordo totalmente”, demonstrando assim que, para as mulheres da amostra, existem desigualdades de gênero.

Através da Tabela 4 buscou-se obter a percepção das participantes acerca dos avanços da mulher no mercado de trabalho. Para estes questionamentos, também foram dispostas afirmativas por meio de uma escala *likert* de cinco pontos.

Tabela 4: Avanços da mulher no mercado de trabalho

AFIRMATIVA	Grau de Concordância dos discentes em escala <i>likert</i>				
	DT	DP	IND	CP	CT
1 - A mulher está conquistando seu espaço no mercado	2	2	3	8	17
2 - Há um reconhecimento e valorização da mulher no mercado de trabalho nos últimos anos	3	1	5	13	10
3 - A mulher tem maior senso de grupo e/ou maior dedicação do que o homem	4	2	4	3	19

Nota: DT – Discordo Totalmente; DP – Discordo Parcialmente; IND – Indiferente; CP – Concordo Parcialmente; CT – Concordo Totalmente.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Observa-se que a grande maioria da amostra, representada pelas respostas de “concordo parcialmente” e “concordo totalmente”, para as 3 afirmativas dispostas, demonstra que uma concordância sobre o fato de a mulher estar conquistando o seu espaço no mercado de trabalho, com seu devido reconhecimento e valorização.

Referente às principais dificuldades para mulher no mercado de trabalho, consideradas pelas respondentes, os resultados estão expostos na Tabela 5.

Tabela 5: Principais dificuldades enfrentadas pela mulher no mercado de trabalho

DIFICULDADES	Frequência	Porcentagem
1- Preconceito e desigualdade de gênero	13	40,6
2- Conciliar o tempo entre família e emprego	9	28,1
3- Baixa remuneração	6	18,8
4- Falta de oportunidade de crescimento	4	12,5
Total	32	100

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quanto às principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres, mereceram destaque: “preconceito e desigualdade de gênero”, com 40,6%, “conciliar o tempo entre emprego e família”, com 28,1%, e “baixa remuneração”, com 18,8%.

Por fim, na Tabela 6 apresenta-se as principais perspectivas da mulher frente à profissão que exerce atualmente.

Tabela 6: Principais perspectivas da mulher frente à profissão que exerce

PRINCIPAIS PERSPECTIVAS	Frequência	Porcentagem
1- Possibilidade de crescimento na carreira	14	43,8
2- Melhores condições de trabalho	5	15,6
3- Concurso público	5	15,6
4- Qualificação profissional	4	12,6
5- Melhor remuneração	3	9,4
6- Outro (colocar meu próprio negócio)	1	3,1
Total	22	100

Fonte: Dados da pesquisa (2022).



Quanto às principais perspectivas da mulher frente à profissão que exerce, merecem destaque “possibilidade de crescimento na carreira”, com 43,8% e ainda “melhores condições de trabalho” e “concurso público”, com 15,6%, ambos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo identificar os principais desafios enfrentados pelas mulheres no mercado de trabalho na cidade de Mossoró/RN. Adicionalmente, identificou-se também as principais perspectivas frente à profissão que estas exercem atualmente.

Os resultados encontrados permitem concluir que, de acordo com a percepção das mulheres da amostra, a mulher ainda enfrenta preconceito e desigualdade no mercado de trabalho; destacou-se que a principal dificuldade é justamente o enfrentamento do preconceito e ainda a conciliação da dupla jornada entre trabalhar e cuidar das tarefas do lar e da família. E, por fim, destaca-se que a mulher observa que tem conquistado seu espaço ao longo dos anos e desejam crescer na carreira.

As limitações da pesquisa residem no tamanho da amostra, dado o curto espaço de tempo de aplicação do questionário; entretanto, os resultados parciais apresentados nesta pesquisa demonstram a relevância da discussão do tema. Por este motivo, recomenda-se para futuras pesquisas, a ampliação do tamanho da amostra e a utilização de outras ferramentas estatísticas para análise dos dados coletados.

REFERÊNCIAS

NONATO, K. E. C.; SILVA, A. R. P.; NASCIMENTO, I. C. S.; MIRANDA, M. C.; COSTA, W. P. L. B. Mulheres em evidência: desafios e perspectivas da mulher contabilista. **Qualit@as (UEPB)**, v. 21, p. 01-21, 2020.

PESSOA, A. F. P.; NASCIMENTO, I. C. S.; GUIMARAES, D. B.; ROCCO, L. A.; SILVA, M. N. M. Mulheres no Poder: Análise da Participação Feminina no Conselho de Administração e a Performance Empresarial no Brasil. **ENFOQUE**, v. 42, p. 1-22, 2022.

SILVA, S. L. P.; NASCIMENTO, I. C. S.; MELO, G. C. V. Conflito trabalho-família: pesquisas científicas nacionais e internacionais sobre docentes no ensino superior. **Perspectivas em gestão & conhecimento**, v. 11, p. 118-143, 2021.

NASCIMENTO, I. C. S.; PESSOA, A. F. P.; VASCONCELOS, A. C.; LUCA, M. M. M. Participação feminina no conselho de administração e a sustentabilidade empresarial. **Revista gestão organizacional**, v. 14, p. 138-163, 2021.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

JORNADA
ACADÊMICA DE
GESTÃO
da Católica do RN

AS EMPRESAS BRASILEIRAS NO CENÁRIO PANDÊMICO DA COVID-19

Elita Pereira dos Santos

Graduanda em Administração
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
E-mail: elita.oliveira@aluno.catolicadorn.com.br

Marcos Antônio Alves da Silva

Graduando em Administração
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
E-mail: marcos.silva@aluno.catolicadorn.com.br

Rosyane Dayane Olegário da Silva

Graduanda em Ciências Contábeis
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
E-mail: rosyane.silva@aluno.catolicadorn.com.br

Sergio Glênio de Oliveira Dantas

Graduando em Administração
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
E-mail: sergio.dantas@aluno.catolicadorn.com.br

Adriana Martins de Oliveira

Doutora em Administração
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
E-mail: adriana.oliveira@professor.catolicadorn.com.br

1 INTRODUÇÃO

Diante de um cenário que o mundo passou com a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus - SARS-CoV-2, muitas dúvidas e incertezas transitaram pela cabeça das pessoas. A realidade exigiu cautela em todos os âmbitos e também trouxe consigo fortes problemáticas socioeconômicas além de todas as preocupações ligadas à saúde dos indivíduos.

A COVID-19 é uma doença respiratória nova que foi identificada pela primeira vez em Wuhan, na China, no final de 2019 que se fez presente em todos os continentes do mundo, sendo que a transmissão atualmente ocorre principalmente de pessoa a pessoa (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2020).

A ausência de respostas médicas de curto prazo ao coronavírus exigiu distanciamento social, em uma tentativa de reduzir a transmissão do vírus pela população. Porém, este distanciamento desencadeou a interrupção das atividades econômicas não essenciais, algo que não se assemelha a qualquer demanda anterior ou crise de abastecimento.



Além do congelamento temporal da atividade, surgiram preocupações crescentes sobre os efeitos de longo prazo originados com a necessidade de extensões de protocolo de bloqueio, bem como sobre a necessidade de sustentar regras de comportamento, como o distanciamento social para reduzir o risco de novos contágios de vírus no futuro (GIONES *et al.*, 2020).

O Brasil e alguns países vinham apresentando um crescimento econômico, durante os últimos anos, porém, no ano de 2019 todos os países do globo foram assolados com o Coronavírus. Esse vírus fez com o que muitos países tomassem medidas sanitárias rigorosas, como o *lockdown* na expectativa de frear a disseminação do vírus e diminuir a quantidade de pessoas que poderiam vir a óbito.

Com a pandemia, todos os setores da economia foram afetados, levando ao desaceleramento das atividades em nível global. No Brasil as micro e pequenas empresas também, foram afetadas, fazendo com que milhares delas fechassem as portas diante deste cenário. As micro e pequenas empresas (MPEs) desempenham um papel significativo na economia brasileira, influenciando no contexto socioeconômico, justificado pela representatividade em quantidade, governança e pela contribuição no pagamento de impostos, geração de empregos e distribuição de renda (SARAIVA, 2019).

Foi diante desses novos desafios, que as empresas tiveram que encontrar novas formas de se manterem ativas no mercado, em busca de recurso para diminuir os impactos da crise econômica. As vendas por meio eletrônico foram uma das principais formas encontradas pelas empresas de comercializarem os seus produtos. As redes sociais se tornaram ferramentas poderosas em diminuir o espaço entre vendedor/cliente, conciliadas ainda com o marketing digital e as melhorias de gestão, tendo em vista manter as empresas em funcionamento (ELIAS; SILVA, 2022).

Rezende, Marcelino e Miyaji (2020) apresentaram um aspecto positivo ligado à covid para as empresas. Em seu estudo, os autores puderam ver um crescimento acima da média de novos usuários de comércio online e do uso de estratégias colaborativas entre os pequenos empresários e as grandes redes de varejo virtual para auxiliar alavancar as vendas de ambos no período de pandemia, apresentando-se como uma estratégia organizacional vantajosa desenvolvida em época de crise sanitária.

No entanto, alguns estudos apontam também impacto negativo da covid nas empresas como a pesquisa realizada por Boff (2021), que apresentou vários pontos negativos trazidos pelo contexto pandêmico nas empresas como a queda do faturamento, mudança na forma de funcionamento da empresa, aumento da inadimplência, aumento dos custos fixos e variáveis, afastamento de funcionários, redução da jornada de trabalho, entre outros.

A partir deste contexto, esta pesquisa levantou o seguinte questionamento: **como a pandemia afetou as empresas brasileiras?** Neste sentido o objetivo deste estudo é, a partir de uma revisão bibliográfica, discutir os impactos da pandemia nas empresas brasileiras. Percebe-se que estudos assim são importantes e necessários para entender a realidade vivenciada no Brasil. Trata-se de um resumo expandido que pretende contribuir com estudos futuros. Com o intuito de facilitar a leitura, optou-se pelo agrupamento em tópicos: Introdução, Método, Resultados, Considerações Finais e Referências.



2 MÉTODO

Esta pesquisa que tem como objetivo geral discutir os impactos da pandemia nas empresas brasileiras adotou como procedimento a pesquisa bibliográfica. As palavras-chave utilizadas no sistema de busca foram: pandemia covid-19, lockdown, impactos covid, empresas na pandemia. Os portais utilizados para busca foram SciELO, Periódicos Capes e Google Acadêmico.

O critério de inclusão definido para a busca foi que os textos estivessem em língua portuguesa com ênfase no impacto na covid no desempenho das empresas. Como critério de exclusão adotou-se o fato do material ter apenas o resumo disponibilizado e artigos sem aderência ao tema. Ao todo, foram utilizadas 11 referências, incluindo artigos, trabalhos de conclusão de curso e sites.

Após seleção do material foi feita uma leitura exploratória com aspecto qualitativo.

3 RESULTADOS

Sete em cada dez negócios no mundo foram impactados negativamente pela pandemia da Covid, segundo pesquisa da Price Water House Coopers (2021). No Brasil, o reflexo foi um pouco menor: 62% tiveram os negócios prejudicados. Essa mesma pesquisa ouviu a percepção de mais de 2,8 mil executivos, de 29 setores e de 73 países, 135 dos entrevistados atuam no Brasil. Os setores identificados como os mais prejudicados foram: Turismo, Educação Superior e comércio impactados, principalmente, pela forte exposição às políticas de distanciamento social e aos *lockdowns*.

O impacto da COVID-19 nas empresas de vários ramos e segmentos foi significativo, destacando o setor da moda. Com o recuo da pandemia ainda se percebe o grande impacto na cadeia de produtos e serviços. No início cenário pandêmico, os empresários e donos de lojas, o comércio em geral, foram sentindo a redução de consumidores circulando em lojas principalmente em shoppings e locais de grande aglomeração, até que todos foram fechados por tempo indeterminado para conter a disseminação da doença, ou seja, o impacto foi enorme, de acordo com Golldenon (2021).

Pesquisa realizada por Salomé *et al.* (2021) com micro e pequenas empresas do setor varejista identificou que algumas empresas tiveram impacto negativo e outras impacto positivo. Os impactos negativos foram relacionados com a redução brusca do faturamento; a mudança na forma de funcionamento da empresa que teve que se adaptar para vendas online e delivery e o aumento de demissão ou afastamento de funcionários em função da doença. As empresas que apontaram aspectos positivos se deu principalmente pelo aumento do faturamento.

David (2021) destacou em seu estudo que as políticas públicas foram decisivas para a sobrevivência de médias e pequenas empresas sediadas no Rio de Janeiro, assim como a posse de capital de giro. A gestão estratégica também foi um diferencial para as organizações. As empresas que tinham visão estratégica encontraram de forma mais fácil



soluções alternativas para enfrentamento da pandemia. As empresas que encerraram suas atividades não tinham capital de giro, não conseguiram acesso a empréstimos bancários e, pela incerteza da pandemia, não tinham condição de esperar a volta à normalidade.

Mais recentemente, Lima (2022) desenvolveu uma pesquisa onde analisou o impacto da covid em empresas dos subsetores de comércio, hotéis e restaurantes, viagens e lazer listadas na B3. O estudo apontou que a propagação do vírus e as medidas que foram tomadas nesse período influenciaram diretamente e de forma considerável na queda do faturamento das empresas estudadas, sendo assim, atestou-se que o impacto do vírus foi significativo na saúde financeira das companhias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo discutir os impactos da pandemia nas empresas brasileiras a partir de uma revisão bibliográfica. Após a análise dos trabalhos selecionados foi possível perceber que a pandemia trouxe inúmeros impactos negativos para as empresas brasileiras, embora alguns estudos destaquem um ou outro ponto positivo.

O maior impacto identificado foi realmente na questão do faturamento, levando empresas que não tinham um capital de giro à falência. Esse resultado aponta para a importância de uma boa gestão organizacional voltada para o capital de giro, pois momentos de crise podem acontecer de forma inesperada e caso a empresa não tenha uma reserva financeira correrá o risco de encerrar suas atividades. Neste ponto, os empresários devem se voltar principalmente para as orientações de administradores e contadores, sendo esta a contribuição que apresenta este estudo, de destacar essa importância.

Esta pesquisa apresenta limitação, pois foram analisados uma quantidade reduzida de trabalhos. Sugere-se que novas pesquisas nesta linha possam ampliar os estudos analisados, inclusive comparando empresas brasileiras com empresas de outros países.

REFERÊNCIAS

BOFF, K. C. **Desafios na gestão de capital de giro das micro e pequenas empresas no atual cenário da pandemia da covid-19**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal da Fronteira Sul. 2021. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/4885/1/BOFF.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2022.

DAVID, F. M. **O impacto da pandemia de covid-19 em pequenas e médias empresas no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado Executivo em Gestão Empresarial) - Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/31383/DissertacaoFlaviaPosbancaFinal.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 09 nov. 2022.

ELIAS, A. D.; SILVA, R. S. Os Impactos da Pandemia do Covid-19 em Micro e Pequenas Empresas de Imperatriz – MA, **ID on line. Revista de Psicologia**, v. 16, n. 60, p. 275-296, maio/2022.



GIONES, F. *et al.* Revising entrepreneurial action in response to exogenous shocks: considering the COVID-19 pandemic. **Journal of Business Venturing Insights**, Elsevier Ltd, nov. 2020. Disponível em: 10.1016/j.jbvi.2020.e00186. Acesso em: 20 out. 2022.

GOLLDENZON, J. **O impacto do coronavírus no mercado de moda.** 2021. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/blog/julia-golldenzon/impacto-coronavirus-moda/>. Acesso em: 20 out. 2022.

LIMA, L. G. **O impacto da pandemia da Covid-19 nas empresas dos subsetores de comércio, hotéis e restaurantes e viagens e lazer listadas na B3.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Osasco, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Organização Pan-americana de Saúde. **Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus):** Principais informações. 24 abr. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 25 out. 2022.

PRICE WATER HOUSE COOPERS – PWC. **Cerca de 70% dos negócios foram impactados negativamente pela pandemia.** 2021. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/sala-de-imprensa/release/cerca-de-70-porcento-dos-negocios-foram-impactados-negativamente-pela-pandemia.html>. Acesso em 09 nov. 2022.

REZENDE, A. A.; MARCELINO, J. A. ; MIYAJI, M. A reinvenção das vendas: as estratégias das empresas brasileiras para gerar receitas na pandemia de covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 6, p. 53–69, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3834095 .

SALOMÉ, F. F. S.; SOUSA , R. M. N. .; SOUSA , R. E. A.; SILVA, V. G. M. The impact of the COVID-19 pandemic on the financial management of micro and small companies in the retail sector in Cláudio-MG. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 6, p. e36910615303, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i6.15303.

SARAIVA, A. F. S. **Gestão das micro e pequenas empresas da indústria de transformação na contribuição do desenvolvimento de imperatriz – MA.** 2019. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Tocantins/Campus Palmas, [S. l.], 2019. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFT_c3384dba9f2ce8d0d6d0a085f0ba2156. Acesso em: 27 out. 2022.



ÉTICA PROFISSIONAL À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE ÉTICA: um estudo na percepção dos profissionais de contabilidade dos municípios de Baraúna e Mossoró

Lucas Luan Dantas Pinto Oliveira Ferreira

Graduando em Ciências Contábeis
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte,
E-mail: lucas.ferreira@aluno.catolicadorn.com.br

Sérgio Ferreira da Silva

Graduando em Ciências Contábeis
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte,
E-mail: sergio.ferreira@aluno.catolicadorn.com.br

Amanda Gabrielly de Freitas Silva Paiva

Graduanda em Ciências Contábeis
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte,
E-mail: amanda.paiva@aluno.catolicadorn.com.br

Bruno Jadson Praxedes Ribeiro Cavalcante

Graduando em Ciências Contábeis
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte,
E-mail: bruno.cavalcante@aluno.catolicadorn.com.br

Adriana Martins de Oliveira

Doutora em Administração
Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
E-mail: adriana.oliveira@professor.catolicadorn.com.br

1 INTRODUÇÃO

O profissional contábil deve adotar uma postura que busque o aperfeiçoamento contínuo e o desenvolvimento de habilidades necessárias para atender as exigências do mercado. Para tanto, tal postura deve ser pautada em atitudes éticas para se obter confiança, credibilidade e reconhecimento profissional. Nos últimos anos, observa-se uma crescente preocupação com a falta de valores éticos, resultante da economia capitalista vigente voltada, essencialmente, à maximização do lucro. Neste contexto, a ética é visualizada como uma forma de preservar os valores humanos tornou-se necessária, inclusive através da elaboração de códigos de ética atualizados, com deveres, obrigações e punições bem definidos, a fim de inibir as pessoas a tomarem atitudes contrárias à conduta organizada (CORRÊA; FERREIRA; SHINZAKI, 2005).

Para Aristóteles a ética é uma teoria da virtude, isso significa que os princípios éticos estão determinados pelo caráter, ou pelo caráter virtuoso de uma pessoa. A teoria aristotélica está presente em sua obra, ética a Nicômaco, uma fundamental obra do clássico filósofo grego.



Na profissão contábil, a ética é estabelecida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), mais precisamente pelo Código de Ética do Profissional do Contábil (CEPC). Sendo esse, um guia para conduzir as atitudes dos profissionais contábeis mostrando seus direitos e deveres, assim, direcionado para comportamentos corretos na profissão. O Código de Ética Profissional defende que a ética deve ser a base da carreira profissional do contador e este deve exercer a profissão com zelo, diligência e honestidade se comprometendo com a sociedade, com os colegas e a classe (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2019).

O CFC publicou no dia 07 de fevereiro de 2019 a NBC PG 01 que aprovou um novo Código de Ética Profissional do Contador, atualizado após oito anos. O Código tem por objetivo determinar a correta conduta do profissional da Contabilidade no que se refere às suas atividades e a classe contábil.

Dentre as atribuições incluídas, estão o exercício da profissão com zelo, aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade de forma adequada, bem como manter a independência profissional e a imparcialidade para com as matérias que são objetivos de seu trabalho, ser solidário com colegas de classe, entre outras informações.

Destarte, além do domínio técnico e habilidades profissionais, a atuação na atividade contábil exige uma ampla formação didática e ética, pois a execução dos serviços por meio de atitudes éticas é essencial para obter confiança, credibilidade e reconhecimento profissional (ROSA; FEIL, 2017). Para tanto, tal atuação deve estar pautada no Código de Ética Profissional Contábil (CEPC), que em conjunto com os Códigos de Ética Empresarial, objetivam tornar o trabalho dos profissionais e das instituições mais éticos e corretos (NASCIMENTO *et al.*, 2010).

Portanto, a partir deste contexto que mostra ser imprescindível o conhecimento sobre o código, esta pesquisa levantou o seguinte problema: qual a percepção de profissionais da contabilidade sobre a ética profissional? A partir desta problemática, a pesquisa definiu como objetivo geral descrever a percepção de dois profissionais contábeis que atuam em Mossoró- RN e Baraúna-RN sobre a ética profissional.

Esta pesquisa justifica-se por abordar uma temática atual, relevante e pouca explorada em âmbito científico nacional. Espera-se assim, contribuir para o aprofundamento e avanço da discussão dessas questões no meio acadêmico, trazendo novas constatações, procurando preencher as lacunas ainda existentes; e no meio profissional, auxiliar os futuros profissionais contábeis a compreenderem de que forma devem desenvolver as atividades a serem executadas, que vai além da orientação meras obrigações, pois não é somente o ato de realizá-las, mas como se irá realizar diante do que o código instrui.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A ÉTICA E A PROFISSÃO CONTÁBIL

A profissão do Contador foi oficializada através do Diário Oficial da União do Decreto nº 20.158 em 30 de junho de 1931, sendo que apenas em 1945 a profissão foi considerada uma carreira universitária, com a criação de faculdades de Ciências



Contábeis pelo país (PELEIAS *et al.*, 2007). Entretanto, apenas em 27 de maio de 1946 foi criado o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), que tinham como objetivo representar os profissionais contábeis além de regulamentar as normas e atos da profissão (BORGES; MEDEIROS, 2007).

Os cursos de Contabilidade pelo Brasil viveram o período de maior evolução nas décadas de 60 e 70, devido aos frutos do Milagre Econômico que o país estava vivendo nessa época. Além disso, outros fatores também contribuíram para modificações do currículo de Ciências Contábeis, como por exemplo, a Lei 4.024 de 20/12/1961, que implantou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e criou o Conselho Federal de Educação (CFE) (PELEIAS *et al.*, 2007). Porém a década seguinte foi marcada como a década perdida, á que não foram feitas grandes alterações e contribuições ao ensino de contabilidade. Em 1992, devido a CFE nº 03 de 03/10/1992, foram efetuadas algumas alterações no tocante as normas para as instituições de contabilidade com relação ao currículo do curso (PELEIAS *et al.*, 2007).

A partir do ano de 2002 o Ministério da Educação e Conselho Nacional da Educação (MEC-CNE) vem procurando meios de aperfeiçoar os currículos dos cursos de forma a zelar pelos objetivos profissionais dos alunos de contabilidade (PELEIAS *et al.*, 2007), a exemplo disso, tem-se a atualização do Código de Ética em 01 de junho de 2019 e aprovação em plenário do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 07 de fevereiro de 2019, ocorrendo a substituição do código anterior.

2.2 CÓDIGO DE ÉTICA CONTÁBIL

Em 01 de junho de 2019 o CFC determinou a entrada em vigor do novo Código de Ética do Profissional Contábil, que teve como objetivo principal fixar a forma como os profissionais da contabilidade devem conduzir suas atividades, mostrando quais seus direitos e deveres no exercício da profissão. Dentre os deveres, destaca-se o zelo, o sigilo, a diligência e a honestidade com os clientes (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2019).

Fazendo um comparativo com o código anteriormente vigente, pode-se perceber que houve um detalhamento maior no que diz respeito ao serviço prestado pelo contador, como por exemplo, o que deve constar no contrato de prestação de serviços, assim como outras condutas que até então não estavam contempladas ou devidamente detalhadas. Desta forma, percebeu-se um ganho de informações com a nova versão do código.

Porém, apesar de estar presente na vida do profissional contábil, o Código de Ética nem sempre é seguido na prática. É possível ver estudos sobre contabilidade e corrupção apontando profissionais com condutas inadequadas demonstrando uma notória perda dos padrões éticos, seja nos meios corporativos ou meio político (VECCHIA *et al.*, 2018).

Segundo Fahl e Manhani (2015) o profissional de qualquer área e ciências deve realizar as suas habilidades e competências no desenvolvimento das suas funções, com respeito ao cliente e também a carreira, perfazendo assim uma reputação de sucesso ao profissional.



3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atender ao objetivo deste estudo que é descrever a percepção de profissionais contábeis que atuam em Mossoró- RN e Baraúna-RN sobre a ética profissional, realizou-se uma pesquisa qualitativa, que segundo Vianna (2006) costuma ser direcionada a um público que procura organizar eventos e, geralmente, não usa métodos estatístico para análise dos dados.

Com relação ao seu objetivo, o estudo é classificado como descritivo, pois busca não somente identificar as variáveis, mas também as correlacionar com os fatos obtidos, descrevendo, classificando e interpretando cada dado (BRUCHÊZ, *et al.*, 2015).

Pode-se classificar, ainda, a pesquisa como transversal, com relação ao tempo e o procedimento adotado foi de um estudo de caso múltiplo.

A pesquisa teve como público alvo dois profissionais da área de contabilidade de Baraúna-RN e Mossoró-RN. Foi utilizado como coleta e dados um questionário estruturado com perguntas abertas, elaborado através da ferramenta *Google docs*, instrumento do site Google que ajuda na criação de enquetes e entrevistas, sendo aplicado de forma presencial e virtual.

O questionário era composto de perguntas relacionadas à como o profissional da contabilidade se relaciona com o Código de Ética na atuação da profissão e como isso ajuda nos momentos de tomada de decisão. Após a coleta, procedeu-se a análise dos resultados comparando com estudos anteriores.

4 RESULTADOS

No primeiro momento, os profissionais foram questionados sobre a importância do código de ética e como eles avaliam de forma geral a classe contábil, como os movimentos de defesa profissional. Os resultados apontaram que a percepção dos profissionais é que existe uma certa dificuldade por parte dos profissionais em ser solidários, tanto na questão de zelo por condições de trabalho, como também a conduta ética de contador. Essa resistência pode impactar diretamente na qualidade dos profissionais, pois conforme levantado por Vecchia *et al.* (2018) é ideal que os profissionais apresentem sempre procedimentos adequados e só assim consiga desenvolver bem o seu trabalho junto à sociedade. Ao apresentar alguma resistência com relação à ética ou solidariedade com relação à classe, é possível que profissionais venham a apresentar determinadas atitudes não condizentes com o Código de Ética.

Questionados sobre o que poderia levar um contador a infringir o código de ética, foi constatado que, muitos ainda fazem tal ato, pois visam o dinheiro acima de atitudes eticamente aprovadas e também foi vista a questão publicitária. Observou – se as seguintes percepções: sobre a participação dos programas educativos propostos pelos CRC, observou -se que na percepção dos profissionais existe um contratempo quanto ao cumprimento desse dever com média de dificuldade. Participar de programas educativos é de fundamental importância para a classe, pois só por meio de conhecimento e conscientização é possível desempenhar um serviço de qualidade como o indicado por Fahl e Manhani (2015).



Ao serem abordados sobre a importância do código de ética, foi obtida a resposta de que ainda é bastante comum a falta de respeito entre os contadores, e que questões financeiras são o que causam as maiores desavenças, confirmando assim as respostas dadas anteriormente, na qual foi vista que a questão de dinheiro está relacionada com procedimentos antiéticos. Contestado quanto ao objetivo do Código de ética, foi dito que ele é um documento de suma importância, tanto para definir regras e diretrizes, como também para se ter igualdade entre os profissionais, sendo essencial para se exercer a contabilidade, o que corresponde exatamente ao objetivo do Código apresentados em cada um dos seus itens (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2019).

Inquiridos sobre alguma melhoria notória no documento, foi respondido que, ao se constar nas propostas de prestação de serviços, deve-se mencionar todos os trabalhos realizados, valores e períodos de ajustes. Onde se teve mais melhorias foram nas questões de valores e publicidades. Ao término dos questionamentos, foi possível perceber a falta de compreensão e colaboração dos profissionais contábeis e da melhor utilização do código no desenvolvimento profissional.

5 CONCLUSÃO

Partindo do interesse em investigar a percepção dos contadores a respeito do Código de Ética Profissional do Contador e seguindo as evidências empíricas, foi realizada análises em artigos científicos e entrevistas com contadores, para se ter uma compreensão mais aprofundada acerca da temática discutida.

Com a colaboração dos profissionais que se disponibilizaram a participar deste estudo e com as análises, pode-se chegar à conclusão que ainda se tem um grande e extenso caminho a ser trilhado para se obter com êxito a verdadeira defesa do código de ética da profissão contábil.

Como sugestão para futuras pesquisas, tem-se o aumento no número de contadores pesquisados, a realização de um confronto entre contadores de gerações diferentes, assim como um estudo quantitativo que pudesse mensurar um número maior de variáveis.

REFERÊNCIAS

BORGES, E.; MEDEIROS, C. Comprometimento e ética profissional: um estudo de suas relações juntos aos contabilistas. **Revista de Contabilidade e Finanças**, FEA/USP, n. 44, p. 60-71, mai./ago. 2007.

BRUCHÊZ, A., *et al.* Metodologia de Pesquisa de Dissertações sobre Inovação: Análise Bibliométrica. *In.*: MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, PÓSGRADUAÇÃO E EXTENSÃO. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO- UCS. 15., 2015, Caxias do Sul, RS. **Anais [...]**. Disponível: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucspppga/xvmostrappga/paper/viewFile/4136/1361>. Acesso em: 22 out. de 2022



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador. 2019. Disponível em:
<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPG01.pdf> Acesso em: 30 out. 2022.

FAHL, A. C.; MANHANI, L. P. S. As perspectivas do profissional contábil e o ensino da contabilidade. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 10, n. 12, p. 25-33, 2015.

PELEIAS, I. R. *et al.* A. R. Evolução do Ensino da Contabilidade no Brasil: Uma análise História. **Revista de Contabilidade e Finanças**, USP, São Paulo, Edição 30 Anos de Doutorado, p. 19-32, jun. 2007.

VECCHIA, L. A. D. *et al.* Corrupção e Contabilidade: Análise Bibliométrica da Produção Científica Internacional. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 13, n. 3, 2018.

VIANNA, W.B. O design da pesquisa qualitativa: questões a considerar. *In.*: SIMPEP, 13. Bauru, São Paulo, SP. **Anais [...]**. Disponível em:
https://simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/555.pdf. Acesso em: 22 out. de 2022.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



IMPACTO DA PANDEMIA NO SETOR DE COMIDAS E BEBIDAS NO BRASIL

Felipe Gomes da Paixão

Graduando em Administração
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
E-mail: felipe.paixao@aluno.catolicadorn.com.br

Gabriel Vinicius Mesquita de Souza

Graduando em Administração
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte,
E-mail: gabriel.souza@aluno.catolicadorn.com.br

Rafael Henrique Fernandes de Medeiros

Graduando em Ciências Contábeis
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
E-mail: rafael.medeiros@aluno.catolicadorn.com.br

Raimundo Alves de Paiva Junior

Graduando em Ciências Contábeis
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
E-mail: junior.paiva@aluno.catolicadorn.com.br

Adriana Martins de Oliveira

Doutora em Administração
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
E-mail: adriana.oliveira@professor.catolicadorn.com.br

1 INTRODUÇÃO

O mundo como conhecido passou por inúmeras mudanças, algumas delas foram completamente imprevisíveis e acabaram por atrapalhar a vida de muitos. A pandemia do covid-19 foi uma delas. O primeiro caso a ser registrado no Brasil foi em São Paulo, mais especificamente no dia 26 de fevereiro de 2020.

Diversas áreas foram afetadas pelo coronavírus, cientificamente conhecido como Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-Cov2). Cada área teve impacto e adaptações diferentes. Este estudo é focado no setor de comidas e bebidas, que é um setor altamente importante para o Brasil, devido sua capacidade de gerar capital e gerar emprego. A principal maneira de adaptação que os restaurantes e bares sofreram foi a adaptação praticamente total ao delivery, que já era uma ferramenta existente porém bem menos adotada no setor, mas que se demonstrou se a alternativa bastante importante para evitar que empresas, voltadas para o ramo de comidas e bebidas, fossem à falência, conforme destacado por Moreira Júnior (2021).



As diversas mudanças causadas tanto em consumidores quanto nas organizações tiveram enorme impacto na sociedade mundial. Especialmente para o lado das organizações o maior impacto foi com relação às empresas, pois nem todas conseguiram se adaptar para o novo modelo de entrega dos seus produtos que o cenário exigia. Segundo Souto (2021) pode-se afirmar que, cerca de 60% das empresas entrevistadas, do ramo de alimentos, tiveram uma queda bastante significativa no seu faturamento, comparando 2020 à 2019, levando até mesmo a falência de alguns que tiveram uma queda 90% no faturamento.

Assim, a partir deste cenário de profundas mudanças no setor empresarial, este estudo busca responder, a partir de uma revisão bibliográfica narrativa, o seguinte questionamento: **quais os principais impactos que ocorreram durante a pandemia no setor de comidas e bebidas no Brasil?** A partir desta problemática, a pesquisa teve como principal objetivo abordar a questão do impacto da pandemia no setor de comidas e bebidas no Brasil.

Essa empresa se justifica ao focar em um setor de enorme importância para a economia brasileira. Dos setores que compõem a estrutura do Brasil, o setor de comidas e bebidas se destaca de uma maneira diferenciada, pois o setor possui uma maneira eficiente de girar capital e gerar emprego, além de ser um produto de extrema demanda uma vez que se trata de uma necessidade básica do ser humano. Esse estudo procura contribuir ao trazer diferentes pontos de vista sobre o impacto da pandemia nessa área que é de grande importância para o desenvolvimento do Brasil.

2 MÉTODO

Este estudo adotou como procedimento pesquisa bibliográfica narrativa, onde se optou pela análise de artigos já publicados, realizando pesquisas em plataformas virtuais que disponibilizam esses conteúdos.

Das plataformas disponíveis que fornecem base de dados necessários para pesquisa científica, foram utilizadas principalmente o Google acadêmico, Periódicos Capes e SciELO. Como critério de inclusão definiu-se um corte temporal de datas de publicação, que foi entre 2017 até 2022. Para a busca foram utilizadas as seguintes palavras-chave: "impacto" "pandemia" "setor de comidas e bebidas". Após a seleção dos artigos, os títulos e resumos foram analisados, sendo descartados aqueles que tinham pouca ou nenhuma aderência ao tema proposto. Após a análise do material e ajuda da orientadora, quatro trabalhos foram escolhidos para serem analisados na seção seguinte.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

Nesta seção será apresentado o resultado da pesquisa bibliográfica analisada, contendo aqui as interpretações de quatro artigos distintos retirado de plataformas de trabalhos científicos, evidenciando possíveis impactos que a pandemia de covid-19 pode ter causado em empresas do setor de alimentos e bebidas no Brasil.

Analisando primeiramente o estudo de Souto (2021, p. 41), pode-se concluir que das empresas entrevistadas, que estavam dentro do setor de comidas e bebidas, em uma



comparação de 2020 com 2019, mais da metade sofreram um impacto negativo no faturamento. Uma empresa codificada no estudo como “c” relatou que o faturamento mensal foi reduzido em três vezes no comparativo do ano anterior. A empresa codificada como “d” sofreu uma queda de 50%, e outra empresa codificada como “e” sofreu uma forte queda, chegando a 90% nos meses de março e abril, porém diminuindo a redução no faturamento em 40% nos próximos meses. A empresa codificada como “h” também teve sua porcentagem de vendas duas vezes menor, a empresa “i” apresentou uma redução de 45% e “j” com 30%.

Portanto, de acordo com o estudo de Souto (2021) foi possível identificar o enorme impacto da pandemia nas empresas do setor objeto de estudo desta pesquisa, com uma queda acentuada no faturamento e uma enorme exigência de adaptação a um novo cenário que o mundo estava vivendo. No entanto, nem todos os estudos apontam apenas resultados negativos para empresas deste segmento.

Um estudo que faz um contraponto com o anteriormente analisado é a pesquisa desenvolvida por Nascimento e Rodrigues (2021). Este estudo apontou que na região que a pesquisa foi realizada, que foi a cidade de Naviraí-MS, apesar das dificuldades que a pandemia ofereceu, a maior parte dos restaurantes e bares entrevistados não tiveram uma percepção negativa em relação a pandemia, até mesmo apontando um crescimento no faturamento da empresa. Vale destacar que as mesmas foram importantes para a cidade de uma maneira geral, uma vez que ajudou na geração de emprego contendo 55 funcionários com carteira assinada.

Neste sentido, pode-se ver que em algumas regiões as empresas conseguiram se adaptar a uma nova realidade de forma mais rápida, ou então, certamente, já era prática desta região a entrega de alimentos à domicílio o que fez com que a pandemia não afetasse seu faturamento, ocasionando até mesmo um crescimento, em função de ter um enorme número de pessoas em casa, apenas consumindo.

Ao analisar os impactos na pandemia, não se pode deixar de falar na empregabilidade. Após análise, percebeu-se que houve uma queda bastante significativa principalmente em relação aos meses de março e abril de 2020, pois nessa época teve decretos referentes a *lockdown*, deixando esse setor instável em relação a quantidade de funcionários disponíveis. Mesmo após o *lockdown* o comércio e vendas continuaram reduzidas uma vez que boa parte das lojas diminuíram em 50% conforme vários decretos que sinalizavam que restaurantes, bares e lanchonetes só poderiam funcionar das 10 até 23 horas com limitação de capacidade de 50%. Essa situação só foi mudar no ano seguinte, quando começou o processo de vacinação no Brasil (FARIA,2021).

O estabelecimento de funcionamento em horário reduzido acabou que prejudicar empregos, uma vez que muitas organizações deste setor passaram a funcionar em apenas um turno, não sendo necessária a divisão em escalas de funcionários. Vale salientar que esta pesquisa tem como foco o setor de alimentos e bebidas mas esse impacto perpassou por inúmeros outros setores da economia.

Com tantas dificuldades, é normal empresas se reinventarem para tentar superar esses tempos difíceis, e a principal ferramenta utilizada para se adaptar foi o marketing digital. Aplicativo como o ifood e a utilização da internet foram fundamentais neste cenário. O ifood sozinho obteve um crescimento de 100% em 2020, porém como qualquer



situação normal de uma empresa, era necessário optar por estratégias para evitar que a empresa caísse como só mais uma das opções do ifood, vendo como o aplicativo teve um aumento enorme na utilização, também aumentou enormemente a concorrência. A pandemia no geral ressaltou mais ainda a necessidade de estratégias de marketing e a necessidade de se adaptar às diversas situações que o cenário estava impondo (MOREIRA JUNIOR, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo abordar sobre os impactos causados durante a pandemia no setor de comidas e bebidas no Brasil, por meio de uma revisão bibliográfica narrativa.

Como foi apresentado, diversas dificuldades foram apresentadas com potencial de levar negócios a falência, porém aqueles que conseguiram se adaptar às mudanças conseguiram, de certa forma, desviar de resultados negativos, ressaltando a importância de uma boa estratégia e uma boa adaptabilidade na empresa. Uma vez que esse setor é muito importante para o Brasil como um todo, com sua capacidade de gerar capital e gerar emprego, se informar sobre o assunto é importante tanto para o consumidor quando o empresário.

O estudo se limitou a analisar somente os impactos causados no Brasil, por meio de uma quantidade limitada de artigos e dentro do segmento de comidas e bebidas. A sugestão que se deixar a partir deste estudo é que outra pesquisa poderia se aprofundar mais no Brasil, assim como fazer um levantamento para identificar o que aconteceu em outros países, podendo até comparar de como outros países reagiram a pandemia em relação ao Brasil ou fazer um estudo parecido porém focados em outras áreas, como o impacto da pandemia no setor contábil, por exemplo.

REFERÊNCIAS

FARIA, F. M. **O impacto da pandemia do COVID-19 em relação ao setor empregatício no comércio de alimentos.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Alimentos) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2021. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/27680>. Acesso em: 31 out. 2022.

NASCIMENTO, A.M. ; RODRIGUES, F. DA S. Impacto da pandemia covid-19 no setor varejista de alimentos de Naviraí-MS. Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN). 5. **Anais eletrônicos** [...] Mato Grosso do sul, v. 5, n. 1, p. 3-7, 3 out. 2021. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/14351> Acesso em: 25 out. 2022.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



MOREIRA JÚNIOR, J. E. Impacto do Marketing Digital no setor de delivery através da perspectiva do ifood no cenário da pandemia da covid-19. **Portal de Trabalhos Acadêmicos**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 17-36, 2022.

SOUTO, D. C. **Impacto da pandemia da Covid-19 no comércio de alimentação fora do lar da cidade de Iguatama-MG**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração). Fundação Educacional Vale do São Francisco - FEVASF-MG, Iguatama, 2021.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

JORNADA
ACADÊMICA DE
GESTÃO
da Católica do RN

PERSPECTIVAS DE FUTURO MERCADO DE TRABALHO PELOS ACADÊMICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA DA CIDADE DE MOSSORÓ

Felipe Pinto Nóbrega de Castro

Graduando em Administração

Faculdade Católica do RN

E-mail: felipe.castro@aluno.catolicadorn.com.br

Lucas Felipe Régis Rodrigues Moraes

Graduando em Ciências Contábeis

Faculdade Católica do RN

E-mail: lucas.morais@aluno.catolicadorn.com.br

Rawan Vinicius de Souza Santos Marques Teixeira

Graduando em Ciências Contábeis

Faculdade Católica do RN

E-mail: rawan.teixeira@aluno.catolicadorn.com.br

Yôgo Martins de Paula Filho

Graduando em Administração

Faculdade Católica do RN

E-mail: yogo.filho@catolicadorn.com.br

Adriana Martins de Oliveira

Doutora em Administração

Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

E-mail: adriana.oliveira@professor.catolicadorn.com.br

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade, que antes desfrutava de valores rudimentares e ineficazes, posteriormente alcançou um novo patamar, tornando-se de alguma forma valorizada e reconhecida no meio social, mas as demandas e demandas aumentaram, na verdade, Segundo Dantas (2016, p. 2), “a contabilidade tem como objetivo fornecer os elementos para que uma entidade possa ser bem administrada, mediante o acompanhamento da sua situação líquida patrimonial e seus resultados”

A preocupação com o mercado de trabalho, que busca cada vez mais especialistas qualificados, torna a formação acadêmica essencial para ingressar nesse ambiente profissional na busca por bons cargos e carreiras, no qual, escolher contabilidade oferece muitas opções em diferentes áreas de atuação após a graduação. Para Pinheiro e Santos (2010) ao escolher uma carreira, precisamos estar atentos aos fatores que nos motivam.



Nas palavras de Ferreira e Angonese (2015), pesquisadores e órgãos da contabilidade demonstram um interesse constante sobre a atuação do profissional contábil na sociedade. Buscar o entendimento entre as expectativas da oferta e a demanda de contadores no mercado de trabalho atual é essencial para a criação de estratégias por parte dos cursos de graduação responsáveis por manter essa consonância demonstram um interesse constante sobre a atuação do profissional contábil na sociedade. Buscar o entendimento entre as expectativas da oferta e a demanda de contadores no mercado de trabalho atual é essencial para a criação de estratégias por parte dos cursos de graduação responsáveis por manter essa consonância.

A profissão contábil tem se consolidado no Brasil e no mundo, criando oportunidades para os bacharéis em contabilidade ingressarem no mercado de trabalho. Os contadores devem estar sempre atentos aos eventos atuais, estar prontos para desenvolver as melhores alternativas e conseguir fornecer uma imagem imparcial da organização e fornece essas informações para auxiliar na tomada de decisões (NASCIMENTO, 2018).

Autores como Kounrouzan (2011), citam a questão da escassez de trabalhadores qualificados, criativos e qualificados no mercado de trabalho, precisamos reconhecer a importância da pesquisa na construção do conhecimento. Para que uma pessoa seja criativa e resolva todos os problemas que encontra ao longo de sua vida profissional, ela deve estar atenta a todos os problemas de sua área de atuação, ter muita criatividade e inspirar inovação.

Os contadores precisam ser cada vez mais tenazes para enfrentar seus desafios diários à medida que seus hábitos fraudulentos se tornam mais aparentes, mas, independentemente dos fatos, os contadores devem sempre ser motivados a agir com integridade e honestidade. A busca do conhecimento prático, o aprimoramento de habilidades, competências e entendimento jurídico nos mais diversos aspectos garante ao contador maior domínio no desempenho de suas atividades e garante eficiência e eficácia no desempenho de seu trabalho (BASTOS *et al*, 2019).

Cada vez mais, o especialista contábil ganha visibilidade e exige muito esforço e determinação para desenvolver competitividade, proatividade e dinamismo. Essas habilidades são imprescindíveis e importantes no desenvolvimento da visão de mercado, direcionamento de projetos a curto, médio e longo prazo, para estar e ter mais confiança na veracidade das informações produzidas e para aproximar a empresa de suas metas e objetivos. Desse modo, questiona-se sobre quais são as perspectivas do futuro mercado de trabalho pelos acadêmicos de Ciências Contábeis de uma instituição de Ensino Superior privada da cidade de Mossoró.

A profissão de contador está passando por grandes mudanças, exigindo qualificação profissional continuada. Por isso, além de um amplo leque de atuação, profissionais capacitados são um fator diferenciador no campo de atuação, levando ao sucesso profissional. Desse modo, a pesquisa visa analisar as perspectivas de futuro mercado de trabalho pelos acadêmicos de ciências contábeis de uma instituição de ensino superior privada da cidade de Mossoró.



2 METODOLOGIA

Em relação ao processo metodológico, a pesquisa pode ser classificada como indutiva, bibliográfica e exploratória. Tem-se, então, que “o método indutivo procede inversamente ao dedutivo: parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares.” (GIL, 2008, p. 10). Outrossim, a pesquisa é considerada bibliográfica, como habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas (ANDRADE, 2010).

Caracteriza-se como um estudo exploratório, visto que visa maior familiaridade com o objeto de pesquisa e é importante a revisão da base bibliográfica e a realização de entrevistas para a fase de análise dos dados (GIL, 2010).

A proposta desta pesquisa exploratória foi realizado um levantamento das perspectivas de futuro mercado de trabalho pelos acadêmicos de ciências contábeis de uma instituição de ensino superior privada da cidade de Mossoró/RN através da aplicação de questionário qualitativo. De acordo com Prodanov (2013), o questionário, numa pesquisa, é um instrumento ou programa de coleta de dados. Se sua confecção for feita pelo pesquisador, seu preenchimento será realizado pelo informante ou respondente para identificar a questão que originou esse trabalho, foi desenvolvida minuciosa análise com a elaboração de um formulário no Google Forms.

Os formulários do Google Forms podem ser usados para prática acadêmica, principalmente para a coleta e análise de dados estatísticos ao auxiliar no processo de pesquisa. Tendo como sua funcionalidade a possibilidade de acessar a qualquer hora e em qualquer lugar; agilidade na coleta de dados e na análise dos resultados, porque uma vez respondida, a resposta aparece imediatamente; facilidade de uso, entre outros benefícios (MOTA, 2019).

Utiliza-se como método para coletar um número suficiente de elementos para abordar o problema declarado é coletar dados por meio de questionários fechados criados no Google Docs e enviados por e-mail para alunos do curso de contábeis de uma instituição de ensino privada da cidade de Mossoró, forma-se um universo de cerca de 17 alunos. O aludido questionário consiste em um conjunto de nove questões de múltipla escolha, que permitiu ao interrogado revelar suas convicções pessoais no que diz respeito ao seu futuro profissional e aos horizontes da profissão contábil.

A estima da sociedade por esse profissional está crescendo lentamente, mas precisa ganhar credibilidade para amenizar a noção ultrapassada e nociva que retrata os contadores como profissionais que trabalham de forma antiética. Conhecimento teórico, experiência profissional, aptidão e cobrança razoável de honorários são, portanto, elementos essenciais para que o contador seja um profissional fundamental para o perfeito funcionamento de um negócio. O reconhecimento individual é o início da valorização da profissão, pois cada contador que funciona bem adiciona credibilidade à classe.



3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No período de Outubro e novembro de 2022, o questionário, composto de nove questões, foi enviado para 60 acadêmicos matriculados no Curso de Ciências Contábeis da FCRN. Nesse intervalo, foram devolvidos 17 questionários resolvidos pelos alunos, correspondendo a 28,3 %. Vale salientar que as primeiras três questões apresentadas mencionam o sexo, período e se os acadêmicos já atuam na área contábil. Entre os 17 acadêmicos que responderam à pesquisa, 58,8 % eram do sexo masculino e 48,2 % do sexo feminino, com 70,6% do segundo período, 17,6 % do oitavo período e 11,8% do quarto período

Com fulcro nas aludidas respostas, a maioria dos acadêmicos considera as perspectivas de emprego boas ou muito boas e está escolhendo cursos para o mercado de trabalho, porém 64,7% nunca trabalhou na área, 29,4% já trabalharam na área e 5,9 %4 apesar de possuir experiência não está trabalhando na área contábil. Sobre o motivo que levou a optar pelo curso de Ciências Contábeis, 41,2% ressalta a questão do mercado de trabalho, 29,4% citam outros motivos, 23,5% satisfação pessoal e 5,9% a questão da remuneração. A maioria dos considera as perspectivas de emprego boas devido ao mercado de trabalho.

O principal fator que leva os acadêmicos a cursar Ciências Contábeis é a busca de melhores oportunidades profissionais, esperando assim, ter uma formação para uma futura profissão, o que possibilita para muitos seguir a carreira desejada (BURY; FILACHOWSKI,2016, p.55). Sobre identificar-se com o curso 64,7% identificam totalmente, sendo que 29,4% de forma parcial e 5,9% não tem afinidade com o curso. 58,8 % estão satisfeitos com o curso de Contábeis, 35,3% totalmente satisfeito e 5,9% totalmente insatisfeito.

A área que recebeu maior percentual foi 52,9% para órgãos públicos, no qual pretendem atuar após a conclusão do curso.23,5% empresas, independente e outros receberam o mesmo percentual de 11,8%. Consideram 58,8% consideram como boas as perspectivas da profissão contábil para o mercado futuro, enquanto 23,5% razoável e 17,6% como excelentes.

Acredita-se que o que mais pode dificultar a entrada do profissional de ciências contábeis no mercado de trabalho é a falta de experiência para 41,2%, 35,3% carência de oportunidade e novamente empatados com 11,8% insegurança e demanda insuficiente. Para Souza e Vergílio (2012), um contador moderno deve dominar todas as habilidades e competências que permeiam a profissão, mas de forma contextual e com visão nas diversas relações com outras áreas do conhecimento. Além disso, ele também deve ser visto como um comunicador de informações essenciais para a tomada de decisões. Essas duas caracterizações parecem suficientes para justificar que é apropriado considerar se o treinamento ministrado pela faculdade para futuros contadores é contínuo.

4 CONCLUSÃO

Desse modo, conforme os resultados da pesquisa junto aos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis mostram uma preocupação oculta e constante com o mercado de



trabalho, principalmente porque a opinião da sociedade sobre esses profissionais mudou significativamente nos últimos anos e os apresenta novos desafios. Como diversos fatores influenciam as mudanças na profissão contábil e as demandas da sociedade os avanços tecnológicos exigem qualificação profissional e prontidão para uma ampla gama de situações, novos perfis de contadores devem refletir as intenções organizacionais, pois parecem fornecer informações importantes para ajudá-lo a tomar decisões.

Esse novo aspecto, que trata os contadores como parte rudimentar do bom funcionamento de uma organização, deve ser considerado no meio acadêmico, pois e amplia as possibilidades dos futuros profissionais contábeis. Por se tratar de uma profissão com amplas demandas e abrangência, a maioria dos acadêmicos ainda anseia por melhores avaliações sociais e salariais, acreditamos ser fundamental influenciar a imagem dos profissionais e demonstrar sua importância para a sociedade. Assim, as informações coletadas na pesquisa bibliográfica comparadas com as informações coletadas no questionário já especificado permitem concluir que tanto os autores quanto os pesquisadores veem a profissão contábil como uma profissão importantes, cujos campos de atuação são bastante diversos, revelando-se um profissional importante no processo decisório da instituição.

Sugere-se que outras pesquisas sejam feitas nessa linha, aumentando o número de respondentes, bem como o número de perguntas para uma amplitude maior da temática.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, W C de. **PERSPECTIVAS DE FUTURO MERCADO PARA OS PROFISSIONAIS EM CONTABILIDADE**: Concepções dos Acadêmicos de Ciências Contábeis da Faculdade de Itaituba-PA Trabalho de Conclusão de Curso Bacharelado em Ciências Contábeis. Itaituba: FAI, 2017.

BASTO, A. C *et al.* Desafios e responsabilidades éticas segundo a atividade profissional contábil. **Humanidades e Tecnologia em Revista**. Ano XIII, vol. 16. JanDez 2019

BURY, M. FILACHOWSKI, V. **Fatores que Influenciam na Escolha pelo curso de Ciências Contábeis no Município de Pato Branco – PR. Sob a Percepção de Acadêmicos Ingressantes e Concluintes**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2016.

COSTA SILVA, G.; PEREIRA, C. A. Expectativa dos concluintes de ciências contábeis em relação ao mercado de trabalho. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL** - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. v. 12, n. 2, p. 254–278, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/18594> . Acesso em: 2 de nov. 2022.

DANTAS, I. **Contabilidade**: Introdução e Intermediária. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016.



FERREIRA, V. P, ANGONESE, R.. **O mercado de trabalho para contadores: expectativas e realidades.** XV Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, RS, Brasil, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KOUNROUZAN, M. C. A qualidade do ensino no curso de ciências contábeis e a formação do contador para atender o mercado de trabalho. **Revista Thêma et Scientia**, 2017.

LUIS, N D *et al.* As melhorias profissionais e pessoais de alunos do curso de graduação em ciências contábeis que atuavam na área anteriormente ao ingresso na universidade. **Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa**, [S.l.], v. 28, n. 55, p. 141-151, jul. 2018. Disponível em: <http://periodicos.unifil.br/index.php/Revistateste/article/view/207>. Acesso em: 04 nov. 2022.

MOTA, J da S. A Utilização do Google na pesquisa acadêmica. **Revista Humanidades e Inovação.**v.6, n.12.2019.

NASCIMENTO, E. S. D. do. **A percepção dos alunos concluintes do curso de ciências contábeis de uma IES pública e uma privada acerca da profissão contábil.** Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa, Paraíba, Brasil. 2018.

PINHEIRO, R. G.; SANTOS, M. R.: **Fatores de escolha pelo curso de Ciências Contábeis:** uma pesquisa com os graduandos na Capital e Grande São Paulo. set. 2010. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/13semead/resultado/trabalhosPDF/153.pdf> . Acesso em: 05 nov 2022.

PRODANOV, C C. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVA, G C S; PEREIRA, C A. Expectativa dos concluintes de ciências contábeis em relação ao mercado de trabalho. **Revista Ambiente Contábil-UFRN.** Natal-RN. v. 12, n. 2, p. 254–278, Jul./Dez. 2020.

SOUZA, M. A. DE; VERGILINO, C. DA S. UM PERFIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL NA ATUALIDADE: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE CONTEÚDO DE ENSINO E EXIGÊNCIAS DE MERCADO. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 13, n. 1, p. 195-236, 31 mar. 2012.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

JORNADA
ACADÊMICA DE
GESTÃO
da Católica do RN

PERCEPÇÃO DOS CONTABILISTAS QUANTO A UTILIZAÇÃO DOS SOFTWARES GERENCIAIS NA TOMADA DE DECISÃO

Kayo Aldeci Gandra Fernandes Firmino

Graduando em Ciências Contábeis

Faculdade Católica do RN

E-mail: kayo.aldeci@aluno.catolicadorn.com.br

Utemberg Moisés de Moraes Galdino

Graduando em Ciências Contábeis

Faculdade Católica do RN

E-mail: utemberg.galdino@aluno.catolicadorn.com.br

Jane Elly Nunes da Costa Lima

Mestra em Administração e Controladoria (UFC)

Faculdade Católica do RN

E-mail: jane.lima@professor.catolicadorn.com.br

Sabrina Paulino de Oliveira

Mestranda em Ciências Contábeis (UFRN)

Faculdade Católica do RN

E-mail: sabrinacontadora3@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os serviços contábeis ao longo dos anos vêm sofrendo adaptações constantes com a necessidade de receber informações úteis e de maneira ágil, com o advento da tecnologia. Os contabilistas foram um dos que mais sofreram impactos com a inserção tecnológica na profissão, tendo que se adequar às mudanças geradas nas organizações e no desenvolvimento das rotinas contábeis. (SILVA; EYERKAUFER; RENGEL, 2019).

A tecnologia da informação desenvolve um papel fundamental e necessário na contabilidade, visto que, os impactos significativos para a área contábil, está atrelado a rápida execução dos procedimentos e o ganho de tempo na produtividade dos serviços prestados, fornecendo informações internas e externas, de maneira essencial, em que as obrigações acessórias da contabilidade giram em torno dos softwares. (FRANCO; FARIA; MACIEL; DUARTE, 2020)

O profissional contabilista está cada vez mais ciente do seu papel na sociedade e do seu novo perfil profissional, ou seja, estão cientes de que é preciso atuar de forma mais automatizada em relação aos processos operacionais e a transformação digital que a profissão contábil vem sofrendo. O contador acredita que não possui outro meio a não ser a nova adequação ao novo modo de fazer contabilidade atualmente. (STAATS; DE MACEDO, 2021)

É perceptível que se criou a necessidade da mudança do perfil comportamental e entendimento do profissional contabilista. A contabilidade inicia o processo para ser mais



analítica, estratégica e consultiva do que simplesmente realizar procedimentos operacionais de rotina. O mercado necessita do contabilista que possa analisar e interpretar os dados e promover soluções através da interpretação das informações para as tomadas de decisões. A mudança de perfil gera um profissional cada vez mais analítico, e essa transformação irá ocorrer de maneira contínua e constante, demonstrando a necessidade do profissional e das teses acadêmicas desenvolverem-se, para abordar as mudanças do âmbito contábil e tecnológico. (BOALENTO, 2022)

A contabilidade possui uma grande aliada que é a TI, contribuindo ao disponibilizar dados e informações importantes de maneira ágil e relevante. Através desses fatores é possível perceber a utilidade desse material para a tomada de decisão de maneira mais precisa, tornando assim a empresa cada vez mais competitiva. Uma pesquisa desenvolvida em relação a esse cenário, constatou que a maior parte dos contabilistas têm a visão de que o *Business Intelligence* fornece a informação mais rápido, apoiando a contabilidade, gestão e gerando a possibilidade de criar estratégias mais eficientes. Ou seja, 95% dos profissionais contábeis entrevistados que responderam à pesquisa concordaram que o BI é importante para a contabilidade e 60% dos entrevistados concordam totalmente com o investimento do BI e afirmam ser válido essa decisão para manter uma empresa mais competitiva no mercado. (MASCARENHAS, 2021)

Através dos pontos abordados nesse artigo, surgiu-se o seguinte problema de pesquisa: **Qual a percepção dos contabilistas quanto a utilização dos softwares gerenciais na tomada de decisão?** Outrossim, o objetivo geral deste estudo é analisar a percepção dos contabilistas em relação a utilização dos softwares gerenciais na tomada de decisão.

A presente pesquisa justifica-se quanto à necessidade de investigações com relação à relevância da utilização dos softwares gerenciais na tomada de decisão, uma vez que o perfil do profissional contábil vem passando por um processo de transição, entre a atividade operacional para o profissional consultor. Responsável não apenas por elaboração de demonstrativos, mas auxiliando aos seus clientes no processo de tomada de decisões, auxiliando qual o melhor caminho a ser trilhado. Para que essa atribuição seja cumprida, necessita-se de ferramentas/software gerenciais para o auxílio na compilação e tratamento dessas informações.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é classificada como quantitativa, em relação à abordagem, no que diz respeito aos objetivos, é classificada como descritiva e, em relação aos procedimentos, é definida como uma pesquisa de levantamento. O instrumento de coleta de dados utilizado como base foi o questionário do estudo de Nascimento, Salvador, Souza e Martins (2021), compreendendo 13 (treze) questões fechadas e 1 (hum) questão aberta, validado por duas professoras da área. O instrumento foi enviado para os profissionais da área da cidade de Mossoró-RN. Outrossim, os dados foram tabulados através da plataforma Google Formulários® e a análise técnica foi realizada através da estatística descritiva, por meio de distribuição de frequência relativa.



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para identificar e compreender os resultados, a pesquisa foi dividida em dois grupos de respostas, e na primeira divisão procurou analisar o perfil dos participantes e, no outro grupo, identificar a percepção dos profissionais contábeis diante dos benefícios da tecnologia na área contábil. Ou seja, para iniciar a identificação, na Tabela 1 apresenta o gênero, faixa etária, escolaridade, tempo de atuação e setor de atuação em que trabalha os contabilistas.

Tabela 1: Caracterização da amostra do estudo

Caracterização da amostra	Frequência	Porcentagem (%)
Gênero	Masculino	21 46,67
	Feminino	24 53,23
Faixa etária	18 a 25 anos	19 42,22
	26 a 30 anos	8 17,78
	31 a 40 anos	13 28,89
	41 a 50 anos	3 6,67
	Acima de 50 anos	2 4,44
Escolaridade	Ensino Médio	1 2,2
	Graduação	32 71,11
	Especialização	10 22,22
	Mestrado	2 4,44
Tempo de Atuação	Menos de um ano	16 35,56
	Até dois anos	8 17,78
	Entre dois e cinco anos	7 15,56
	Mais de cinco anos	14 31,11
Setor de atuação em que trabalha	Público	7 15,56
	Privado	28 62,22
	Terceiro Setor	1 2,22
	Não está atuando	9 20,00

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme a Tabela 1, observa-se que a amostra do estudo apresentou uma participação de 45 profissionais da área de contabilidade, dos quais 21 (46,67%) são do gênero masculino e 24 (53,23%) são do gênero feminino, a maioria com idades variando entre 18 a 25 anos (42,22%). Destes profissionais, 71,11% possuem graduação, 35,56% atuam no mercado a menos de um ano, com uma predominância na atuação do setor privado.

A Tabela 2 evidencia algumas questões temáticas relacionadas a tecnologia da informação como ferramentas gerenciais nas organizações, com a utilização de escalas entre: discordo totalmente, discordo parcialmente, indiferente, concordo parcialmente e concordo totalmente, adicionalmente uma segunda escala entre péssimo, ruim, regular, bom e ótimo. Para identificar a percepção dos discentes e suas opiniões.

Através do questionamento em que os serviços contábeis com o apoio da tecnologia são executados com mais agilidade os respondentes afirmam que a tecnologia surgiu como uma aliada ao profissional contábil na execução dos seus serviços através dos seguintes resultados: concordo parcialmente (4,44%) e concordo totalmente



(95,56%). Este resultado vai de encontro com o estudo de Nascimento, Salvador, Souza e Martins (2021) em que constatou-se em que os respondentes também concordam com essa afirmação.

Tabela 2: Percepção dos estudantes sobre a temática

Variáveis	Descrição	Freq.	(%)
1. Qual o seu nível de conhecimento na área de tecnologia da informação?	Péssimo	2	4,44
	Ruim	2	4,44
	Regular	21	46,67
	Bom	14	31,11
	Ótimo	6	13,33
2. Qual o seu nível de conhecimento na área de tecnologia da informação aplicado a contabilidade?	Péssimo	4	8,89
	Ruim	7	15,56
	Regular	18	40,00
	Bom	11	24,44
	Ótimo	5	11,11
3. Qual o grau de benefícios dos avanços da tecnologia da informação aplicada à contabilidade?	Péssimo	-	-
	Ruim	-	-
	Regular	4	8,9
	Bom	9	20,00
	Ótimo	32	71,11
4. Os serviços contábeis com o apoio da tecnologia são executados com mais agilidade?	Discordo totalmente	-	-
	Discordo parcialmente	-	-
	Indiferente	-	-
	Concordo parcialmente	2	4,44
	Concordo totalmente	43	95,56
5. Houve mudanças na rotina de trabalho devido ao avanço da tecnologia?	Discordo totalmente	-	-
	Discordo parcialmente	-	-
	Indiferente	-	-
	Concordo parcialmente	3	6,67
	Concordo totalmente	42	93,33
6. As ferramentas gerenciais da tecnologia da informação auxiliam no processo de tomada de decisão?	Discordo totalmente	-	-
	Discordo parcialmente	-	-
	Indiferente	2	4,44
	Concordo parcialmente	4	8,89
	Concordo totalmente	39	86,67
7. O grau de confiabilidade das informações fornecidas pelos sistemas gerenciais de tecnologia da informação é satisfatório?	Discordo totalmente	-	-
	Discordo parcialmente	-	-
	Indiferente	5	11,11
	Concordo parcialmente	12	26,67
	Concordo totalmente	28	62,22
8. A relevância das ferramentas gerenciais da tecnologia da informação para a contabilidade é satisfatória?	Discordo totalmente	-	-
	Discordo parcialmente	-	-
	Indiferente	1	2,22
	Concordo parcialmente	10	22,22
	Concordo totalmente	34	75,56

Fonte: Dados da pesquisa (2022).



Na Tabela 2 constata-se que o nível de conhecimento na área de tecnologia da informação dos respondentes é entre regular (46,67%) e bom (31,11%). Com relação ao nível de conhecimento na área de tecnologia da informação aplicado a contabilidade possui resultados similares regular (40,00%) e bom (24,44%). Quanto ao grau de benefícios dos avanços da tecnologia da informação aplicada à contabilidade, verifica-se uma predominância de ótimo (71,11%).

Os respondentes afirmam que concordo parcialmente (6,67%) e concordo totalmente (93,33%) houve mudanças na rotina de trabalho devido ao avanço tecnológico. Essa informação está alinhada ao estudo de Araujo e Silva (2021) em que através das mudanças tecnológicas para os sistemas computacionais em nuvem e o trabalho remoto houve contrapartidas positivas influenciando na prestação de um melhor atendimento, proximidade aos clientes e otimização de processos em relação aos serviços prestados.

Adicionalmente, na última questão do formulário de pesquisa, foi proposto aos respondentes que descrevessem, com suas palavras, os impactos da tecnologia da informação em relação a utilização dos softwares gerenciais para a tomada de decisão. (questão aberta e opcional). O Quadro 1 evidencia as principais respostas desses estudantes sobre essa questão aberta.

Quadro 1: Descreva com suas palavras os impactos da tecnologia da informação em relação a utilização dos softwares gerenciais para a tomada de decisão

Participantes	Resposta
Participante 1	As ferramentas fornecidas pela TI impactam diretamente na produtividade, informações tempestivas, tratamento de dados e transformando-as em informação. O que acarreta em uma melhor tomada de decisão do profissional contábil.
Participante 2	A partir do uso da tecnologia o profissional tem a possibilidade de trabalhar com dados mais precisos e mensurar os resultados obtidos.
Participante 3	Graças ao avanço da tecnologia da informação podemos ter uma maior eficiência na gestão da empresa, além de uma maior redução de custos, pois será possível ter uma gestão mais “eficaz”, podendo orientar como fazer melhor alguns investimentos, e até mesmo evitar possíveis prejuízos.
Participante 4	Eles nos auxiliam a ter uma melhor gestão e planejamento das decisões a serem tomadas, com base em dados anteriores.
Participante 5	Esses softwares são essenciais para o planejamento de novas metas e objetivos e ainda possibilita que a estratégia por parte dos gestores seja escolhida mais facilmente, o acesso aos dados de forma clara e objetiva é de suma importância para a parte gerencial de qualquer entidade.
Participante 6	"Os softwares são determinantes para que o contador possa trabalhar de forma a voltar sua atenção para o que realmente necessita dela e, assim, otimizar seu tempo e rotina de trabalho que se tornam mais produtivos. Além disso, a competitividade adentra numa nova etapa quando o profissional contador tem em mãos a disponibilidade de um software. Porém, não basta somente obter uma ferramenta dessa natureza, mas é crucial que o profissional entenda como ele pode usá-la tanto tecnicamente quanto analiticamente, para que o impacto seja positivo e potencializado para a empresa."
Participante 7	Traz uma nova face a contabilidade, tornando-a uma contabilidade mais voltada para a parte gerencial e não só para fiscal/tributária, ganho em produtividade, otimização de tempo, ganho em recursos técnicos, maior confiabilidade em resultados.



Participante 8	A tecnologia é ferramenta que auxilia no processo de tomada de decisão, sendo relevante o uso e o futuro espera muito mais avanços para a contabilidade gerencial.
Participante 9	A tecnologia com o seu avanço em relação a utilização dos softwares, torna possível conectar em um mesmo sistema, dados de todos o negócio, facilitando a tomada de decisão ao gestor.
Participante 10	O tempo de realização das demandas está cada vez menor. E os softwares fornecem menor possibilidade de erros na atividades.
Participante 11	É de extrema importância a utilização dos softwares gerenciais na contabilidade para tomada decisões com menos tempo e maior confiabilidade.
Participante 12	Com o avanço dos softwares gerenciais o mercado de trabalho ganhou um novo sentido. Automação contábil, economia com papel, hora do colaborador e assertividade na tomada das decisões foram alguns dos avanços que a tecnologia trouxe para as empresas contábeis.
Participante 13	Com a implantação de um bom software de gerenciamento de informações, o gestor tem ferramentas necessária para melhora pontos dentro do seu negócio, fazendo com que as tomadas de decisão fiquem mais precisas e objetivas.
Participante 14	Em relação as redes sociais para tomada de decisão, as vezes ficam meio confusas para tomar decisão, por isso é interessante que seja pessoalmente. Mas em relação a pesquisas e questionários é muito eficiente, pois como é on-line todos tem acesso na melhor hora do dia para dar sua opinião, sem ficar o barulho da discordância dentro da sala de reunião, e ser decidido o que a maioria preferir.
Participante 15	"Os avanços da tecnologia da informação, mais especificamente, relacionada aos Softwares Gerenciais vem para facilitar, agilizar e prover informações relevantes para tomada de decisão de gestores, administradores e contadores. Além disso, pode-se dizer que a diversidade de informações possibilita um arcabouço maior de informações disponíveis, entretanto, cabe também aos profissionais se especializarem para utilizar dessas informações de forma eficaz. Nesse cenário, tem-se cada vez mais a necessidade de profissionais com pensamento crítico e capacidade de analisar as informações disponibilizadas pelos sistemas. Falando especificamente dos contadores/preparadores das demonstrações contábeis, esses se afastam cada vez mais da visão tecnicista característica do século 20 para uma visão mais analítica e de suma importância para a gestão estratégica das companhias."

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Através dessa questão aberta para os respondentes descreverem com suas palavras os impactos da tecnologia da informação na contabilidade, é possível identificar a percepção na agilidade das informações fornecidas como também mais rapidez na prestação dos serviços contábeis gerados através da otimização dos processos. Outrossim, vale destacar que através desses avanços tecnológicos na área da contabilidade pode-se concluir que as informações contábeis fornecidas auxiliam os gestores nas tomadas de decisões de maneira mais assertiva.

Pode-se concluir que a tecnologia da informação é uma ferramenta que atua de forma essencial para as melhorias na prestação dos serviços contábeis e avanços na qualidade das informações fornecidas, visto que, através dos resultados dessa pesquisa identifica-se que os profissionais reconhecessem o valor dos avanços da tecnologia influencia na tomada de decisão. Os contabilistas reconhecem que estão com o nível de conhecimento regular na tecnologia da informação.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve por objetivo analisar a percepção dos contabilistas quanto a utilização dos softwares gerenciais na tomada de decisão, e neste sentido considera-se que tal objetivo foi alcançado, pois as respostas obtidas pelos respondentes através do formulário aplicado permitiram identificar e analisar essa percepção.

De acordo com os resultados encontrados, verifica-se que a pesquisa possibilitou identificar informações relacionadas aos conhecimentos e percepção dos respondentes, visto que, a maioria dos profissionais reconhecem que possui domínio regular em relação a tecnologia da informação, e identifica-se a importância dessa ferramenta para a profissão contábil, através da agilidade nas informações, otimização nos processos, produtividade na prestação dos serviços, maior qualidade para as informações fornecidas e auxilia de maneira mais assertiva na tomada de decisão.

A limitação da pesquisa se deu pela limitação de acesso a amostra em que poucos profissionais se disponibilizaram para realizar o questionário e responder a pesquisa visto encontravam-se em períodos de fechamentos de folhas de pagamento com a alta demanda e em vista de atender o prazo do e-social para evitar possíveis multas e penalidades.

REFERÊNCIAS

BOALENTO, G. P. **A influência do business intelligence na gestão das empresas a partir da perspectiva de gestores e controllers do mercado.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Osasco, 2022.

DA SILVA, C. G; EYERKAUFER, M. L; RENGEL, R. INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E OS DESAFIOS PARA UMA CONTABILIDADE INTERATIVA: ESTUDO DOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Revista Destaques Acadêmicos**, [S.l.], v. 11, n. 1, abr. 2019. ISSN 2176-3070. Disponível em:

<http://univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/1982/1486>. Acesso em: 10 out. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.22410/issn.2176-3070.v11i1a2019.1982>.

FRANCO, G; FARIA, R. O. P; MACIEL, A. L. M; DUARTE, S. Contabilidade 4.0: análise dos avanços dos sistemas de tecnologia da informação no ambiente contábil. **CAFI**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 55–73, 2020. DOI: 10.23925/cafiv4i1.51225. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/CAFI/article/view/51225>. Acesso em: 10 out. 2022.

MASCARENHAS, Nadiele Domingos. **A relevância da tecnologia e aplicação de Business Intelligence na Contabilidade.** 2021. Acesso em: 22 out. 2022.

STAATS, Carolina; DE MACEDO, Fabrício. AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E A CONTABILIDADE DIGITAL: Um Estudo de Caso sobre a Aceitação da



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



Contabilidade Digital no Processo de Geração de Informação Contábil em um Escritório Contábil de Joinville/SC. **Revista Controladoria e Gestão**, v. 2, n. 1, 2021. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/rcg/article/view/14177>. Acesso em: 22 out. 2022.



NÍVEL DE CONHECIMENTO DAS NORMAS CONTÁBEIS NO SETOR PÚBLICO

Sérgio Ferreira da Silva

Graduando em Ciências Contábeis
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
E-mail: sergio.ferreira@aluno.catolicadorn.com.br

Letícia Tuanne da Costa Freitas

Graduanda em Ciências Contábeis
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte,
E-mail: leticia.freitas@aluno.catolicadorn.com.br

Adriana Martins de Oliveira

Doutora em Administração
Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
E-mail: adriana.oliveira@professor.catolicadorn.com.br

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a contabilidade vem passando por um processo de transformação em nível mundial, baseado na essência da doutrina contábil, tanto no setor privado como no setor público. No setor público, essa mudança não ocorria desde a publicação da Lei nº 4.320/1964, e sua origem se deu devido ao início do processo de convergência das normas contábeis, cujo processo abrange diversos países e tem como objetivo desenvolver pronunciamentos contábeis de alta qualidade, compreensíveis, exequíveis e aceitáveis globalmente (MUCILLO; NUNES; MARQUES, 2021).

A norma NBC TSP 16 (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2018), que conceitua a contabilidade aplicada ao setor público como o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os princípios fundamentais de contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público. Delimita como seu objeto o patrimônio público, e caracteriza como sua função social evidenciar informações de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público como forma de apoio à tomada de decisões, à prestação de contas da gestão e à instrumentalização do controle social. esta Norma estabelece referenciais para o controle interno como suporte do sistema de informação contábil, no sentido de minimizar riscos e dar efetividade às informações da contabilidade, visando contribuir para o alcance dos objetivos da entidade do setor público, veio para reformular a vigente, tendo como intuito convergir as normas brasileiras aos padrões internacionais que constantemente estão sendo reformuladas e atualizadas em suas diretrizes, sendo necessário a padronização dessas Normas á níveis internacionais de forma que as mesmas foram moduladas para que atingisse essa padronização.



Assim como a Contabilidade societária, a Contabilidade Aplicada à Administração Pública, que é um dos ramos da Contabilidade, utiliza as informações para subsidiar as tomadas de decisões na Administração Pública e cumprir seu papel principal de fornecer informações atualizadas e exatas à Administração aos Órgãos de Controle Interno e Externo para o cumprimento das normas legais, bem como às instituições governamentais e particulares, informações estatísticas e outras de interesse dessas instituições. (FELGUEIRAS, 2015). Em janeiro de 2010, as 10 (dez) NBCASPs entraram em vigor de forma obrigatória, tendo como objetivo maior, focar nas demonstrações da situação patrimonial e o resultado do ente público, diferentemente da Lei nº 4.320/64. (PICCOLI; KLANN, 2015). Tal processo, mudou a percepção dos contadores públicos em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade que são aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Neste contexto, considerando as relevâncias acima, foi dado o seguinte problema de pesquisa: **Qual o nível de conhecimento das normas contábeis no setor público por parte de discentes e profissionais da área contábil?**

Para Niyama e Silva (2013) foi devido à globalização do mercado e da tecnologia e a proximidade entre os outros países, que se viu a necessidade de padronizar as regras e normas da contabilidade. Nesse contexto, Silva *et al.* (2012) relatam que essas normas contribuíram para a quebra de um paradigma no setor público uma vez que inseriram novas práticas, com maior ênfase da situação no patrimônio público, se contrapondo à estrutura orçamentária até então vigente.

Com essa mudança, Faria e Queiroz (2009) relatam que o profissional de contabilidade passou a ser cobrado pelo mercado econômico a ter um conhecimento maior, não apenas ao que se limita a contabilidade, mas sim outras áreas correlacionadas, além de uma visão mais crítica sobre a análise dos dados apresentados. Assim, sendo, o objetivo desta pesquisa é verificar o nível de conhecimento de acadêmicos e profissionais da área contábil sobre as normas contábeis no setor público. O procedimento metodológico para realização desta pesquisa foi o método de pesquisa bibliográfica, realizada através de coletas de informações de trabalhos científicos publicados por diversos autores e o uso das seguintes palavras-chave na busca: contabilidade pública, normas brasileiras de contabilidade e nível de conhecimento. O material teve como fonte: Periódicos Capes, SciELO e Google Acadêmico.

2 PROFISSIONAL CONTÁBIL

A demanda de informações exigida do profissional contábil é grande, especificamente do setor público. Costa *et al.* (2018) destacam que considerando a importância de uma boa gestão de recursos públicos e a obrigatoriedade da divulgação de informações e prestações de contas à sociedade em função da exigência da transparência, torna-se indispensável a presença de profissionais responsáveis e qualificados na área contábil, em especial na função de liderança desse setor. Sobre atualizações concernentes à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público nos últimos anos, tem aumentado a exigência de formação, para suprir tais exigências, o profissional contábil necessita de qualificação profissional continuada, direcionada a um perfil de valorização, compromisso e competência no



exercício de sua função que possa resultar numa melhor apresentação das informações que são base para as tomadas de decisões mediante a formação de um profissional competente e consciente de suas atribuições. Neste aspecto, é essencial um processo e capacitação contínua e direcionada para as competências do cargo e da carreira profissional

É através da formação continuada que serão formados profissionais realmente capacitados a realizarem um trabalho com qualidade e segurança. Este pensamento concorda com o pensamento de Lima e Castro (2011) que destacaram a importância da preparação do contador no sentido de fornecer dados confiáveis e corretos, tanto aos gestores, auxiliando na tomada de decisão, quanto aos órgãos fiscalizadores da gestão pública cumprindo com zelo as determinações constantes nas normas. A adoção das NBCASPs representa uma mudança significativa nas práticas contábeis aplicadas ao setor público, ou seja, procedimentos contábeis como registro de provisões e de depreciação de bens passarão a ser obrigatórios a partir de sua adoção. Assim, os profissionais contábeis envolvidos nesse processo precisam estar atentos a essas mudanças e buscar se adequarem à nova normatização, para Fragoso *et al.* (2012), estudos sobre convergência dão atenção maior nas empresas de capital aberto, enquanto que sobre a convergência das normas de contabilidade no setor público há poucas referências.

3 NORMAS CONTÁBEIS NO SETOR PÚBLICO

No setor público, o início do processo de convergência se deu por meio de ações de diversos órgãos: o Ministério da Fazenda (MF), através da Portaria nº 184/08 e do Decreto nº 6.976/09 estabeleceu a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) como Órgão Central de Contabilidade Federal e responsável pelas iniciativas dos trabalhos, buscando convergência aos padrões internacionais de contabilidade do setor público (SILVA; ROSA, 2015; SOARES; SCARPIN, 2010). As dez primeiras normas de contabilidade aplicadas às entidades do setor público foram elaboradas pelo CFC, em 21 de novembro de 2008, e posteriormente em 25 de novembro de 2011, foi tornada pública a NBC TSP 16.11, que trata das regras básicas, mensuração e evidenciação dos custos no setor público, totalizando um total de 11 normas até então vigentes. De forma geral, esta norma apresenta o conceito de patrimônio público, além da sua classificação sob o enfoque contábil, o conceito e a estrutura do sistema de informação contábil.

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público é organizada na forma de sistema de informações, cujos subsistemas, possam oferecer produtos diferentes em razão da respectiva especificidade, que convergem para o produto final, que é a informação sobre o patrimônio público. E através da Portaria MF nº 184 de 25/08/2008, editada pelo Ministério da Fazenda, foram estabelecidas diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los similar com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público. Assim sendo, foram emitidos os novos planos de contas (PCASP) e manuais de contabilidade aplicada ao setor público (MCASP), para auxiliar os profissionais na execução das atividades. A adoção das NBCASPs representa uma mudança significativa nas práticas contábeis aplicadas, ou seja, procedimentos contábeis



como registro de provisões e de depreciação de bens passarão a ser obrigatórios a partir de sua adoção. Assim, os profissionais contábeis envolvidos nesse processo precisam estar atentos a essas mudanças e buscar se adequarem à nova normatização (PICCOLI; KLANN, 2015).

4 CONHECIMENTOS SOBRE AS NORMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Esta subseção apresenta pesquisas científicas empíricas com pessoas da área contábil sobre o seu nível de conhecimento sobre as normas, especificamente profissionais contábeis, alunos do curso de Ciências Contábeis e docentes do curso. Monteiro e Leitão (2019) pesquisaram o nível de conhecimento de profissionais contábeis com relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público por meio de um questionário contendo 25 questões. Foram pesquisados 17 contadores e os resultados apontaram que os profissionais demonstraram ter um bom entendimento sobre as normas, embora tenham relatado que o Estado de Pernambuco ainda não possui uma estrutura eficiente com relação ao seu sistema de informação para seus usuários.

Outro estudo que também encontrou um bom nível de conhecimento dos profissionais contábeis foi o realizado por Barreto, Dutra e Henrique (2019) que coletou dados com contadores públicos da microrregião de Munhaçu que atuam em prefeituras e câmaras. Os profissionais demonstraram ter um amplo conhecimento das normas, principalmente no enfoque que a norma deu que foi a transição do orçamentário para o patrimonial. Além disso, a pesquisa apontou que os contadores acreditam que as mudanças nas normas de Contabilidade Pública trouxeram uma maior valorização profissional e que houve um aumento na responsabilidade do contador.

Pesquisa realizada com profissionais que atuam na seção de contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) identificou que 30% dos profissionais desconhecem, de uma forma geral, as normas, no entanto se mostram interessados em aprender e acreditam que o processo de implantação das normas do setor público influenciam de forma positiva na qualidade das informações geradas (BRASIL, 2019)

O estudo de Monteiro (2020) realizado com alunos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) encontrou que os discentes do curso consideraram que possuem um bom nível de conhecimento das normas de Contabilidade Pública, inclusive afirmando que não sentiriam dificuldade em responder as questões do Exame de Suficiência sobre este assunto. No entanto, a pesquisa de Oliveira, Meyer e Walter (2019) realizada com discentes, egressos e docente identificaram que a carga horária da disciplina de Contabilidade Pública é insuficientes para preparar os alunos para atuação no mercado de trabalho nesta área assim como é insatisfatória para repassar todos os conteúdos adequados.

5 CONCLUSÃO

Ao término deste trabalho pôde ser observado que vários autores mostram a importância da contabilidade como uma ciência que oferece informações relevantes de atos de natureza econômica e financeira ligadas ao patrimônio das entidades públicas e



privadas. Dentre essas entidades, foi trabalhado o Setor Público, especificamente as mudanças ocorridas com a implantação das normas brasileiras referente ao poder público, que padronizou à nível internacional as informações prestadas por essas entidades, ocasionando a necessidade da busca de conhecimentos dos profissionais da área contábil, como também a homogeneidade dos procedimentos contábeis entre os setores públicos municipal, estadual e federal, transmitindo confiabilidade nos resultados, e os conhecimentos dos profissionais contábeis.

O estudo, ao analisar o nível de conhecimento de profissionais e acadêmicos encontrou que, em sua maioria, os estudos anteriores encontraram um bom nível de conhecimento, no entanto, algumas lacunas na formação foram encontradas.

Este estudo contribuiu ao voltar o foco nas normas do setor público, uma vez que a maior parte da literatura aborda outras Normas Brasileiras de Contabilidade. O trabalho apresenta como limitação o número de artigos analisados. Sugere-se que pesquisas empíricas sejam feitas com acadêmicos e profissionais de estados brasileiros e que os resultados possam ser comparados com os estudos citados nesta revisão de literatura.

REFERÊNCIAS

BARRETO, J. F.; DUTRA, M. H. S.; HENRIQUE, T. A.. A percepção dos contadores públicos da microrregião de Manhuaçu sobre as Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao setor público. **Revista Científica Doctum Multidisciplinar**, v. 1, n. 2, 2019.

BRASIL, C. V. *et al.* **Percepção dos servidores que atuam nos setores de contabilidade da UFMG sobre a aplicação da norma brasileira de contabilidade aplicada ao setor público–NBC TSP 07–Ativo imobilizado**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Especialização em Controladoria e Contabilidade) – Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/32601> Acesso em: 09 nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TSP 16 – Demonstrações Contábeis Separadas**. 2018. Disponível em: https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2018/NBCTSP16&arquivo=NBCTSP16.doc Acesso em: 09 nov. 2022.

COSTA, F. B.; SOUZA, F. G.; BAIHE, M. J. A.; SANTOS FILHO, S. A. Perfil do profissional contábil do setor público: uma análise das capitais brasileiras e Distrito Federal. **Revista de Contabilidade da UFBA**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 74–92, 2018. DOI: 10.9771/rc-ufba.v12i1.23253. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/23253>. Acesso em: 11 nov. 2022.



FARIA, C. A.; QUEIROZ, M. R. B.. Demanda de profissionais habilitados em contabilidade internacional no mercado de trabalho da cidade de São Paulo. **Revista Universo Contábil**, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 5, n. 1, p. 55-71, jan./mar. 2009.

FELGUEIRAS, J. A. Série provas & concursos - contabilidade pública. São Paulo: Grupo GEN, 03/2015. 978-85-309-6339-2. 2015. Disponível em: <https://integradaminhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6339-2/> Acesso em: 01 nov. 2022.

FRAGOSO, A. R. *et al.* Normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público e o desafio da convergência: uma análise comparativa IPSAS e NBCTSP. **REPeC**, v. 6, n. 4, p. 434-447, out./dez. 2012.

LIMA, D. V.; CASTRO, R. G. **Contabilidade pública**: integrando união, estados e municípios (SIAFI e SIAFEM). 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MONTEIRO, L. S. **Nível de conhecimento na área de contabilidade pública: um estudo realizado com alunos do curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal da Paraíba**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17996> Acesso em: 10 nov. 2022

MONTEIRO, O. H. C.; LEITÃO, C. R. S. Percepção dos contadores do governo do estado de Pernambuco sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). **RAGC**, v. 7, n. 28, 2019.

MUCILLO, F. M.; NUNES, D. F. C.; MARQUES, C. Mimetismo acadêmico: abordagem teórica referente a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade no ensino brasileiro. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, v. 29, p. 15-15, 2021.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da Contabilidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, T. M. G.; MEYR, C. E.; WALTER, S. A.. Percepção dos acadêmicos de ciências contábeis sobre a disciplina de Contabilidade Pública. Congresso Profissional e Acadêmico de Contabilidade. Out. 2019. **Anais...**Curitiba-PR, p. 01-14, 2019.

PICCOLI, M. R.; KLANN, R. C. A percepção dos contadores públicos em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). **Revista do Serviço Público**, v. 66, n. 3, p. 425-448, 2015. <http://www.spell.org.br>, NBCASP, Acesso em: 15 jul. 2020.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



SILVA, A.; MACEDO, M.; SAUERBRONN, F.; SZUSTER, N. Avaliação de ativos imobilizados no setor público: estudo de caso em uma organização militar da Marinha do Brasil. **Revista de Informação Contábil**, v. 6, n. 3, p. 51-73, 2012.

SILVA, L.; ROSA, F. Aspectos de convergência da contabilidade no setor público: um enfoque sobre a implantação do sistema de custos segundo a percepção de contadores municipais do Estado de Santa Catarina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 22. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2015.

SOARES, M.; SCARPIN, J. E. A Convergência da Contabilidade Pública Nacional às Normas Internacionais e os Impactos na Aplicação da DRE na Administração Direta. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 9, n. 27, p. 25-42, 2010.



ANÁLISE DO PERFIL DISCENTE DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE IES PRIVADAS À LUZ DO ENADE

Maria Zilda Rosado Costa Neta

Graduanda em Ciências Contábeis

Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN

E-mail: zildarosadocont@gmail.com

Antônio Alisson de Oliveira

Graduando em Ciências Contábeis

Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN

E-mail: alisson.contabilidade12@gmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorando em Administração e Contabilidade

Universidade Federal do Ceará – UFC

E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Keliane de Melo Ramalho

Mestranda em Ciências Contábeis

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

E-mail: keliane.melo.14@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Investir em educação significa investir em desenvolvimento e por isso, a educação de qualidade, inclusiva e equitativa constitui um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas. A educação superior também está inserida nesse ideal global de desenvolvimento e o Estado tem o dever de desenvolver formas de satisfazer as necessidades coletivas por meio de políticas públicas educacionais com metas e recomendações para décadas de trabalhos (LOPES; AMARAL; CALDAS, 2008; LAMAS *et al.*, 2021).

No Brasil, o ensino superior foi ampliado primeiramente nas décadas de 1960 e 1970, de forma mais tardia se comparado com outros países, como resultado da privatização de ofertas de cursos de licenciatura. O setor privado, por urgência e por conveniência, foi o responsável pelo aumento substancial da oferta de ensino superior no Brasil com a criação de Instituições de ensino Superior (IES) privados e de certa forma, suprir necessidades educacionais de acesso dos jovens brasileiros na época (CACETE, 2014).

Para garantir a expansão de forma abrangente, foram criadas políticas públicas através de relações de parceria entre a esfera pública e a privada, que de acordo com Aprile e Barone (2009) são políticas públicas corretivas e consideradas inclusivas, compensatórias, focalizadas e afirmativas, necessárias para corrigir lacunas deixadas pelas insuficiências das políticas universitárias brasileiras ocasionadas pela crise de



Estado, o que culminou em um aumento de vagas e de matrículas, principalmente após a década de 1990 (SENKEVICS; MELLO, 2019).

Mesmo com a expansão da oferta de cursos consolidada a partir de ideias neoliberais que existiam no país, o ensino superior ainda estava distante do ideal de educação inclusiva e de qualidade (LUIZ, 2013). O liberalismo e a privatização trouxeram à tona a necessidade de criar sistemas de avaliação de ensino, uma vez que a iniciativa privada mostrou indícios dos seus limites por questões operacionais, econômicas e financeiras no que diz respeito a garantir permanência e qualidade de ensino oferecidos (APRILE; BARONE, 2009).

Ademais, tornou-se necessário estabelecer um sistema de regulação do ensino superior por meio de avaliações periódicas, em que foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei Federal nº 10.861 de abril de 2004, que avalia cursos, instituições e também o desempenho dos discentes (LEMOS FILHO *et al.*, 2016).

Um desses procedimentos de avaliação dos cursos é o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que iniciou em 2004 e possibilitou verificar o desempenho dos cursos de graduação das IES em âmbito nacional, além de objetivos voltados a melhorar a qualidade da educação superior, bem como promover a responsabilidade social das instituições brasileiras (SILVA; ROSA, 2016).

Nesse contexto, está inserido o curso superior de Ciências Contábeis, em que a oferta de vagas aumentou junto à expansão das IES privadas e passou a ser avaliado pelo ENADE no ano de 2006 (MELO *et al.* 2021). Assim, os discentes realizam o exame a cada triênio, confirmando a responsabilidade e o papel das IES na formação e capacitação de estudantes para a profissão, e desde então, se tem um histórico de resultados oficiais que servem como dados analisáveis capazes de responder questões de caráter educacional, sendo que um resultado positivo no ENADE traz boas referências para as instituições de ensino (SILVA; ROSA, 2016; POMERENING; KAPPEL, 2019).

Sendo assim, o presente estudo norteia-se pela seguinte questão de pesquisa: **Como se caracteriza o perfil discente dos cursos de Ciências Contábeis de IES privadas à luz do Enade?** E para tanto, o objetivo da pesquisa consiste em analisar como se caracteriza o perfil discente dos cursos de Ciências Contábeis de IES privadas à luz do Enade. Diante do contexto brevemente apresentado, o desenvolvimento do estudo justifica-se pela relevância e a importância de análise de dados do ENADE com o foco em conhecer o perfil discente e como isso pode influenciar no desempenho acadêmico, além de contribuir com a área de Ensino da Contabilidade e a criação de políticas que possibilitem um maior acesso ao ensino superior.

2 METODOLOGIA

Para atender ao objetivo do estudo, de analisar como se caracteriza o perfil discente dos cursos de Ciências Contábeis de IES privadas à luz do Enade, realizou-se um estudo descritivo, documental e quantitativo, com uma amostra de 1.979 discentes de IES privadas brasileiras que se submeteram a última avaliação Enade, realizada em 2018



e que responderam ao questionário sociodemográfico obrigatório aos participantes, que abordou as variáveis a seguir.

Quadro 1: Variáveis do estudo

Variáveis	Operacionalização	Coleta	Fundamentação
Sexo	1 – Masculino 2 – Feminino	Microdados ENADE	Cornachione Junior <i>et al.</i> (2010); Ferreira (2015)
Idade	1 - Até 20 anos 2 - Entre 21 e 30 anos 3 - Entre 31 e 40 anos 4 - Entre 41 e 50 anos 5 - Acima de 50 anos	Microdados ENADE	Santos (2012); Ferreira (2015)
Cor/etnia	1 - Branco(a) 2 - Negro(a) 3 - Pardo(a)/mulato(a) 4 - Amarelo(a) 5 - Indígena 6 - Não respondeu	Microdados ENADE	Vasconcelos (2004); Ferreira (2015)
Estado Civil	1 - Solteiro(a) 2 - Casado(a) 3 - Separado(a) 4 - Viúvo(a) 5 - Outro 6 - Não respondeu	Microdados ENADE	Vasconcelos (2004); Ferreira (2015)
Atividade remunerada	1 - Não está trabalhando 2 - Trabalha eventualmente 3 - Trabalha até 20h semanais 4 - Trabalha mais de 20h e menos de 40h sem 5 - Trabalha em tempo integral (40h sem. ou mais) 6 - Não respondeu	Microdados ENADE	Garkaz, Banimahd e Emaelili (2011); Ferreira (2015)
Renda familiar	1 - Até 1,5 salário mínimo 2 - De 1,5 a 3 salários mínimos 3 - De 3 a 4,5 salários mínimos 4 - De 4,5 a 6 salários mínimos 5 - De 6 a 10 salários mínimos 6 - De 10 a 30 salários mínimos 7 - Acima de 30 salários mínimos 6 - Não respondeu	Microdados ENADE	Katsikas e Panagiotidis (2011); Nyikahadzoi <i>et al.</i> (2013)

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

De acordo com o Quadro 1, a coleta dos dados deu-se mediante os Microdados Enade, disponíveis no *website* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e para tratamento dos dados coletados, realizou-se a técnica de estatística descritiva, com a apresentação da frequência absoluta e o valor percentual.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na Tabela 1, são apresentadas as variáveis sociodemográficas que refletem a situação do discente e podem influenciar no seu desempenho acadêmico.



Tabela 1: Perfil sociodemográfico dos discentes do ENADE 2018

CARACTERÍSTICAS		Frequência	%
SEXO	Masculino	1.257	63,5
	Feminino	722	36,5
IDADE	Até 20 anos	-	-
	Entre 21 e 30 anos	1.654	83,6
	Entre 31 e 40 anos	252	12,7
	Entre 41 e 50 anos	50	2,5
	Acima de 50 anos	23	1,2
COR/ETNIA	Branco(a)	1.284	64,9
	Negro(a)	74	3,8
	Pardo(a)/mulato(a)	35	1,7
	Amarelo(a)	275	13,9
	Indígena	02	0,1
	Não respondeu	309	15,6
ESTADO CIVIL	Solteiro(a)	1.495	75,5
	Casado(a)	159	8,1
	Separado(a)	16	0,8
	Viúvo(a)	02	0,1
	Outro	30	1,5
	Não respondeu	277	14
ATIVIDADE REMUNERADA	Não está trabalhando	549	27,7
	Trabalha eventualmente	61	3,1
	Trabalha até 20h/semanais	58	2,9
	Trabalha mais de 20h e menos de 40h sem	286	14,5
	Trabalha integralmente (40h sema. ou mais)	747	37,8
	Não respondeu	278	14
RENDA FAMILIAR	Até 1,5 salário mínimo	178	9
	De 1,5 a 3 salários	221	11,2
	De 3 a 4,5 salários	282	14,3
	De 4,5 a 6 salários	212	10,7
	De 6 a 10 salários	271	13,7
	De 10 a 30 salários	315	15,9
	Acima de 30 salários	222	11,2
	Não respondeu	278	14
TOTAL		1.979	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Com relação aos resultados apresentados, é possível identificar que a grande parte dos discentes que se submeteram ao ENADE no triênio de 2018, é do sexo masculino e ao todo, somam 63,5%, enquanto 36,5% é representado pelo sexo feminino, como ocorre na pesquisa de Melo *et al.* (2021). Já a segunda variável idade dos discentes, os dados apresentam a ampla maioria tem entre 21 e 30 anos de idade, representando cerca de 83,6% da amostra, assim como mostra no estudo de Santos (2012).

A cor/etnia dos discentes da amostra é a terceira variável e mostra que os participantes brancos(as) representam 64,9%, seguido pelos discentes amarelos(as) que



são 13,9% e ainda, 15,6% não responderam. O estado civil dos discentes é a quarta variável e apresenta a grande maioria como solteiros(as), cerca de 75,5% do total analisado e 8,1% de casados(as). Vale ressaltar que cerca de 14% dos discentes preferiram não responder a essa afirmativa, indo ao encontro dos estudos de Santos (2012) e Ferreira (2015).

A penúltima variável identifica se os discentes exercem ou não atividade remunerada, sendo que 27,7% dos respondentes não estão trabalhando e 14,5% trabalham entre 20h e 40h semanais, enquanto 37,8% dos discentes trabalham integralmente na semana (40h ou mais), ou seja, a maioria trabalha em horário integral, assim como mostra Melo *et al.* (2021).

Por fim, analisou a composição da renda familiar dos discentes e os dados mostraram que os resultados foram bem equilibrados, sendo que se destaca que apenas 9% possui renda familiar de até 1,5 salário mínimo e 15,9% dos discentes da amostra recebem de 10 a 30 salários mínimos, o maior percentual na variável e concluindo um nível de renda alta desses discentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa atingiu o objetivo do estudo, tendo em vista que conseguiu analisar o perfil discente dos cursos de Ciências Contábeis de IES privadas à luz do Enade. Em maioria percentual das variáveis, percebe-se que os discentes são do sexo masculino, solteiros, brancos ou amarelos, apresentam faixa etária entre 21 e 30 anos, trabalham integralmente na semana e possuem renda familiar entre 10 a 30 salários mínimos.

Essa etapa servirá como base para um estudo mais amplo, que possibilitará o tratamento estatístico dos dados, a fim de analisar a interdependência das variáveis analisadas e responder questionamentos que podem influenciar no desempenho acadêmico, contribuir a criação de políticas públicas que possibilitem um maior acesso ao ensino superior de qualidade e destacar a importância do Enade e do Ensino da Contabilidade.

REFERÊNCIAS

APRILE, M. R.; BARONE, R. E. M. Educação superior: políticas públicas para inclusão social. @Mbienteeducação, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 39-55, maio, 2009.

CACETE, N. H. Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária. **Educação e Pesquisa**, v. 40, n. 4, p. 1061-1076, abr., 2014.

CORNACHIONE JUNIOR, E. B.; DA CUNHA, J. V. A.; DE LUCA, M. M. M.; OTT, E. O bom é meu, o ruim é seu: perspectivas da teoria da atribuição sobre o desempenho acadêmico de alunos da graduação em Ciências Contábeis. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 21, n. 53, p. 1-24, mai./ago., 2010.



FERREIRA, M. A. **Determinantes do desempenho discente no ENADE em cursos de Ciências Contábeis**. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2015.

GARKAZ, M.; BANIMAHAD, B.; ESMAEILI, H. Factors Affecting Accounting Students' Performance: The Case Of Students At The Islamic Azad University.

Procedia-Social and Behavioral Sciences, v. 29, p. 122-128, 2011

KATSIKAS, E.; PANAGIOTIDIS, T. Student status and academic performance: Accounting for the symptom of long duration of studies in Greece. **Studies in Educational Evaluation**, v. 37, n. 2, p. 152-161, 2011.

LAMAS, Dênis Ester; REZENDE, Vânia Aparecida; MENDONÇA, Fabrício Molica de. O perfil discente do mestrado profissional em administração pública em rede nacional no Brasil: uma análise das expectativas e motivos. **Education Policy Analysis Archives**, [S.L.], v. 29, n. -, p. 50, 12 abr. 2021.

LEMOS FILHO, A.; BARIANI, I. C. B.; FRANÇA, C. M.; TREVISAN, C. L.; GRANJA, I.; RODRIGUES, K. R. M.; PÁDUA, E. M. M. Avaliação do ensino: modelo de análise da série histórica de resultados. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 21, n. 1, p. 221-245, mar. 2016.

LOPES, B.; AMARAL, J. N.; CALDAS, R. W. **Políticas Públicas**: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae, 2008.

LUIZ, Luciano Henrique de Tarso. **Os impactos do neoliberalismo no ensino superior privado no Brasil**. 2013. 81 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

MELO, G. C. V.; MIRANDA, M. C.; NASCIMENTO, I. C. S.; COSTA, W. P. L. B.; SILVA, J. D. Perfil Discente e o Desempenho Acadêmico dos Cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais Brasileiras. **Revista Organizações em Contexto**, v. 17, n. 34, p. 303-327, dez., 2021.

NYIKAHADZOI, L.; MATAMANDE, W.; TADERERA, E.; MANDIMIKA, E. Determinants of students' academic performance in four selected accounting courses at University of Zimbabwe. **Research in Higher Education Journal**, v. 21, p.1-9, 2013

POMERENING, D.; KAPPEL, R. S. Relação entre perfil docente e o desempenho discente dos cursos de ciências contábeis. **Revista Gesto**, v. 7, n. 2, p. 81, dez., 2019.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



SANTOS, N. M. **Determinantes do desempenho acadêmico dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis**. 2012. 257 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

SENKEVICS, A. S.; MELLO, U. M. O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas? **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, n. 172, p. 184-208, jun., 2019.

SILVA, G. M. S.; ROSA, F. S. O Curso de Ciências Contábeis no Brasil: um estudo sobre as políticas públicas de ensino superior e seu reflexo na oferta e na demanda no período de 2001 a 2013. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 6, n. 2, p. 94-111, 14 jul. 2016.

VASCONCELOS, L. Economia da educação. In: ARVATE, P. R.; BIDERMAN, C. (Org.). **Economia do setor público no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus: Elsevier, 2010.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



Os conteúdos, a formatação de referências e as opiniões externadas nesta obra são de responsabilidade exclusiva dos autores de cada texto.

Todos os direitos de publicação e divulgação em língua portuguesa estão reservados à FCRN - Faculdade Católica do Rio Grande do Norte e aos organizadores da obra.



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

ISBN: 978-65-992159-9-5

CRL



9 786599 215995